

Copyright © Tiago Luís Gil & Carlos Valencia Villa

Capa: Vinicius Maluly

Editoração Eletrônica: João Ramalho

Revisão (Prefácio): Denise Mascolo

Ladeira Livros

Rua General Câmara, 385

Centro

Porto Alegre

ISBN: 978-85-69621-03-4

Conselho Editorial

Martha Daisson Hameister

Fabício Pereira Prado

Oscar José Trujillo

Manolo Garcia Florentino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Miguel Ângelo Bueno Portela, CRB1 – 2756

V712r

Valencia Villa, Carlos.

O retorno dos mapas [recurso eletrônico]: sistemas de informação geográfica em história / Carlos Valencia Villa, Tiago Gil. — Porto Alegre : Ladeira Livros, 2016.

516p. : il.

Documento em PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-69621-03-4.

1. Mapas. 2. História. 3. Sistemas de informação geográfica. I. Gil, Tiago. II. Título.

CDU 930:004.652

O Retorno dos mapas

Sistemas de informação Geográfica em
História

Carlos Valencia Villa

Tiago Gil

Ladeira Livros

Sumário

| | |
|--|-----|
| Prefácio | 5 |
| Geoprocessamento de extensões de terras: as sesmarias e os sertões coloniais | |
| Geoprocessamento das Sesmarias das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, Plataforma Sesmarias do Império Luso Brasileiro (1650 - 1750), <i>por Elenize Trindade</i> | 11 |
| Geoprocessamento de sesmarias na Amazônia colonial, <i>por Durval de Souza Filho</i> | 48 |
| Sertão Repartido: Sesmarias e a Formação do Espaço Colonial. (Curitiba, séculos XVII e XVIII), <i>por Leonardo Barleta</i> | 69 |
| Visualização de interações sociais nos alvares da modernidade | |
| Geoprocessando as relações sociais na cidade da Bahia - século XVI, <i>por Lana Sato de Moraes e Carlos Antonio de Carvalho</i> | 114 |
| Imigração e Inquisição: Análise da imigração europeia a partir de registros inquisitoriais americanos do século XVI-XVII, <i>por Jéssika Corrêa</i> | 138 |
| Quando o roteiro é mais que o caminho: espacializando a narrativa de viagem do Vigário Noronha, <i>por Manoel Rendeiro Neto e João Pedro Galvão Ramalho</i> | 165 |
| Modelos de densidade e representação de inferências nas incertezas do passado | |
| O Império Marítimo Baiano: uma cartografia da produção na obra de Gabriel Soares de Souza (1587), <i>por Tiago Gil</i> | 200 |
| Precisión y exactitud en los Sistemas de Información Geográfica (SIG) en las investigaciones históricas, <i>por Carlos Valencia Villa</i> | 223 |
| Georeferenziazione e modelli di densità dei mulini a vento maltesi tra XVII e XIX secolo, <i>por Massimiliano Grava</i> | 257 |

Explicações de localização de vias e percursos: dos caminhos às ferrovias

| | |
|---|-----|
| Sobre o estudo de caminhos e estradas setecentistas na pesquisa geohistórica brasileira, <i>por Vinícius Maluly</i> | 276 |
| Vantagens Competitivas Naturais entre os Caminhos Velho e Novo, <i>por Rafael Laguardia</i> | 309 |
| As companhias ferroviárias paulistas e a disputa por territórios, 1868-1892, <i>por Marcelo Werner da Silva</i> | 347 |

Georreferenciamento dos indivíduos nas cidades da América Latina da Colônia à República

| | |
|--|-----|
| Un análisis demográfico-espacial de la Jurisdicción de Montevideo entre 1769 y 1778, <i>por Graciana Sagaseta e Raquel Pollero</i> | 380 |
| Lotes, ruas e chefes: como se localizar um morador a partir da Décima Urbana e plantas cadastrais, <i>por Allan Kato</i> | 419 |
| Trabalhadores diante da Polícia: a espacialidade dos conflitos em Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910), <i>por Cristiane Miyasaka</i> | 469 |
| Sobre os autores | 514 |

Prefácio

A ideia de usar mapas para visualizar conhecimento histórico não é nova. Usada de modo esporádico até meados do século XX, muito em função do autor e de sua forma de pensar, seu uso sistemático passou a ser efetivo na segunda metade desse século, nem tanto pela facilidade técnica, mas, especialmente, pelo crescimento da relevância da cartografia como um campo separado da geografia.

Esse desenvolvimento andou relativamente próximo dos historiadores. Jacques Bertin, um dos criadores da semiologia gráfica, trabalhava na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* ao lado de Fernand Braudel, para quem fez muitos mapas.

Porém, exemplos dessa aproximação nunca foram abundantes. Em geral, os historiadores abordavam os mapas unicamente para se ilustrar e ilustrarem seus leitores sobre o lugar em que aconteciam suas narrações e pesquisas. O comum era encontrar - quando se encontrava - um mapa no começo dos livros para facilitar a vida do leitor curioso. Ou, quando a obra era pretensiosa, colocava-se uma série de mapas antigos, que procuravam *enriquecer* a publicação, cumprindo assim o papel de ornamentos, que podiam ser, ou não, mencionados no texto.

Frente a essa tradição de usar mapas como ilustração, os geógrafos há anos levantam suas vozes. Para eles, isso é um reducionismo na análise, um subemprego da informação e, sobretudo, deixa clara a carência dos historiadores no entendimento do espaço como elemento na explicação dos processos sociais.

Esses geógrafos têm toda a razão. O espaço não é simplesmente uma ilustração. Ele faz parte das variáveis que explicam o percurso histórico das sociedades. Não obstante o papel do espaço ser óbvio, os historiadores lhe conferiram, durante décadas, pouca, ou mesmo nenhuma, atenção.

Recentemente, essa situação tem modificado-se e, cada vez mais, as pesquisas avançam no entendimento do espaço físico como um dos elementos que permite explicar o comportamento das sociedades. Essa retomada relativa - que não deve ser exagerada, pois a imensa maioria das pesquisas continua no molde tradicional - pode ser explicada pela combinação de vários fatores.

A publicação de obras influentes trouxe novas ideias: Franco Moretti apresentou formas inovadoras de representar, através da cartografia, a geometria e o espaço, o conhecimento das ciências humanas, particularmente da literatura.

O surgimento dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG); derivado do aumento na capacidade computacional, da simplificação relativa no uso dos *softwares* e do incremento na quantidade e qualidade dos bancos de dados, no caso da historiografia, construídos pelos mesmos historiadores, é um dos elementos chave para entender essa retomada do espaço nas pesquisas sobre o passado.

É nessa trilha que nossa coletânea pretende se colocar, pois o objetivo é incrementar essa reflexão. Para isso, reunimos trabalhos de diversos pesquisadores que recentemente interessaram-se por cartografar e representar no espaço seus problemas de investigação. Essa é a única coisa que trabalhos com perspectivas, objetos e recortes tão diversos têm em comum: usar os Sistemas de Informação Geográfica - em História - para auxiliar, incrementar ou mesmo permitir certos problemas de pesquisa.

O resultado é díspar, com utilizações muito variadas, mas com algumas coisas em comum. Na primeira parte, o leitor encontrará três textos sobre sesmarias, um dos temas tradicionais da historiografia brasileira, mas aqui num molde completamente novo: o seu geoprocessamento.

No primeiro Capítulo, Elenize Trindade Pereira, geoprocessa as sesmarias de Pernambuco (incluindo Alagoas), Paraíba e Rio Grande após a saída dos holandeses em meados do século XVII, a fim de aportar à compreensão do processo de colonização e estabelecimento de fronteiras na América Lusa. A seguir, no Capítulo 2, Durval de Souza Filho geoprocessa as do vale do Tocantins, especialmente o Baixo Tocantins e inclui, também, a rede hidrográfica dos rios Moju e Acará, no Pará, para estudar as relações entre sesmeiros e suas clientelas no século XVIII. Já no terceiro Capítulo, Leonardo Barleta, geoprocessa as sesmarias de Curitiba nos séculos XVII e XVIII com o objetivo de argumentar que as sesmarias não apenas organizaram o sistema agropecuário no Brasil colônia, mas, também, criaram os mecanismos de controle sobre o espaço permitindo assim o assentamento da sociedade colonial luso-americana.

A segunda parte está dedicada a três estudos que se apoiam na representação espacial para explicar as interações entre indivíduos nos inícios da sociedade colonial, pois, como é evidente, toda a interação entre agentes acontece no espaço e, portanto, ela deixa pegadas nesse espaço, o que ajuda na reconstrução dessa interação pelo historiador.

Dessa forma, no Capítulo 4, Carlos Antônio Pereira de Carvalho e Lana Sato de Moraes estudam a circulação da informação entre indivíduos na cidade de Salvador no final do século XVI. Para isso empregam os SIGs para visualizar, no espaço, os dados da Visitação do Santo Ofício, em 1590. Essa mesma fonte foi usada no seguinte capítulo, de Jéssika de Souza Cabral Corrêa, que agregada aos processos do Tribunal da Inquisição de Cartagena de Índias no século XVII, e que permitiu que a autora construísse uma visualização para comparar os padrões de migração europeus diferenciados para os principais portos da América (Hispana e Lusa) na época da União Ibérica. No Capítulo 6, João Pedro Galvão Ramalho e Manoel Domingos Farias Rendeiro Neto também usam uma fonte tradicional para transformá-la num SIG narrativo, isto é, numa visualização que, neste caso, permite compreender a ideia que se faz de um indivíduo sobre o que seria o espaço colonial amazônico; por conseguinte da interação social entre ele e seu meio físico.

Já na terceira parte se reúnem textos que discutem, ou empregam, ferramentas formais de análise espacial, especificamente a modelagem e cálculos de densidades de *Kernel* no intuito de resolver o problema da falta de informação, dos indícios, das pistas que deixam as fontes e das formas de relacionar conjuntos de dados diferentes.

No Capítulo 7, Tiago Gil modela a distribuição da produção econômica na Bahia no começo do século XVII, para mostrar certa especialização espacial, ao mesmo tempo em que uma complementariedade entre as localizações dos tipos de produção. No Capítulo 8, Carlos Eduardo Valencia Villa, discute os limites e alcances dos cálculos de densidades para resolver a falta de exatidão das fontes históricas. No Capítulo 9, Massimiliano Grava, georreferencia e modela a localização dos moinhos na Ilha de Malta entre os séculos XVII e XIX para verificar a hipótese que os lugares em que foram construídos podem ser explicados pelas aglomerações demográficas.

A quarta parte estuda outro problema clássico da historiografia no qual o emprego dos SIGs tem se mostrado fértil: a pesquisa sobre caminhos, vias e ferrovias. Nesse âmbito trata-se de georreferenciar as linhas e entender tanto seus traçados quanto à influência deles nos processos sociais.

Essa parte começa com o Capítulo 10, escrito por Vinicius Sodré Maluly que se debruça sobre a articulação entre as capitanias de São Paulo com as de Matogrosso e Goyaz e dessas duas últimas com Belém no século XVIII. O seguinte Capítulo, o 11, de Rafael Laguardia, faz um estudo comparativo entre o caminho velho e o novo que ligavam as áreas mineradoras de Minas Gerais ao litoral atlântico no setecentos, para demonstrar porque os fatores geográficos, no sentido amplo do termo, permitem entender porque se abriu e prevaleceu o caminho novo sobre o velho, como rota para o escoamento da produção mineradora. No Capítulo 12, Marcelo Werner da Silva analisa a construção de ferrovias no Oeste Paulista, na segunda metade do século XIX, para explicar como a concorrência entre as companhias ferroviárias pelo transporte do café foi definindo o percurso das linhas.

Na quinta e última parte, os autores georreferenciam a localização de indivíduos nas cidades, que é uma das frentes de pesquisa em que os SIG tem conseguido importantes aportes para aprofundar tanto a dinâmica histórica das *urbes*, quanto a história de grupos sociais específicos, que nos contextos urbanos americanos sempre resultavam difíceis de achar.

O capítulo 13, de autoria de Raquel Pollero e Graciana Sagasetta, descreve o povoamento de Montevidéu nas últimas décadas do século XVIII, mostrando sua configuração demográfica pelas áreas específicas, a fim de achar as maiores densidades, seus fluxos internos e seus índices de masculinidade. No seguinte Capítulo, Allan Kato emprega a décima urbana para reconstruir a configuração das vilas de Paranaguá e de Curitiba na primeira metade do século XIX, explicando as transformações que deram passo aos crescimentos e aglomerações daqueles núcleos. No último capítulo, Cristiane Regina Miyasaka se instala na última década do século XIX e na primeira do XX para localizar e analisar os conflitos entre indivíduos na localidade de Inhaúma no Rio de Janeiro e, assim, propor a influência dos padrões diferenciados de vizinhança nos tipos de conflitos em que se envolviam os indivíduos.

Em resumo, essa coletânea reúne 15 capítulos que abarcam, especialmente, estudos de Montevidéu, ao sul, até a Ilha de Malta, ao norte, passando pela

Amazônia, pelos sertões e pelo litoral atlântico. Temporalmente, os textos vão do século XVI até o começo do XX. Essas amplitudes espacial e temporal explícita a flexibilidade e as possibilidades dos SIGs nas pesquisas dos historiadores.

O leitor perceberá, no decorrer de sua leitura, que este livro apresenta o retorno dos mapas, todos eles diferentes e produzidos segundo as necessidades de cada pesquisa, o que significa, em outras palavras, que nenhum deles foi feito para ilustrar: todos foram construídos como ferramentas de trabalho, são insumo e produto da pesquisa dos historiadores que, sem dúvida, permitem avanços no conhecimento das sociedades do passado.

**Geoprocessamento de extensões de
terras: as sesmarias e os sertões
coloniais**

Geoprocessamento das Sesmarias das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, Plataforma Sesmarias do Império Luso Brasileiro (1650 - 1750)

Elenize Trindade Pereira

❖ Questões iniciais

A concessão de sesmarias foi um importante instrumento da administração imperial portuguesa implantada nos territórios atlânticos para impulsionar a ocupação das terras e o uso produtivo das mesmas¹. Tal sistema manteve-se como a principal política de ocupação de terras implementada pela Coroa durante todo o período colonial na América portuguesa. As sesmarias eram doadas por meio de cartas contendo informações sobre o pedido do sesmeiro com suas justificativas, a localização da terra e a resposta das autoridades responsáveis pela doação juntamente com as exigências que deveriam ser cumpridas pelo mesmo. A sesmaria possuía o caráter de mercê (benesse) concedida àqueles que tinham condições de povoá-la e cultivá-la, tendo em vista que a obrigatoriedade do cultivo consistia na condição legitimadora da ocupação².

¹Os primeiros trabalhos clássicos sobre sesmarias no Brasil foram feitos pelos juristas Costa Porto, com o livro *“O Estudo do Sistema Sesmarial”*, e Rui Cirne De Lima com *“Pequena História Territorial do Brasil”*. Posteriormente, a socióloga Lígia Osório Silva ao analisar a Lei de Terras, também examinou o sistema sesmarial em *“Terras Devolutas e Latifúndio*. A historiadora Márcia Maria Menendes Motta retomou esta discussão no livro *“Nas fronteiras do poder”*.

²Para mais informações o funcionamento do Sistema sesmarial na América portuguesa ver também ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World. 16 th-18th Century**.354 p. Tese (Doutorado em História) - Johns Hopkins University. 2007. p. 11.

As informações sobre a localização das terras possibilitam o estudo sobre a dinâmica espacial empreendida pelos colonos luso-brasileiros que adentraram os sertões estabelecendo novas fronteiras espaciais por meio das doações das sesmarias. Esta possibilidade de estudo representa uma retomada do diálogo entre a História e a Geografia no sentido de ampliar a discussão sobre o espaço para a História colonial³.

História e Geografia tiveram relações mais estreitas no século XIX e início do século XX. Traçando um rápido panorama sobre o assunto, ressalta-se que o desenvolvimento da Geografia enquanto disciplina científica estava atrelado as disputas territoriais no intuito de legitimar ações imperialistas. Antonio Carlos Robert de Moraes destaca esta perspectiva para o caso alemão a partir do pensamento de Friedrich Ratzel, pois privilegiou o estudo das influências que as condições naturais exerciam sobre a evolução das sociedades, resultando na elaboração do conceito de “espaço vital”, ideia fundamentada na percepção de que o espaço detentor de melhores condições naturais contribui para o desenvolvimento das sociedades tornando-as mais aptas para conquistar outros territórios. Debateu ainda questões referentes à História e espaço que fundamentaram o expansionismo bismarckiano⁴.

Em contrapartida ao pensamento geográfico alemão, a escola francesa de Geografia com Paul Vidal de la Blache propôs uma disciplina pretensamente objetiva criticando a politização do discurso de Ratzel. Ademais, Vidal de la Blache, historiador de formação, apontou a importância da História para o pensamento geográfico, incorporou a relação homem-natureza à perspectiva da paisagem; a ação humana como transformadora da matéria natural e

³Ver mais em GIL, Tiago Luís. Recuperando terreno: o espaço como problema de pesquisa em história colonial. **Locus: revista de História, Juiz de Fora**, v. 20, n.1. p. 183-202, 2014. Disponível em: [http://www.academia.edu/21542671/Recuperando terreno o espa%C3%A7o com o problema de pesquisa em hist%C3%B3ria colonial. Locus revista de hist%C3%B3ria Juiz de Fora v. 20 n. 1 p. 183-202 2014](http://www.academia.edu/21542671/Recuperando_terreno_o_espa%C3%A7o_com_o_problema_de_pesquisa_em_hist%C3%B3ria_colonial. Locus_revista_de_hist%C3%B3ria_Juiz_de_Fora_v.20_n.1_p.183-202_2014) Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

⁴Estes fundamentos encontram-se no livro “Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História” lançado por Ratzel em 1882. MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007. p. 71.

criadora de formas na superfície, mas não abordou a relação entre os homens que produzem tais formas⁵.

Com a escola dos *Annales*, a dimensão espacial nos estudos históricos teve a contribuição fundamental de Fernand Braudel, influenciado por Vidal de la Blache, com a obra “O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na época de Felipe II” ao tratar não da história de um homem e sim a história da construção de um espaço, o mar Mediterrâneo. Esta perspectiva contribuiu para uma nova forma de pensar a historicidades dos espaços, que definitivamente não são estáticos enquanto “palco” onde acontece a história, são constantemente criados, transformados e ressignificados pela ação humana.

O diálogo entre as duas disciplinas no contexto atual de novas tecnologias ganha outra dimensão. A historicidade intrínseca na produção dos espaços e na relação entre os sujeitos históricos constitui-se como campo profícuo para os diferentes temas estudados pela História. A elaboração de mapas pelos próprios historiadores para demonstrar resultados ou buscar novas questões a partir da espacialização dos dados de determinada pesquisa é um dos exemplos desta retomada de diálogo entre as disciplinas, a partir de uma tecnologia que tem como principal característica a multidisciplinaridade, o Sistema de Informação Geográfica (SIG)⁶.

No caso desta pesquisa, o mapeamento das sesmarias por meio do geoprocessamento dos dados geográficos contribuiu para o surgimento de novas questões sobre a expansão da frente colonizadora no espaço denominado de Capitanias do Norte do Estado do Brasil.

As Capitanias do Norte do Estado do Brasil abrangiam as capitanias de Pernambuco (incluindo Alagoas), Paraíba, Rio Grande, Itamaracá e Ceará. Para este trabalho foram analisadas as sesmarias concedidas nestas capitanias, excluindo a do Ceará e Itamaracá, entre 1650 e 1750. O recorte temporal escolhido é considerado a fase de retomada da colonização portuguesa após a ocupação flamenga (1630-1654), marcado também pelo

⁵ Lucien Febvre denominou esta corrente de pensamento como Possibilismo, pois de acordo com esta perspectiva a natureza é uma possibilidade para a ação humana. *Ibidem*. p. 81.

⁶FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. p. 21.

conflito entre colonos e povo indígenas que disputavam o sertão das Capitanias do Norte, a Guerra dos Bárbaros.

No intuito de aprofundar a compreensão sobre a dinâmica espacial das doações de sesmarias, optou-se pelo geoprocessamento dos dados apresentados nas cartas. Tal processo alia a informação histórica à representação geográfica para entender o domínio colonial sobre as terras conquistadas e conseqüentemente analisar a dinâmica das formações sociais nestes espaços que eram gradativamente integrados à ordem colonial em formação. Ademais, este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições do uso de uma ferramenta SIG para o estudo sobre a expansão das fronteiras coloniais ou do conhecimento delas, demonstrando como esta tecnologia pode ser útil para o trabalho do historiador⁷.

Para produzir a representação geográfica das sesmarias primeiramente foram coletadas as informações sobre a localidade das terras. Em uma segunda etapa, estes dados foram examinados a partir do sistema de coordenadas, identificando latitude e longitude. Com estes pontos georreferenciados, a última etapa constituiu na transferência destes dados para uma ferramenta do SIG, mais especificamente os programas *Google Earth* e *Quantum gis 2.18*. Todos os dados foram extraídos da Plataforma Sesmarias do Império Luso Brasileiro (SILB), banco de dados *online* que contém informações sistematizadas sobre as cartas de sesmarias doadas no Atlântico.

Neste texto, pretende-se em primeiro lugar explicar o funcionamento da Plataforma SILB demonstrando o processo de pesquisa e análise dos dados das cartas de sesmarias, para posteriormente demonstrar a aplicação dos dados georreferenciados ao SIG, e finalmente discutir as particularidades em torno do trabalho com cartas de sesmarias bem como os resultados encontrados.

⁷Exemplo também demonstrado nos trabalhos desta coletânea para analisar diferentes espacialidades: BARLETA, Leonardo. **A distribuição de sesmaria e a formação do espaço no planalto curitibano no seiscentos e setecentos**. FILHO, Durval de Souza. **Georreferenciamento de sesmarias na Amazônia colonial**.

❖ Plataforma Sesmarias do Império Luso Brasileiro

Os estudos seriais sobre a concessão de sesmarias são limitados pela dificuldade do levantamento das fontes espalhadas em diferentes fundos documentais e algumas vezes com as cartas em péssimo estado de conservação. A Plataforma Sesmarias do Império Luso Brasileiro (SILB) surgiu em 2009 no formato de banco de dados *on line*, com o objetivo de reunir e sistematizar as informações das cartas de sesmarias concedidas no império português no Atlântico entre os séculos XVI e XIX. As cartas de sesmaria concedidas na América portuguesa estão espalhadas entre diversos fundos documentais e arquivos tanto em Portugal como no Brasil. O projeto é coordenado pela professora Carmen Alveal do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e conta com a parceria de outras universidades⁸.

Segundo Alveal, a ideia do banco de dados para as cartas de sesmarias baseia-se no projeto do banco de dados do Tráfico Transatlântico de Escravos (*Trans-Atlantic Slave Trade Database* - T ASD). Este banco foi elaborado na década de 1990 para reunir dados de pesquisas sobre tráfico de escravos que estavam sendo colhidos desde a década de 1960 por vários pesquisadores da Universidade de Stanford e de outras universidades, configurando um grande projeto colaborativo. A sistematização dos dados sobre as viagens dos navios negreiros como data de partida, data de chegada, portos de embarque e desembarque, capitão do navio, origem regional dos escravos, e outros dados específicos, tem contribuído sobremaneira para o avanço dos estudos sobre o tema⁹.

Todo este conjunto organizado de informações quantitativas é apresentado no site na forma de tabelas, gráficos personalizados, animações e material

⁸Ana Paula Médici - Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia; Carlos de Almeida Prado Bacellar - Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade de São Paulo; Rafael Ivan Chambouleyron - Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal do Pará; Tiago Luís Gil - Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília.

⁹Ver mais em ALVEAL, Carmen. **Banco de dados online: a utilidade dos números no estudo do sistema sesmarial**. In: Diálogo interdisciplinares entre Fontes Documentais e Pesquisa Histórica. Juciene Ricarte Apolinário, Antonio Clarindo B. de Souza (org.). Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 145.

educativo de fácil compreensão e acessível ao público. Tal visualização dos dados é importante não apenas para o público leigo, mas para os pesquisadores, tendo em vista a dificuldade em analisar um conjunto extenso de fontes que apresentam várias informações como números, nomes e localidades. Este é o caso das cartas de sesmarias. Nelas encontram-se informações sobre o sesmeiro, sobre a localização da terra, justificativa do pedido, resposta das autoridades envolvidas na doação e as exigências que deveriam ser cumpridas pelo sesmeiro.

Atualmente o banco reúne cerca de quatro mil cartas de sesmaria de diferentes capitanias da América portuguesa e tem como objetivo disponibilizar em breve as sesmarias distribuídas na África e nas Ilhas Atlânticas. Acredita-se que, apesar da possibilidade de falhas, tenha sido um completo levantamento das cartas Capitanias do Norte provenientes de diferentes fundos documentais como, por exemplo, os códices do Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Arquivo Estadual Emerenciano Jordão e Documentação Histórica Pernambucana da Biblioteca Pública de Pernambuco, uma publicação de dois volumes feita por LiraTavares¹⁰ para o caso da Paraíba, coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, coleção Resgate, cujos documentos estão no Arquivo Histórico Ultramarino, compreendendo tanto os documentos avulsos das capitanias quanto os códices. E também foram levantadas todas as cartas de confirmação registradas nas Chancelarias Régias e no Registro Geral de Mercês. Os dados recolhidos nestes fundos documentais são organizados separadamente pelos estados atuais e inseridos no banco de dados. Posteriormente, os dados são disponibilizados ao público pelo site da Plataforma SILB:

¹⁰TAVARES, Joao de Lyra. **Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba**. 2. ed. Mossoro: Escola Superior de Agricultura de Mossoro, 1989.



FIGURA 1: INTERFACE DO SITE DA PLATAFORMA SILB

FONTE: WWW.SILB.CCHLA.UFRN.BR

O objetivo do site é transformar-se em uma ferramenta de fácil acesso para os pesquisadores que estudam a questão da terra durante o Império português e fornecer conhecimento àqueles que buscam mais informações sobre o sistema sesmarial como a legislação relativa às sesmarias e comparações entre as mesmas, bem como fornecer biografias de sesmeiros.

O banco de dados da Plataforma SILB reproduz a estrutura da carta organizando os dados em diferentes campos de acordo com a tipologia documental. Segundo Tiago Luís Gil e Leonardo Barleta, de modo geral, os bancos de dados históricos podem ser classificados adotando como parâmetro a metodologia de organização de dados, podendo ser separados em dois grupos: os bancos estruturados para responder um problema específico e os que reproduzem a estrutura de determinada tipologia

textual¹¹. A Plataforma SILB congrega estes dois grupos por organizar em um sistema único de informação (banco de dados) dados históricos espalhados nas cartas de sesmarias com o intuito de responder determinadas questões sobre o conteúdo das cartas.

Como se percebe na figura 2, o usuário pode realizar buscas de acordo com a capitania, nome do sesmeiro ou ano de concessão. O resultado da busca apresenta a sesmaria com a referência SILB. Esta referência consiste em um código com a sigla da capitania a qual a sesmaria pertencia acompanhado de um número de quatro dígitos (exemplo: RN 0030, PB 1225, PE 0004, CE 0980), pois segue a ordem numérica da quantidade de sesmarias que já foram inseridas em cada capitania. Ademais, as informações como tipo de requerimento, justificativa do pedido, localização da sesmaria, exigências que deveriam ser cumpridas pelo sesmeiro, informações sobre o sesmeiro, deferimento e observações sobre o trâmite a qual foi submetida a carta de sesmaria são exibidas nos resultados da busca desejada.

FIGURA 2: INTERFACE DA PÁGINA DE BUSCA DA PLATAFORMA SILB

¹¹BARLETA, Leonardo; GIL, Tiago Luís. Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa. **rev. hist. (São Paulo)**, n. 173, p. 451, jul.- dez., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.106234> Acesso em 5 de fevereiro de 2016.

Esta sistematização dos dados tem facilitado o desenvolvimento de diferentes estudos¹² que são enriquecidos com o cruzamento destas informações. Por meio deste método tem sido possível, por exemplo, identificar laços de parentesco, investigar conflitos de terra, verificar o cumprimento da legislação sesmarial, analisar as especificidades de cada capitania no que diz respeito às doações (seja pela extensão das terras, pelas justificativas ou pelas exigências) permitindo a construção de contextos históricos específicos. Estas informações podem ainda ser cruzadas com outras fontes ampliando a perspectiva sobre as informações. Assim, a dimensão qualitativa da pesquisa histórica faz-se presente a partir de um conjunto de informações que supostamente abordariam apenas o aspecto quantitativo dos dados.

❖ O universo dos dados históricos: pesquisa e avaliação

Antes de explicar o processo de georreferenciamento e geoprocessamento dos dados das sesmarias de 1650 e 1750 das Capitanias do Norte, faz-se mister explicar o procedimento de inserção dos dados na plataforma e os critérios quantitativos adotados para análise. A plataforma de inserção dos

¹²PEREIRA, Elenize Trindade. Das terras doadas ouvi dizer: doação de sesmarias na fronteira do Império, capitania do Rio Grande (1600-1614). **Revista Acadêmica Historien**. Petrolina. Ano 5, n. 10, Jan/jun, 2014. P. 169-179; MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Entre Veados Carneiros e Formigas**: conflitos de terra entre jesuítas e colonos pela posse da terra na capitania do Rio Grande (1711-1759). Monografia. (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011; DIAS, Patrícia de Oliveira. **As tentativas da construção da ordem em um espaço colonial em construção**: o caso de Cristóvão Soares Reimão. Monografia (Graduação em História). Departamento de História - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011; SILVA, Tyego Franklim da. **Na ribeira da discórdia**: terras homens e armas na territorialização do Assú. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte: 2015; MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Nada mais que onecessário para a criação de quatro vacas e quatro cavalos**: estratégia de moradores da Capitania do Rio Grande para tomar as terras da Companhia de Jesus. IN: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva. (org.). *Capitania do Rio Grande*: histórias e colonização na América portuguesa. João Pessoa: Idea; Natal: Edufrn, 2013. p. 45-58

dados é acessível apenas para os membros do grupo que inserem as informações das cartas em diferentes universidades. Após uma detalhada revisão, os dados inseridos são disponibilizados ao público no site da Plataforma SILB:

SILB Logado como: Elenize Trindade Pereira [Sair](#)

[Início](#)
[Sesmeiros](#)
[Confirmação](#)
[Sesmarias](#)
[Relatórios](#)
[Novas Opções](#)
[Configurações](#)

Início



ADICIONAR SESMARIA



ADICIONAR USUÁRIO

Concessão por capitania

| CAPITANIA | TOTAL | |
|---------------------|-------------|-------------------|
| Ceará | 1449 | 👁 |
| Maranhão | 38 | 👁 |
| Pará | 92 | 👁 |
| Paraíba | 1184 | 👁 |
| Pernambuco | 435 | 👁 |
| Piauí | 70 | 👁 |
| Rio Grande do Norte | 1268 | 👁 |
| São Paulo | 93 | 👁 |
| Sergipe | 1 | 👁 |
| Total | 4630 | 👁 |

Confirmações por capitania

| CAPITANIA | TOTAL | |
|---------------------|-----------|-------------------|
| Ceará | 5 | 👁 |
| Paraíba | 13 | 👁 |
| Pernambuco | 11 | 👁 |
| Rio Grande do Norte | 8 | 👁 |
| Total | 40 | 👁 |

Total de sesmarias por tipo de requerimento

| TIPO DE REQUERIMENTO | TOTAL | |
|----------------------|-------|-------------------|
| Concessão | 4377 | 👁 |
| Confirmação | 168 | 👁 |
| NA | 75 | 👁 |
| Não Encontrado | 10 | 👁 |

Últimas sesmarias adicionadas

| REFERÊNCIA | CAPITANIA | |
|------------|-----------|-------------------|
| CE 1037 | Ceará | 👁 |
| CE 1041 | Ceará | 👁 |

FIGURA 3: INTERFACE DO BANCO DE DADOS SILB13

Fonte: www.silb.cchla.ufrn.br

Na imagem acima, tem-se a tabela de concessão de sesmarias e a tabela de confirmação por capitania. Assim está dividido, pois o sistema sesmarial comportava dois tipos de concessão, primária e secundária. Esta última

¹³Esta Plataforma é restrita aos membros do grupo de trabalho.

consistia na confirmação real da doação. Aquela era a resposta das autoridades locais (governador geral ou capitão mor) ao pedido e esta consistia na confirmação real da doação, geralmente após cinco anos de ocupação.

Na concessão primária, o requerente, candidato a sesmeiro, enviava uma petição ao governador ou ao capitão-mor, autoridades máximas da capitania. Cabia ao requerente também informar a extensão da terra requerida, sua localização explicando seus limites, os marcos naturais como pedras, serras, árvores, rios e outros. Nessa petição, deveriam constar ainda as possibilidades do requerente em aproveitar a terra povoando-a e cultivando-a, demonstrando seu cabedal para tal intento. Mas, não era suficiente mencionar os cabedais do requerente para o aproveitamento da terra. Era preciso fiscalizar e esta era a função do provedor da Fazenda Real ao investigar a área de interesse e se de fato o candidato teria capacidade para aproveitar a sesmaria.

Este mecanismo reforça as bases do sistema sesmarial tendo em vista que a obrigatoriedade do cultivo remontava à Lei de Sesmaria de D. Fernando I, de 1375. O cultivo era o fundamento jurídico da sesmaria desde sua implantação em Portugal no século XIV até o momento de sua implantação na América portuguesa. A noção de obrigatoriedade de repassar as terras ocupadas mas não aproveitadas para quem pudesse aproveitar, cultivando e produzindo alimentos em uma época de extrema dificuldade como foi o século XIV assolado pela Peste Negra¹⁴. Na América Portuguesa, a sesmaria teve outra conotação, pois se tratavam de terras de grandes extensões e nunca ocupadas, era preciso produzir nestas para contribuir com as rendas da Fazenda Real.

A extensão das terras passou a ser definida pelos poderes responsáveis somente na última década do século XVII, sob o reinado de D. Pedro II, com a elaboração de ordens régias sobre o regime sesmarial¹⁵. Pela primeira vez,

¹⁴ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World. 16 th-18th Century**.354 p. Tese (Doutorado em História)- Johns Hopkins University. 2007. p. 93.

¹⁵ALVEAL, Carmen. Transformações na legislação sesmarial: processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das Capitanias do Norte do Estado do Brasil. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 28, nº 56, p. 247-263, julho-dezembro 2015.

em 1697, uma lei menciona o limite de extensão da sesmaria que não deveria ultrapassar 3x1 léguas. Até este momento os candidatos a sesmeiro escolhiam a extensão da terra que poderia ser aceita pelos poderes competentes ou modificada de acordo com a averiguação realizada pelo provedor da Fazenda Real sobre a capacidade de aproveitamento da terra por parte do sesmeiro.

A imagem abaixo mostra a primeira página de inserção de dados das cartas de sesmarias na Plataforma SILB. Esta primeira etapa diz respeito às informações sobre a terra, uma descrição minuciosa sobre a localidade da sesmaria, confrontantes, extensão da terra entre outros. Sistematizar informações como a extensão das terras permite, por exemplo, uma investigação sobre o cumprimento de ordem régia de 1697 para saber se de fato a ordem sobre o limite de extensão era cumprido nas capitanias.

Nesta pesquisa as informações sobre a localização das terras foram fundamentais para estabelecer os pontos que poderiam ser georreferenciados e conseqüentemente geoprocessados para obter um resultado visual que ajudasse a compreender a lógica espacial da ocupação das sesmarias de 1650 a 1750. No entanto, as dificuldades para identificar as localidades são muitas, seja pelo estado da carta ou pelas localidades cujos nomes que não existem mais.

Assim, torna-se essencial adquirir erudição toponímica a partir dos estudos clássicos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo, que apresentam os topônimos e outras informações preciosas sobre a geografia das localidades¹⁶. Para o Rio Grande do Norte, por exemplo, a obra “*Os Nomes da Terra: História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte*” de Câmara Cascudo é basilar para esta pesquisa por apresentar as mudanças dos nomes dos lugares e seus significados, nomes de rios e descrição da vegetação.

¹⁶ Tiago Gil comenta o conjunto de obras características dessa vertente que contribuem de forma significativa para os estudos sobre espaço no período colonial. Recuperando terreno: o espaço como problema de pesquisa em história colonial. **Locus: revista de História**, Juiz de Fora, v. 20, n.1. p. 188, 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/21542671/Recuperando_terreno_o_espa%C3%A7o_como_problema_de_pesquisa_em_hist%C3%B3ria_colonial. Locus_revista_de_hist%C3%B3ria_Juiz_de_Fora_v.20_n.1_p.183-202_2014 Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

Uma das informações importantes para conhecer a localização da terra é a existência de confrontantes que podem ser informados de acordo com a orientação dos pontos cardeais. Nem sempre consta na carta as informações sobre onde exatamente o confrontante estava localizado em relação à sesmaria doada. Neste caso é feita uma análise cuidadosa com base na posição dos rios ou quaisquer outros limites naturais informados que possam ajudar a identificar a orientação do confrontante como se pode ver nos campos abaixo:

SILB
Logado como: Elenize Trindade Pereira [Sair](#)

Início
Sesmeiros
Confirmação
Sesmarias
Relatórios ▾
Novas Opções ▾
Configurações ▾

Editar carta de sesmaria / RN 1270
NOVA CARTA

*** REFERÊNCIA**

SESMEIROS

*** CAPITANIA**

TIPO DE SESMARIA

TIPO DE REQUERIMENTO

DATA REQUERIMENTO

LOCALIDADE

RIBEIRA

Propriedades

- Sesmaria
- Imagens
- Deferimentos
- Justificativas
- Exigências

| | |
|--|---|
| ÁREA HECTARE | TIPO ÁREA |
| <input type="text" value="2"/> | Léguas quadri ▾ |
| TOTAL SESMEIROS SOLICITAM ESTA TERRA | |
| <input type="text" value="1"/> | |
| SOLICITAM MESMA MEDIDA | |
| NA ▾ | |
| TOTAL ÁREA HECTARE | TIPO ÁREA |
| <input type="text" value="2"/> | Léguas quadri ▾ |
| Confrontantes | |
| SESMEIRO | LOCALIZAÇÃO |
| <input type="text" value="Bento da Costa de Brito"/> | Leste ▾  |
| <input type="button" value="ADICIONAR CONFRONTANTE"/> | |
| LIMITES | |
| <p>A sesmaria requerida tinha como ponto central o sitio que o suplicante possuía, limitando-se ao leste com as terras de seu sogro, Bento da Costa Brito (Este sesmeiro possuía uma sesmaria: RN 0030. Entretanto, acredita-se que não se trate da mesma terra), culminando no mesmo lugar onde terminava a sesmaria deste.</p> | |

FIGURA 4: INTERFACE DA PÁGINA DE INSERÇÃO DE DADOS

Na etapa mostrada acima, a sesmaria é vinculada ao nome do sesmeiro. O mesmo é previamente cadastrado na plataforma e são registradas no banco informações como ocupação, local onde mora, cônjuge, sexo, se o sesmeiro recebeu outras sesmarias (quando e onde). O tipo de sesmaria é definido nesta etapa. É um dado importante que permite distinguir as sesmarias dos chãos urbanos que eram doados no período colonial. A diferença entre eles está geralmente na extensão da terra, pois os chãos urbanos aparecem, geralmente, com a medida em braças e em dimensões menores em relação às sesmarias.

A segunda etapa é o cadastro das justificativas do pedido. São listadas todas as justificativas alegadas pelos requerentes. É interessante observar a variação de justificativas ao longo do tempo e as especificidades que cada capitania possui. Por exemplo, em determinadas regiões será mais comum

encontrar justificativas relacionadas ao interesse do sesmeiro em plantar cana de açúcar, geralmente regiões próximas da faixa litorânea. Outros mencionaram possuir gado e precisavam de mais terras para expandir a criação no sertão.

Há ainda aqueles que pediam sesmaria como forma de recompensa pela participação em combates como é o caso dos homens que lutaram em Palmares e foram agraciados com terras na capitania de Pernambuco. É o caso também dos homens que lutavam contra os índios inimigos e assim conquistavam terras que pediam como mercê na região do Assú na Capitania do Rio Grande¹⁷. Também se encontram casos de mulheres que pediam sesmarias para servir de dote e assim ter garantia de um bom casamento¹⁸. A figura abaixo mostra a página de inserção das justificativas. Existe uma lista de justificativas previamente cadastradas no banco e um espaço para descrever as informações relativas à justificativa presente na carta de sesmarias:

Editar carta de sesmaria / RN 1270 NOVA CARTA

JUSTIFICATIVAS

- Alegou que já ocupava a terra requerida
- Alegou já cultivar algodão
- Não tinha terras para a criação de gado
- Alegou ter combatido os índios durante o povoamento

Propriedades

- Sesmaria
- Imagens
- Deferimentos
- Justificativas**
- Exigências

OBSERVAÇÃO

* O suplicante, Simão Barbosa Cordeiro, afirmou que o seu sogro, Bento da Costa de Brito, teria recebido uma sesmaria medindo cinco léguas, na ribeira do rio Jacu. Entretanto, este teria abandonado as terras em razão de um ataque de Indígenas. Posteriormente, o mestre da campo Antonio de Albuquerque da Câmara teria tomado posse das terras, segundos argumentos do suplicante. O caso foi para juízo e o desembargador Cristóvão Soares Reimão teria devolvido a posse das terras para Bento da Costa de Brito, sogro do suplicante, com uma redução das extensão original, ficando este com uma sesmaria de três léguas de comprimento por uma de largura. O suplicante, dessa forma, solicitou as outras duas léguas de terra contíguas às dos seu sogro.

ATUALIZAR SESMARIA

FIGURA 5: INTERFACE DA PÁGINA DE INSERÇÃO DA JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

¹⁷ Tyego Franklim da. **A Ribeira da Discórdia: Terras, Homens e Relações de Poder na Territorialização do Assu colonial (1680-1720)**.

¹⁸ ALVEL, Carmen; FONSECA, Marcos Arthur Viana da. **Flores do sertão: mulheres das Capitânicas do Norte e suas estratégias para assegurar seu quinhão de terras (1650-1830)**. In: História das Mulheres do Norte e Nordeste Brasileiro. Antonio Emilio Morga (org.). 1. ed. São Paulo: Alameda, 2015.

O estudo destas justificativas apresenta elementos importantes para se compreender a organização da sociedade colonial em formação e suas atividades produtivas nas diferentes capitanias. É um meio também de verificar a atuação dos colonos nas frentes de colonização que estavam em expansão ao longo do período colonial. Uma das justificativas mais encontradas diz respeito ao fato do candidato a sesmeiro ser o primeiro povoador das terras. Outra justificativa recorrente refere-se às terras devolutas, ou seja, não aproveitadas pelo antigo sesmeiro. A condição inerente à sesmaria é o seu uso produtivo em determinado período de tempo que variava de acordo com a legislação.

A terceira etapa do processo de inserção dos dados consiste no deferimento do pedido do requerente que poderia ser deferido com restrições ou não, ou ainda ser negado por completo. Os dados sobre os registros da carta são importantes por explicarem os caminhos que o pedido seguiu e por quem passou até chegar ao aval da autoridade competente pela doação. Assim tem se uma noção da estrutura organizacional e hierárquica dos poderes envolvidos. Como se pode ver na figura 6:

FIGURA 6: INTERFACE DA PÁGINA DE INSERÇÃO DO DEFERIMENTO DO PEDIDO

As informações do provedor também são importantes por demonstrarem a atuação da fiscalidade na seara das doações de sesmarias. O provedor era o responsável pela fiscalização das terras e do cumprimento das exigências que eram feitas ao sesmeiro. A ideia de cadastrar todos os nomes das autoridades que aparecem nas cartas de sesmaria é justamente para criar um rol dos envolvidos nas doações que muitas vezes também recebem sesmarias, contribuindo assim para a elaboração de biografias, por exemplo.

A última etapa é a inserção das exigências que deveriam ser cumpridas pelo sesmeiro. Assim como as justificativas, existe uma lista de exigências previamente cadastradas no banco de modo que o usuário pode vincular várias exigências a uma doação e descrever as observações das autoridades ou peculiaridades das exigências. A figura abaixo mostra o mecanismo de funcionamento da inserção das exigências:

SILB Logado como: Elenize Trindade Pereira [Sair](#)

Início Sesmeiros Confirmação Sesmarias Relatórios Novas Opções Configurações

Editar carta de sesmaria / RN 1270 NOVA CARTA

EXIGENCIA

EXIGENCIA

EXIGENCIA

ADICIONAR EXIGÊNCIA

OBSERVACAO EXIGENCIA

ATUALIZAR SESMARIA

Propriedades
 Sesmaria
 Imagens
 Deferimentos
 Justificativas
 Exigências

FIGURA 7: INTERFACE DA PÁGINA DE INSERÇÃO DAS EXIGÊNCIAS

FONTE: WWW.SILB.CCHLA.UFRN.BR

Algumas exigências são recorrentes nas cartas de sesmaria, como o pagamento do foro a partir da legislação de 1697, a necessidade de demarcação das terras das Capitânicas do Norte, não prejudicar a terceiros, pagar o dízimo dos “frutos da terra a Deus”, permitir que outras pessoas passem pela terra, o mesmo que “dar caminhos livres”. De acordo com as mudanças na legislação sesmarial, com as peculiaridades locais, com costumes e eventuais conflitos, as exigências mudavam e essas mudanças dão pistas sobre o uso da terra, a relação entre os confrontantes e a relação com as autoridades responsáveis pela fiscalização das sesmarias. O cumprimento das exigências era fundamental, pois somente a partir da comprovação do cumprimento das exigências era possível requerer ao rei a confirmação da sesmaria que antes estava condicionada ao uso produtivo e às exigências.

Por fim, o banco apresenta todos os dados inseridos em conjunto mostrando o modo de visualização final das informações, conforme a figura 8:

📍 Carta de sesmaria / RN 1270

IMPRIMIR
EDITAR CARTA
NOVA CARTA

Informações sobre a sesmaria

Requerimento

| | |
|------------------------------|------------|
| Tipo de requerimento: | Concessão |
| Data do requerimento: | 20/07/1705 |

Justificativas

Alegou que já ocupava a terra requerida

Observações:

* O suplicante, Simão Barbosa Cordeiro, afirmou que o seu sogro, Bento da Costa de Brito, teria recebido uma sesmaria medindo cinco léguas, na ribeira do rio Jacu. Entretanto, este teria abandonado as terras em razão de um ataque de indígenas. Posteriormente, o mestre da campo Antonio de Albuquerque da Câmara teria tomado posse das terras, segundos argumentos do suplicante. O caso foi para juízo e o desembargador Cristóvão Soares Reimão teria devolvido a posse das terras para Bento da Costa de Brito, sogro do suplicante, com uma redução das extensão original, ficando este com uma sesmaria de três léguas de comprimento por uma de largura. O suplicante, dessa forma, solicitou as outras duas léguas de terra contíguas às dos seu sogro.

Exigência

| | |
|--|--|
| Determinou-se que se transmitisse posse ao suplicante e seus herdeiros | |
| Determinou-se não prejudicar a terceiros | |
| Determinou-se dar caminhos livres a fontes | |
| Determinou-se dar caminhos livres a pontes | |
| Determinou-se dar caminhos livres a pedreiras | |
| Mandou-se dar posse real | |
| Mandou-se dar posse efetiva | |
| Mandou-se dar posse atual | |
| Mandou-se requerer confirmação | |
| Observação | * Mandou-se solicitar confirmação ao governador de Pernambuco em seis meses. |

Deferimento

| | |
|------------------------------|---|
| Deferimento: | Sim |
| Forma de deferimento: | Carta de Doação |
| Fonte: | CH. D. Pedro II, Lv. 31, Fls. 12v, 13, 13v, 14, 14v e 15. |
| Data de concessão: | 10/01/1706 |
| Autoridade: | Capitão Mor |
| Nome da autoridade: | Antonio Vaz Gondim |
| Passou pelo provedor: | Barbosa |
| Passou pelo escrivão: | Manuel Rodrigues Maciel |
| Despacho favorável: | Sim |

FIGURA 8: INTERFACE DE APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE A SESMARIA

FONTE: WWW.SILB.CCHLA.UFRN.BR

Após a explicação sobre a inserção dos dados na Plataforma SILB, pretende-se apresentar o procedimento de georreferenciamento e geoprocessamento dos dados das sesmarias e posteriormente analisar os resultados obtidos.

❖ **Quantum Gis: resultados preliminares**

O uso desse tipo de metodologia certamente não irá responder a todos os problemas em torno da questão central desta pesquisa que é a investigação da dinâmica espacial das doações de sesmarias nas Capitâneas do Norte do Estado do Brasil, mas apresenta possibilidades de análise que os mapas

antigos não oferecem para o historiador do presente e seus resultados podem suscitar questões que não foram pensadas antes. A ideia de dinâmica espacial é aqui entendida como os fluxos migratórios empreendidos pelas frentes colonizadoras ao longo do tempo para estabelecer o domínio português nos espaços ainda não conquistados ou desconhecidos.

O programa escolhido para o geoprocessamento dos dados georreferenciados foi o *Quantumgis* 2.18, por apresentar ferramentas e funções úteis para o trato deste tipo de dado. Não são necessários conhecimentos avançados sobre a ferramenta, pois seus mecanismos de funcionamento são práticos. No entanto, é necessário um conhecimento básico de cartografia para gerenciar as funções e não comprometer os resultados.

O *Quantumgis* é um software livre de geoprocessamento, ou seja, o código do programa é aberto de modo que os usuários possuem a liberdade de melhorar, editar, distribuir e adaptar as funções às suas necessidades, a partir do acesso ao código fonte. Assim, os usuários atuam de forma colaborativa para aperfeiçoar as funções do programa.

O georreferenciamento dos dados consiste na transformação de informações sobre um espaço conhecido que podem ser traduzidas por pontos de um sistema de coordenadas geográficas conhecidas, neste caso em graus decimais. Este processo exige uma pesquisa detalhada das localizações tendo em vista que o conjunto de localidades em questão são dados históricos que carecem de maiores especificações. Nesse sentido, a erudição toponímica faz toda diferença na identificação dos lugares.

De modo geral, após a identificação destes lugares por meio de latitudes e longitudes, estes dados são transferidos para o *Quantum gis* para a etapa de geoprocessamento dos dados georreferenciados. Com isto, o programa apresenta os pontos georreferenciados em um mapa.

O processo inicial desta pesquisa consistiu na composição do universo de dados das sesmarias. Para isto, foi feita uma contagem das sesmarias que foram doadas nas capitanias da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte de 1650 a 1750 com base nos dados da Plataforma SILB, apresentando os seguintes resultados:

| Capitania | Sesmarias |
|---------------------|------------------|
| Paraíba | 261 |
| Pernambuco | 161 |
| Rio Grande do Norte | 332 |
| Total | 754 |

QUADRO I: NÚMERO DE SESMARIAS POR CAPITANIA 1650-1750

A partir destes números verificaram-se qual a quantidade de sesmarias que tinham informações sobre a localidade das terras, tendo em vista que nem todas as sesmarias do banco de dados possuem localidade identificada devido ao estado do documento que pode ter inviabilizado a paleografia, por exemplo. Em algumas situações foi possível confrontar informações de diferentes cartas e encontrar a localização de algumas terras. Nesse sentido, foi feita uma segunda contagem, desta vez das sesmarias que possuem localidade devidamente identificada:

| Capitania | Sesmarias | % do total da capitania |
|---------------------|------------------|--------------------------------|
| Paraíba | 239 | 91,5% |
| Pernambuco | 143 | 88,8% |
| Rio Grande do Norte | 272 | 81,9% |
| Total | 654 | - |

QUADRO II: NÚMERO DE SESMARIAS COM LOCALIDADE IDENTIFICADA 1650-1750

Assim, o universo de dados georreferenciados corresponde a 654 sesmarias com localidades identificadas. A etapa seguinte foi a sistematização dessas informações em planilhas eletrônicas para o exame de cada localidade e pesquisa da latitude e longitude dos pontos por meio do programa *Google Earth*. Neste processo de busca, o usuário aponta no mapa ou digita a

localidade do seu interesse e obtém a latitude e longitude do lugar em graus decimais.

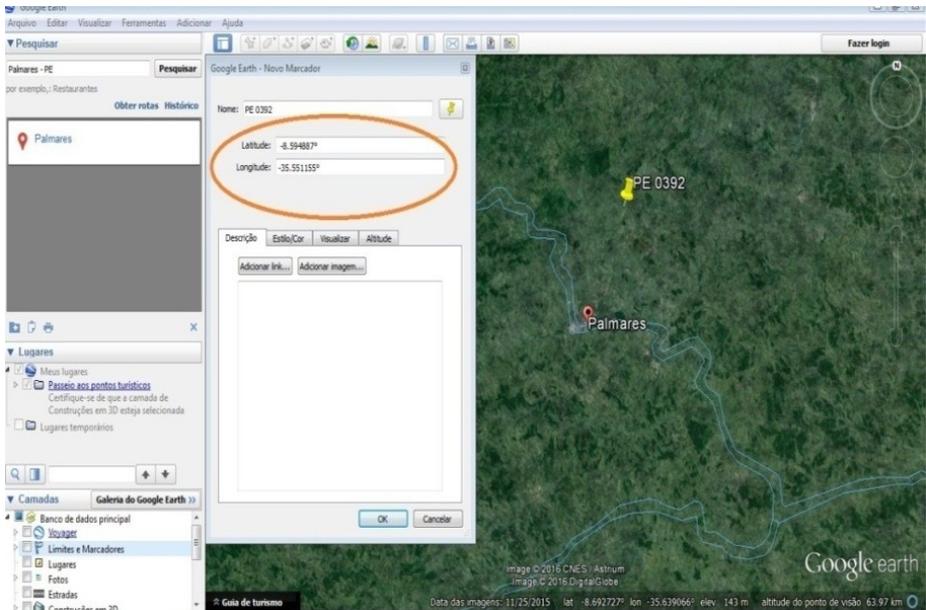


FIGURA 9: INTERFACE DE BUSCA DO GOOGLE EARTH

Fonte: *Google Earth*

O programa apresenta a latitude e longitude com várias casas decimais, pois quanto mais casas decimais maior a precisão da localização do lugar no mapa. No entanto, para atender a proposta desta pesquisa, seis casas decimais foram suficientes para localizar os pontos.

No programa *Microsoft Excel* as sesmarias foram divididas por capitania e por década de acordo com a ordem de doações para facilitar a análise dos resultados. Cada planilha das capitanias contém respectivamente o código da Plataforma SILB, a data de doação, data de confirmação da sesmaria, a localidade (ribeira, pontos naturais, confrontantes), extensão da terra, latitude e longitude. Esta disposição facilitou a comparação entre as informações para averiguar as localidades confrontantes e facilitar, assim, o georreferenciamento das mesmas.

No entanto, o processo de transferência de dados para o programa *Quantum gis* acontece por meio de planilhas menores, apenas com o código da Plataforma SILB, latitude e longitude salvos no formato CSV (*comma separated values*, valores separados por vírgulas), um modo de leitura de dados específico para este tipo de programa. Abaixo na figura 10, tem-se a planilha dos dados georreferenciados antes da conversão para o formato de transferência:

| | A | B | C |
|----|------------------------|-----------------|------------------|
| 1 | Referência SILB | Latitude | Longitude |
| 2 | RN 0912 | -6.131079° | -35.185916° |
| 3 | RN 0088 | -6.083650° | -35.221050° |
| 4 | RN 0015 | -6.080532° | -35.223631° |
| 5 | RN 0007 | -6.165879° | -35.152779° |
| 6 | RN 0089 | -5.741141° | -35.231897° |
| 7 | RN 0541 | -5.616969° | -35.303309° |
| 8 | RN 0913 | -5.978090° | -35.255110° |
| 9 | RN 0008 | -6.256081° | -35.212965° |
| 10 | RN 1266 | -5.759664° | -35.251970° |
| 11 | RN 0047 | -6.076551° | -35.214222° |
| 12 | RN 0035 | -5.795778° | -35.271861° |
| 13 | RN 0028 | -5.870917° | -35.236444° |
| 14 | RN 0036 | -6.466344° | -35.945303° |
| 15 | RN 0038 | -5.983894° | -35.198844° |
| 16 | RN 0037 | -6.451145° | -36.695470° |

FIGURA 10: PLANILHA DE DADOS GEORREFERENCIADOS

Fonte: Plataforma SILB

A transferência desses dados para o *Quantum gis* ocorre depois da inserção de um arquivo que apresenta o traçado do continente para que os pontos não sejam representados em um plano abstrato, mas em um mapa. Esse tipo de arquivo *shapefile* é facilmente encontrado na internet, mas é preciso ter o cuidado ao baixá-lo verificando a qualidade e confiabilidade do mapa. O site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por exemplo, oferece boas opções de mapas para baixar. Para esta pesquisa foi utilizado o mapa do

Brasil sem os traçados internos da região do atual Nordeste, pois as capitanias possuíam traçados diferentes e essas linhas não eram fixas no mapa uma vez que a expansão territorial era uma constante no período colonial. Outro *shapefile* utilizado foi o do Oceano Atlântico como é possível perceber na figura 11:

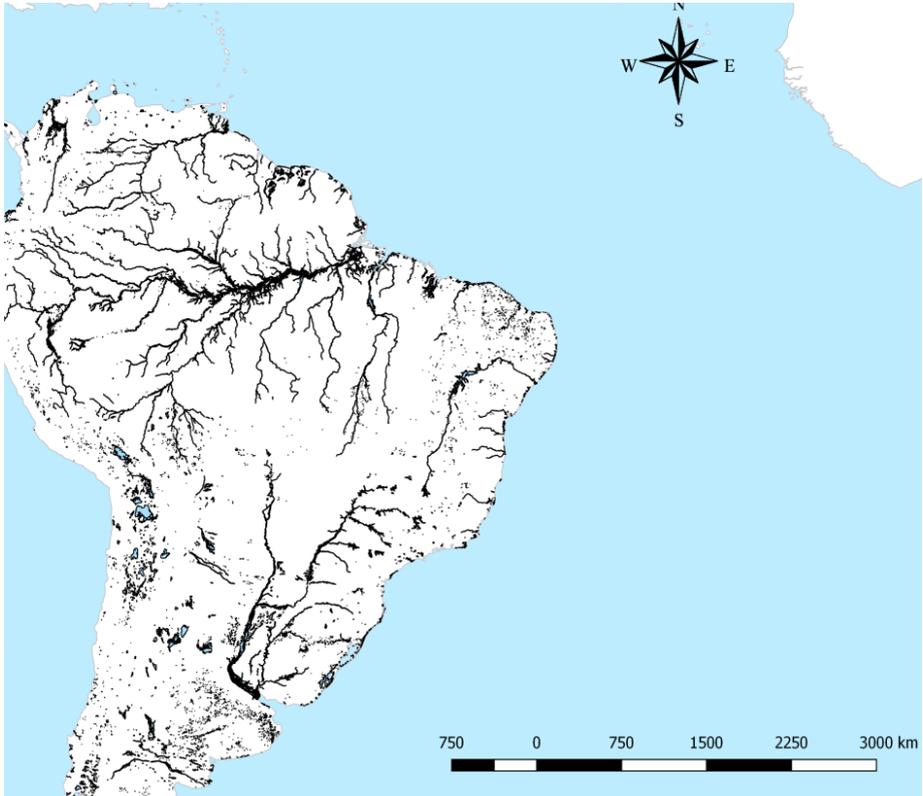


FIGURA 11: ARQUIVO SHAPEFILE BASE

Fonte: Elaborado pela autora com base no programa de georreferenciamento Google Earth partir dos contidos nas cartas de sesmarias inseridas na Plataforma SILBaplicadas no programa *Quantum gis*.

Após a inserção do mapa, é feita a importação dos dados em texto (arquivo CSV) para o *Quantum gis*. Cada capitania tem uma planilha específica subdividida em décadas, de acordo com o ano de doação da sesmaria.

Importado os dados, os pontos georreferenciados aparecem como apresentados na figura 13:

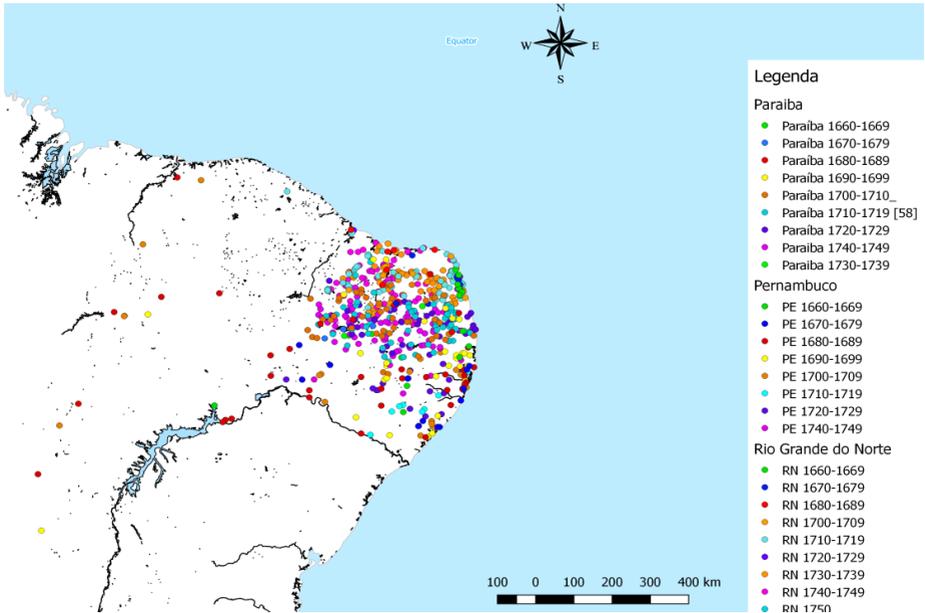


FIGURA 12: RESULTADO PRELIMINAR DAS SESMARIAS DOADAS DE 1650 A 1750 NAS CAPITANIAS DO NORTE

Fonte: Elaborado pela autora com base no programa de georreferenciamento Google Earth partir dos contidos nas cartas de sesmarias inseridas na Plataforma SILBaplicadas no programa *Quantum gis*.

A figura acima mostra o universo das sesmarias doadas: 654 sesmarias nas Capitanias do Norte com localidades identificadas. Os vários pontos coloridos representam as diferentes capitanias e diferentes décadas para facilitar a análise do resultado. O programa permite que os pontos sejam marcados e desmarcados a qualquer momento, assim optou-se por verificar as doações de cada capitania por década desmarcando os pontos de outras capitanias, como se pode verificar no caso da capitania do Rio Grande, apresentado na figura 14:

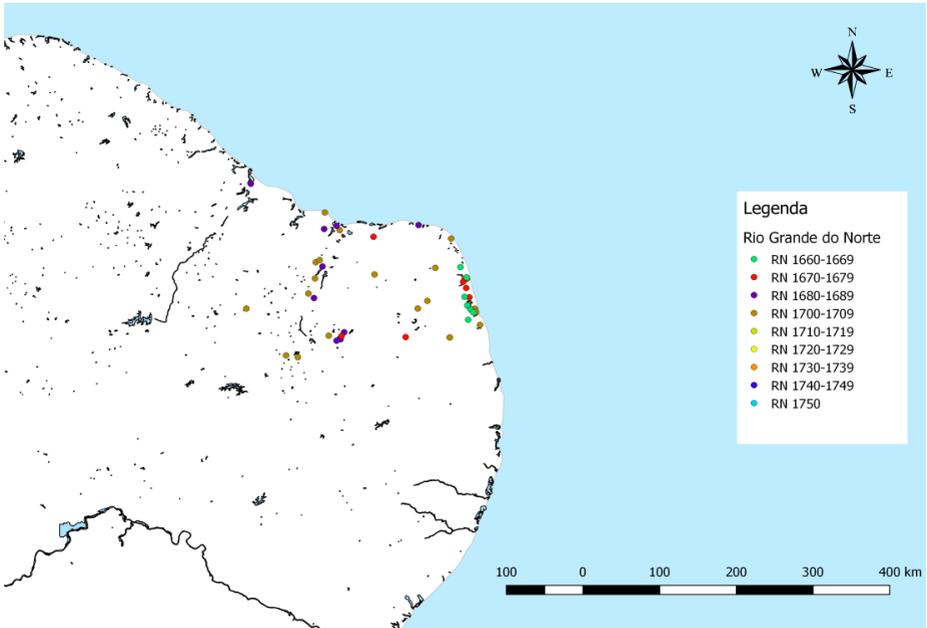


FIGURA 13: DOAÇÃO DE SESMARIAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE 1650 A 1700

Fonte: Elaborado pela autora com base no programa de georreferenciamento Google Earth partir dos contidos nas cartas de sesmarias inseridas na Plataforma SILBaplicadas no programa *Quantum gis*.

A figura acima mostra os pontos georreferenciados das sesmarias doadas entre 1650 e 1700. Este recorte temporal de 50 anos representa a retomada da colonização portuguesa após a ocupação flamenga na região. A concessão de sesmarias, assim como no momento inicial da colonização do Rio Grande no início do século XVII, visava atrair de volta os moradores que teriam abandonado suas terras devido aos conflitos e incentivar o estabelecimento de novos sesmeiros nesse período de retomada. Segundo a historiadora Helaine Cavalcante, as cartas de sesmarias doadas nesse período não constavam a obrigatoriedade de pagamento de taxas ou foro por parte dos sesmeiros, demonstrando um incentivo para que as pessoas ocupassem as terras após este texto de guerra¹⁹.

¹⁹CAVALCANTE, Helaine Moura. **Do Flamengo ao Bárbaro: O processo de Restauração da Capitania do Rio Grande**. IN: Conflitos, Revoltas e Insurreições na

No entanto, na contrapartida do incentivo a ocupação das terras, o sertão das Capitanias do Norte do Estado do Brasil era o espaço do conflito entre povos indígenas e conquistadores dos sertões. Tais combates adentraram o século XVIII e influenciaram a dinâmica de ocupação dos sertões²⁰. Na medida em que os colonos avançavam para o sertão com suas sesmarias e criações de gado, avançavam também rumo às terras dos povos indígenas.

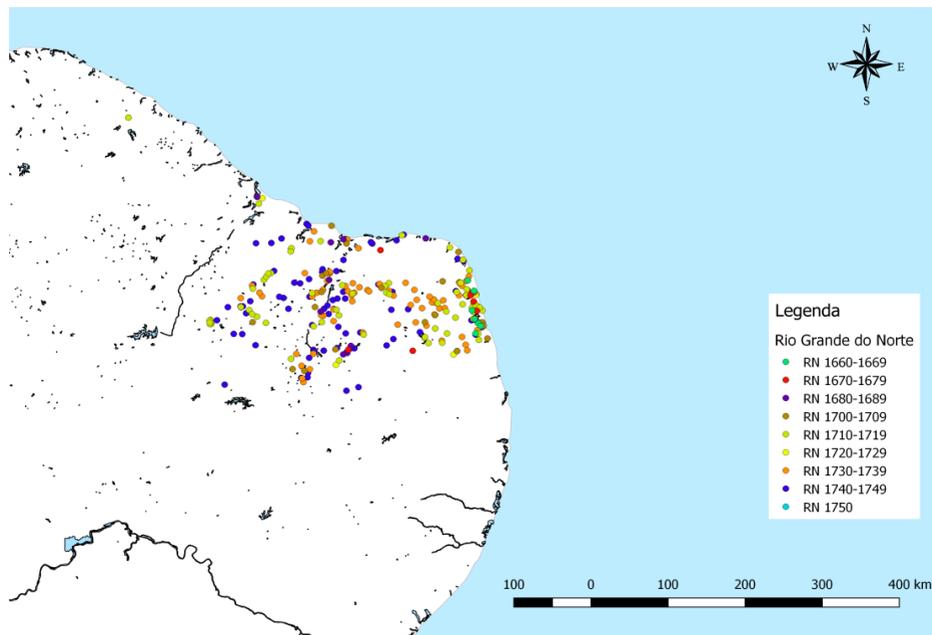


FIGURA 14: DOAÇÕES DE SESMARIAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE 1650 A 1750

Fonte: Elaborado pela autora com base no programa de georreferenciamento Google Earth partir dos contidos nas cartas de sesmarias inseridas na Plataforma SILB aplicadas no programa *Quantum gis*.

América Portuguesa 1. CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). Maceió: Edufal, 2011. p. 41-54.

²⁰PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros**: resistência indígena e conflito no Nordeste Colonial. Recife: Fundap/CEP, 1990; PUNTONI, Pedro, **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

A figura acima mostra o aumento da doação de sesmarias na primeira metade do século XVIII. A expansão para o oeste em finais do século XVII também criou novos limites que perpassavam o rio Assú e o rio Apodi-Mossoró (mais a oeste), chegando a alcançar o que mais tarde seriam os limites do Ceará, na ribeira do Jaguaribe²¹. Uma das regiões mais ao interior que recebeu número considerável de sesmarias neste período foi a região do Seridó, reconhecida posteriormente pela potencialidade pecuária que impulsionou a economia da capitania. Câmara Cascudo refere-se ao gado como “alargador das áreas geográficas” da capitania do Rio Grande²².

De 1700 até 1750 o aumento do número de doações ocorre tanto no litoral como no sertão. No entanto é preciso ter cuidado com os números das doações, pois como alertou Cascudo, doação não significa povoamento e cita o caso de sesmeiros da Bahia que possuíam de 20 a 30 léguas no Rio Grande e eram desaproveitadas²³. O que se pretende analisar a partir do mapa são os espaços escolhidos para doação e qual a lógica que permeava estas escolhas, bem como a noção de espaço conhecido, pois a descrição das terras nas cartas de sesmaria muitas vezes demonstrava um conhecimento apurado da região pretendida. Se ainda não estava ocupada ao menos se conhecia aquele espaço, estava então no horizonte de ocupação.

Para este período, por exemplo, é importante levar em consideração o aumento do número de aldeamentos indígenas, pois representava a pacificação dos índios e conseqüentemente menos conflitos na região, neste caso, litorânea (Extremoz, Guajiru, Guaraíras)²⁴. Outro fator que deve ser mencionado é a criação de vilas, pois atraía pessoas que poderiam ser

²¹ Sobre a ocupação da ribeira do Assu ver mais SILVA, Tyego Franklim da. **A Ribeira da Discórdia: Terras, Homens e Relações de Poder na Territorialização do Assu colonial (1680-1720)**. E sobre a ribeira do Apodi Mossoró ver DIAS, Patrícia de Oliveira. **Onde Fica o Sertão Rompem-se as Águas: Processo de Territorialização da Ribeira do Apodi Mossoró (1676-1725)**.

²²CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura, 1959. p. 54.

²³ Idem *ibidem*, Op. cit. p. 100.

²⁴ Idem *ibidem*, Op. cit. p. 111-112.

sesmeiros em potencial e contribuir para a formação daquele espaço povoando e dinamizando a economia local.

A capitania da Paraíba teve sua ocupação consolidada ao longo do século XVIII, No entanto, se acordo com a figura abaixo, é possível perceber um número considerável de sesmarias que foram doadas na segunda metade do século XVII a partir de 1690:

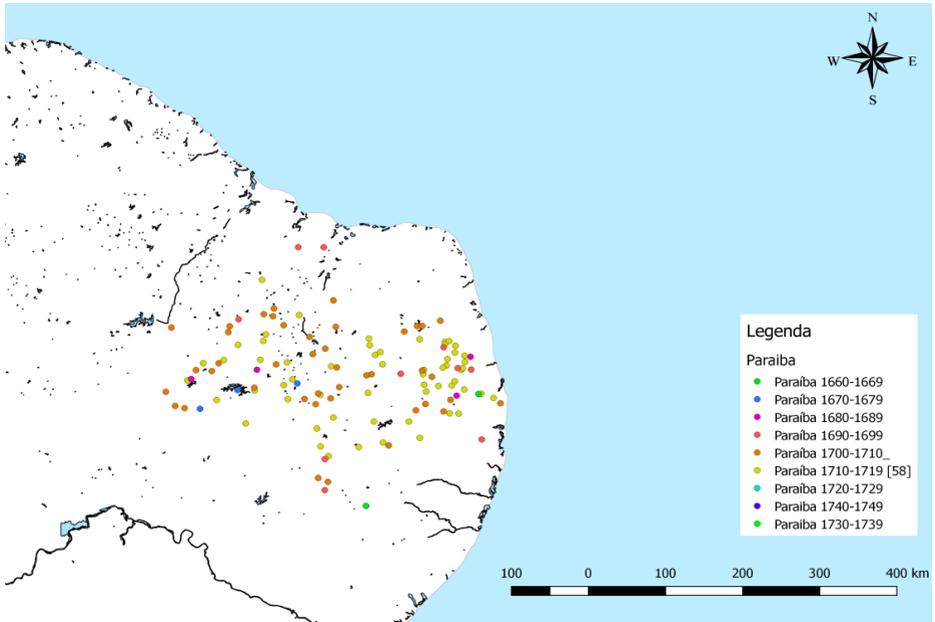


FIGURA 15: DOAÇÃO DE SESMARIAS NA CAPITANIA DA PARAÍBA DE 1650 A 1700

Fonte: Elaborado pela autora com base no programa de georrefenciamento Google Earth partir dos contidos nas cartas de sesmarias inseridas na Plataforma SILBaplicadas no programa *Quantum gis*.

De acordo com os dados, de 1650 até a década de 1680, o número de sesmarias doadas na capitania da Paraíba não passou de 12 e a maioria concentrava-se na região litorânea, área de produção açucareira, mantendo a lógica de ocupação vigente antes da ocupação flamenga. O sertão paraibano por sua vez, representava uma rota de penetração desde 1654, principalmente pelos sertanistas vindos da Bahia e de São Vicente que

adentraram a ribeira do Piranhas²⁵. Era uma área de trânsito²⁶, sem colonização consolidada de passagem de gado vindo da Bahia, e amplamente ocupada pelos índios Cariris.

Na década de 1690 houve um aumento significativo de doações, desta vez mais concentrado seja no sertão do Piancó mais a oeste que congrega outros sertões como Cariri, Piranhas e Icó, englobando partes das capitanias do Rio Grande e Ceará, bem como nas áreas próximas ao litoral. Este aumento está diretamente relacionado às investidas pelo sertão, na busca por terras boas para produzir mantimentos e criar gado. Segundo Carmen Alveal, a maioria das justificativas para o pedido de sesmaria na Paraíba neste período estava relacionada à criação de gado e ao fato de o sesmeiro ser o descobridor das terras²⁷.

A interiorização da Paraíba seguiu o sentido da pecuária e os desbravamentos da Casa da Torre dos Garcia d'Ávila, família detentora de cabedais significativos com extensas sesmarias pelo sertão paraibano desde a segunda metade do século XVII²⁸.

²⁵ ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979. p. 29.

²⁶ Conceito elaborado pelo geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes ao analisar as diferentes formas de apropriação do espaço colonial no Brasil. MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo Annablume, 2005. p. 69.

²⁷ ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Uma análise preliminar das sesmarias nas Capitanias do Norte**. Paper apresentado em mesa-redonda no V Encontro Internacional de História Colonial. Maceió, 2014.

²⁸ Alguns trabalhos tratam deste assunto entre eles: CALMON, Pedro. **Os Procuradores**. In: História da Casa da Torre - Uma dinastia de pioneiros. 2. ed. aumentada. cap. VIII. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo - A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. 2. ed. revista e ampliada. cap. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; ALVEL, Carmen Margarida Oliveira; BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. A legitimidade da graça: os impactos da tentativa de reforço da política sesmarial sobre as terras da Casa da Torre na capitania da Paraíba (século XVIII) **Revista Topoi** (Rio J.) vol.16 nº. 30 Rio de Janeiro Jan./June 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2015000100078&script=sci_arttext&tIing=es Acesso em 25 de março de 2016.

Como pode se perceber na figura 16, de modo geral, a partir de 1700 as doações aumentaram significativamente em toda extensão territorial, foi o século de consolidação da colonização da capitania impulsionada pela criação de gado e produção de cana de açúcar.

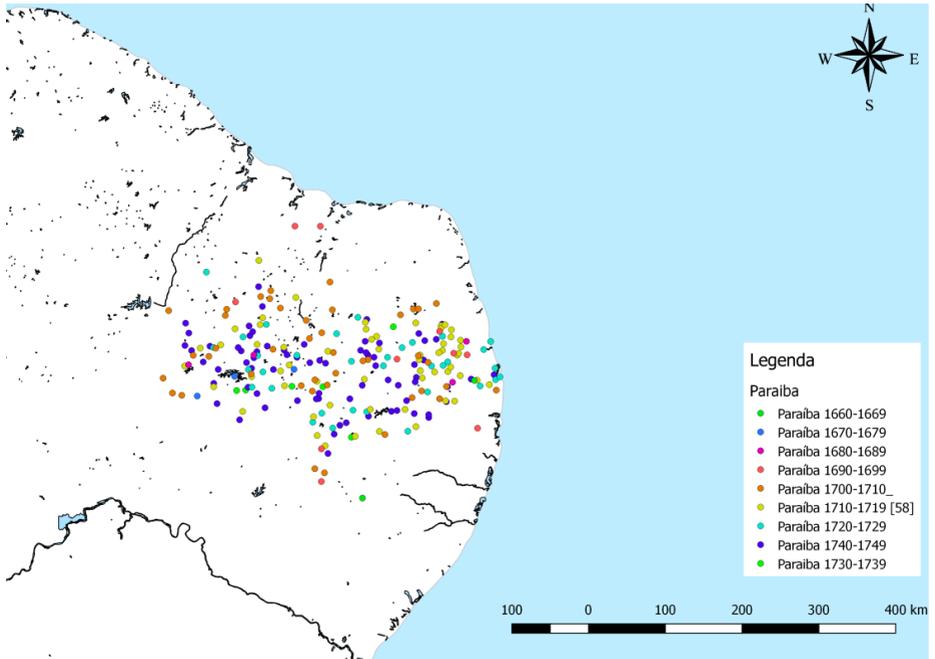


FIGURA 16: DOAÇÕES DE SEMSARIAS NA CAPITANIA DA PARAÍBA DE 1650 A 1750

Fonte: Elaborado pela autora com base no programa de georreferenciamento Google Earth partir dos contidos nas cartas de sesmarias inseridas na Plataforma SILBaplicadas no programa *Quantum gis*.

A ribeira do rio Piranhas, os entornos da Serra da Borborema e o sertão dos Cariris foram as principais escolhas dos sesmeiros que pediram terra na primeira metade do século XVIII. Estas regiões foram preteridas nos anos anteriores, apesar de serem regiões conhecidas pelo colonizador. Uma hipótese a ser pensada é a questão da Guerra dos Bárbaros que formou zonas de conflito até o momento em que os indígenas foram derrotados e muitos exterminados pelos bandeirantes paulistas. Esta guerra representa algumas das especificidades que marcaram a expansão das fronteiras coloniais nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande.

Pernambuco apresentou uma outra dinâmica espacial. Na figura abaixo pode-se perceber o processo de interiorização desde 1650, estendendo-se ao extremo norte do Estado do Brasil adentrando outras capitanias e ocupando a ribeira do Rio São Francisco. Os limites da capitania de Pernambuco ultrapassam significativamente os limites conhecidos atualmente. A parte a oeste do Rio Francisco até a Barra da Carinhanha no sudoeste da Bahia, e Alagoas faziam parte da Capitania de Pernambuco.

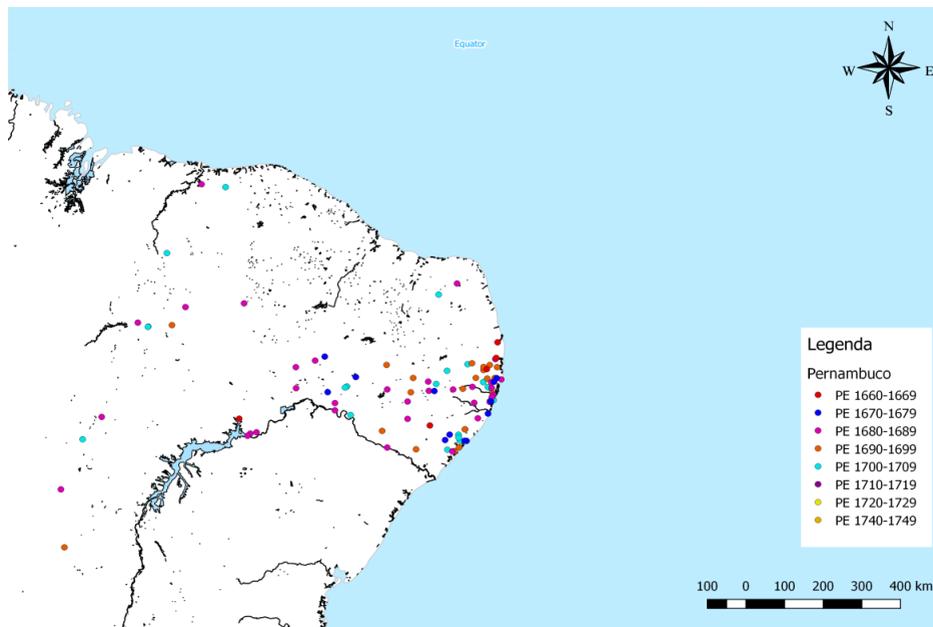


FIGURA 17: DOAÇÕES DE SESMARIAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO DE 1650 A 1700

Fonte: Elaborado pela autora com base no programa de georreferenciamento Google Earth partir dos contidos nas cartas de sesmarias inseridas na Plataforma SILBaplicadas no programa *Quantum gis*.

Alguns roteiros de viagem como o do padre capuchinho Martin de Nantes trazem informações preciosas sobre pontos de passagem para o sertão da capitania na segunda metade do século XVII. No roteiro, o padre destaca alguns pontos de passagem saindo de Salvador para o sertão de Pernambuco: alcançando a aldeia de Canabrava (hoje cidade de Ribeira do Pombal na

Bahia), cruzando Jeremoabo (atualmente região nordeste da Bahia), atingindo o rio São Francisco até chegar ao sertão de Cabrobó²⁹.

Este é um dos relatos de viagem que explicam os caminhos para o sertão, mostrando que os desbravadores, religiosos, vaqueiros, apesadores de índios, enfim, estavam circulando nesse espaço e posteriormente habitando a partir das doações de sesmarias. As ribeiras de rios como o Capibaribe, Moxotó, São Francisco, Pajeú e Ipojuca que deram abertura para os sertões e na primeira metade do século XVII foram povoados no século XVIII. A figura abaixo mostra as doações de sesmaria até 1750:

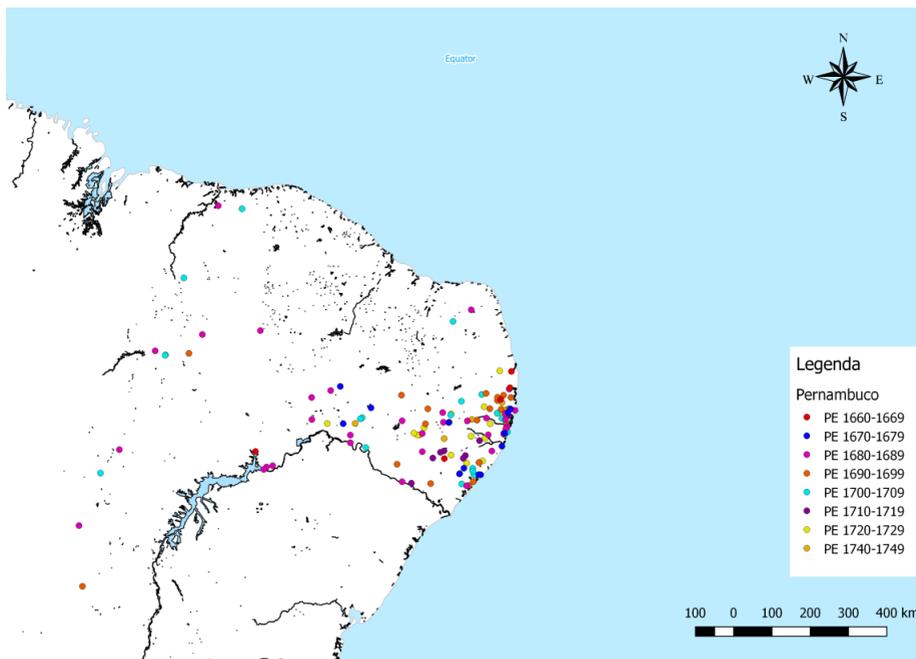


FIGURA 18: DOAÇÕES DE SESMARIAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO DE 1650 A 1750

Fonte: Elaborado pela autora com base no programa de georreferenciamento Google Earth partir dos contidos nas cartas de sesmarias inseridas na Plataforma SILBaplicadas no programa *Quantum gis*.

O litoral da capitania foi a região que mais concentrou sesmarias doadas neste período muito em função da produção açucareira que se encontrava

²⁹ABREU, J. Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 53.

em expansão enquanto o sertão tornou-se base de apoio para o abastecimento das regiões canavieiras. No final do século XVII as investidas contra Palmares receberam esforços dos bandeirantes. Após a vitoriosa campanha, os combatentes tentaram instalar-se na capitania pedindo sesmarias como mercê. Como mostra a figura acima, a região do atual estado de Alagoas onde ficava Palmares, concentrou um aumento nas doações.

Como foi visto, um limite de extensão das terras doadas foram determinadas somente em 1697 a partir de um ordem régia que limitava a dimensão da sesmaria para 3 léguas de comprimento e 1 légua de largura. As sesmarias doadas nos sertões possuíam grandes extensões, como a sesmaria doada em 1689 no sertão do Rio Capibaribe medindo 100 léguas quadradas³⁰. Estas medidas não eram incomuns, mas eram doadas a pessoas que comprovadamente teriam condições de tornar a terra produtiva. No entanto, nem todas as terras foram aproveitadas e estas doações configuram hoje em certa medida a gênese da concentração de terra no Brasil.

Na primeira metade do século XVIII houve uma concentração maior de sesmaria na região litorânea, e pouco avanço para o sertão comparado aos 50 anos anteriores. No mapa acima foram georreferenciadas 143 sesmarias das 161 registradas na Plataforma SILB. Com relação às outras capitânicas analisadas, Pernambuco tem o menor número de sesmarias doadas neste período. A princípio este dado é contraditório, pois se tratava da maior capitania do Norte do Estado do Brasil, a mais dinâmica, estava em plena expansão do cultivo da cana de açúcar. Nesse sentido, acredita-se que para o caso da capitania de Pernambuco possam existir mais cartas de sesmarias para além daquelas encontradas nos fundos mencionados, mesmo após uma vasta pesquisa. A outra possibilidade é de que estes documentos tenham desaparecido ao longo do tempo.

³⁰De acordo com a tabela de medidas agrárias, 1 légua quadrada corresponde a 3.600 hectares.

Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NA_O_DECIMAL.pdf. Acesso em 31 de março de 2016.

❖ Conclusão

Adotar o SIG como ferramenta de pesquisa é um desafio para historiadores e pode suscitar críticas quanto à metodologia do trabalho. Entende-se que as novas tecnologias podem ser aliadas à pesquisa histórica e por isso a busca por novas representações que facilitem o trabalho do historiador é válida.

Esta é ainda uma discussão recente no meio acadêmico que precisa ser mais debatida entre os pares no intuito de firmar critérios basilares para esta nova metodologia multidisciplinar. É preciso ainda haver um cuidado para com as peculiaridades da disciplina histórica. Desta forma, esse debate pode contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas que podem ser enriquecidas com o uso dessas ferramentas.

Esta pesquisa não tem fim, os mapas podem ser constantemente aperfeiçoados a partir do uso de outras funções que o SIG oferece. No entanto, esta foi uma primeira tentativa de perceber as potencialidades do uso de novas ferramentas na sistematização de dados históricos, como é o caso da Plataforma SILB, banco de dados fundamental para esta pesquisa, que vem contribuindo com estudos de diferentes níveis sobre sesmarias ou temas correlatos.

Os resultados preliminares encontrados suscitam mais questões do que respostas, dada a complexidade do tema: expansão territorial no período colonial. E essa é a principal contribuição deste trabalho, pois é o início de futuras análises mais aprofundadas, levantando questões a partir dos mapas no sentido de viabilizar pesquisas com problemáticas mais específicas sobre o tema.

❖ REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 53.
- ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979. p. 29.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World. 16th-18 Century.** 354 p. Tese (Doutorado em História) – Johns Hopkins University, 2007.

_____. Transformações na legislação sesmarial: processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das Capitanias do Norte do Estado do Brasil. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 28, nº 56, p. 247-263, julho-dezembro 2015.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. **A legitimidade da graça:** os impactos da tentativa de reforço da política sesmarial sobre as terras da Casa da Torre na capitania da Paraíba (século XVIII) Revista Topoi (Rio J.) vol.16 no.30 Rio de Janeiro Jan./June 2015.

ALVEAL, Carmen; FONSECA, Marcos Arthur Viana da. **Flores do sertão: mulheres das Capitanias do Norte e suas estratégias para assegurar seu quinhão de terras (1650-1830).** In: História das Mulheres do Norte e Nordeste Brasileiro. Antonio Emilio Morga (org.). 1. ed. São Paulo: Alameda, 2015.

BARLETA, Leonardo; GIL, Tiago Luís. Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa. **rev. hist. (São Paulo)**, n. 173, p. 451, jul.-dez., 2015.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal.** 3. ed. Natal: IHGRN, 1999. (Natal 400 anos, v.1).

_____. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura, 1959.

CAVALCANTE, Helaine Moura. **Do Flamengo ao Bárbaro: O processo de Restauração da Capitania do Rio Grande.** IN: Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa 1. CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). Maceió: Edufal, 2011. p. 41-54.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

GIL, Tiago Luis. Recuperando terreno: o espaço como problema de pesquisa em história colonial. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 183-202, 2014.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo Annablume, 2005.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros**: resistência indígena e conflito no Nordeste Colonial. Recife: Fundap/CEP, 1990

PUNTONI, Pedro, **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

Geoprocessamento de sesmarias na Amazônia colonial

Durval de Souza Filho

❖ Introdução

As memórias do bispo Caetano Brandão³¹, transcritas por Antônio Caetano de Amaral, nos dão conta, no ano de 1786, na vila de Cameté, de uma enorme estrutura patriarcal em torno do morador mais poderoso da vila. Caetano Brandão nos relata que a família de João de Moraes Bitencourt – este é o poderoso senhor de engenho a que refiro – era formada por mais de 300 pessoas, entre familiares diretos, escravos e agregados. Caetano Brandão nos informa ainda que a família direta de Bitencourt, aquela que se sentou à mesa (formada por filhos, filhas, noras, genros e netos), chegou a pelo menos 30 pessoas. Sabendo que a escravaria de propriedade daquele senhor de engenho chegava a 179 pessoas, podemos inferir aí um bom número de trabalhadores livres entre agregados e demais lavradores.

Os números apresentados por Brandão nos propiciam uma comparação interessante. Na mesma época, em 1788, Schwartz³² nos mostra que o maior engenho dos 25 existentes em São Pedro do Rio Fundo, na Bahia, o engenho Canabrava, possuía 283 pessoas envolvidas na produção do açúcar. Não podemos esquecer que a região estudada por Schwartz representava, à época, um dos maiores pólos mundiais da produção açucareira. O que dá à nossa região de Cameté um lugar bastante interessante para analisar as diversas relações de trabalho entre lavradores e senhores de sesmarias que tinham o domínio daquelas terras, ou seja, em uma região cercada por sesmarias.

De qualquer forma, somente o caso da família Bitencourt não nos traz os indícios suficientes para falar em relações de trabalho em uma região controlada por sesmarias. Torna-se necessário, portanto, buscar outros casos

³¹ AMARAL, Antônio Caetano de. Memórias para a história da vida do venerável D. Frei Caetano Brandão. 2 vols. Lisboa, Na Imprensa Régia, 1818. 2ª ed. Braga, 1867.

³² SCHWARTZ, Stuart B. 2008. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras.

semelhantes para mostrar que não se tratava de uma exceção, mas de uma regra daquela sociedade agrária.

Foi aí que ao examinarmos outras fontes – relatos de viajantes, sensos e outros –, detectamos também a existência de "proprietários" de terras na região que não constam dos registros de Cartas de Datas e Sesmarias conhecidos por nós. O que gera questionamentos como: 1 – Qual a relação ou condição destes "proprietários" "não sesmeiros" com a terra? *Posseiros* nem todos são já que há pouca terra de sobra, como veremos a seguir com o trabalho de geoprocessamento das sesmarias na região. O que evidencia possíveis respostas relacionadas às transmissões das sesmarias, ou parte destas, por venda, arrendamentos ou mesmo a possibilidade destes "proprietários" não passarem de simples *agregados* (meeiros, parceiros, arrendatários) de poderosos senhores de engenho, cacauicultores ou criadores de gado.

É importante fazer aqui uma interrupção da nossa descrição do problema para explicar os termos *posseiros* e *agregados* grafados em itálico no parágrafo anterior. O termo *posseiro* é utilizado aqui, respeitada a anacronia, para designar todo aquele que toma assento em determinada área de terra, ocupando-a, sem que haja, no entanto, qualquer título anterior que legitime esta posse. Apesar do termo só aparecer, em documentos, por volta da primeira metade do século XIX, o ato que o qualifica era corriqueiro durante todo o período colonial. O que era também comum a todo o processo de conquista. Nas conquistas inglesas, por exemplo, desde cedo esteve presente a figura do *squatter*, ou pioneiro. Alias o termo *squatter*, ao contrário de *posseiro*, é anterior até mesmo às conquistas de ultramar. Em sua tese de doutoramento *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750–1850)*³³, defendida em 2003, Erivaldo Fagundes Neves utiliza o termo *posseiro* em todo o período que vai de 1750 a 1850. Já Márcia Maria Mendes ressalta a importância em identificar que o termo *posseiro* surgiu no século XIX para se opor a *sesmeiro*³⁴. O que é correto apenas em parte, já que os grandes

³³ NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750–1850)**. Tese de Doutorado – Recife: [s.n.], 2003.

³⁴ MOTTA, Márcia. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795–1824**. São Paulo: Alameda.2009.

posseiros poderiam ser ou poderiam se tornar sesmeiros. Prova disso é que era muito comum nas justificativas dos pedidos de concessão de sesmaria, o suplicante da mercê declarar que já tinha a posse da terra ou parte dela e que já cultivava ali diversas lavouras, muitas vezes, por mais de 30 anos, sem, no entanto, ter documento algum. Essas posses também poderiam ser motivo de compra e venda.

Já o termo agregado é aqui utilizado de forma ampla para designar todos que vivem em terra de outrem por relações de trabalho, econômicas ou mesmo pessoais. Neste caso, o nosso agregado está além do agregado familiar que mora de favores nestas propriedades.

Voltando ao nosso problema, podemos já inferir a ele algumas hipóteses. A primeira delas aponta para que os lavradores não sesmeiros descritos nas fontes e nos relatos de cronistas e viajantes eram na verdade agregados dos grandes sesmeiros. As relações destes com aqueles que detinham o domínio legal da terra poderiam se configurar de diversas formas: econômicas: por meio de arrendamentos ou aforamentos; favores: agregados ocupantes das fronteiras dominiais que mantinham relações de favores com os grandes proprietários; ou de conflito. A segunda hipótese que deriva da primeira é a de que, pelo menos em determinado período, muito mais do que sua função agrícola, as sesmarias, principalmente as grandes propriedades, funcionavam como domínios senhoriais.

Neste caso, o geoprocessamento dessas propriedades, como veremos mais adiante, nos propiciou a certeza de que se tratava realmente de uma região cercada por sesmarias.

❖ Vila de Cameté e região tocantina

Para este primeiro exercício de geoprocessamento, tomaremos como recorte todo o vale do Tocantins, incluindo aqui também a imensa rede hidrográfica formada pelos rios Moju e Acará, no Pará, para esmiuçar questões relacionadas às diversas relações sociais, econômicas e de poder relacionados à propriedade da Terra, principalmente as relações sesmeiros e suas "clientelas", aqui entendido como todos aqueles, além da escravaria e familiares, que de alguma forma estão agregados à propriedade latifundiária. Para os dois casos, todos os recursos e técnicas baseadas na produção de sistemas de informação geográfica (SIG) serão amplamente utilizados não

somente para delinear as conformações espaciais ao longo do tempo, como também servir como um processo indiciário de possíveis conflitos entre vizinhos por conta de demarcações ou sobreposições de propriedades, como também a escolha do espaço levando em consideração itens como geografia de defesa e ecologia agropecuária. Toda esta região é formada, à época histórica estudada, pelas freguesias de Cameté, Baião, Azevedo, Barcarena, Conde, Beja, Abaeté, Igarapé-Miri, Moju e Acará e tem da Vila de Cameté forte influência, razão pela qual, vez ou outra esta nossa região será referida como região de Cameté, mesmo levando em conta que parte dos senhores de terras do vale do Acará tinha uma relação maior, pela proximidade, com a cidade do Pará.

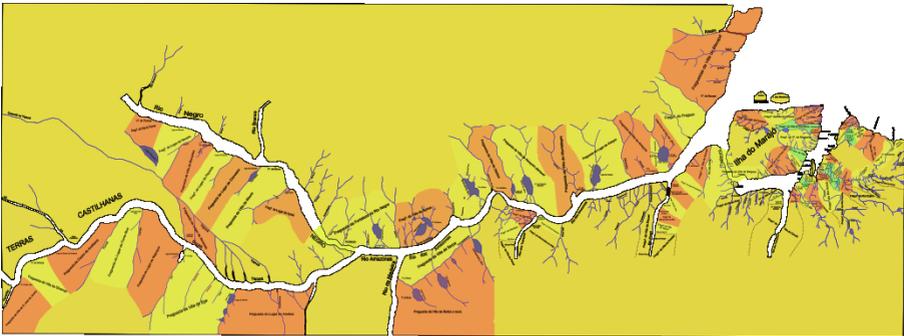


FIGURA 1: GRÃO-PARÁ E RIO NEGRO: MAPA DAS FREGUESIAS DOS ESTADOS DO GRÃO-PARÁ E RIO NEGRO DESENHADO PELO GEÓGRAFO VINICIUS MALULY (ATLAS DIGITAL DA AMÉRICA LUSA) A PARTIR DO MAPPA GERAL DO BISPADO DO PARÁ, 1759, DE HENRIQUE ANTONIO GALUZZI.

A escolha desta microrregião da Amazônia não foi aleatória. A região do Baixo Tocantins se caracterizou, durante todo o período colonial, em espaço geográfico único onde se poderia encontrar uma espécie de resumo de todas as atividades coloniais do estado do Grão-Pará e Maranhão. Historicamente, a região Amazônica foi dividida em áreas de vocação econômica, cada uma com uma exploração diferente. Nas áreas de várzeas e grandes campinas, como a Marajó, se criava gado. Às margens dos rios, igarapés e furos se proliferava a cultura da cana e engenhos. Nas regiões de terras mais férteis o cacau nativo e domesticado cobria o solo. Das regiões mais distantes e sertões vinham as especiarias. Já a região de Cameté é a única onde se encontravam todas estas atividades, muitas vezes em consórcio. Além da policultura, e por conta dela, a região foi, além de Belém, onde se formou

uma elite de razoáveis cabedais, de grandes propriedades e influência política e militar.

Portanto, este primeiro trabalho de geoprocessamento das sesmarias se concentrará nesta microrregião amazônica.

❖ **Vila de Cameté e região tocantina nos sentidos das últimas décadas do século XVIII: Uma extensa área agropecuária cercada por sesmarias.**

Antes de entrarmos no trabalho de geoprocessamento proposto convém apresentar um retrato socioeconômico da região apresentada pelo senso de 1778.

A Vila de Cameté está inserida na região do baixo Tocantins que também inclui, além da freguesia Cameté, as freguesias de Abaeté, Acará, Azevedo, Baião, Barcarena, Beja, Conde, Limoeiro, Igarapé Miri, Mojú e Acará. Sua população em 1778 era de 11.144 habitantes distribuídos em 985 fogos e três situações religiosas. Núcleos familiares estes, por assim dizer, administrados por 975 cabeças de famílias.

Esta população era quase que totalmente rural, sendo que 774 cabeças de famílias se dedicam à lavoura em 795 propriedades (79,38% do total), envolvendo uma população de 9.361 pessoas - aqui inclui os próprios cabeças de famílias - (84% do total), sendo 4.405 familiares e agregados (incluindo os cabeças de famílias); 1.633 trabalhadores livres e 3.323 escravos (88,56%, da população escrava da região e 35,5% das 9.361 pessoas que lidavam com a lavoura - aqui incluindo todos menores e adultos).

Quanto à produção, - além do gado, em pequena escala, a cultura da farinha, café, arroz, óleos e a serra de madeiras -, suas maiores riquezas provinham da cana e do cacau. A região abrigava 43 engenhos controlados por 37 senhores; empregando 1.869 pessoas, sendo 1.141 escravos, 448 trabalhadores livres; 280 familiares e agregados. Já nos cacauais, trabalhava-se quase metade da população tocantina: 4.534 pessoas distribuídas em 403 propriedades, sendo 1.520 escravos; 726 trabalhadores livres³⁵ e 1.885

³⁵Soldada Salário de serviço. Deriva-se de soldo, antiga moeda de Portugal. E posto que soldo propriamente se diga de paga ou espédio do soldado. Usamos de soldada, falando no salário de qualquer pessoa que serve. Assim no livro das ordenações do

familiares e ou agregados. Mesmo retirando daqui aqueles conjuntos de proprietários que fazem consórcio com outras culturas importantes; exemplos aqui daqueles que plantavam cana para produção de açúcar e cachaça, temos aqui um envolvimento populacional de 4.125 pessoas: o que permanece ainda uma margem bastante alta.³⁶

Um mundo cercado por sesmarias – Até a data do senso de 1778, 168 sesmarias (68% das 246 sesmarias concedidas até 1824) já haviam sido concedidas na região, sendo que apenas 42 sesmeiros (esses, senhores de 45 sesmarias) foram, até o momento, identificados entre aqueles 772 cabeças de famílias que viviam diretamente da agricultura. Aqui já se mostra um aspecto bastante interessante da nossa pesquisa. Se 772 cabeças de famílias estão diretamente trabalhando com a terra, significa que estão assentados em seus lotes, o que não significa dizer que sejam proprietários destes lotes. Muitos deles acessaram suas terras por arrendamentos, contratos de produção (meia, terça ou quarta); por contratos particulares de compras, que não envolvem a concessão de terras pela Coroa; ou simplesmente, tomaram posse de sobras de terras em pequenas ilhas que não interessavam diretamente aos grandes senhores de terras, já que até as grandes ilhas como veremos neste trabalho de geoprocessamento também foram cercadas pelos sesmeiros.

Prova disso é que em 5 de maio de 1761, o governador e capitão general do Estado do Pará e Maranhão no período de 1759 a 1763, Manuel Bernardo de Melo e Castro, envia ofícios e vários editais de bandos para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado – irmão do Marques de Pombal e também governador do Pará no período de 1751 a 1763-, sobre os moradores da Vila Viçosa de Santa Cruz do Cameté se apoderaram das ilhas circunvizinhas e aí criaram plantações de cacau, sem

reino se fala em soldada de moças, donas, pajens, vedores, camareiros, secretários, estribeiros, tesoureiros, capelães de bispos, condes, fidalgos, etc. Ao moço de 7 e anos não se julga soldada, porque a criação lhe fica por satisfação. O macho de 14 anos vence soldada, a fêmea de 12. não chegando a essa idade, vence ao que parecer julgado.

³⁶ Dados levantados a partir do mapa completo da população do Pará e Rio Negro com cabeça família, referência resgate: AHU_ACL_CU_013, Cx. 94, D. 7509 em cruzamento com nosso banco de dados de todos os sesmeiros do Pará e Rio Negro!

faculdade régia nem licença do governador do Estado para tal, solicitando que estas terras sejam dadas em sesmaria. Em um dos seus ofícios o futuro visconde de Lourinhã é taxativo:

“...algumas pessoas moradoras, e outras não assistentes nesta vila, terem apossado de algumas terras nas ilhas que formam os rios destes contornos, e com efeito fazem nelas suas plantações de cacau, café e vários outros frutos, sem permissão alguma que lhes façam menos culpáveis este absoluto procedimento, como se as terras fossem próprias ou comuns e sem domínio de senhor a quem as devam pedir e requerer.”

É claro que a razão principal constante nos ofícios enviados e bandos apregoados pelas ruas de Cameté para a proibição da posse destas terras sem o consentimento régio era a de que o desmatamento das ilhas para o cultivo do cacau e do café estava matando as árvores de andiroba e prejudicando o cultivo do seu óleo, de tanto valor comercial na época. Estamos inclinados a pensar, no entanto, é que a preocupação do governador residia muito mais em impedir que a população se apossasse das terras sem o domínio senhorial das sesmarias. O nosso grifo no trecho do ofício do então governador Melo e Castro é bem sugestivo: **“...sem domínio de senhor a quem as devam pedir e requerer.”**

Assim, mesmo que uma parcela pequena dos 772 lavradores tivesse até 1778 acessado seu lote de terra por simples apossamento direto sem licença, isso se dá de forma restrita em ínfimas e exíguas áreas de terras confinadas pelas águas ou domínios sesmarias. A grande maioria destes agricultores cultivava suas terras sob alguma forma de associação com os senhores de terras que tiveram seus domínios concedidos pelos governadores e a confirmação destes domínios sendo feita posteriormente pelo monarca.

Mesmo considerando que no senso de 1778 identificamos apenas 42 sesmeiros vivos, senhores de 45 sesmarias, isso não significa que as famílias dos demais senhores das 123 sesmarias restantes - possivelmente, à época, já falecidos ou em idades senis - não estivessem tocando seus domínios. Isso somente uma pesquisa bem apurada poderá dizer nas mãos de quem estaria estas terras concedidas desde o início do século XVIII, ou mesmo anterior a 1700.

Quanto às possibilidades de cada um desses 42 sesmeiros, quase a metade é rica, remediada ou mediana (31 no total). Apenas 11 foram considerados pobres pelos recenseadores. A partir das análises feitas foi possível perceber

que a noção de riqueza e pobreza variava de acordo com o recenseador. Isso se deve possivelmente às noções de posse de cada região. Por exemplo, existem casos de pessoas que são consideradas ricas pelo recenseador de determinada localidade e pobres em outras localidades. Pode ser que isso derive das noções de posses de cada um em cada região. Por exemplo um senhor de engenho, dentro dos padrões de posses de Moju, pode aqui ser considerado rico por ser um dos mais remediados na localidade. No entanto, para o padrão de outras localidades, onde suas posses não equivalem aos maiores ricos, então ali pode muito bem ser considerado pobre. A pobreza também pode estar relacionada à condição de cada um administrar seus empreendimentos. Um senhor senil, mesmo proprietário de escravos, muitas vezes é considerado pobre ou miserável, porque não pode viver sem o auxílio de terceiros. Caso muito comum de quem é privado de mobilidade e que necessita do auxílio de escravos ou parentes para suas atividades básicas, como andar, por exemplo. Daí a sua pobreza ou miséria reside no fato das dificuldades que tem de cuidar da sua própria vida, de seus negócios e a administração dos seus familiares.

❖ **Geoprocessamento, técnicas aplicadas e dificuldades encontradas.**

Uma das maiores dificuldades em geoprocessar uma sesmaria se dá pela laconicidade dos seus documentos de registros justamente no que mais nos interessam: sua localização geográfica. Muitas delas nos informam um único ponto toponímico, que, em alguns casos, não mais existe na paisagem da Amazônia atual. Como por exemplo as terras concedidas a Antônio Feliciano da Cunha e Oliveira, no rio Acará: *“uma légua de terras devolutas em quadro no igarapé Marequita, vertente do rio Acará. A referida concessão principia onde findam as capoeiras das terras do Mulato Romão José”*.

Nós conseguimos encontrar o igarapé Marequita e pinçar um de seus pontos qualquer, algo que fica entre a Latitude: -1 48 41.08 e Longitude: -48 7 59.38, mas agora...quanto às capoeiras do Mulato Romão José? Quem é o mulato Romão José? Um posseiro ou remanescente quilombola cujos parentes se embrenharam na mata em tempos idos, rio Acará acima a mais de 60 km de Belém, e que quando, em 1822, o branco Antônio Feliciano chegou, ele, Romão, e ou seus ascendentes já tinham transformado matas virgens em capoeira? Romão José certamente nunca recebeu sua terra por mercês.

Portanto nunca figurará entre os sesmeiros para que possamos tentar procurar nos documentos de sua terra, sua localização.

Ou o caso de Francisco Xavier de Moraes que recebeu por mercês 2 léguas de terras em quadro no rio Mojú, em 1734, que é bem mais complicado. Suas terras situavam no dito rio, *“indo por ele arriba, à mão direita, se achavam terras devolutas, queria se lhe descem duas léguas de terra em quadra começando da tapera dos Miritizeiros para cima em a qual tapera se acha uma sumaumeira grande...”* Aqui, o grau de dificuldade aumenta. O que mais tem na região são meritizeiros e sumaumeiras grandes. Da tapera, nem se fala. Se na época já era tapera o que nos resta hoje? Felizmente cruzando com outros registros de sesmarias descobrimos que Francisco Xavier de Moraes vendera a Domingos Serrão de Castro duas datas de terras, uma de um quarto de léguas em quadro e outra de meia léguas em quadro, como consta no pedido de confirmação destas terras em sesmarias, em 1728,

“em o rio Guajará da qual não pretende data nem mercê, pela ter confirmada por Sua Majestade e comprou mais ao dito Francisco de Moraes meia légua de terras fronteiras ao do quarto, a qual meia légua começa de terras fronteiras ao do quarto, a qual meia légua começa da boca do igarapé Araguaia correndo para o rio Moju, indo desta cidade, à mão direita e como Domingos Luiz se acha demarcado, deve agora começar a demarcação da dita meia légua de terra, do marco do dito Domingos Luiz até o igarapé chamado do Cabresto que será pouco mais ou menos a dita meia légua de fundo pelo mesmo igarapé dentro entrando por ele, à parte direita, a qual meia légua de terra comprou o suplicante para nelas lavar canas para a fábrica de um engenho real de açúcar para cujo efeito serve somente a dita terra por ser alagadiça”.

Nota-se que o pedido de Serrão para que estas terras fossem dadas em sesmarias é anterior à concessão feita a Francisco Xavier de Moraes. Ele, Serrão, portanto, tratou de pedir a confirmação de suas terras justamente porque, à época da compra, Moraes ainda não tinha pedido confirmação destas terras e o restante delas; coisa que só veio fazer seis anos depois. Portanto, mesmo sem a confirmação das terras em mercês, seu senhor já negociava parte delas.

Bom, voltando ao nosso exercício de geoprocessamento, o desmembramento de parte das terras de Francisco Xavier de Moraes nos esclarece sobremaneira a localização das suas terras remanescentes as quais pedira confirmação em mercês de sesmarias. Ela está em algum ponto vizinho ao igarapé Cabresto, algo próximo às coordenadas Latitude: -1 39

41.21 Longitude: -48 29 55.68. Resta agora encontrar seus prováveis limites. Neste caso entra outro trabalho que é o de encontrar todos seus vizinhos. Já temos dois: Domingos Serrão e Domingos Luiz.

Tomando os dois exemplos acima podemos dar uma pequena demonstração no que se traduz o feito de geoprocessar sesmarias. Configura-se em um minucioso trabalho de arte. Algo que todos nós que aventuramos por este campo chamamos de um verdadeiro *quebra-cabeças*, pois assim como no jogo, é praticamente impossível posicionar geograficamente uma propriedade sem que não tenhamos à mão as demais peças de encaixe reunidas no tabuleiro. Além disso é imprescindível que conheçamos a fundo as parcas referências geográficas constantes em seus documentos. Precisamos do que se chama de vasta *erudição toponímicas* para iniciarmos efetivamente o jogo. Felizmente os documentos de sesmarias concedidas na Amazônia nos traz razoáveis pontos topônimos representados pelos seus milhões de igarapés, furos, ilhas e rios. Coisas que o tempo não desfez, a não ser nas regiões dos grandes lagos formadores de hidrelétricas. Outro fator importante é que estes pontos permanecem até os dias atuais com os seus nomes de batismos oriundos da língua geral da Amazônia, o *nheengatu*.

Diferentemente de outras regiões, a ocupação da Amazônia, pela expansão de suas fronteiras agrícolas, se deu até o século XIX, salvo exceção da estrada de Bragança, pelos seus rios e demais cursos d'água. Com a ajuda da maré e das técnicas de navegação dos índios da Amazônia, os colonizadores foram aos poucos ocupando as terras que margeavam os grandes rios em direção às suas nascentes e ao mesmo tempo se embrenhando também pelos seus tributários até onde suas canoas alcançassem. Muitos destes cursos só navegáveis durante as marés altas. Por isso, a imensa maioria das terras exploradas estão às margens de algum rio ou são atravessadas por um curso d'água. Mesmo as terras de campinas, onde se podia caminhar com maior destreza e assim atingir mais remotamente o sertão, em determinadas épocas do ano, se transformavam em grandes alagados.

Portanto, torna-se praticamente impossível entender a história da Amazônia sem o conhecimento prévio desta imensa rede hidroviária que dita cada compasso da vida de seus habitantes ribeirinhos, dia e noite. Assim, um primeiro trabalho de quem quer situar geograficamente seu objeto histórico na região é conhecer estes caminhos fluviais.

Foi que fizemos. Neste primeiro exercício para o geoprocessamento das sesmarias do vale do Tocantins fizemos levantamento de todos os principais cursos d'águas e ilhas em uma imensa área de aproximadamente 1,5 milhões de *ha* na região. Cada rio, igarapé, furo, lago ou ilha foram detalhadamente relacionados em uma tabela Excel com informações de suas coordenadas geográficas em pelo menos um ponto central do seu curso ou extensão. O levantamento destes cursos d'água é hoje relativamente fácil devido às importantes iniciativas nas últimas décadas em sistematizar de forma precisa o geoprocessamento da região por questões fundiárias e ambientais. O resultado deste trabalho governamental e não governamental é a disponibilidade de excelentes plataformas baseadas em *i3Geo*, disponíveis em vários links, com informações cartográficas utilizadas pelos ministérios do Meio Ambiente – MMA; do Desenvolvimento Agrário - MDS e FUNAI. Para nossa pesquisa utilizamos os dados do *i3Geo-MMA*³⁷. Para um trabalho de grande escala estes órgãos já possuem bancos de dados com coordenadas geográficas precisa destes pontos geográficos.

O segundo passo foi o cruzamento desta tabela com o nosso banco de dados onde estão, até o momento, catalogados mais de 2.300 registros de datas e sesmarias com detalhadas informações dessas propriedades e seus senhores, incluindo a informações de sua localização. Em um primeiro momento tivemos dificuldades nas comparações destes dados. Muitas vezes, nos próprios documentos de solicitação, concessão e confirmação, um mesmo rio é grafado de diversas formas. Exemplo do igarapé Genipaúba, cuja foz ou boca, que fica a 12 quilômetros de Belém, na boca do rio Acará, em frente ao porto de Araparí: nos registros são grafados às vezes como Janipaúba, Janupaúba, Janapaúba ou Ginipaúba. Mesmo nos documentos atuais o mesmo curso d'água às vezes é grafado com J ou G. Para complicar existem outros pontos com a mesma denominação. Ou o caso de *Boia-uauçú*, que na língua geral quer dizer cobra grande, o escrivão sem saber traduzia *boia*, cobra, como boi e, além disso *uauçú* nas mais diversas formas pensáveis pelo som do que se ouvia do colono. Neste caso, um criterioso exame destes nomes foi necessário para sua real identificação, tanto nos bancos de dados das referências documentais, quanto nos bancos com informações dos pontos geográficos atuais. Depois de provada a equivalência, passamos para

³⁷ disponível no endereço: http://mapas.mma.gov.br/i3geo/ms_criamapa.php

a padronização gráfica destes nomes. Neste caso um bom dicionário de *nheengatu* sempre ajuda.

Além deste necessário cruzamento e a depuração da grafia dos dados toponímicos, foi necessário outro cruzamento com outro banco de dados onde consta todos os 5.600 *cabeças de famílias* e suas situações no estado do Pará e Rio Negro de 1778. Este cruzamento nos propiciou, pelo menos num espaço de 3 décadas, comparar senhores de sesmarias e cabeças de família e suas respectivas situações (propriedades) com os dados descritos nos documentos de sesmarias. Dessa forma, foi possível a identificação precisa de 42 sesmeiros, o que compensou em grande parte a laconicidade dos documentos de registros de suas sesmarias. Este trabalho também resolveu questões de homônimos entre os sesmeiros.

❖ **Geoprocessamento por pontos: espalhando as peças no tabuleiro.**

O geoprocessamento por pontos é o mais simples, mas não menos trabalhoso, de todos os geoprocessamentos de objetos históricos. Consiste em definir, a partir de uma coordenada geográfica (x, y), a sua representação em um mapa. Utilizamos esta metodologia para que nossas sesmarias, agora transformadas em entidades gráficas, pudessem ser localizadas no mapa da região tocantina. Este procedimento não nos propicia uma localização acurada ou precisa, mas pode responder perguntas que dificilmente teriam solução, não fossem a visualização gráfica do objeto histórico no espaço/tempo. Portanto foi preciso determinar para cada sesmaria uma coordenada em grau decimal para que um programa específico, o *QuantumGis*, processasse as informações transformando em imagem vetorial. A maioria das definições das coordenadas geográficas foi feita manualmente, a partir da base cartográfica do *i3Geo-Mma*, conforme foram os casos de sesmarias que se localizavam em cursos d'água. Outros pontos, quando referiam a ilhas ou localidades, por exemplo, a definição foi automática quando feito o cruzamento da tabela das localidades atuais, já definidas por uma coordenada.

O resultado pode ser visualizado na seguinte imagem:

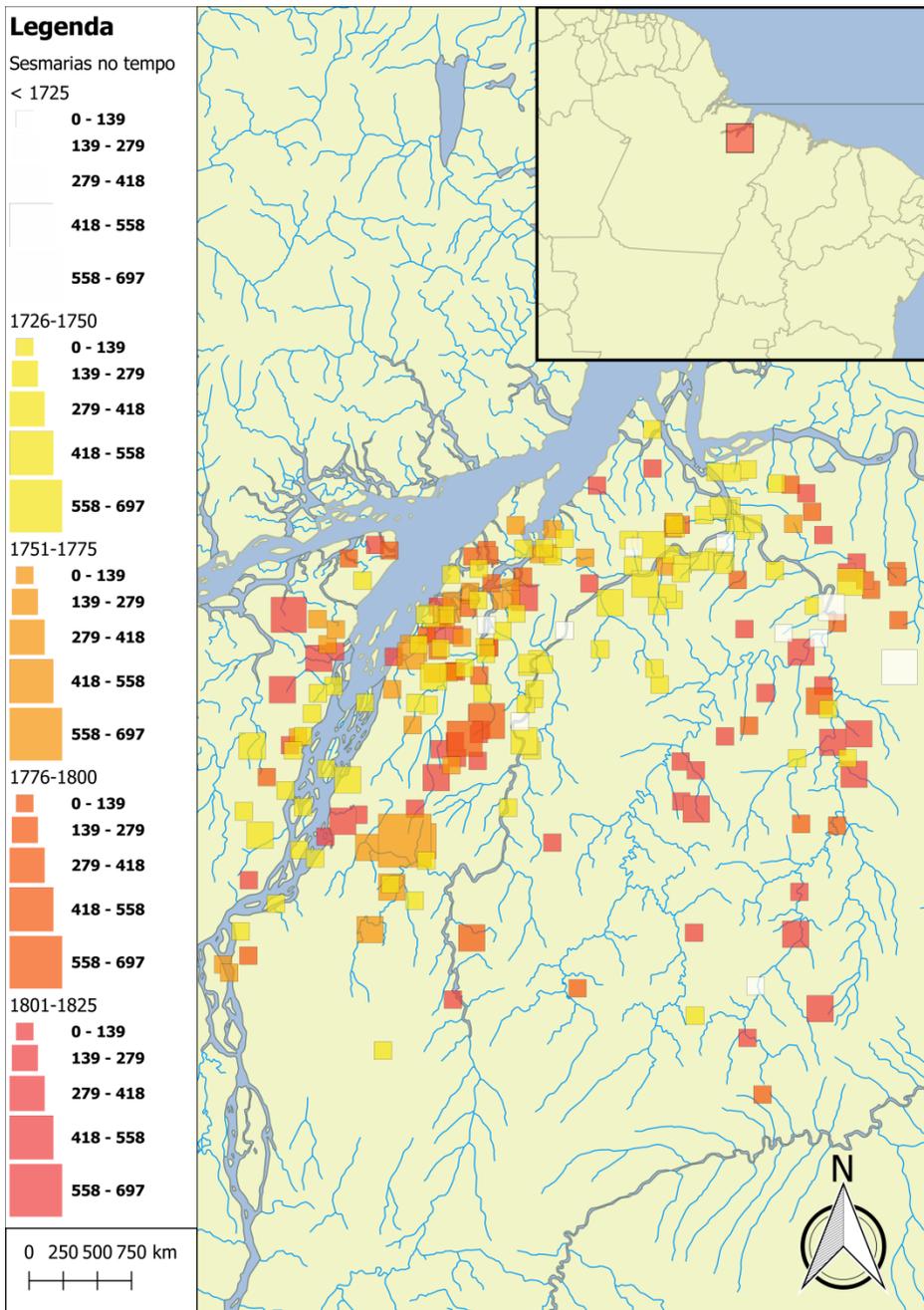


FIGURA 2: SESMEIROS DO TOCANTINS 1: MAPA COM LOCALIZAÇÃO DAS SESMARIAS CONCEDIDAS NAS FREGUESIAS DE CAMETÁ, BAIÃO, AZEVEDO, LIMOEIRO, BARCARENA, CONDE, BEJA, ABAETÉ, IGARAPÉ-MIRI, MOJU, ACARÁ E NOVA ACARÁ, NO VALE DO TOCANTINS, NO ESTADO DO PARÁ, NO PERÍODO DE 1700 A 1825.

No mapa, os pontos representando as sesmarias estão em quatro graduações de cores que representam da mais clara para a mais escura, as mais antigas, desde 1700, até as últimas concedidas, 1825. Portanto, mais claras mais antigas, mais escuras mais recentes. Quanto ao tamanho determinamos cinco intervalos que representam as áreas de cada sesmaria em quilômetros quadrados. As menores até 139 quilômetros quadrados (13.900 ha) e as maiores chegando até a 697 quilômetros quadrados (69.700 ha). O tamanho médio das sesmarias nesta região fica em torno de 6.000 hectares. Aqui um ponto que merece destaque: apesar do tamanho médio das sesmarias, para os nossos dias, parecer extensa; para o padrão do Brasil colônia, não era. Esta é uma característica bem marcante das concessões de terras na Amazônia, no século XVIII: as sesmarias dificilmente passavam de 2 léguas em quadro e nunca de mais de 4 léguas em quadro. Ou seja, nunca passavam de uma área quadrada, formada a partir de um ponto central de onde saíam quatro segmentos norte, sul, leste e oeste medindo quatro léguas cada um; ou melhor ainda, para nosso entendimento contemporâneo: algo em torno de 697 km² o que seria o mesmo que 69 mil e 700 hectares. Situação bem diferente das demais áreas da América Portuguesa. Na Bahia, por exemplo, foram concedidas a Antônio Guedes de Brito, o conde da ponte, no século XVII, três sesmarias consecutivas, totalizando 160 léguas de terras.

De qualquer forma, mesmo pequenas para os padrões de sesmarias, as concessões feitas na região tocantina no período de 1700 a 1825 superaram, pelos registros que conhecemos até o momento, mais de 1 milhão e 400 mil hectares.

Quanto ao avanço da fronteira agrícola, as primeiras ocupações se dão ao longo do *caminho de dentro*³⁸, principalmente ao longo do rio Moju e no rio

³⁸ O caminho de dentro é a hidrovia mais utilizada desde Belém até o Amazonas. Ao sabor das marés iniciava-se viagem pelo porto da cidade do Pará (Belém), aproveitamento a maré alta, até o engenho da ribeira no rio Moju, passando primeiro pelo rio Acará. Em uma segunda maré subia-se o Moju e depois tomava-se o canal de Igarapé Miri até Santana. Numa terceira maré, saía-se de Santana até a baía de Marapatá, já no Tocantins, atravessando-o até Limoeiro, dali seguindo, sempre ao sabor das marés, por outros furos, igarapés, canais e rios até alcançar o Amazonas, pelo rio Aiqui, na altura da Vila de Almeirim, que ficava na sua margem oposta. Sobre o caminho de dentro consultar o capítulo "*Quando o roteiro é mais*

Acará, notadamente no encontro do rio Acará-Miri e Meriti-Pitanga que é a continuação do alto Acará, no período que vai de 1700 a 1725 (pontos brancos). Já se nota aqui também o estabelecimento em terras mais distantes, como as nascentes do rio Acará e lugares mais remotos do rio Moju. Depois uma forte incursão em todos os cursos dos rios Mojú, Acará, Acará-Miri e Meruú-açu, desde suas bocas até o entroncamento com seus principais tributários; além de intensificar a ocupação em todas as margens do rio Tocantins, no período que vai de 1726 a 1750. Já nos dois últimos períodos que vão de 1751 a 1825 podemos notar uma forte ocupação dos rios Meriti-Pitanga, Alto_Acará e Acará-Mirim, que são bifurcações, para as nascentes, do rio Acará; e dos rios Caji e Meruú, que são extensões do Meruú-açu.

No mapa abaixo a representação do caminho de dentro - em vermelho - e a clara concentração de terras ao longo do seu trecho até agora estudado, de Belém a Limoeiro.

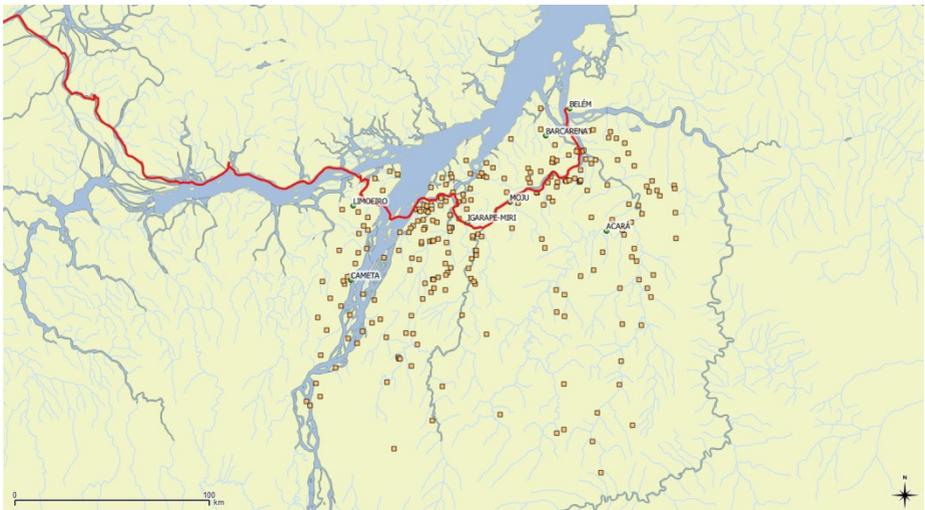


FIGURA 3: CAMINHO DE DENTRO: MAPA COM LOCALIZAÇÃO DAS SESMARIAS CONCEDIDAS NAS FREGUESIAS DE CAMETÁ, BAIÃO, AZEVEDO, BARCARENA, CONDE, BEJA, ABAETÉ, IGARAPÉ-MIRI, MOJU, LIMOEIRO, ACARÁ E NOVA ACARÁ, NO VALE DO TOCANTINS, NO ESTADO DO PARÁ, NO PERÍODO DE 1700 A 1825, COM DETALHE DA HIDROVIA DENOMINADA "CAMINHO DE DENTRO".

que o caminho: espacializando a narrativa de viagem do Vigário Noronha", presente nesta mesma coleção.

❖ **Geoprocessamento por polígonos: montando o *quebra-cabeças*.**

O geoprocessamento por polígonos, mais complexo e trabalhoso, consiste em delimitar no espaço geográfico a área correspondente aproximada de uma região, cidade, vila, ou, como no nosso caso, propriedades rurais. Este procedimento, por ser mais acurado, nos dá uma ideia mais precisa da localização. O inconveniente é que o trabalho deve ser todo artesanal. O pesquisador deve desenhar literalmente a planta da propriedade. E para isso, obrigatoriamente, deverá saber por onde traçar cada lado de seu quadrado, retângulo, triângulo ou qualquer polígono mais complexo. Em outras partes do Brasil onde ocorrem poucos rios, as sesmarias são demarcadas a partir de um ponto central, denominado *peão*, e dali estendendo *braças* (cordas de medida de comprimentos) em quatro direções distintas, norte, sul, leste e oeste. Se a concessão fosse de 1 légua em quadra, media-se o comprimento de uma légua em cada uma das quatro direções e depois unia-se os quatro pontos e uma única linha formando um quadrilátero. Já na Amazônia, por conta dos rios, normalmente as frentes das sesmarias acompanhavam o curso d'água e os demais lados entravam sertão adentro em linhas retas. Citamos aqui o exemplo da sesmaria que o governador do Pará, João de Abreu de Castelo Branco, concedeu, a Roberto Serrão de Castro, em 21 de novembro de 1746: "*duas léguas de terra de frente e uma de centro no rio Pindobal mirim, à mão direita, principiando das primeiras terras firmes.*"

O mapa a seguir ilustra bem os dois modos de medição. As sesmarias de José Feliciano Botelho de Mendonça e Antônio Duarte Sugiro, concedidas no rio Pindaré, próximas à Vila de Viana, no Maranhão, têm as suas frentes os formatos dos segmentos do rio. Já a sesmaria concedida à Câmara da Vila de Viana tem o formato de léguas em quadro:



FIGURA 4: SESMEIROS DO PINDARÉ: [MAPA DA REGIÃO DO RIO PINDARÉ E LAGO DE VIANNA COM AS SESMARIAS DISPUTADAS AOS ÍNDIOS] DESENHADO POR DIOGO GUILHERME BOYHE, EM 1822, EM TINTA FERROGÁLICA, ESCALA DE DUAS LÉGUAS, TAMANHO 64,5 X 98CM EM F. 69,5 X 104,5. MAPA FEITO A PEDIDO DO SENHOR DE ENGENHO GUILHERME WELLSTOOD, TAMBÉM CAPITÃO DA GALERA INGLESA "GEORGE", PARA SUBSIDIAR REQUERIMENTO ONDE SOLICITAVA CONCESSÃO DE TERRAS NA MESMA REGIÃO. ORIGINAL FAZ PARTE DO ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL, COPIA DIGITAL DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BDLB.BN.GOV.BR/ACERVO/HANDLE/123456789/15743](https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/15743)

A medição de léguas em quatro para nós seria bem mais simples se existisse até em nossos dias o ponto central de onde partiam as medições, o já citado *peão*. No entanto, nem sempre é possível encontrar estes referenciais. Muitos deles, hoje, perdidos. Felizmente, as sesmarias da Amazônia, como já dissemos aqui, têm sempre suas frentes banhadas por um curso d'água. Muitas vezes até seus fundos são limitados por outro rio ou igarapé. E muitas vezes, para nossa felicidade, todos os seus lados delimitados, em se tratando de ilhas.

Foi isso que experimentamos na nossa primeira investida para montagem do grande tabuleiro de quase 1,5 milhão de hectares do vale do Tocantins colonial:

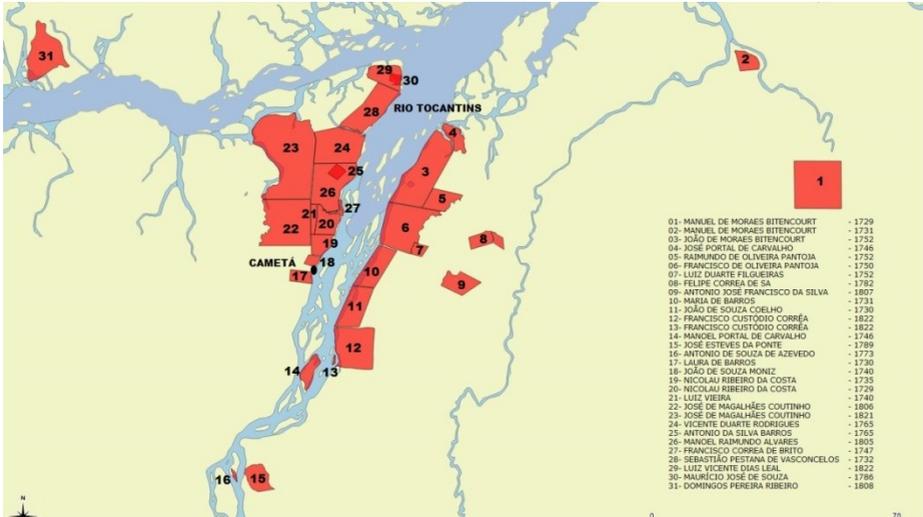


FIGURA 5: SESMEIROS DO TOCANTINS 2: MAPA COM LOCALIZAÇÃO DE UMA PEQUENA PARTE DAS SESMARIAS CONCEDIDAS NAS FREGUESIAS DE CAMETÁ, BAIÃO, AZEVEDO, LIMOEIRO, BARCARENA, CONDE, BEJA, ABAETÉ, IGARAPÉ-MIRI, MOJU, ACARÁ E NOVA ACARÁ, NO VALE DO TOCANTINS, NO ESTADO DO PARÁ, NO PERÍODO DE 1700 A 1825, COM DETALHE DA HIDROVIA DENOMINADA "CAMINHO DE DENTRO".

A primeira coisa que nos saltam aos olhos é o cercamento total das terras ao longo das duas margens do rio Tocantins próximas à vila de Cametá. E não poderia ser diferente. A soma das áreas de todas as sesmarias concedidas em todo o século XVIII e nas duas primeiras décadas do século XIX equivale aproximadamente a uma área aproximada de 1,4 milhão de hectares. Contando que a nossa área estudada tem uma extensão aproximada de 1,5 milhão de hectares - e se tirarmos fora as terras ocupadas pelos rios - o que sobrar de terras firmes é inferior àquele 1,4 milhão de hectares concedido. É claro que algumas áreas de terras foram concedidas, ficaram devolutas por abandono dos seus primeiros donos e depois concedidas novamente a um segundo sesmeiro.

Mesmo assim, são poucos estes casos. Aqui por exemplo, detectamos apenas dois casos de sobreposição de sesmarias. O primeiro deles se trata da sesmaria concedida a Luiz Vicente Dias Leal, em 1822, que sobrepõe à de Maurício José de Souza concedida em 1786. Será que Maurício José de Souza abandonou suas terras? Tornando essas devolutas? É um caso de se

investigar. A mesma coisa acontece, no segundo caso, com a sesmária concedida a Manoel Raimundo Alvares, em 1805, que está sobrepondo aquela anteriormente concedida a Antonio da Silva Barros, em 1765.

Este mapa também já mostra um pouco a influência da família Bitencourt, aquela que recebeu o bispo Caetano Brandão, em Cameté, em 1786. Nota-se as extensões e localizações das suas três sesmárias em três pontos distintos e estratégicos para a moagem de cana e fabrico do açúcar. Mostra também aquilo que já referimos aqui sobre a influência que tinham alguns senhores de Cameté sobre os vales vizinhos dos rios Acará e Mojú e Igarapé-Miri.

❖ Conclusão.

Uma primeira e objetiva vantagem de trabalhar com georreferenciamento é esta possibilidade de você aumentar a capacidade de entendimento de um tema. Os documentos de concessões de sesmária, por si só, nos dizem pouca coisa. São muito lacônicos, vagos e repetitivos. Mesmo quando você conta com uma sistematização destes documentos através de um banco de dados, o diálogo com estas fontes ainda continua quase que monologar. Você consegue saber algumas coisas, até muitas, mas sempre na forma estatística. Mas quando você transforma estas informações em imagens, elas se tornam prolixas. Neste caso, esta maior capacidade de falar das fontes nos respondem muitas questões que seriam difíceis de responder somente por dados estatísticos.

Hora, nós poderíamos, estatisticamente, responder a nossa questão central deste artigo que foi a de provar que, na região do vale do Tocantins, toda as terras acessíveis aos lavradores, criadores ou usineiros estavam cercadas por sesmárias. E que, então, estes lavradores, criadores ou usineiros tinham que ser obrigatoriamente sesmeiros ou contratantes ou agregados destes sesmeiros. Para isso, bastávamos mostrar o total de sesmárias concedidas na área, estipular aí algumas variáveis que indicassem desistências, revendas, percas de concessões, transmissões dessas sesmárias, grau de avanço da fronteira agrícola e assim afirmar ou não se realmente em determinada época havia ou não terra de sobra que não fosse sesmária. Mas aí estes dados estatísticos podem ser contestados por uma série de fatores.

No entanto, quando você torna estas informações, como no caso aqui, visíveis, a afirmação torna quase que irrefutável.

Desta forma, podemos concluir que o nosso objetivo, neste artigo, de analisar a aplicabilidade de recursos e técnicas baseados na produção de sistemas de informação geográfica (SIG), para delinear as conformações espaciais ao longo do tempo das distribuições de terras por mercês de Sesmarias na Amazônia do Século XVIII e primeira metade do XIX, foi a contento.

❖ Referências e bibliografia

- ACEVEDO, Marin, Rosa E. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. Belém: Papers do NAEA, nº 131, 2000.
- ALVEAL, Carmen. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th–18th Century*. Tese de doutoramento em História. Baltimore: Johns Hopkins University. 2007.
- AMARAL, António Caetano de. *Memórias para a história da vida do venerável D. Frei Caetano Brandão*. 2 vols. Lisboa, Na Impressão Régia, 1818. 2ª ed. Braga, 1867.
- ANGELO–MENEZES, Maria de Nazaré. *Carta de Datas de Sesmarias. Uma leitura dos componentes mão de obra e sistema agroextrativista do vale do Tocantins Colonial*. NAEA, Paper nº 151. Junho/2000
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentário crítico por Andrée Mansuy Diniz Silva. Lisboa: CNCDP.2001.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corographico da Província do Pará*. Pará, Typ. de Santos e Menor, 1839
- BARATA, Manuel de Mello Cardoso. *A capitania do Camutá*. Revista do Instituto Geographico e Historico Brasileiro, 69, parte II: 181–192.1908.
- BARLETA, Leonardo Brandão *O sertão partido: a formação dos espaços no planalto curitibano (séculos XVII e XVIII)*. Curitiba, 2013.
- BETTENDORFF, João Felipe, SJ. *Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão*. Belém: SECULT.1990 [1698].

- BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.1712–1728.
- DANIEL, João Pe. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas (1757–1776) Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1976. 766 p
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras.2005.
- LIMA, Ruy Cirne. Pequena História Territorial do Brasil. Sesmarias e Terras Devolutas, 4ª edição. Brasília: ESAF.1988.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Época Pombalina – correspondência inédita do Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751–1759). 3 vols. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.1963.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Possesiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro–mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750–1850). Tese de Doutorado – Recife: [s.n.], 2003.
- PORTO, Costa. Estudo sobre o Sistema Sesmarial. Recife: Imprensa Universitária.1965.
- PRUDENTE, L. T. Processo de geoprocessamento histórico de sesmarias da Ribeira do Acaraú, Ceará, século XVIII. In: ENCONTROS COLONIAIS. Natal, 29 ago. 2012.
- RAU, Virgínia. Sesmarias Medievais Portuguesas. 2ª ed. Lisboa: Presença.1982.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Os Agregados: Uma Tipologia ao Fim do Período Colonial (1780-1830). São Paulo. IPE - Instituto de Pesquisas Econômicas. Revista Estudos Econômicos, Vol. II, setembro/dezembro, n. 3, 1981.
- SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550–1835. São Paulo: Companhia das Letras.2008.
- SPIX, Johan Baptist Von e MARTIUS, C. F. Von. Viagem pelo Brasil 1817–1820. São Paulo: Melhoramentos, 1976

Sertão Repartido: Sesmarias e a Formação do Espaço Colonial. (Curitiba, séculos XVII e XVIII)³⁹

Leonardo Barleta

Os estudos clássicos sobre a propriedade fundiária no período colonial enfatizam a concentração de terras em mãos de poucos indivíduos que ocupavam o topo da hierarquia daquela sociedade. Tais interpretações destacam, no interior do processo de colonização do Brasil, a formação de grandes latifúndios monocultores voltados à exportação de gêneros tropicais cujo comércio seria controlado pela metrópole portuguesa. A centralidade do latifúndio é mantida mesmo em áreas “acessórias”, aquelas que não produziam diretamente para o mercado internacional, mas que estavam comprometidas em garantir o abastecimento interno das regiões mais dinâmicas da colônia.⁴⁰ A concentração fundiária estaria associada, por sua vez, a criação de mecanismos que excluía a grande maioria da

³⁹ Este capítulo é uma versão revisada de parte de minha dissertação de mestrado “O Sertão Partido: A formação do espaço no planalto curitibano (séculos XVII e XVIII)”, defendido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná em 2013. Agradecimentos à Maria Luiza Andrezza (orientadora) e Martha Daisson Hameister (co-orientadora), além de aos membros das bancas Antonio Cesar de Almeida Santos, Tiago Gil e Ana Maria Burmester. Esta pesquisa foi financiada por meio de bolsa de mestrado oferecida pela CAPES/Programa REUNI.

⁴⁰ Alguns dos exemplos mais importantes são CANNABRAVA, Alice, *A grande propriedade rural*, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de, **História Geral da Civilização Brasileira: A época colonial. Administração, economia e sociedade.**, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, v. II, tomo I; LIMA, Ruy Cirne, **Pequena história territorial do Brasil**, Brasília: ESAF, 1988; PRADO JÚNIOR, Caio, **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**, São Paulo: Brasiliense, 1942; COSTA PORTO, José da, **O sistema sesmarial no Brasil**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979; SCHWARTZ, Stuart B., **Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835**, Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1985; SCHWARTZ, Stuart B., *Plantations and peripheries, c. 1580-c. 1750*, in: BETHELL, Leslie (Org.), **Colonial Brazil**, Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1987, p. 67–144.

população do acesso à terra, representado sobretudo pela legislação relativa a concessões de títulos de posse em novas áreas de colonização, resultando em uma sociedade extremamente desigual e cujo “impacto sobre a estrutura fundiária do país faz-se sentir até hoje”.⁴¹

Central neste modelo explicativo é o instituto da sesmaria, o principal instrumento legal de concessão de terras que vigorou no Brasil desde o começo da colonização até a independência. Criado originalmente no século XIV para a distribuição de terras em Portugal, enquanto o reino enfrentava uma crise de abastecimento e abandono do campo⁴², o transplante da legislação sesmarial para o Novo Mundo teria produzido o efeito contrário ao seu desígnio original. Nas porções do território americano que a Coroa Portuguesa reivindicava para si como descoberta e conquista, autoridades metropolitanas, através de diversos agentes como governadores, donatários e seus loco-tenentes, distribuíram títulos de terras (conhecidos como cartas de sesmaria) a sujeitos que eram considerados capazes de explorá-las. Com ampla autonomia para conceder estas parcelas de terra, tais autoridades teriam favorecido, por um lado, parte das elites locais ligados a elas e, por outro, interpretado os critérios da concessão em termos da riqueza (sobretudo, na posse de escravos) ou precedência (nobreza, nascimento). Este procedimento de concessão, pois, teria limitado a maioria da população em obter acesso à – ou, ao menos, a posse legal da – terra ao passo que não reuniam cabedal político e/ou econômico suficientes. Por este motivo, o instituto das sesmarias tem sido compreendido como o alicerce de uma sociedade altamente excludente baseada no latifúndio monocultor.

⁴¹ABREU, Maurício de Almeida, A apropriação do território no Brasil Colonial, *in*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.), **Explorações geográficas: percursos no fim do século**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 203. Para uma revisão extensa dos trabalhos que relacionam a distribuição de sesmarias e formação dos latifúndios, ver NOZOE, Nelson, **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo**, Tese de livre-docência, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 1–25. Para a área geográfica desta pesquisa, ver PINHEIRO MACHADO, Brasil, Formação histórica, *in*: PINHEIRO MACHADO, Brasil; BALHANA, Altiva Pilatti (Orgs.), **Campos Gerais: estruturas agrárias**, Curitiba: Faculdade de Filosofia - UFPR, 1968; RITTER, Marina Lourdes, **As sesmarias do Paraná no século XVIII**, Curitiba: IHGEPR, 1980.

⁴²RAU, Virginia, **Sesmarias medievais portuguesas**, Lisboa: Editorial Presença, 1982.

Embora não se questione a relação entre a formação de extensas propriedades rurais com a distribuição de títulos de sesmaria, o foco exclusivo em um dos *resultados* da implantação desta legislação negligencia o *funcionamento* deste instituto, obscurecendo a ação de agentes sociais envolvidos no processo de distribuição de tais títulos bem como a sua relação com processos históricos distintos da formação do latifúndio. Este capítulo tem como objetivo ampliar esta interpretação, argumentando que as sesmarias não apenas organizaram o espaço produtivo agropecuário no Brasil colônia, mas também criaram os meios institucionais para o exercício do controle sobre o espaço por diversos agentes e permitiram a formação e o assentamento da sociedade colonial ao longo do continente americano. Ou seja, a concessão de uma sesmaria indica não apenas o interesse sobre a terra enquanto elemento produtivo – isto é, montar uma fazenda ou curral para iniciar uma produção econômica – mas também um recurso estratégico utilizado por diferentes agentes em sua trajetória social.

Como este estudo demonstra no caso específico das concessões de terra na vila de Curitiba, as sesmarias estiveram relacionadas, ao menos, a ocupação de novos territórios e a sedimentação de instituições portuguesas no continente americano, a estratégias de ascensão social levadas a cabo por grupos familiares e a busca do ouro, a políticas expansionistas da coroa portuguesa e, é claro, a formação da grande propriedade rural que marcou o regime fundiário do período colonial. Ou seja, o latifúndio não o único resultado necessário do instituto da sesmaria, ao passo que ele permitiu uma vasta gama de ações entre os agentes envolvidos e produziu feições espaciais diferentes da grande propriedade monocultora.

A interpretação proposta se baseia em abordagem distinta dos trabalhos mais tradicionais sobre o tema, que majoritariamente focaram na análise das leis relativas a sesmaria. Ao contrário, este estudo foca na aplicação deste regime jurídico a “rés-do-chão” e na prática social a ela relacionada.⁴³ Seguindo tais diretrizes, o presente trabalho analisa a concessão de cartas de sesmaria em uma região específica – a vila de Curitiba, de seu surgimento em meados do século dezessete até os finais do

⁴³ Tal enfoque segue a proposta metodológica defendida em HESPANHA, António Manuel, **As vésperas do Leviathan : instituições e poder político : Portugal - séc. XVII**, Coimbra: Livraria Almedina, 1994; HESPANHA, António Manuel, Direito Comum e Direito Colonial, **Panóptica**, v. 1, n. 3, p. 95–116, 2006.

século seguinte – buscando entender de que maneira tais concessões se enquadravam em processos históricos mais amplos e seu significado social para os agentes e grupos sociais que formaram a sociedade colonial. As unidades de análise adotadas são os sesmeiros e suas concessões, com especial foco em suas relações sociais, familiares e com demais agentes envolvidos na distribuição das cartas de sesmaria e com a própria região em que receberam uma concessão.

A metodologia utilizada, assim como nos demais capítulos desta coletânea, se apoia na aplicação de técnicas de georreferenciamento na pesquisa histórica. A atividade de pesquisa centrou-se na tentativa de espacializar as cartas de sesmaria, associando cada feição geográfica aos dados relativos a vidas dos sesmeiros.⁴⁴ Todavia, o presente capítulo não se estenderá nos procedimentos metodológicos relativos ao georreferenciamento, dado que já foram objeto de estudo detido de outros textos desta coletânea.⁴⁵ Acrescenta-se apenas que o esforço de mapeamento não pode ser compreendido um exercício de “preciosismo histórico” – como descobrir o local exato onde algo ocorreu ou onde determinado objeto se localizava. Pouco vale um novo mapa se a história contada é a mesma. O empreendimento realizado aqui se justifica, assim como a própria proposta deste volume, pelo fato de o georreferenciamento ajudar a revelar relações e padrões espaciais que seriam pouco visíveis a partir de outras abordagens. A localização das concessões de sesmarias, pois, se mostrou crucial para entender como determinados grupos sociais se organizavam, o que pretendia, e como eles produziram marcos espaciais que definiram a paisagem colonial.

Além de evidenciar tais relações espaciais, este texto busca privilegiar outro viés aberto pelo recente uso técnicas de mapeamento digital e redescoberta dos mapas por historiadores: o da narrativa espacial. O espaço do planalto

⁴⁴ O trabalho de Marina Ritter foi pioneiro ao usar técnicas de cartografia tradicional (isto é, em papel) para o mapeamento das sesmarias. Embora os mapas aqui apresentados divirjam consideravelmente aos dela tanto na seleção das cartas quanto em sua localização espacial, seu estudo foi indispensável para o desenvolvimento metodológico da pesquisa. RITTER, **As sesmarias do Paraná no século XVIII**.

⁴⁵ Vide as contribuições de Elenize Trindade Pereira e Durval de Souza Filho neste volume.

curitibano, antes do que o cenário no qual a história se passa, é aqui tratado em seu processo de formação e os mapas apresentados em companhia do texto representam este movimento. Desta forma, eles não funcionam como mero auxílio explicativo do texto, mas são ferramentas essenciais de argumentação e demonstração que dificilmente poderiam ser feitos de outra forma. Sumariamente, os mapas aqui apresentadosuma história, não apenas ornar ou esquematizam o texto.⁴⁶

O capítulo é iniciado por uma breve análise (não-exaustiva)da legislação portuguesa sobre as sesmarias a partir de um conjunto bastante heterogêneo de leis, ordens, alvarás e cartas. Busca-se compreender as especificidades da aplicação deste instrumento jurídico no contexto ultramarino e, sobretudo,na capitania de São Paulo e na vila de Curitiba. A seguir, o foco recai sobre as concessões de terra no planalto curitibano, em um esforço de considerar o conteúdo temporal e espacial de cada doação e observando as conjunturas específicas pela qual se fez o rateio do espaço em que se instalou esta vila. A parte principal do texto se ocupa na identificação de grupos e conjunturas distintas no interior da série de cartas de sesmaria, aprofundando individualmente em cada subconjunto de concessões. Ao final, em um exercício de síntese, a distribuição destes títulos éconsiderada em relação à distribuição populacional, dando indícios acerca de personagens excluídos da posse formalde terras.

❖ **Hei por bem fazer mercê de lhe dar de em sesmaria: a legislação sesmarial na vila de Curitiba**

As sesmarias eram doações de terras feitas pela Coroa portuguesa a pessoas, individual ou coletivamente, que apresentassem interesse e cabedal suficientes para explorar os terrenos requeridos. Elas foram instituídas pela Lei das Sesmarias criada por D. Fernando I em 1375 – e depois incorporada às Ordenações Afonsinas de 1446 e às ordenações posteriores – e tinham como objetivo aumentar a produção agrária do reino. No momento de criação da lei, o reino passava por uma severa crise de abastecimento, resultado da evasão de parte significativa da população do campo para as cidades e o

⁴⁶TUFTE, Edward R., **The visual display of quantitative information**, 2nd ed. Cheshire, Conn: Graphics Press, 2001.

consequente abandono de áreas rurais. O instituto também contribuiu para que territórios tomados dos mouros, no processo da reconquista cristã da Península Ibérica, fossem incorporados ao reino português. A nova legislação veio, assim, no sentido de reorganizar a propriedade fundiária, tentando coibir o êxodo para os núcleos urbanos e garantir a exploração e produtividade de terrenos férteis. Para tanto, a lei de 1375 vinculava o domínio útil da terra – isto é, o seu direito de uso – ao cultivo em determinado período de tempo; caso não cumprido, o beneficiário perdia sua concessão, permitindo que a Coroa redistribuísse as terras incultas a quem se prontificasse a explorá-las, evitando que elas ficassem abandonadas.⁴⁷

Com o descobrimento e colonização do Brasil, o regime jurídico das sesmarias foi transplantado para o Novo Mundo e perdurou até a independência da nação, tornando-se a principal forma de distribuição e acesso a terras nos domínios americanos sob jurisdição portuguesa. Todavia, a situação encontrada na América era distinta da Península Ibérica, fazendo com que a legislação sobre o assunto necessitasse contínua reformulação matizado pelas conjunturas e projetos para o além-mar. A implantação de um “sistema sesmarial”⁴⁸ no Novo Mundo foi tema constante na correspondência com Lisboa, visando regular as atividades dos sesmeiros e daqueles que possuíam a prerrogativa para sua distribuição e fiscalização.

Uma das principais características da implantação do regime das sesmarias no Brasil foi a quantidade virtualmente irrestrita de terras, intensificada em regiões fronteiriças como o planalto curitibano. Nestas áreas, a distribuição da população não se fazia no interior de limites bem delimitados, mas se estendia até onde o potencial demográfico suportava ou que topasse com outros movimentos, como de populações nativas ou avanços castelhanos. Assim, ao contrário de redistribuí-las visando sua exploração econômica, a

⁴⁷ RAU, **Sesmarias medievais portuguesas**; ABREU, A apropriação do território no Brasil Colonial, p. 201–203; NEVES, Erivaldo Fagundes, Sesmarias em Portugal e no Brasil, **POLITEIA: Hist. e Soc.**, v. 1, n. 1, p. 111–139, 2001; RITTER, **As sesmarias do Paraná no século XVIII**, p. 10–14.

⁴⁸ A expressão “sistema sesmarial” tem sido de uso corrente na historiografia sobretudo a partir da obra de COSTA PORTO, **O sistema sesmarial no Brasil**. No entanto, o termo “sistema” tende a supor uma coerência excessiva a um conjunto legal que, nos domínios ultramarinos, é descontínua e dispersa, como indicado nesta seção do texto.

concessão das cartas de data de terras mirou além do simples cultivo: foi um instrumento de incentivo à ocupação territorial nos domínios ultramarinos e da dilatação das fronteiras efetivamente povoadas. Ainda, reforçavam os vínculos de vassalagem com o rei, permitindo que a coroa portuguesa possuísse alguma forma de controle sobre seus súditos em áreas remotas e integrasse novos torrões ao domínio imperial.⁴⁹ Maurício Abreu aponta ainda outras características que distinguiram as sesmarias no reino e no Brasil, adequando-se aos objetivos da colonização, como o caráter perpétuo das concessões, a não observação do tempo fixado para o cultivo, tamanho excessivos das doações e a restrição de acesso a maioria da população. O resultado, segundo ele, é que o propósito primeiro desta instituição (a redistribuição) se inverteu em domínios americanos, pois favoreceu a concentração de terras em poucas mãos.⁵⁰

A legislação sobre as sesmarias no Brasil é constituída por um emaranhado de ordens, alvarás, provisões e toda a sorte de documentação oficial que circulou entre os domínios ultramarinos e Lisboa, de tal forma que é impraticável falar sobre um corpo legal uniforme e coerente sobre a matéria. Acompanhando a documentação das várias capitânicas, é possível perceber a extrema dispersão que caracteriza os registros, que versavam sobre os mais diversos tópicos, como o tamanho das concessões, as obrigações e os direitos dos sesmeiros, os rituais de posse e a autoridade de quem concede. A variação das resoluções adotadas pela Coroa portuguesa e por suas autoridades ultramarinas demonstra a preferência pela regulamentação voltada a áreas e contextos específicos, de tal forma que as leis aplicadas a todo o reino e compiladas nas ordenações devem ser analisadas em conjunto com as disposições locais.⁵¹ Pode-se adicionar ainda as práticas locais relacionadas a concessão e, sobretudo, a formalização das doações (como, por exemplo, o processo de medição realizado pelos oficiais das câmaras municipais).⁵² Por fim, este arcabouço legal é compilado e parcialmente

⁴⁹MOTTA, Marcia Maria Menendes, *The Sesmarias In Brazil: Colonial Land Policies In The Late Eighteenth-Century*, e-JPH, v. 3, n. 2, inverno, 2005, p. 10–11.

⁵⁰ABREU, A apropriação do território no Brasil Colonial, p. 204.

⁵¹ Um quadro amplo sobre esta legislação é explorada em NOZOE, **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo**, p. 26–73.

⁵²Sobre processo de mediação e os conflitos a ele relacionados, ver FONSECA, Cláudia Damasceno, **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**, Belo Horizonte: EDUFMG, 2011.

reproduzido na própria carta de sesmaria, o documento que efetivava a posse da terra e descrevia as condições de tal concessão.

Como base legal das sesmarias distribuídas no planalto curitibano, vigorava as *Ordenações Filipinas*, promulgadas no início do século XVII e válidas durante todo o período estudado.⁵³ O título XLIII do livro IV – *Das Sesmarias* – era a primeira das compilações de leis do reino a utilizar o termo que se tornou corrente (sesmaria), identificando-o como “as dadas de terras, casaes, ou pardieiros, que foram, ou são de alguns Senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são.”⁵⁴ Para manter a posse de um lote de terras, a legislação exigia que o suplicante o cultivasse no prazo de um ano – a despeito da inspeção e das sanções legais apenas serem realizadas após cinco anos – e que as terras almejadas fossem especificadas a fim de verificar a quem pertencia os direitos de senhorio e se estavam desocupadas. Caso o objeto da requisição fosse “matos maninhos, ou matas e bravios, que nunca foram lavrados e aproveitados, ou não há memória de homens, que o fossem, os quais não foram coutados”⁵⁵, o terreno deveria ser primeiro inspecionado por uma autoridade competente para depois ser dado em concessão.⁵⁶

Não há referências específicas para o ultramar e, mesmo após as quatro edições da lei, Carmen Alveal aponta que a legislação filipina manteve o

⁵³ Carmen Alveal aponta a pouca diferença entre as quatro edições que a legislação das sesmarias teve, iniciado com a Lei de 1375, e sendo incorporada com algum retoque nas três ordenações posteriores: Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. Cf. ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira, **História e Direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros no Rio de Janeiro (século XVIII)**, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 41. Quanto sua validade pelo período de estudo, Ruy Cirne Lima sugere que no final do século XVII, quando o regime sesmarial cai em desuso no reino, a concessão de sesmarias passou a ser regulamentada no espaço ultramarino por disposições especiais que se distanciaram do texto das ordenações. Cf. LIMA, **Pequena história territorial do Brasil**, p. 42–43.

⁵⁴ ALMEIDA, Cândido Mendes de (org.). **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I**. Livro IV. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870, p. 822.

⁵⁵ ALMEIDA, **Código Philippino**, p. 825

⁵⁶ ALVEAL, **História e Direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros no Rio de Janeiro (século XVIII)**, p. 50–53.

caráter “sofismático” das anteriores, isto é, estava distante da aplicação efetiva. Como consequência, foram necessários uma quantidade enorme de alvarás, cartas régias, provisões e ordens para regular a matéria na América portuguesa.⁵⁷ Esta documentação encontra-se dispersa entre as capitanias, com leis e instruções específicas aos governos de cada uma das capitanias. Ainda assim, é possível encontrar certa repetição de assuntos abordados em locais e épocas distintas, dentre os quais estão as qualidades necessárias para ganhar uma sesmaria, as obrigações implicadas na posse e regulações sobre o tamanho dos terrenos. A recorrência demonstra, por um lado, os tópicos que eram de interesse da Coroa portuguesa e, por outro, não cumpridos pelos administradores ultramarinos e habitantes a América e, portanto, reforçados por atos legais recorrentes.

Entre as questões mais evidentes na documentação, a mais importante talvez seja as justificativas para escolha dos sesmeiros, apresentada na petição que origina a concessão de uma sesmaria e onde o suplicante relata os motivos que o fazem um candidato adequado. A primeira concessão de sesmaria no planalto curitibano, por exemplo, reivindica um lote de terra como forma de retribuição de serviços prestados à Coroa portuguesa, enquadrando-se na lógica de “justiça distributiva” da concessão de mercês régias características do Antigo Regime português.⁵⁸ Baltasar Carrasco dos Reis, no primeiro pedido de sesmarias conhecido na região datado de 1661, alega que, com seu pai, “tem ajudado nas guerras da Capitania com seus administrados e tem feito suas entradas pelos sertões” e por isso entende ser merecedor de uma porção de terra.⁵⁹ Alguns anos depois, Antônio Pinto Guedes, Bartolomeu Paes de Abreu e José de Góes e Moraes, que figuraram em ao menos seis cartas de sesmarias (coletivas ou individuais), justificaram repetidamente que

⁵⁷ *Ibid.*, p. 52.

⁵⁸ OLIVAL, Fernanda, *Liberalidade Régia, Doações e Serviços; A Mercê Remuneratória.*, in: **As Ordens Militares e o Estado Moderno**, Lisboa: Estar, 2001, p. 15–38; HESPANHA, Antonio Manuel, *La economía de la gracia*, in: **La gracia del derecho**, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993; LEVI, Giovanni, *Reciprocidades mediterrâneas*, in: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.), **Exercícios de micro-história**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 51–86; HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Angêla Barreto, *A Representação da Sociedade e do Poder*, in: **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 113–140.

⁵⁹ Boletins do ArchivoMunicipal de Curityba (doravante BAMC), vol. VII, pp. 9-10.

“por que o suplicante e os mais sócios se ocuparam logo no serviço de Sua Majestade”.⁶⁰

Entretanto, a remuneração por serviços é menos comum, sendo que a grande maioria das requisições alega que o suplicante tinha alguma pretensão do uso produtivo da terra. O capitão povoador Mateus Martins Leme, que ganhou sesmária em 1668, afirmava que “estava sem terras e lhe era necessário terras para lavrar e fazer suas lavouras e era possante de peças [escravos]”.⁶¹ O capitão-mor Diogo de Toledo Lara, que ganhou sesmária na região mais de meio século depois (1726), afirmava que povoou os campos que requeria há oito ou nove anos com gado *vacum* e cavalar e por isso era merecedor do título formal daquela propriedade.⁶² Estes requerimentos sintetizam os principais argumentos mencionados no corpo documental da pesquisa: ausência de terras para lavoura e/ou currais, a ocupação prévia da área solicitada e a posse de gado e mão de obra suficiente para explorar a sesmária solicitada. Ainda é possível encontrar nas cartas de sesmárias motivos secundários, como quando os suplicantes informavam “que pagavam os dízimos de Deus” com o que já produziam naquelas paragens⁶³ ou escolhiam determinada paragem “por se acharem devolutas”.⁶⁴

Nestes casos mais corriqueiros, as justificativas dadas pelos requerentes não representavam diretamente a execução de algum serviço em favor da Coroa; elas atestavam as qualidades necessárias que um suplicante deveria ter para receber a doação. Todavia, os motivos apontados nas cartas implicavam às

⁶⁰ Documentos interessantes para história e costumes de São Paulo (DI), vol. XXXVIII, pp. 213-217; Arquivo Público do Estado de São Paulo, Livros de Sesmarias, Patentes e Provisões (AESP, LSPP), L. 1, fls. 73-74v; Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, São Paulo, Coleção Mendes Gouveia (AHU_CU_023-01), Cx. 4, D. 505; DI, vol. XXXVIII, pp. 208-213; AESP, LSPP, L. 1, fls. 71v-73; AHU_CU_023-01, Cx. 4, D. 506.

⁶¹ BAMC, vol. VII, pp. 6.

⁶² AESP, LSPP, L. 2, fls. 73v-74.

⁶³ Por exemplo, a carta expedida em 1725 a Luis Rodrigues Vilares e Antônio Lopes Thomar, atestada em suas diversas “versões”: BAMC, vol. II, pp. 42-45; DI, vol. XXXVIII, pp. 165-170; AESP, LSPP, L. 1, fls. 58-59v; AESP, LSPP, L. 2, fls. 21v-22; AHU_CU_023-01, Cx. 5, D. 553.

⁶⁴ Como na carta passada para Izabel Maria da Cruz em 1713, cf. DI, vol. XLIV, pp. 111-112.

autoridades considerar a petição pois as exigências para a concessão de uma sesmária haviam sido cumpridas. Sua não observância violaria os princípios de equidade e justiça distributiva que vigoravam em Portugal na era moderna. Desta forma, estas doações participavam desta economia da mercê que inseria os beneficiários no jogo de reciprocidades e obrigações que caracterizavam os sistemas de poder do Antigo Regime.⁶⁵

Evidentemente, não era apenas o soberano que estava comprometido na concessão destes lotes de terra, havia também obrigações a serem cumpridas pelos sesmeiros, como a necessidade da exploração do terreno concedido. O Código Filipino, assim como os anteriores, já estipulava o período de cinco anos para que a área concedida fosse cultivada. A legislação posterior endereçada ao ultramar, ainda que de forma dispersa, reforçou esta obrigação alterando o prazo para que se realizasse o cultivo (as cartas, em geral, falavam entre dois ou três anos). A necessidade da confirmação régia das doações realizadas pelos governadores – apontada nas cartas do século XVIII como estipulado por alvará régio de 23 de novembro de 1698 – visava garantir que as terras estivessem sendo exploradas, obrigação que se estendia para caso de herança ou compra do lote de terra.

A decisão da concessão das sesmarias também era fortemente influenciada por questões locais, pois os responsáveis pela doação gozavam de enorme autonomia em escolher os merecedores das cartas. Primeiro os donatários, por meio de seus prepostos, tinham a função de distribuir terras estipuladas em seus forais de doação. Na capitania de São Paulo, após sua incorporação ao patrimônio da Coroa portuguesa em 1709, os governadores foram incumbidos desta missão e continuaram exercendo com uma margem ampla de liberdade na deliberação sobre a matéria. Medidas instituídas a partir do final do século XVII, como a necessidade de confirmação régia (que em alguns casos alterava os termos da doação original⁶⁶) e a avaliação da petição pela câmara municipal, tentaram colocar freios à discricionariedade dos governadores e outras autoridades competentes. Todavia, permaneceu com eles a decisão sobre a concessão inicial, tornando necessária a reiteração da legislação pelas autoridades metropolitanas.

⁶⁵ Ver nota 22 acima para referências.

⁶⁶ Por exemplo, a carta citada anteriormente de Luiz Rodrigues Vilares e Antonio Lopes Thomar foi passada em 1725 como sendo de uma légua e meia em quadra. A confirmação, no entanto, alterou a dimensão para apenas uma légua.

Outro tema recorrente na documentação foi o tamanho das doações. Nos primórdios da colonização até meados do século XVII, a extensão de uma sesmária estava relacionada às condições de exploração do beneficiário, tornando possível que se distribuisse lotes de tamanhos imensos – os donatários das capitâneas, por exemplo, tinham direito a 10 léguas para si e sua família.⁶⁷ Somente no final do Seiscentos, quando se avolumam a leis específicas que regeram as sesmarias na América portuguesa, as doações passaram a ter suas dimensões melhor regulamentadas. Para Marina Ritter, o tamanho das sesmarias está diretamente relacionado à localização e a finalidade pretendida.⁶⁸ Embora esta tenha sido a justificativa de algumas ordens régias⁶⁹, elas não podem ser consideradas como regra definitiva, considerando que novas disposições rotineiramente alteraram as antigas. Em 1679, mandava Sua Majestade que não se deem datas de terra maiores que uma légua em quadra.⁷⁰ Uma carta de 1697 ordenava que as doações não excedessem 1 légua de largo e 3 de comprimento⁷¹; no ano seguinte, outra epístola foi enviada permitindo até 5 léguas de comprimento.⁷²

Ainda no tocante ao tamanho das sesmarias, é possível observar o papel dúbio exercido pelos os administradores portugueses, oscilando entre o cumprimento da legislação despachada do reino e das demandas de grupos locais. Em 18 de abril de 1730, o governador e capitão-general de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira e Pimentel, enviou carta a Lisboa advogando a favor do aumento do tamanho das datas de terra, afirmando que “sou obrigado a representar a Vossa Majestade que prejudicam a estes moradores semelhantes restrições[doações de meia légua em quadra], e quase lhes fica inútil a sesmária”.⁷³ O mesmo tom é observado em carta do proeminente cartógrafo e explorador italiano, Francisco Tosi Colombina, que ressalta a dificuldade de aproveitamento das sesmarias de meia légua e solicita que sejam dados no tamanho de três léguas. As relações que os agentes

⁶⁷ NOZOE, **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo**, p. 61–62.

⁶⁸ A autora propôs uma divisão tipológica das sesmarias – do Litoral, das Minas, dos Caminhos e do Sertão – tentando associar a localização, o regime jurídico e a finalidade que cada lote possuía, cf. RITTER, **As sesmarias do Paraná no século XVIII**.

⁶⁹ AHU_CU_023-01, Cx. 7, D. 760; DI, vol. 24, p. 63.

⁷⁰ DI, vol. 16, p. 59.

⁷¹ DI, vol. 16, p. 27.

⁷² DI, vol. 16, p. 54.

⁷³ AHU_ACL_CU_023, Cx. 2. D. 91.

metropolitanos no ultramar teceram com as elites locais e o conhecimento produzido sobre aquele território os fizeram, em casos como estes, os porta-vozes das pretensões dos colonos.

A partir desta caracterização geral, é possível inferir que a sesmaria foi o principal mecanismo de acesso jurídico a terra durante o período colonial. Dada a situação diversa da implantação em Portugal, ganhou matizes próprias nos domínios ultramarinos, equilibrando a atuação dos governadores, as pretensões das elites locais e os planos da Coroa. Acrescenta-se o fato do planalto curitibano ser área de “fronteira aberta”: no sentido oeste, campos ocupados por índios e missionários que se estendiam até os domínios espanhóis; ao norte e ao sul, alguns dias de viagem separam de São Paulo e o continente de Rio Grande; a oeste, a barreira natural da Serra do Mar. O relativo isolamento é preocupante e disputas territoriais entre Portugal e Espanha, aquecidas durante o século XVIII, colaboram para gerar um clima de tensão na área. Ocupar e povoar se apresenta como a melhor estratégia lusitana para garantir suas possessões americanas. Desta forma, a distribuição das sesmarias não pode ser desvinculada da ideia de povoação e ocupação territorial, sendo ela o fator determinante para a sustentação dos domínios lusitanos na América.

❖ **As cartas de data de terra e sua distribuição espaço-temporal**

Para este estudo, foram encontrados 97 registros de cartas de sesmarias e cartas de confirmação (que traziam uma cópia da carta de sesmaria), além de requerimentos e despachos diversos envolvidos no processo de concessão no termo da vila de Curitiba. A maioria das cartas é proveniente do Arquivo Público do Estado de São Paulo e foi registrada em um dos 42 livros que serviam para fazer assentos de sesmarias, patentes e provisões. Também foram incluídas fontes encontradas no Arquivo Nacional, 1^o Tabelionato de Notas de Curitiba (Tabelionato Giovanetti) e Arquivo Histórico Ultramarino. Algumas das cartas também foram publicadas no *Boletins do Arquivo Municipal de Curitiba, Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo* e publicação própria do AESP. Os acervos e publicações foram acessados a partir de alguns instrumentos de pesquisa: Repertório de

Sesmarias⁷⁴, os catálogos do Arquivo Histórico Ultramarino do Projeto Resgate⁷⁵, um banco de dados dos *Documentos Interessantes* criado por André Oliva Teixeira Mendes⁷⁶, além das referências indicadas nos trabalhos de Marina Ritter⁷⁷ e José Carlos Veiga Lopes.⁷⁸

Esta seleção de cartas de sesmaria forma um corpo documental razoavelmente homogêneo, tanto na estrutura quanto em seu conteúdo. Em geral, as cartas são iniciadas com o nome de quem faz a concessão (geralmente, os governadores) seguido de seus extensos títulos. Em seguida, o requerente é apresentado pelo nome e por algum elemento que o identifica, como o local de moradia ou o exercício de um cargo de destaque. Reconhecido o suplicante, o texto segue com a exposição dos motivos pelo qual o requerente acredita ser merecedor de um pedaço de terra, junto com a identificação – por topônimos conhecidos ou por vizinhos – do lote que pleiteia, com as confrontações que faz. Finalizado o detalhamento do pedido,

⁷⁴SÃO PAULO. DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO, **Repertório das sesmarias**, São Paulo: A Divisão, 1944.

⁷⁵ARRUDA, José Jobson de A (Org.), **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo, 1644-1830 - Catálogo I**, Bauru: Imprensa Oficial SP : FAPESP ; EDUSC, 2000; ARRUDA, José Jobson de A (Org.), **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo, 1618-1823 - Catálogo II - Mendes Gouveia**, Bauru: Imprensa Oficial SP : FAPESP ; EDUSC, 2002.

⁷⁶MENDES, Andre Oliva Teixeira, **Os Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídios para a construção de representações**, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

⁷⁷RITTER, **As sesmarias do Paraná no século XVIII**, p. 221–248. A cartas listadas por Ritter for conferidas com os originais (ou transcrições publicadas em alguns casos). O número de registros de minha pesquisa diverge sensivelmente do apontado por Ritter pois inclui alguns novos registros (sobretudo do AHU) e removi aqueles fora do termo da vila de Curitiba ou que estão com referências indiretas (como no dicionário de Ermelino de Leão).

⁷⁸ Ainda que Veiga Lopes não apresente diretamente as fontes utilizadas, o cruzamento com documentação que eu já possuía e com as indicações de Ritter me auxiliou na localização de diversas sesmarias. LOPES, José Carlos Veiga, **Fazendas e Sítios de Castro e Carambeí**, Curitiba: Torre de Papel, 2004; LOPES, José Carlos Veiga, **Introdução a história de Tibagi**, Curitiba: J. C. V. Lopes, 2002; LOPES, José Carlos Veiga, **Primórdios das fazendas de Jaguariaíva e região**, Curitiba: J. C. V. Lopes, 2002; LOPES, José Carlos Veiga, **História da fazenda de Santa Rita**, Curitiba: J. C. V. Lopes, 2005.

inicia-se a doação propriamente dita, identificada pela sentença “Hei por bem fazer mercê de dar carta de sesmaria”. A partir dela, a autoridade dita os termos da doação, em geral ratificando o que foi solicitado – embora às vezes possa existir um descompasso quanto ao tamanho pedido e ao efetivado – e especifica as condições impostas pela legislação que vigorava. Ao final, a carta é assinada, com data e local em que foi lavrada.

As cartas de confirmação têm estrutura parecida sendo, no entanto, realizadas em nome do rei, ao invés dos governadores ou capitães-mores. O reconhecimento do soberano da doação original realizada pelas autoridades ultramarinas ratifica definitivamente a posse do lote concedido. O seu processo é mais burocrático, exigindo que se faça uma nova solicitação diretamente ao Conselho Ultramarino em Lisboa, junto com o pagamento de uma pequena taxa, para que a doação seja confirmada. O texto é iniciado por este requerimento que é seguido da carta de sesmaria, transcrita na integra. Em seguida, no mesmo molde da concessão do lote original, o rei faz mercê de conceder a confirmação da doação original. Este tipo de documento, no entanto, é menos comum, existindo no conjunto analisado apenas 22⁷⁹ confirmações. O uso do instituto da confirmação régia, como veremos adiante, parece se relacionar com estratégias de determinadas pessoas e grupos, sobretudo para concretizar a posse em áreas cujos títulos deveriam ser menos precisos e reconhecidos pela comunidade local.

O primeiro registro na região do planalto curitibano data de 1661, da doação feita ao capitão Baltasar Carrasco dos Reis; a última é de 1820, feita a um grupo de nove moradores da vila de Castro.⁸⁰ A definição do recorte espacial, contudo, é menos claro, ao passo que as referências às localidades são muito imprecisas. Para tanto, foram adotados dois critérios para que se incluíssem os documentos no corpo do trabalho: (I) quando elas fizessem menção direta de pertencimento ao território da vila de Curitiba (“no termo da vila de Curitiba”, “no sertão de Curitiba”, “no continente de Curitiba”); (II) ou quando as indicações toponímicas permitissem que fossem localizadas dentro ou próximos a locais conhecidos no termo da vila.

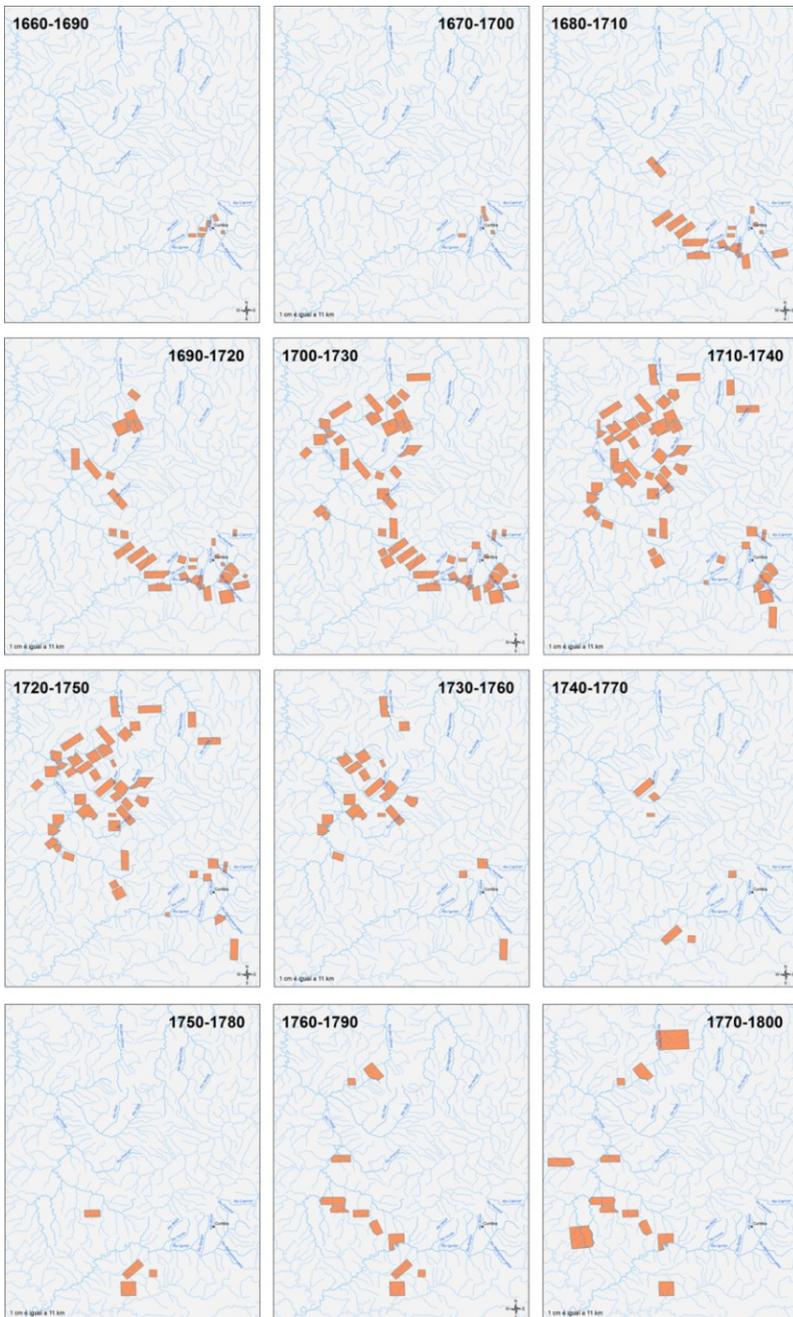
⁷⁹ Contabilizei alguns registros que contém apenas o despacho favorável à confirmação, emitidas pelo Conselho Ultramarino, que vem seguida da ordem que se passe as cartas de confirmação. Estas, todavia, não existem na documentação.

⁸⁰ O recorte deste trabalho é o século XVIII e, assim, registros como este ficariam de fora.

Os registros selecionados foram mapeados em um sistema de informação geográfica (SIG), composto por polígonos ao qual foram incluídos dados sobre as sesmarias e os respectivos sesmeiros. Para tanto, o processo foi baseado no trabalho pioneiro de Ritter, que confeccionou, em parceria com um cartógrafo, um mapa impresso das concessões que ela selecionou.⁸¹ Devida divergências entre os conjuntos documentais e algumas interpretações da documentação, as sesmarias foram re-mapeadas. Por exemplo, buscou-se dar contornos mais orgânicos aos lotes plotados nos mapas, ao passo que as confrontações que faziam referência a acidentes geográficos descritas nas cartas de data, como rios e relevo, foram considerados com mais detalhe. Outras sesmarias foram movidas devido ao reposicionamento de vizinhos ou inclusão de novas cartas ao conjunto. Por fim, dados relativos aos sesmeiros e concessões foram incluídos para análise, como as datas de concessão e confirmação, local de moradia, e a autoridade que fez a concessão.

Estes dados associados às feições geográficas permitiram a compreensão diferenciada do processo de repartição das terras rurais na vila de Curitiba e a atuação das pessoas nele envolvidas. Inicialmente, a variável analisada em conjunto com a geografia das sesmarias foi a data de concessão dos lotes, criando-se uma sequência de mapas seriados (conhecidos como *small-multiples*), conforme representado na Série 1 a seguir. Eles produzem uma narrativa sobre o espaço, indicando como diferentes áreas atraíram o interesse dos sesmeiros ao longo do tempo e auxiliando no agrupamento das doações em diferentes processos e conjunturas.

⁸¹ O mapa de Ritter apresenta dos obstáculos significativos para a análise. Primeira, ele não atenta para o conteúdo temporal das cartas, isto é, quando foram concedidas e confirmadas. Segundo, ele classifica as concessões em unidades espaciais (regiões) predeterminadas, que não existiam no momento da distribuição das sesmarias. Como resultado, o mapa apresenta um quadro estático, obscurecendo a dinamicidade do processo da formação deste espaço.



**SÉRIE 1 -
DISTRIBUIÇÃO DE
SESMARIAS NO
PLANALTO
CURITIBANO
(1660-1800)**



A localização dos lotes em forma de carta de sesmaria sugere, em análise preliminar, quatro conjunturas distintas no processo de formação do espaço curitibano durante o período colonial. O movimento inicial vai da doação da primeira sesmaria em 1661 até início do período setecentista e tomou lugar na região onde foi estabelecida a vila de Curitiba, como indicado nos quatro primeiros mapas da série. Avançando no início do século XVIII, têm-se a configuração de dois outros movimentos, que partem da área dos Campos Gerais, englobando uma extensa região a oeste do núcleo da vila. A região ao noroeste de Curitiba, nas margens do caminho que ligava Curitiba e São Paulo, assistiu à distribuição de diversos lotes de terra entre as décadas de 1710 e 1740. É a área onde, na segunda metade do século XVIII, foi criada a freguesia do Iapó, depois elevada a vila de Castro, e para onde convergiram alguns ramos de famílias de São Paulo. Ao sul, no mesmo período, moradores de Santos e Paranaguá entrelaçados por laços parentais se estabelecem na área contígua às sesmarias concedidas nos entornos de Curitiba, conformando um terceiro agrupamento de concessões. Os anos intermediários do século XVIII, quando a Capitania de São Paulo passou a integrar a jurisdição fluminense (1748), registraram pouca atividade na concessão de novos títulos de sesmaria. O hiato é quebrado apenas depois de sua restauração, em 1765, já sob as políticas ilustradas pombalinas do governo de Morgado de Mateus, quando surgem novas concessões nas áreas limdeiras as sesmarias distribuídas antes da metade do século XVIII.

Este é apenas um esboço da história que estes mapas de sesmaria contam. Cada um dos quatro movimentos observados merecerá uma análise mais detida a seguir. Para tanto, serão incorporadas outros indicadores produzidos junto às próprias cartas ou de outras fontes de informação, como as genealogias e registros da Câmara Municipal da vila.

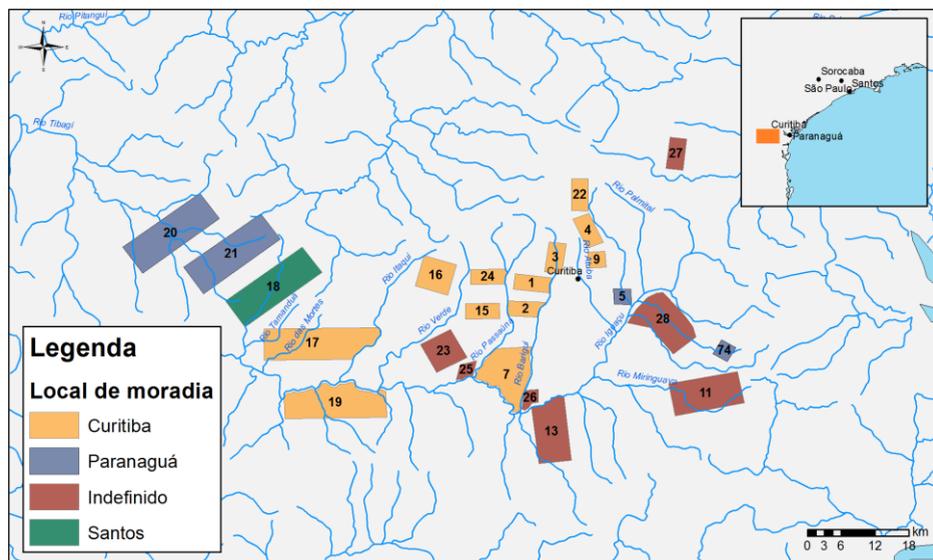
❖ **A criação da vila e o assenhoramento de terras pela primeira nobreza da terra**

As primeiras concessões de terra na região do planalto curitibano estiveram envolvidas no processo de ocupação inicial da região e da criação dos primeiros marcos legais e territoriais que instituíram a vila de Curitiba em

meados do Seiscentos.⁸² Entre 1661 e 1712, foram distribuídas 19 sesmarias nas áreas circundantes ao núcleo citadino que seria consolidado no final daquele século. O mapa I, no qual os lotes de terra estão coloridos segundo o local de moradia do requerente no momento do pedido, revela que a maioria dos agraciados com um terreno atestou que já estava estabelecido naquelas paragens. Na verdade, há apenas duas pessoas que indicaram não morar em Curitiba (ou na “povoação nova de Nossa Senhora da Luz”, como era mencionado na maioria das cartas), provenientes de Paranaguá. O tamanho das concessões era relativamente pequeno, não ultrapassando uma légua em quadra por requerente – a sesmaria n. 7 cujas dimensões eram 2 léguas de comprimento com 2 léguas de fundo, por exemplo, pertencia a quatro requerentes sem menção explícita de serem aparentados. Além do tamanho maior que as demais, este lote de terra também foi uma exceção em outros dois aspectos: foi a única que não foi doada mediante a solicitação individual e que os suplicantes não utilizam o argumento da ausência de terras, mas o de já estarem ocupando determinada paragem.⁸³ As outras concessões, ainda que as vezes indiquem que seus requerentes estejam estabelecidos no lugar pleiteado, sempre reclamam a falta de terra “para fazer suas lavouras e agasalhar seu gado”.

⁸² Como por exemplo, a ereção do pelourinho e demarcação do rocío de vila. SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, **O poder local e a cidade; a Câmara Municipal de Curitiba, séculos XVII a XX**, Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

⁸³ A excepcionalidade daquele registro se justifique, talvez, pelo pouco prestígio que aquele grupo possuía. A petição coletiva e a justificativa de já produzir nas terras tornariam reforçaria o seu pleito por uma sesmaria, ao passo que atestariam a capacidade daquelas pessoas em explorar o lote pretendido.



MAPA I – SESMARIAS DISTRIBUÍDAS AO REDOR DE CURITIBA SEGUNDO LOCAL DE MORADIA DO REQUERENTE (1661-1712)

As autoridades responsáveis pelas doações expressaram a dupla jurisdição a qual Curitiba estava subordinada nos seus anos iniciais: o regime de capitania donatária e a Repartição do Sul do governo geral do Brasil, vinculado ao Rio de Janeiro. Tanto os capitães-mores nomeados pelos donatários quanto os governadores gerais doaram lotes de terra no planalto curitibano, ainda que a ação dos representantes de donatários, pessoas mais próximas à comunidade local, apareçam mais frequentemente nos registros, prevalecendo na organização daquele espaço. Até mesmo Mateus Martins Leme, capitão-povoador (nomeado pelo loco-tenente do donatário) e sesmeiro na região, outorgou a si o direito de distribuir sesmarias a outrem. Ainda assim, as cartas não registram conflitos entre beneficiados por conta da diversidade de concessores, reconhecendo, inclusive, vizinhos com títulos passados por outras alçadas jurisdicionais.

Os sesmeiros que ganharam lotes de terra na região estavam profundamente entrelaçados do processo de fundação da vila de Curitiba. Baltasar Carrasco

dos Reis (n. 1), Luís de Góes (n. 2), Mateus Martins Leme (n. 3) e Antônio Martins Leme (n. 4), os quatro primeiros senhores de terra no planalto curitibano, assinaram a ata de levantamento do pelourinho, ocorrido em 1668.⁸⁴ Além deles, mais sete pessoas envolvidas no evento estavam diretamente relacionadas aos detentores dos títulos de terra, seja por parentesco de primeiro grau ou pela menção a terras vizinhas constantes nas cartas.⁸⁵ Ou seja, das 17 pessoas listadas, pode-se relacionar ao menos 11 delas a uma sesmaria.

O envolvimento de sesmeiros nas questões municipais permaneceu semelhante no ato de criação da câmara municipal 25 anos depois, em 1693, quando se encontram, ao menos, nove beneficiados com cartas de datas de terra. Na distribuição dos cargos, o capitão José Pereira y Quevedo (n. 22) e Manoel Soares (n. 15), cujas terras foram dadas antes do ato de ereção em 1693, foram eleitos oficiais na nova vila para, respectivamente, as funções de juiz e vereador.⁸⁶ Outros tantos sesmeiros e seus aparentados também assinam os documentos que formalizam a instituição municipal. Desta forma, é possível entrever que, assim como a participação na câmara, o controle das terras nos arredores da vila foi um importante passo para sedimentar os grupos sociais que mais se distinguiram nos primeiros anos de povoação. Assim, é possível considerá-los a primeira “nobreza da terra” em Curitiba.⁸⁷

Além de conectados pelo fato de participarem na fundação da vila, este grupo de sesmeiros também estavam intimamente interligado por laços de parentesco, como demonstra a genealogia dos descendentes de Baltasar Carrasco dos Reis e de sua mulher Isabel Antunes da Silva. Maria Paes, a segunda filha do casal, teve seu matrimônio com o sesmeiro Manoel Soares;

⁸⁴ BAMC, vol. I, p. 3.

⁸⁵ Baseei-me nas genealogias traçados por Francisco Negrão e Roselys Roderjan, cf. NEGRÃO, Francisco, **Genealogia Paranaense**, Curitiba: Imprensa Paranaense, 1726; RODERJAN, Roselys Vellozo, **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional (séculos XVI-XIX)**, Curitiba: IHGEPR, 1992.

⁸⁶ BAMC, vol. I, p. 5.

⁸⁷ BICALHO, Maria Fernanda Baptista, *Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*, **Almanack Brasileiro**, v. 0, n. 2, p. 21, 2005; BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima, **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Isabel Garcia Antunes e Maria das Neves (ou Garcia dos Reis) casaram, respectivamente, com Antônio Rodrigues Side e com Guilherme Dias Cortes. O primeiro é irmão de João Rodrigues Side (n. 5), cuja carta de sesmaria indica serem vizinhos. Guilherme Dias Cortes também é identificado como vizinho nas cartas de sesmaria de n. 23 e n. 24.⁸⁸ Portanto, através de suas filhas, Baltasar se associou a alguns outros lotes de terra além daqueles doados para si. Caso semelhante ocorreu com a família do capitão-povoador Mateus Martins Leme, pessoa de destaque na vila e também possuidor de uma sesmaria. Gaspar Carrasco dos Reis, outro filho de Baltasar e Izabel e homem que assumiu diversos cargos na câmara municipal de Curitiba, casou-se com Ana da Silva Leme, neta de Mateus Leme. A filha mais velha de Bartolomeu, Margarida Fernandes, casou-se com Antônio Martins Leme (n. 4); desta união nasceram ao menos dois filhos que foram contemplados com datas de sesmarias: João Martins Leme (n. 8) e José Martins Leme (n. 50).⁸⁹

Conseguir uma sesmaria também era uma forma de ascender socialmente. Um exemplo é Plácido de Góes, um dos beneficiados da data de terra que tratamos como excepcionalidade anteriormente, que possivelmente tenha conseguido casar uma de suas filhas com um membro da linhagem de Baltasar Carrasco dos Reis, ligando-se ao poderoso grupo de destaque das paragens curitibanas. O genealogista Francisco Negrão indica um matrimônio entre Antônio Esteves dos Reis e Teresa Nunes de Góes. Ele é bisneto de Baltasar e neto do Antônio Rodrigues Side (citado anteriormente); ela, a seu turno, filha do casal Plácido de Góes e Maria Nunes Ribeiro. Se é verdade, como sugeri anteriormente, que os agraciados com a sesmaria n. 7 de 2 léguas quadra entre os rios Passaúna, Barigui e Iguazu detinham pouco prestígio social, é possível que a sua condição de sesmeiro tenha permitido às futuras gerações daquela família se aproximar do grupo melhor estabelecido na recém-criada vila. Deste ponto de vista, a distribuição das sesmarias não

⁸⁸ Estes lotes não aparecem no mapa pois não foi possível localizar a carta de sesmaria propriamente dita, sendo impossível descobrir suas confrontações e dimensões.

⁸⁹ O lote recebido por José não está representado no Mapa I, pois se localiza na área mais distante e foi concedido em depois. Cabe adiantar, no entanto, que sua filha, Maria de Almeida Siqueira, casou-se com Lourenço Castanho de Araújo, a quem José doou seu lote de terra.⁸⁹ Este é um ponto de contato entre o grupo de pessoas que receberam sesmarias ao redor da vila de Curitiba com aqueles que vêm de São Paulo, apresentados posteriormente neste capítulo.

pode ser compreendida simplesmente enquanto instrumento de concentração de fundiária entre poucos clãs poderosos, mas, em alguns casos, um mecanismo que permitiu a algumas pessoas ascensão social.

O restante das concessões, em sentido contrário, demonstra o enraizamento de um grupo social nos lugares mais elevados da hierarquia social curitibana. Além da inserção de certos membros destas famílias na câmara municipal, as estratégias levadas a cabo também visaram o assenhoreamento dos terrenos ao redor da vila por meio dos títulos de sesmaria. Os terrenos doados pelas autoridades portuguesas neste período permitiram que aquela nova comunidade se estabelecesse de forma mais permanente, ao contrário da fugacidade dos primeiros arraiais mineradores na região. Permitiram, pois, a institucionalização daquela povoação e sua elevação à condição de vila. Desta forma, não apenas manter o poder político na vila, mas controlar o espaço ao seu redor foi elemento crucial para a constituição da sociedade curitibana.

A concessão de sesmarias nos arredores da vila não terminou nos primeiros anos após a criação da câmara municipal. Além de três sesmarias na margem esquerda do rio Iguaçu (n. 11, n. 13 e n. 28), por exemplo, foram distribuídas outros 5 lotes na região onde foi criada a freguesia de São José dos Pinhais (ver o quarto mapa da Série I, entre 1710 e 1740). Na parte norte da vila outros poucos lotes também são concedidos nas primeiras décadas do século XVIII (quinto mapa da Série I, entre 1720-1750). Todavia, eles não alteram o quadro geral traçado acima e são resultado do desdobramento e sedimentação dos grupos que se estabeleceram anteriormente.

Este primeiro movimento foi sucedido por outros dois que tomaram lugar na região que começou a ser chamada de Campos Gerais. Designado genericamente por sertão de Curitiba ou campos gerais de Curitiba na virada do Seiscentos para o Setecentos, a região ganhou identidade própria com o avanço da presença lusitana. Para este processo, a concessão de títulos de terra foi fundamental.

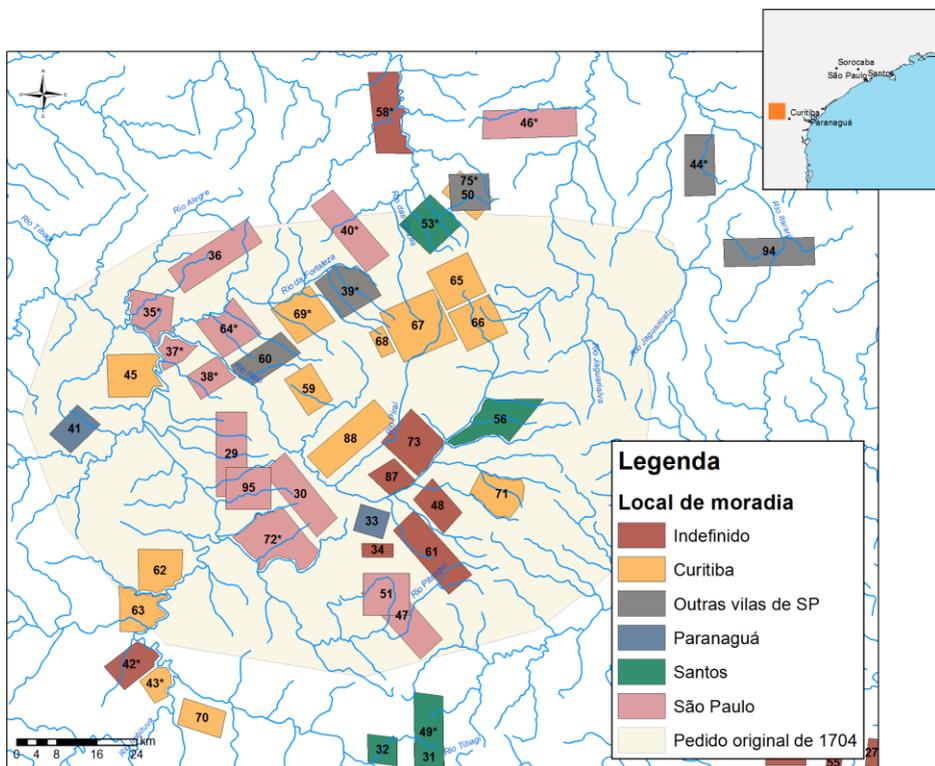
❖ Os paulistas invadem o sertão

Se no início do século XVIII alguém partisse da vila de Curitiba no caminho à São Paulo, percorrendo em torno de 30 léguas e cruzando os Campos Gerais, chegaria ao centro da área de quase 9 mil km² que o capitão-mor da vila de

São Paulo, Pedro Taques de Almeida, requereu em sesmaria ao governador do Rio de Janeiro no ano de 1704. Na verdade, o pedido era feito em nome de um grupo bastante amplo de suplicantes: foram listados os casais dos filhos e filhas (citando os respectivos genros) do dito capitão-mor, além do provedor da Fazenda Real Timóteo Correa de Góes (enteado de Pedro Taques). No total, o pedido era feito em nome de 26 pessoas, sendo que todos eram “moradores da vila de São Paulo que eles suplicantes são casados com filhas das principais famílias da dita vila e nela nobres, e republicanos”.⁹⁰ Entretanto, o governador não aceitou as vultosas medidas constantes no pedido original, concedendo ao grupo uma sesmaria medindo as usuais 3 léguas de largo e 11 léguas de comprimento.

Esta foi a primeira sesmaria doada na parte norte dos Campos Gerais e tem seus principais eixos em alguns afluentes do rio Tibagi (rios Pitanguí, Iapó e das Fortalezas) e rio Paranapanema (rios Jaguariaíva, Jaguaricatú, Itararé e das Cinzas). É a área que, após a reorganização das freguesias do planalto curitibano na segunda metade do século XVIII, ficou sob a jurisdição espiritual da freguesia de Sant’Anna do Iapó e, depois de 1776, dentro do termo da vila de Castro. Todavia, no meio tempo entre a primeira concessão e a fixação destes marcos institucionais lusitanos, aquelas paragens foram objeto de desejo de muitos suplicantes a títulos de terra. Para o período entre 1704 e 1749, foram dados ao menos 44 lotes de terra em sesmaria, isto é, quase a metade das cartas expedidas (45,4%) em todo o conjunto desta pesquisa. Deste grupo, 10 sesmarias foram peticionadas e concedidas a mais de uma pessoa, configurando um tipo de sociedade ou parceria. Este fato, além da carta de sesmaria passada ao capitão-mor Pedro Taques de Almeida, revela uma das características mais importantes deste segundo movimento: ele se constituiu em grande parte como um empreendimento coletivo.

⁹⁰ DI, vol. LI, p. 238.



Mapa II – Sesmarias distribuídas na região onde foi criada a vila de Castro segundo local de moradia do requerente (1704-1749)

* As sesmarias indicadas com asterisco são aquelas que foram confirmadas pelo rei.

O Mapa II demonstra um padrão na distribuição de sesmarias distinto do que foi verificado nos arredores da vila, sobretudo pela elevada presença de requerentes estabelecidos São Paulo. Se somados ao número dos que vem de Santos e das “outras vilas de São Paulo” (Itu, Parnaíba e Jundiá), eles representam mais da metade dos sesmeiros que cujo local de moradia foi identificado no momento da concessão (51,3%). Eles também são maioria na confirmação de seus títulos de sesmaria, contabilizando metade dos 22 registros constantes no corpo documental da pesquisa. Isto sugere que, por um lado, estas pessoas estavam bastante familiarizadas com a legislação em vigor e, por outro, que talvez sua posse não fosse tão efetiva quanto aquelas concedidas ao redor da vila. Sob esta ótica, a confirmação régia pode ser

compreendida como recurso estratégico para assegurar as pretensões territoriais destes sesmeiros que estariam, ao menos inicialmente, pouco conectados àquele pedaço de terra ao às elites locais daquela sociedade.

A ligação entre os indicadores elencados acima – locais de moradia e estratégias comuns – torna-se mais claro ao observar que os sesmeiros em questão são aparentados entre si.⁹¹ Mesmo após a negativa das pretensões territoriais no pedido de Pedro Taques de Almeida em 1704 (reduzido ao lote representado no n. 47), a família não desviou o seu foco daquela parte dos Campos Gerais. Seu primogênito, José de Góes e Moraes, recebeu ao menos 5 cartas de sesmaria – coletivamente em 1704 e 1713 (n. 30, com dois primos, João Pedroso Barros e João Gonçalves Siqueira) e individualmente em 1725 (n. 51), 1734 (n. 95) e 1736 (n. 72) – e é o maior sesmeiro do planalto curitibano. Ele participou ainda das petições de seus cunhados (n. 38 e n. 37), na condição de “suplicante adjunto” em 1725. Estes cunhados, junto de outro concunhado, já tinham ganhado outra sesmaria em 1713 (n. 29). Ou seja, este grupo se reorganizou em diversas formas para peticionar diversos títulos de terra, maximizando seus domínios e buscando aproximar dos limites da petição de 1704.

Também participaram do movimento para os Campos Gerais alguns sobrinhos de Pedro Taques de Almeida. Em 1725, os irmãos Maximiano de Góes e Siqueira e Luís Pedroso de Barros receberam duas sesmarias próximas ao rio Itararé. O primeiro foi agraciado com um lote de três léguas nas cabeceiras do dito rio (n. 94) enquanto, coletivamente, os irmãos receberam uma porção de terra entre os rios Itararé e Jaguaricatú (n. 44). Eles recebem mais algumas sesmarias na região, mas na outra margem (direita) do rio Itararé e, portanto, fora do termo da vila de Curitiba. Outro irmão, Lourenço Castanho de Taques, também recebeu a concessão de uma porção de terras naquelas paragens (n. 36). A ação deste ramo da família foi aprofundada por dois filhos de Lourenço: Lourenço Castanho de Araújo (n. 61 e n. 71) e Inácio Taques de Almeida (n. 73). Neste ponto, o movimento de “curitibanos” encontra o de “paulistas”. Lourenço e Inácio casam, respectivamente, com Maria de Almeida de Siqueira e Margarida da Silva, filhas do capitão José Martins Leme indicado anteriormente, unindo o tronco familiar arraigado na

⁹¹ As genealogias aqui descritas foram reconstituídas a partir da obra de Silva Leme, cf. SILVA LEME, Luis Gonzaga, **Genealogia Paulistana**, São Paulo: Duprat & Comp., 1904, vol. IV.

constituição da vila de Curitiba com a linhagem paulista dos Castanho Taques.

Alguns outros sesmeiros não estavam necessariamente ligados à família de Pedro Taques de Almeida, mas se ligaram a outras importantes famílias paulistas. Entre eles está o tronco dos Penteados, que se interessou pelas paragens próximas ao rio Jaguariaíva. Dois irmãos foram sesmeiros nas margens daquele rio: o sargento-mor João Leite Penteado recebeu uma sesmaria em 1726 (n. 46) e Francisco Xavier Salles em 1732 (n. 58). Um ano após a primeira doação, o pai deles, Francisco Rodrigues Penteado (juntamente com um associado), foi agraciado com um lote nas margens do rio das Fortalezas (n. 39), ligeiramente a sudoeste das outras doações. Fora do termo de Curitiba, há ao menos mais três registros de cartas passadas aos filhos de Francisco, próximos ao rio Peritiva, afluente a margem direita do rio Itararé.

A característica mais marcante deste grupo, todavia, não é evidente pelo conteúdo das cartas, mas pelas trajetórias de vidas dos sesmeiros e suas redes familiares. Todos estão, diretamente ou por meio de parentes, ligados às zonas mineradoras que começavam a se desenvolver nas primeiras décadas do século XVIII. A ligação mais evidente é o padrão das sesmarias requeridas fora do planalto curitibano, sempre associadas a áreas de prospecção e exploração mineral. Por exemplo, no mesmo dia em que foi passada a sesmaria de 1704 ao capitão-mor Pedro Taques de Almeida, foi-lhe concedido também outro lote entre as Minas dos Cataguases e a Serra dos Órgãos, que pertenceria posteriormente à capitania de Minas Gerais.⁹² De forma semelhante, Bartolomeu Paes de Abreu recebeu um lote de terra em Goiás e Minas Gerais (perto do rio Sapucaí), ambas áreas envolvidas com o extrativismo mineral. Através de títulos de sesmarias, portanto, estes grupos familiares exerciam controle sobre o espaço que acreditavam ter potencial minerador.

As histórias de vidas destas pessoas também revelam uma estreita ligação com a exploração mineral, seja a partir de laços familiares, postos de serviço, ou projetos encabeçados por estes indivíduos. Bartolomeu Paes de Abreu, além de sesmeiro nestas regiões, participou ativamente na devassa territorial e na abertura de estradas na América portuguesa. Ele é autor de um conjunto

⁹² DI, vol. LI, pp. 234-237.

de mapas que registra as feições da costa americana, de Buenos Aires até a vila de Santos,⁹³ e se envolveu na abertura de caminhos no interior do Brasil, incluindo estradas de São Paulo até o Rio Grande, Mato Grosso e Goiás.⁹⁴ Seu filho, o historiador e genealogista Pedro Taques de Almeida Paes Leme, também indica que seu pai

Animado com os resultados prodigiosos que muitos parentes seus haviam auferido das lavras descobertas no sertão, decidira Bartolomeu Pais de Abreu abandonar a honrosa, mas pouco remuneradora carreira militar, para aumentar a fortuna, o que se lhe antolhava tão fácil quanto rápido.

O exemplo de Bartolomeu Paes de Abreu talvez tenha sido seu cunhado, como continua o genealogista:

Tão grandes proveitos alcançara o cunhado José de Góes e Moraes que pensara em adquirir por avultadíssima soma, os direitos do donatário Marquês de Cascais sobre a Capitania de S. Vicente, questão de mera vaidade pois equivalia isto a empregar este grande capital a menos de meio por cento ao ano.⁹⁵

A relação de José de Góes e Moraes com a mineração também é apontada por Silva Leme, que afirma que ele “esteve nas minas onde adquiriu em lavras minerais grandes cabedais, de tal sorte que voltando a S. Paulo não teve quem o igualasse no tratamento”. Ainda, como aponta este autor, ele ainda foi guarda-mor das minas do Paranapanema, poucas léguas ao norte de suas sesmarias nos Campos Gerais.⁹⁶

⁹³Bartholomeu Pays de Abreu, Demonstração da Costa desde Buenos Ayres athê a Villa de Santos, 1719. Atlas ms. (13f.), col., 24,5 x 37. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

⁹⁴AHU_ACL_CU, Cx. 3, D. 264;AHU_ACL_CU_023, Cx. 1, D. 79.

⁹⁵LEME, Pedro Taques de Almeida Paes, **História da Capitania de São Vicente**, Brasília: Senado Federal, 2004, p. 22.

⁹⁶SILVA LEME, **Genealogia Paulistana**, p. 259, vol. III. Estudos recentes também têm apontado a relação entre a família e a mineração. BLAJ, Ilana, **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**, São Paulo:

A descendência de Lourenço Castanho Taques, irmão de José de Góes e Moraes, também esteve ligado a pessoas com forte participação na empresa mineradora. Um dos seus filhos, Luís Pedroso de Barros, foi casado com uma filha do sertanista Salvador Jorge Velho. Em um inventário das vilas existentes na capitania de São Vicente, Paes Leme afirma que “a vila de Curitiba serra acima e sertão de Paranaguá tem minas de ouro de lavagem, e tão antigas que foram descobertas no ano de 1680 pelo paulista Salvador Jorge Velho em diversos ribeirões e sítios, cujas lavras ainda existem com avultado rendimento”.⁹⁷ Também chama atenção a referência em um dos poucos mapas da região, o *Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai*⁹⁸, que indica as “cabeceiras do Paranapanema com minas descobertas por Salvador Jorge”. Estas cabeceiras são formadas pelos rios Itararé, Jaguaricatú, Peritiva, isto é, o eixo no qual as sesmarias dadas a este ramo familiar estão localizadas.

Esta breve relação de indícios, ainda que fragmentária, aponta para uma certa “vocação mineradora” dos ramos familiares paulistas que se interessaram pelo planalto curitibano, além de certa similaridade com seus projetos em outros lugares. Notavelmente, seu interesse por estas áreas, também em Curitiba como nas Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, se dá nas fases iniciais de ocupa o do espaço e, por conseguinte, de prospec o mineral. As sesmarias adquiridas pelo grupo, como indica o mapa, engloba os principais afluentes na margem esquerda do Rio Itararé. A hipótese defendida  , então, que o estímulo inicial destes grupos paulistas (que nunca chegaram a se fixarem no local) se deu muito mais pelas expectativas da explora o aurífera que pelo interesse direto na terra, como defende as interpreta es mais correntes sobre o assunto. As sesmarias seriam um instrumento utilizado por este grupo para assegurar o domínio formal sobre um território e nele levar a cabo seus projetos de expansão mineradora.

O interesse inicial na minera o possivelmente tenha se arrefecido, talvez por expectativas frustradas em encontrar reservas minerais substanciais, pelo

Humanitas, FFLCH/USP, 2002; QUEIROZ, Suely Roble Reis de, José de Géis e Moraes: o paulista que quase comprou São Paulo, **Revista de H st ria**, n. 86, 1971.

⁹⁷LEME, **H st ria da Capitania de São Vicente**, p. 126.

⁹⁸**PLANO hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso].** S/ local, s/ data (século XVIII). 1 mapa ms. : desenho a tinta ferrog lica e aquarelado ; 42,5 x 59,5cm. BN, ARC.023,04,019 Cartografia.

baixo rendimento das lavras existentes, ou por outras atividades econômicas que fossem mais atrativas.⁹⁹ Neste contexto, a produção agropecuária, que já se desenvolvia em outras áreas dos Campos Gerais, surgiu como alternativa mais viável e marcou o declínio da ação paulista na região. Por exemplo, José de Góes e Moraes doou suas terras aos jesuítas que fundaram ali a capela do Pitangui e mantiveram fazendas de criar. A descendência do ramo paulista que se entrelaçou com os primeiros povoadores de Curitiba, ao contrário de seus pares em outras áreas da América portuguesa, não voltaram a casar com parentes de São Paulo e outras vilas próximas. Mantiveram-se em suas sesmarias e ali aderiram a expansão da atividade campeira. O estímulo inicial do ouro que levou a concessão das primeiras sesmarias enfraqueceu, mas deixou os marcos territoriais definidos pelos títulos de propriedade para a próxima fase de desenvolvimento da região. O instituto da sesmaria, portanto, foi também o meio pelo qual os grupos familiares como os Taques de Almeida encontraram para perseguirem seus projetos de ascensão social, não necessariamente ligados ao latifúndio monocultor.

❖ A formação da sociedade campeira

A região central dos Campos Gerais também foi a área de interesse de outro grupo familiar radicado nas vilas litorâneas, que buscaram estender sua influência e patrimônio no interior do território americano. Mais próximo da vila de Curitiba, pessoas radicadas em Paranaguá e Santos peticionaram e obtiveram diversas sesmarias na região que se desenvolveu como o centro da

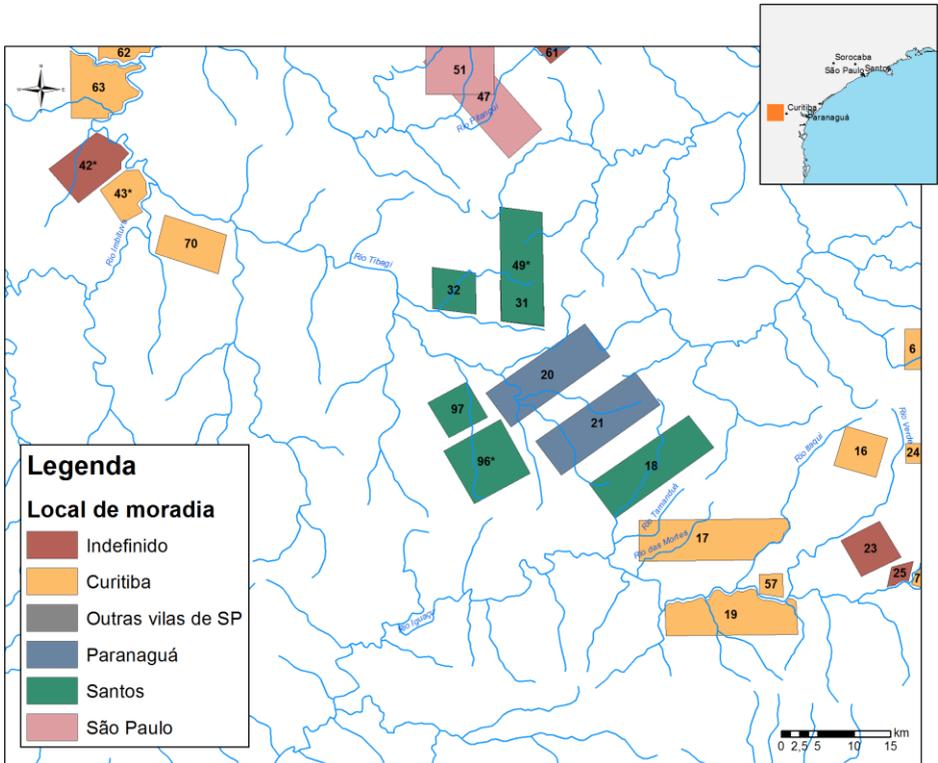
⁹⁹ Ainda assim, a busca por metais preciosos, a rigor, nunca deixou de existir na região. A carta de Manoel Ângelo Figueira Aguiar, *Mapa do Sertão de Tibagi*, de 1755, demonstra as investigações feitas por Ângelo Pedroso já na segunda metade do Setecentos AGUIAR, Manoel Ângelo Figueira. “Mappa do Certam de Tibagi”, 1755. Publicado em ARRUDA, José Jobson de Arruda (dir.). **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo, 1644-1830 - Catálogo I**, Bauru: Imprensa Oficial SP; FAPESP; EDUSC, 2000, p. 28. Durante a administração de Morgado de Mateus, entre 1765 e 1775, o governador emite várias ordens para o guarda-mor Francisco Martins Lustosa buscar ouro nas áreas de exploração (campos do Tibagi e Guarapuava). Para o governador, a descoberta do ouro seria o incentivo para a fixação populacional nas novas áreas de expansão. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2525; AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2527.

produção agropecuária no planalto curitibano, com a criação de gado vacum e cavalar e oferta de campos de invernada para a atividade tropeira vinda do sul. A figura central é João Rodrigues França, capitão-mor de Paranaguá e loco-tenente por nomeação do donatário da capitania Marquês de Cascais, que se entrelaçaram com várias outras famílias de destaque e asseguraram a posse da maioria das terras disponíveis na região. Não surpreende, pois, que o único mapa que exista da região para a primeira metade do século XVIII, *Verdadeyradescrição dos Campos Geraes de Coritiba* produzida em 1728, tenha sido feita pelo ouvidor da comarca de Paranaguá, casado com uma das filhas de João Rodrigues França, Joana.¹⁰⁰

Entre as propriedades representadas no mapa estão diversos currais e fazendas existentes nas terras pertencentes à família. Joana Rodrigues França casou-se duas vezes antes de se unir com o ouvidor de Paranaguá. Ela foi casada em primeiras núpcias com Manoel Gonçalves de Cruz, que morava em Paranaguá em 1708, quando foi agraciado com uma sesmaria (n. 21); e em segundas, com Manoel de Mendes Pereira, de Santos, que recebeu em 1722 outro título de sesmaria (n. 96) em áreas adjacentes ao pedido do primeiro marido da consorte. Os laços com Santos são reforçados a partir de outro casamento, entre uma sobrinha de João Rodrigues França, Maria Pinheira, com o sargento-mor daquela vila, Manoel Gonçalves de Aguiar, possuidor de dois outros títulos de terras na região, concedidos em 1706 (n. 18) e 1727 (n. 53). Outra filha do capitão-mor de Paranaguá, Ana Rodrigues França, também esteve vinculada a duas sesmarias próximas recebidas pelo seu marido, Antônio Luís Tigre: uma passada em 1706 (n. 17) e a outra em 1712 (n. 16).¹⁰¹

¹⁰⁰ SOARES, Antônio dos Santos. **Verdadeyradescrição dos Campos Geraes de Coritiba**, mapa ms., 1728. Reproduzido em ARRUDA, José Jobson de Arruda (dir.). **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo, 1644-1830 - Catálogo I**, Bauru: Imprensa Oficial SP; FAPESP; EDUSC, 2000, p. 29. Sobre a genealogia da família, ver NEGRÃO, Francisco, **Genealogia Paranaense**, Curitiba: Imprensa Paranaense, 1728.

¹⁰¹ LOPES, **Primórdios das fazendas de Jaguariaíva e região**, p. 92–93.



MAPA III – SESMARIAS DISTRIBUÍDAS ENTRE OS RIOS PASSAÚNA E TIBAGI (1706-1750)

Os laços familiares que ligam estes sesmeiros também são reforçados pela geografia dos títulos de terra recebidos, que evocam a ideia de contiguidade na área sob domínio da família. O texto das cartas de sesmarias frequentemente usava a delimitação da propriedade vizinha como marco espacial. Por exemplo, as terras de Manoel Gonçalves Aguiar (n. 18) iniciavam onde acabavam as de AntônioLuís Tigre (n. 17); as de Manoel Gonçalves Cruz (n. 21), a seu turno, tinha suas confrontações no lote de Aguiar; a sesmaria n. 96, de Manoel Mendes Pereira, foi pedida no sítio do Cajuru, em área adjacente às concessões anteriores.¹⁰² O detalhamento do pedido de Mendes

¹⁰² A sesmaria n. 97 foi passada a João Correia de Araújo, confrontando a n. 96 de Manoel Mendes Pereira. Ambos são moradores de Santos e o segundo reconhece o

Pereira é ainda mais curioso: na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, existe três pedidos de confirmação requeridos por Manoel de sesmarias passadas pelo governador Rodrigo César de Meneses nos dias 09, 10 e 12 de abril de 1722. Todas elas eram localizadas próximas ao sítio do Cajuru, variando, no entanto, a distância daquela paragem, respectivamente: 4 léguas abaixo, 3 léguas abaixo e a partir do dito sítio.¹⁰³O movimento de expansão do patrimônio familiar através de aquisição de novos títulos de terras adjacentes aos anteriores é, de certa forma, replicado por Mendes através destas confirmações.

Após os anos iniciais das primeiras concessões na região, os membros da família de João Rodrigues França continuaram expandindo sua área de penetração no interior. Dois filhos são relacionados a lotes de terra concedidos um pouco ao norte: o “reverendo doutor” José Rodrigues França recebe sesmarias em 1727 (n. 52, ver mapa anterior para esta e as próximas) e 1748 (n. 87); e o padre Lucas é mencionado como vizinho de duas sesmarias (n. 69, de 1735 e n. 73, de 1739). Manoel Gonçalves da Siqueira, genro de João, também recebe uma doação em 1749 (n. 34) em porção mais setentrional. Assim, próximo da metade do século, o movimento de expansão das sesmarias dos Campos Gerais, lideradas pelo tronco familiar radicado nas vilas litorâneas de Paranaguá e Santos, se aproxima do avanço paulista vindo do Norte.

Por fim, duas outras sesmarias na região ainda reforçam os laços entre os Campos Gerais e o litoral. Próximo ao rio Tibagi se localiza umasesmaria concedida a Domingos Teixeira de Azevedo datada de 1713 (n.31). A porção de terra foi posteriormente herdada por sua esposa Ana Siqueira de Mendonça, que suplicou, em um requerimento de 1727, a ampliação da data original (n. 49). Ana era filha de José Tavares de Siqueira, que fora sargento-mor em Santos; Domingos, a seu turno, descendia de Gaspar Teixeira de Azevedo, capitão-mor de São Vicente.¹⁰⁴

outro como seu vizinho. Todavia, a existência de alguma relação mais estreita entre os dois (e o restante do grupo familiar) é incerta.

¹⁰³AHU_CU_023-01, Cx. 3, D. 314; AHU_CU_023-01, Cx. 3, D. 317; AHU_CU_023-01, Cx. 3, D. 324. Optei por considerar apenas como registro, considerando que ele está pedindo praticamente a mesma porção de terra.

¹⁰⁴SILVA LEME, Luis Gonzaga, **Genealogia Paulistana**, São Paulo: Duprat & Comp., 1904, p. 553.

A sociedade campeira, como descrita pela historiografia do “Paraná tradicional”, encontra fundamento nas cartas de sesmaria doadas a este grupo de pessoas.¹⁰⁵ A maioria delas, a exemplo dos paulistas ao norte, nunca se mudou para a região, mas estabeleceram imensos currais para a criação de gado que abasteceria a crescente demanda em áreas mais dinâmicas da Coroa, como Minas Gerais. Entretanto, a posse da terra, que foi bastante dinâmica na porção norte dos Campos Gerais, teve ali ritmos menos acelerados. Os estudos de Veiga Lopes apontam para a manutenção das possessões entre os herdeiros ou a passagem das propriedades para instituições eclesiásticas, como a Capela do Tamanduá (administrada por herdeiros) e o Convento de Nossa Senhora das Neves, em Santos.¹⁰⁶ Os títulos de terra tenderam a ficar com as próprias famílias, que sedimentaram a conformação espacial daquela região. Foi sobre esta configuração das doações de terra que se constituiu a sociedade campeira pelo qual os Campos Gerais são conhecidos.

❖ Retomada pombalina e a sustentação da América meridional

O ápice da distribuição de sesmarias foi no período entre 1700 e 1740, quando o ritmo caiu drasticamente. São apenas 4 doações na década de 1740 e, entre 1749 e 1767, não foi localizada nenhuma concessão. A conjuntura é a da extinção da Capitania de São Paulo, que passou a ser vinculado ao Rio de Janeiro, e o relativo desinteresse da Coroa portuguesa pela região. Com a restauração da capitania paulista em 1765, a distribuição de novos lotes de terra foi retomada, ainda que não chegasse perto do volume experimentado na primeira metade do século XVIII. Nenhum dos governadores que concederam sesmarias a partir desta época, por exemplo, ultrapassou a marca de quatro cartas expedidas enquanto esteve à frente da administração da capitania.

Entretanto, esta não foi a tendência no restante da capitania de São Paulo. Segundo os dados coligidos por Nelson Nozoe, após 1765, a quantidade de carta de sesmarias voltou a crescer, atingindo o ápice (em valores absolutos) na década de 1780 para todo o conjunto de dados (isto é, a datas distribuídas

¹⁰⁵ Como aponta PINHEIRO MACHADO, Formação histórica.

¹⁰⁶ LOPES, **História da fazenda de Santa Rita.**

na Capitania de São Paulo entre 1568 e 1822).¹⁰⁷ Acompanhando o Gráfico I, o peso das doações feitas no termo da vila de Curitiba nas quatro últimas décadas do Setecentos não ultrapassou 5% do total de sesmarias concedidas em toda a capitania. Em contrapartida, se observarmos localidades recém-criadas na capitania e internadas no sertão, como as vilas de Itapetininga, Lorena, Porto Feliz, Campinas e Itapeva, todas elas criadas depois de 1765, assinalou-se, em média, 8 concessões por década até o final do século XVIII.¹⁰⁸ No termo da vila de Curitiba e da recém-criada vila de Castro, foram concedidas apenas 14 novas sesmarias no intervalo de 35 anos.

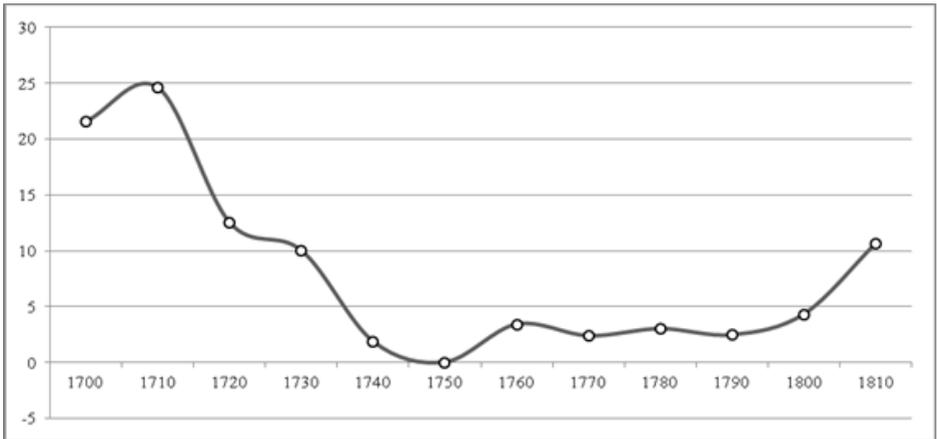


GRÁFICO I – PERCENTUAL RELATIVO À CAPITANIA DE SÃO PAULO DAS SESMARIAS CONCEDIDAS EM CURITIBA E CAMPOS GERAIS (1700-1820)

Para o total da Capitania de São Paulo, ver NOZOE, A apropriação de terras ..., p. 172.

Tais dados indicam, por um lado, que as áreas mais novas e fronteiriças receberam atenção privilegiada dos governadores da capitania no que diz respeito a concessão de terras. A sesmaria, sob o ponto de vista da Coroa portuguesa, foi cada vez mais vista como um instrumento de ocupar e garantir a posse de seus domínios na América. Ainda que o volume de concessões em Curitiba tenha diminuído significativamente, sua geografia reforça a noção da participação mais ativa das autoridades ultramarinas no repartimento dos terrenos rurais. Retomando a Série I, as concessões

¹⁰⁷ NOZOE, A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo, p. 77.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 172.

realizadas a partir da década de 1760 estão localizadas em áreas limítrofes as já concedidas anteriormente. Nenhuma das novas sesmarias, por exemplo, se localizou nas regiões que foram objeto de interesse nos outros três conjuntos descritos acima. Ou seja, associado ao renovado interesse metropolitano em ocupar o território, a disposição espacial destas doações também sugere que as áreas concedidas anteriormente já estavam praticamente todas ocupadas. A vivência do espaço e a ampliação do conhecimento e domínio sobre ele fez com que os títulos concedidos fossem se acomodando, tomando feições mais orgânicas que os lotes retangulares representados nos mapas deste capítulo. O vazio é apenas aparente. As novas concessões apenas ampliavam os limites efetivamente apropriados pelos vassallos portugueses.

O caráter de empresa familiar dos movimentos anteriores também perde força. Dos 14 registros de sesmaria deste período, 4 deles são concedidos a Manoel Gonçalves Guimarães e Francisco Luís de Oliveira, sendo duas em favor do primeiro (n. 85 e n. 92), uma do segundo (n. 91) e outra coletivamente aos dois (n. 82). Ambas ostentaram a patente de guarda-mor em ao menos um de seus pedidos, também atestando serem os arrematadores dos dízimos de Curitiba, que os fazia necessitar extensas propriedades para abrigar o gado recebido como imposto. Também constam entre os sesmeiros o sargento-mor Luciano Carneiro Lobo e seu irmão o capitão Joaquim Carneiro Lobo, importantes figuras ligadas a fundação da vila de Castro.¹⁰⁹ Ainda que pessoas de prestígio na região, seus lotes de terra em sesmaria não se apoiaram em extensas redes de laços familiares como, por exemplo, a dos Taques de Almeida ou da prole de Baltasar Carrasco dos Reis.

A retomada do crescimento (absoluto e relativo) das datas de sesmarias conferidas no planalto curitibano é assinalada apenas no século XIX. Coincide com o momento da Real Expedição da Conquista dos Campos Guarapuava, que foi iniciado na segunda década do Oitocentos. Na verdade, os empreendimentos àquela região datam desde o governo de Morgado de Mateus sem, no entanto, lograr êxito em incorporar definitivamente aquelas áreas devido ao avanço de grupos nativos em sentido contrário.¹¹⁰ A

¹⁰⁹ Sobre esta família, ver RODERJAN, **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional (séculos XVI-XIX)**, p. 94–98.

¹¹⁰ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria, **História do Paraná**, 2a. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 77–82.

efetivação da conquista se deu, além da redução e catequização do “gentio”, pela ocupação daquelas paragens, expandindo a sociedade campeira que estava estabelecida nos Campos Gerais.

❖ À guisa de conclusão: distribuição de sesmarias e exclusão social

A sesmaria foi o instrumento jurídico que permitiu que vastas áreas de sertão fossem incorporadas ao processo de expansão portuguesa. Para além dos arranjos jurisdicionais que o império lusitano assentou – que incluem as capitânicas donatárias, o governo geral e suas repartições, e as capitânicas régias – a efetivação da conquista dependeu também da ação de colonos que dirigiram seus interesses a determinadas partes do continente americano. Para tanto, os títulos de sesmaria foram uma das formas utilizadas pelos habitantes do Novo Mundo para a apropriação funcional das paragens americanas. Ainda que não significasse a imediata e efetiva ocupação e exploração das concessões – situação a qual, inclusive, a legislação tentou garantir – as sesmarias estruturaram e regularam a posse da terra na América portuguesa, reforçando os laços entre o império português e seus súditos no interior do continente americano.

Se, conforme apontado acima, a distribuição de sesmarias privilegiou alguns grupos sociais, este processo também marginalizou boa parte da população, restringindo-lhes acesso formal à terra. Sendo distribuídas em forma de mercês régias, as sesmarias reproduziram a lógica de reciprocidade, equidade, e desigualdade fundamental que caracterizava o império português do Antigo Regime.¹¹¹ Ao rei cabia distribuir dádivas que deveriam ser proporcionais à posição social e aos serviços prestados por seus súditos, a partir de uma lógica de equidade. Assim, tais doações são o reconhecimento da precedência social de determinados sujeitos, permitindo a reiteração das estruturas desiguais daquela sociedade. No contexto ultramarino, o círculo vicioso de obrigações entre rei e seus súditos, além de reproduzir estrutura

¹¹¹BICALHO; FRAGOSO; GOUVÊA, **O Antigo Regime nos trópicos**; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo, **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

desigual da pirâmide social, serviu para reforçar os vínculos de vassalagem e pertencimento ao império português. À medida que o rei concedia (ou outorgava a alguém do direito de fazê-lo) o domínio sobre determinado espaço, os moradores do Novo Mundo eram incluídos ao corpo político imperial.

Cabe, portanto, a reflexão sobre aqueles silenciados nas cartas de sesmaria e sobre o significado que estas concessões tiveram para eles. Os critérios de precedências, distinção social e serviços a Coroa acabaram por excluir uma quantidade imensa de pessoas que compunham aquela sociedade, tais quais pessoas livres pobres, escravos e libertos. Mulheres também estavam praticamente alijadas da possibilidade de receber uma porção de terra para si, sem intermediação dos consortes. Entre os sesmeiros, há apenas 2 cartas passadas a mulheres, ambas confirmando sesmarias já doadas e passadas como herança de seus maridos (n. 49 e n. 32); nos pedidos coletivos, no qual mulheres são sempre suplicantes secundárias, o número chega a apenas 5 doações. Ou seja, os sesmeiros representam uma parcela extremamente diminuta daquela sociedade.

Todavia, seria um engano assumir que estes excluídos não tomaram parte no processo de formação do espaço curitibano. Por exemplo, as práticas maritais das famílias envolvidas nas concessões demonstram a importância das esposas no interior das estratégias levadas a cabo pelas famílias. Muriel Nazzari, acerca dos enlaces matrimoniais, afirma que “casar uma filha não significava perdê-la, e sim ganhar um genro”. Desta forma, “a família ganhava um novo sócio que podia colaborar para a expansão do empreendimento familiar”.¹¹² Esta relação é evidenciada, por exemplo, pela família de Pedro Taques de Almeida, na qual havia três de seus genros (Bartolomeu Paes de Abreu, Antônio Pinto Guedes e Martinho de Oliveira) entre os beneficiários de títulos de terras. Também foi por meio de casamentos que membros deste grupo se aproximaram aos descendentes dos primeiros povoadores de Curitiba, como José Martins Leme, que casou sua filha com Inácio Taques de Almeida. Os três matrimônios contraídos por Joana Rodrigues França, por exemplo, dão coerência ao conjunto de doações realizadas na parte central dos Campos Gerais. Por fim, mesmo após a morte de seus cônjuges, mulheres mantiveram as antigas possessões e, como o caso de Ana Siqueira

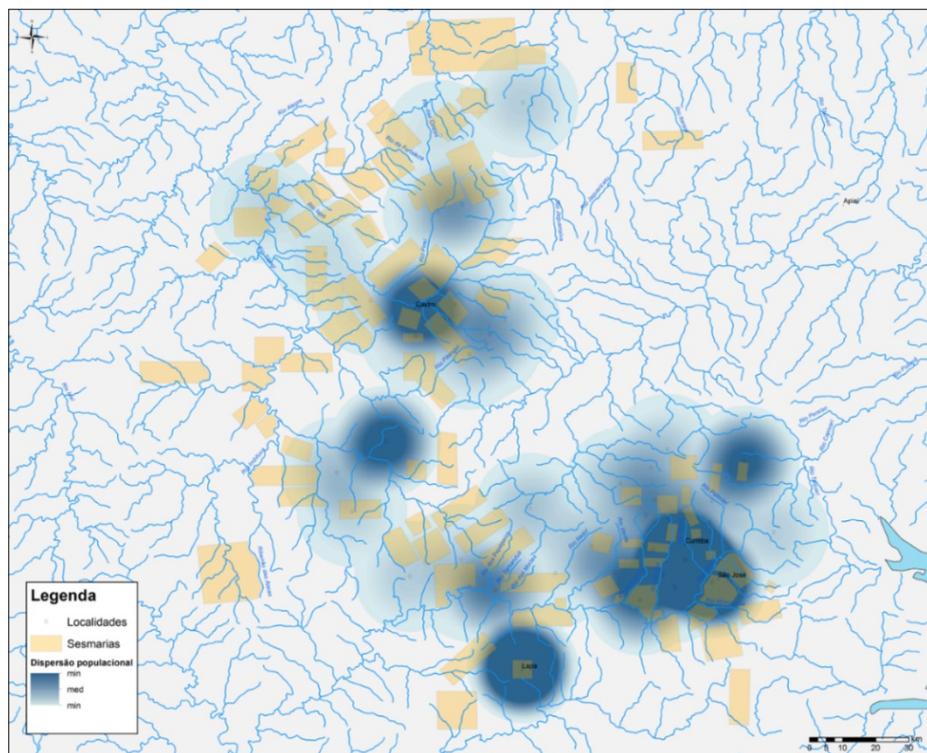
¹¹²NAZZARI, Muriel, **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**, São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 66.

de Mendonça, até ampliaram as áreas concedidas a seus maridos. As tramas familiares desenhadas acima não seriam possíveis sem a participação ativa das mulheres.

Informação sobre os setores menos abastados da sociedade, entretanto, são escassos e bastante fragmentários. A sociedade curitibana, ao menos até meados do século XIX, manteve seu caráter predominantemente rural, ao passo que a maioria de seus habitantes proviam para suas famílias em pequenas roças e currais. Estas propriedades, contudo, não contavam com títulos formais de posse, como as cartas de sesmaria, ainda que a ocupação e exploração de um terreno devoluto (não explorado nem concedido a ninguém) tivesse validade legal perante a justiça colonial.¹¹³ Uma tentativa de visualizar estes posseiros é comparar com dados existentes sobre a população, que começaram a ser confeccionados a partir da restauração da Capitania de São Paulo em 1765.¹¹⁴ Utilizando estes documentos, as listas nominativas de habitantes, é possível sobrepor a localização das sesmarias com a distribuição espacial das localidades e da população que vivia no termo de Curitiba, conforme aponta o Mapa IV.

¹¹³ Em exemplo é uma processo de disputa sobre posse da terra entre um sesmeiro e um posseiro nos Campos Gerais em 1727. Arquivo Público do Estado do Paraná, Fundo Poder Judiciário (APEPR PB045), PC35.2. Tais casos, contudo são pouco frequentes.

¹¹⁴ Para discussão dos dados e metodologia, ver BARLETA, Leonardo Brandão, **Cartografando indivíduos no passado colonial: o uso do Historical GIS na reconstrução da distribuição populacional no Paraná tradicional (1765-1830)**, Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.



MAPA IV – COMPARAÇÃO ENTRE DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL (1806) E DOAÇÃO DE SESMARIAS (1661-1800)

Embora o resultado não seja muito conclusivo, é possível traçar alguns padrões gerais a partir deste mapa. O espaço ocupado pelos dois elementos cartografados – população e sesmarias – tendeu a ser o mesmo, formando uma espécie de arco entre a vila de Curitiba e a região ao norte da vila de Castro, cortando os Campos Gerais. No entanto, a relativa homogeneidade da distribuição dos lotes de sesmaria difere do grau de dispersão dos habitantes da área, que se concentram em alguns núcleos de povoamento. Também há certa tendência das localidades apontadas no mapa estarem nos limites das demarcações dos lotes de terra. Agrupamentos de bairros rurais, como os ao norte de Curitiba, se estabeleceram razoavelmente distantes das doações de sesmaria. Além disso, em áreas cuja densidade populacional é maior, a quantidade de lotes distribuídos tendeu a ser menor. Ou seja, na

maioria dos lotes registrados nas cartas de sesmaria, a concentração de moradores foi menor, sendo menos destacadas na representação.

Assim, a relação entre as sesmarias e a população não é direta, ainda que o sentido geral da área ocupada seja o mesmo. A quantidade majoritária de localidades fora dos lotes demonstra que grande parte da população se fixou além dos limites das áreas doadas pelas cartas de sesmaria, sugerindo complementariedade. É possível inferir que este quadro é resultante da própria lógica de distribuição de mercês que, respeitando os princípios de equidade, favoreceu aos mais abastados e distintos socialmente se assenhorearem de grandes faixas de terras. Aqueles que não tinham grandes posses e que não gozassem de prestígio social, tinham poucas chances de serem agraciados com um lote de terra. São estes homens e mulheres que compõe a maior parte das pessoas representadas pelas “manchas” no mapa acima. A relação complementar (isto é, concentradas em partes distintas do mapa) entre títulos formais de posse e a distribuição populacional talvez indique outras formas destas pessoas terem acesso a um pedaço de chão. Excluídos do processo descrito neste capítulo, restou-lhes ocupar as áreas limítrofes aos títulos concedidos pelos governadores, em posses não regularizadas pelas autoridades portuguesas.¹¹⁵

❖ Bibliografia

- ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil Colonial. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 197–245.
- ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **História e Direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros no Rio de Janeiro (século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. 2a. Curitiba: Grafipar, 1969.

¹¹⁵ NOZOE, Nelson, Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia, **Economia**, v. 7, n. 3, p. 587–605, 2006.

- BARLETA, Leonardo Brandão. **Cartografando indivíduos no passado colonial: o uso do Historical GIS na reconstituição da distribuição populacional no Paraná tradicional (1765-1830)**. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack Braziliense**, v. 0, n. 2, p. 21, 2005.
- BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos : a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2002. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=uuMnAAAACAAJ>>.
- CANNABRAVA, Alice. A grande propriedade rural. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: A época colonial. Administração, economia e sociedade**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, v. II, tomo I.
- COSTA PORTO, José da. **O sistema sesmarial no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. (Coleção Temas brasileiros).
- FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei : espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2011.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto : mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia : Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan : instituições e poder político : Portugal - séc. XVII**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- HESPANHA, António Manuel. Direito Comum e Direito Colonial. **Panóptica**, v. 1, n. 3, p. 95–116, 2006.
- HESPANHA, Antonio Manuel. La economía de la gracia. *In*: **La gracia del derecho**. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

- HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Angêla Barreto. A Representação da Sociedade e do Poder. *In: História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 113–140.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **História da Capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, 2004. (Edições do Senado Federal, 25).
- LEVI, Giovanni. Reciprocidades mediterrâneas. *In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 51–86.
- LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**. Brasília: ESAF, 1988.
- LOPES, José Carlos Veiga. **Fazendas e Sítios de Castro e Carambeí**. Curitiba: Torre de Papel, 2004.
- LOPES, José Carlos Veiga. **História da fazenda de Santa Rita**. Curitiba: J. C. V. Lopes, 2005.
- LOPES, José Carlos Veiga. **Introdução a história de Tibagi**. Curitiba: J. C. V. Lopes, 2002.
- LOPES, José Carlos Veiga. **Primórdios das fazendas de Jaguariaíva e região**. Curitiba: J. C. V. Lopes, 2002.
- MOTTA, Marcia Maria Menendes. The Sesmarias In Brazil: Colonial Land Policies In The Late Eighteenth-Century. **e-JPH**, v. 3, n. 2, inverno, 2005.
- NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Sesmarias em Portugal e no Brasil. **POLITEIA: Hist. e Soc.**, v. 1, n. 1, p. 111–139, 2001.
- NOZOE, Nelson. **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo**. Tese de livre-docência, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- NOZOE, Nelson. Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. **Economia**, v. 7, n. 3, p. 587–605, 2006.
- OLIVAL, Fernanda. Liberalidade Régia, Doações e Serviços; A Mercê Remuneratória. *In: As Ordens Militares e o Estado Moderno*. Lisboa: Estar, 2001, p. 15–38.

- PINHEIRO MACHADO, Brasil. Formação histórica. *In*: PINHEIRO MACHADO, Brasil; BALHANA, Altiva Pilatti (Orgs.). **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: Faculdade de Filosofia - UFPR, 1968.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- QUEIROZ, Suely Roble Reis de. José de Góis e Moraes: o paulista que quase comprou São Paulo. **Revista de História**, n. 86, 1971.
- RAU, Virginia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- RITTER, Marina Lourdes. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: IHGEPR, 1980.
- RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional (séculos XVI-XIX)**. Curitiba: IHGEPR, 1992.
- SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **O poder local e a cidade; a Câmara Municipal de Curitiba, séculos XVII a XX**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- SÃO PAULO. DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO. **Repertório das sesmarias**. São Paulo: A Divisão, 1944. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=g5ZEAAAAYAAJ>>.
- SCHWARTZ, Stuart B. Plantations and peripheries, c. 1580-c. 1750. *In*: BETHELL, Leslie (Org.). **Colonial Brazil**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 1987, p. 67–144.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 1985.
- TUFTE, Edward R. **The visual display of quantitative information**. 2nd ed. Cheshire, Conn: Graphics Press, 2001.

Visualização de interações sociais nos alvares da modernidade

Geoprocessando as relações sociais na cidade da Bahia -século XVI.

Carlos Antonio Pereira de Carvalho

Lana Sato de Moraes

❖ Introdução

O presente capítulo tem por objetivo apresentar e discutir novas metodologias de análises para a História social a partir do *Sistema de Informações Geográficas* - SIG. Nos valeremos de uma metodologia própria, em que buscaremos aplicar tal técnica em uma pesquisa de cunho historiográfico. Para isso, tentaremos demonstrar - a partir da construção de mapas - reflexões acerca de relações sociais e de espaço.

Buscaremos analisar e compreender as relações sociais formadas por meio de uma rede de circulação de informações que demarcam e interligam espaços sociais e geográficos dentro de um determinado contexto na Capitania da Bahia. O contexto é a *Visitação do Santo Ofício*, em 1590, à cidade de Salvador. Durante esse período, diversos moradores estavam a todo o momento se confessando, denunciando ou mencionando outros moradores na mesa do Santo Ofício sobre práticas heréticas. O foco do trabalho está centrado na aplicação do SIG, para compreender uma *circulação de informações* como uma forma de integração entre os *espaços habitados*¹¹⁶ na cidade da Bahia .

Nos concentraremos em repensar esse espaço e enxergar uma Bahia que estaria interligada socialmente além da Cidade de Salvador. Para isso, utilizaremos como fonte o livro do *Santo Ofício*, que contém confissões e denúncias da visita feita em 1590 ao território baiano. São inúmeros os casos contidos nestas duas categorias, entretanto, analisaremos somente

¹¹⁶SANTOS, Milton; ELIAS, Denise. **Metamorfoses Do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos E Metodológicos Da Geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

às denúncias, que contém um número total de 217 casos¹¹⁷. A partir disto, usaremos um banco de dados já existente¹¹⁸ para conseguirmos realizar nossa análise.

Feita a tabulação dos dados e a organização metodológica, partiu-se para o *geoprocessamento* dos locais de fala dos interrogados buscando a localização dos espaços geográficos citados por esse indivíduos a fim de cruzar informações para saber quais eram os agentes históricos que conversavam entre si, sobre o que conversavam e sobre quem conversavam. De modo que, a partir desta análise, conseguíssemos montar uma rede social relacionado com a *circulação de informações* para enxergar os espaços geográficos da cidade da Bahia interligados por meio da comunicação de seus agentes. Buscamos construir uma narrativa que demonstre uma possível nova visualização do espaço social da cidade da Bahia no século XVI e de suas interlocuções tanto sociais como geográficas, através de um mapa construído pela aplicação do SIG.

Utilizamos como um dos referenciais teóricos deste trabalho as obras de Franco Moretti. Moretti produz uma crítica literária baseada em gráficos e mapas, chamando a atenção para a relação existente entre literatura e geografia. A principal metodologia empregada por ele em seus estudos é o uso sistemático dos mapas.

Segundo Moretti:

*An atlas of the novel. Behind these words, lies a very simple idea: that geography is not an inert container, is not a box where cultural history 'happens', but an active force, that pervades the literary field and shapes it in depth. Making the connection between geography and literature explicit, then – mapping it: **because a map is precisely that, a connection made visible – will allow us to see some significant relationships that have so far escaped us***¹¹⁹. (MORETTI, 1999, p. 3)

Desta forma, essa pesquisa baseia-se na idéia de que mapear certos elementos é um exercício rico e produtivo que tem potencial de emergir

¹¹⁷A escolha por analisar somente a categoria que contém as denúncias é puramente metodológica. Será melhor explicado no tocante a metodologia deste trabalho.

¹¹⁸ Banco de dados produzidos para a produção da dissertação *Em tempos de visitas: inquisição, circulação e oralidade escrava na Bahia (1590-1620)* de Dayane Augusta.

¹¹⁹ Grifo dos autores.

informações que antes não eram observadas. Ao georreferenciar a documentação inquisitorial busca-se justamente visualizar algo não muito explorado nos estudos sobre a visita do Santo Ofício: o espaço que aqueles agentes históricos interrogados pela inquisição viviam, se relacionavam e transitavam durante o período colonial. Para realizar tal objetivo, seguindo o exemplo do Franco Moretti, a principal metodologia deste trabalho será o uso sistemático de mapas. Tais mapas construídos por meio da documentação disponível da primeira visita inquisitorial ao Recôncavo Baiano.

Outro referencial teórico importante é o trabalho do Luis Filipe Thomaz¹²⁰. No capítulo VI do livro *Do Ceuta a Timor*, Thomaz discorre sobre a originalidade do Estado Português da Índia relacionado a sua estrutura política e espacial. O autor defende que, diferentemente de outros lugares do império português, o Estado da Índia é:

[...] essencialmente, uma rede e não um espaço: não lhe interessa a produção de bens - mas a sua circulação; não se preocupa tanto com os homens como com as relações entre os homens; por isso, aspira mais ao controle dos mares que à dominação da terra. O caráter de rede é mais pronunciado que noutros casos - por exemplo, que no Império javanês de Mojopahit, baseado simultaneamente na orizicultura em Java e no controle das rotas comerciais do arquipélago; ou que no império português do Atlântico de cujos circuitos comerciais era elemento fundamental o açúcar, produzido pelos próprios portugueses nas ilhas e no Brasil, o que, em ambos os casos, postulava um certa territorialidade¹²¹. (THOMAZ, 1994, p. 2010)

Não aparecerá de forma direta neste capítulo, mas neste trabalho busca-se refletir até que ponto o caso do Estado da Índia como uma rede é único ou como o caso da Cidade da Bahia pode também ter características importantes apontados por Thomaz como uma rede em vez de uma espaço, apesar do próprio autor achar que não¹²². Para ele, rede seria um "sistema de comunicação entre vários espaços¹²³". Já espaço seria "em maior ou menor medida, em si mesmo também uma rede, um sistema de relações

¹²⁰ THOMAZ, Luiz Felipe. VI - Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no século XVI. In: **De Ceuta a Timor**. Lisboa: DIFEL, 1994.

¹²¹ Grifos dos autores.

¹²² Para uma discussão mais aprofundada dessa questão ver o capítulo *O Império Marítimo Baiano* do Tiago Gil nesse livro.

¹²³ THOMAZ, op. cit., p. 208

entre as suas partes que assegura uma unidade de conjunto¹²⁴. Tais conceitos foram utilizados durante essa pesquisa para pensar sobre o caso da Bahia, concentrando-se principalmente no aspecto de circulação pessoas e informações pelo espaço além do recôncavo baiano.

Além das bases teórico-metodológicas, uma parte importante dessa pesquisa foram as fontes analisadas. A documentação usada na pesquisa foi os livros de denúncias da primeira visitação do Santo Ofício a Bahia no ano de 1591, que está acessível em formato impresso¹²⁵. Essas fontes foram inseridas em um banco de dados para facilitar e atender rapidamente às demandas da pesquisa. A construção e o preenchimento desse banco de dados foi realizado pela historiadora Dayane Augusta Silva para sua dissertação de mestrado *Em tempos de visitas – Inquisição, circulação e oralidade escrava na Bahia (1590-1620)*¹²⁶. Essa base foi construída no programa *Filemaker* e, segundo Silva:

Dessa fonte, construímos uma base de dados que considerava todos os envolvidos: o interrogado, os sujeitos mencionados, os acusados, os locais, os testemunhos e demais informações que a fonte relatava. Esses relatos totalizaram 159 casos, que envolviam escravos índios e africanos. Foi difícil apontar os critérios de escolhas dos testemunhos, pois eram depoimentos bastante diferentes entre si. No entanto, inicialmente, privilegiamos os depoimentos que tinha relação direta ou indireta com os escravos, excluindo, portanto aqueles que se referiam à heresia indígena, já muito estudada por Ronaldo Vainfas.

Um ponto importante a ser ressaltado é que analisamos tais documentos como um conjunto, apesar de ser uma série documental com grande número de relatos. Como conjunto “único”, buscamos tecer comparações, cruzar testemunhos e contrastar histórias. Além de observar quem eram os depoentes da Inquisição, consideramos também quem disse o quê e para quem, com o fim de provar a veracidade da história contada ao Santo Ofício. (SILVA, 2014, p.19)

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Denúncias da Bahia, 1591/1593.* São Paulo: Paulo Prado, 1925.

¹²⁶ SILVA, Dayane Augusta. **Em tempos de visitas.** Inquisição, circulação e oralidade na Bahia (1590 - 1620). Dissertação (Mestrado): Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em História, 2014.

A base de dados construída por Silva foi modificada para atender às novas demandas da pesquisa. Como há uma grande ênfase neste trabalho em questões geográficas, fez-se necessário a criação de campos no banco de dados relacionados a essa temática. Todas as denúncias da primeira visitação do Santo Ofício a Bahia que se encontravam na base foram lidas, concentrando-se principalmente nas localidades citadas na documentação. Desta forma, foi produzido uma lista com os nomes desses locais e suas coordenadas geográficas.

As coordenadas foram determinadas por meio de um processo de pesquisa em mapas da Cidade da Bahia da época e cronistas que escreveram sobre essa região, como Gabriel Soares de Sousa. Por meio dessas buscas, conseguiu-se as coordenadas de lugares como Jaguaripe, Cotegipe, Paripe, Matoim que frequentemente são citadas pelos depoentes e que compõem o espaço que era considerado como recôncavo baiano no período.

Com as coordenadas geográficas, conseguiu-se identificar o local que o depoente morava e onde as pessoas que este se relacionava ou denunciava estavam localizadas. O próximo passo da pesquisa foi colocar essas informações no mapa, ou seja, georreferenciando as denúncias da primeira visita do Santo Ofício a Bahia. Por meio desse processo, buscou-se uma visão mais complexa do espaço do recôncavo baiano do período colonial.

Com o objetivo de demonstrar uma melhor visualização do espaço - por meio do uso do SIG - na tentativa de demonstrar uma Bahia integrada por meio das relações sociais, o aparato metodológico de análise escolhido foi o *georreferenciamento* e, em seguida, o *geoprocessamento* dos dados obtidos. A escolha destas metodologias foi feita pela possibilidade e a facilidade que estas nos oferecem para a realização da *localização* e *mapeamento* dos lugares citados que encontramos na fonte, já que a obtenção destes dados é de extrema importância para a produção dos mapas e do entendimento acerca das relações sociais existentes nessa região. Georreferenciar estes locais é um ponto central de nossa pesquisa, já que nos permite saber onde estão localizados os agentes históricos e com quem estes interagem. Já o *geoprocessamento* permite a formação de uma rede, onde é possível enxergar não só as *relações sociais* mas também as *espaciais*.

A produção deste trabalho foi realizado em várias etapas. Tais etapas sendo, respectivamente: aperfeiçoamento do banco de dados de acordo com nossos interesses; localização dos dados geográficos das fontes; georreferenciamento dos dados na plataforma digital; e o geoprocessamento vetorizado destas etapas resultando no produto final. Vejamos cada um separadamente:

❖ Aperfeiçoamento do banco de dados

Apesar de já contarmos com um banco de dados voltado para a análise dos mesmos documentos tratados, as perguntas feitas anteriormente para a construção desse banco não seriam suficientes para a realização dos objetivos dessa pesquisa. Portanto, foi necessário adicionar novas perguntas e moldar o banco de dados à nossa proposta. Organizamos os dados da seguinte forma: Pessoa 1; Local 1; Pessoa 2; Local 2; Pessoa_assunto; Local 3; Intensidade; Quando (em meses). Vejamos:

Forma Primeira Volução da Bahia: 1590 - Desemacções

Descrição

Vítim Unguê

Contra Ana Róz e Fêmão Cabral

6 de Agosto de 1591

[Antônio da Fonseca]

Dese ser criado veio natural de bega filho de Francisco da Fonseca e de sua moher Catarina Alonso Caboto defuntos casado com Margaria Pacheco morador nesta cidade dora da governança dora de setenta e seis annos mais ou menos e denunciando Dese que ovillo dize em fama publica que Ana Róz e veia moradora em Bahiam criada nova moher que fo de Melor Antonio criado novo defunto faz cousas e diz palavras de juda por que dizem que quando o marido morreo que fez o pranto diferente do que usam os criados levantando as fraldas e asentando se com as carnes no chão guardando com a cabeça e nunca mais comee carne nem fo achado estano o marido enterrado e que em casa de huma vruva moher que fo de meoria Alonso já achado nesta cidade a dita Ana Róz tendo elle hum seu filho doente per nome Fêmão Fernandes das palavras e modos de juda.

Dese mais que huma vez estando ella ou huma sua filha do parto dizem que dizem-he huma moher que chamase por hossa Senhora que he socorre eia respondendo não me taes dize que não he poss dize: E outrosim denunciou que sua moher Margaria Pacheco ando a casa de Bahiam de Faria, estando ali a dita Ana Róz sua sogra a vira fazer tambem sinais de juda.

E outrosim denunciando dize que he publica fama que Fêmão Cabral de Thadeo morador em Jaguarje trouxera e consentira em huma sua aldea hum grande que tinha huma casa de dize, e que elle entrava nella algumas vezes e fazia reverencia aos idolos adorando os e fazendo as ceremonias como os mesmos gentios, e dizam que facia isto por lhes comprar e que dizem que elle melho huma sua negra viva na fôrma do engenho e a queimou e por não dizer mais fo perguntado de que pessoas contra eia esta fama e que quas eram as pessoas especialmente e quem dilo ovillo, respondeu que ovillo e sobretudo em fama geral e que dilo se afirma em pessoa certa mais que como dilo tem e que á dita fazenda de Fêmão Cabral fo dilo no dito tempo fazer certa diligencia Fêmão Vaz que hora he vereador e Antonio Correia escrivão e Antonio Fernandes Coelho por lingua todos moradores nesta cidade:

Interrogado

Antônio da Fonseca, Mado ID, Incidente

aviso certo Interrogado

Qualificação Estado, Exatidão, Data presente

Substância Dia, Local certo, Partido ou termo

Recomendação do Inquirido

Nome em, endereço, data anterior, tem

Outros nomes Francisco da Fonseca, Catarina Alonso, Margaria Pacheco, Melor Antonio, Meoria Alonso, Baso Fernandes, Bastian de Faria, Fêmão Vaz, Antonio Correia, Antonio Fernandes Coelho

Localidade Antunes

Relacionado Antunes, Desemacção, Thadeo

AVISOS

analisar

NOVO

PVD-D-1590-625

Características: nome, sexo

Não dar "novo" ou espaço após o número!

| Pessoa 1 | Local 1 | Pessoa 2 | Local 2 | Pessoa_assunto | Local 3 | INTENSIDADE | Quando (em meses) |
|--------------------|---------|-----------------|----------|----------------|---------|-------------|-------------------|
| Antônio da Fonseca | Estado | Ana Róz | Bahiam | | | 5 | X |
| Antônio da Fonseca | Estado | Fêmão Cabral de | Jaguarje | | | 5 | X |
| Antônio da Fonseca | Estado | Ana Róz | Bahiam | | | 5 | X |

FIGURA 1 - IMAGEM DO BANCO DE DADOS

Todos estes campos foram criados pensando na formação de uma rede de circularidade de informações a fim de melhor visualizar o espaço da cidade da Bahia. Vejamos as funções de cada campo:

Intensidade: O campo intensidade foi criado para aferir os níveis das informações faladas pelos depoentes. Estes níveis de informações estão separados em: Informação direta (Intensidade 1); informação indireta ou de segunda mão (Intensidade 2) e de "fama pública" (Intensidade 3) —tal definição é originária da própria documentação.

As **informações diretas** consistem em informações de experiências do próprio interrogado. Estas informações indicam que o testemunhante viu ou participou do acontecimento que está denunciando. Não necessariamente participando como atuante da heresia relatada aos inquisidores, mas como alguém que viu o fato ocorrer. Seria este uma testemunha ocular. Por exemplo:

*Contra **Fernão Pires**, **Fernão Cabral** e **Antonio Lopes Ilhoa***

1 de Agosto de 1591

*[**Domingos de Oliveira**]*

*Disse ser cristão velho da parte de seu pai e que ouviu dizer que sua mãe Breatiz Pires era cristã nova por parte de seu pai dela e disse ser natural em Ponte de Lima em Portugal de idade de cinquenta anos pouco, mais ou menos, tabaliam do publico e judicial nesta cidade e denunciando Disse que na coresma do ano passado de noventa **entrou ele denunciante**¹²⁷ em casa de Fernão Pires cristão novo segundo dizem e solteiro, morador nesta cidade na travesa onde mora o dito senhor visitador segundo sua lembrança emtrou chamado pelo dito Fernão Pires, e entrando dentro na casa em huma logea terrea que está a face da rua lhe mostrou huma figura de Christo no paso de Ecce homo, digo de o coroarem, e estava cuberto com hum toldo de pano muito negro e çujo, e estava a casa muito çuja e maltratada de maneira que lhe Disse que aquela figura não estava ali bem e que estava aquilo muito emdecete e que não parecia bem estar a figura de Christo antre negros e tanta çujidade e cuberta com pano tam çujo e que por ele denunciante ver aquilo e ouvir que o dito Fernão Pires he cristão novo, se escandelizou muito, e o tomou aquilo com maa tenção[...]¹²⁸*

¹²⁷ Grifo dos autores a fim de destacar os agentes participantes e o modo como aconteceu.

¹²⁸ PVB-D-1590-017

Já a **informação indireta ou de segunda mão** consiste em informações que são repassadas por outro agente. Neste caso, o interrogado está denunciando algo sobre uma pessoa que ouviu da boca de terceiros. Nesse caso, a segunda pessoa quase sempre é especificada e citada na fonte. Por exemplo.

Contra Diogo Lopes Ilhoa, Fernão Cabral, Pero Nunes, Jorge Fernandes, Salvador da Mata, Gaspar Pacheco

6 de Agosto de 1591

[Fernão Ribeiro de Sousa]

Disse aver o dito nome e ser cristão velho, natural de Lisboa filho de Antonio Luis de Castelobranco e de Isabel Ribeira defuntos casado com Caterina de Rojas de idade de quarenta e cinco anos morador nesta cidade e no seu engenho de Tinhare nesta capitania. e denunciando Disse que averá tres ou quatro meses que lhe Disse Domingos Afonso morador em Perobasu, em casa dele denunciante indo o ver dando lhe novas da cidade que vierão novas de Lisboa que queimarão a hu tio dc Diogo Lopez Ilhoa¹²⁹, e qua estando asim praticando acerca da roimdade dos cristãos novos lhe Disse mais que ho dito Diogo Lopez Ilhoa mercador, desta cidade morador cm umengenho de seu irmão Antonio Lopez no limite de Perobasu, recebco a Alvaro Pachequo filho de mestre Afonso, çurgiam e cunhado de Antonio Lopez Ilhoa, com hũa prima com ir- mãã do dito Alvaro Pachequo filha de Joam Vaz, çurgiam que está em Tuqumão das índias de Castela e de sua molher Lianor da Rosa e que os recebeo ele per si dandolhe as mãos e depois de os assi receber os lançou na cama juntos e que depois de a dita moça estar prenhe e pubrico ser prenhe do mesmo seu primo, se receberão em face de igreja com despensação do bispo, e que isto fizera escandalo por serem todos cristãos novos e do mesmo tribu e parentes e que parecia guardarem ainda judaismo [...]130

A informação representada por **fama pública** consiste em um conhecimento que teoricamente é compartilhado por todos sobre um relato. Este é um evento de conhecimento público daquela sociedade segundo os depoentes, ou seja, todos detêm informações do fato citado na denúncia. Normalmente este evento vem sempre com a expressão *é do conhecimento de todos ou ouvir dizer em fama pública*. Por exemplo:

¹²⁹ Grifo dos autores a fim de mostrar os agentes participantes da ação.

¹³⁰ PVB-D-1590-028

Contra Ana Roiz e Fernão Cabral

6 de Agosto de 1591

[*Antonio da Fonseca*]

*Disse ser cristão velho natural de Beja filho de Francisco da Fonsequa e de sua mulher Caterina Afonso Cabelos defuntos casado com Margarida Pachequa, morador nesta cidade dos da governança dela de idade de setenta anos mais ou menos e denunciando Disse que **ouvio dizer em fama publica que Ana Roíz**¹³¹ velha moradora em Matoim cristãa nova mulher que foi de Heitor Antunes cristão novo defunto faz coisas e dá mostras e. diz palavras de judia por que dizem que quando o marido morreo que fez o pranto diferente do que usam os cristãos levantando as fraldas e asentando se com as carnes no chão guajando com a cabeça e nunca mais comeo carne nem foi aonde estava o marido enterrado e que em casa de huma víuva mulher que foi de mestre Afonso já defunto nesta cidade a dita Ana Roíz tendo ahi hum seu filho doente per nome Nuno Fernandes dixé palavras e modos de judia[...]*¹³²

Pessoa 1: Este campo diz respeito ao *nome* da pessoa que está testemunhando. Tal informação está sempre disponível nos depoimentos, é possível inferir que há uma obrigatoriedade em denominar a pessoa interrogada.

Local 1: Este campo refere-se ao local de moradia da pessoa 1, ou seja, o interrogado. Esta também é outra regularidade encontrada nas fontes, a testemunha se apresentava e dizia de onde era natural e em que local residia. Nos documentos analisados nesta pesquisa sempre apareceu de alguma forma o local de moradia ou a naturalidade da pessoa interrogada.

Pessoa 2: Já este campo refere-se à pessoa denunciada na fonte. Tal campo é específico para os documentos categorizados como "*denúncias*". Todas as fontes que se encaixam nessa categoria falam sobre a denúncia e a quem esta é dirigida. Geralmente o denunciado é assinalado no começo do documento, com um título de "contra fulano". As vezes as denúncias não são feitas utilizando o nome da pessoa e sim por uma característica forte conhecida desta ou por uma alcunha.

¹³¹ Grifo dos autores a fim de destacar os agentes participantes e a forma como se deu a ação.

¹³² PVB-D-1590-025

Outra utilização possível da *Pessoa 2* é por meio de uma variação na *intensidade*. Quando trabalha-se com a *intensidade 2*, o campo deixa de ser sobre os dados da pessoa denunciada e torna-se os dados sobre a pessoa que passou as informações ao interrogado. Há diversos casos em que o interrogado denuncia uma pessoa por causa de conhecimentos obtidos por meio de uma conversa que teve com outro agente. Neste caso, o denunciante recebe uma informação indireta sobre um acontecimento, ou seja, aquela informação que está sendo repassada para o Santo Ofício veio de uma outra pessoa. Quando isso acontece, é catalogado os dados dessa segunda pessoa de forma que possamos saber por onde a informação está circulando.

Local 2: Este campo é relativo ao local de moradia da *pessoa 2*, podendo ser do denunciado ou do interlocutor da denúncia. Na maioria dos casos esta informação está presente. Todavia, encontramos também documentos em que não foi possível localizar este dado.

Pessoa_assunto: Este campo está diretamente ligado à *Pessoa 2* e relaciona-se à pessoa que é denunciada no documento. Este campo só aparece quando há uma terceira pessoa envolvida na denuncia, desta forma a *Pessoa-assunto* é obrigatoriamente o ser humano que está sendo denunciado.

Local 3: Este campo faz referência ao local de moradia da *pessoa-assunto*, ou seja, do agente denunciado que é tema de conversa entre o interrogado e outra.

Quando (em meses): Esta informação representa o tempo em que ocorreu o fato segundo os informantes. Geralmente este dado não vem de maneira uniforme e é quase sempre impreciso. Todavia, tentamos estabelecer uma mensuração que possa representar o dado obtido. Escolhemos representá-la em meses devido a facilidade em quantificar os dados diversos. Por exemplo:

Contra Diogo Lopes Ilhoa, Fernão Cabral, Pero Nunes, Jorge Fernandes, Salvador da Mata, Gaspar Pacheco

6 de Agosto de 1591

[Fernão Ribeiro de Sousa]

Disse aver o dito nome e ser cristão velho, natural de Lisboa filho de Antonio Luis de Castelobranco e de Isabel Ribeira defuntos casado com Caterina de Rojas de idade de quarenta e cinco anos morador nesta cidade e no seu engenho de Tinhare

*nesta capitania. e denunciando Disse que **averá tres ou quatro meses**¹³³ que lhe Disse Domingos Afonso morador em Perobasu [...]*¹³⁴

Todos os campos explicados acima foram determinados por uma escolha metodológica dos autores. A partir da organização destes campos, conseguimos apreender informações necessárias para explicitar e produzir uma *rede de relações* entre os agentes.

❖ O Georreferenciamento e o Geoprocessamento

Localização dos dados geográficos das fontes

O primeiro passo após analisar e aperfeiçoar as informações do banco de dados-foi localizar os lugares que os *interrogados* citavam nos seus relatos. Estes *lugares*, dentro da fonte, diz respeito ao local de moradia do interrogado – dado aparentemente exigido de todos que estavam submetidos à mesa do Santo Ofício. Todas as fontes, impreterivelmente, vêm com o lugar de moradia das testemunhas. Outro dado que cada documento costuma trazer é o local de moradia dos denunciados¹³⁵, o que permite o estabelecimento de uma rede de relacionamentos a partir desta conexão apresentada pelos relatos das fontes.

Vejamos um exemplo:

*Disse ser cristão velho natural de Viana Foz-do-Lima, filho de Guaspar Diaz Vicente e de sua mulher Briolanja Barbosa defuntos, cidadão desta **cidade** de sesenta anos casado com Francisca Pinheira, e denunciando Disse que seu enteado Ignofre Pinheiro, lhe Disse que hu mancebo que está em casa de Pero de Aguiar dAltero, em **Matoim**¹³⁶, lhe Dissera que Ana Roiz sogra de Bastiam de Faria, cristã nova não comia certo peixe e que quando jurava, jurava por seu marido defunto a que comia a terra virgem, e outrosi denunciando Disse que ouvio dizer a Joam da Rocha Vicente morador em Piraja que em Porto Seguro se Dissera que Martim Carvalho morador e casado nesta cidade que óra está em Lisboa era culpado no pecado*

¹³³ Grifo dos autores a fim de destacar o tempo dito na fonte.

¹³⁴ PVB-D-1590-028

¹³⁵ Importante lembrar que essa afirmação se localiza majoritariamente na parte "denunciados" da documentação.

¹³⁶ Grifo dos autores a fim de destacar os lugares citados neste trecho da fonte.

nefando antes de ele ser preso em Pernãobuco, por semelhante culpa que tambem cometeo em Pernãobuco pela qual foi enviado ao Reino¹³⁷, [...]

Como demonstrado acima - apesar das fontes não serem unívocas – quase sempre é possível localizar onde estas pessoas vivem e transitam, mesmo contando apenas com as informações ditas pelos denunciantes.

A partir da percepção dos espaços geográficos, o próximo passo foi reencontrar os lugares citados na plataforma digital. Separamos todos os locais que foram citados nos 217 documentos analisados em uma tabela, desta forma, foi possível achar suas respectivas coordenadas geográficas para conseguirmos localizar todos os lugares encontrados na documentação no espaço geográfico atual. Vejamos:

| | A | B | C |
|----|---|------------|------------|
| 1 | Locais citados | Latitude | Longitude |
| 2 | Cachoeira | -12,600363 | -38,958979 |
| 3 | Capanema | -12,855354 | -38,938236 |
| 4 | Jaguaripe | -13,113081 | -38,896073 |
| 5 | Paraguaçu | -12,860348 | -38,847486 |
| 6 | Sergipe do Conde | -12,605478 | -38,692245 |
| 7 | Itaparica | -12,922892 | -38,65155 |
| 8 | Ilha dos Frades | -12,78072 | -38,633194 |
| 9 | Caípe | -12,712084 | -38,601944 |
| 10 | Matoim | -12,671456 | -38,546154 |
| 11 | Pernamirim | -12,71912 | -38,532124 |
| 12 | Maré - ILHA? | -12,766638 | -38,52557 |
| 13 | Passé | -12,716423 | -38,516665 |
| 14 | nesta cidade no Colégio da Companhia de Jesus | -12,97262 | -38,510374 |
| 15 | Toque Toque | -12,791956 | -38,499027 |
| 16 | Rio Vermelho | -13,011014 | -38,494035 |
| 17 | Tapagipe | -12,948505 | -38,490562 |
| 18 | Cotegipe | -12,801665 | -38,490553 |
| 19 | Ilha de São Thomé ? | -12,821764 | -38,477654 |
| 20 | Jacaracanga | -12,729056 | -38,477145 |
| 21 | Paripe | -12,825341 | -38,471844 |
| 22 | Purajá | -12,903613 | -38,456841 |
| 23 | São Bento | -12,95936 | -38,44944 |
| 24 | Itapoã - Itapuã | -12,947471 | -38,374642 |
| 25 | rio de Joane | -12,851804 | -38,308394 |
| 26 | Açu | -12,549779 | -38,00318 |

FIGURA 2 - IMAGEM DO BANCO DE DADOS COM A NOMINAÇÕES E COORDENADAS GEOGRÁFICAS DOS LOCAIS.

¹³⁷ PVB-D-1590-073

A descoberta das coordenadas geográficas foi produzido a partir da serialização de diversos mapas disponíveis na Biblioteca Nacional¹³⁸ em um sistema comparativo. Buscamos a espacialização de todos os lugares citados dentro destes mapas, de forma que pudéssemos representá-los fidedignamente na plataforma digital. Por exemplo:



FIGURA 3 - IMAGEM DE FONTE UTILIZADA PARA ANÁLISE¹³⁹.

Este foi um dos mapas utilizados para fazer a identificação dos lugares que são citados constantemente nas fontes. Um fácil exemplo a ser usado é o da *Ilha de Itaparica*, que, notoriamente, é representada sempre da mesma forma nos diversos mapas encontrados sobre a Cidade da Bahia. Portanto, através da utilização destes mapas e da localização dentro deles dos diversos locais que são citados na fonte, pudemos fazer o geoprocessamento dos lugares.

¹³⁸ Todos os mapas buscados foram consultados na Biblioteca Nacional. <<https://www.bn.gov.br>>

¹³⁹ http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart511934/cart511934.jpg

O processo de georreferenciamento foi realizado de forma interligada com as informações obtidas nas fontes. Visualizamos os locais nos documentos e buscamos, através de pesquisas auxiliares¹⁴² e semelhanças, o local que condizia com o que estava referenciado nos mapas de época. É possível que se enfrente - bem como enfrentamos - problemas com a nomeação dos locais. Alguns locais sofreram mudanças em seu nome de origem, entretanto, buscamos nos aproximar do ponto que fosse mais verossímil possível a localização da época.

A localização e mapeamento dos lugares nos permitiu realizar o geoprocessamento destes dados e vetorizá-los para uma melhor visualização do espaço. Embora o Google Earth nos guie e permita que demarquemos todos os pontos localizados e forme um mapa também, escolheu-se geoprocessar estes dados em uma outra plataforma digital de modo a minimizar a ocorrência de anacronismos e consigamos nos aproximar mais da forma como estaria representado na época. Com a marcação dos lugares conseguimos também obter as respectivas coordenadas geográficas que nos permitiu a produção do mapa vetorizado.

Geoprocessamento dos dados

O geoprocessamento dos dados foi feito a partir da vetorização das informações reunidas por meio de todas as etapas suscitadas anteriormente. Representaremos neste parte do texto a junção entre o georreferenciamento dos dados e a montagem da rede de ligações entre os agentes.

Vetorizamos em um *shape*¹⁴³ de todas as localidades referenciadas e fizemos todas as ligações possíveis entre os agentes. Aqui entra as informações relativas a nossa confecção do banco de dados, ou seja, todas as pessoas que mencionam outros agentes em suas denúncias e todas as interlocuções indiretas que ocorrem nos relatos. Vejamos a construção de três mapas serializados gradativamente:

¹⁴² Refere-se a pequenas pesquisas quando havia mudanças no nome do local, por exemplo. Buscamos em sites como o do IBGE ou em livros com a história das localidades que pudessem nos auxiliar a ser o mais preciso possível.

¹⁴³ O shape em questão representa um mapa vetorizado do Estado da Bahia.

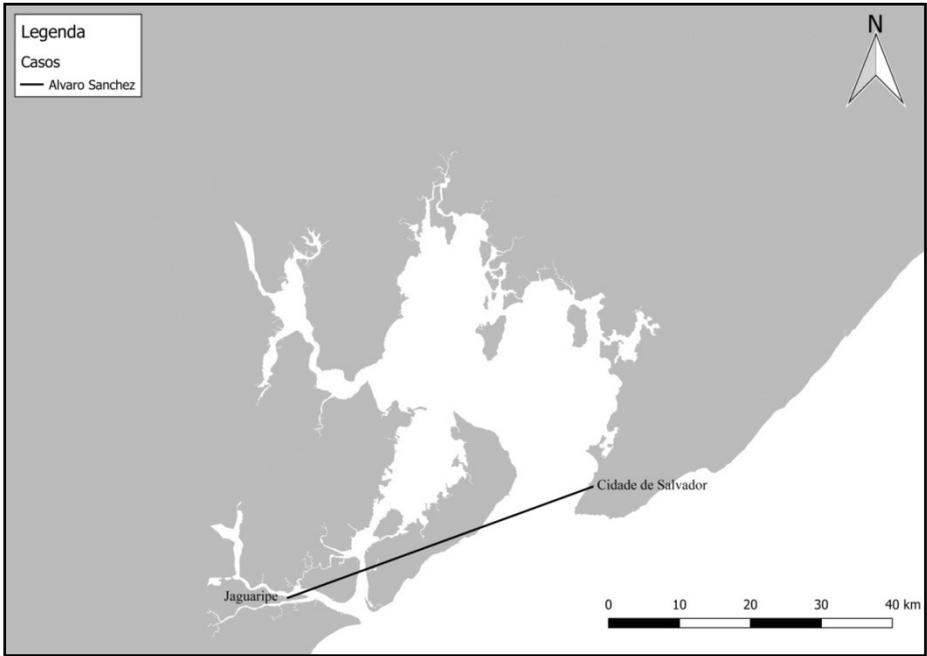


FIGURA 5 - ILUSTRAÇÃO REPRESENTANDO LIGAÇÕES ENTRE A CIDADE DE SALVADOR E JAGUARIBE

Neste primeiro mapa podemos observar a representação de um caso aleatório da documentação do Santo Ofício em sua primeira visita à cidade da Bahia em 1590. Por fins explicativos, ilustramos um caso em que há somente uma ligação envolvendo dois interlocutores direto que, neste caso, são *Alvares Sanchez* e *Fernão Cabral* - sendo o último o acusado perante a mesa do Santo Ofício de cometer heresias. Vejamos o documento na íntegra:

Contra Tareja Rois, Anrique Roiz e Fernão Cabral

12 de Agosto de 1591

[Alvaro Sanchez]

disse ser cristão novo natural de Olivença em Portugal filho de Bento Anriquez e de Lianor Sanches defuntos, casado com Maria da Costa, cristã velha, mercador de logea, de idade de mais de quarenta anos, morador nesta cidade, e que não sabe nenhum parente seu preso nem penitenciado pelo Santo Ofício. [...]¹⁴⁴ e

¹⁴⁴ O documento conta ainda com outras denúncias que Alvares Sanchez fez ao Santo Ofício. Todavia, os outros agentes citados por Sanchez viviam na mesma localidade

denunciando disse que dá muito escandalo **a fama publica avida por verdadeira** que corre nesta cidade que ha cinco ou seis anos que Fernão Cabral tinha na sua fazenda de Jaguaripe tinha e consentia os jentios ter casa com pagodes e idolos pera a qual fogiam muitos escravos cristãos que fogiam a seus senhores e se hiam ajuntar com hos ditos gentios e idolatravam e faziam as mais ceremonias como eles e sendo mais perguntado respondeo que conhece o dito **Fernão Cabral**¹⁴⁵ por homem de bom entendimento e he rico e dos principaes da terra tido por fidalgo que terá vinte mil cruzados de fazenda¹⁴⁶

Este caso representa a categoria, por nós criada, de *intensidade 3*. Aplicada esta categoria, este acontecido nos diz que tal denúncia contém característica de *fama pública*, ou seja, o fato é de notório conhecimento segundo o depoente para aquela sociedade. Isto nos mostra como a *circulação de informações* atua e como estes agentes estão integrados entre si independentemente das distâncias de suas localidades. Neste caso, a denúncia é retratada por alguém que mora na *Cidade* (Salvador), contudo, detém informações sobre pessoas que vivem no extremo oposto da sua localidade (Jaguaripe).

A intenção em representar - geograficamente - este documento está tanto na afirmação de que a *circulação de informações* é um importante instrumento atuante naquela sociedade, como nos demonstra *Dayane Augusta Silva* em sua dissertação: *Em tempos de visita: Inquisição, circulação e oralidade escrava na Bahia (1590-1620)*¹⁴⁷; bem como apresentar diversas análises possíveis que podem ser produzidas por meio da aplicação do SIG.

Com esta representação, podemos observar que a integração de relações sociais da cidade da Bahia não está apenas concentrada em Salvador. Além desta constatação, pode-se fazer ainda outros tipos de análises: mapeamento de agentes; percepção de qual a localidade que mais acontece

que ele. Devido a nossa escolha metodológica e o nosso objetivo, representamos somente o último caso citado pelo autor da denúncia por apresentar uma ligação fora de Salvador, nos permitindo assim, a confecção do mapa demonstrando interlocuções entre as diversas localidades da Cidade da Bahia de 1590.

¹⁴⁵ Grifo dos autores a fim de explanar denunciante e denunciado, respectivamente.

¹⁴⁶ PVB-D-1590-047

¹⁴⁷ SILVA, Dayane Augusta. **Em tempos de visitas**. Inquisição, circulação e oralidade na Bahia (1590 - 1620). Dissertação (Mestrado): Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em História, 2014.

casos de heresias; classificação de maior incidência de tipos de heresias por localidade etc, são variadas as possibilidades de análises que podemos estudar e representar com a construção de mapas.

Vejamos em seguida um segundo mapa que representa três denúncias em conjunto para termos uma melhor clareza sobre um dos pontos principais desta pesquisa: a integração social.

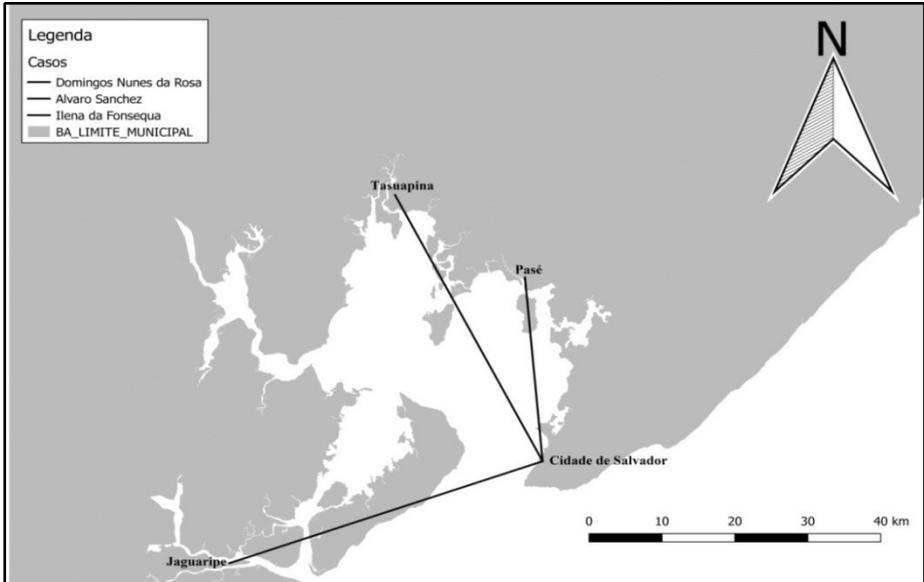


FIGURA 6 - ILUSTRAÇÃO REPRESENTANDO LIGAÇÕES ENTRE A CIDADE DE SALVADOR, JAGUARIFE, TASUAPINA E PASÉ

Neste mapa foram feitas as mesmas aplicações que demonstramos no primeiro, porém, adicionamos mais três casos a fim de apresentar um número maior de interlocuções e as ligações formadas entre as cidades. Os suscitados casos são de *Domingos Nunes da Rosa*¹⁴⁸; *Alvaro Sanchez*¹⁴⁹ e *Ilena da Fonseca*¹⁵⁰. Nestes casos, igual os outros, todos são denúncias, entretanto estes já se encaixam em mais categorias de intensidades

¹⁴⁸ PVB-D-1590-112

¹⁴⁹ PVB-D-1590-047

¹⁵⁰ PVB-D-1590-199

(números 2 e 3), há o envolvimento de interlocutores indiretos, ou seja, informações de segunda mão e de fama pública. Aqui, igualmente como o exemplo anterior, o objetivo é inquirir sobre a idéia de integração.

Pode-se observar integrações entre a Cidade de Salvador, Jaguaripe, Tasuapina e Pasé, representativos de lugares que estão interligados por meio da circulação de informações. Portanto, a construção, e conseqüentemente, a análise do nosso objeto é construído desta forma. Retira-se deste documentos as localidades, os interlocutores e é produzido o mapa, indicando quais lugares tem relações com outros. Desta forma, demonstrando as intensas ligações entre pessoas e lugares. Vejamos no próximo ponto, a análise dos dados e o produto final, com a construção do último mapa envolvendo todos os casos juntos.

❖ **Análise dos dados e o produto final**

A partir da quantificação dos dados e de todos os procedimento metodológicos, chegou-se ao objetivo da pesquisa. Com o georreferenciamento na plataforma digital e em seguida o geoprocessamento dos dados, conseguimos localizar cerca de 70 casos em que os agentes se interligam de alguma forma. Na grande maioria das vezes as ligações são realizadas por meio das denúncias feitas ao Santo Ofício, sejam elas de pessoas que participaram da ação como agente ocular (de intensidade 1), de pessoas que receberam informações de forma indireta (de intensidade 2) ou de pessoas que já são conhecidas por suas famosas heresias (de intensidade 3).

Através dos documentos gerados a partir da visitação do Santo Ofício à cidade da Bahia, diversos são os relatos de heresias que podemos encontrar. Em historiografias clássicas sobre o assunto, tais como: *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil* de Ronaldo Vainfas¹⁵¹ ou *Diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonia*¹⁵² de Laura de Mello e Souza, podemos encontrar discussões acerca de heresias como a *sodomia, fornicção, feitiçaria* e tantos outros. Nas fontes

¹⁵¹ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1989.

¹⁵² SOUZA, Laura de Mello e. *Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

conseguimos relatos como de *furtos de imagens*¹⁵³, *blasfêmia*¹⁵⁴, *formação e adoração de novas santidades*¹⁵⁵ etc. São inúmeros e variados os motivos que levavam o interrogado até a mesa do Santo Ofício realizar sua denúncia. Contudo, é importante salientar, que esta não é uma preocupação desta pesquisa.

É inegável que a diversidade de informações que temos acerca das heresias abrem um leque grande de possibilidades de pesquisa, incluindo o uso do SIG para ser utilizado, por exemplo, em estudos de casos. Entretanto, preferimos ignorar o conteúdo dos documentos e nos atentar somente às pessoas envolvidas e suas localidades de moradia para conseguirmos montar uma rede de ligações através destas informações. E, como já suscitado, estas informações, mediado pela confecção do nosso banco de dados, é de fácil acesso nestas fontes. O que nos permitiu, por fim, mapear e explicitar a interligação destes agentes. Vejamos:

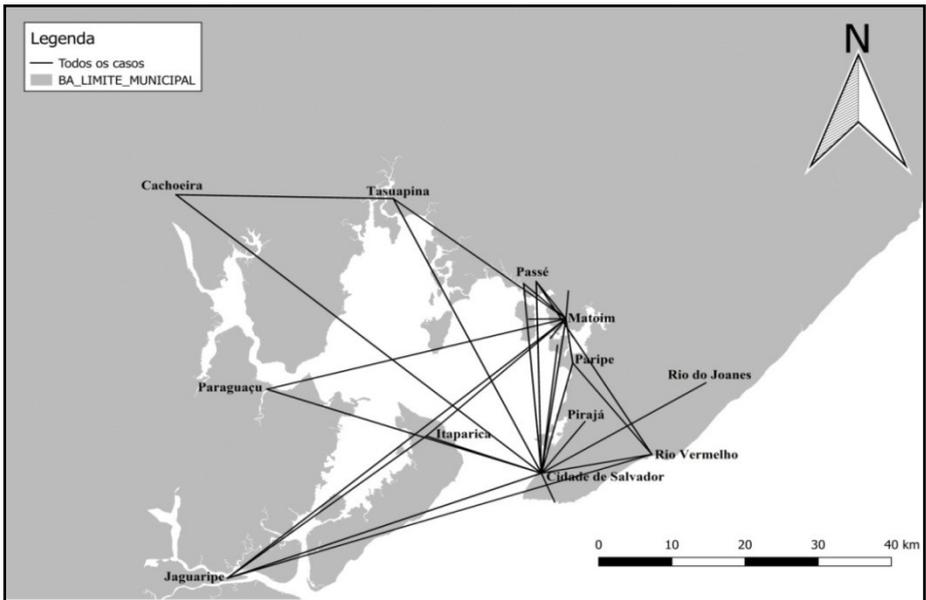


FIGURA 7 - REDE DE RELAÇÕES NO FORMATO DE MAPA

¹⁵³ PVB-D-1590-031

¹⁵⁴ PVB-D-1590-033

¹⁵⁵ PVB-D-1590-082

Este é o mapa geral das interlocuções apreendida nas documentações referentes a visitação do Santo Ofício na Cidade da Bahia, no ano de 1590. Neste mapa, contamos com 70 casos em que há uma ligação direta ou indireta entre os agentes e suas localidades. Buscou-se nomear todos os locais que foram citados nas fontes e representá-los por meio do *georreferenciamento* e do *geoprocessamento*. Embora haja outras localidades, nós conseguimos localizar estas de acordo com as fontes que dispúnhamos. Neste mapa estão representadas os locais de maior interlocução, os quais são: Salvador (cidade), Pirajá, Rio Vermelho, Rio do Joanes, Paripe, Cachoeira, Matoim, Pasé, Tasuapina, Cachoeira, Paraguaçu, Itaparica e Jaguaripe.

Percebe-se nesta representação que a informação que chega aos Inquisidores circula por toda Bahia. A cidade (Salvador) é o lugar com maiores ligações entre as localidades. Esta, por sua vez, não está centrada em si mesma e dialoga com todo o resto da Bahia, interligando locais não conjuntos e formando uma integração da Capitania. O que este mapa nos apresenta também é o poder de alcance da informação ou a própria *circularidade de informações*. Isto nos mostra como os agentes estão conectados uns com os outros, seja de Cachoeira à Salvador, ou mesmo de Jaguaripe à Matoim, não importando muito a distância, o possível difícil acesso as localidades, a Bahia, como um todo, não se concentra somente em um ou outra localidade mas se integra das mais diferentes formas. Tiago Gil, em seu capítulo, *O Império Marítimo Baiano*¹⁵⁶ nos demonstra um pouco mais como estas relações são construídas e alguns dos motivos por quais elas se dão. Aqui, nós buscamos demonstrar que essa rede existe e ela segue lógicas que são inerentes a ela.

Podem ser feitos muitos questionamentos acerca destas interlocuções, como já suscitado. Todavia, nos preocupamos ainda em fazer o questionamento de intensidade entre as localidades. Quais são as localidades que há mais ocorrências de interlocuções? Vejamos no mapa que se segue.

¹⁵⁶ Ver capítulo: *O Império Marítimo Baiano*, de Tiago Gil, presente neste livro.

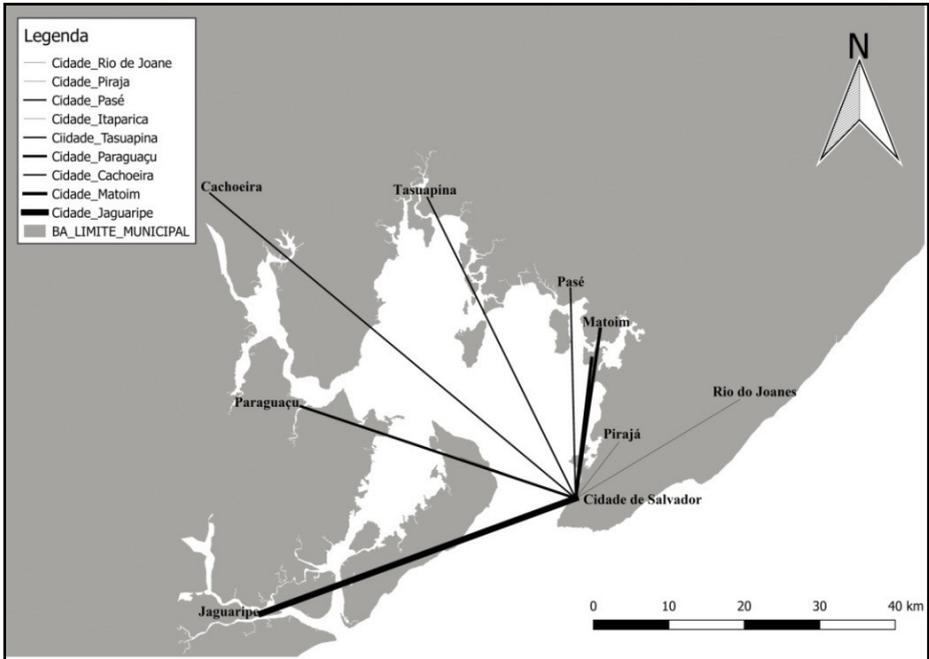


FIGURA 8 - MAPA ILUSTRATIVO DA INTENSIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE OS LUGARES

Aqui relacionamos a Cidade de Salvador¹⁵⁷ com todas as outras localidades na questão de *intensidade de ligações*. Buscamos representar a espessura da linha de acordo com o número de casos existentes entre aquelas regiões. Portanto, a Cidade de Salvador, de acordo com o número de citações, tem maiores relações com *Jaguaripe*, *Matoim* e *Paraguaçu*. No tocante à *Jaguaripe*, contamos com 20 casos onde estas estão interligadas pelas denúncias feitas ao Santo Ofício. Já em *Matoim*, contamos com 10 casos dos relatos de heresias. *Paraguaçu*, soma-se 8 casos¹⁵⁸. Estas são as localidades que contém o maior número de correlações de acordo com os testemunhos da Inquisição. Igualmente a análise anterior (rede de relações), aqui podem ser feitos vários questionamentos acerca dessa incidência de casos entre estas cidades. Porque há uma maior circularidade de informações entre estes

¹⁵⁷ A escolha pela cidade de Salvador como ponto central se dá por esta ser o local com maior número de citações.

¹⁵⁸ Salientamos estas três localidades por conta do maior número de ocorrências em um ranking de 1 à 3.

lugares? Circulam-se um maior numero de pessoas nessas localidades? Inúmeras são as perguntas que podem ser feitas a partir dessa metodologia de análise.

❖ **Considerações finais**

A intenção nesta pesquisa foi fazer o uso e aplicação do *Sistema de Informações Geográficas* - SIG em análises para a História Social. Portanto, seguiu-se de uma pesquisa de cunho metodológico a fim de se obter um estudo adequado e coerente com o nosso objetivo. À vista disso, os autores escolheram representar relações sociais na Cidade da Bahia no século XVI para demonstrar como estas aplicações podem ser feitas, abrindo possibilidades de novas análises, bem como, o enriquecimento de um estudo já apreendido. Demonstramos aqui uma integração da cidade da Bahia, bem como questionamentos que possam ser feitos a partir desta análise. Espera-se que esta pesquisa amplie as possibilidades de estudos a partir de técnicas talvez não muito usuais dentro do campo da História Social.

❖ **Referências**

Fontes

Primeira visitação do santo Ofício às partes do Brasil – Denúncias da Bahia - 1591-1592. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1925.

NAEHER, Julius. Bahia de todos os Santos aufgenommen nach der Natur. [S.l.: s.n.], [18--]. 1 mapa ms, col, 65,5 x 83,0cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart511913/cart511913.jpg>. Acesso em: 15 jun. 2016.

TEIXEIRA, Leal. Carta hydrografica da Bahia de Todos os Santos na qual está situada a cidade de S. Salvador capital da provincia do mesmo nome. [S.l.: s.n.], 1830. 1 mapa mss. aquarelado, 46,0 x 62,0cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart511934/cart511934.jpg>. Acesso em: 15 jun. 2016.

Referências bibliográficas

- BERTIN, *Jacques*. *Semiologie graphique: Les diagrammes, les réseaux, les cartes*. Paris: Mouton, 1967002E
- MORETTI, Franco. *Atlas of the European Novel, 1800-1900*. London: Verso, 1998.
- SANTOS, Milton; ELIAS, Denise. *Metamorfoses Do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos E Metodológicos Da Geografia*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SILVA, Dayane Augusta. *Em tempos de visitas. Inquisição, circulação e oralidade na Bahia (1590 - 1620)*. Dissertação (Mestrado): Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em História, 2014.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- THOMAZ, Luiz Felipe. "Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no século XVI". In: *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFEL, 1994.
- TUFTE, Edward R. *The visual display of quantitative information*. 2nd ed. Cheshire, Conn: Graphics Press, 2001.
- TUFTE, Edward R. *Visual explanations: images and quantities, evidence and narrative*. Cheshire, Conn: Graphics Press, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1989.

Imigração e Inquisição: Análise da imigração europeia a partir de registros inquisitoriais americanos do século XVI-XVII.

Jéssika de Souza Cabral Corrêa

❖ Introdução

No dia 3 de agosto de 1591, na Bahia, comparecia a mesa do visitador Heitor Furtado, Jorge Martins de sessenta anos, para relatar um caso corriqueiro de heresia. O dito Jorge Martins contou que na hora de benzer-se nomeava o pai na cabeça e o filho no ombro direito. Aprendera essa doutrina com o Frei, Álvaro de Monção, que acreditava que o filho deveria estar à destra do pai. Este só se deu conta do erro após uma pregação de um padre da companhia de Jesus, e confessando disse que cometera o desvio de doutrina por acreditar nas palavras de um representante da fé. Pediu para que lhe fosse dada punição saudável, pois era bom cristão e quando ciente do erro passou a benzer-se do modo certo, (...) “da maneira que os cristãos todos se benzem, nomeando o padre na testa e o filho no peito.” (VAINFAS 1997, 28).

Outro exemplo interessante de heresia é o processo de Jorge de Los Santos, oriundo da Grécia, morador de Cartagena de Índias, de quarenta e oito anos. Segundo ele a bula só servira para gastar o seu dinheiro. Defendia a ideia de que não era preciso interceder aos santos quando se tem o próprio Deus nas mãos. Além disso, ignorou a restrição de alimentos em dia santo. Emsuas palavras: “Bueno es eso, que coma yo carne, huevos y leche, manteca y queso y despues me vaya al infierno, si el Papa me sacara de ali.” (ESPLENDIANI 1997, 22).

A heresia é entendida como tudo aquilo que vai contra os dogmas da Igreja, por tantocontra a doutrina pregada. Compreende desde um desvio de comportamento moral até a transgressão dos ensinamentos bíblicos. Cabe a Igreja julgar os infiéis, porque seu papel e missão são zelar pela fé, na condição de representantes de Deus na Terra. Por tanto, se configurava heresia falar contra a igreja, pois seria o mesmo que caluniar o próprio Deus.

A acusação de heresia não recaía somente sob os que infringissem o dogma, mas também aos que disseminavam, abrigavam ou omitiam um herege. Segundo Nicolau Eymerich há heresiarcas e hereges. O primeiro cria uma heresia o segundo reproduz. “(...) deveríamos concluir que não existem mais heresiarcas, ou existem poucos, e sim uma retomada de antigas heresias” (EYMERICH 1993,46). Segundo o mentor do manual do inquisidor a diferença é importante porque a pena para cada um dos casos é diferente perante o direito inquisitorial.

No caso do heresiarca o correto é que fosse encaminhado ao braço secular para o relaxamento, ou seja, a morte nas mãos de autoridades civis, uma vez que a Igreja não poderia condenar ninguém a morte. Na melhor das hipóteses, se arrependido o réu poderia desfrutar da misericórdia do tribunal, sentenciado a prisão perpétua. “Os heresiarcas não sabem se beneficiar das leis pontificais editadas em proveito dos hereges arrependidos” (EYMERICH 1993, 47). No entanto, nas fontes consultadas, para este artigo, não foram encontrados exemplos de heresiarcas.

A blasfêmia é o ato de falar diretamente contra Deus, ofendê-lo ou atribuir a ele e a Virgem Maria características humanas. Nos processos inquisitoriais, a maioria delas aconteceu nos momentos de dor e aflição, geralmente nos castigos. Não raro, os escravos açoitados renegavam a Deus e aos Santos.

Segundo Eymerich há também dois tipos de blasfemos, aqueles que maldizem ao senhor em meio a tormentos e os que atacam diretamente a fé. No primeiro caso o inquisidor não deve se importar, são da alçada dos juízes, mas o segundo são hereges que tentavam escapar da pena passando-se por blasfemos. A “raiva e perturbação não poderiam justificar tudo” (EYMERICH 1993, 50), e aconselha os inquisidores a analisarem a frequência das blasfêmias.

Maria Fernandes, cigana e reincidente, de aproximadamente quarenta anos, disse ao tribunal lisboeta em visitação à Salvador, que Deus havia ‘mijado’ sob ela, por isso chovia. A fala da cigana é um exemplo típico de blasfêmia característico do pensamento popular que não separava o divino do profano. (VAINFAS 1997).

O objetivo deste trabalho é levantar questões como: a) Os delitos mais processados b) Os grupos mais perseguidos pelo tribunal; c) A organização espacial dos perseguidos e por último, d) A ocupação dos acusados. A fim de criar hipóteses que as expliquem. Pretende-se também realizar uma breve

discussão sobre o perfil dos imigrantes americanos através da descrição dos processos que dispomos.

Para responder a essas questões foram utilizadas as fontes dos tribunais da Inquisição de Cartagena das Índias, desde a data de fundação em 1610 até o ano de 1636. Para Salvador, foram trabalhados os registros da primeira visitação do Santo Ofício luso ao Brasil, do ano de 1591 com duração de quatro anos.

Cartagena e Salvador constituíam cidades-chaves para a circulação de produtos e pessoas no interior do território. Eram pequenas cidades com população heterogênea e composta em grande parte por imigrantes. Em Cartagena encontrava-se sofisticadas casinhas com sacadas, onde os comerciantes usavam o primeiro piso para as vendas e o segundo reservado às famílias e os cativos. Era um lugar promissor, onde os peninsulares recém-formados arriscavam a sorte (ROCHA 2014).

Em Salvador, as atividades econômicas se concentravam nas intensas trocas entre o interior do recôncavo e as ilhotas localizadas na frente da Baía, a ilha dos Frades e a ilha de Itaparica. O espaço era organizado segundo as dioceses e igrejas. Algumas oriundas das capelas de engenhos ou surgiram de acordo com o crescimento populacional em função do açúcar (SCHWARTZ 1985).

Além da condição estratégica e portuária, ambas as cidades dependiam e muito da mão de obra escrava. Em Salvador ela fez girar as moedas do processo de produção do açúcar e do tabaco. Segundo Schwartz, o único produto que poderia ser comparado ao volume exportado do açúcar era o tabaco (SCHWARTZ 1985).

Já Cartagena foi o lar de muitos tratantes, inclusive os de origem portuguesa, que mantinham negócios com o Panamá e a Costa Africana.

❖ **Acusados e Pecadores**

A seguir podem-se observar os tipos e o número de processados pela visitação de Salvador e o Tribunal de Cartagena.

| Acusação | Número |
|--------------|--------|
| HERESIA | 47 |
| JUDAIZANTE | 21 |
| BLASFEMEA | 19 |
| SODOMIA | 19 |
| LUTERANO | 7 |
| BIGAMIA | 3 |
| BRUXARIA | 3 |
| BESTIALIDADE | 1 |
| TOTAL | 120 |

TABELA 1: ACUSAÇÕES DO TRIBUNAL DE SALVADOR (1591-1592)

Fonte: Capistrano de Abreu: Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. Arquivos localizados na Torre do Tombo em Lisboa. 1997. Cálculos próprios.

As heresias ocupam maior destaque nessa visitação, em segundo o judaísmo e em terceiro a blasfêmia e sodomia. Através dos delitos, tanto de Salvador quanto de Cartagena, pode-se encontrar o reflexo de uma sociedade peculiar.

Nos “pecados” à brasileira é interessante notar que a bigama, por exemplo, é um delito peculiar da situação colonial, cujas famílias muitas vezes separadas pela distância do oceano, sem informações sobre o paradeiro daqueles que partiram para colônia, reconstruíam suas vidas conjugais. A política da coroa espanhola no século XVI favorecia a migração das mulheres casadas para a colônia, para se encontrarem com seus esposos. (MARTÍNEZ 1999). Considerando a situação é possível que a medida visasse a diminuição dos mestiços e a conservação da cultura europeia.

Outro delito característico da situação colonial do recôncavo e de sodomia. Delitos morais como este, se tornavam conhecidos devido a precariedade da privacidade nos primeiros anos da colônia lusa. Ronaldo Vainfas chama atenção que a ideia de privacidade não assumia a conotação atual. Em um artigo chamado “moralidades Brasília” ¹⁵⁹ argumenta que os colonos

¹⁵⁹Ronaldo Vainfas, *Moralidades Brasília: Deleites sexuais e Linguagem erótica na sociedade escravista*, in *História da vida cotidiana no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, ed Fernando Novais (São Paulo: Companhia das letras, 1997), 221

frequentavam os matos e locais desertos, por esse motivo corriam risco do flagrante. Além disso, as casas não eram seguras, a maioria “de parede meia” com fendas nas janelas e paredes. As portas também não eram comuns para separar um cômodo do outro.

Na segunda tabela se encontram os pecados do tribunal de Cartagena. É interessante notar que há nesse tribunal maior monte de heresias se comparado à tabela anterior. Talvez o Santo Ofício não tenha permanecido tempo suficiente para encontrar as mesmas heresias no Brasil. Outra possibilidade é a limitação da fonte que compreende somente as confissões e não as denúncias dessa visitação.

| Acusação | Número |
|----------------------|--------|
| BRUXARIA | 95 |
| HERESIA | 48 |
| BLASFEMEA | 42 |
| JUDAIZANTE | 33 |
| HERESIA PROTESTANTE | 14 |
| BIGAMIA | 11 |
| SOLICITAÇAO | 7 |
| HUGONOTE | 5 |
| FALSO TESTEMUNHO | 4 |
| RECONCILADO | 3 |
| JUDAIZANTE | 2 |
| BRUXARIA E BLASFEMEA | 1 |
| TOMISTA | 1 |
| ISLAMISMO | 1 |
| TOTAL | 267 |

TABELA 2: ACUSAÇÕES DO TRIBUNAL DE CARTAGENA (1610-1635)

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1638-1660. C culos próprios.

Não se pode afirmar que a bruxaria foi a prática mais perseguida pelos inquisidores de Nova Granada, mas sem d vida entre 1610 a 1630 foi o delito que rendeu mais processos. As fontes mostram que tal acusação alcançou indivíduos de diferentes regiões do Caribe e das ilhas antilhanas, conforme será mostrado no mapa 2.

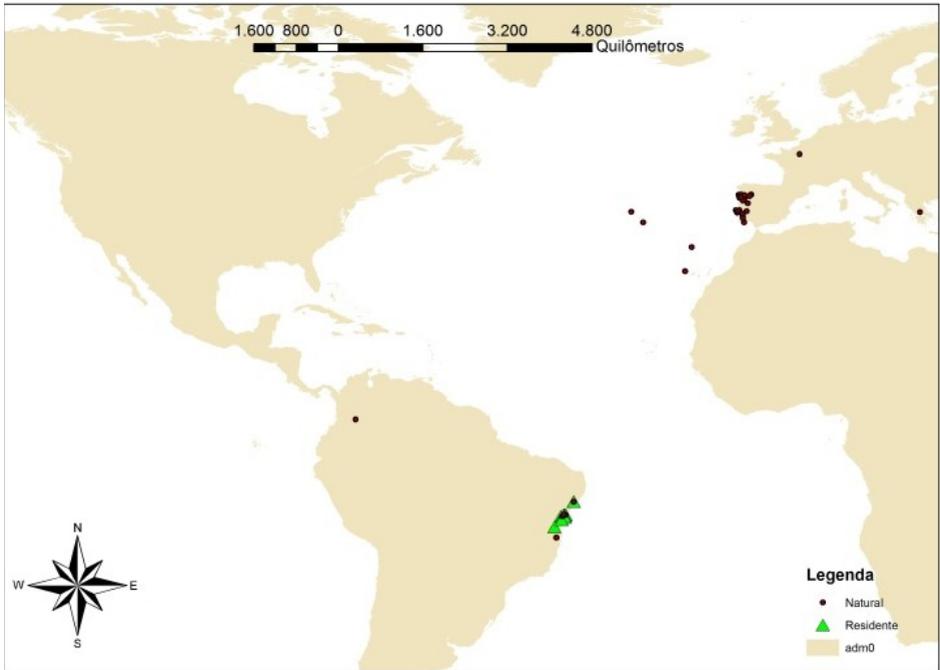
O segundo delito mais processado é a blasfêmia, que compreendia desde uma palavra mal dita até os questionamentos teológicos da reforma protestante. Esse delito ilustra bem o pensamento popular e o descontentamento dos fiéis com a Igreja Católica. Nesse sentido, reforça a ideia de que os processos inquisitoriais são o reflexo da sociedade em que estão inseridos.

O terceiro, o judaísmo, pode ser explicado, talvez, pela grande presença dos portugueses na América Hispânica. Segundo dados apresentados por José Luis Martínez em “Pasajeros de Indias” durante todo século XVI houve um fluxo migratório de estrangeiros para as colônias de Carlos V de 54.881 imigrantes, 1.522 eram estrangeiros, dos quais pelo menos 400 eram portugueses. (MARTÍNEZ 1999) Os números usados pelo autor registram somente os passageiros legais, àqueles que cumpriam as exigências realizadas pela casa de contratação para retirar sua licença e viajar as índias ocidentais (MARTÍNEZ 1999). No entanto, havia o fluxo clandestino de portugueses no território espanhol através do Rio da Prata com destino, geralmente, ao Peru (ISRAEL 2002).

❖ A espacialidade dos pecados

Para essa discussão é conveniente mostrar dois mapas, o primeiro da visitação a Salvador e o segundo do tribunal de Cartagena, contendo todos os delitos perseguidos por cada um dos tribunais. Tentou-se demonstrar não só a localização dos indivíduos (residência) como também o local de nascimento destes.

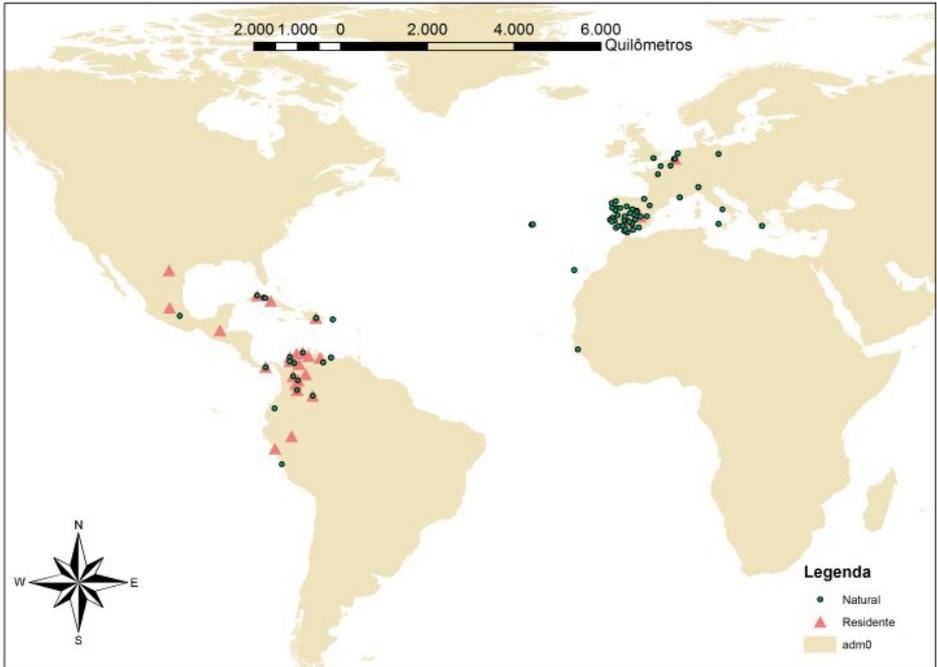
Em Salvador, é interessante observar que foram os processados nascidos na colônia, à maioria era composta por imigrantes portugueses concentrados na região de Lisboa e Coimbra.



MAPA 1: RESIDÊNCIA E NATURALIDADE DOS INDIVÍDUOS PROCESSADOS PELO TRIBUNAL DE SALVADOR 1591 A 1595.

Fonte: Capistrano de Abreu: Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa. Arquivos localizados na Torre do Tombo em Lisboa. 1997. Representação e cálculos próprios.

Assim como no mapa de Salvador, o tribunal de Cartagena também processou mais imigrantes do que americanos. No entanto, a origem desses imigrantes é mais diversificada, composta por espanhóis, portugueses, franceses, belgas, italianos etc.



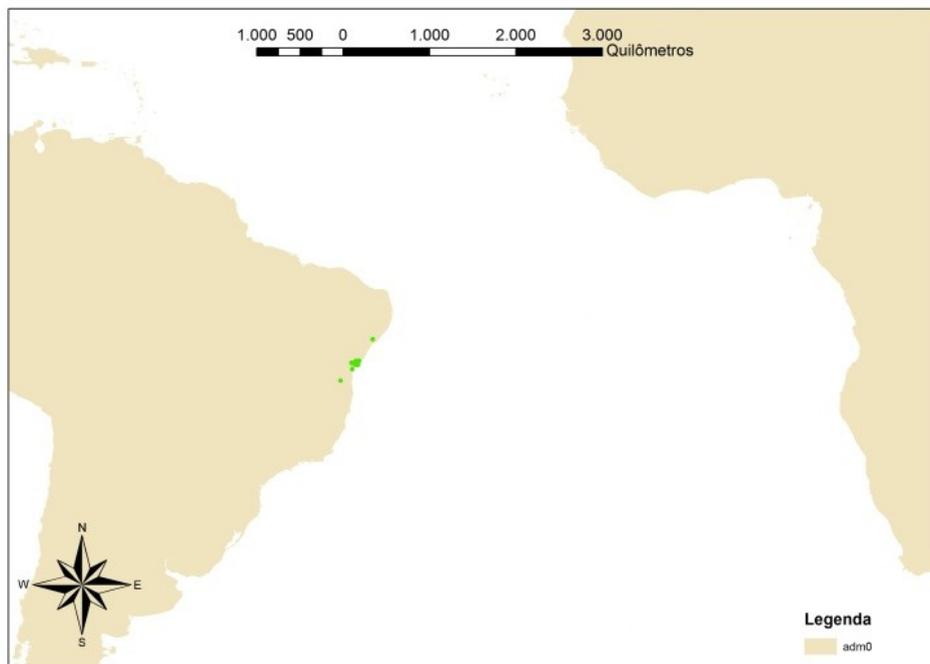
MAPA 2: RESIDÊNCIA E NATURALIDADE DOS INDIVÍDUOS PROCESSADOS PELO TRIBUNAL DE CARTAGENA DAS ÍNDIAS 1610 A 1635.

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1638-1660. Representação e cálculos próprios.

A maioria dos imigrantes espanhóis estava concentrada nas regiões de Andalúcia, Extremadura, Castillala Nueva e Castillalavieja. Durante o século XVI os andaluzes foram responsáveis por 36.9 % dos imigrantes que cruzavam o atlântico. (MARTÍNEZ 1999, 186). Por esse motivo há quem defenda o predomínio dos andaluzes na empreitada colonial como aponta José Luis Martínez, mas não cabe, aqui, entrar nessa discussão.

A proposição herética ocupa o maior número de acusações na visitaçao do Tribunal ao Brasil e o segundo maior número de acusações no tribunal de Cartagena, (conforme as Tabelas 1 e 2). No recôncavo, o número de heresias

pode ser atribuído, por um lado, a seita de Jaguaripe¹⁶⁰, por outro aos hábitos cotidianos de pessoas comuns que aos olhos da Igreja eram considerados heréticos (VAINFAS 2010). No mapa a seguir observa-se a posição geográfica dos envolvidos pelo delito de heresia.



MAPA 3: LOCALIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS PROCESSADOS POR HERESIA PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO DE SALVADOR 1591.

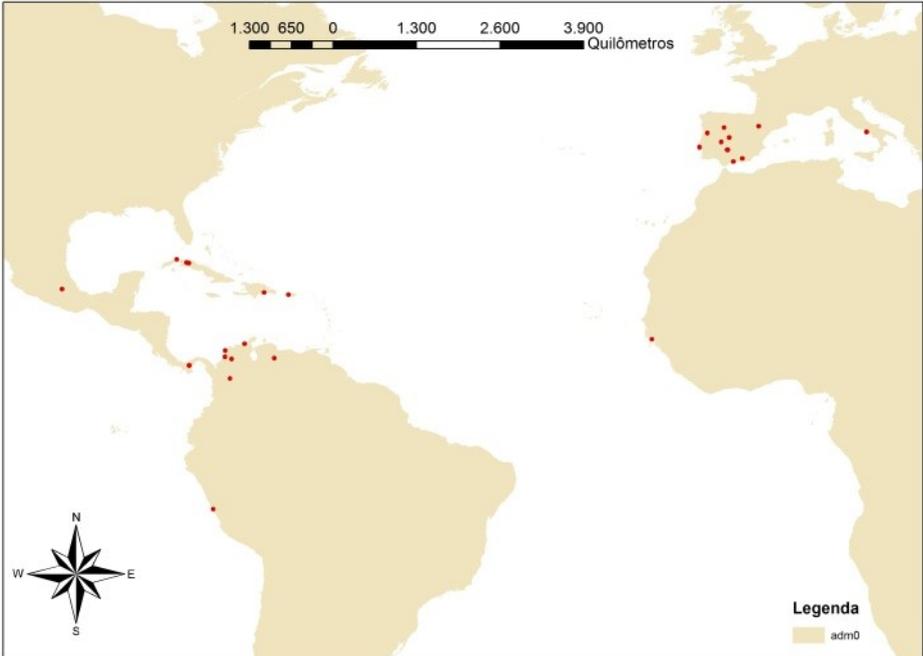
Fonte: Capistrano de Abreu: Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa. Arquivos localizados na Torre do Tombo em Lisboa. 1997. Representação e cálculos próprios.

Nota-se que há concentração de pontos no recôncavo, especificamente no interior do recôncavo onde se situava a fazenda de Fernão, residência de muitos mamelucos seus empregados e envolvidos com a adoração gentílica perseguida pelo tribunal. Há também a concentração de pontos em Portugal, no entorno de Lisboa e mais ao norte, provavelmente imigrantes residentes

¹⁶⁰Residência do senhor de engenho Fernão Cabral de Taíde e seus funcionários mamelucos encarregados por conduzir os índios do sertão à propriedade do senhor.

na colônia. É o provável que alguns pontos localizados no território colonial representem a primeira ou até mesmo segunda geração da união entre índios e portugueses.

Ainda de acordo com os números da tabela, para o tribunal de Cartagena, a heresia que gerou mais processos foi a bruxaria, ocupando cerca de 35,6% de todos os casos no período abordado.



MAPA 4: LOCALIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS PROCESSADOS POR BRUXARIA PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO DE CARTAGENA 1610 A 1636.

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1638-1660. Representação e cálculos próprios.

Nesse caso, quando os pontos são mais dispersos, significa que os indivíduos processados por bruxaria circulavam por várias áreas da colônia. A circulação de pessoas e mercadorias reforça a teoria do historiador John Elliot a respeito do intercâmbio mercantil e cultural entre as colônias, sobretudo, a

rota ligando Peru-México.¹⁶¹ Esse fluxo foi ameaçado ao longo do século XVII, devido aos ataques piratas.

A interpretação dos inquisidores do delito de bruxaria estava muito associada à imagem das bruxas da idade média, do sabá e outras práticas satânicas. No imaginário europeu as bruxas eram sempre ligadas ao sexo feminino e a promiscuidade. Eram mulheres que cavalgavam descabeladas e nuas noite a fora, possuíam gatos pretos, nariz grande e não comiam sal. (SOUZA 1993).

Talvez não tenha existido um verdadeiro culto demoníaco na idade média, como defende Cohn(1981). Segundo autor, desde a idade antiga, esteve presente no imaginário popular europeu a crença na existência de uma sociedade marginal anti-humana, que realizava sacrifícios de crianças, orgias e banquetes em nome de uma divindade estranha, pondo em risco a sociedade mais ampla.

Desse modo, a ideia do sabá medieval passou por pequenas reformas, mas em essência obedeceu a uma visão antiga. Cohn ainda defende que a perseguição às bruxas só foi possível graças a manutenção dessa crença por parte da Igreja e das autoridades civis. Argumenta que a religião foi a grande responsável por forjar a imagem da bruxa medieval, justificando assim a perseguição, tortura e morte. Para reforçar a hipótese, cita o exemplo da Inglaterra, cuja perseguição às bruxas não teve tanto sucesso por faltar embasamento na religião. A caça as bruxas significou, para o mundo cristão, a purificação e homogeneização da sociedade, expurgando dela tudo àquilo que não fosse consonante.

Nas fontes de Cartagena, o ritual de bruxaria parece obedecer a um roteiro. Poucas descrições se diferenciam, e quanto o fazem, é provavelmente descuido do inquisidor. Esse descuido é importante fonte de informações para o historiador, como lembra Carlos Ginzburg(GINZBURG 1989).

A descrição começa com o “renego”, nele o ingressante deve negar a Cristo, a Virgem Maria, a todos os santos e as lições bíblicas perante um “demônio de grande envergadura”. Em seguida, no caso das mulheres, a ingressante da seita é orientada a desenhar um círculo na terra e apaga-lo com o “traseiro”.

¹⁶¹John Elliot, A Espanha e América nos séculos XVI e XVII, in *América latina colonial*, ed Leslie Bethell (São Paulo: USP, 2012), 283.

Após, lhe é dado um “demônio de estimação” cujos nomes variam muito, no entanto ele é sempre do sexo masculino. Esse demônio é seu “guia”. Ele quem realiza as vontades da bruxa, a ele é destinada sua devoção.

Após apresentados acontece o baile, nessa hora cada bruxa bailaria com o seu “guia”, este retirava suas roupas e a possuía. Em todos os processos há descrição de sêmen quente, o que parece característica do sobrenatural. Esse ato final simboliza a entrega de um fiel ao seu mestre. Todo ritual é realizado durante a madrugada, em algumas confissões pode-se notar a descrição da paisagem com matas ou cachoeiras. Talvez a escolha dos locais afastados fosse estratégica para esconder aquilo que a sociedade considerava proibido.

No caso dos homens, não há informações sobre o ritual de iniciação, eram descritos como pessoas muito perigosas e vingativas possuidoras de conhecimento ancestral. Em alguns momentos, tem-se a impressão de que a imagem do bruxo se aproxima da imagem cristã dos pajés.

As fontes de Cartagena revelam que dos 75 dos acusados de bruxaria, 67 (90%) eram mulheres contra apenas 8 do sexo masculino (10%). A acusação não estava vinculada apenas ao sexo, mas também ao status jurídico do sujeito. Dos 75 acusados de bruxaria, 58 eram escravos, forros e mestiços (77,3%). O discrepante número de processos por gênero poderia ser explicado a partir do estereótipo inquisitorial descrito acima, o do sabá. Quanto ao de status talvez esteja ligado ao estigma da escravidão, onde o substrato mais baixo da sociedade era perseguido mesmo após a suposta conversão ao catolicismo. O elevado número de escravos pode estar relacionado a atividade econômica de Cartagena. O tráfico de escravos foi a atividade de maior destaque no século XVII, as “peças” eram recebidas em Cartagena de onde seguiam para Lima e outras partes da colônia.

O tribunal de Cartagena recebeu processos de bruxaria de outras duas ilhas importante para a economia colonial: Cuba e Santo Domingo. Essa informação evidencia que havia um fluxo intenso entre as várias partes do Atlântico, sobretudo na região do caribe. Esse fluxo não se restringia somente as possessões espanholas, os súditos comercializavam com os franceses, holandeses e posteriormente ingleses, muitas vezes com consentimento das autoridades locais.

❖ Ocupações dos processados

A ocupação dos processados pode nos revelar qual o grupo social foi mais perseguido pelo tribunal da inquisição tanto em Cartagena das Índias quanto em Salvador. Pode-se pensar que um indivíduo desafortunado não era lucrativo para o Santo Ofício, pois não poderia custear a manutenção e despesas do processo inquisitorial.

Os custos do processo nem sempre conseguiam ser pagos. Exemplo disso encontra-se na história narrada por Bethencourt, onde um colono processado em Lisboa se endividou com os gastos do tribunal. Após reconciliado não poderia sair do cárcere porque não possuía nenhum bem para ser oferecido como garantia de pagamento (BETHENCOURT 2000).

A partir dos dados de ocupação dos processados podemos compreender melhor o objetivo do tribunal e quais os grupos mais perseguidos, visando criar hipóteses que expliquem a preferência de tais grupos.

| OCUPAÇÃO | NÚMERO |
|-----------------------|--------|
| LAVRADOR | 20 |
| CARGO RELIGIOSO | 6 |
| ALFAIATE | 4 |
| SENHOR DE ENGENHO | 3 |
| CARPINTEIRO | 2 |
| DOUTOR | 2 |
| FUNCIÓNÁRIO PÚBLICO | 2 |
| ESTUDANTE | 2 |
| MESTRE DE AÇUCAR | 2 |
| SEM OFÍCIO | 2 |
| COSTUREIRA | 1 |
| TRAFICANTE DE ESCRAVO | 1 |
| CONTRAMESTRE NAVIO | 1 |
| ESTALAJADEIRA | 1 |
| SAPATEIRO | 1 |
| TORNEIRO | 1 |
| OLEIRO | 1 |
| COMERCIANTE | 1 |
| AUTÔNOMO | 1 |

TABELA 3: OCUPAÇÃO DOS PROCESSADOS PELA VISITAÇÃO DO TRIBUNAL À SALVADOR 1591-1592

Fonte: Capistrano de Abreu: Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa. Arquivos localizados na Torre do Tombo em Lisboa. 1997. Cálculos próprios.

Os lavradores ocupam a primeira posição como grupo mais perseguido. Isso poderia ser explicado a partir da intenção do santo ofício em terras brasileiras. O lavrador configura-se no quadro do colono mediano, aquele imigrante que saiu de Portugal em busca de ascensão econômica no novo mundo. O objetivo do tribunal era verificar, nas colônias, a condição da fé dos súditos. Assim como aconteceu na América Espanhola, os colonos, poderiam se esquecer de como é viver na civilização e se entregar à vida “selvagem” dos nativos.

De fato havia o risco da adoção de costumes dos índios afastando-se do catolicismo, contudo, essa política segregacionista não foi a maior preocupação dos portugueses, mas sim do protestantismo nas colônias inglesas que justificavam a separação entre os povos através de ensinamentos bíblicos, pois não poderia misturar-se o povo de Deus com os gentios (ELLIOT 2006).

O alvo do tribunal de Lisboa eram os judeus. A teoria era que a perseguição desse grupo na península ibérica poderia ter provocado um fluxo de imigração para as colônias do ultramar. Essa seria a razão da perseguição dos súditos médios: lavradores, alfaiates, funcionários públicos¹⁶², carpinteiros, estudantes etc. Nem ricos, nem negros, mas imigrantes. Curiosamente, houve apenas um negro envolvido nos processos dessa visitação. Ele não foi processado diretamente, o seu pecado foi levar outra pessoa a pecar. O escravo levou seu senhor   mesa do visitador por omitir um ato nefando. Outro caso at pico é o de um  ndio obrigado a comparecer diante de Heitor Furtado para explicar a briga que se envolvera com um padre. Nessa situa o o  ndio não era um r eu, mas sim uma testemunha de acusa o do clérigo, julgado por solicitar uma  ndia.

Os grupos aparentemente afortunados da tabela, o traficante de escravo e os senhores de engenho, são todos naturais de Portugal e residentes no Brasil. Destes 4, 2 foram acusados de práticas criptojudaicas, enquanto o outro era o próprio fidalgo Fernão Cabral de Taíde e mais um acusado de blasfêmia. Guardadas as devidas diferenças, pois se sabe que um tribunal era fixo e outro apenas itinerante.

¹⁶²Funcion rio público é um rótulo abrangente para agrupá-los em um único grupo. Nas fontes aparecem como: “funcionário municipal” e outro “tabelião público judicial”.

Observa-se que o perfil dos processados é o do colono médio. Aquele ligado as atividades da terra e da agricultura, onde estariam os potenciais imigrantes. Essa informação reforça o objetivo do tribunal em terras brasileiras, a busca por judeus que poderiam ter escapado do tribunal na península.

Pode-se chegar a conclusão de que no Brasil, o Santo Ofício esteve engajado na tarefa de perseguir as heresias em todas as esferas sociais. Talvez os visitantes guardassem a ganância, a perseguição de pessoas ricas, para o tribunal instalado em Portugal.

Em segundo lugar, como o Santo Ofício no Brasil, pensamos que talvez, ele possa ter cumprido a missão de perseguir as heresias, independente da classe econômica. em território colonial

Enquanto no tribunal de Cartagena, estruturado e fixo, a tendência foi inversa. Os inquisidores, ao que tudo indica, perseguiram entre 1610 a 1635, os mais abastados.

| OCUPAÇÃO | NÚMERO |
|--------------------|--------|
| CARGO RELIGIOSO | 22 |
| NAVEGAÇÃO | 15 |
| COMÉRCIO | 15 |
| SOLDADO | 12 |
| SERVIÇO PÚBLICO | 4 |
| CIRURGIÃO | 4 |
| ALFAIATE | 4 |
| LAVRADOR | 3 |
| PESCADOR | 3 |
| CARPINTEIRO | 3 |
| TRAFICANTE ESCRAVO | 2 |
| SAPATEIRO | 2 |
| PINTOR | 2 |
| ESCRIVÃO | 1 |
| LIVREIRO | 1 |
| PARTEIRA | 1 |
| PILOTO | 1 |
| REGIDOR | 1 |
| VAQUEIRO | 1 |

TABELA 4: OCUPAÇÃO DOS PROCESSADOS PELO TRIBUNAL DE CARTAGENA 1610-1635

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1638-1660. Cálculos próprios.

As pessoas que ocupavam cargos relacionados a Igreja foram as mais processadas pelo tribunal de Cartagena. Dentro do rótulo de “cargo religioso” estão contidas funções como: guardião do convento, monge, depositário¹⁶³, fraile, prior¹⁶⁴ e presbítero. Tal fato pode ser explicado por duas hipóteses. A primeira no contexto da contrarreforma, quando a Igreja precisou reconquistar a confiança dos fiéis recuperando a imagem dos párocos. Para isso, foi preciso vigilância do clero secular por parte do tribunal especializado em corrigir erros de doutrina e de fé, o Santo Ofício.

O conflito com autoridades civis e a desobediência à hierarquia da Igreja também poderiam render aos homens de Deus uma visita ao tribunal. Além disso, há casos extraordinários envolvendo padres hereges, tal frei Gerônimo Baillo, foi acusado por roubar peças da Igreja para praticar bruxaria. Outro tal, Frei Luis de Saavedra Benavides, em 1615, foi acusado de quiromancia.

A segunda hipótese que talvez justifique a perseguição ao clero é a riqueza que muitas ordens possuíam sob seu domínio. Segundo informações do historiador John Elliot, em “Impérios del Mundo Atlântico”, no início da colonização da América espanhola, os colonos não contavam com o financiamento da coroa para exploração dos recursos do território, mas sim com a dos padres. A Igreja, nesse sentido, desempenhou o papel de financiador e foi responsável pelas primeiras tentativas de cultivo voltado para o abastecimento do mercado interno (ELLIOT 2006).

Ainda no século XVI, relata John F. Schwaller, que havia nas mãos da igreja, e também nas dos jesuítas, uma enorme concentração das terras. As terras pertenciam aos bispos, arcebispos, catedrais e monastérios. A Igreja conseguiu expandir seus domínios através de doações, empréstimos e compras.

Os jesuítas possuíam fazendas, onde cultivaram gêneros alimentícios e gado. “A mediados del siglo XVIII los jesuítas de Nueva España poseían más de 130 haciendas, ranchos, ingenios azucareros y otros centros agrícolas de diversas clases.” (SCHWALLER 2000,563) Além disso, a Igreja possuía a hipoteca de propriedades urbanas e rurais.

¹⁶³ Sujeito responsável pelo confisco dos bens dos processados pelo tribunal.

¹⁶⁴ Superior de uma ordem religiosa.

Os homens do mar formam o segundo grupo mais envolvido nos processos desse tribunal. Sob o título abrangente de “navegadores” foram aglutinadas as funções de: marinheiro, carpinteiro especializado na construção naval e mestre de navio. Provavelmente, o grupo foi perseguido pelo tribunal devido à relação cosmopolita estabelecida com outras regiões de cultura e religião distintas da católica. Eram homens que ligavam o novo ao antigo mundo. Por representarem a porta de entrada de ideias perigosas, não raro, sofriam com a vigilância e a revista de seus navios antes mesmo do desembarque. Os piratas que atracaram no porto de Cartagena em 1620 foram acusados de protestantismo. Os outros sujeitos processados por ser supostamente Huguenote, por envolvimento em feitiçaria e blasfêmia.

Em seguida temos os mercadores que ocupam a segunda posição juntamente com os navegadores. O comércio é um termo amplo e designa, nesse caso, desde um “tendero”, pessoa que possuía uma tenda e nela vendia mantimentos, até um traficante de escravos, atividade altamente lucrativa que demandava muito investimento. No entanto a tendência confirmou a inclinação dos inquisidores aos mais abastados. Formaram o grupo de comerciantes: 2 tratantes, 11 mercadores, 1 tendero e 1 vendedor ambulante. Dos 15 indivíduos processados, 8 foram acusados de judaísmo. Dos 8, dois eram traficantes de escravos e os últimos 6 mercadores. Desses 8 judeus, 7 nasceram em Portugal, apenas 1 na Espanha, mais especificamente em Sevilla.

A preponderância dos judeus de origem portuguesa dentre os mercadores pode ser explicada a partir da tese de Jonatha Israel. Ele defende que no século XVII, existiu uma rede de criptojudeus de origem portuguesa, concentrados no norte do país, baseada no comércio de escravos e produtos têxtil que ligou a península ibérica, o norte da Europa e transatlântico. Os judeus embarcavam em expedições de captura de escravos na Guiné e Angola destinado à venda nas colônias espanholas. Após uma ou duas expedições a tendência era aplicar os lucros em uma atividade menos arriscada, que consistia em vender mercadorias importadas no Brasil, em Buenos Aires e, sobretudo em Potosí. Além disso, a extração da prata em Potosí funcionou como elemento de atração desses judeus em 1610. (ISRAEL 2002).

Aproveitando-se da união das coroas alguns comerciantes portugueses fizeram sua fortuna. Homens como o comerciante Simon Vaeztornaram-se muito ricos e poderosos com essa rota a ponto de empregar outros judeus na administração de suas lojas no interior da América Espanhola. Não só este, mas também há exemplo de Mathias Rodriguez de Oliveira e Francisco de Tejoso que mantinham um comércio de longa distância com Sevilla e transitavam pelas vastas regiões dos impérios ibéricos realizando seus negócios. (ISRAEL 2002).

❖ A imigração

Um sujeito disposto a embarcar em um navio em direção às índias ocidentais, no século XVI, precisava de algo a mais que só a coragem. Para viajar para a América era necessária autorização da casa de contratação. Era exigido que o potencial passageiro levasse consigo algumas informações prévias e uma espécie de carta ou certificado de boa conduta. (MARTÍNEZ 1999). Tais exigências, na maioria dos casos, dificultava o trabalho da administração, pois:

“La mayor parte de los solicitantes no traían sus papeles en regla; unos correspondían a otras personas, otros eran muy antiguos, otros no traían pruebas suficientes de que los solicitantes eran solteiros, no sujetos a votos religiosos ni estaban comprendidos em las prohibiciones.” (MARTÍNEZ 1999,33).

A partir de 1518 foi proibido o embarque de negros e pessoas perseguidas pelo tribunal da inquisição. Essa medida restritiva pode ter a influência da Igreja que nesse momento, possuía poder e influência sob os monarcas ibéricos. O novo mundo seria um recomeço ou segunda chance para o projeto de evangelização dar certo, além disso, era a chance de reviver os tempos da Igreja primitiva, longe da corrupção do clero. (ELLIOT2006). E para isso, não poderia permitir hereges e “bárbaros” como população das índias.

Os religiosos precisavam de uma autorização da mesma instituição que os demais passageiros. No entanto, contavam com a benevolência do governo que, a partir de 1607, pagava suas contas. Eram cobertas as despesas da viagem do interior do território, incluindo hospedagem, até o porto e do porto até o destino final nas índias (MARTÍNEZ 1999).

Havia, para as mulheres, uma política de incentivo a embarcar rumo a América, no século XVI. Essas deveriam encontrar com seus esposos, homens que muitas vezes migravam para ocupar uma posição na administração

imperial. Junto das mulheres iam os filhos, criados, amigos e protegidos da família. (MARTÍNEZ 1999). É possível que esse incentivo visasse a diminuição da mestiçagem, ou filhos de concubinas.

Apesar da proibição, muitos estrangeiros embarcaram legalmente para o Novo Mundo. Era possível driblar as restrições por meio de compra de licenças. Além disso, havia concessões abertas para os banqueiros e comerciantes, casados e residentes em Sevilla. Aberta concessão também para os banqueiros Alemães com quem a Espanha tomou empréstimos para financiar suas guerras com a França. O governo de Aragão foi responsável pela administração da Sicília e de Nápoles, portanto estes estavam aptos à viagem. E obviamente, havia a presença dos Portugueses que possuíam livre circulação dentro do território espanhol, na península e no ultramar durante a União Ibérica (MARTÍNEZ 1999).

Como mostra José Luis Martinez, os ingleses eram uma presença constante no Novo Mundo, no primeiro momento concentrados nas Ilhas Canárias. E ainda, alguns navios que saíam da Espanha para a travessia eram de nação inglesa. Além dos passageiros regulares, houve também os clandestinos, que escapam dos registros de embarque da casa de contratação. A pena para estrangeiros pegos sem a permissão poderia ser a morte ou confisco dos bens (MARTÍNEZ 1999).

O transporte de pessoas nunca fora atividade principal dos galeões e navios. Na verdade, cada navio poderia transportar somente 30 passageiros, porque já possuía mais 30 marinheiros para fazê-lo funcionar. A passagem de um sujeito normal, era em torno de 36 ducados. Enquanto a dos Clérigos 40, porque carregavam muitos livros, ocupando mais espaço dentro da embarcação (MARTÍNEZ 1999).

Não havia nenhuma regulamentação sob o transporte de pessoas. A única regra era a manutenção do preço de passagem acordado antes do embarque. Para os navios, havia inspeções nos portos por parte da casa de contratação. Essa vistoria consistia em verificar se o navio possuía os instrumentos básicos e necessários para enfrentar a viagem. No entanto, havia a prática do suborno e do empréstimo de materiais de um navio para o outro durante a inspeção (MARTÍNEZ 1999).

Segundo defende Martínez, houve dois fluxos migratórios para América de características diferentes. Os primeiros viajantes eram de perfil aventureiro

empolgados com a conquista e exploração. O segundo fluxo, de 1520 a 1539, muda o quadro, agora são encontrados mais servidores, enviados para o serviço público outros para o doméstico, além da crescente presença feminina (MARTÍNEZ 1999).

De acordo com os dados que dispomos pelo menos 36 indivíduos processados, em Cartagena, tinham entre 50 e 80 anos de idade, como mostra a tabela 3.

| IDADE | Nº |
|-------|----|
| 50 | 17 |
| 60 | 9 |
| 51 | 3 |
| 54 | 1 |
| 55 | 1 |
| 56 | 1 |
| 63 | 1 |
| 65 | 1 |
| 78 | 1 |
| 80 | 1 |

TABELA 5: INDIVÍDUOS PROCESSADOS DE 50 A 80 ANOS DE IDADE.

Fonte: Maria Esplendiani: Cinquenta Anos do tribunal de Cartagena. Tomo III. Archivo Histórico nacional de Madrid. Livro 1021, anos 1638-1660. Cálculos próprios.

É curioso encontrar esse número de idosos nos processos da inquisição. Algumas considerações serão feitas para mostrar o perfil desse grupo e as informações que possibilitem pensar em hipóteses.

A maior parte era imigrante como se espera, 8 espanhóis, 9 portugueses, dois italianos e 1 francês. No entanto, é interessante encontrar, dentro desse grupo, a presença dos americanos. Nos processos encontram-se 4 americanos divididos entre Panamá, Cuba, Santo Domingo e Cartagena. É possível que as condições de vida nas colônias não fossem hostis àqueles que nasceram aqui, mas isso não poderia ser afirmado, porque não há nos registros inquisitoriais informações sobre a qualidade de vida no século XVI, nas colônias.

Desses 36 processados de idade avançada, temos quatro como testemunhas de acusação. Não se sabe muito sobre elas, pois não têm seus nomes revelados. Há apenas a idade e o delito que ela presenciou e denunciou à mesa do inquisidor.

O clero representa um grupo expressivo de processados na faixa etária de 50 à 80 anos. São 7 sujeitos envolvidos com a inquisição. É perfeitamente compreensível que um clérigo tenha melhores condições de vida, devido aos bens e riquezas das ordens como discutido acima, e por tanto maior chances de alcançar o que se chama hoje de “terceira idade”. A maior parte deles era de origem espanhola, somente um nascido em Cartagena e outro italiano.

Surpreendentemente, o grupo dos escravos e ex-escravos é tão expressivo quanto o dos clérigos. Dos 36 processos, 7 deles são de escravos/ex-escravos. Quatro mulheres e três homens. Apenas um deles não é acusado de bruxaria. Os dois indivíduos forros eram casados, o que significa que a legislação reconhecia a união de negros libertos. Apenas dois escravos declararam o local de nascimento, estes eram de Cuba e Panamá. O mais velho desse grupo tinha 60 anos. E dois já eram reincidentes.

De modo geral, dentro desse grupo de idosos é possível que alguns estivessem nos primeiros grupos de imigrantes. Aqueles considerados aventureiros e exploradores, por Martínez.

Embora não se possam afirmar os fatores que levaram as pessoas a uma expectativa de vida maior, é possível identificar o contexto geral da economia e como isso poderia afetar de alguma forma, a vida das pessoas. Entre 1530-1570, devido a chegada da prata, houve um aumento dos preços dos produtos na Espanha. Segundo mostra Martínez, o preço do trigo elevou-se em 70%. Enquanto os salários aumentaram em 80%. Os salários em geral, eram baixos: “Um escribanopercibía, (...) 1000 maravedís al año, que um peón ganaba 5000 maravedís anuales, um ayudante de albanil 6000 y um maestro albanil 12000.” (MARTÍNEZ 1999, 54- 55).

O que permite observar o aperto em que viviam as pessoas são os preços dos produtos se comparado aos salários anuais:

“(...) Estos anos y em Andalucía, un litro de vinocostaba 4.21 maravedís, um kilo de bizcocho moreno 5.43, um litro de aceite 6.96 y um litro de trigo 1.34 (...)” (MARTÍNEZ 1999, 55).

Talvez, a imigração fosse uma boa saída individual para a inflação dos preços e o elevado custo de vida na Espanha. É possível pensar, a partir da tabela e da ideia defendida por Martínez que os imigrantes vindos à América encontravam uma vida melhor.

O mesmo autor cita um exemplo pertinente discussão. Aonde um comerciante, vindo da Espanha, de nome Roberto Tomson, se surpreendeu, em 1555, com o preço e a abundância dos alimentos na cidade do México. Em sua comparação, o imigrante comenta que o preço da vaca, carneiro, galinha e entre outros animais, além de barato era abundante. Enquanto o preço do pão seria compatível com os da península. As frutas não eram caras, mas também não tão baratas quanto os animais e aves (MARTÍNEZ 1999).

A fama da abundância e fartura do consumo de carne, na América, perdurou até o século XIX, nos relatos e cartas de imigrantes enviados aos seus familiares europeus. Como declarou Vêneto, imigrante europeu residente na Argentina, em 1878, que havia abandonado a polenta, porque no novo mundo abundava carne.

❖ **Considerações finais**

No primeiro momento o esforço foi mostrar a natureza da heresia, a fim de compreender as fontes utilizadas. Esse breve esforço se mostrou útil para a leitura das tabelas dos delitos mais vultosos do período proposto nesse estudo.

É importante também conhecer os vários usos que o Tribunal adquire ao longo dos anos para melhor situar os processos no seu tempo. Através dos casos de Fernão e Vanquésel é possível conhecer alguns aspectos dessas cidades tanto econômicos quanto culturais.

No caso de Cartagena, as fontes mostram que muitos acusados perseguidos pela Inquisição residiam longe do tribunal. O que nos levou a pensar na possibilidade do fluxo de mercadorias ter sido acompanhado pelo de pessoas. Para investigar a ideia foi necessário conhecer a dinâmica econômica de cada cidade onde se localizavam os tribunais.

Ambas possuíam alguns pontos em comum. São cidades que concentraram suas atividades no porto, dependendo das mercadorias e do comércio

Atlântico. Possuíam populações heterogêneas e receberam influências cosmopolitas de todas as partes do mundo. Além disso, foram portos estratégicos para a União Ibérica, nesse momento.

Ao considerar a hipótese que junto das mercadorias encontrar-se-ia imigrantes, descobriu-se que a representação da rede de pessoas perseguidas parece um reflexo das atividades econômicas em ambos os tribunais.

Em Cartagena a perseguição parece ter se projetado para fora do porto, alcançando o Caribe e até mesmo o México, possuidor de um tribunal próprio.

Esse arranjo espacial segue a tendência das atividades econômicas intercoloniais. Onde Cartagena se posicionava como porta de entrada de mercadorias rumo ao interior do continente. Além disso, o tráfico, que foi a grande atividade desse porto, ajudou a compreender o número de escravos envolvidos no processo desse tribunal.

Em Salvador, a dinâmica econômica foi um pouco diferente, embora o porto desempenhasse um papel importante para a economia colonial. Nesse caso, amparado pela interpretação de Stuart B. Schwartz em “Segredos Internos”, o porto mantinha contato intenso com o interior. A produção do interior do recôncavo era escoada em Salvador. O contato com o interior é tão marcante que a Bahia chegou a administrar a produção de cana de açúcar de Sergipe. Esse contato se torna mais evidente quando observada a residência dos processados pelo tribunal em Salvador.

Os processados vinham desses engenhos localizados no interior do território. E esse interior era dividido em paróquias que surgiram da necessidade de organizar o espaço. Em Salvador, os engenhos criaram a cidade e ditaram o ritmo do crescimento e organização populacional. Os processos do tribunal nada mais são que reflexo de uma ordem espacial ditada pelo ritmo da economia.

A partir das tabelas encontramos as acusações de maior vulto. Em Salvador foram as heresias, representando 39% no total de 120 processos. Enquanto em Cartagena a predominância é a bruxaria, com cerca de 35,5% de 267 acusações. Enquanto o primeiro pode ser explicado pelo número de pessoas envolvidas na adoração da seita indígena e o propósito da inquisição em

terras brasileiras. O segundo parece ter relação com a atividade do tráfico no porto Cartageno.

A imigração foi o segundo desafio que tentamos responder nesse trabalho. E para isso foi necessária a utilização de mapas com a localização e a origem dos perseguidos. Descobrimos, para Salvador, que o tribunal processou mais peninsulares que americanos.

O tribunal de Cartagena, obviamente por sua condição portuária, também perseguiu mais estrangeiros que americanos. No entanto a origem deles é mais diversa que em Salvador. Os processos mostram a presença de portugueses, franceses, holandeses, italianos, alemães e belgas. Dos espanhóis notamos que a maior parte era oriunda da região de Andalúcia e Extremadura.

Outro desafio foi tentar explicar o arranjo espacial produzido pelas heresias de maior predomínio, a bruxaria em Cartagena e a heresia em Salvador.

No caso da bruxaria os envolvidos eram majoritariamente escravos e ex-escravos residentes na região das Antilhas como mostrou o mapa 4. A organização espacial desse delito correspondeu, mais uma vez, a questões econômicas, porque as ilhas de Cuba, Santo Domingo e Porto Rico, empregaram mão de obra escrava.

Em Salvador, os hereges se localizavam no interior do recôncavo, circundando os engenhos. Como no caso dos envolvidos com a adoração de uma santidade gentílica. Apesar de a maioria ser imigrante de Portugal, um grupo de mamelucos foi processado na região de Jaguaripe.

Por último, tentou-se relacionar a perseguição à ocupação dos processados. Em busca de levantar hipóteses que expliquem o motivo da perseguição do grupo de lavradores, em Salvador e Clérigos em Cartagena.

Como foi discutido, os clérigos e suas ordens possuíam renda e bens atraentes aos inquisidores, por tanto, é possível explicar a predominância desse grupo diante das outras ocupações, através do interesse.

Enquanto os lavradores formavam a população mediana da colônia, alvo da visitação de 1591. O projeto do tribunal de Lisboa foi o de visitar as regiões mais remotas do império a fim de verificar a fé dos imigrantes e da gente comum. Os lavradores se encaixam nesse propósito, compunham o grosso da população média que não é fidalga tampouco gentílica.

Descobrimos também que a imigração para o Novo Mundo possuiu duas fases, a primeira aventureira e exploradora. A segunda constituída de servidores. Eram mulheres e crianças, famílias e agregados, pessoas que seguiam para o futuro trabalho na administração ou na casa dos funcionários reais etc.

Por fim, o registro inquisitorial é mais um lado do prisma em que se pode observar o fenômeno da imigração. Esse trabalho não tem como objetivo esgotar o tema, mas sim suscitar questões que possam ser respondidas em outra oportunidade e até mesmo por outros pesquisadores interessados no assunto.

❖ Bibliografia

Abreu, Capistrano, “Confissões da Bahia: Santo ofício da inquisição de Lisboa”, in Ronaldo Vainfas (org.), *Coleção retratos do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Bethencourt, Francisco, *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália. Seculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

Calvo, Alfredo Castillero, “La carrera, el monopolio y las férias del trópico”, in UNESCO (org), *Colección História General de América Latina*, vol 2. 2000. 75-124.

Elliot, John, “Guerra e Reforma”, In John Elliot. *Imperios del mundo atlántico. España y GranBretañaen América (1492-1830)*, Madrid: Taurus, 2006.

_____, “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII”, In Leslie Bethell (org.), *História da América Latina*, vol 1. São Paulo: Edusp, 2012. 283-337.

Eymerich, Nicolau, *O manual dos Inquisidores*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

Greenleaf, Richard E, “La inquisición episcopal em Nueva España 1535-1571”, in Richard E Greenleaf, *la Inquisición em Nueva España: siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1981.

- Ginzburg, Carlo, “O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e suas implicações”, in Carlo Ginzburg, *A micro história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.
- Israel, Jonathan, *Diasporas within a diáspora. Jews e criptojeus and the world maritime empires (1554-1740)*. Linden Brill, 2002.
- Ibarra, Antônio, “Mercado colonial, plata y monedaem el siglo XVIII novohispano: perguntas para um dialogoamistoso com Roggiero Romano”, in Alejandro Tortolero (org.), *Construir la História: Homenaje a Ruggiero Romano*, México: Inst Mora, 2008.
- Martínez, José Luis, *Passajeros de índias. Viajes transatlânticosem el siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1999.
- Marzal, Manuel M, “La Evangelización en América Latina”, in UNESCO (org.), *Colección História General de América Latina*, vol. 2. 2000.
- Macleod, Murdo J, “A Espanha e a América: o comércio Atlântico”, 1492-1720, in Leslie Bethell (org.), *História da América Latina*, vol. 1, São Paulo: Edusp, 2012. 339-390.
- Mott, Luiz, “O Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a capela e o culudu”, in Fernando Novais (org.), *História da vida cotidiana no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Vol. 1, São Paulo: Companhia das letras, 1997. 155-219.
- Rivera, Julián B. Ruiz (2010), “Una Banca enel mercado de negros de Cartagena de índias”, *Temas Americanistas* 17: 3-23.
- Rocha, Carlos Guilherme (2010), “Da Terra ao Mar: Cartagena de índias no início do século XVII”, *Ameríndia* 9:1-14.
- Schwartz, Stuart B, *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550 a 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.
- Splendiani, Anna Maria, *Cinquenta anos de inquisicion em el tribunal de Cartagena de índias*. Tomo II e III. Santafé de Bogotá: Centro editorial Javeriano CEJA, 1997.
- Souza, Laura de Melo, *Inferno atlântico: demonologia e colonização. Séculos XVI-XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Vainfas, Ronaldo, "Moralidades Brasílicas: Deleites sexuais e Linguagem erótica na sociedade escravista", in Fernando Novais (org.), *História da vida cotidiana no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

_____, *Trópico dos Pecados: Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____, *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

Quando o roteiro é mais que o caminho: espacializando a narrativa de viagem do Vigário Noronha

João Pedro Galvão Ramalho

Manoel Rendeiro Neto

A obra de José Monteiro de Noronha¹⁶⁵ pode ser de grande importância para o entendimento do espaço geográfico amazônico. A partir da construção argumentativa do Vigário revela-se a concepção espacial de um indivíduo no ambiente colonial. Porém não podemos nos limitar com apenas a descrição textual das informações do *Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província*.

Noronha, em 1754, torna-se padre secular e seis anos depois foi nomeado, pelo Bispo Dom Frei Miguel de Bulhões, Vigário Geral da Capitania de São José do Rio Negro, criada em 3 de março de 1755¹⁶⁶ no contexto de mudanças político-econômicas no cenário amazônico do período. Foi no ambiente colonial, na cidade do Pará, onde realizou seus estudos e a vivência de sua experiência em viagens enquanto Vigário, além de presenciar *in locus* as transformações nas relações entre a metrópole e sua colônia.¹⁶⁷

Mais precisamente, o roteiro de viagem foi escrito na segunda metade do século XVIII que tem como marco o período Pombalino, um ponto de inflexão na maneira como se pensava Portugal, suas colônias e o imaginário político e intelectual da época.¹⁶⁸

¹⁶⁵NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1768)*/José Monteiro de Noronha; Introdução e Notas de Antonio Porro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

¹⁶⁶GALVÃO RAMALHO, João Pedro. "Capitania de São José do Rio Negro". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_de_S%C3%A3o_Jos%C3%A9_do_Rio_Negro

¹⁶⁷ BARBOSA, J. da C. *Biografia: José Monteiro de Noronha*. Revista Trimestral de História e Geografia, Rio de Janeiro, v.2, p.259, 1840.

¹⁶⁸SANTOS, Francisco Jorge dos; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. "1755, o ano da

O antropólogo Antonio Porro, na introdução à mais recente edição do roteiro de viagem, faz esse breve panorama da produção intelectual dessa época na colônia. O roteiro do Noronha pode ser identificado junto ao conjunto de obras do século XVIII sobre a exploração geográfica e naturalista da Amazônia, dialogando com a extensa literatura de conteúdo histórico, geográfico e etnográfico produzida por La Condamine, Pedro Teixeira, Cristóbal de Acuña e demais missionários e viajantes atuantes na região. Além das observações empíricas e do contato com moradores e remeiros que conheciam as especificidades locais, por conta dos anos de experiência como Vigário Geral da Capitania do Rio Negro.¹⁶⁹

Na segunda metade do século XVIII, o ambiente atlântico foi palco de grandes transformações por meio de políticas da Coroa portuguesa no complexo administrativo do Ultramar. O cenário amazônico, ou seja, o território referente aos ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, e mais especificamente com a criação da Capitania do Rio Negro, foi severamente alterado em sua organização e ocupação espacial, ocorrendo transformações nas povoações e suas respectivas administrações que cada vez mais se secularizava.¹⁷⁰ As reformas “idealizadas” por Pombal tinham como foco principal tornar esse território português em uma região mais ativa economicamente, com maior participação na exportação de produtos para o mercado internacional.¹⁷¹

Nosso intuito, portanto, é evidenciar elementos que possibilitem uma nova maneira de ler essa narrativa histórica para melhor compreensão do processo de colonização dessa região pelo uso sistemático de mapas.

virada na Amazônia portuguesa.” Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos 8, no. 2 (2008): 79–98.

¹⁶⁹PORRO, A. Introdução e notas. In: NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768)*. São Paulo: EDUSP, 2006. (Coleção Documenta Uspiana).

¹⁷⁰SOUZA JR., José Alves de. “O Projeto Pombalino Para a Amazônia: E a “Doutrina Do Índio-Cidadão.” *Cadernos Do Centro de Filosofia E Ciências Humanas*, 1993”.

¹⁷¹ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato Dos Viventes: Formação Do Brasil No Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

❖ A historiografia sobre o Vigário e o uso sistemático de mapas

Ocorre que apesar das potencialidades presentes no roteiro de viagem de Noronha, esse foi pouco discutido pela historiografia da Amazônia colonial e de viajantes. O trabalho mais profundo sobre nossa fonte é uma seção, de 10 páginas, da Tese do historiador Hugo Moura Tavares¹⁷². Talvez o motivo pelo qual se relegou o roteiro a um relativo esquecimento seja descrito por Tavares:

*"Se La Condamine é, ao mesmo tempo, cientista e herói do seu relato e o Padre João Daniel um enciclopedista da Amazônia e seus tesouros, José Monteiro de Noronha é um representante mais sóbrio e reservado. Sua escrita, marcada pela objetividade, é muito mais informativa, quantificada, precisa do que poética."*¹⁷³

Se correto na sua definição sobre a retórica do Vigário viajante, divergimos de Tavares no que tange a sua compreensão da narrativa como um todo. O autor enxerga na narrativa o mero percurso entre a Cidade do Pará e o Sertão da província, destacando que Noronha produz um mapa descritivo de um lugar após o outro até chegar ao seu destino, utilizando-se de um discurso meramente informativo.

*"O único motor de encadeamento narrativo entre os "capítulos" (que na verdade são itens sequenciais) é a viagem enquanto deslocamento de um ponto a outro. É o espaço que cria a estrutura narrativa com referências e descrições acentuadamente geográficas."*¹⁷⁴

Realmente, a narrativa do Vigário é marcada pela sequência de marcos geográficos e núcleos colonizadores (povoações, lugares e vilas) que se encadeiam pelos diversos rios da bacia hidrográfica amazônica, construindo a partir deles a sequência de leitura de seu roteiro de viagem, como pode ser visualizado na figura abaixo:

¹⁷²TAVARES, Hugo Moura. *Sobre o céu, a terra, a água e o ar: representações de viajantes Ilustrados sobre a Amazônia entre 1735 e 1815*. Curitiba, 2014.

¹⁷³Ibid. p. 64

¹⁷⁴Ibid. p. 23



FIGURA 1. VISUALIZAÇÃO GRÁFICA DO CAMINHO PERCORRIDO POR NORONHA E AS VILAS, LUGARES E POVOAÇÕES MENCIONADOS.

Caso concordássemos com essa compreensão de nossa fonte, teríamos apenas como visualização gráfica a Figura 1. Reduzir a jornada de Noronha pelo sertão amazônico a uma simples linha reta que tem seu fim em determinada vila no Rio Negro seria a negação de observações, informações, interpretações realizadas pelo sujeito histórico.

Durante o roteiro, outros tipos de descrição estão presentes e são constantes na narrativa, onde há momentos de explicação sobre localidades, rios, nações indígenas, riquezas materiais da região que o acompanharam durante o exercício do cargo de Vigário. Como pode ser evidenciado no trecho abaixo:

"As nações mais conhecidas do gentio que há na parte oriental do rio dos Tocantins são: Apinayé, Timbira, Agurujá, Copegé, Amanayés, Acarájá-pitanga [...]. Na parte ocidental vivem os índios das nações Grajacá, Grajuará, Uaiá [...]. As aldeias são populosas e muitas de cada nação, especialmente da Copegé. Os índios das nações Apinayé e Timbira são de corso e usam instrumentos marciais de maças de pau e,

Brincadeiras à parte, os dois primeiros mapas ainda que pouco sofisticados permitiram que nos indagássemos quantos à utilização do Sistema de Informações Geográficas para pensar novas formas de analisar e compreender as informações extraídas do roteiro.

A formação do historiador privilegia o universo textual, tanto em seu uso com fontes quanto no exercício da escrita historiográfica. Assim a captação de informações do tempo histórico se restringe à análise exaustiva de textos. Esse cenário acaba por dificultar o desenvolvimento de possibilidades de análise, pensando em novas maneiras de se trabalhar com dados históricos extraídos de narrativas.

Privilegiaremos a utilização de mapas, apesar de haver outras alternativas de visualização (gráficos, redes, esquemas) dos dados históricos retirados do roteiro de viagem. A escolha de trabalhar com mapas se justifica pela capacidade desse dispositivo visual de gerar ideias, além de possibilitar a observação de relações e ligações antes obscurecidas pela narrativa textual e seu constructo próprio.¹⁷⁶

Trataremos o roteiro de viagem como uma fonte extremamente interessante para a pesquisa da Amazônia colonial no período pombalino, pois sua narrativa permite conexões entre as localidades, seus habitantes e a organização econômica que estava sendo implementada. Essas localidades, como pontos e linhas na composição midiática e catalogadas no banco de dados, formaram um complexo caminho de viagem que culminaram na relevância do uso sistemático de mapas na produção do conhecimento histórico.

A partir da base teórica de Jacques Bertin¹⁷⁷, entendemos a construção cartográfica como linguagem, por conseguinte um canal comunicativo que possui sua própria ordenação, diversidade e proporcionalidade quantitativa e qualitativa. Assim a expressão toma forma de visualizações gráficas construídas por meio de um rigor metodológico que proporcione ao mapa utilidade, como foi dito anteriormente. O mapa não deve ser entendido

¹⁷⁶ MORETTI, Franco. *Atlas of the European novel, 1800-1900*. Londres, Nova York: Verso, 1999.

¹⁷⁷ BERTIN, Jacques; WESTPHALEN, Cecília Maria. *A neográfica e o tratamento gráfico da informação*. Curitiba: Editora da Universidade Federal Do Paraná, 1986.

apenas como elemento decorativo ou metáfora, porém como ferramenta analítica.

A proposta acima, também presente nas obras de Franco Moretti¹⁷⁸, onde a aproximação entre geografia e literatura é possível por meio da composição de visualizações. A confecção de uma série de mapas e a sua análise conjunta à obra literária/documentação levariam a uma metodologia capaz de observar padrões no corpo documental que antes permaneciam submersos às construções argumentativas dos autores.

Moretti, ao trabalhar com a produção de mapas para a análise de obras literárias, cujo enredo ocorre em um espaço histórico real, apresenta possibilidades de visualização que não se detém na mera reprodução do texto em forma de diagrama. O autor quebra a narrativa para poder construir uma imagem que rompa com a linearidade e permita enxergar circularidades e padrões dessas localidades no espaço, permitindo estabelecer redes que não são possíveis de se enxergar apenas com uma exposição textual da obra.

Entretanto, a constituição de uma linguagem visual não é uma tarefa simples. Devemos levar em conta os elementos da imagem (cor, forma, textura, linha, ponto) e nissonos auxilia os estudos de Edward Tufte¹⁷⁹ que buscou a eficiência da linguagem visual no ambiente acadêmico. A eloquência de uma imagem, comunicação eficiente de ideias complexas, a sua integridade e não comprometimento da verdade são pontos centrais na confecção de mapas úteis para a pesquisa histórica. A complexidade de nosso estudo histórico pode ser transmitida por uma plataforma midiática de forma simples, porém que englobe as diversas relações que compõem o universo narrativo-histórico que observamos.

O Roteiro de Viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província pode efetivamente ser analisado, explicado e descrito apenas por meio da confecção de um texto escrito. Contudo, o uso sistemático de mapas das informações fornecidas por Noronha suscita questões e interpretações diferentes desse espaço geográfico em determinada época.

¹⁷⁸MORETTI, Franco. *Atlas of the European novel, 1800-1900*. Londres, Nova York: Verso, 1999. / MORETTI, Franco. *Graphs, Maps, Trees: Abstract Models for a LiteraryHistory*. Londres, Nova York: Verso, 2005.

¹⁷⁹TUFTE, Edward R. *The Visual Display of Quantitative Information*. Chesire: Graphics Press, 2001.

❖ **Muito além de um "mapa descritivo"**

Apesar de existir um começo e um fim, o roteiro não pode se reduzir a isso. A relevância da trajetória, seus caminhos, obstáculos, paradas, possibilidades, são extremamente valiosos para nosso estudo.

Trataremos o roteiro de viagem como um caminho complexo, onde há momentos de descrição, explicação, argumentação sobre localidades, rios, nações indígenas, riquezas materiais da região que o acompanharam durante sua jornada. Devido à complexidade e contundente quantidade de informações recolhidas na obra de Noronha, uma das nossas primeiras indagações sobre a narrativa foi: "o Vigário percorreu todos os lugares que menciona e descreve?".

Como pode ser visto na figura 3, nossa resposta é "não". Noronha escreve um roteiro de viagem, porém podemos dizer que na verdade o que também foi escrito e descrito é um "guia" da distribuição espacial da ocupação luso-indígena na região e sua rede relacional com demais localidades. Rios, caminhos, canais, vilas, povoações, aldeias, fortificações fizeram parte da realidade de sua viagem, entretanto nem todas comporão o trajeto percorrido fisicamente.

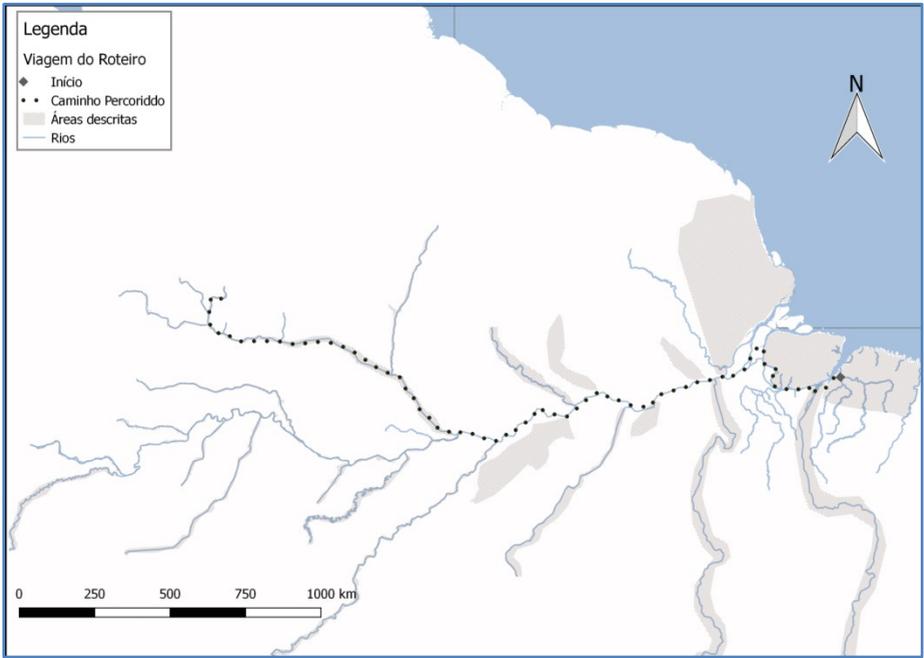


FIGURA 3. CAMINHO PERCORRIDO PELO VIGÁRIO E AS ÁREAS DESCRITAS DURANTE A NARRATIVA DO ROTEIRO DE VIAGEM.

Há uma tipologia presente no roteiro de viagem que identificamos da seguinte maneira: caminho percorrido, rota alternativa e relato indireto. Essa divisão categórica não deve ser entendida como caráter limitador dos cruzamentos e complementações de informações nos movimentos da construção retórica textual da obra de Noronha. Assim, uma localidade na qual o Vigário esteve presente pode estar conectada a outra que apenas foi relatada indiretamente. Explicaremos a tipologia a seguir.

A viagem de Noronha, propriamente dita, é o que identificamos como caminho percorrido. Nessa trajetória foi onde o vigário esteve presente fisicamente e pôde coletar informações/dados essenciais para a navegação de maneira adequada. É perceptível esse tipo de construção retórica quando o autor faz uso de expressões como:

*"Para continuar a viagem, se há de entrar com a enchente da maré pelo largo canal do Limoeiro, seguindo sempre o do meio por haverem muitos formados de várias ilhas."*¹⁸⁰

*"Seguindo-se a viagem do engenho de Marauaru para o sertão do Amazonas, vai-se pela dita baía dos Bócas costeando à direita até chegar, depois de vencer dez léguas, à barra do rio Parauaú e entrar por entre as ilhas que formam a entrada do largo canal do Tajapuru, que separa a ilha de Marajó do continente do sertão pelo rumo de sudoeste."*¹⁸¹

Nesses exemplos a riqueza de informações acompanha o narrar do movimento que a viagem estava perseverando, menções de especificidades do caminho tomado e de como proceder para garantir a continuidade da jornada. Portanto, há nessas ocasiões a apreensão empírica de conhecimento da região junto a relato de terceiros, que complementam ou discordam da visão de Noronha, sendo La Condamine um recorrente alvo de crítica devido seus escritos "errôneos" sobre o sertão amazônico.

A rota alternativa acompanha a estrutura retórica da escrita do caminho percorrido, porém com aparições esporádicas que indicam uma possibilidade de trajeto com diversas variáveis a serem consideradas na situação de navegação na qual sujeito está inserido. Logo podem ser vistas como outros percursos de viagem com maior grau de dificuldade, complexidade e periculosidade ao sucesso da jornada.

*"Havendo bom prático, vento e maré favoráveis, podem-se atravessar sem risco as duas baías por fora da ilha Uararái, sem tomar o furo dela. No verão se faz a travessia em qualquer hora do dia, porém no inverno convém aproveitar as marés matinais porque de tarde são frequentes e ordinárias as tempestades."*¹⁸²

A variabilidade e instabilidade de um caminho, devido a questões climáticas, sazonais, experiência técnica e aparato material, o caracterizam como uma alternativa possível de rota a ser trilhada, mas que não pode ser vista como idealização de uma viagem. A inconsistência foi fator crucial na decisão de

¹⁸⁰ NORONHA op. cit. p. 27

¹⁸¹ Ibid. p. 29

¹⁸² Ibid. p. 24

um plano de viagem que estava muitas vezes a adversidade das forças da natureza.

Por último, o relato indireto compôs boa parte da narrativa de Noronha. O universo da viagem do Vigário não se limitou ao que presenciou fisicamente, havendo uma dilatação/expansão do conhecimento além dos limites do caminho percorrido. A composição argumentativa dessas informações advindas de terceiros, membros eclesiásticos das localidades ou nativos com experiência na região, não foi encarada de maneira simplória por nosso viajante. As complementações, dúvidas, indagações e discordâncias povoaram o que foi visto, ouvido e lido, urgindo a necessidade crítica do que seria aceito ou rejeitado na confecção do que era o Pará, o sertão do Amazonas, os rios, os povos/nações indígenas.

"Para o exame desta questão seria necessário maior extensão da que permite este roteiro. Apontarei, todavia, as notícias que bastam para esvanecer a conjetura do Sr. de Condamine. À ponta sobredita chamam, e sempre chamaram os índios Parauri e não Paraguari. E no idioma geral dos mesmos índios não se denomina pará, mas sim paraná. E ainda que se verificassem estas duas suposições, isto é, que a ponta se chamasse Paraguari e a dicção pará fosse propriamente significativa de rio, ou se conceda que o nome Paraguari se acha sincopada por se lhe tirar a sílaba na, não podia legitimar-se a etimologia que o Sr. Condamine inculca, por dois motivos."¹⁸³

Assim como os caminhos, as localidades mencionadas ao longo da narrativa são elementos centrais na construção textual, tanto as que faziam parte de seu caminho quanto as contidas no relato indireto suscitam uma questão importante: as suas relações com o novo projeto de colonização em andamento no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Catalogamos diversas informações do roteiro de viagem em banco de dados, uma das categorias se referia às formas dos locais descritos por Noronha e nos permitiu criar a figura 4.

¹⁸³ Ibid. p. 50

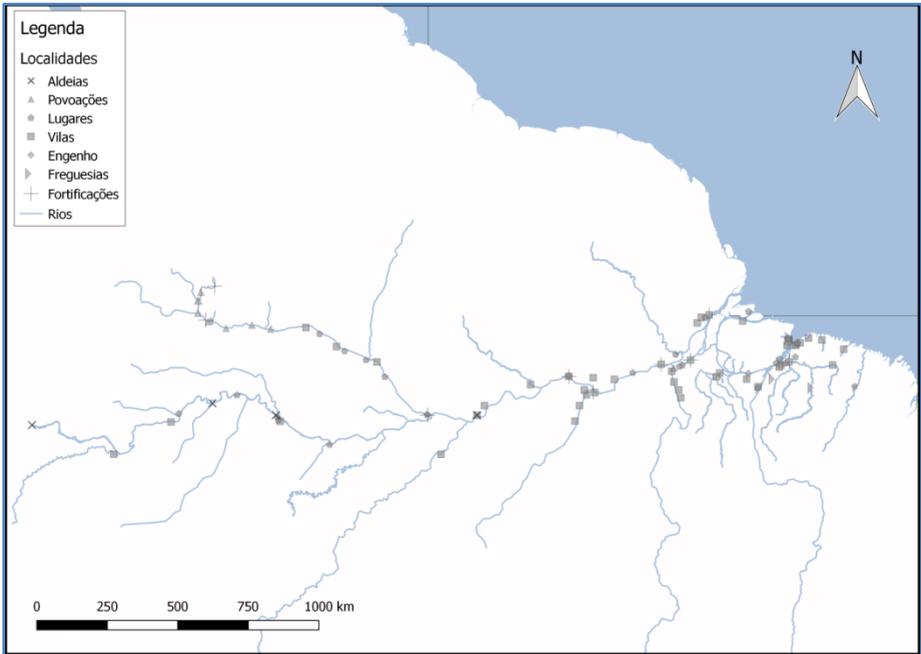


FIGURA 4. DIFERENCIAÇÃO DAS LOCALIDADES DESCRITAS POR NORONHA DURANTE A NARRATIVA DO ROTEIRO DE VIAGEM.

O roteiro é de 1768, porém o Vigário geral exerce sua função no Rio Negro desde 1759. Tais informações são importantes na medida que percebemos o momento histórico. A partir de 1755, no contexto das reformas pombalinas e intensificado principalmente pela política do Diretório, há um movimento de criação de vilas e lugares em todo o Estado do Grão-Pará. A historiografia mais tradicional encaixa essas medidas em um plano de resguardo do território que passa a encarar a questão de ocupação do espaço como legitimação da colônia, tanto no quesito militar, quanto econômico e da administração temporal dos indígenas. Dessa forma, as vilas são criadas para reforçar a presença colona no Estado, principalmente na recém-criada capitânia do Rio Negro.

Na figura 4, obtivemos uma visualização esclarecedora do resultado dessa política de ocupação. A partir de 1751 começa um novo momento de criação de vilas, até então havia apenas 4. Porém, é em 1757 que o número salta de 6 vilas para 43 de acordo com o Vigário. Informação confirmada pelo Atlas

Histórico da América Lusa¹⁸⁴. E não só de vilas é repleto nosso mapa. Noronha apresenta ainda fortificações, lugares e povoados, também muito importantes para a compreensão do modelo de ocupação.

Esses dados, que por si só são um importante resultado, serviram de base para fazermos um cálculo estatístico de Kernel, de onde retiramos a intensidade dos *loci* coloniais e utilizamos para cruzar dados de povoamento com outras informações. Tais visualizações serão vistas ao longo do texto e permitiram produzir novas análises.

❖ "Aquilo que se acha" entre o início e o fim

Dando prosseguimento ao capítulo, seguiremos nosso estudo sob dois principais eixos retirados do roteiro de viagem: os indígenas e os produtos descritos pelo caminho, tanto o percorrido quanto o relatado. Ainda que a maioria dos mapas exponham os temas separadamente, eles são indissociáveis na medida que compõem o intrincado projeto de exploração e ocupação colonial em andamento.

Partindo da leitura do roteiro de viagem, a primeira informação alheia ao caminho se refere à Cidade do Pará, sua jurisdição e a situação de seu arcebispado. Porém, foi no terceiro parágrafo que surgiram as primeiras informações retiradas para tentar criar novas visualizações. O Vigário, enquanto descreve a Cidade do Pará, elucida sobre o seu comércio por meio da descrição dos produtos que o compõem. Dessa forma, começamos a coletar os dados sobre a produção no texto e os georreferenciar quando possível. A figura número 5 é o resultado desse empenho.

¹⁸⁴ GIL, Tiago Luis ... [et al]. *Atlas Histórico da América Lusa*. coordenação: Tiago Luis Gil, Leonardo Brandão Barleta. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. p. 09

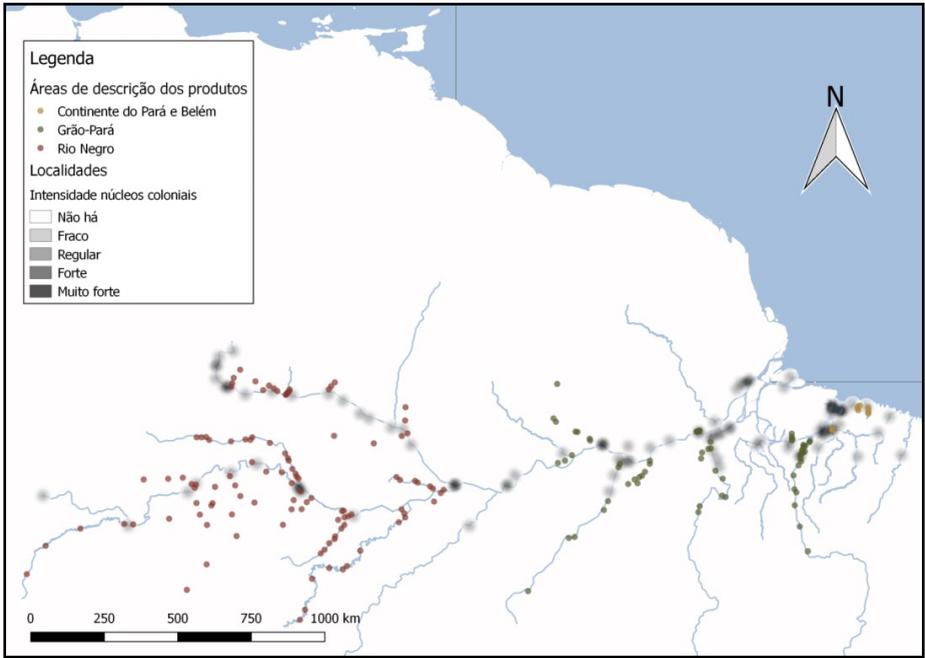


FIGURA 5. ÁREAS DE PRODUTOS DESCRITOS NO ROTEIRO.

O mapa divide os produtos encontrados no texto em três grandes áreas que são descritas e exploradas pelo autor ao passo que sua jornada é "percorrida" e narrada. A primeira região é referente à Cidade de Belém e o Continente do Pará. Referindo-se aos produtos encontrados na Cidade do Pará (Belém), o Vigário relata: "O seu comércio consiste em cacau, cravo, salsaparrilha, óleo de copaíba, café, açúcar, tabaco, algodão e couros, que passam por trato a Portugal."¹⁸⁵. No parágrafo 4, Noronha define o Continente do Pará como toda a região que se estende de Belém até o Maranhão, tanto pela costa quanto por terra. Para fazer essa demarcação, o autor usa as vilas como referências de localização.

"No continente do Pará há treze povoações, a dizer: sete pela costa abaixo, indo do Pará para o Maranhão, e seis no interior do continente. As da costa são a Vila de Colares, o Lugar de Porto Salvo, o de Penha Longa, a Vila Nova d'El-Rei, a de Cintra e a de Bragança. [...] 6. As seis povoações que se acham no interior do continente

¹⁸⁵ Ibid. p. 22

*são o Lugar de Benfica, o de Barcarena, a Freguesia de São Bento, a Vila de Ourém, o Porto Grande do Guamá, o Lugar de Cerzedelo.*¹⁸⁶

A citação acima foi uma importante contribuição para o nosso trabalho. A partir dessa descrição feita pelo Vigário foi possível produzir duas importantes formas de visualização dos dados retirados do roteiro. A primeira consistiu em criar a primeira das três áreas de produção mostradas no mapa, o "Continente do Pará". A segunda, inspirada na forma como Noronha descreveu os núcleos coloniais do continente do Pará e ao longo do roteiro das capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro, permitiu aplicar um cálculo estatístico de Kernel. Esta operação criou a partir do cálculo manchas de intensidade do povoamento no espaço descrito pelo relato de viagem. O resultado desse trabalho, executado utilizando um software de geoprocessamento, foi o de intensidade dos núcleos coloniais. Na figura 5, representamos a intensidade dos núcleos utilizando manchas que vão da cor branca à preta, quanto mais escura maior é a concentração do povoamento.

É curioso que, exceto o trecho em que o Vigário se refere ao comércio de Belém, não há descrição de produtos nos parágrafos iniciais, voltados para o continente do Pará. Porém, os pontos amarelos no mapa, ainda que pouco expressivos, são produtos encontrados no roteiro e correspondentes a essa região. Quando o autor, no parágrafo 17, relata aquilo que se acha entre a Vila Viçosa e o canal do Limoeiro e descreve o "sernambí", importante "droga do sertão" da economia nessa área do rio Tocantins, denota a presença desse produto em outras áreas, dentre elas o continente do Pará.

*"Entre a Vila Viçosa e o canal do Limoeiro se acham dilatadas minas de berbigões e conchas marinhas a que dão o nome de "sernambí", de que se faz considerável quantidade de cal, que é outro ramo importante daquela vila. [...] há também grandes minas no rio Canaticu da ilha de Marajó, do qual se tratará mais adiante, e nos rios Maracanã e Marapani, que fica abaixo do rio Curuçá declarado no parágrafo 5."*¹⁸⁷

Não há durante o roteiro nenhuma passagem em que o Vigário se comprometa diretamente em descrever os produtos encontrados entre a Cidade do Pará e o sertão da província. Porém, a ausência de produtos no

¹⁸⁶ Ibid. p. 22

¹⁸⁷ Ibid. p. 26

continente do Pará gera inquietação. Resta a pergunta: quais poderiam ser os motivos? Muitas suposições podem ser feitas quanto a essa ausência, porém a resposta mais sólida seria a que envolve a finalidade do texto. O Vigário não se preocupa com o território do "continente", de forma que os produtos são citados apenas por analogia quando o foco era o rio Tocantins. Suposições envolvendo o modelo de exploração também são cabíveis. O autor desse roteiro descreve apenas produtos de base extrativista, mas pouco se refere ao que é produzido pelo colono.

Se para definir o Continente do Pará utilizamos excertos do texto em que o autor explicitamente define a região, as duas próximas áreas são resultado da amalgama entre elementos do roteiro de viagem e o próprio território das capitânicas. Ou seja, as próximas duas áreas são respectivamente Grão-Pará e Rio Negro. Ainda que a segunda, na estrutura textual do roteiro seja descrita separando o rio Solimões do Negro.

Dessa forma, prosseguindo a explicação da figura 5, partiremos para a região do Grão-Pará que no mapa está representada por pontos da cor verde.

Definimos a área do Grão-Pará desde o rio Tocantins até o rio Nhamundá. Os limites foram pensados de forma que não divergissem muito do roteiro, apesar do autor não fazer precisamente essa divisão. Paraleste foi escolhido o Rio Tocantins por ser o primeiro marco geográfico citado que tem ocorrência de produto. Para oeste utilizamos o rio Nhamundá, haja visto que o próprio autor o apresenta como limite da capitânia do Grão-Pará com o Rio Negro.

Como pode ser observado na figura 5, utilizamos pontos para marcar os produtos e assim obtivemos as regiões de forma mais fluída. Porém, foi necessário marcar 3 ou 4 pontos por rio para que a descrição do produto não acabasse ficando perdida na visualização e sua importância no local fosse minimizada em relação ao que foi relatado.

Os produtos mais citados para o Grão-Pará são: pau cravo, jandiroba e óleo de copaíba, que obtiveram, respectivamente, 7, 6 e 3 menções no roteiro. Para o resto da região são feitas mais 13 menções divididas em 11 produtos. Há ainda mais uma menção, mas que não consta no nosso mapa. Ela se refere às minas de São Félix da Natividade. Segundo o Vigário, São Félix seria o último termo do bispado do Pará, porém pertence à capitânia de Goiás que

circunscreve a região desde 1749. Dessa forma, excluímos esse produto da nossa visualização.

Já nessa parte do roteiro ficam evidentes as duas principais características dos relatos voltados a produção. Fora a vila de Cameté e a Cidade do Pará, a descrição de produtos não é feita em relação aos ramos comerciais das vilas e cidades. Além disso, exceto uma menção a um engenho, o Vigário apenas se refere a produtos de exploração extrativista. O próprio engenho é citado apenas como referencial geográfico para o leitor se localizar durante o roteiro. Portanto, constata-se uma marca textual de Noronha que é não deslocar da flora e da fauna os recursos naturais passíveis de exploração, tal como a citação a seguir:

"O dito rio tem o seu nascimento abaixo da chapada grande ou dilatado cordão dos montes das Minas gerais e corre do meio-dia para o setentrão. Deságuam nele muitos rios por uma e outra margem. Pela oriental o rio do Sono de Manoel Alves, Paranatinga, rio Preto e o do Maranhão. Pela ocidental os rios Tacoanhunas, Araguaia da Capoeira, de Santa Luzia, dos Mangoes, Curijás, Boa Vista e rio das Almas. As suas águas são cristalinas com declinação da cor verde. Nelas se criam deliciosos peixes e perfeitíssimas tartarugas, para cuja produção têm muitas e vistosas praias de areia. [...]".¹⁸⁸

Seguindo a viagem é perceptível que entre o Nhamundá e o rio Negro há poucas informações relativas à núcleos de ocupação e produtos. Até quanto à presença indígena, se feito comparativamente, a área tem menor presença do que outras regiões descritas. Dessa forma, no que tange a produtos essa poderia ser uma quarta região de análise, ou ausência dela, que por si só pode vir a dizer alguma coisa. Por enquanto, não temos como dizer se ocorria à época uma menos intensa exploração na região ou se o Vigário apenas relegou esse local ao silêncio.

Seguindo o roteiro, resta-nos falar da região da Capitania do Rio Negro. o Vigário descreve separadamente o rio Solimões e afluentes do Negro e afluentes, na figura 5 a representação foi feita de forma homogênea utilizando os pontos da cor vermelha. Para separar as duas capitânicas utilizamos a fronteira estabelecida à época e repetida por Noronha, o rio Nhamundá.

¹⁸⁸Ibid. p. 24

Representado por pontos vermelhos na Figura 5, a área correspondente à nova Capitania é a que mais tem menções de produtos. Para a região do Rio Negro ocorrem 32 menções a produtos, em oposição a 29 no Grão-Pará e 12 no Continente do Pará. Todavia a variedade de produtos é menor. Enquanto no Grão-Pará são 14 produtos diferentes, no Rio Negro o número cai para 11. Vide Figuras 6 e 7.

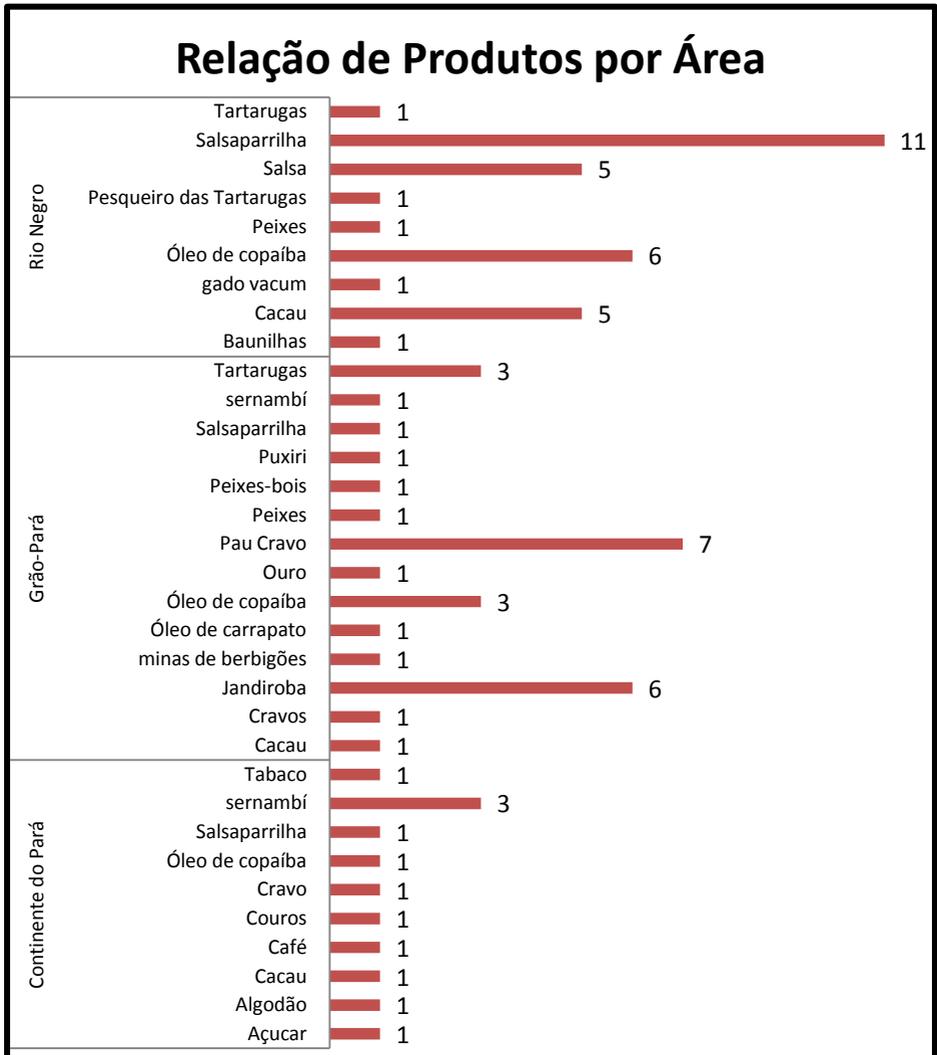


FIGURA 6. RELAÇÃO DE PRODUTOS POR ÁREA.

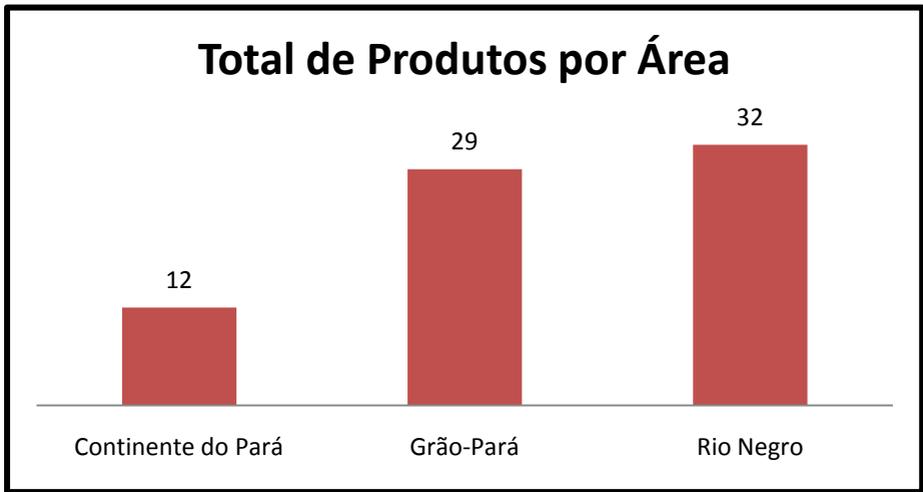


FIGURA 7. TOTAL DE PRODUTOS POR ÁREA.

Todo esforço em retirar esses dados não encontra fim em si mesmo. Se a essa altura ainda nos é cara a noção de mapa útil, é importante pensar como esses dados permitem questionar, pelo menos um pouco, o quadro geral da economia do período.

Como dito anteriormente neste capítulo, houve a partir de meados da década de 50 um grande aumento do número de vilas provocado pelo regime do Diretório. A Figura 8 apresenta justamente que boa parte das áreas de maior intensidade dos produtos estão se não cercadas, próximas de pontos de povoamento. Esse apontamento poderia ser posto em xeque caso fosse argumentado que, por ser um roteiro, o Vigário estaria sempre descrevendo produtos e indígenas a partir das localidades previamente mencionadas. Ocorre que Noronha não atrela, necessariamente, a descrição de produtos aos *loci* de povoamento colonial. Ressalvas feitas, é possível afirmar que, de acordo com a Figura 8, há estreita correlação entre a escolha de locais para o estabelecimento das novas vilas, muitas vezes fundadas em ocupações já existente, e as áreas de exploração material do território. Essa afirmação

reforça as teses sobre a relação indissociável entre ocupação do território, exploração material da Amazônia e lei do Diretório¹⁸⁹

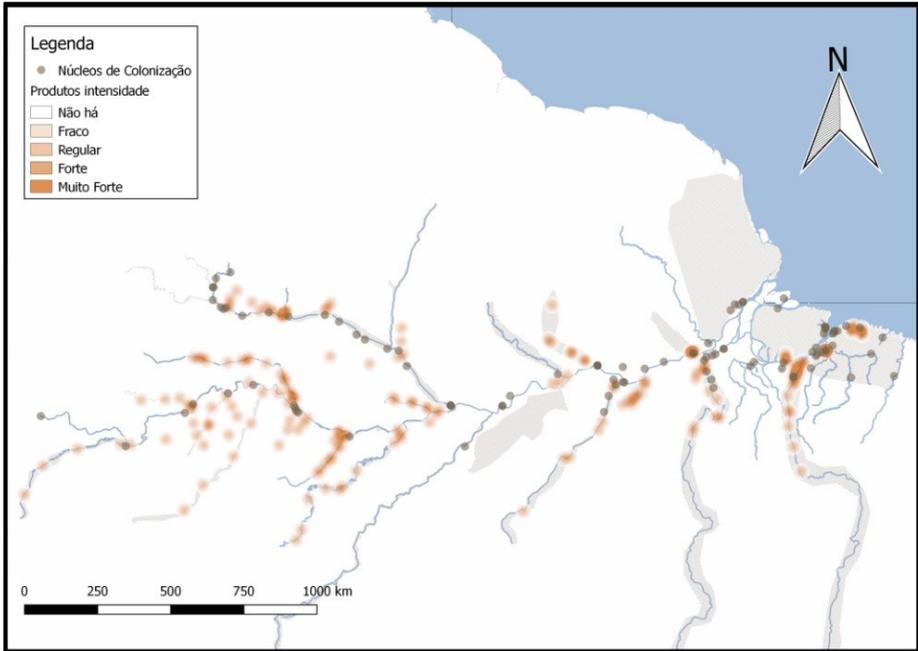


FIGURA 8. NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO E MAPA DE INTENSIDADE DOS PRODUTOS.

Sabe-se que na época do roteiro estavam sendo implantadas as políticas pombalinas na administração portuguesa e de suas colônias. Entre as marcas desse período, de acordo com a historiografia, estaria ocorrendo um momento de inflexão no modelo econômico por meio das tentativas de bem suceder a empresa colonial com a implantação definitiva da *plantation* e da monocultura.

¹⁸⁹ ARAUJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. An. mus. paul., São Paulo, v. 20, n. 1, p. 41-76, June 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142012000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142012000100003>.

Apesar de muito veiculada, essa proposta de interpretação do Estado do Grão-Pará, na segunda metade do século XVII, não é o que se observa nesse mapa. Podemos perceber que, na região do Pará, mesmo com alta quantidade de vilas e com pouco espaço de terra livre, nenhum na região do Tocantins, o número de produtos citados nesta Capitania é apenas pouco menor do que os citados para o Rio Negro, vide figura 7. Essa conformação dos dados tem seu sentido e significado caso analisemos a importância do agroextrativismo na Amazônia colonial.

A importância dos produtos advindos do agroextrativismo é reiterada por Francisco de Assis Costa¹⁹⁰. Para o autor, logo no início da colonização da Amazônia constata-se a inadequação desta região para exploração como se dava em outros locais do império ultramarino português. Dessa forma, instala-se um sistema agrário extrativista, baseado na utilização da mão de obra autóctone para retirar produtos originários da natureza que abasteciam uma demanda diferente do mercado europeu, por exemplo, as "drogas do sertão".

Em uma nota de rodapé, Maria de Nazaré Angelo-Menezes vai definir o termo *sistema agrário* como:

*"[...] a associação das produções e das técnicas praticadas por uma sociedade em via de satisfazer suas necessidades. Ela exprime, particularmente, a interação entre um sistema biológico representado pelo meio natural, e um sistema sociocultural, por meio das práticas saídas notadamente do conhecimento técnico."*¹⁹¹

As reformas pombalinas executam uma mudança quanto às intenções de gestão do sistema agrário amazônico colonial. A tentativa de implantar um sistema agrário baseado na *plantation* escravista era central nessas reformas. Porém, como argumentado por Francisco de Assis Costa:

"O período pombalino não se demonstrou ser o momento em que, enfim, se estabeleceram os fundamentos da economia amazônica, nem, tampouco, o evento

¹⁹⁰ COSTA, Francisco de Assis. Lugar e significado da Gestão pombalina na Economia colonial do Grão-Pará. Nova econ. , Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 167-206, abril de 2010. Disponível a partir <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 de julho de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512010000100005>.

¹⁹¹ ANGELO-MENEZES, M. de N.. Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial, Cadernos de Ciências e Tecnologia. Brasília, 2000.

genial perdido – para o qual não se verificariam consequências relevantes na perspectiva da constituição da economia regional. O que vimos indica ser essa fase, com o “Diretório dos Índios” e a “Companhia”, um fundamental e criativo momento de uma trajetória já iniciada antes, com o “Regimento das Missões”, a qual, por uma parte se impôs ao protagonismo reformador que marcou o período, por outra, dele recebeu condicionantes que marcaram indelevelmente os próximos períodos.”¹⁹²

Essa conclusão, portanto, vem no mesmo sentido e direção desses trabalhos que mais recentemente, com o objetivo de fazer outras análises sobre a economia colonial da Amazônia, chegaram à conclusão de que o valor da economia extrativista não seria tão drasticamente diminuído. O próprio Noronha serve como reforço para essa análise, ao afirmar que o "óleo de jandiroba" é um dos principais ramos do comércio da vila Viçosa de Cameté.

A figura 8 é um bom exemplo disso. Mesmo com o aumento de vilas provocado pelo Regime do Diretório, acarretando a inclusão da mão de obra indígena, naquele momento vilada e livre, no fomento à produção agrária do Grão-Pará, percebe-se que o número de produtos citados não é tão menor quanto se esperaria de uma região que abandona o agroextrativismo.

Falar sobre sistema agroextrativista requer também pensar além dos modelos econômicos e se voltar para a mão-de-obra utilizada. O Vigário não discute diretamente esse tema durante o roteiro, mas, ao descrever minuciosamente as nações indígenas, produz informações importantes quanto à exploração da força de trabalho autóctone:

“No Grão-Pará, funcionava um velho truismo da colônia adaptado às “cores” locais: são os índios os “pés e as mãos” dos moradores brancos, como afirmou o Pe. João Daniel. Isso é absolutamente correto, ainda mesmo após a segunda metade do século XVIII, quando a população escrava africana começa a adquirir maior densidade na região com a intensificação do tráfico através da Companhia Geral de Comércio.”¹⁹³

¹⁹² COSTA, Francisco Assis. op. cit. p. 30.

¹⁹³ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2001. p. 65-66.

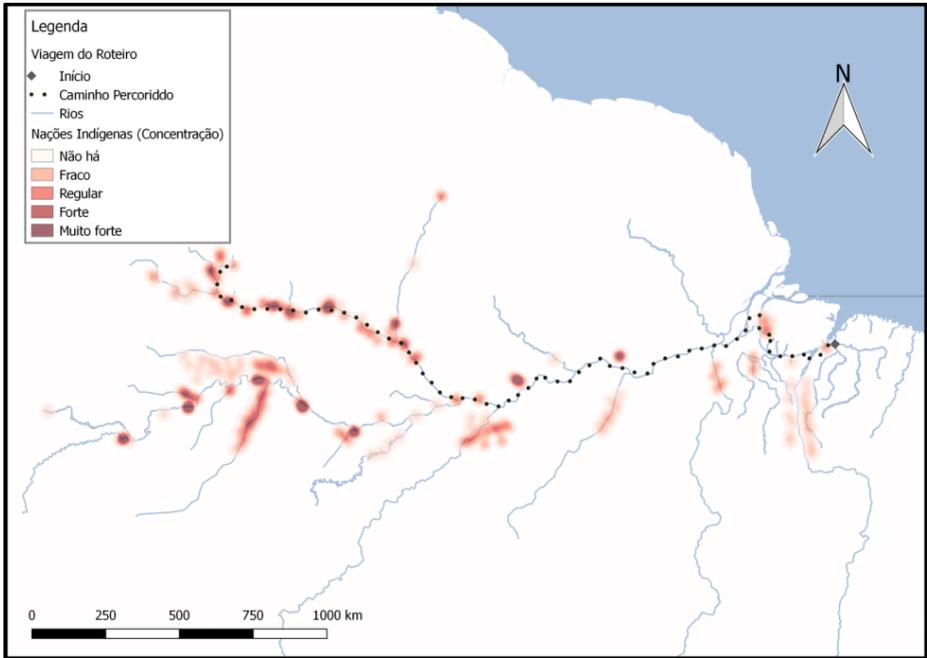


FIGURA 9. CAMINHO PERCORRIDO E CONCENTRAÇÃO DE GRUPOS INDÍGENAS.

A figura 9 é o primeiro de um grupo de mapas que cria visualizações sobre a questão indígena. Levando em conta o parágrafo anterior e a citação da obra de Patrícia Sampaio, fica evidente a preponderância de tratarmos sobre a participação indígena na construção da sociedade colonial amazônica.

Nesse sentido, o Roteiro de Viagem de Noronha tem papel central em uma tentativa de conhecer e reconhecer a população ameríndia da região. As menções a, no mínimo, 362 nações indígenas em seu relato descritivo oscilam entre observações atentas e enriquecedoras unidas a omissões, pois o Vigário toma nota sistematicamente dos nomes das nações que habitavam cada rio e indica quais delas acabaram por integrar os principais povoados, ao mesmo tempo em que há caso de ausências de comentários sobre o

processo de colonização, o que Porro nomeia de "indianismo" paradoxal desse autor.¹⁹⁴

A figura 9, que cruza informações sobre o caminho da jornada do Vigário e a concentração das menções a nações indígenas, é ferramenta essencial para compreender a visão de Noronha quanto ao espaço e a incorporação dos nativos na sociedade colonial, além de ressaltar a crescente importância do elemento ameríndio no decorrer da narrativa do roteiro, como demonstra a concentração de menções mais ao final da trajetória do percurso.

Um ponto a se destacar é a ausência majoritária de nações nas regiões mais a leste do território. Tal questão não é ignorada por Noronha que associa essa realidade ao fato de que essas áreas terem sido antigamente habitadas por populações indígenas. Porém o que aconteceu com esses grupos nativos?

O Vigário justifica esse "vazio" ao associá-lo as práticas de descimentos aos antigos aldeamentos, assim como para vilas e lugares do período pombalino. Entretanto, não faz qualquer relato sobre os conflitos bélicos, a escravização e as epidemias de bexigas/sarampoque assolaram os indígenas desde o início da conquista e colonização dessa região, proporcionando um cenário de depopulação dos grupos nativos.¹⁹⁵ Esses diversos fatores, presentes ou não na narrativa, indicam certa consolidação do estabelecimento colonial e sua expansão, que não deixa de se repercutir na escrita de Noronha.

*"Em outro tempo se desceram do rio Tocantins muitos índios das nações Tupinambá e Pochiguará, com os quais se fundou uma aldeia na margem oriental do mesmo rio, pouco menos de uma maré de viagem acima da Vila de Viçosa, da qual passaram para a aldeia de Mortiguara, hoje chamada Vila do Conde."*¹⁹⁶

As nações ameríndias perdem sua relevância descritiva nessas áreas em prol de observações sobre a exploração de riquezas materiais e os núcleos de colonização (vilas, lugares, fortificações, engenhos...) que representam a ocupação colonial lusitana no espaço amazônico. Entretanto, isso não

¹⁹⁴PORRO, A. Introdução e notas. In: NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768)*. São Paulo: EDUSP, 2006. (Coleção Documenta Uspiana).

¹⁹⁵RAMINELLI, Ronald José. *Depopulação Na Amazônia Colonial*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ABEP, 11, 1998. ANAIS DO XI ENCONTRO INTERNACIONAL DA ABEP. BELO HORIZONTE. v. 11. p. 1359-1376.

¹⁹⁶NORONHA. op. cit. p. 26.

significa a inexistência de grupos indígenas nesta região, porém indica o enfraquecimento e inserção dessas nações frente a realidade colonial que se firmava cada vez mais no decorrer do século XVIII.

Entretanto, a aparente relação inversamente proporcional entre menções de nações indígenas e núcleos de colonização não se confirma no decorrer do roteiro. Ao adentrarmos as regiões mais a oeste, a tonalidade da narrativa muda suas direções, pois além de se tratar de uma zona administrativa diferente – a recém-criada Capitania de São José do Rio Negro – as nações indígenas ganham maiores menções, tanto em quantidade quanto em qualidade, porém isso não significa a menor presença da sociedade colonial e suas iniciativas.

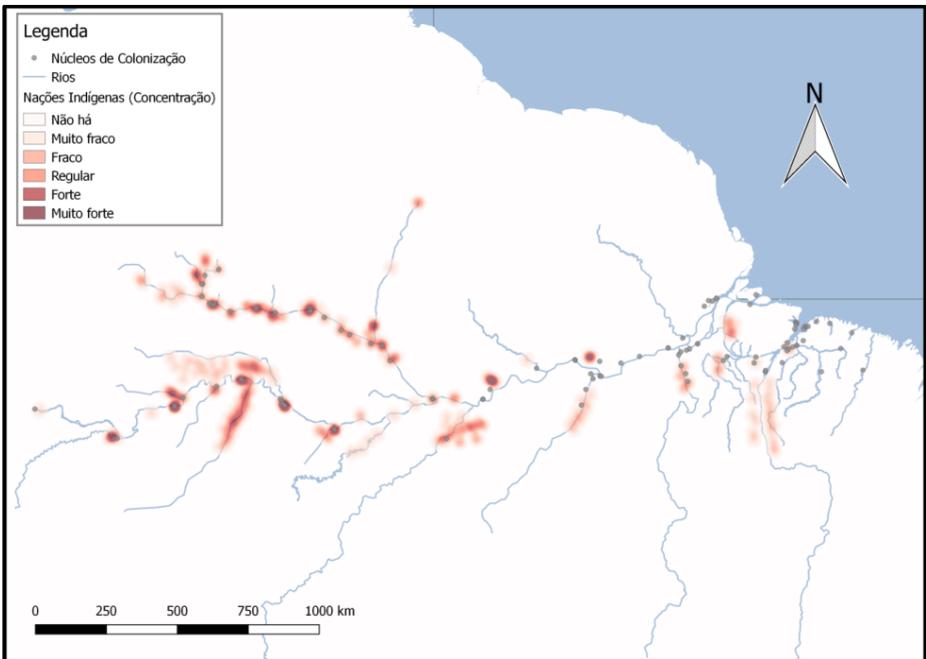


FIGURA 10. NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO E A CONCENTRAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS.

A figura 10 permite reflexões sobre as tentativas de consolidação da presença colonial nas regiões mais a oeste do território do Grão-Pará e Maranhão e especialmente na Capitania do Rio Negro, pois nesta recente região administrativa, porém de longa data devastada por expedições de

escravização de grupos indígenas, a construção *dossertões da Província* se intensificava cada vez mais e, junto com ela, a presença ameríndia.

*"Para continuar viagem de Gurupá para o sertão do rio Amazonas, costeia-se para cima à mão esquerda até a boca do rio Xingu [...]"*197

Estes "sertões", que faziam parte do título da obra de Noronha, detinham forte e constante presença ameríndia, principalmente, na região ocidental do território amazônico lusitano. Os elementos explanados acima parecem claramente semelhantes aos escritos pelo governador e capitão-general do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando argumenta a favor da criação da Capitania do Rio Negro, pois a Coroa estava sendo incapaz de alcançar esses sertões, seja em suas funções de distribuição de justiça quanto ao controle desse espaço como asilo e refúgio de "celerados".¹⁹⁸

Mendonça Furtado, logo no início do exercício de seu cargo no governo deste Estado, observa a existência de laços essenciais que ligavam os sertões aos moradores de diversas vilas e povoações da terra:

*"Toda esta gente é ignorante em ínfimo grau, imagina que toda a sua fortuna lhe há de vir dos sertões, não extrai drogas, mas aprisionando índios como se pro põe a fazer grandes progressos nas suas fábricas e lavouras".*¹⁹⁹

Já José Monteiro de Noronha escreve também sobre as utilidades desses "lugares" inalcançados pela lei, destacando suas produções, mas não apenas isso. No ato de descrever os sertões de determinado rio, junto aos produtos que poderiam ser explorados e retirados da localidade, há menção a uma abundância de indígenas. Nestes casos, o Vigário relata a utilidade da grande extração de nativos para as localidades próximas, o que demonstra que se tratava de uma região extremamente populosa, ou de pontos estratégicos para atividades de descimentos e resgate de ameríndios para os núcleos de colonização:

"O seu curso (rio lurúá/Juruá) é dilatado e o seu interior e o seu interior, pouco penetrado pelos brancos. Dele se têm extraído muitos índios para os lugares

¹⁹⁷ NORONHA. op. cit. p. 34.

¹⁹⁸ LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15, p. 127, 1996.

¹⁹⁹ Francisco X. *Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Corte Real*. 30.11. 1751. In: MENDONÇA, Marcos C. de. *Amazônia na era pombalina* - AEP, Tomo 1, p. 84.

*Alvelos e Nogueira, pelos quais e pelos que o têm navegado, sabe-se haver nele muitas nações de índios, das quais as mais conhecidas são: Katauixí, Uacarauá, Marawá, antropófagos, Katunika, Urubu, Gemiá, Dachiuará, Maliá, Chibará, Bauari, Arauari, Maturuá, Marunacu, Kuriá, Paraú, Paipumá, Baibirí, Buibaguá, Toquedá, Puplebá, Pumacaá, Guibaná, Bugé, Apenarí, Sutaã, Kanamari, Aruná, Yochinauá, Chiriiba, Cauana, Saindayuú, Ugina, a que também chamam Coatatapiiya, isto é, nação de certos monos chamados Coatá. Na parte mais superior deste rio afirmam constantemente os índios haver uma populosa aldeia de Umauas ou Cambebas.*²⁰⁰

Além das iniciativas coloniais, a atuação desses indígenas frente aos processos de conquista e colonização é fundamental para entender a dinâmica espacial da ocupação desse território. Exemplo disso é o rio Negro que, até metade do século XVIII, foi uma região manchada por expedições de resgate e guerra justa contra grupos ameríndios.²⁰¹ Entretanto, já na segunda metade dos setecentos, o cenário muda, pois buscou-se a construção de um governo colonial presente e a inserção desses índios nas vilas, lugares e povoações como possíveis moradores fixos, sendo a prática dos descimentos fator essencial para a manutenção da estrutura das vilas e lugares.²⁰²

Apesar das ausências descritivas para determinadas nações na narrativa do Vigário, como apontou Antônio Porro, a importância do índio no complexo administrativo colonial do Estado do Grão-Pará e Maranhão deve ser considerada perceptível pela grande atenção dada à identificação dessa diversidade étnica/social por Noronha.

A inserção do indígena na sociedade colonial amazônica é imprescindível para os planos político-econômicos de recuperação da Coroa portuguesa, nos quais apenas a presença do branco não seria possível sem a existência de relações de troca, favores e alianças entre os nativos e os lusitanos. O ameríndio, apesar das hostilidades, não poderia ser visto ou considerado apenas mais uma adversidade a consolidação do domínio colonial para a exploração e ocupação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e, sim, como a

²⁰⁰ NORONHA. op. cit. p. 57.

²⁰¹ WRIGHT, Robin. *“Indian Slavery in the northwest Amazon”*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, vol. 7, nº 2, p. 149-179, 1991.

²⁰² GUZMÁN, Décio de Alencar. *A colonização nas Amazôniaas: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII*. Revista de Estudos Amazônicos, v. 1, p. 103-139, 2008.

solução para as dificuldades existentes no projeto colonizador do território amazônico.²⁰³

Os indígenas, a partir da lei da Liberdade dos Índios de 1755 e do Diretório dos Índios de 1757, passam a ser oficialmente reconhecidos pela Coroa portuguesa como possíveis vassallos, porém nem todos se encaixaram nessa nova proposta de legislação indigenista. Antes mesmo de sua aplicação, já existia um regime de memória que regia uma separação marcante entre os indígenas: *índio colonial*, e o *índio bravo*. O primeiro estaria restringido a um espaço específico, geralmente vilas e aldeamentos missionários, onde estariam esses indivíduos sujeitos às transformações que resultariam em um indistinto trabalhador cristão. Já o segundo se encontra representado sobre o espectro de incursões militares, principalmente *guerras justas*, ou na figura do cativo (escravidão temporária), muitas vezes associados ao imaginário do sertão selvagem.²⁰⁴

Não se trata de uma aplicação de modelos simplistas que incentivam a uma dualidade histórica, porém uma construção de representação identitária realizada pelos colonos e os próprios nativos inseridos no contexto de uma ordenação social colonial e suas devidas particularidades locais.

Após séculos de conquista e colonização, diversos grupos nativos transformaram-se e misturaram-se e dessa maneira foram construindo novas formas de identificação e territorialização que tinham as aldeias, os lugares, as vilas e as povoações como referencial. Nestes ambientes, esses indivíduos, ativos e subjugados à dominação colonial, compartilharam experiências com vários grupos étnicos e sociais.²⁰⁵

A figura 11 pode nos mostrar apenas uma pequena parcela da diversidade étnica das nações mencionadas e descritas por Noronha, pois a visualização

²⁰³ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Comissão Nacional Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

²⁰⁴ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco [org.]. *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

²⁰⁵ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; MOREIRA, Vânia Maria Losada. *“Índios, Moradores E Câmaras Municipais: Etnicidade E Conflitos Agrários No Rio de Janeiro E No Espírito Santo (séculos XVIII E XIX).” Mundo Agrário* 13, no. 25, 2012.

de mais de 362 grupos indígenas levaria a uma poluição visual desnecessária. Entretanto, apesar de incompleto, o mapa acima suscita questões em dois eixos: a multiplicidade étnica e suas conexões frente a situação colonial da região.

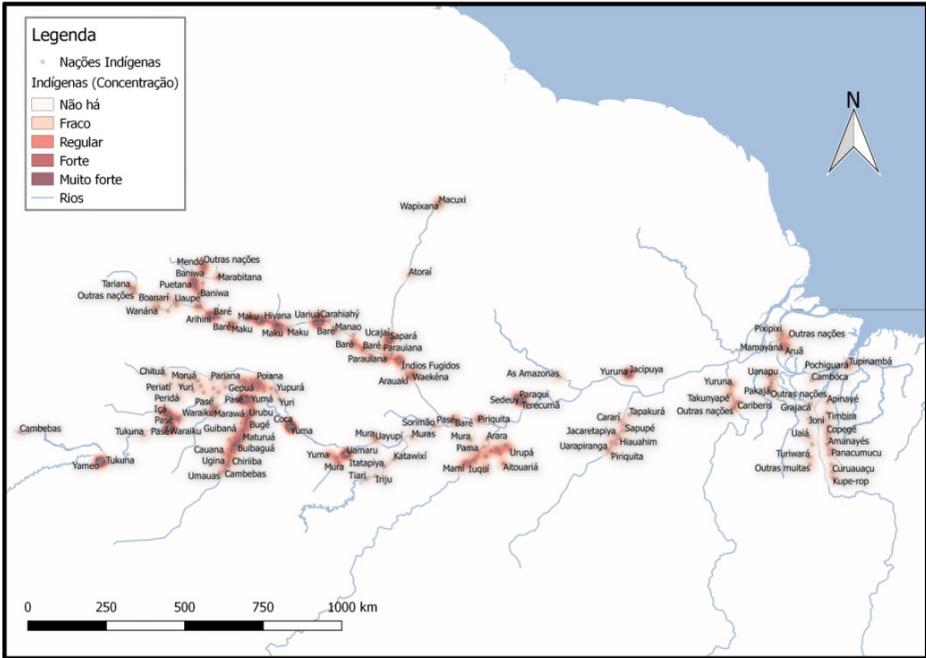


FIGURA 11. CONCENTRAÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS E SUA DIVERSIDADE ÉTNICA.

O roteiro do Vigário serve de exemplo de possibilidade de acesso a esses dois eixos supracitados, pois, ao alertar sobre o estado alastrado de “infidelidade” e antropofagia que afligia a área geográfica do Tapajós, Noronha destaca a existência de vilas no curso desse rio habitado por indígenas, e em seguida escreve:

“Os índios que habitam nestas vilas e em todas as demais povoações que ficam do Tapajós para baixo se chamam vulgarmente entre eles ‘Canicarus’, em distinção dos que assistem nas povoações de cima, aos quais apelidam ‘Yapyruana’, e vale o mesmo que ‘gente do sertão ou parte superior do rio’.”²⁰⁶

²⁰⁶ NORONHA. op. cit. p.37.

O que chama atenção nessa passagem é uma forma de organização entre os nativos que estavam inseridos em núcleos de colonização e se diferenciavam a partir deles em suas respectivas áreas geográficas pertencentes.

Portanto, já que Noronha atribui ao termo “*Yapyruna*” o significado de grupo de indivíduos pertencentes ao sertão, logo, podemos supor que “*Canicarus*” poderia ser uma nomenclatura que se opõe à anterior, afirmando características identitárias de ameríndios habitantes das vilas para baixo do rio Tapajós como verdadeiros nativos inseridos na sociedade colonial, oposto aos infiéis/antropófagos e a gente do sertão que vive nos núcleos de colonização da parte superior do mesmo rio.

Noronha, por conseguinte, nos apresenta aos indígenas de maneira não homogênea, destacando as particularidades étnicas tanto no aspecto físico quanto no aspecto das relações sociais. Há uma diversidade de relações entre os grupos indígenas da região e a sociedade colonial, desde indivíduos inseridos nos valores coloniais até os temidos selvagens guerreiros que ameaçavam a colonização. São perceptíveis, no roteiro de viagem, elementos textuais que identificam essa diversidade, por meio da nomenclatura, forma de descrição ou alteridade presente no outro.

Compreendemos a presença colonial como um fato histórico que instaura uma nova relação das sociedades indígenas com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural. A partir da interação com o colonizador, reorganizações sociais estiveram em processo, assim como processos de etnogênese como meio de sobrevivência a um novo mundo em construção.²⁰⁷

Portanto, poderíamos dizer que os grupos étnicos, como é o caso da diversidade étnica dos povos indígenas, se organizam para si mesmo, interagindo e categorizando-se e, também, classificando os outros. Logo, as distinções entre categorias étnicas não dependem de ausências, mas sim de processos de interação (exclusão e incorporação) ao longo do tempo e com variáveis de participação e pertencimento. Sendo que as interações dentro desses sistemas, em nosso caso o colonial, não levam à destruição pela mudança e pela aculturação, pois as diferenças culturais podem persistir

²⁰⁷ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Presidência da República, Arquivo Nacional, 2003.

apesar do contato interétnico e da interdependência. Além de que a cultura é um fator em constante reelaboração e ela, por si só, não pode definir grupos étnicos, pois, para Barth, o fato de se compartilhar uma cultura é uma consequência e não uma causa, fator primário ou, menos ainda, explicação da etnicidade.²⁰⁸

A situação colonial, assim coloca João Pacheco de Oliveira, sujeitou os indígenas a processos de territorialização e modos de reconhecimento distintos. Portanto, haveria um modo de identificação que apontaria para uma forma de coletividade e pessoas indígenas seriam percebidas e registradas pelas sociedades coloniais, e futuramente nacionais. Dessa maneira, a produção de documentos históricos referente ao período colonial da América Portuguesa possui características próprias que nos permitem acessar um regime de memória específico sobre essa população, pois eles estavam e estão longe de serem portadores de características constantes e imutáveis.²⁰⁹

❖ Considerações finais

O roteiro de viagem do Vigário Noronha, apesar de negligenciado pela historiografia, demonstrou possuir enormes potencialidades ao fazer uso do sistema de informação geográfica. Por conseguinte, ao se espacializar os dados, permite-se a leitura dessas dinâmicas envolvendo as populações nativas, os núcleos de colonização e suas respectivas relações de produção no sistema agroextrativista. Dando-se aporte necessário para abranger diferentes questões em diversas escalas de análise, desde um enfoque macro sobre o que poderíamos denominar Amazônia colonial até uma visão micro de determinado rio focando determinados grupos étnicos e sociais da região, além de suscitar inquietações e questões ainda não respondidas nesse presente capítulo.

Nosso intuito foi, também, possibilitar uma nova maneira de ler essa narrativa histórica. A busca por uma visualização gráfica capaz de atender a

²⁰⁸BARTH, Fredrik. *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. Waveland Press, 1998.

²⁰⁹OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. Mana (UFRJ. Impreso), Rio de Janeiro, v. 4, n.1, 1998, p. 47-77.

esse objetivo em palavras não gera "grandes dificuldades", porém, ao refletirmos o nosso objeto de pesquisa por meio desta alternativa de linguagem, que é o sistema de informação geográfica em História, as dúvidas e incertezas surgem em meio à escrita e produção gráfica.

Como exposto, o dinamismo das relações estabelecidas entre essas nações indígenas e a colonização portuguesa teve implicações na configuração da ocupação espacial desses povos nesse território, mas também na compreensão do uso de sua mão-de-obra. Portanto, a narrativa de Noronha se constrói nesse ambiente social marcado pela ação indígena, sendo essas atuações pontos chaves para entender a formação de um entendimento sobre as interações entre os grupos nativos, ocupação colonizadora e o sistema agroextrativista instaurado na sociedade colonial no espaço luso-amazônico.

❖ Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato Dos Viventes: Formação Do Brasil No Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Presidência da República, Arquivo Nacional, 2003.

ANGELO-MENEZES, M. de N..*Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial*. Cadernos de Ciências e Tecnologia. Brasília, 2000.

ARAUJO, Renata Malcher de. *A urbanização da Amazónia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos*. An. mus. paul., São Paulo , v. 20, n. 1, p. 41-76, June 2012

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142012000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142012000100003>.

BARBOSA, J. da C. *Biografia: José Monteiro de Noronha*. Revista Trimestral de História e Geografia, Rio de Janeiro, v.2, p.259, 1840.

- BARTH, Fredrik. *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. Waveland Press, 1998.
- BERTIN, Jacques; WESTPHALEN, Cecília Maria. *A neográfica e o tratamento gráfico da informação*. Curitiba: Editora da Universidade Federal Do Paraná, 1986.
- COSTA, Francisco de Assis. *Lugar e significado da Gestão pombalina na Economia colonial do Grão-Pará*. Nova econ. , Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 167-206, abril de 2010. Disponível a partir <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 de julho de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512010000100005>.
- DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Comissão Nacional Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- GIL, Tiago Luis ... [et al]. *Atlas Histórico da América Lusa*. coordenação: Tiago Luis Gil, Leonardo Brandão Barleta. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. p. 09.
- GUZMÁN, Décio de Alencar. *A colonização nas Amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII*. Revista de Estudos Amazônicos, v. 1, 2008. p. 103-139.
- LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15, 1996. p. 127.
- MENDONÇA, Marcos C. de. *Amazônia na era pombalina* - AEP, Tomo 1.
- MORETTI, Franco. *Atlas of the European novel, 1800-1900*. Londres, Nova York: Verso, 1999.
- MORETTI, Franco. *Graphs, Maps, Trees: Abstract Models for a Literary History*. Londres, Nova York: Verso, 2005.
- NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro de Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1768)*/José Monteiro de Noronha; Introdução e Notas de Antonio Porro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *Uma etnologia dos 'índios misturados'?* *Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. Mana (UFRJ. Impresso), Rio de Janeiro, v. 4, n.1, 1998, p. 47-77.
- RAMINELLI, Ronald José. *Depopulação Na Amazônia Colonial*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ABEP, 11, 1998. ANAIS DO XI ENCONTRO INTERNACIONAL DA ABEP. BELO HORIZONTE. v. 11. p. 1359-1376.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2001. p. 65-66.
- SANTOS, Francisco Jorge dos; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. "1755, o ano da virada na Amazônia portuguesa." *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos* 8, no. 2 (2008): 79–98.
- SOUZA JR., José Alves de. "O Projeto Pombalino Para a Amazônia: E a "Doutrina Do Índio-Cidadão." *Cadernos Do Centro de Filosofia E Ciências Humanas*, 1993".
- TAVARES, Hugo Moura. *Sobre o céu, a terra, a água e o ar: representações de viajantes Ilustrados sobre a Amazônia entre 1735 e 1815*. Curitiba, 2014.
- TUFTE, Edward R. *The Visual Display of Quantitative Information*. Chesire: Graphics Press, 2001.
- WRIGHT, Robin. "Indian Slavery in the northwest Amazon". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, vol. 7, nº 2, p. 149-179, 1991.

**Modelos de densidade e
representação de inferências nas
incertezas do passado**

O Império Marítimo Baiano: uma cartografia da produção na obra de Gabriel Soares de Souza (1587)

Tiago Gil

O leitor tem razão em estranhar o título. É claro que é um exagero. A proposta aqui não é enfatizar um poderio imperial baiano no século XVI mas, no mesmo período, salientar seu caráter marítimo. E para isso a paráfrase com o célebre livro de Charles Boxer é convidativa.²¹⁰ Vamos partir de uma crônica seiscentista, uma descrição da Bahia feita por Gabriel Soares de Souza no final do século XVI. Este documento foi analisado com os recursos da cartografia digital, ou seja, foi georreferenciado, como se dirá adiante. O resultado, as formas de uso social do espaço no período, nos faz dialogar com uma importante historiografia.

Em uma obra magistral, *De Ceuta a Timor*, Luis Filipe Thomaz apresentava, dentre outras coisas, o caráter reticular do "Estado da Índia":

*o conjunto dos territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela Coroa portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes ou nos territórios ribeirinhos, do cabo da Boa Esperança ao Japão*²¹¹

Para ele, a marca principal daquele "Estado" era o fato de ser

*essencialmente, uma rede e não um espaço: não lhe interessa a produção de bens — mas a sua circulação; não se preocupa tanto com os homens como com as relações entre os homens; por isso, aspira mais ao controlo dos mares que à dominação da terra.*²¹²

Esta configuração seria uma especificidade do "Estado da Índia". Condição semelhante não seria visível em outros recantos portugueses, com especial

²¹⁰ BOXER, C. R, **The Portuguese seaborne empire 1415-1825**, Manchester: Carcanet in association with the Calouste Gulbenkian Foundation, 1991.

²¹¹ THOMAZ, Luiz Felipe, **De Ceuta a Timor**, Lisboa: DIFEL, 1994, p. 207.

²¹² *Ibid.*, p. 210.

ênfase nos territórios atlânticos, nomeadamente na América (Brasil) e nas ilhas, onde a produção do açúcar *postulava uma certa territorialidade*.²¹³ A argúcia na análise de Thomaz e a estonteante formação daquele "Estado" não permitiam uma reflexão teórica que explicasse o motivo pelo qual se dava a peculiaridade daquela rede e ainda menos sua ausência do contexto americano. O objetivo deste texto é discutir as possibilidade de estender o modelo de Thomaz para a América no século XVI, a despeito da própria ressalva do autor, ou seja, discutir a morfologia gerada pela ação social de indígenas, europeus, africanos e seus descendentes na construção do mundo da *plantation*. Para isso, utilizaremos um velho conhecido dos historiadores: Gabriel Soares de Souza, que deixou um documento expressivo sobre a Bahia de fins do XVI.

❖ A obra de Gabriel Soares de Souza

O texto *Memorial e declaração das grandezas da Bahia de todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem* foi publicado dentro da obra *Tratado Descritivo do Brasil*, organizada por Francisco Adolfo de Varnhagen em 1851, que reunia dois textos de autoria de Gabriel Soares de Souza - aliás a identificação da autoria fora mesmo feita pelo próprio Varnhagen, que também dedicara sua primeira obra, intitulada *Reflexões Críticas*, ao estudo daqueles originais.

Gabriel Soares de Souza entregou seus contributos ao Rei Felipe II em 1587, na ambição de obter um prêmio para seus esforços. Não se sabe quando ele iniciou a redação de seu texto mas, no período em que permaneceu em Madrid, passou revisando a versão final que seria entregue ao monarca. A obra publicada por Varnhagen inclui as duas "partes" escritas por Souza, o *Roteiro Geral com largas informações de toda a costa do Brasil* e o *Memorial e declaração das grandezas da Bahia de todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem*. A primeira parte está dividida em 74 capítulos e faz um apanhado geral do litoral da América do Sul, desde a foz do Rio Amazonas até o Rio da Prata. A segunda parte apresenta 195 capítulos sobre a Bahia, parte dos quais dedicados ao recôncavo em termos geográficos, com outra parte expressiva dedicada a flora, a fauna e aos grupos nativos.

²¹³ *Ibid.*

A historiografia brasileira com foco no século XVI e no início do processo de colonização faz amplo uso do texto de Gabriel Soares de Souza. Segundo Stuart Schwartz, o texto daquele senhor de engenho cronista era a melhor descrição do recôncavo para o primeiro século da colonização. De resto, Souza também foi amplamente usado por autores como Laura de Mello e Souza, Rodrigo Ricupero, Cristina Pompa, além de outros tantos, sem que as condições de produção de sua obra fossem objeto de investigação mais profunda. Recentemente, uma dissertação de mestrado devassou sua escrita, mapeando inclusive as obras que foram influenciadas pelo cronista.²¹⁴

❖ **Desmontando a narrativa no espaço**

A ideia de usar recursos da cartografia para pesquisa em história não é nova. Temos exemplos do século XIX, como o famoso mapa de Charles Minard, e toda uma tradição ao longo do século XX, dentre os quais se destaca o trabalho de Jacques Bertin como pioneiro na semiologia gráfica. Mais recentemente, há quem fale em *spatial turn*, que, ainda que seja uma perspectiva exagerada, aponta o crescimento das iniciativas de pesquisa que tem a perspectiva espacial em sua essência. O uso de cartografia digital em história prevê variadas abordagens, dentre as quais a reconstrução digital de sítios urbanos, o mapeamento de séries demográficas e de indicadores

²¹⁴ SCHWARTZ, Stuart B., **Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999; RICUPERO, Rodrigo, **A formação da elite colonial. Brasil c.1530 - c.1630**, São Paulo: Alameda, 2009; RICUPERO, Rodrigo, **Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI**, in: FERLINI, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.), **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX**, São Paulo: Alameda, 2005; POMPA, Cristina, **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**, São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2003; SOUZA, Laura de Mello e, **O diabo e a terra de Santa Cruz**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999; SOUZA, Laura de Mello e, **Inferno atlântico. Demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII**, São Paulo: Companhia das Letras, 1993; AZEVEDO, Gabriela Soares de, **Leituras, notas, impressões e revelações do Tratado Descritivo do Brasil em 1587 de Gabriel Soares de Sousa**, Dissertação de mestrado, UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

econômicos, apenas para dar alguns exemplos.²¹⁵ Mesmo a obra que o leitor tem agora em suas mãos é um signo desse interesse crescente.

Uma perspectiva ainda pouco trabalhada pela historiografia é o uso de Sistemas de Informação Geográfica "narrativos" em história. Essa proposta prevê duas possibilidades de trabalho: 1) a desmontagem de narrativas textuais e sua reconstrução na forma de mapas; 2) a construção de mapas animados (ou uma série) que apresentem alguma trama histórica. Obviamente, as duas saídas são complementares e podemos usar uma animação para apresentar uma narrativa textual de época, como se fosse uma fonte "transcrita" de outra forma. A proposta deste trabalho é discutir a ocupação territorial do Brasil no século XVI usando a ideia de SIG narrativo como ferramenta para desmontar especialmente o texto de Gabriel Soares de Souza. Para efetuar o trabalho de georreferenciamento, precisamos ter algumas noções importantes:

1. É mais fácil achar todos os pontos (locais no passado) do que apenas um;
2. É fundamental ter erudição "toponímica" histórica;
3. É fundamental fazer cruzamentos de dados com múltiplas fontes ou dentro da mesma (essencial para SIGs narrativos);
4. É importante ter em mente que o trabalho nunca vai acabar.

É mais fácil achar todos os lugares do passado do que apenas um, uma vez que podemos localizar as coisas na relação que elas têm com as outras. É o princípio do quebra-cabeça. Tendo apenas uma peça na mão, não temos ideia clara de onde ela ficaria no conjunto da obra mas, tendo todas, o cenário muda. Nosso trabalho não tem a precisão de um quebra-cabeça, lembrando, antes, um vaso quebrado que deve ser restaurado, para usar uma metáfora usada por Ian Gregory. Tampouco sabemos a imagem que surgirá, algo comum dos quebra-cabeças. Mas a dificuldade de saber o local de uma única peça é igual e, por isso, é preciso ter em conta a posição relativa dos lugares na hora de encontrá-los. Algumas "peças" já encontradas

²¹⁵ GIL, Tiago Luís; BARLETA, Leonardo, Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa, **Revista de História**, n. 173, p. 427–455, 2015.

podem ajudar na localização de outras, como se fossem "âncoras" que ajudam a dar alguma firmeza.²¹⁶

Voltemos ao texto de Gabriel Soares de Souza. A parte dedicada à descrição da cidade da Bahia e de seu recôncavo toma 24 capítulos de um total de 195, entre o 7 e o 31. Começa pela descrição da cidade do Salvador, da qual tomamos como referência a localização atual da mesma, utilizando como referencia uma planta de 1605, de autoria de João Teixeira Albernaz,²¹⁷ que serviu para orientar a leitura "espacial" do texto no seu começo. Esse passo foi importante para iniciar a desmontagem gradual da obra, na medida em que elementos previamente identificados serviam de "âncora" até a identificação de novos pontos de referência. A descrição de Gabriel Soares não busca a totalidade do núcleo urbano. Notadamente, ele privilegia a parte mais costeira da localidade, especialmente a parte "alta", onde ficam o palácio dos governadores, a Casa da Câmara, a Misericórdia, as ruas de mercadores e o Colégio dos Jesuítas. Mesmo que todos estes elementos remetam para os poderes centrais, locais e econômicos, sua descrição é muito focada em questões estéticas e de clima, enfatizando igualmente a existência de ruas com muitas árvores frutíferas, áreas de hortas e criação de animais. Todo o texto é de exortação das qualidades da região e de sua fertilidade.

²¹⁶ GREGORY, I.N.; ELL, P.S., **Historical GIS: Technologies, Methodologies, and Scholarship**, [s.l.]: Cambridge University Press, 2007.

²¹⁷ Pranta, da cidade d. Salvador. Rezão do Estado do Brasil.

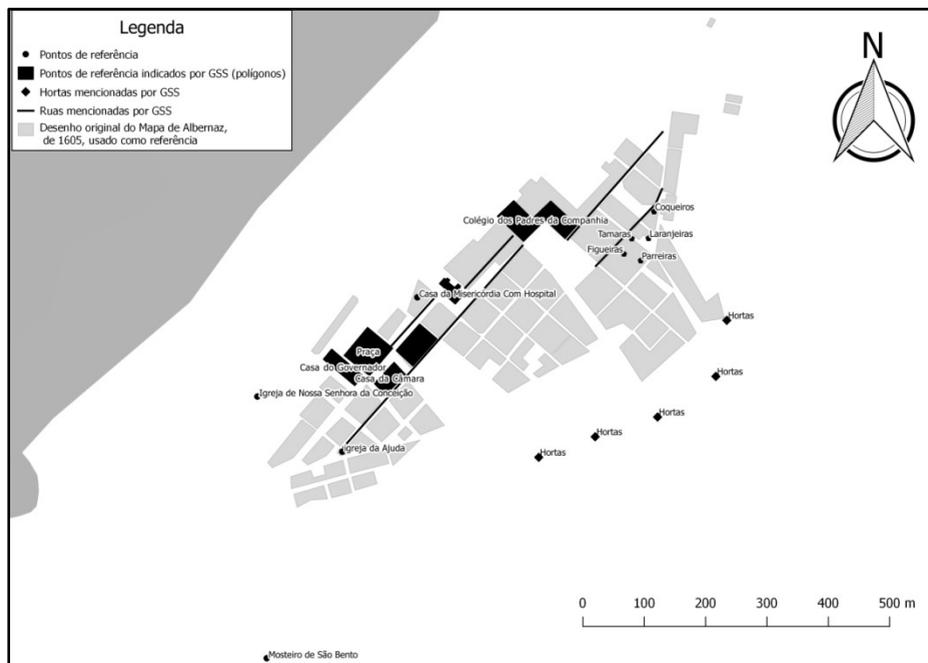


FIGURA 1 - MAPA DO CIDADE DA BAHIA (EM PRETO, A PARTE DESCRITA POR GABRIEL SOARES DE SOUZA. O MAPA DE FUNDO É DE ALBERNAZ, 1605).

Na seqüência, a partir do capítulo 16, Gabriel Soares esquadrinha a Baía de Todos os Santos, indicando suas barras, que são marcos naturais facilmente identificáveis, não apenas pela toponímia como também pela morfologia criada pela descrição. A distância entre a cidade e o "Paraguaçu" é apontada como limite para o interior, com a distância de 9 a 10 léguas indicada como limítrofe (o que é razoável em termos de grandeza, ainda que a medida esteja estimada para cima). O cenário apresentado é o conjunto total que será descrito nas páginas seguintes, o universo do que chamaremos de talassocracia baiana. Continuando, Gabriel Soares de Souza inicia seu percurso na direção norte, após indicar a distância que havia entre a cidade e o extremo sul (Ponta do Padrão).

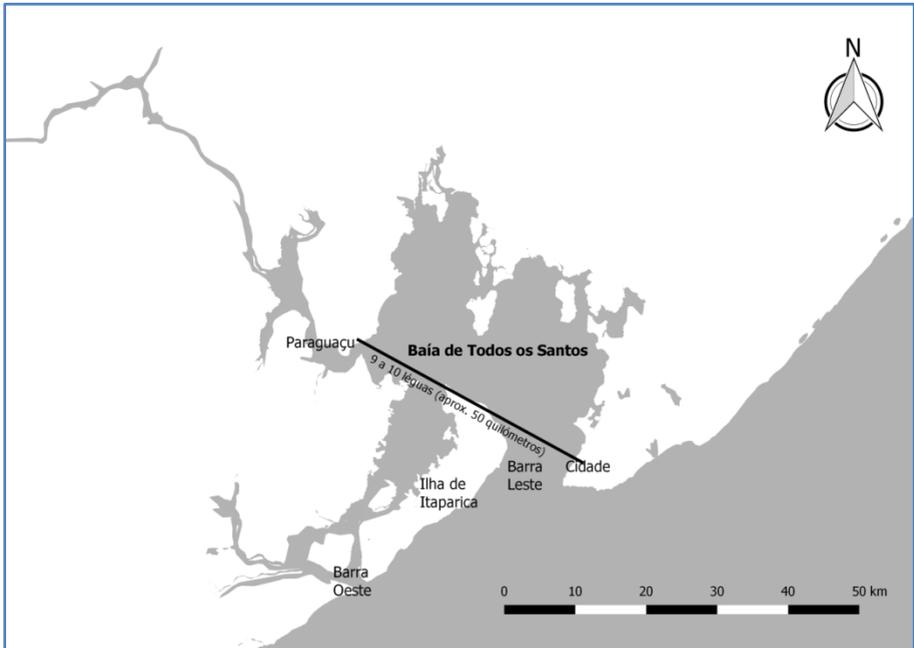


FIGURA 2 - O CONJUNTO DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS, TAL COMO DESCRITO POR GABRIEL SOARES DE SOUZA

No caminho para a "ponta do Tapagipe", por nós identificada como a península ao lado da baía de Itapagipe, Souza indica um engenho ao lado de uma ribeira chamada "Água de Meninos" como primeiro destino, o que identificamos como o atual bairro homônimo, coerente com o sentido indicado pelo autor. Neste caso, o engenho foi a âncora usada por nós para seguir o roteiro na direção correta. Nesta "ponta" o autor já identifica diversas feições, como olarias e currais. Deste ponto, o caminho segue pelo "Rio de Pirajá", de identificação imprecisa, ainda que coincida com o nome de um bairro atual de Salvador. Nosso trabalho de georreferenciamento se torna mais impreciso deste ponto em diante, apenas sendo possível na pequena escala (visto de longe).

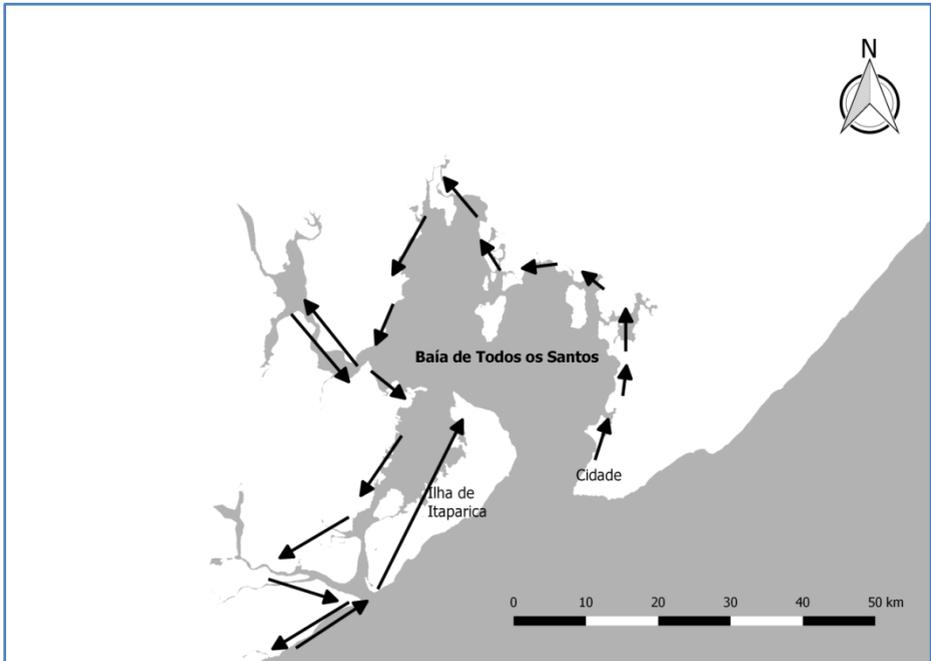


FIGURA 3 - SENTIDO DO PERCURSO GEOGRÁFICO DA NARRATIVA DE GABRIEL SOARES DE SOUZA

O trajeto continua entre o "Rio de Pirajá" e o Matoim, com uma parada na região de Paripe. As marcações de engenhos são bastante imprecisas, ainda que certos pontos tenham ajudado na identificação, como a Hermida de São Tomé, ainda hoje no mesmo lugar. Até a Igreja de Nossa Senhora do Ó foi marcada com uma grande margem de erro, mesmo sendo um elemento urbano, que geralmente seria de fácil identificação. O Matoim foi identificado com a ajuda de um clássico da historiografia baiana, Wanderley Pinho, ao norte do atual Baía de Aratu.²¹⁸ Há uma grande preocupação de Gabriel Soares em apontar a localização de cada engenho, o que ele faz narrando as posições de cada um em relação aos pontos previamente conhecidos, como quando fala da fazenda de Francisco Barbuda:

E virando d'este engenho para cima sobre a mão direita, vai tudo povoado de fazendas, e em uma de Francisco Barbuda, está uma hermida de São Bento, e mais

²¹⁸ PINHO, Wanderley, **História de um engenho do recôncavo: Matoim - Novo Caboto - Freguezia (1552-1944)**, Rio de Janeiro: Zélio Valverde S.A., 1946.

adiante, em outra fazenda de Cristovão de Aguiar, está outra ermida de Nossa Senhora: e assim vai correndo esta terra até o cabo do Salgado.[GSS. pg. 131]

A estrutura do texto permite, assim, indicar "metas" pontuais, com o estabelecimento de trechos conhecidos (Pirajá e Matoim) e a descoberta da orientação geográfica da narrativa, se o "mais adiante" do autor está apontando para o norte, nordeste ou sul. Uma vez feita esta consideração, o georreferenciamento das unidades apontadas no mapa (fazendas, engenhos) torna-se um pouco mais factível, ainda que com grande margem de erro e imprecisão. Visto de longe, contudo, o conjunto nos faz ignorar a margem de erro.

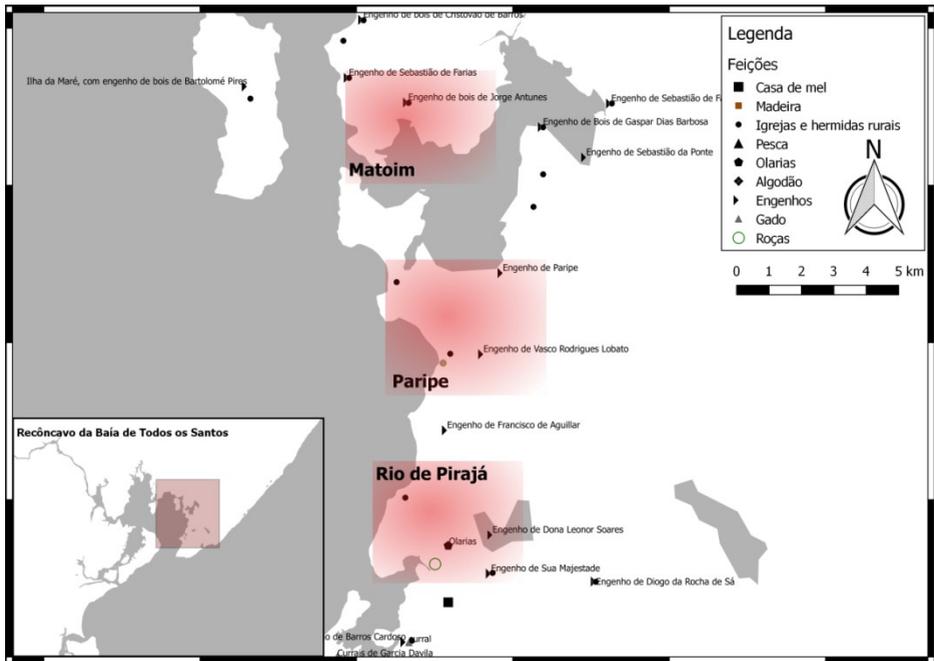


FIGURA 4 - REGIÕES DE MATOIM, PARIPE E RIO DE PIRAJÁ

A narrativa segue na direção de Mataripe, com os contornos da baía sendo apresentados passo a passo. Diante das incertezas sobre a localização precisa dos lugares, alguns recursos discursivos de Gabriel Soares foram úteis para acompanhar o desenho espacial por ele proposto, desenho, aliás, muito

focado em uma hipotética viagem de barco. Um destes elementos é a Enseada de Jacarecanga, que segundo Souza teria "feição de meia lua", o que seguindo pelo desenho atual da baía torna-se de fácil identificação, não só pelo ser a única enseada neste momento da narrativa como também pelo seu formato, ainda que enseadas freqüentemente sejam em forma de meia lua. A identificação dos lugares passou por questões morfológicas (praias, enseadas, cabos e pontas), mas somente quando confirmada pelo conjunto dos outros elementos apontados pelo autor, tais como a distância daqueles lugares de certas ilhas e a existência de ribeiras. Além disso, no caso do caminho entre Matoim e Mataripe, havia outro topônimo relevante, o Passé, que ainda hoje identifica um pedaço do interior da baía.

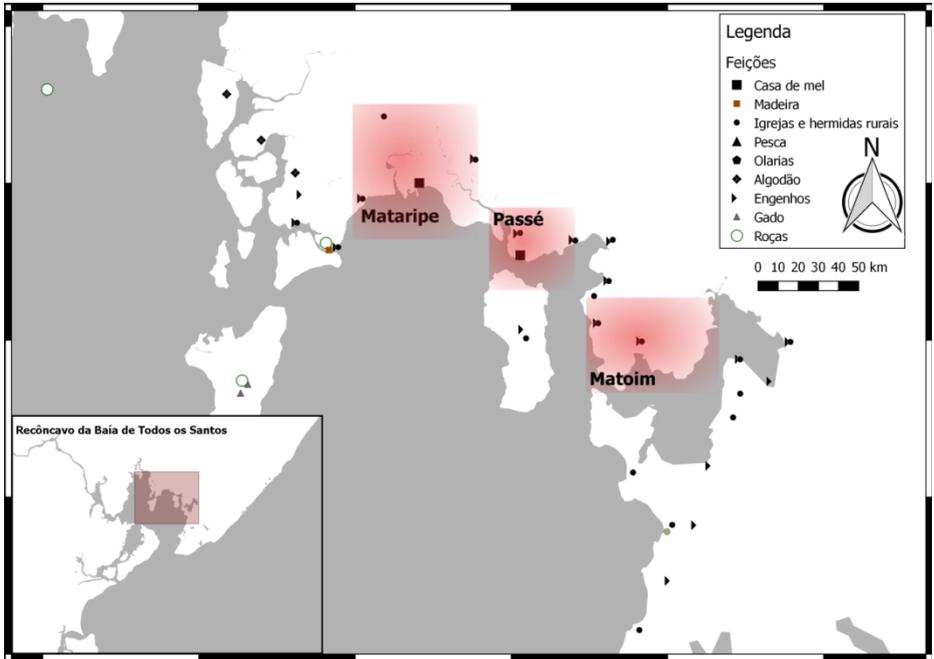


FIGURA 5 - REGIÕES DE MATARIPE, PASSÉ E MATOIM

O passo seguinte é o caminho entre o Mataripe até a ponta do Marapé. A descrição dos elementos tais como engenhos, fazendas e casas de mel é detalhada ainda nesta parte, descendo do Mataripe até o Caipe e Ilha de

Curucepeba (que consideramos ser a atual Ilha da Madre de Deus²¹⁹). O trecho entre a ilha e a boca do Rio de Sergipe é descrito, mas com um detalhamento bem menor que as regiões anteriores. O Engenho Sergipe, do Conde de Linhares, ao contrário, é tratado com uma atenção bem maior, ainda que seu tamanho fosse realmente desproporcional, considerando a fala do autor. Depois disso, a paisagem muda de figura e, acompanhando a escassez de elementos sociais (engenhos, fazendas, etc), a pena de Gabriel Soares fica mais rápida e pouco detalhista. Quilômetros são percorridos sem merecer a atenção do autor, que resume: *Da boca d'este rio de Sergipe, virando ao sahir d'ella sobre a mão direita, vai fazendo a terra grande enseadas, em espaço de quatro léguas, até onde chama o Acum. As enseadas já não são mais objeto de poesia, agora são descritas em grupo, correndo as léguas, coisa de 20 quilômetros, despovoadas de fazendas, por a terra ser fraca e não servir para mais que para criação de vacas, onde estão alguns currais d'ellas.* O volume de texto utilizado para a descrição deste trecho de costa é muito inferior aos vinte e poucos quilômetros que igualmente marcam o trecho entre o Rio de Pirajá e o Passé, onde estava a maior concentração de engenhos (mais de seis mil caracteres para esta última região, contra pouco menos de oitocentos para a região dos currais de vacas).

²¹⁹ JESUS, Rosenaide Santos; PROST, Catherine, Importância da atividade artesanal de mariscagem para as populações nos municípios de Madre de Deus e Saubara, Bahia, **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 30, p. 123–137, 2011.

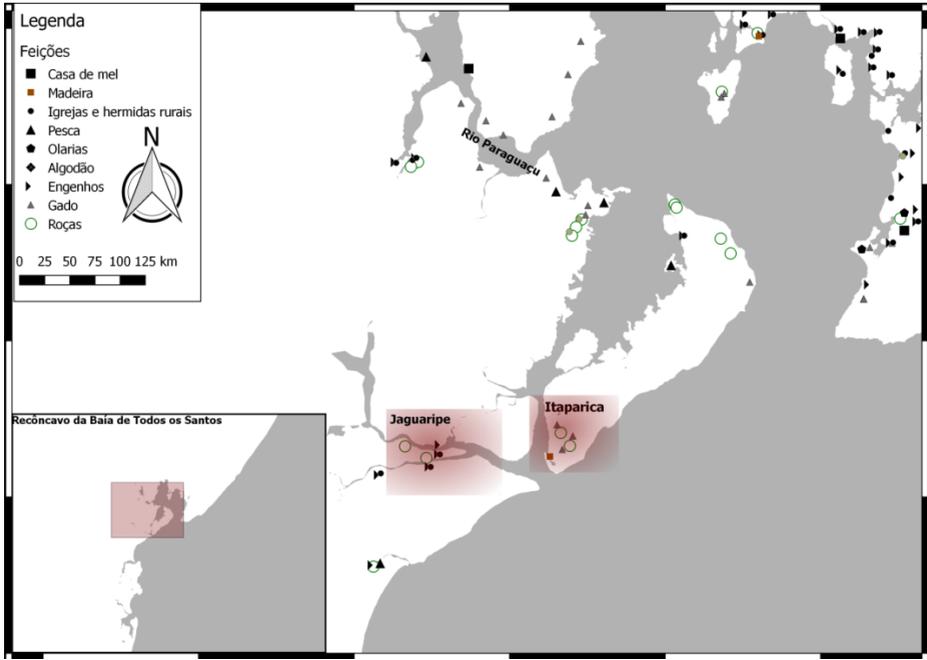


FIGURA 7 - REGIÕES DE JAGUARIBE, PARAGUAÇU E ITAPARICA

Com um novo salto até a barra do Jaguaripe, um trecho de mais de vinte quilômetros, este também ignorado pelo autor, chegamos ao rio onde estava o engenho de água de Fernão Cabral de Ataíde. Novamente a velocidade muda e os detalhes voltam a chamar a atenção. O rio Jaguaribe é descrito com esmero e um afluente, o Irajui, é igualmente objeto da narrativa, embora neste canto do recôncavo a dificuldade de encontrar os topônimos tenha sido muito grande, mesmo com amplo uso de mapas de época. Ali ficava, inclusive, o engenho do próprio Gabriel Soares de Souza, marcado em um lugar provável, pois não foi possível confirmar a toponímia histórica. Desse ponto ele sai do recôncavo pela barra do Rio Jaguaripe e entra no Atlântico, na direção sul, tomando a costa direita e entrando no Rio Juquirijape, onde identifica um engenho, roças e pescarias.

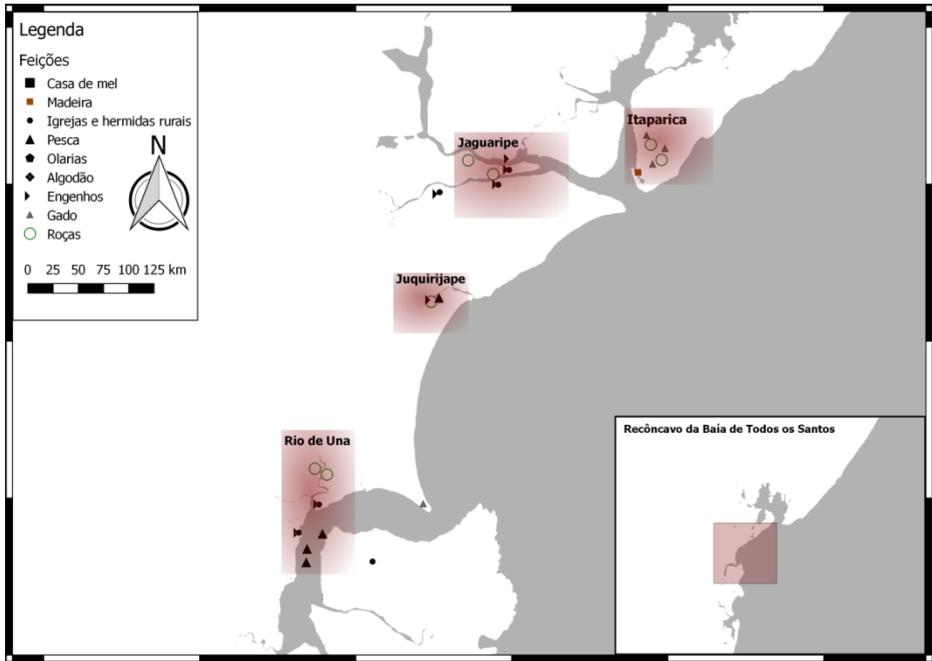


FIGURA 8 - JAGUARIFE, ITAPARICA, JUQUIRIJAPE E RIO DE UNA

Deste ponto ele volta para a costa direita diante do Morro de São Paulo, entrando pelo Rio de Una. Ali são identificados dois engenhos, roças e pescarias. Do Rio de Una, somos levados para a Ilha de Itaparica, ricamente detalhada com o desenho preciso de sua costa e ilhotas anexas. A produção de madeiras, roças e pescarias é destacada, assim como o gado e seu único engenho.

❖ **Reconstruindo o conjunto**

Até aqui seguimos a descrição de Gabriel Soares trecho por trecho, observando o movimento criado por sua narrativa. A imagem não revela um quadro compreensível do conjunto, ainda que nos dê algumas ideias sobre a concepção de espaço utilizada pelo autor e sobre as opções que fez ao narrar. Vamos agora observar o cenário completo adotando uma escala que contemple todo o recôncavo. Ao fazer isso, nos distanciamos de um desejo de precisão que não é possível e tampouco necessário. O conjunto

formado, na escala que adotamos, contempla a margem de erro (uma mudança de posição seria imperceptível) e apresenta uma série de informações interessantes para análise.

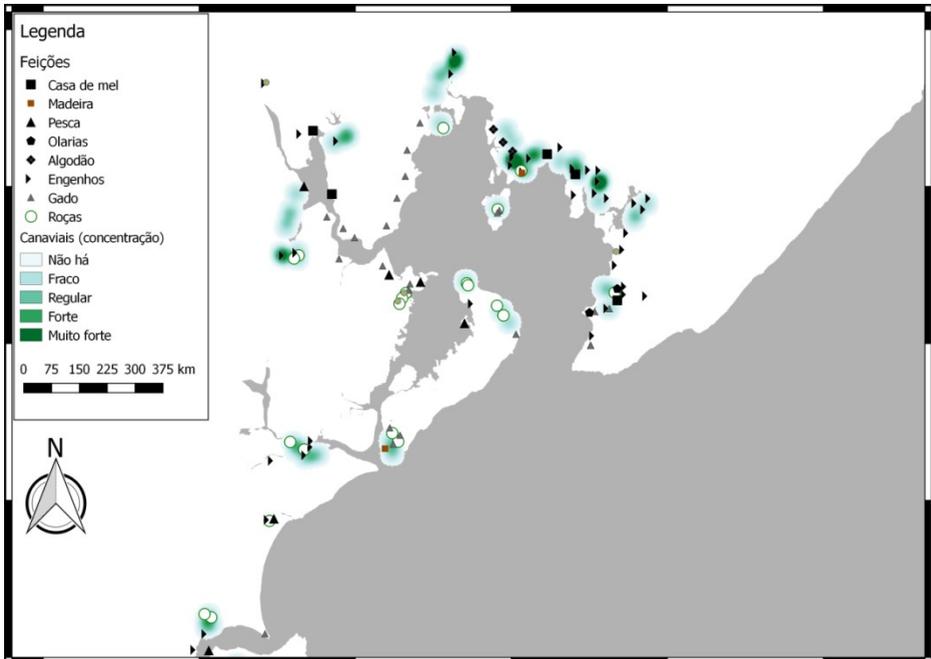


FIGURA 9 - CONJUNTO DOS ENTES GEOGRÁFICOS DESCRITOS POR GABRIEL SOARES DE SOUZA

O mapa acima foi produzido com o conjunto dos entes geográficos apresentados por Gabriel Soares de Souza. Ele permite observar a regionalização das principais atividades econômicas do recôncavo. As manchas em verde indicam a localização dos canaviais, amplamente indicados pelo autor ao longo da narrativa. Utilizamos um "Mapa de calor" para indicar sua incidência conforme a concentração de casos.

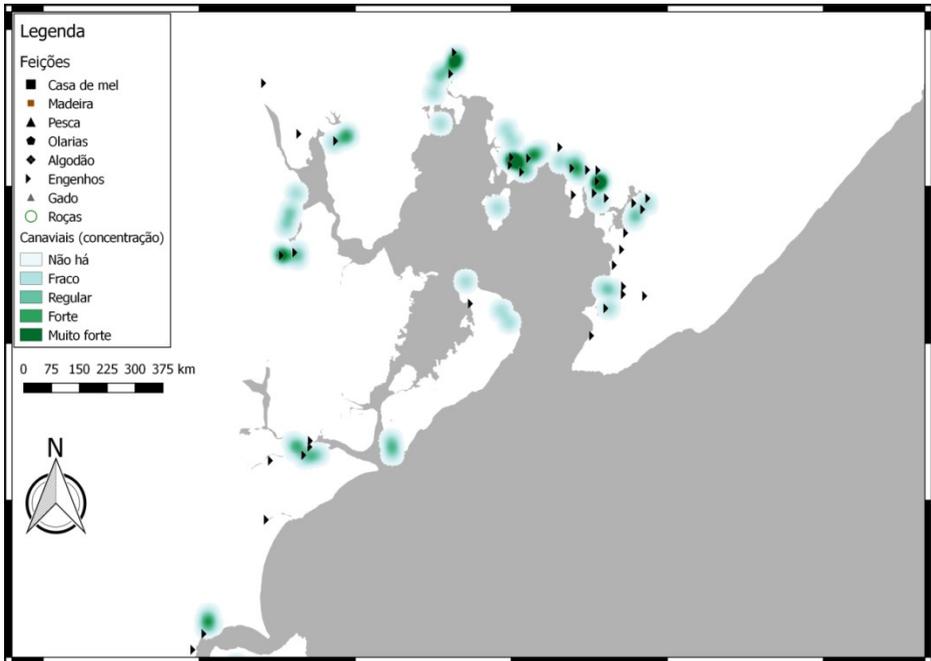


FIGURA 10 - CANAVIAIS E ENGENHOS

A correlação entre canaviais e engenhos é muito alta, como seria de se esperar. As regiões de Matoim, Passé e Mataripe são as mais canavieiras e também as mais providas de engenhos. Temos outra concentração de engenhos e canaviais no Rio Paraguaçu e uma terceira no Rio Jaguaripe. Contudo, temos canaviais relativamente isolados na Ilha de Itaparica e outro lote pequeno no Rio Paraguaçu. Ao mesmo tempo, na região de Paripe, há três engenhos sem canaviais contíguos. O mesmo ocorre ao norte e nordeste da cidade. Isso, por si só, já nos apresenta uma série de engenhos e canaviais que demandavam uma logística bem mais complexa do que simplesmente levar as canas de um terreno próximo para a moenda. Isso fora anteriormente observado por Stuart Schwartz, que apontou que

A programação da moagem do engenho era também um ponto crucial de colaboração ou atrito entre senhores de engenho e seus lavradores de cana

*dependentes. A maioria dos engenhos possuía pelo menos dois ou três desses lavradores [...] Durante a safra, era comum os escravos do engenho ajudarem os lavradores dependentes a trazerem sua cana para a moagem, ou os cativos desses lavradores prestarem serviços ao engenho.*²²⁰

O mesmo autor aponta que a quantidade de escravos barqueiros e carreiros era grande, representando aproximadamente 8% das escravarias.²²¹ Esse cenário também aparece numa crônica de batalha do Frei Vicente (quarenta anos depois), quando, diante de um ataque estrangeiro, *ordenou Cristóvão de Barros uma armada de cinco barcas, das que levam cana e lenha aos engenhos.*²²²

Estamos ainda no termo da circulação de cana para os engenhos. Tanto Schwartz quanto o Frei nos falam de outro insumo: a lenha. Tal como a cana, essa poderia ser produzida em terras contíguas ao engenho, mas a obra de Gabriel Soares de Souza localiza duas fontes de madeira um tanto quanto isoladas das áreas de engenho, de tal maneira que boa parte deles estaria afastada desses locais. Da mesma forma, outro insumo era fundamental para a produção do açúcar: as formas de barro feitas nas olarias que ficavam ao norte da Cidade. Toda a produção dos engenhos acabava parando dentro destas formas para seu processamento (produção de açúcar branco, mascavado, panela e outros). O próprio Gabriel Soares fala que *na terra d'esta ponta estão outras duas olarias de muita fabrica, por haver aqui muito e bom barro, d'onde so provém d'elle os mais dos engenhos, pois se purga o assucar com este barro.*²²³

²²⁰ SCHWARTZ, *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, p. 104.

²²¹ *Ibid.*, p. 108.

²²² F. VICENTE, L4. CAP. 19

²²³ GSS, 131

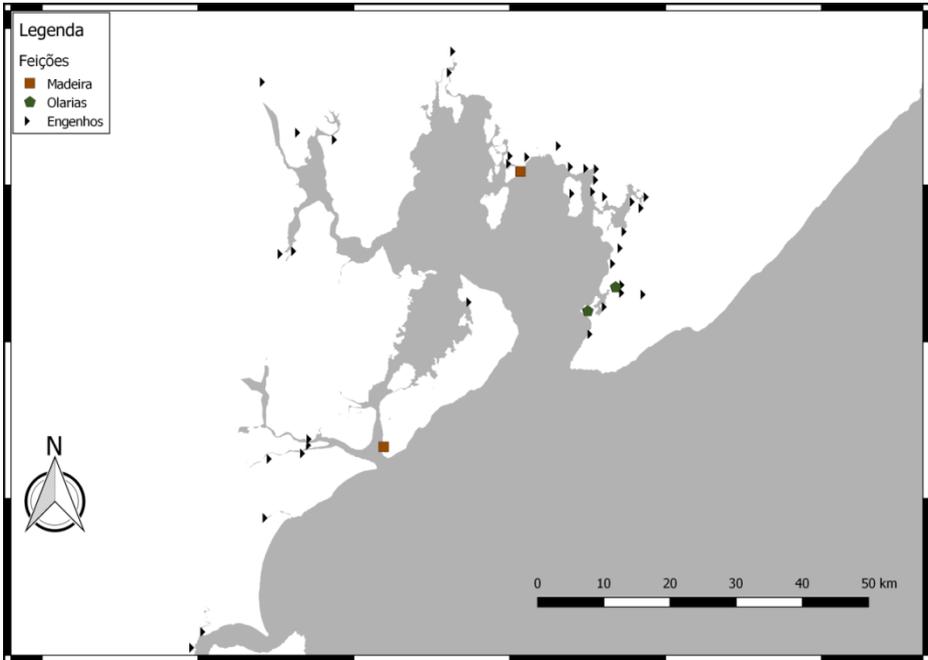


FIGURA 11 - ENGENHOS, MADEIRAS E OLARIAS NO RECÔNCAVO

Estes fragmentos nos informam sobre uma ativa circulação de cana, lenha e formas de barro entre os diversos pontos do recôncavo, ou seja, uma integração regional expressiva que ligava pontos relativamente distantes na Baía de Todos os Santos para o funcionamento da *plantation*. Até aqui falamos apenas dos insumos necessários para a produção do açúcar. Convém falar do sistema de abastecimento existente. As maiores concentrações de roças não ficam nas regiões prioritárias de produção de cana. Para tanto há uma explicação muito simples. O solo de massapé, perfeito para a cana, não é adequado para lavouras menores e é mesmo de difícil manejo.²²⁴ As roças estão dispersas no recôncavo, mas separadas dos principais núcleos consumidores (os engenhos e a cidade) também pela via marítima.

²²⁴ SCHWARTZ, *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*.

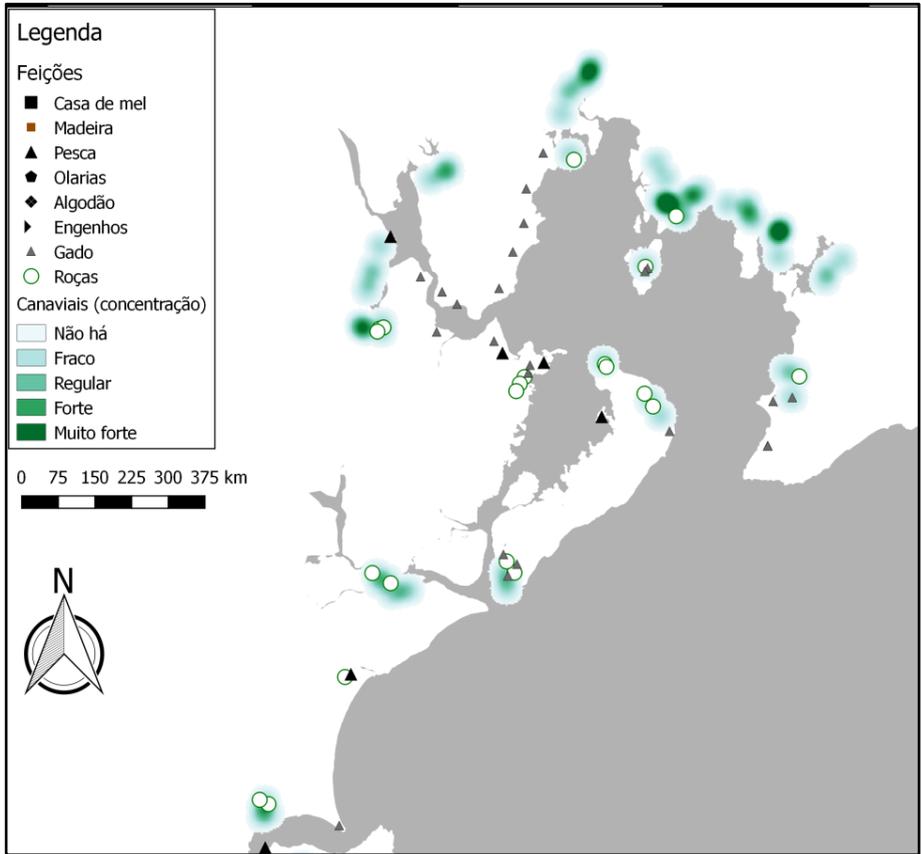


FIGURA 12 - ROÇAS DE MANTIMENTOS, PESCARIAS, CURRAIS DE GADO E CANAVIAIS NO RECÔNCAVO

A ilha de Itaparica se destaca na produção de alimentos, assim como a foz do Rio Paraguaçu. Jaguaripe tem seus próprios roçados e não se encaixa nesta explicação. Contudo, no que toca ao abastecimento de gado, há uma produção expressiva no entorno da cidade, ao norte imediato da mesma, na grande faixa entre o Engenho Sergipe e a foz do Paraguaçu, no interior do mesmo e na Ilha de Itaparica. Os principais centros consumidores destes animais eram os engenhos e a cidade e isso obrigava uma logística de transporte marítimo dos animais, não apenas para consumo da carne mas, especialmente, para fornecer parêlas de boi para força motriz das moendas dos engenhos que usavam esse recurso. Curiosamente, a maior parte dos

engenhos de boi estava no lado oposto dos currais, entre Paripe e Mataripe. A demanda por estes animais para a produção de açúcar era imensa. Além do uso como força motriz, eles também eram empregados no transporte terrestre, tanto para levar o açúcar para os portos como para levar a cana para a moenda. Schwartz estima que uma moenda de bois demandava sessenta animais, uma vez que era necessário o revezamento das bestas, sempre atuando em duas duplas.²²⁵

Além das roças e do gado, a pesca era outra atividade espacialmente localizada. Ainda que seja possível pescar em toda a baía, havia áreas preferenciais para isso, como o Rio de Pirajá. Nos dizeres de Gabriel Soares:

Este rio de Pirajá é mui farto de pescado e marisco, de que se mantém a cidade e fazendas da sua visinhança [sic], em o qual andam sempre sete ou oito barcos de pescar com redes, onde se toma muito peixe, e no inverno em tempo de tormenta pescam dentro n'elle os pescadores de jangadas dos moradores da cidade e os das fazendas duas leguas á roda , e sempre tem peixe de que se todos remedeiam. [GSS, 132].

Entenda-se a "roda" como uma circunferência que atingia a Cidade, o entorno imediato do Rio de Pirajá e o Paripe, totalizando oito engenhos. Também era forte a pescaria na parte oeste da Ilha de Itaparica, próximo da foz do Paraguaçu, onde núcleos de pescadores faziam seu trabalho. Há uma razão para viverem ali. Como a terra não era boa para cana, seu emprego na formação de povoados era facilitado. O próprio Gabriel Soares enfatiza a pobreza daqueles moradores.

Até aqui apresentamos diversos indícios de uma especialização produtiva dentro da baía de Todos os Santos. Essa informação não fica evidente na leitura de Gabriel Soares de Souza, este último, mais preocupado em enfatizar a capacidade econômica da Bahia, potencial ou existente. Observamos que as regiões não eram auto-suficientes e deveriam estar integradas para atender a demanda da *plantation*, tanto de insumos produtivos quanto de alimentos, assim como as necessidades constantes da cidade, que tinha sua produção de frutas, porcos e alimentos, mas não na quantidade necessária, ainda que isso exija maiores pesquisas. Se pensarmos apenas na posição de cada um dos entes geográficos (engenhos, capelas,

²²⁵ *Ibid.*, p. 109.

canaviais, etc) descritos por Gabriel Soares de Souza, o cenário formado é estático. Cada coisa está em seu lugar e podemos, no máximo, estabelecer a correlação entre elas, se há muitas igrejas próximas de engenhos, se os canaviais estão próximos daquelas fábricas, dentre outras possibilidades.

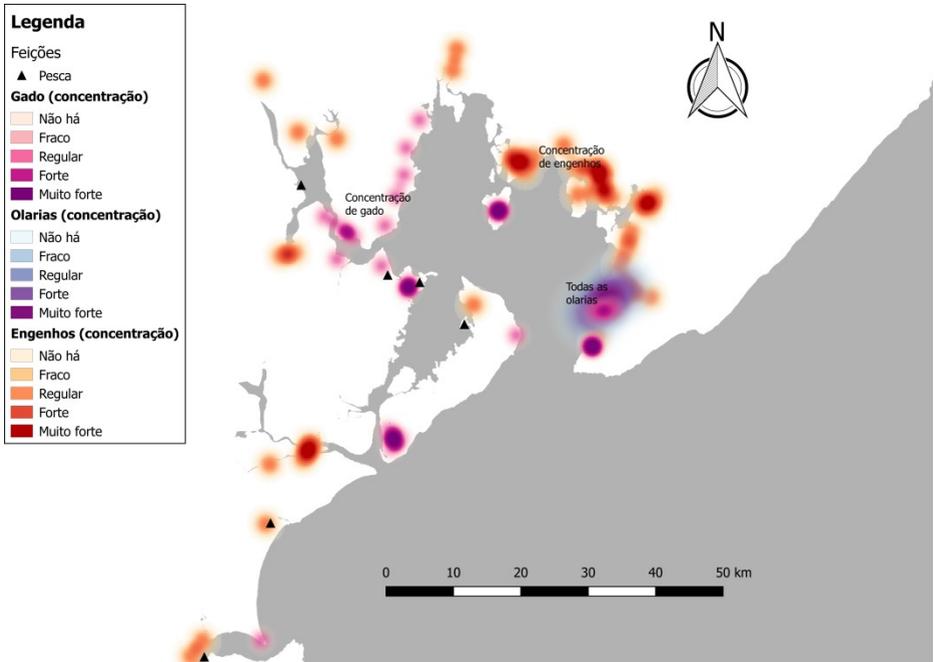


FIGURA 13 - INTEGRAÇÃO DE INSUMOS DENTRO DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DOS ENGENHOS

Contudo, quando pensamos nas demandas da urbe soteropolitana e dos engenhos, ou seja, na dinâmica dos contatos diários, uma retícula formada pela integração daqueles espaços se nos apresenta, um quadro que em boa medida lembra aquele indicado por Luiz Filipe Thomaz. Cenário semelhante foi observado por Sato & Carvalho, em outro capítulo desta edição que o leitor tem diante de si.²²⁶

²²⁶ CARVALHO, Carlos; SATO. Geoprocessando as relações sociais na cidade da Bahia - século XVI.

A interiorização é mínima, quase inexistente, e toda a ocupação se dá colada aos caminhos marítimos dentro da baía de Todos os Santos. A economia do açúcar depende tanto do movimento dos navios na baía, levando lenha, formas de barro, parelhas de boi e alimentos, quanto da terra necessária para o crescimento das canas. Não deixa de ser curioso observar que a produção do açúcar era o que levava Thomaz a pensar na interiorização do Brasil como contraponto ao Estado do Índia. No figura 13, podemos observar três variáveis importantes para o funcionamento dos engenhos: gado, pescarias e olarias. Os primeiros dois voltados para o abastecimento sendo o gado também destinado para a produção do açúcar, junto com as formas de barro. A imagem foca na concentração desses produtos e apresenta um cenário onde, claramente, algumas regiões dependem das outras e a baía se torna o caminho por excelência.

❖ Conclusão

O cenário resultante do georreferenciamento da narrativa de Gabriel Soares de Souza permitiu observar elementos que não estavam apresentados de forma direta na pena do autor, montando um conjunto de informações articuladas que permitiu um diálogo produtivo com certa historiografia. O autor quinhentista insiste em apresentar as potencialidades da Bahia, entre já aproveitadas e aproveitáveis. Gabriel Soares apresenta os lugares de diversas atividades produtivas, dando ênfase para os engenhos, mas também para pescarias, olarias, currais e outras tantas, demonstrando a complexidade do mundo da produção do açúcar. O georreferenciamento permitiu associar este universo com o espaço e buscar relações entre as duas coisas, apontando que para a produção do açúcar era necessária um movimento constante na baía de Todos os Santos, algo que não fica claro na leitura daquele original. O movimento e a retícula social como fatores de integração regional são as principais conclusões deste trabalho, juntamente com a apresentação da metodologia de geoprocessamento.

❖ Bibliografia

AZEVEDO, Gabriela Soares de. Leituras, notas, impressões e revelações do Tratado Descritivo do Brasil em 1587 de Gabriel Soares de Sousa. Dissertação de mestrado, UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

- BOXER, C. R. The Portuguese seaborne empire 1415-1825. Manchester: Carcanet in association with the Calouste Gulbenkian Foundation, 1991.
- GIL, Tiago Luís; BARLETA, Leonardo. Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa. *Revista de História*, n. 173, p. 427–455, 2015.
- GREGORY, I.N.; ELL, P.S. Historical GIS: Technologies, Methodologies, and Scholarship. [s.l.]: Cambridge University Press, 2007. (Cambridge Studies in Historical Geography). Disponível em: <http://books.google.fr/books?id=I_HhhJF5Un4C>.
- JESUS, Rosenaide Santos; PROST, Catherine. Importância da atividade artesanal de mariscagem para as populações nos municípios de Madre de Deus e Saubara, Bahia. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, n. 30, p. 123–137, 2011.
- PINHO, Wanderley. História de um engenho do recôncavo: Matoim - Novo Caboto - Freguezia (1552-1944). Rio de Janeiro: Zélio Valverde S.A., 1946.
- POMPA, Cristina. Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2003.
- RICUPERO, Rodrigo. A formação da elite colonial. Brasil c.1530 - c.1630. São Paulo: Alameda, 2009.
- RICUPERO, Rodrigo. Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI. In: FERLINI, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello e. Inferno atlântico. Demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- THOMAZ, Luiz Felipe. De Ceuta a Timor. Lisboa: DIFEL, 1994.

Precisión y exactitud en los Sistemas de Información Geográfica (SIG) en las investigaciones históricas

Carlos Eduardo Valencia Villa

❖ Introducción: Los términos del problema²²⁷

La expectativa en los resultados que pueden ser alcanzados en la historia con el uso de Sistemas de Información Geográfica (SIG) es bastante grande. De hecho, todos podemos imaginar cuantos problemas podríamos resolver a través del uso de las técnicas de geo-referencia y geo-procesamiento. Por ejemplo, si sabemos la distribución espacial de la producción agraria de una zona específica podríamos entender mejor los ciclos de auge y caída de los volúmenes extraídos de esa área. O, otro ejemplo, si conocemos los puntos de origen de una migración de habitantes podríamos entender mejor los patrones demográficos resultantes en las áreas de llegada.

Sin embargo, para lograr esos resultados tan anhelados el camino del método tiene que ser cuidadoso y detallado, de lo contrario, las frustraciones pueden ser del tamaño de las expectativas. Esos detalles de método deberían ganar cada vez más espacio, tanto en el cuerpo de los textos que presentan los resultados cuanto en los escritos específicos sobre metodología. Ellos, los detalles, no pueden ser registrados únicamente como notas de pie de página o como pequeñas advertencias enunciadas antes de exponer los descubrimientos de la investigación.

El tipo de hallazgos al que llegan las investigaciones son (como la teoría repite desde hace décadas) consecuencia directa de los detalles de método. La elección que los investigadores toman definen lo que ellos encuentran, de aquí la importancia de discutir y revelar cómo se efectuó cada paso.

En el caso del uso de los SIG esta situación es aun más apremiante, pues todos los investigadores, obligatoria y necesariamente, realizan elecciones

²²⁷ Una versión preliminar de este texto fue presentada en las VI Jornadas Internacionales de Historia Económica de la AUDHE en Montevideo, Diciembre 2015.

metodológicas explícitas para resolver las cuestiones en que trabajan. No es posible omitir u olvidar un detalle de método. A diferencia de otras técnicas en las que es posible equivocarse por la negligencia de no realizar un paso o por el descuido en el tratamiento de un ámbito específico del método usado, en el uso de los SIG si el investigador no efectúa cada tarea el proceso no avanza y no se llega a ningún resultado. Tan sencillo como eso: se escoge una forma de resolver el problema o no se avanza.

El camino que va de la elección de la fuente a la forma de divulgar los resultados está lleno de decisiones, todas ellas tomadas conscientemente y ninguna podría haber sido omitida. Este texto pretende mostrar uno de los caminos que puede ser recorrido llamando la atención en uno de los problemas centrales en el uso de los SIG por historiadores económicos: la cuestión de la precisión.

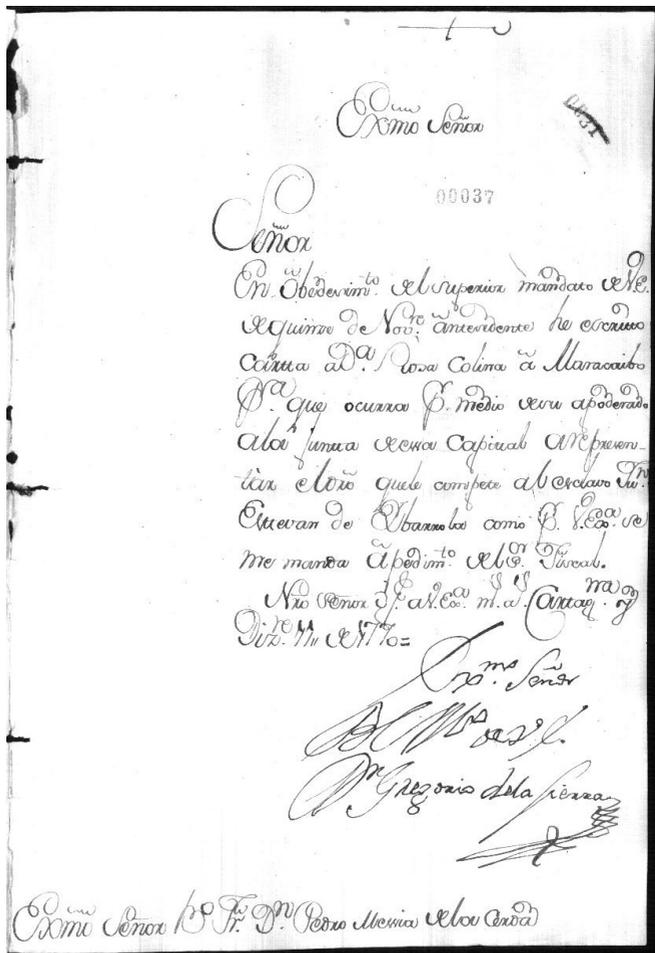
Explicemos un poco ese asunto: El uso de los SIG significa que los registros de las bases de datos tienen que tener asignados una referencia espacial explícita. Será esa referencia la que permitirá localizar cada registro en el espacio y, después, llevar a cabo todos los procedimientos y cálculos que el investigador desee o necesite. Si esa referencia no es colocada, la base de datos no será de geo-referencia y, por lo tanto, los procedimientos realizados con ella serán los convencionales de la investigación histórica.

Por eso, asignar la referencia espacial a los registros es fundamental. Sin embargo, las fuentes para la historia, sea económica, política, cultural, o, de forma más amplia: social, por lo general no informan con toda claridad el lugar en el que el acontecimiento ocurrió. Por ejemplo, la ilustración 1 muestra un típico documento en un proceso por la propiedad de un esclavo. En él, se le pide a Doña Rosa Colina, que se encuentra en Maracaibo, que a través de un apoderado se presente para demostrar el derecho que manifiesta tener sobre el esclavo Francisco Esteban de Albarroba, que se encuentra en Cartagena de Indias. El apoderado debe comparecer en Santafé y el documento fue producido en Cartagena el 11 de diciembre de 1777 pero se encuentra en el archivo de la Audiencia de Panamá.

En ese documento aparecen dos referencias espaciales para localizar los agentes: Maracaibo y Cartagena. A ellas se les podría agregar Santafé, por ser el lugar al que se debe comparecer y Panamá por ser el fondo documental en el que se encuentra la fuente. Sin embargo, esas referencias son bastante

generales, pues no necesariamente podemos asumir que Francisco Esteban de Albarroba estaba en la ciudad y no en la provincia de Cartagena y lo mismo vale decir para Doña Rosa Colina en el caso de Maracaibo.

**ILUSTRACIÓN 1:
INFORMACIÓN ESPACIAL
EN FUENTES TEXTUALES:
DERECHO DE PROPIEDAD
SOBRE ESCLAVA EN
MARACAIBO, 1770**



Fuente: AGN
(Colombia),
Colonia, Negros y
Esclavos, Panamá.
Legajo 4, SC43,
folio 37-38. 1770.
ROSA COLINA,
vecina de Maracaibo, su derecho a un esclavo que residía en Cartagena.

Disponible en:

<http://negrosyesclavos.archivogeneral.gov.co/portal/apps/php/catalogo.kwe>

Acceso: 01/10/2015

Por lo general, las fuentes judiciales, como la anterior, vienen con ese tipo de información espacial: grandes áreas y referencias generales, aunque también tiene que ser dicho que existen notables excepciones.

SCHEDULE I.—Free Inhabitants in the City of Richmond in the County of Henrico of Virginia enumerated by me, on the 25th day of August 1850. Geo. Walker Ass't Master

| No. | Name | Sex | Color | Age | | Profession, Occupation, or Trade | Place or Birth | Married | | | Males and females, white, black, Indian, or mixed |
|-----|----------------|-----|-------|----------|---------|----------------------------------|----------------|---------|--------|-------|---|
| | | | | Under 18 | Over 18 | | | Male | Female | Total | |
| 1 | Free | | | 4 | 5 | | Virginia | | | | |
| 19 | Thomas Brandon | 20 | W | | | Labour | | | | | |
| | Thomas Ann " | 20 | F | | | | | | | | |
| | Bonaly " | 5 | W | | | | | | | | |
| | Charles " | 2 | W | | | | | | | | |
| | Wm Cole | 13 | F | | | | | | | | |
| 11 | John Lewis | 41 | W | | | Ship Master | Virginia | | | | |
| | Charles Ann " | 21 | F | | | | | | | | |
| 12 | Thos J. Hughes | 58 | W | | | Ship Master | | | | | |
| | Wm Ann " | 28 | F | | | | | | | | |
| | Wm Ann " | 2 | W | | | | | | | | |
| | Wm Ann " | 1 | W | | | | | | | | |
| 13 | Wm H. Hill | 36 | W | | | Ship Master | Virginia | | | | |
| | John C. " | 28 | F | | | | | | | | |
| | Ann C. " | 11 | F | | | | | | | | |
| | John Ann " | 9 | F | | | | | | | | |
| | Richard C. " | 4 | F | | | | | | | | |
| | Wm Ann " | 16 | W | | | | | | | | |
| | John Ann " | 42 | F | | | | | | | | |
| | Ann Ann " | 31 | F | | | | | | | | |
| | Wm Ann " | 20 | W | | | Ship Master | | | | | |
| | Thos Ann " | 18 | W | | | | | | | | |
| 14 | Wm Ann " | 65 | W | | | Seaman | | | | | |
| | Wm Ann " | 38 | F | | | | | | | | |
| | John Ann " | 17 | F | | | | | | | | |
| | Wm Ann " | 18 | F | | | | | | | | |
| | John Ann " | 13 | F | | | | | | | | |
| | John Ann " | 12 | W | | | | | | | | |
| | Thos Ann " | 9 | W | | | | | | | | |
| | John Ann " | 5 | F | | | | | | | | |
| 15 | Wm Ann " | 30 | W | | | Butcher | Germany | | | | |
| | Wm Ann " | 20 | F | | | | Virginia | | | | |
| | Wm Ann " | 1 | F | | | | | | | | |
| | Wm Ann " | 10 | W | | | | | | | | |
| 16 | Wm Ann " | 60 | W | | | Labour | | | | | |
| | Wm Ann " | 53 | F | | | | | | | | |
| | John Ann " | 36 | F | | | | | | | | |
| | Wm Ann " | 34 | W | | | Labour | | | | | |
| | Wm Ann " | 28 | F | | | | | | | | |
| | John Ann " | 11 | W | | | | | | | | |
| 17 | Wm Ann " | 32 | W | | | Seaman | | | | | |
| | John Ann " | 28 | F | | | | | | | | |

ILUSTRACIÓN 2: INFORMACIÓN ESPACIAL EN FUENTES SERIALES: IMPUESTOS SOBRE PATRIMONIO PERSONAL EN RICHMOND, 1850 Fuente: Census. Richmond, 1850. HeritageQuestOnline. Pag 2

Otro tipo de fuentes, más cercanas a los historiadores que trabajan con métodos cuantitativos, son las que poseen información que permite la construcción de series. Por ejemplo, escrituras de notaría, listas de recaudo de impuestos, registros eclesiásticos de bautismo, matrimonio y defunción. La ilustración 2 presenta uno de esos casos: el censo efectuado en Richmond, Virginia, en 1850. Aquí aparece el número de la casa y el número de la familia en la secuencia en que se realizó el conteo. Los nombres de todos los miembros es enunciado, con su edad, sexo y color. Después, aparece su ocupación, el valor de sus propiedades personales no inmobiliarias, el lugar de nacimiento, el año en que se casó, cuándo frecuentó la escuela, si sabe, o no, leer y escribir y si puede ser clasificado como idiota, retrasado o presidiario. Es decir, informa bastantes detalles de los individuos, sus familias y sus vecinos. Por ejemplo, el mulato William Deverex de 45 años era casado con Mary Deverex, también mulata de 30 años. Por las edades y apellidos es posible suponer que tenían 6 hijos, 4 mujeres y 2 hombres con edades comprendidas entre los 5 y 17 años. No dividen su residencia con personas de otras familias. Su casa fue contada como la número 14 del censo.

No obstante, no es claro exactamente dónde se localizaba esa casa. Pero, también sabemos que existe una alta posibilidad que fuese vecina de las casas que ocupaban las familias Styll y Bukhart que tenían los número 13 y 15 respectivamente. El asunto es que no necesariamente el empadronador fue a cada casa de forma contigua, pues, podría cruzar la calle de un lado para otro o, lo que fue relativamente común, no conseguir entrevistar una familia y tener que regresar a ella unos días después sin que por eso pueda alterar la secuencia numérica que iba construyendo.

De esa forma, incluso en una fuente tan cuidadosa y tan tardía como esta, el investigador tendría que decidir si asume o no que la vecindad en la hoja de papel del censo puede ser extrapolada para la vecindad en la pantalla del programa de geo-referenciamiento. En general, es esa la misma situación para las fuentes seriales, pues ellas vienen con un arreglo espacial en el papel y se debe decidir si ese arreglo se transfiere para la base de datos geo-referenciada.

Unas fuentes que permiten conocer aun más detalles de la localización son las cartográficas, pues en estas se deja constancia del lugar en el que se registra la información. Por ejemplo, la ilustración 3 presenta el mapa de Campos dos Goytacazes, provincia de Río de Janeiro, construido por Couto

Réis en 1785. En el recuadro menor se presenta el mapa completo y en el recuadro mayor el detalle del área a los alrededores de la Villa de São Salvador.



ILUSTRACIÓN 3: INFORMACIÓN ESPACIAL EN FUENTES CARTOGRÁFICAS:

HACENDADOS EN CAMPOS, 1785⁴

Fuente: Manoel Martins do Couto Réis. 1785. Imagen digital del mapa original disponible en el Archivo Municipal de Campos dos Goytacazes

Debe recordarse que estos mapas no siguen las convenciones modernas y por eso no está orientado para el norte. En este caso la parte superior indica el Oeste. Así, en el sentido Este, la primera gran propiedad al salir de la villa era la de Antonio R. Abreu, luego estaba la del Capitán João Barroso, después la de Alexandre José Antonio Mendes y así, la carta continúa informando de propietarios. Esta fuente es bastante detallada y cuidadosa. Pero, incluso así, el investigador tendrá que decidir como asignarle localización a cada propiedad, pues, por ejemplo no sabemos las formas que cada unidad de propiedad tenía, esto es ¿eran cuadrangulares, ortogonales, triangulares? ¿Hasta dónde van los límites de cada propiedad? Por ejemplo, ¿Alexandré José Antonio Mendes era vecino por el Sur de Antonio Durán? ¿El río delimita estas dos propiedades?

Tal vez el único caso en que se pueda pensar que las fuentes informan con precisión la localización de un elemento sean aquellas en las que el elemento está aun presente en el espacio. Por ejemplo, Grava en su texto en este mismo libro estudia la ubicación de los molinos de viento en la isla de Malta. Para ello cuenta con la información de la primera década del siglo XIX, pero, también, los molinos, o sus vestigios, aun están en el paisaje (figura 8 de ese capítulo) y es posible tomar su referencia espacial con toda exactitud. Esto indicaría que no existirían problemas en asignar una coordenada al elemento ya que la fuente es la observación directa del objeto.

Sin embargo, no es este el caso, como el mismo Grava explica, su hipótesis es que existe una racionalidad en la localización de los molinos que proviene de la densidad poblacional, esto es, que en áreas de mayor densidad de habitantes se ubicaban los molinos. Por lo tanto, lo que el autor busca es relacionar las figuras 1 y 2 de su texto. Como el lector podrá ver en ese capítulo, de nuevo, la localización de los molinos y, sobre todo, de las densidades poblacionales tiene un margen de precisión. Los molinos, por las fechas de construcción, la población, por el tipo de fuentes que ya hemos comentado, en especial, porque se usan mapas como fuentes, tal y como el caso que ya comentamos de Couto Reis en el siglo XVIII en Brasil.

Así, esperamos que esté claro que el investigador debe tomar decisiones sobre como localizar en el espacio la información que ofrecen las fuentes. Es esa la cuestión que pretendemos discutir en las siguientes páginas.

❖ El tránsito de la fuente para el software

Los cuatro ejemplos anteriores pretenden mostrar cuatro casos que podemos considerar típicos en las fuentes, desde información general que tienen los textos, los datos detallados en las seriales, los específicos que tienen las cartográficas y los definidos que tiene la observación directa del paisaje. En todos estos casos, el investigador tendrá que tomar la decisión de cómo georeferenciar cada dato, pues no es evidente el lugar y momento exacto en que ocurrieron los registros.

La razón por la que es obligatorio decidir dónde se debe localizar un registro proviene, principalmente, del aspecto técnico que los SIG exigen. Esto es, que si bien los debates epistemológicos o teóricos pueden ser pertinentes para comprender el problema del espacio y de los lugares exactos en los que los acontecimientos ocurren, no es necesario llegar hasta esos detalles para entender porque la decisión de localización es necesaria. La situación es que los softwares que localizan y procesan los datos de los SIG precisan conocer con exactitud la referencia espacial, sin esa exactitud no es posible ni cargar los datos en los programas y mucho menos procesarlos.

De esa manera, todos los interesados en discutir que significa espacio, localización y exactitud tienen en sus manos un debate pertinente. Ahora bien, lo que los investigadores que trabajan con SIG tienen en sus manos es una cuestión más simple desde el punto de vista teórico, pero mucho más difícil desde el punto de vista práctico: ¿Que referencia espacial se le asigna a un registro?

En el caso de los cuatro ejemplos anteriores las preguntas específicas son: ¿Que coordenadas se le asigna a Albarroba, el esclavo en Cartagena? ¿Que punto ocupa la casa de los Deverex en Richmond? ¿Quiénes son los vecinos de Mendes en Campos? ¿Cuál es el lugar de mayor densidad poblacional en Malta en el siglo XVIII?

La ilustración 4 ofrece el ejemplo más sencillo para ver el problema. Supongamos que queremos darle una referencia espacial a la Casa de la Moneda de Potosí, ícono de la historia colonial de las Américas. El mapa de la derecha fue construido por Miguel Gaspar de Berrío en 1758. Él hizo una lista numerada de los lugares más relevantes y en ella señala a la Casa de Moneda con el número 30. El edificio aun existe y se puede encontrar en Google Earth.

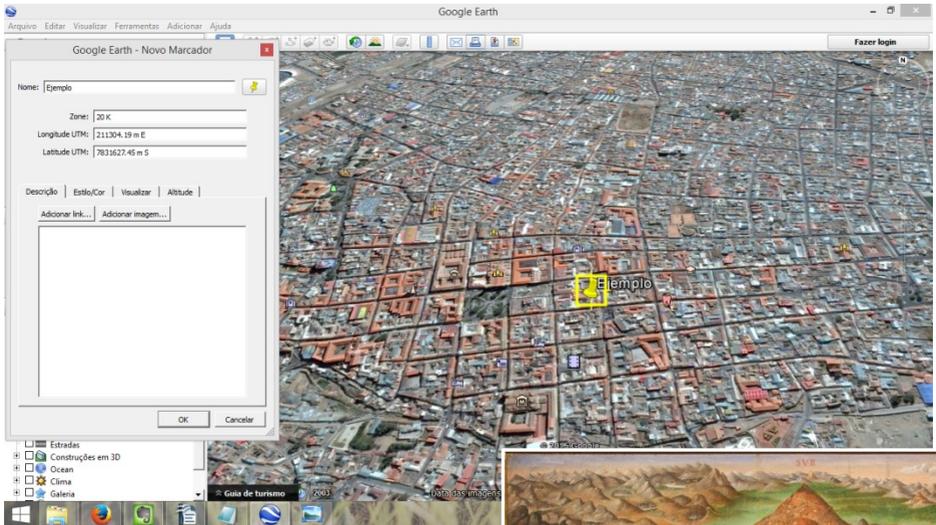


ILUSTRACIÓN 4: FORMATO DE ENTRADA DE DATOS EN SOFTWARE DE GEO-REFERENCIA: CASA DE LA MONEDA DE POTOSÍ, 1758

Fuente: Gaspar Miguel de Berrio. Descripción del Cerro Rico e Imperial Villa de Potosí, 1758. Óleo sobre lienzo. 182 x 262 cm. (71 3/5 x 103 pulgadas).



Museo Colonial Charcas, Universidad San Francisco Xavier de Chuquisaca, Sucre. Disponible en:

http://certificacion.artnexus.net/Notice_View.aspx?DocumentID=22805&lan=es&x=1 Acceso 01/10/2015

Pero ¿Exactamente dónde localizar el edificio? ¿Es tan fácil como hacer corresponder las cuatro esquinas del predio actual con las cuatro de ícono que aparece en el mapa de Gaspar Miguel de Berrio? Y ¿Qué hacer con la reforma del edificio que fue inaugurada en 1773, quince años después del mapa? ¿Que sucedió con la pequeña plaza que aparece en el mapa histórico pero que no parece estar hoy?

¿El punto para georeferenciarla debe ser más al norte o más al sur? ¿Un punto por edificio basta? ¿Cuántos puntos es necesario localizar sólo para darle referencia a un edificio? ¿Qué se puede hacer con la perspectiva de profundidad que Gaspar Miguel Berrio le dio al mapa y que modifican las distancias euclidianas entre los puntos? En cuanto se resuelven estas cuestiones, la ventana pidiendo las referencias continua titilando a la espera de la decisión del investigador.

En los manuales tampoco aparecen las formas de resolver este problema. Por ejemplo, en [“A Geographic Information Systems \(GIS\) Training Manual for Historians and Historical Social Scientists”](#) Jack Owens y sus colegas nos explican (Owens et al. 2014, 109–110), con cuidado, cómo se deben tomar las coordenadas y por que el uso de Google (Maps o Earth) es conveniente para los historiadores, pero no abordan la cuestión de cuál coordenada exactamente tomar.

Lo mismo sucede con el manual que los colegas del grupo Hímaco construyeron

(http://www2.unifesp.br/himaco/pdf/Tutorial_Himaco_Preto.pdf). Allí, también se opta por tomar las coordenadas de puntos de Google (Rocha et al. 2012, 28–29) pero, de nuevo, ¿Cuál punto exacto se debe escoger? Si consultamos el manual de Ian Gregory (<http://hds.essex.ac.uk/g2gp/gis/sect34.asp>) la situación no se modifica: él nos explica, tal y como Owens & cía. y Ferla & cía, lo hicieron, que debemos tener cuidado con el sistema de proyección y que se pueden usar algunas edificaciones antiguas para ayudar a localizar los puntos. Pero, cuáles coordenadas asignarle al registro no queda claro (Gregory 2002).

❖ La ruta por la vía de la omisión

En algunos casos, el problema puede ser omitido, en términos relativos. Por ejemplo, para un tipo de asuntos la información de la fuente es posible agregarla en unidades que son definidas geográficamente. Esa es la situación de la Ilustración 5. En ella aparecen resaltados los condados de Texas en que los que predominaban hogares con una cantidad de esclavos que variaba entre 5 y 9 individuos en 1837.

Así, la unidad geográfica pasa a ser la que contiene la información y, por lo tanto, en principio no hay problema de geo-referenciar cada registro del banco de datos. Es suficiente con asociar los registros a una unidad geográfica, en este ejemplo los condados, y después agregar la información de todos. En el momento de representar es suficiente con usar las unidades predefinidas. Lo mismo ocurre con el geo-procesamiento que utilizaría la información clasificada por los conjuntos pre-establecidos.

En el caso de Texas en el ejemplo, existían tres condados en los que predominaban las familias con un número de esclavos entre 5 y 9. Cuando se observa la animación total, lo que se puede apreciar es que la cantidad de esclavos aumentaba cuando los condados quedaban más lejos del litoral en el sentido norte y que el número de cautivos disminuía a medida que se aproximaba de la frontera con México.

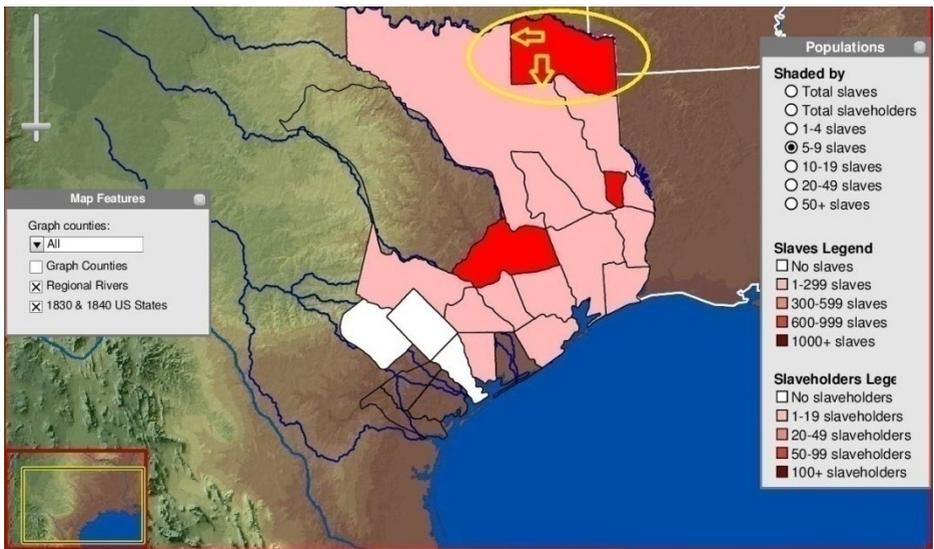


ILUSTRACIÓN 5: PRESENTACIÓN DE DATOS GEO-REFERENCIADOS:

UNIDADES DOMÉSTICAS CON ESCLAVOS EN TEXAS, 1837²

Fuente: <http://www.viseyes.org/show/?base=tsp>; Acceso 03/10/2015

Esa interpretación es legítima. Sin embargo, es problemática. Algunos trabajos han mostrado (Manning 2009) que si las unidades geográficas de análisis son predefinidas ellas pueden producir un sesgo en los resultados encontrados. En ese caso, por ejemplo, la región de triple frontera entre Texas, Louisiana y Arkansas, en el área del Red River, parece contener la mayor concentración de esclavos. No obstante, esa prevalencia podría ser consecuencia de la existencia de unidades que podrían estar localizadas en áreas al interior del Estado que fuesen limítrofes con otros condados al interior de Texas, lo que cambiaría el arreglo espacial que presenta el mapa.

En consecuencia, resolver el problema a través del uso de unidades pre-establecidas no necesariamente es la mejor opción. Aunque, claro, dependiendo de la disponibilidad de los datos y de los ámbitos y alcances que la investigación se propone, podría ser una alternativa válida. No obstante, sin duda es mejor poder conseguir que los datos se agreguen según su distribución espacial propia y no por unidades predefinidas.

Es para ese objetivo que la mayoría de las investigaciones en historia que usan SIG avanzan y, es por eso, que se encuentran con el problema de dónde, exactamente, ubicar los registros que han encontrado. Este es el caso de la investigación de Claudia Damasceno (2011) sobre la malla urbana de Minas Gerais en el siglo XVIII.

Una de las hipótesis propuesta por Damasceno es que la ocupación del valle del Río São Francisco por agricultores ocurrió de forma simultánea al poblamiento de la región central de Minas Gerais, que estaba siendo ocupada por mineros y productores agrarios. Esta simultaneidad llevó a que las dos regiones intercambiaran mercancías, incluyendo oro, y que existieran flujos migratorios entre ellas. A pesar de ese vínculo, la hipótesis de la autora, es que las dos regiones presentan tipos de ocupación bastante distintos (Damasceno 2011, 73).

Para verificar la hipótesis el libro afirma que: *“a reconstrução de um mapa da segunda metade do século XVIII (Figura 1.6) demonstra que o povoamento disperso predomina no sertão do São Francisco”* (Damasceno 2011, 73). Este es el mapa que reproducimos en la Ilustración 6. Según la cita de Damasceno, esta imagen fue construida a partir del *Mappa Topográfico e Hidrográfico da Capitania de Minas Geraes* que se encuentra en la Biblioteca Nacional en Río de Janeiro. Al parecer, se desconoce su autor.

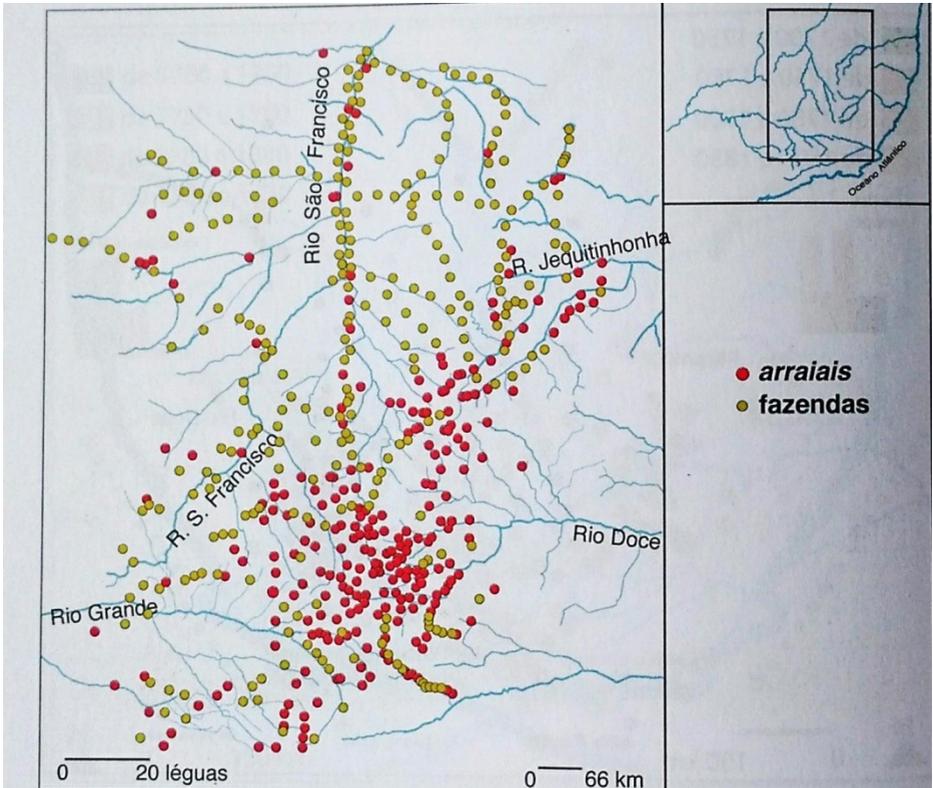


ILUSTRACIÓN 6: IMAGEN DE EXACTITUD:

ALDEAS Y HACIENDAS DE MINAS GERAIS, FINAL DEL SIGLO XVIII²

Fuente: Damasceno, 2011. Figura 1.6 pág. 242. Título original: Distribuição dos arraiais e fazendas no final do século XVIII.

En el argumento, el mapa cumple la función de demostrar la hipótesis. No es este el lugar para discutir si, efectivamente, los tipos de ocupación en las dos regiones eran diferentes y si existían los flujos afirmados. Queremos llamar la atención para la ubicación de las unidades de producción agropecuaria (*fazendas*) y aldeas (*arraiais*). La imagen permite constatar una exactitud en la ubicación de los elementos que nos deja perplejos y nos surgen varias preguntas: ¿Cómo se consiguió localizar las unidades agropecuarias en la parte occidental del río Grande? ¿De hecho existía una

distribución uniforme, como el mapa sugiere, en la localización de las unidades en la región norte del Río São Francisco que aparece en la figura? ¿Cómo se estableció el arco de unidades agropecuarias (con 3 aldeas en la mitad del arco) que se localiza en el occidente del mapa? ¿Cómo se supo que existía una línea casi completamente horizontal en el norte del Río São Francisco en su margen oriental? Por último, ¿Cada punto está localizado en el centro de las unidades? O ¿La escala hace irrelevante la ubicación del punto dentro de la unidad ya que el abarcaría más o menos todo el espacio de la unidad?

Estas preguntas pueden parecer en extremo quisquillosas e irrelevantes. Pero deben ser formuladas, pues dependiendo de las decisiones que Damasceno tomó para responderlas es que fue posible construir el mapa. En consecuencia, la figura es producto de elecciones metodológicas y de las fuentes. Por extensión, la demostración de la hipótesis es derivada de esas elecciones. ¿Si ellas -las elecciones- fuesen diferentes, el arreglo espacial de los elementos sería distinto? ¿Cuánto puede modificarse la distribución, sin alterar la evidencia ofrecida para demostrar la hipótesis?

Todas estas respuestas deberían aparecer explícitamente en el libro para que podamos aprender cómo resolver nuestros problemas de geo-referencia para nuestras fuentes. Si ese diálogo no se abre, parecerá que las respuestas son fáciles o poco relevantes, pero, sobre todo, nos vemos obligados a cada uno hallar, repetidamente, lo que otros ya hallaron antes.

El afán de exactitud que sugiere la figura de Claudia Damasceno, que reproducimos en la Ilustración 6 ha sido extrapolado a situaciones aun más complejas sin tener mucho cuidado con los problemas metodológicos. Esa extrapolación puede ser dividida en dos conjuntos: cuando se trata de geo-referenciar mapas históricos (o imágenes en general) y cuándo se trata de geo-referenciar los datos de las fuentes. El primero de esos dos conjuntos es representado por el ejemplo que aparece en la Ilustración 7.



ILUSTRACIÓN 7: EXACTITUD EXPLÍCITA Y ERRADA PARA LAS CARTAS:

PANAMÁ Y EL CERRO DEL ANCÓN, 1764²

Fuente:

[http://www.bibliotecanacional.gov.co/sites/default/files/u8172/cerro%20de%20Anc on.jpg](http://www.bibliotecanacional.gov.co/sites/default/files/u8172/cerro%20de%20Anc%20on.jpg) Mapa original Manuel Hernández, 1764. Panamá y el cerro del Ancón. Archivo General de La Nación (Colombia) Mapoteca, SMP.6, REF. 102 . Disponible en: <http://www.bibliotecanacional.gov.co/ultimo2/tools/marco.php?idcategoria=43465> Acceso 03/10/2015

Esta imagen fue construida por el equipo de la Biblioteca Nacional de Colombia y está disponible en Internet. Fueron varios los mapas que sufrieron el tratamiento que aparece en la Ilustración 7 y aquí sólo tomamos el caso de Panamá y el cerro de Ancón de 1764 diseñado originalmente por Manuel Hernández. Como se puede ver, el mapa fue encajado en la imagen

actual que ofrece Google Earth. La herramienta de encaje se encuentra en ese programa.

La operación consiste en modificar la rotación de la imagen histórica para hacerla coincidir con la actual, luego modificar las distancias entre los puntos sobre la carta y, finalmente, distorsionar la altura y profundidad para hacerla coincidir con el cerro. Todo el proceso se realiza de forma intuitiva, acertando puntos según la observación del investigador. Si se quiere, es posible marcar la opción de representación de los edificios en 3D que están en el Google Earth, lo que permite que esos predios (actuales o antiguos) se superpongan a la imagen histórica. La imagen generada es todo un desafío para un historiador, pues parece la representación visual del famoso mantra de los estudiantes de historia: el anacronismo es el peor pecado del historiador.

Como es claro, el mapa de 1764 fue construido con las técnicas de su época, bastante diferentes a las nuestras. Esto lleva a que las distancias entre los objetos representados en el mapa colonial sean diferentes a las distancias que calculamos hoy. Como la figura en este caso se representa en los ejes X, Y y Z, esto significa que para hacer coincidir los puntos del siglo XVIII con los del XXI es necesario un cálculo conocido actualmente como rectificación que es explicado en los manuales (Woodberry et al. 2010; Figueiredo 2008).

Ese computo es básicamente un ajuste de la imagen del pasado a la actual. Para que sea claro, podemos comparar este proceso al cálculo de una recta de tendencia en el que los puntos de la serie observada se usan para establecer cuál sería la mejor línea que los representa. Con frecuencia esa operación se efectúa por mínimos cuadrados. En el caso de la rectificación de los mapas el ajuste no puede ser para una línea, en general, es para una superficie (X, Y) y, en el caso del ejemplo de la Ilustración 7 es para un volumen (X, Y, Z). Por esta razón, el cálculo se realiza no por funciones lineales (como en mínimos cuadrados de las tendencias históricas) y sí por operaciones con polinomios que pueden variar su orden (la mayor potencia de todos los monomios) o por funciones exponenciales o logarítmicas (Carlos E. Valencia 2013; Carlos E. Valencia 2011).

Al igual que en las funciones lineales, entre más puntos (en este caso llamados de control) mejor será el ajuste de la imagen. Sin embargo, ese ajuste significa distorsiones al interior de la superficie o volumen. Estas distorsiones generan un conjunto (matricial) de cocientes de residuos que

informan cuánta es la distancia que existe entre los puntos de control y los puntos observados en la actualidad.

Ninguno de estos pasos es informado para el mapa de Panamá y el cerro de Ancón de 1764 de la ilustración 7. De esa forma, no tenemos la menor idea si un punto sobre el mapa está a tantos metros más al norte, al sur, al occidente o al oriente del punto que corresponde en la actualidad. La técnica desarrollada por el equipo de la Biblioteca Nacional de Colombia (pero también usada por muchos más) es tan precaria que es posible que las calles terminen sobreponiéndose unas a las otras, que las edificaciones que quedaban en una manzana pasen a quedar en otras y, en caso de las ciudades puerto como Panamá, barrios enteros de residencia terminen siendo localizados dentro del mar.

Para épocas distantes la situación es aun más difícil, pues las ciudades ocupaban espacios relativamente pequeños vulnerables a los grandes ajustes de rectificación. Por ejemplo, la distancia máxima al interior del núcleo urbano en el eje norte – sur en la recta (meridional) que pasa sobre la catedral en Panamá es, según las técnicas actuales, de aproximadamente de 400 metros. Esto significa que residuos de 40 metros en el proceso de rectificación son muy altos, si son comparados con el área total. Más aun, la probabilidad de que ese proceso de rectificación (por volumen y no por superficie) acumuló errores mayores a 40 metros es bastante grande e, incluso, es posible que sean del orden de 100 o 200 metros. Lo que significa que la localización puede estar completamente equivocada y con eso la función de los mapas en las explicaciones de los problemas no se cumpla. En el caso del ejemplo, como ya se comentó, no se informa cuál fue el conjunto de residuos y no es posible saber que tan pertinente es la imagen.

Este caso de geo-referenciamiento de mapas históricos lo enunciamos como el primer conjunto de esfuerzos equivocados para el problema de exactitud. El segundo conjunto es el formado por los esfuerzos de geo-referenciamiento de datos de las fuentes. El ejemplo que representa este conjunto está en la Ilustración 8. Aquí, se trata de observar el mercado de compra y venta de esclavos en Río de Janeiro en 1869. Frank Zephyr y el equipo de Stanford realizaron una pequeña animación con los datos de transacciones de únicamente 3 meses (13 de febrero a 13 de mayo) de 1869 que contiene sólo 408 cautivos, según la fuente de impuestos usada: la *meia-siza*.

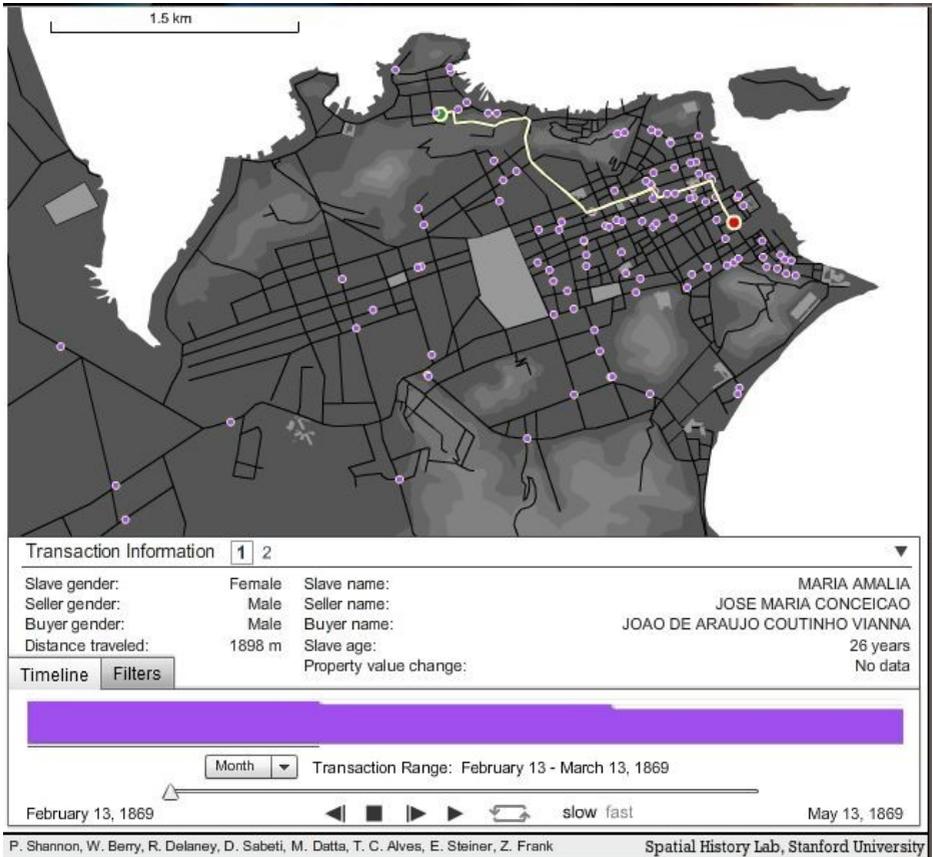


ILUSTRACIÓN 8: EXACTITUD EXPLÍCITA Y ERRADA PARA LOS DATOS: RÍO DE JANEIRO, 1869²

Fuente: http://web.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/viz.php?id=143&project_id=999.

Acceso 03/10/2015. Zephyr Frank y Whitney Berry, "The Slave Market in Rio de Janeiro circa 1869: Context, Movement and Social Experience," *Journal of Latin American Geography*, 9 (2010): 85-111. Contribuidores: Tereza Cristina Alves, Luciana Barbeiro (Cecult, UNICAMP), Hannah Gilula (Spatial History Lab), Chester Harvey (Spatial History Lab), y Meredith Williams (Stanford University).

La hipótesis que pretenden defender es que la distribución de la oferta y demanda se encontraba por toda la ciudad e incluía múltiples sectores, además, de una importante participación de intercambios con áreas externas a la urbe. Es evidente que con los datos de tres meses y con sólo 400 esclavos es imposible verificar esa hipótesis, para una ciudad del tamaño de Río de Janeiro con decenas de miles de cautivos en el momento de mayor concentración de esclavos registrado por las fuentes.

Sin embargo, otras investigaciones más detalladas (Florentino 2002; Florentino e Góes 1997; Fragoso 1998; Florentino e Fragoso 2001) han demostrado mucho antes de Frank exactamente la misma hipótesis y tal vez sería pertinente sólo discutir esas investigaciones anteriores. Pero, como lo que nos interesa en este momento es el problema de la precisión en la localización de los datos de las fuentes, vamos entrar en algunos detalles de la forma cómo se construyó esa imagen.

En ocasiones, en las fuentes aparece la dirección de venta del esclavo y la de compra. Así, la animación de Stanford consigue mostrar un recorrido (esa información no está en la fuente) que posiblemente el esclavo llevó a cabo para ir de un lugar a otro. Sobre esa situación hay varias preguntas que surgen de inmediato: ¿Cómo se estableció el desplazamiento? y, antes de eso, ¿Cómo verificar que el cautivo de hecho se desplazó? Pues sabemos que algunos (¿o muchos?) cautivos no residían con sus señores y podemos imaginar que, en ocasiones, las operaciones de compra y venta podían ser fiduciarias y no implicaban transferencia física de la mercancía que era el esclavo.

Pero antes de eso, para continuar con el problema de la exactitud, queremos saber cómo fue posible saber con precisión los puntos de salida y llegada de los recorridos. Está claro que en la fuente, en ocasiones, aparece la dirección de los agentes. Pero, ¿cómo saber dónde queda esa dirección?

En otro lugar, Frank (<https://vimeo.com/60104031>) explicaba los problemas que había tenido para encontrar los puntos. Enuncia que las calles cambian de nombre, que las edificaciones pueden ser demolidas y algunos otros desafíos para localizar las direcciones. Específicamente daba el ejemplo (Frank 2013, Min 28:10) de la calle de la Lapadosa que en la re-numeración de final de la década de 1870 pasó a tener nuevos números para las construcciones que estaban en ella. Así, en el caso que él enuncia, el número

3 era el antiguo número 9, o, otro ejemplo comentado, es el de una casa que fue derrumbada para abrir una calle. En general, él afirma que el espacio estaba siendo modificado permanentemente. En otras palabras, el fuerte crecimiento demográfico de la ciudad llevó a una gran confusión en la nomenclatura de sus calles.

Frank enuncia esos problemas pero luego continua exponiendo los resultados a los que llegó sin explicar los detalles de las decisiones tomadas. Esto es, si él sabe que la numeración es confusa, entonces ¿Dónde localizar el punto que se corresponde con ese número? ¿Se debe colocar al comienzo, al medio, en los tres cuartos o al final de la calle?

Para la hipótesis específica que se pretende verificar con esa información gráfica las preguntas pueden parecer irrelevantes, pues, como ya comentamos, la hipótesis de distribución general por la ciudad y de fuertes flujos con el contexto exterior a la urbe ya fueron demostradas por otros historiadores mucho tiempo antes de Frank. Pero, incluso así, explicar los detalles de los cálculos es en extremo pertinente para saber si, de hecho, las posibles aglomeraciones tienen una probabilidad alta de existir y si los flujos tienen algún sentido diferente al de la ficción.

La ficción en la historia siempre ha estado presente e, incluso, es posible que pueda ser pensada como uno de los elementos fundamentales del método que los historiadores desarrollan. Lo interesante es que esta ficción puede asemejarse a las vanguardias del hiper-realismo cuando se trata de georeferenciamiento y exactitud. Un buen ejemplo es la representación gráfica de Cartagena de Indias en 1741 realizada por el productor ejecutivo Jorge Pozo Soler y por el director Jorge Molina Lamothe. Ilustración 9: El ultra-realismo como vanguardia de ficción:

ILUSTRACIÓN 9: CARTAGENA DE INDIAS, 1741

Fuente: <https://vimeo.com/139780739>.

Molina Lamothe, Jorge 2015



La animación nos presenta los fuertes de Cartagena, su núcleo urbano y las áreas de los alrededores. La calidad gráfica es impresionante. Sin embargo, la imagen que nos ofrece de la ciudad es en extremo distante de las narraciones que hacen los historiadores (Daza Villar 2009; Del Castillo 1997; McFarlane 1983; Munera 2008; Meisel 2003; Serrano 2004), en especial de aquellos que describen el puerto en decadencia, pobre, con soldados en huelga y un mercado desabastecido en ese mismos años (Marchena Fernández 2005). Tal vez, tanto la animación en 3D como la narración de decadencia sean exageraciones. Pero, sin duda, el impacto que produce la animación es mucho mayor, sobre todo porque visualmente alcanza un gran número de observadores.

❖ La distribución como solución

El ultra-realismo como vanguardia literaria tuvo una vida corta (Prada 2008) y posiblemente muchos ni sabemos que existió. Pero con las imágenes la historia es otra. Para hacernos una idea, mencionemos que la exposición de Ron Mueck en el Museo de Arte Moderno de Río de Janeiro llevó 15 mil visitantes en los primeros cuatro días²²⁸. Al final de la temporada fue visitada por muchas más personas que lo que tuvo otro ícono pop contemporáneo: Pablo Picasso. El ultra-realista (o hiper-realista como lo califica la prensa) juntó 210 mil contra 180 mil del cubista.²²⁹

La explicación para el éxito popular en las imágenes y la vida corta en las letras es porque, posiblemente, el ultra-realismo es mucho más expresivo en términos visuales. El mejor ejemplo de esto, tal vez, sea el dominio que él tiene en el lenguaje de los vídeo-juegos, de donde proviene, probablemente, la inspiración de las ilustraciones y animaciones 7, 8 y 9.

Lo curioso es que las esculturas de Mueck o los escenarios de los vídeo-juegos están lejos de ser representaciones realistas de los objetos. Claro que ellos no están, ni deberían estar, interesados en un representación que sea

²²⁸ <http://guia.uol.com.br/rio-de-janeiro/exposicoes/noticias/2014/03/25/exposicao-de-ron-mueck-no-rio-recebeu-15-mil-visitantes-em-quatro-dias.htm>sfdfdsf

²²⁹ <http://oglobo.globo.com/cultura/ron-mueck-supera-picasso-bate-recorde-de-publico-no-mam-12571732>.

semejante a la realidad. Lo que les interesa es un problema estético y narrativo diferente al que le interesa a la investigación en historia. Por eso, la investigación es la que tiene que resolver la cuestión de la precisión.

Una de las formas de abordar ese problema es a través de la escala. Cuando ella disminuye las exigencias para la localización también se reducen, ya que el espacio para ubicar un punto es mayor y, por lo tanto, los márgenes de error son pequeños en proporción al espacio representado. Por esta facilidad, este es, tal vez, el método usado con mayor frecuencia. Por ejemplo, la Ilustración 10 reproduce el mapa construido por Tiago Gil (2015) para visualizar el movimiento de los *tropeiros* en el sur de Brasil al final del siglo XVIII.

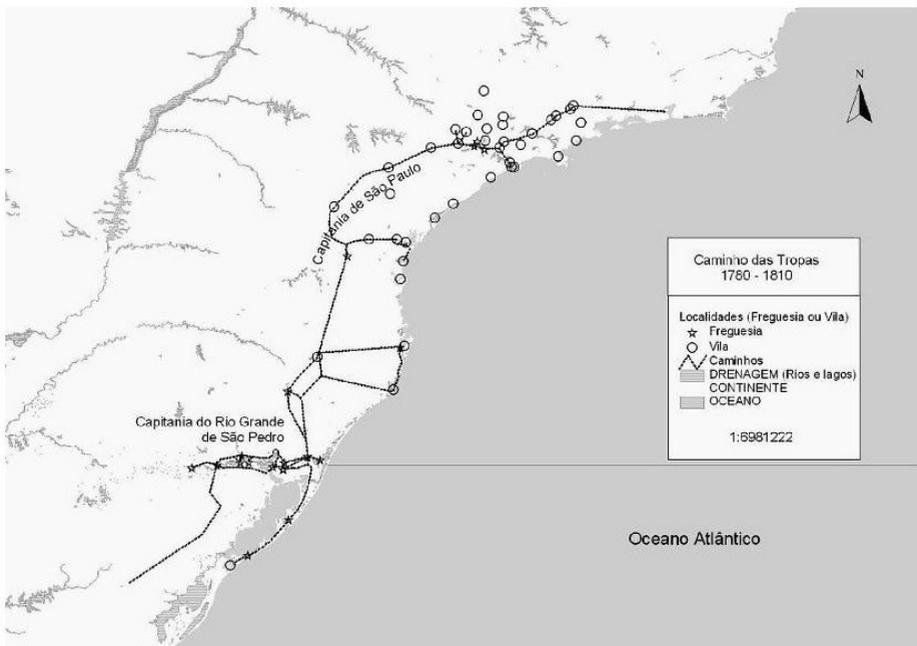


ILUSTRACIÓN 10: LA PRESENTACIÓN EN ESCALA:

EL CAMINO DE LAS TROPAS EN EL SUR DE BRASIL, 1780-1810:

Fuente: Gil, 2015. Figura 2, p. 423

La escala del mapa es de 1:6.981.222. Ya que las unidades no aparecen, por convención, deben ser centímetros. En consecuencia, cada unidad dentro del mapa representa casi 70 kilómetros en la realidad. Así, si uno de los puntos está a algunas decenas de kilómetros de otro punto, esa distancia será irrelevante en el mapa, pues, o no podría ser representada debido a su diminuto tamaño o estaría representada a algunos milímetros del lugar que le corresponde.

Por esta facilidad es que el método de reducir la escala para tener mayor margen de localización de los datos en las fuentes es, tal vez, el más usado. Sin embargo, para los historiadores la cuestión de definir la escala no es un asunto que se determina por la representación de los mapas. Es un asunto derivado del problema de investigación. Cada una, según sus objetos e hipótesis, tiene una escala asociada que no puede ser transformada para facilitar la representación.

En ese sentido la escala está predefinida antes de construir la visualización de los datos. En el caso de la investigación de Gil que usamos como ejemplo, el tema es la configuración de las redes de comercio y abastecimiento entre el extremo sur de Brasil y el área de influencia de Río de Janeiro. Por eso la escala tiene ese tamaño y permite esquivar con tranquilidad la precisión en la ubicación. Pero, como él mismo comenta, cuando el problema de investigación se modifica y se observan las densidades próximas a localidades específicas, la escala varía y con eso la cuestión de la localización gana relevancia, lo que lleva a que las densidades sean transformadas.

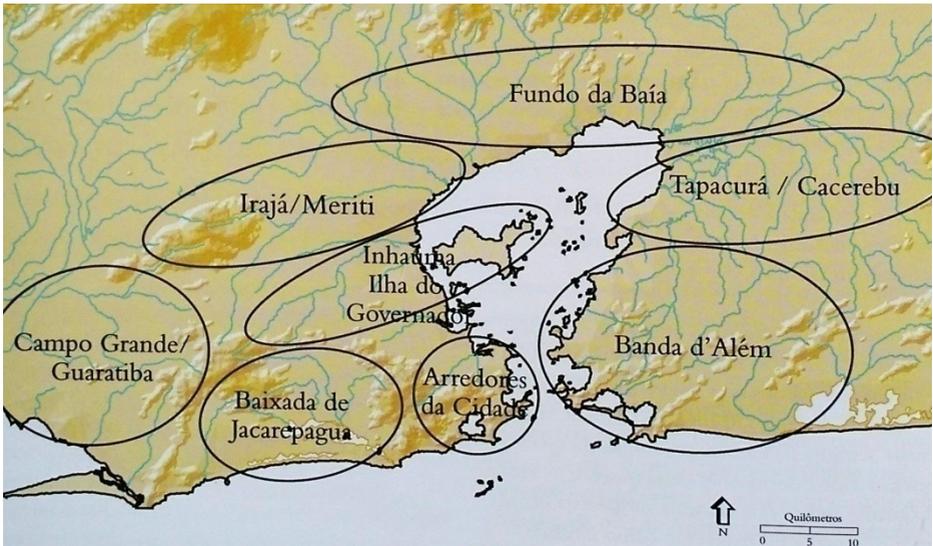
En sus palabras, *“o cluster de Porto Alegre, Viamão e região onde as densidades também variam de acordo com a escala de observação”* (Gil 2015, 440). Esta anotación acompaña precisamente el mapa de la figura 11 de su artículo, que presenta una escala 4, mucho mayor que la que tiene el mapa que nosotros reproducimos como Ilustración 10.

Resolver el problema de la ubicación de los datos informados por las fuentes a través de la reducción de la escala es, así, un método que tiene un alcance limitado y restringido, pues depende del problema de investigación.

Otra forma de encontrar una salida para la cuestión que los historiadores han hallado es mediante aproximaciones generales. En este caso, se trata de asumir abiertamente que se desconoce la ubicación precisa del dato pero que, al mismo tiempo, es posible tener una aproximación. Todas esas

aproximaciones pueden ser delimitadas de forma general para establecer áreas o puntos.

Un buen ejemplo, de ese esfuerzo, es la investigación que efectuó Mauricio Abreu (2010) sobre los ingenios de azúcar en el recôncavo de la Guanabara en el siglo XVII. Los mapas 13, 14 y 15 del volumen 2 representan puntos aproximados dónde podrían haber estado los ingenios de esa región para las décadas de 1621-1630, 1661-1670 y 1691-1700 respectivamente. Esos puntos, que son aproximaciones, fueron agregados por el autor en ocho grandes áreas que hemos reproducido en la Ilustración 11. Después, todo el análisis, sobre volumen de producción y sus tendencias, distribución espacial de las unidades y sus trabajadores, formas y técnicas de fabricación, valores de patrimonio y montos de transacciones fueron realizados para esas ocho áreas y no para cada punto.



**ILUSTRACIÓN 11: REPRESENTACIÓN POR APROXIMACIÓN A ÁREAS:
ZONAS PRODUCTORAS DE AZÚCAR EN LA CAPITANÍA DE RÍO DE JANEIRO, SIGLO XVII***
Fuente: Abreu 2010. vol. 2, p. 92

De esa forma, sabemos, por ejemplo, que la caída en el número de ingenios que sucedió en los alrededores de la ciudad a partir de la década de 1621-1630 fue más que compensada por el expresivo aumento en la región de la Banda d'Alem al oriente de la bahía (Abreu 2010, 96. Gráfico 7). Si los ingenios de esa banda estaban más al norte o al sur de lo representado no tiene tanta importancia, pues lo que interesa es que, en el área como un todo, aumentó el número de unidades productoras.

Un ejercicio semejante fue realizado por Robert Vernon para un problema de investigación totalmente diferente. Se trataba de establecer los movimientos migratorios de las familias de negros libres en Virginia entre, más o menos, 1730 y 1800. El autor consiguió seguir el rastro en detalles de ocho de estas familias en esos setenta años. Después, los movimientos fueron representados con líneas que unen los puntos en los que posiblemente se desplazaron.

Albemarle County: Free Black Migrations (~1730-1800)

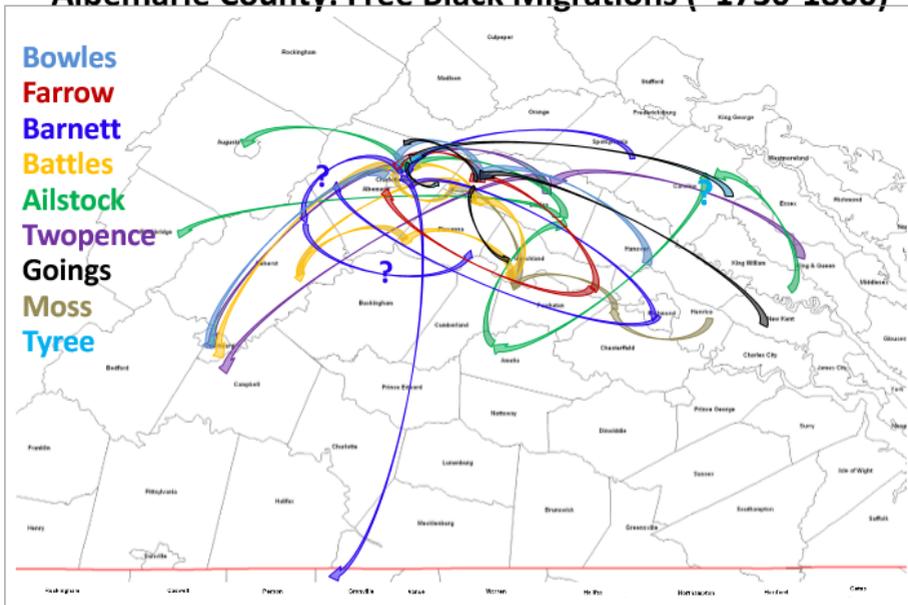


ILUSTRACIÓN 12: REPRESENTACIÓN POR APROXIMACIÓN A PUNTOS: MIGRACIÓN DE LAS FAMILIAS CON NEGROS LIBRES EN VIRGINIA, 1730-1800. Fuente: Vernon, Robert. 2015. Albemarle County Free People of Color: 18th Century Residents. Disponible en: <https://www.academia.edu/s/8ee4069cb8>. Acceso, 03/10/2015.

Esa representación la reproducimos en la Ilustración 12. Parece claro que existía una centralidad en el norte del condado de Albemarle y al occidente del condado de Louisa. Al mismo tiempo, parece que los movimientos migratorios de este grupo de población se restringían a la propia Virginia, aunque esto podría ser consecuencia de las fuentes usadas, pues estas fueron precisamente las de esta colonia.

Las dos últimas ilustraciones tienen en común, además de ser representaciones por aproximación, su simplicidad. En la número 11 se trata de algunas elipses de formato variado que buscan no sobreponerse. En la número 12 aparecen unas flechas coloridas que explícitamente no señalan ningún recorrido específico. Es curioso, pero esa simplicidad podría dar la impresión que el trabajo de geo-referenciamiento ha desaparecido y que las elipses y las flechas son resultados descuidados y ligeros.

Todo lo contrario, son resultado de investigaciones detalladas y pacientes realizadas por décadas. Ellas son buenos ejemplos de lo que Longley, Goodchild, Maguire y Rhind (Longley et al. 2013) llaman de una de las *ironías supremas de los SIG contemporáneos*: el hecho que entre más y mejores datos acumulamos y más capacidad computacional tenemos para procesarlos, parece que, al mismo tiempo, tenemos menos certidumbre de la calidad de las representaciones digitales y de la adecuación de las unidades de área para el análisis. En consecuencia, según sus palabras, la riqueza de la representación debe servir para hacernos más conscientes de la cantidad y variedad de elementos inciertos que enfrentamos en la investigación (Longley et al. 2013, 174). En otras palabras, no es más que constatar lo cerca que estamos del famoso *sólo sé que nada sé*.

Acumulamos y acumulamos datos de las fuentes y los procesamos a alta velocidad. Sin duda, el conocimiento generado por la representación de esa información en el espacio es mucho mejor que el que teníamos antes del uso de datos en masa y del empleo de los SIG. Una de las aristas que permiten calificar ese conocimiento como mejor es la certeza en la incertidumbre. Es asumir que existen elementos que no nos permiten aprehender completamente la realidad.

Esa incertidumbre puede ser incorporada al modelo de análisis, como parte integral. No como algo que debe ser escondido, no respondido o evadido. Al incorporarla se le puede medir, apreciar e interrogar. Por ejemplo, en las

investigación de Abreu que acabamos de citar es claro que la localización exacta de los ingenios es desconocida, pero, incluso así, las aproximaciones pueden ser agregadas para conocer las áreas de producción.

Establecer esas áreas es, básicamente, construir densidades o aglomeraciones de puntos. Sobre esos puntos las fuentes ofrecen pistas de localización que funcionan como indicaciones sobre dónde posiblemente quedaba el lugar. En otras palabras, la localización es una variable aleatoria de una función de probabilidad a la que le conocemos algunos de sus parámetros, es decir, las pistas que nos cuentan las fuentes.

Esa aleatoriedad debe ser asumida abiertamente y no escondida. La razón para asumirla no es sólo una cuestión de honestidad (aunque la honestidad por sí sola ya debería ser suficiente para justificar que las decisiones que tomó el investigador sean explícitas), también es una cuestión de método. Como acabamos de decir, la incertidumbre hace parte, o debería hacer parte, del modelo analítico. Por lo tanto, si se asume que la localización es aleatoria y que responde a unos criterios, se puede calcular la solidez de la hipótesis propuesta y el grado en que puede variar esa distribución sin afectar las respuestas ofrecidas por la investigación.

La ilustración 13 presenta un ejemplo. En ella aparecen los agentes que no sabían firmar, o que lo hacían de forma precaria, y que cumplieron el papel de otorgados en las escrituras de la notaría No. 1 de Río de Janeiro entre 1840-1860. Sólo se representaron aquellos agentes a los que el notario de la época les asignó una dirección. Esa dirección podía ser el nombre de la calle y el número de la puerta o alguna referencia espacial. Esa información de nombre, número o referencia no fue tratada como indicativa de exactitud, y, sí, como delimitante de la aleatoriedad, al asumir que todos los puntos se distribuían de forma uniforme a lo largo de la calle o ícono urbano que la fuente informaba (morro, plaza, parque, playa, etc.).

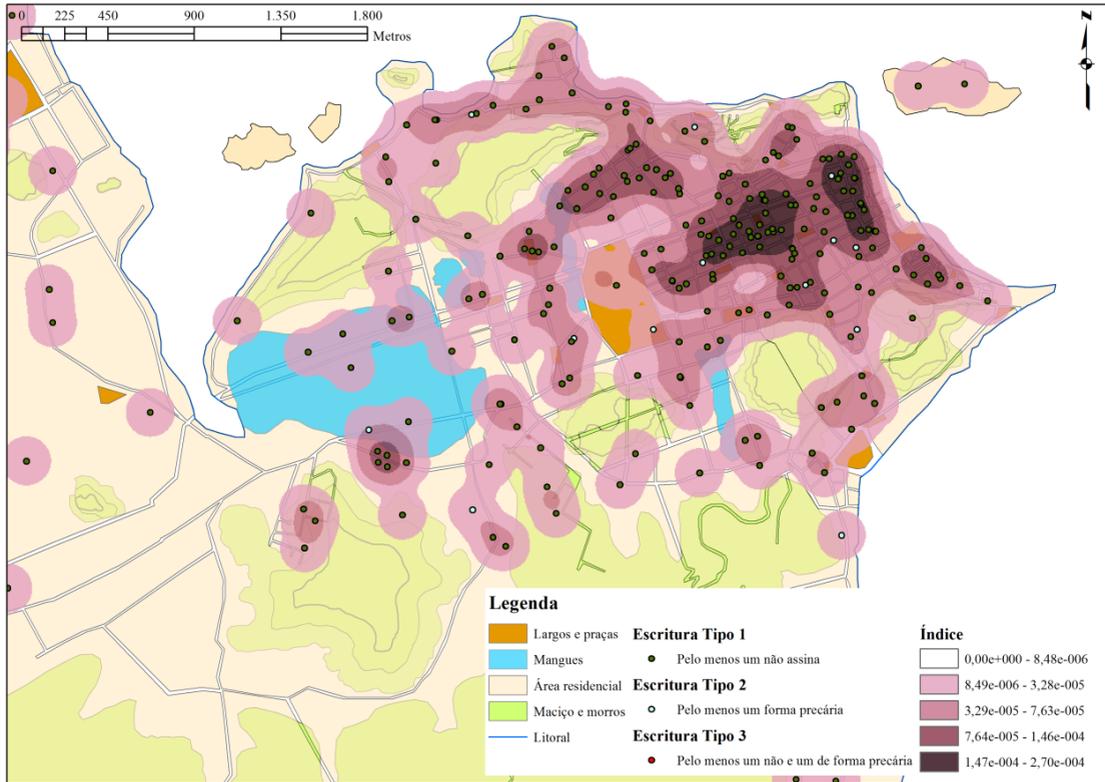


ILUSTRACIÓN 13: DISTRIBUCIÓN DE DENSIDAD COMO APROXIMACIÓN:

ESCRITURAS CON AGENTES OTORGADOS QUE NO SABÍAN FIRMAR O LO HACÍAN DE FORMA PRECARIA EN RÍO DE JANEIRO, 1840-1860*

Fuente: Datos de escrituras del primer cuartil por valor del Primer Oficio de Notas de Río de Janeiro, 1840-1860. 1840-1860. Escrituras disponibles en Archivo Nacional (Brasil/ Río de Janeiro). Cálculos propios. Mapa construcción propia.

Luego se calcularon las densidades de puntos a través de kernels. En otras palabras, las manchas de la ilustración 13 se corresponden, en términos metodológicos, a las elipses de la Ilustración 12. A través del cálculo de esas densidades se puede establecer que posiblemente existían dos áreas de aglomeración para los agentes que no sabían firmar o que firmaban mal sus escrituras de negocios, estas eran, la parroquia de la candelaria y el área norte de la Parroquia de Sacramento. También es posible proponer que este

tipo de agentes se distribuían por todo el núcleo urbano de la, entonces, capital brasilera.

Existe la posibilidad que la evidencia que el mapa de la Ilustración 13 ofrece sea falsa, e induzca al error, al afirmar que existían concentraciones en esas dos áreas y, también, dispersión general por el núcleo de la ciudad. Sin embargo, es posible controlar la probabilidad de ese error. Primero, porque el cálculo de la densidad de kernel incorpora como uno de sus elementos el radio que podrían ocupar los puntos a partir de los que se realiza el computo.

Expliquemos. El lugar que ocupa cada punto es asumido en el computo como el de mayor valor en la superficie de salida. Esta superficie es aquella que es producida después de calcular la densidad de kernel. Pero, al mismo tiempo, cuando se realiza el cálculo, ese valor irá disminuyendo hasta convertirse en cero al alcanzar el radio que se definió como parámetro.

De esta forma, la localización de cada punto se asume como simultánea en toda la área circular definida por el centro en que se encuentra el punto y el radio asignado. Al mismo tiempo, la probabilidad de estar en el punto asignado es la mayor y, de estar fuera de esa área, es cero. Además, esa probabilidad decrece a medida que se aleja del centro y se alcanza el borde. Como el espacio en el que se podría encontrar el punto es conocido, es suficiente con hacer coincidir el tamaño de ese espacio con el radio del kernel para permitir la oscilación de los puntos. Por ejemplo, las calles de Río de Janeiro en ese momento podían tener un largo promedio de 200 metros, por lo tanto, la densidad del kernel podría ser esta.

Ahora bien, ese cálculo se realiza para todos los puntos de forma simultánea. En consecuencia, no se trata que un único punto modifique su probabilidad de forma decreciente desde el centro y a lo largo del radio, si no que eso ocurre con todos los puntos a la vez. Así, en un lugar específico se pueden cruzar varios puntos, cada uno de ellos con un valor de probabilidad de ocurrencia diferente en ese sitio. Después, todos esos valores son agregados dando como resultado una superficie que de hecho es una distribución de probabilidad, con las áreas de mayor densidad como celdas en las que es más probable que se encuentren puntos y áreas de menor densidad en las que es menos probable que se hallen puntos.

De esto se desprende la segunda forma de controlar el error generado por la incertidumbre, pues la función de kernel exige que se asuma un tamaño de

celda para el cálculo. Esto es, que lo que hemos llamado de sitio específico en el párrafo anterior tiene que ser definido de forma más cuidadosa. Por ejemplo, se puede asumir que ese sitio sea calculado como una celda de 5 metros a cada lado (25 mt^2). Siendo así, los puntos que se cruzan lo hacen en celdas de ese tamaño.

La superficie de salida esta compuesta por esas celdas y por lo tanto ellas informan de la probabilidad que los puntos se encuentren sobre ellas. Por esta razón sabemos que, con los puntos asignados de forma aleatoria, pero variando dentro del radio asignado, las celdas que se encuentran al sur de la parroquia de sacramento tienen una probabilidad baja de que reciban una aglomeración de este tipo de agentes. Así, las celdas asumen el papel de predictores de la distribución de probabilidad.

Gracias a la capacidad computacional que tenemos actualmente, que permite que la velocidad de procesamiento sea alta, es posible variar los datos de radio y tamaño de celda con mucha facilidad. De esto se deriva el tercer método de control del error por incertidumbre, pues es posible repetir muchas veces el cálculo y así establecer que tan sólidos son los resultados. Por ejemplo, si para cambiar la distribución de probabilidad representada por la superficie de salida es necesario aumentar considerablemente el radio y reducir el tamaño de las celdas, entonces será posible confiar en la actual representación y usarla como evidencia para defender la hipótesis.

Por esta razón afirmamos que no se trata de omitir, olvidar o esquivar la incertidumbre, creemos que es apropiado incorporarla para conocer mejor el asunto estudiado. Por eso, repitamos, no es sólo un problema de honestidad revelar las decisiones, es un asunto metodológico.

❖ Conclusiones

Para ser breves subrayaremos el argumento que hemos seguido en las páginas anteriores. Comenzamos explicando que las fuentes históricas no informan con la precisión requerida por los softwares la localización de los acontecimientos que ellas cuentan. Esto es válido para fuentes de diverso tipo, por ejemplo, narrativas, seriales y cartográficas.

Por esa falta explícita de localización, las investigaciones se ven obligadas a escoger alternativas para decidir dónde ubicar cada dato que la fuente ofrece. Esa elección no puede ser omitida o descartada. Sin embargo, algunos trabajos, o no explican como efectuaron esas elecciones, o derivan para la ficción del hiper-realismo.

Aquellos que se mantienen en el canon académico han encontrado dos tipos de soluciones: (1) modificar la escala o (2) abandonar la pretensión de exactitud para cada dato y pasar a preocuparse en establecer áreas mayores de análisis. El primer camino, modificar la escala, es válido, pero su alcance es limitado, pues la escala está definida por la investigación y no por la representación de la información. El segundo, agregar para establecer áreas es el que parece más recomendable.

Para realizar esa agregación, se debe partir de asumir explícitamente que las localizaciones de los datos son aleatorias. Sin embargo, esa aleatoriedad tienen una serie de criterios que la delimitan y que provienen del conocimiento que tiene el historiador.

Con los puntos distribuidos de forma aleatoria, pero siguiendo los criterios conocidos, se debe calcular una distribución de probabilidad. En general, para los historiadores esas distribuciones significan superficies (funciones en X y Y). Esas superficies son formadas por celdas y, lo que al final de cuentas interesa, es saber cuál es la probabilidad que un punto (o varios puntos) estén sobre ella, la celda.

Para establecer esa probabilidad, este texto propone el cálculo de densidades de kernel, en las que el tamaño de la celda y el radio de búsqueda son definidos por el historiador según su conocimiento del problema que investiga. La ventaja de este método es la agregación en la celda de las posibilidades que cada punto aleatorio se encuentre sobre ella. Como comentamos, esa probabilidad disminuye entre el lugar asignado a cada punto y el borde del círculo descrito por el radio. Así, el cruce, de todas esos puntos en movimiento, elimina los errores de localización al agregar todos los puntos.

De esa forma, el tamaño de celda y el radio ofrecen la oportunidad de incorporar la incertidumbre como parte del análisis. Además, se pueden variar simultáneamente para establecer que tan robusta es la evidencia

ofrecida por el análisis espacial. Esto es, cuánto la evidencia se modifica por variaciones en ese tamaño de celda y radio de búsqueda.

Por lo tanto, al incorporar la distribución de probabilidad determinada por una función de densidad, el conocimiento que tenemos del pasado se fortalece, pues sabemos, cuantificamos, cuál es la probabilidad de que lo afirmado sea falso. En otras palabras, la incertidumbre nos auxilia y por eso, entre otras cosas, no debe ser omitida, esquivada o tratada con negligencia. Ya que somos historiadores, para ella, toda nuestra atención.

❖ Referencias bibliográficas

- Abreu, Maurício de A. 2010. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio: Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.
- Damasceno, Cláudia. 2011. *Arraias e vilas D'el Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Daza Villar, Vladimir. 2009. *Los marqueses de Santa Coa: una historia económica del Caribe colombiano, 1750-1810*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia.
- Del Castillo, Mathieu. 1997. *La llave de las indias*. Bogotá: Planeta.
- Figueiredo, Cláudio. 2008. "Contribuição para a análise urbana a partir de georreferenciamento de elementos morfométricos de plantas antigas: Rio de Janeiro, 1812 e 1906." Dissertação de Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília.
- Florentino, Manolo. 2002. "Alforria e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa." *Topoi* 5: 9–41.
- Florentino, Manolo, e João Fragoso. 2001. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Florentino, Manolo, e José Roberto Góes. 1997. *A paz das senzalas : famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fragoso, João. 1998. *Homens de grossa aventura acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 - 1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Frank, Zephyr. 2013. "Layers, Flows, Intersections: Historical GIS for 19th-century Rio de Janeiro." *Vimeo*. <https://vimeo.com/60104031>.
- Gil, Tiago Luis. 2015. "Redes e camadas de relacionamentos na economia: metodologias para o estudo da confiança mercantil na América Portuguesa do Antigo Regime." *Revista de Indias* 75 (264): 421–56. doi:10.3989/revindias.2015.014.
- Gregory, Ian N. 2002. "A Place in History. A Guide to Using GIS in Historical Research." <http://hds.essex.ac.uk/g2gp/gis/sect34.asp>.
- Longley, Paul, Michael Goodchild, David Maguire, e David Rhind. 2013. *Sistemas e Ciência da Informação Geográfica*. Porto Alegre: Bookman.
- Manning, A. 2009. "The plant size-place effect: agglomeration and monopsony in labour markets." *Journal of Economic Geography* 10 (5): 717–44. doi:10.1093/jeg/lbp042.
- Marchena Fernández, Juan. 2005. "Sin temor del Rey ni de Dios. Violencia, corrupción y crisis de autoridad en la Cartagena Colonial." In *Soldados del rey: el ejército borbónico en América colonial en vísperas de la independencia*. Colección América 4. Castelló de la Plana [Spain]: Universitat Jaume I.
- McFarlane, Anthony. 1983. "Comerciantes y monopolio en la Nueva Granada: El consulado de Cartagena de Indias." *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura* 11: 43–69.
- Meisel, Adolfo. 2003. "Situado o contrabando? La base económica de Cartagena de Índias al final del siglo de las luces." Banco de la República. http://www.banrep.gov.co/docum/Lectura_finanzas/pdf/chee_11.pdf.
- Munera, Alfonso. 2008. *El fracaso de la nación*. Bogotá: Planeta.

- Owens, Jack, Anderson Sandes, Catherine Zajanc, Barbara Stephenson, e David Dixon. 2014. "A Geographic Information Systems (GIS) Training Manual for Historians and Historical Social Scientists." https://www.academia.edu/8438126/A_Geographic_Information_Systems_GIS_Training_Manual_for_Historians_and_Historical_Social_Scientists.
- Prada, Juan Manuel de. 2008. *Las máscaras del héroe*. 1. ed. Biblioteca breve. Barcelona: Seix Barral.
- Rocha, Ana Carolina, Lorrane Campos, Monaliza Caetano, Orlando Guarnier, e Moro Thássia. 2012. "Tutorial de gvSIG básico aplicado a estudos históricos." http://www2.unifesp.br/himaco/pdf/Tutorial_Himaco_Preto.pdf.
- Serrano, José Manuel. 2004. "Situados y rentas en Cartagena de Indias durante el siglo XVIII." *TEMAS AMERICANISTAS* 17: 58–78.
- Valencia, Carlos E. 2011. "Georeferencia de la actividad económica de los grupos de baja renta en Río de Janeiro a mediados del siglo XIX." In *5tas Jornadas de Historia Económica*. Montevideo: AUHE.
- Valencia, Carlos E. 2013. "Aglomeraciones residenciales de negros libres en Río de Janeiro (Brasil) y Richmond (Virginia, Estados Unidos) a mediados del siglo XIX." *Espaço e Economia*, nº 3 (dezembro). doi:10.4000/espacoeconomia.581.
- Woodberry, Robert, Juan Carlos Esparza, Reid Porter, e Xiaoyun Lu. 2010. *Conceptual Framework and Technical Innovations for Creating the Project on Religion & Economy Change Geo-Spatial Database*. <http://prec.com/PRECdocuments/Report20100922.pdf>.

Georeferenziazione e modelli di densità dei mulini a vento maltesi tra XVII e XIX secolo²³⁰

Massimiliano Grava

❖ Introduzione

Ad inizio XIX secolo, cacciata l'amministrazione napoleonica che si era insediata a la Valletta nel 1798 a seguito del passaggio dell'esercito francese impegnato nella Campagna d'Egitto, sull'arcipelago maltese (316 km²) vennero reintrodotte norme e consuetudini "pre-napoleoniche", ivi compreso il pagamento dei *Carnaggi* dei beni che lo Stato concedeva in feudo o locazione ai privati. Grazie a questi registri abbiamo quindi notizia che a Malta, siamo nel periodo compreso tra il 1804 e il 1814, erano attivi 32 mulini a vento, il luogo in cui questi erano stati costruiti e gli importi annuali versati dagli affittuari allo Stato²³¹.

La vettorializzazione di questi opifici con applicativi GIS (Geographical Information System), ha reso possibile, oltre alla creazione di una banca dati geografica, la realizzazione di modelli di densità sia in riferimento alla distribuzione spaziale di queste manifatture nel loro complesso (Rumsey-Williams 2002; Panzieri 2009), sia rispetto a specifici valori quali appunto le più significative fasi edificative (Fig. 1 e 3)²³². Questi modelli raster ci consentono quindi da un lato di visualizzare dove sono state impiantate queste manifatture, dall'altro, grazie all'incrocio con i dati sull'andamento della popolazione, di ipotizzare come queste scelte fossero in realtà connesse alle necessità demografiche di insediamenti periferici rispetto alla capitale

²³⁰ Questo contributo nasce in buona parte grazie all'aiuto di Giannantonio Scaglione. Il quale, oltre ad avermi fornito preziosi spunti relativi agli aspetti più propriamente demografici maltesi, ha recuperato, in situ, molta della bibliografia qui impiegata. Il mio ringraziamento va poi al personale della National Library of Malta e del National Archive of Malta (sede di Rabat) per la disponibilità e gentilezza.

²³¹ La costruzione di mulini a vento a Malta è stata infatti monopolio dello Stato sino alla metà del XIX secolo.

²³² I Geodatabase (banche date geografiche), sono modelli di dati in grado di memorizzare al proprio interno regole e relazioni degli oggetti digitali vettoriali (punti, linee, poligoni).

maltese (Lucchesi 2002; Pearson 2002, 2006; Pearson-Collier 1998)²³³. Svincolando così, almeno in parte, l'assioma generalmente diffuso su una viscerale dipendenza maltese dei cereali importati dall'estero e conservati entro le mura de La Valletta.

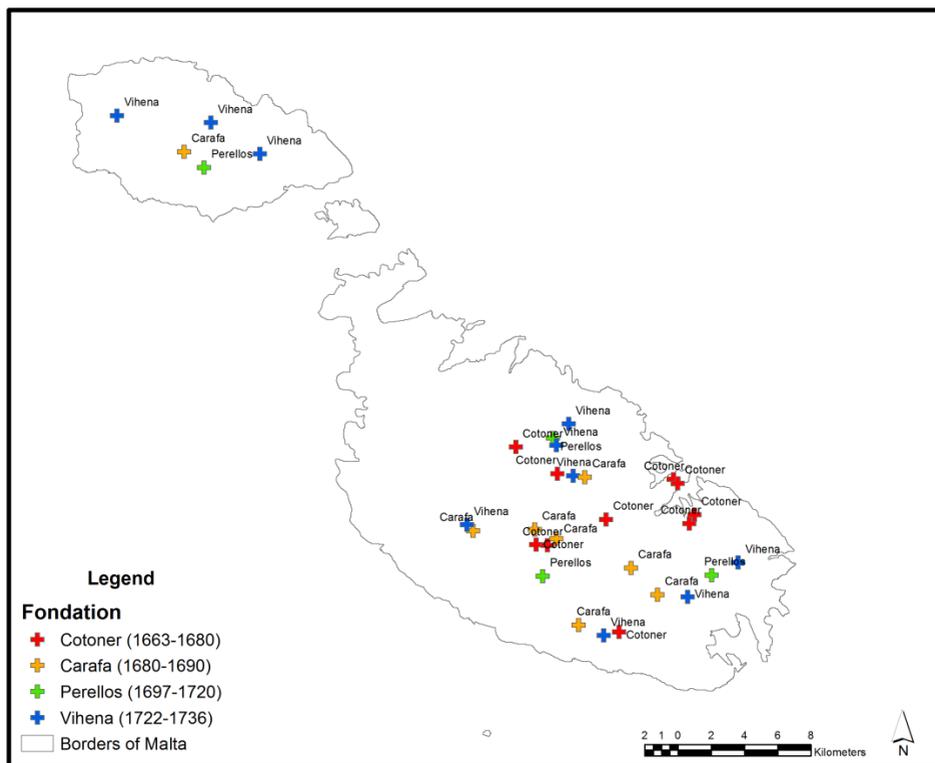


FIG. 1. IN QUESTA FIGURA IL RISULTATO DELLA GEOREFERENZIAZIONE DEGLI OPIFICI PUBBLICI COSTRUITI DALLE DIVERSE FONDAZIONI E ISCRITTI A PAGAMENTO NEI CARNAGGI (1804-1814)

❖ Lo stato dell'arte delle ricerche sui mulini maltesi

La bibliografia sui mulini maltesi, in realtà piuttosto scarna, individua con chiarezza tre distinte fasi edificative rispetto alla costruzione di queste

²³³ Il dato raster ci consente di rappresentare il mondo reale attraverso una matrice di celle, generalmente di forma quadrata o rettangolare, detta PIXEL. Questi file raster, pertanto, hanno una risoluzione che è dovuta alla grandezza dei pixel (cella).

manifatture, assoggettandole di fatto alle condizioni politico amministrative vigenti, nelle diverse epoche storiche, sull'arcipelago (Le Lourd 1982). La prima di queste fasi, come ci ricorda Joseph M. Attard Tabone, uno dei più noti studiosi di questa tematica per l'area maltese, era caratterizzata da strutture a scarsa redditività produttiva alimentate prevalentemente da energia animale, la seconda fase invece "Under the Order of St John", inizia sotto il governo del Gran Maestro maiorchino Nicolas Cotoner (1663-1680) e si differenzia rispetto alla precedente per l'edificazione dei primi mulini a vento. Nella terza e ultima fase, quella "inglese", avviene quindi la definitiva abolizione della normativa monopolistica sulla costruzione dei mulini a vento, lasciando così di fatto spazio all'iniziativa capitalistica privata: "In Malta, the first private windmill to be built was that at Mellieha about 1849, followed by others in different villags" (Attard Tabone 1996).

Tra i più importanti e significativi cicli edificativi troviamo univocamente indicato quello del Gran Maestro dell'Ordine Ospitaliero di Malta Manoel Vihena, che molto più marcatamente dei suoi predecessori intervenne realizzando fabbricati ad "uso pubblico", tra cui ovviamente anche i mulini a vento. Appare chiaro, ma mai forse sottolineato con sufficiente risolutezza, come la costruzione di questi edifici molitori, prerogativa dello Stato sino al 1838²³⁴, fosse estremamente gravosa sul piano economico per le casse dello Stato maltese e quindi legata più che alle attitudini dei Gran Maestri alle necessità di farine, e quindi di pane, della crescente popolazione. L'equivalenza Gran Maestro "illuminato" uguale costruzione di edifici pubblici va probabilmente rivista e connessa piuttosto con le fasi e i luoghi di crescita demografica. Recenti ricerche in questo settore dimostrano infatti come le epoche in cui maggiormente si costruirono mulini siano coincise con quelle di più accentuata crescita della popolazione. Se infatti mettiamo a confronto i dati elaborati da Giannantonio Scaglione (2008), con i modelli di densità che abbiamo realizzato impiegando i dati relativi alle coeve manifatture impiantate dalla Fondazione Cotoner e da quelle di Carafa e Vihena, questa ipotesi sembra effettivamente trovare conferma (Fig. 2, 4, 5 e 6)²³⁵.

Tra gli anni Ottanta e Novanta del secolo scorso le ricerche sui mulini maltesi, pur non essendo mai state troppo abbondanti, sono state particolarmente

²³⁴ Malta Government Gazette, 1838.

²³⁵ Questi modelli di densità sono stati realizzati con il tool Kernel Density impostando un raggio di 1000 metri.

attive. Nonostante le dimensioni circoscritte di questi studi, spesso queste ricerche sono state focalizzate su singole manifatture, siamo comunque in presenza di indagini di un certo interesse mirate allo studio delle dinamiche economiche e del ruolo che queste strutture hanno ricoperto rispetto al territorio ad esse circostante (Mifsud 1998; Sammut 2008; Sipietri 1989).

Una ripresa di interessi su elementi urbanistici certamente impattanti sul paesaggio, come ci ricorda già un secolo prima il danese Hans Christian Andersen (famoso per novelle quali la piccola fiammiferaia, la sirenetta, il brutto anatroccolo, ecc.):

“The objective of our land trip was Citta Vecchia. As soon as we were outside the defence works, we had a picture of a completely African land. There was not a tree to be seen, no green - except the shoots of the new-springing corn and the great Indian fig which grows in abundance, almost pouring out of the earth and from the ancient walls. The sun was burning hot. The road went along by the side of the aqueduct built by the Knights of Malta. It was very low and in several places one could easily jump over it. It looked like the work of a child compared with the aqueduct at Rome. The roads are really excellent: We passed some windmills, whose very 'airy' construction attracted my attention the slightest breeze must be able to set them in motion. They have a dozen or more wings, forming a rosette. The building itself is made of stone, light and decorative, with a spiral stone stairway leading up to the⁴ works'. All the windmills I saw later on the Greek islands and in the Dardanelles were like this, but Malta offered the first in this style” (Andersen 1985).

Più di recente si segnalano invece le ricerche di uno studioso, Clifford Vella, che in un lavoro di sintesi sui mulini a vento maltesi ha recuperato molte informazioni compilando una sorta di censimento di tutte queste strutture e raccogliendo una significativa mole di materiale documentario e fotografico²³⁶. In questa raccolta, suddivisa per località, Vella effettua una breve descrizione di tutte le strutture molitorie presenti sul territorio nelle diverse epoche, alternando informazioni bibliografiche con quelle ricavate dalle fonti orali (Vella 2010, 2011).

²³⁶ Si segnala inoltre il seguente materiale online:
<http://www.windmillsofmalta.nl/db.cgi?p=lijst>
<http://www.windmillworld.com/europe/malta.htm> [accesso novembre 2016].

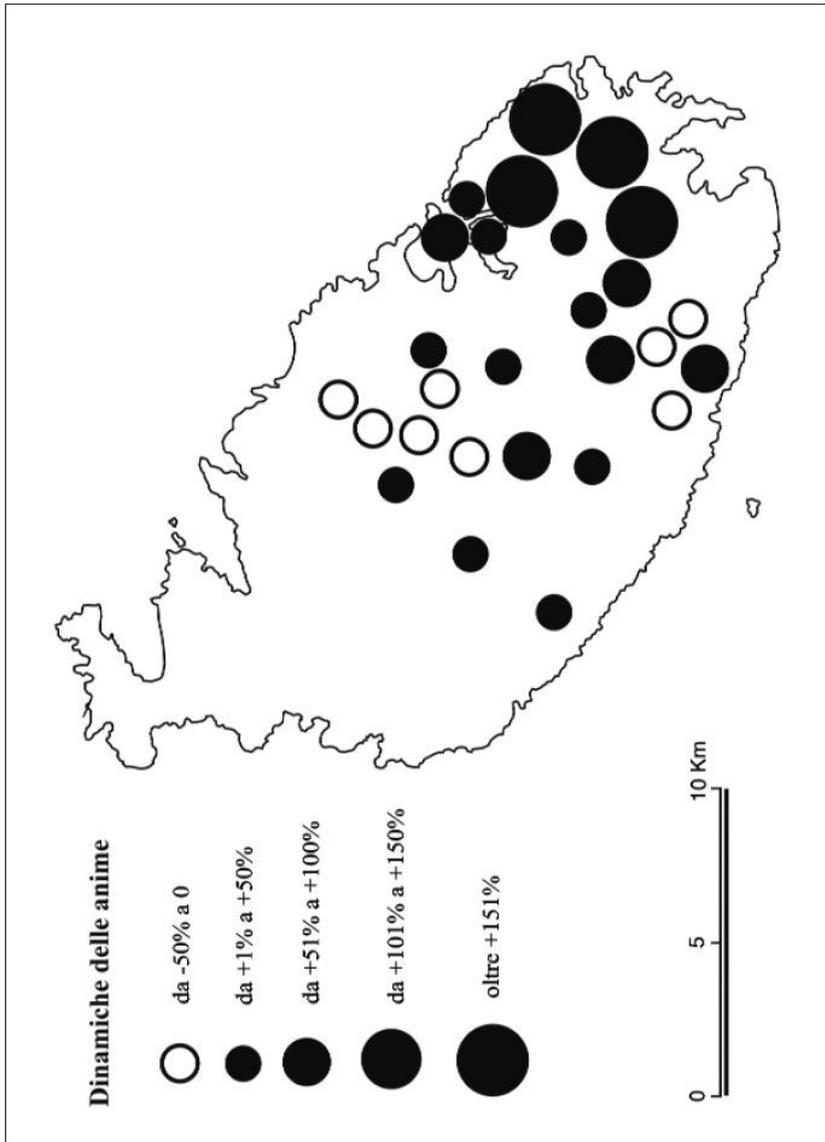


FIG. 2. IN QUESTA IMMAGINE, TRATTA DA G. SCAGLIONE (IMMAGINI DELL'INSEDIAMENTO), L'ANDAMENTO DELLE "ANIME" TRA IL 1632 E IL 1780, MOSTRA LE LOCALITÀ DOVE CRESCONO PERCENTUALMENTE LE FAMIGLIE MALTESI

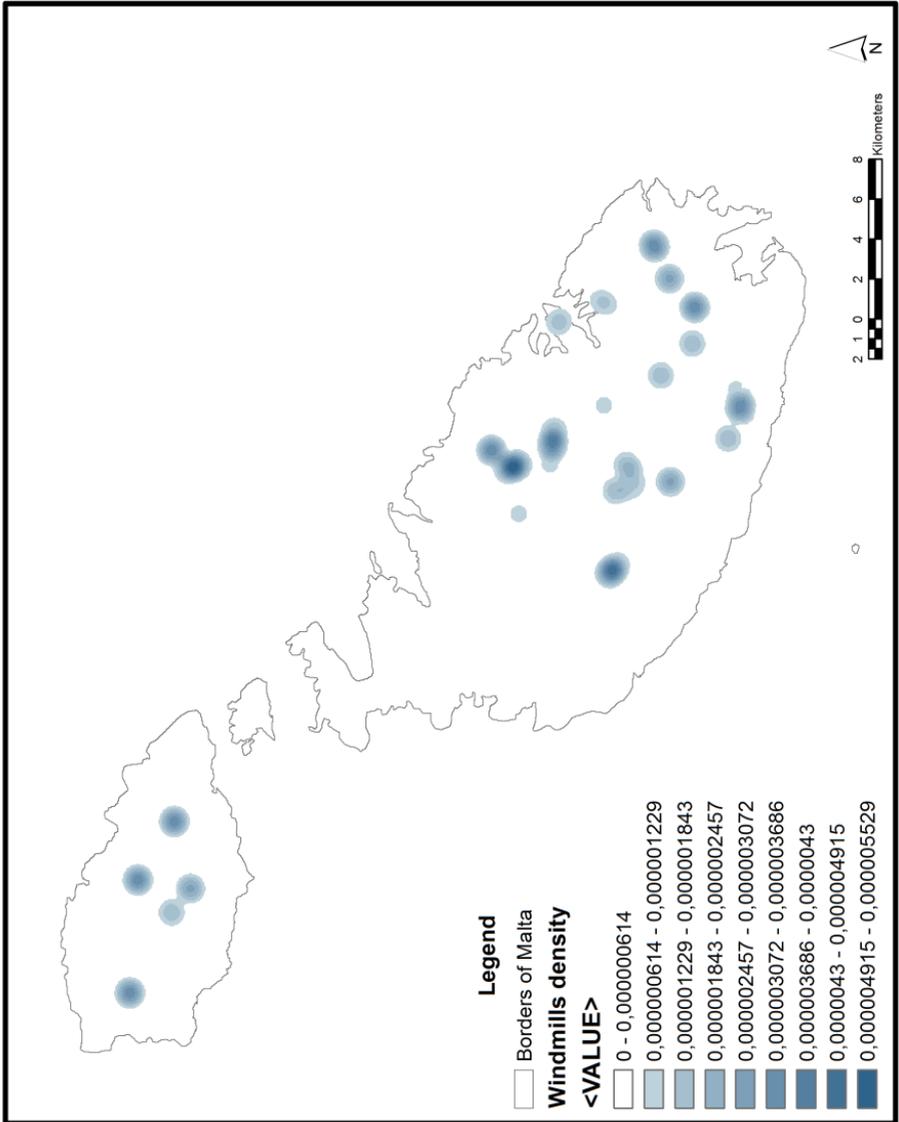


FIG. 3. MODELLO DI DENSITÀ DI TUTTI GLI OPIFICI ESTRATTI DAI CARNAGGI

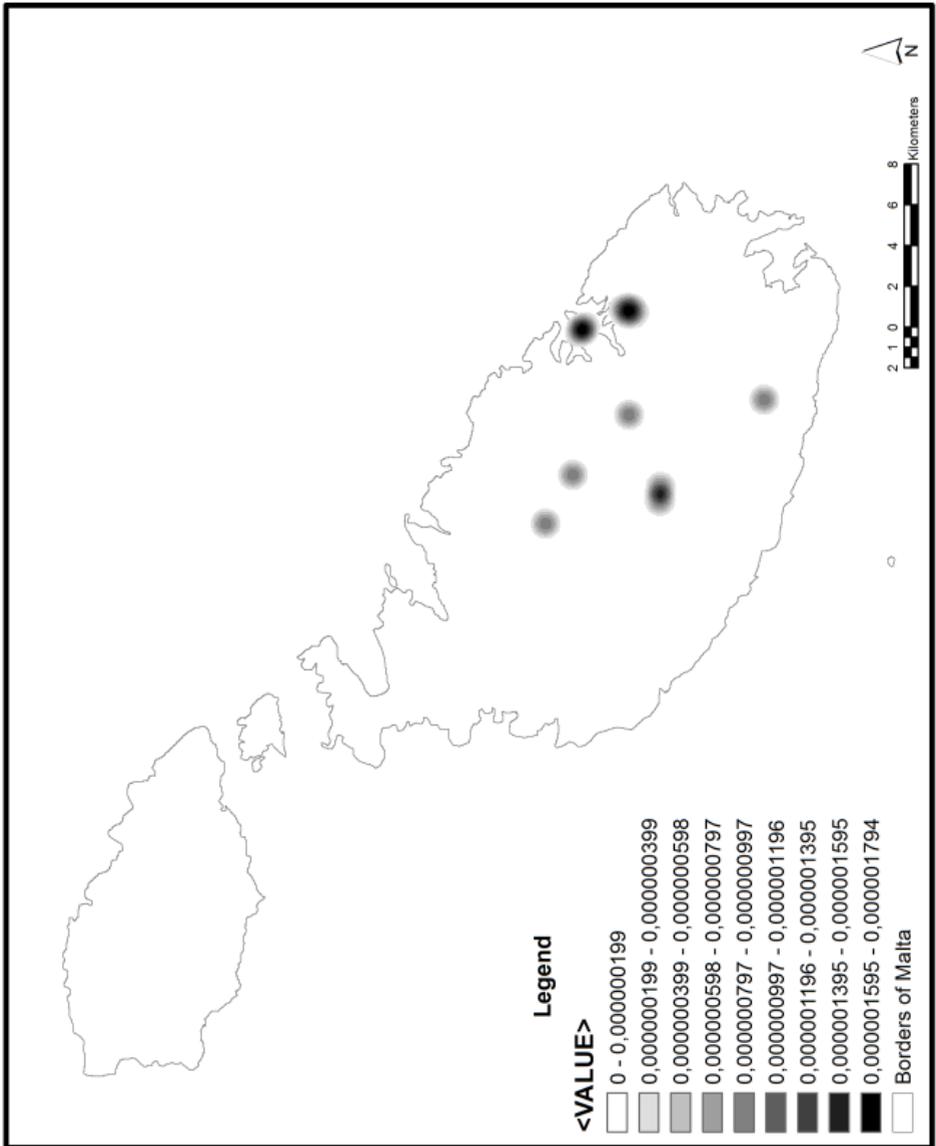


FIG. 4. MODELLO DI DENSITÀ DEGLI OPIFICI COSTRUITI DALLA FONDAZIONE COTONER (1663-1680)

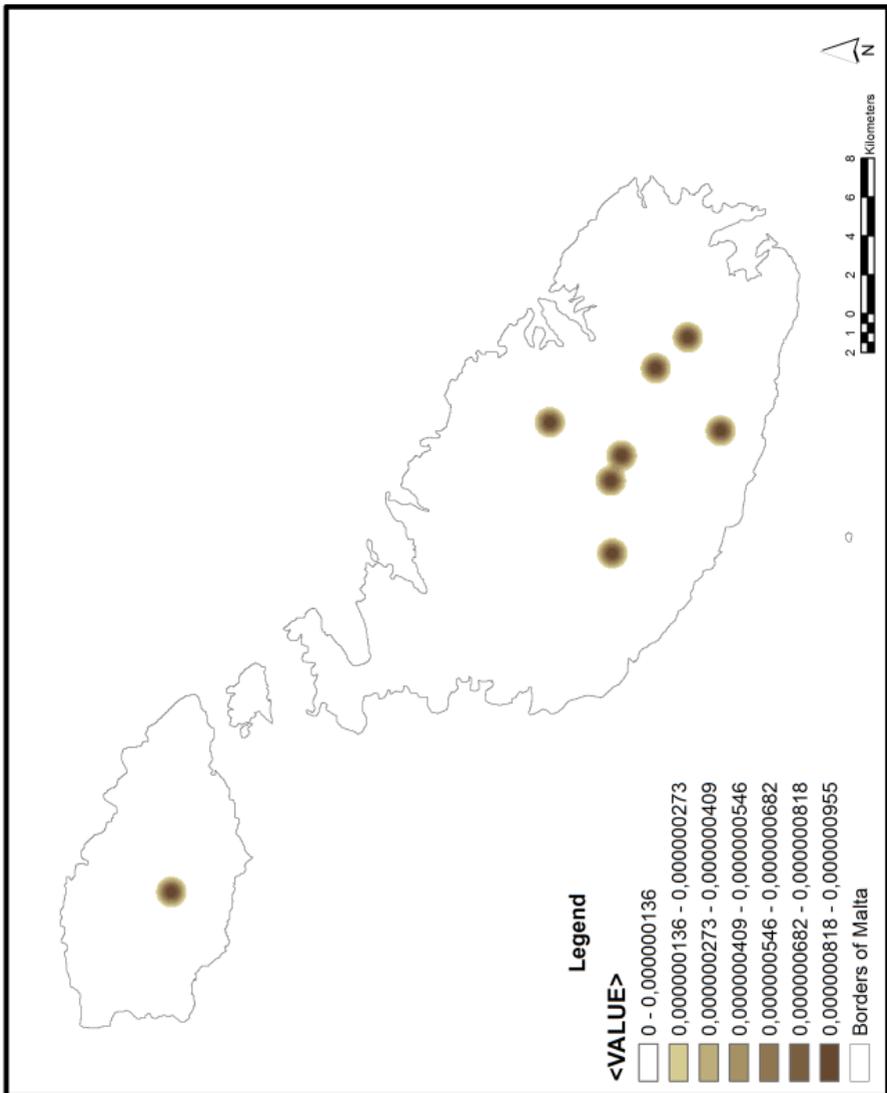


FIG. 5. MODELLO DI DENSITÀ DEGLI OPIFICI COSTRUITI DALLA FONDAZIONE CARAFA (1680-1690)

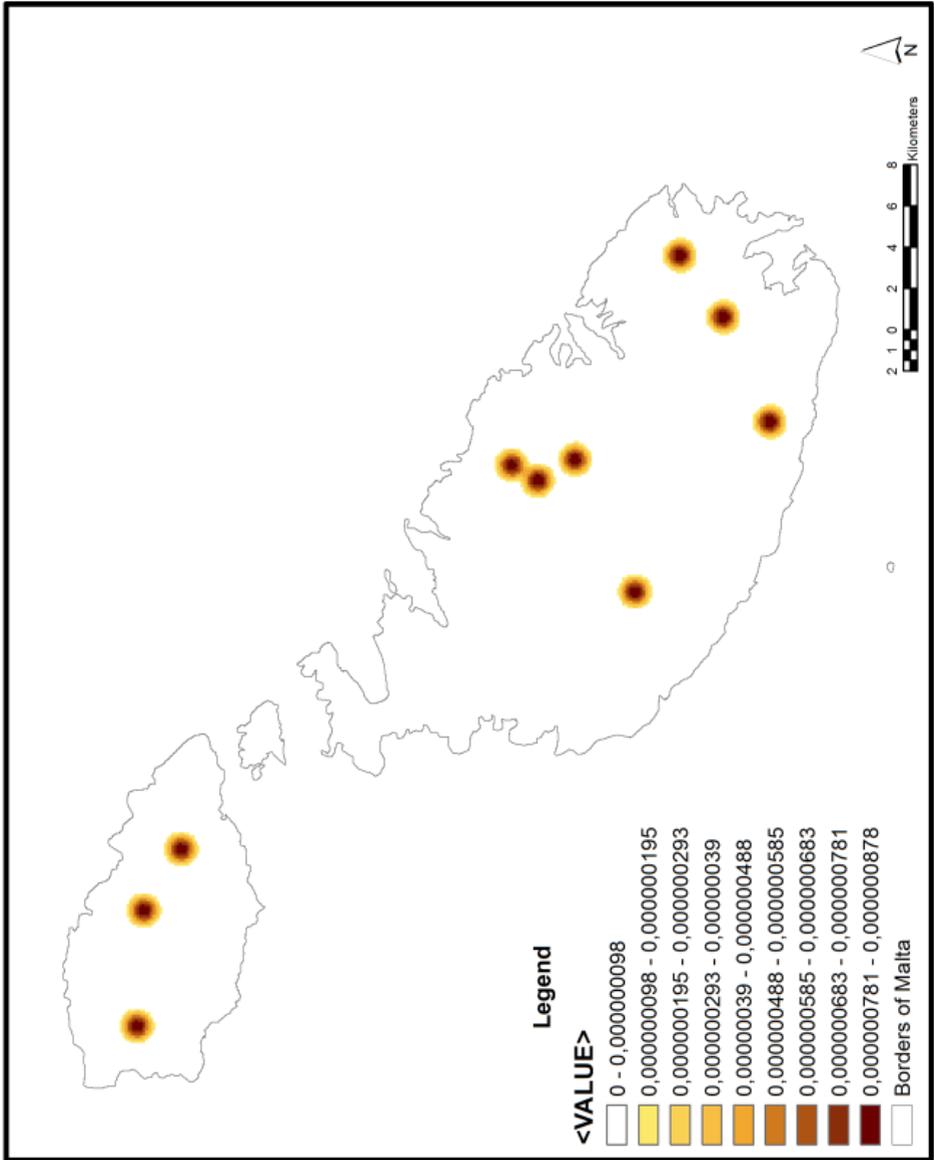


FIG. 6. MODELLO DI DENSITÀ DEGLI OPIFICI COSTRUITI DALLA FONDAZIONE VIHANA (1722-1736)

❖ La georeferenziazione delle fonti sui mulini estratte dai Carnaggi

Nelle pagine che seguono focalizzeremo la nostra analisi sulle tecniche di georeferenziazione delle informazioni estratte dai *Carnaggi* e sulle modalità di costruzione del geodatabase.

Grazie infatti a questi registri, redatti in lingua italiana, è stato possibile ricavare i dati relativi agli importi di locazione dei vari mulini, alle dinamiche di affitto condotte delle diverse famiglie locatarie, ed alle località in cui questi opifici erano stati edificati dalle diverse Fondazioni. Se nel caso poi dei Gran Maestri Nicolas Cotoner e Gregorio Carafa, annoverabili insieme a Manoel Vihena tra i più importanti “costruttori” di mulini, le informazioni che siamo riusciti a recuperare sono le sole conservate nei Carnaggi; per la Fondazione Manoel abbiamo anche impiegato i dati estratti da un *Cabreo* conservato presso l’Archivio dell’Ordine di San Giovanni, e al cui interno si trovano le planimetrie originali degli edifici, una descrizione del luogo in cui questi furono edificati ed i prezzi di locazione (Fig. 8)²³⁷.

I tre registri dei Carnaggi, conservati nel fondo dell’*Amministrazione di Beni Pubblici* del *National Archive of Malta*, sono rispettivamente titolati: *Carnaggi sopra i Molini*, *Carnaggi* e *Registro su Fortezze e Molini*²³⁸. Mentre nel primo di questi registri abbiamo un mero elenco suddiviso per località con indicata la presenza o meno di opifici, nel secondo e terzo caso vengono invece registrate molte informazioni; dal nome della Fondazione (da cui riusciamo a risalire al periodo di costruzione degli opifici), al nome e cognome del locatario, la durata di questi contratti e l’ammontare che i locatari dovevano sostenere per il bene allogato.

Tutte queste informazioni, dopo esser state estratte dalle fonti archivistiche e inserite in un database, sono state successivamente collegate con le geometrie create con il software ArcGIS della Esri all’interno del nostro progetto GIS. Per la vettorializzazione dei mulini è stato dunque creato uno shapefile di tipo puntuale. Il sistema di riferimento impiegato è stato il WGS 84 in gradi decimali²³⁹. Questa scelta è stata effettuata a causa del fatto che il governo maltese non dispone ancora, alla data di stesura di questo

²³⁷ NLM, AOM, Treas B., 310.

²³⁸ NAM, ABP, 87-98.

²³⁹ Il World Geographic Sistem 84 è un sistema di coordinate geografiche.

contributo, di alcun servizio WMS e non essendo stato possibile recuperare la cartografia raster e vettoriale da enti pubblici locali siamo dovuti necessariamente ricorrere a risorse “open data” pubblicati online della community open source²⁴⁰. La cartografia numerica di base utilizzata è quella relativa ai centri abitati (elementi puntuali), la rete viaria e quella idrografica (elementi lineari) e i confini delle tre isole che costituiscono l’arcipelago (elementi poligonali). Come cartografia di sfondo raster abbiamo quindi impiegato le ortofoto online ridistribuite direttamente dalla Esri e riproiettate dal software nel datum da noi impiegato (Bailey-Schick 2009; Gregory 2003; Gregory-Healey 2007).

La localizzazione degli opifici presenti nei *Carnaggi* è stata invece eseguita utilizzando le indicazioni presenti su di una mappa affissa su una parete dell’archivio nazionale di Malta, sede di Rabat. Le dimensioni di questa carta, 4,35x1,65 metri, e il fatto che sia stata realizzata con molta accuratezza dall’ufficio dei lavori pubblici nel 1897 ci ha consentito in breve di individuare tutti gli edifici che ci interessavano e di georeferenziali sulla nostra cartografia digitale. In questa mappa, ovviamente molto ben leggibili, troviamo infatti indicati con la lettera “W” il luogo in cui erano stati edificati tutti i Windmills (mulini a vento), la rete viaria, idrografica e persino un censimento della popolazione suddiviso per località alla data del 1892 (155583 abitanti a Malta e 18964 Gozo).

Dall’analisi del dato estratto dai *Carnaggi* emerge che le tre principali famiglie affittuarie di mulini erano i Xichuna, i Fenech e i Sammut, le quali avevano in locazione 19 dei 32 opifici pubblici maltesi. I Fenech (sette opifici) gestivano per il “Tesoro” cinque manifatture costruite della Fondazione Carafa, mentre le due restanti famiglie erano locatarie in forma sostanzialmente omogenea delle strutture edificate dalle fondazioni Manoel e Cottoner. I contratti di affitto, della durata di venti anni, venivano riscossi una volta l’anno e potevano essere versati in moneta o con il corrispondente valore di generi alimentari (Tabella 1). Il nucleo familiare con il maggior numero di manifatture in affitto era, con nove stabilimenti, quello degli Xichuna, seguiti dai Fenech con sette e dai Sammut con cinque.

²⁴⁰<http://www.eea.europa.eu/data-and-maps/data/eea-reference-grids-2/gis-files/malta-shapefile;> [http://www.mapcruzin.com/free-malta-arcgis-maps-shapefiles.htm;](http://www.mapcruzin.com/free-malta-arcgis-maps-shapefiles.htm) <http://www.diva-gis.org/gdata> [accesso: novembre 2016]

| | |
|----------------------------|------------------|
| 1 tumulo di grano (1808) | 2 scudi |
| 1 mondello di grano (1808) | 3,5 tari |
| 1 cappone (1807) | 1 scudo e 3 tari |
| 1 gallina (1807) | 1 scudo |

TAB.1. EQUIVALENZE TRA GENERI ALIMENTATI E MONETA ESTRATTE DAI *CARNAGGI*

Gli importi venivano riscossi dal *Tesoro* e facendo quindi parte del settore amministrativo dei Beni Pubblici erano normati direttamente dal Regio Commissario. Oltre naturalmente ai mulini nei *Carnaggi* troviamo elencati tutti i beni concessi dallo Stato in affitto o feudo tra cui si segnalano le uniche due fornaci da calce, costruite dalla Fondazione Manoel e affittate a Baldassarre Portanier per complessivamente sedici scudi annui.

Grazie all'uso del GIS siamo inoltre riusciti a vedere come questi grandi affittuari avessero concentrato, per ambiti territoriali, le proprie attività (Fig. 7). Mentre a Gozo i principali locatari erano gli Xichuna, i Fenech conducevano prevalentemente gli opifici nel sud di Malta, ed i Sammut invece nella fascia centrale, sempre di Malta, a ridosso di Mdina, la vecchia capitale, e di Birkircara, che già ad inizio ottocento è il nucleo abitativo più importante dopo La Valletta.

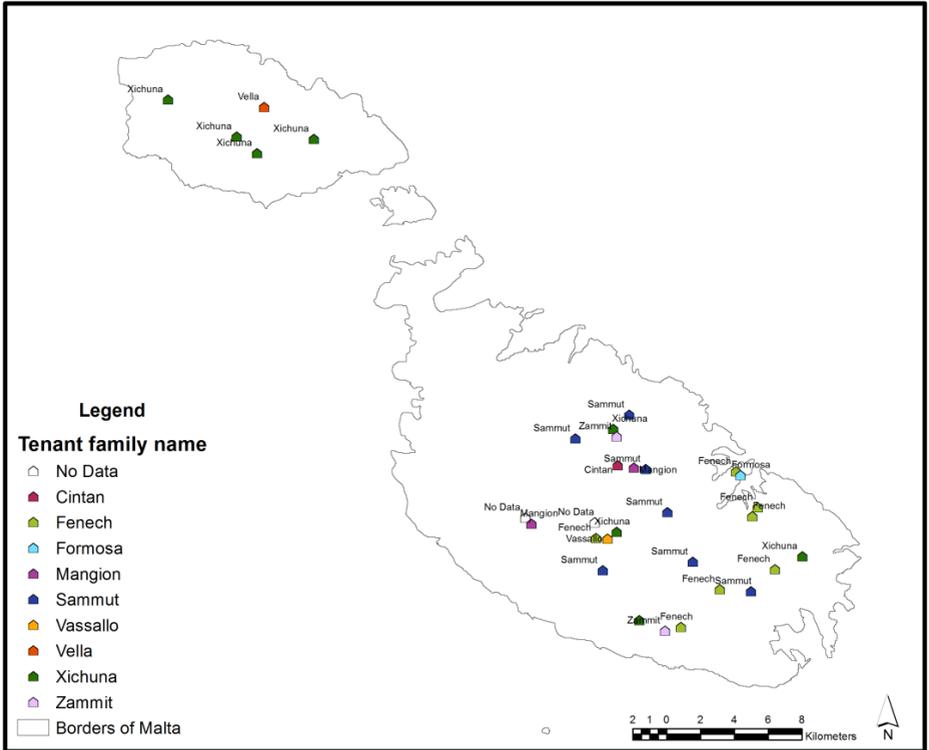


FIG. 7. TEMATIZZAZIONE DEI MULINI A VENTO PER FAMIGLIA AFFITTUARIA

Una fonte d'archivio molto interessante che è stata solo parzialmente georeferenziata, abbiamo infatti recuperato ed inserito nella tabella di attributi del nostro shapefile i soli dati relativi al numero e la tipologia delle stanze che costituivano gli edifici, sono quelli estratti da questo registro: "CABREO O SIA DESCRIZIONE DELLA FONDAZIONE MANOEL IN CUI SONO FEDELMENTE DISEGNATI E DESCRITTI TUTTI LI FONDI STABILI DELLA MEDEMA ESISTENTI IN MALTA E GOZZO CON LE LORO CHOERNZE E REGIONI CONTRADE, AFFITTI O CENSI ET ESTRATTO DELLA MISURA GEOMETRICA FATTANE PER NELL'ANNO MILLE SETTECENTO TRENTADUE PER ORDINE DI S.A.S. IL GRAN MAESTRO DON ANTONIO MANOEL DE VILHENA".

Don Antonio Manoel de Vihena, Gran Maestro dell'Ordine Ospitaliero di Malta nel periodo compreso tra il 1722 e il 1736, è considerato, con giusta

ragione, l'ultimo gran costruttore di mulini a vento maltesi. Durante il suo "regno" furono infatti edificati sull'arcipelago nove mulini, di cui tre, nella sola isola di Gozo. Gli edifici, tutti di forma quadrata con al centro la torre circolare su cui erano installate le pale eoliche, si presentano con forme del tutto analoghe tra loro. Due entrate, una sulla strada principale e una sul retro, una cisterna, generalmente all'interno dell'edificio, un forno, un ricetto (cortile per gli animali) e un orticello. Nei mulini di Casal Zurrico e Casal di Caccia sono poi presenti, oltre a due camere laterali che troviamo peraltro in tutte le strutture, anche una cucina e un gabinetto (Fuentes et al. 2011). Le porzioni quadrangolari di questi opifici avevano tutte altezze comprese tra i tre metri e settanta e i quattro e otto cinque, mentre le torri sui cui erano i montati i meccanismi eolici misuravano tra i sedici e ottanta ed i 18 metri²⁴¹.

Sempre in questo documento sono poi indicati i canoni di affitto ventennali. Questi variavano naturalmente a seconda degli annessi all'opificio e erano compresi tra i 130 e i 201 scudi e sei tari, per un canone annuo compreso tra i due scudi e tre tari e i dieci scudi.

❖ Conclusioni

L'aver utilizzato questi applicativi GIS per la georeferenziazione dei mulini a vento ha consentito da un lato d'interrogare il geodatabase e di misurare ad esempio le distanze tra i vari opifici piuttosto che quelle intercorrenti tra questi e i centri abitati più vicini, dall'altro, di creare dei modelli di densità edificativa.

La sovrapposizione poi di questi geodati con le informazioni sulla crescita della popolazione elaborati da Scaglione evidenziano un incremento "in parallelo" delle manifatture rispetto ai luoghi del trend demografico (Tabella 2). Grazie dunque a questi dati possiamo sostenere in via definitiva che i Gran maestri costruiscono mulini nei luoghi dove cresceva la popolazione. Rispetto infatti agli opifici idraulici i mulini a vento non devono necessariamente essere delocalizzati nei luoghi, spesso lontani dai centri abitati, dove si

²⁴¹ Tutte queste misure erano espresse in Canne maltesi (una canna equivaleva a 210 cm).

trovano le fonti energetiche. L'arcipelago maltese è costantemente investito da venti che sono in grado di muovere i meccanismi eolici su praticamente tutto il territorio e quindi anche a ridosso dei centri di consumo.

Sempre grazie alla georeferenziazione dei dati estratti dai *Carnaggi* siamo stati anche in grado di vedere come, nelle date comprese tra il 1804 e il 1814, vi fossero tre grandi famiglie affittuarie (da sole detenevano il 59,4% del totale dei mulini) e come queste si fossero di fatto spartito il territorio maltese secondo comprensori ben definiti.

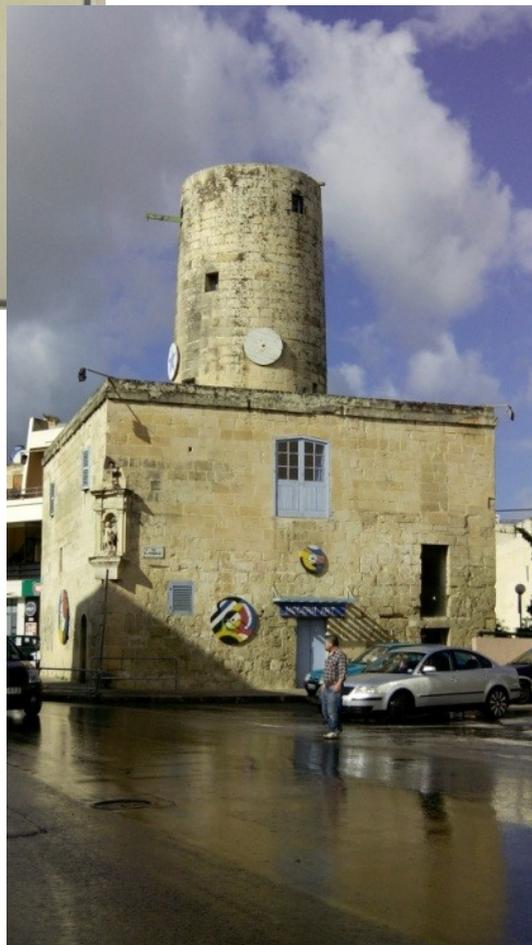
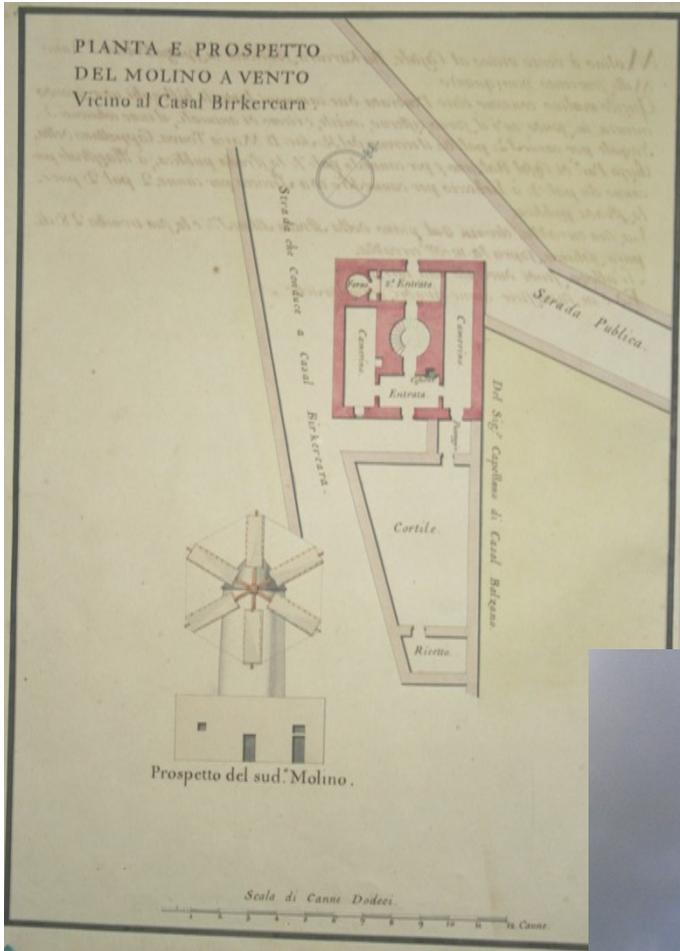
Naturalmente è doveroso ricordare che i dati che abbiamo impiegato in questa ricerca sono parziali e si riferiscono a un breve lasso di tempo. La messa a regime di una banca dati geografica con più informazioni e la successiva interrogazione dei dati, magari incrociandoli con quelli relativi agli stati delle anime, consentirebbe un significativo salto in avanti e una sostanziale crescita delle conoscenze su fenomeni più propriamente di carattere economico.

In conclusione, giova infine ricordare il fatto che quella che abbiamo qui realizzato è una banca dati digitale e come tale può essere interrogata, ma anche pubblicata online in forma dinamica con l'ausilio di un WebGIS. Una cartografia formato 2.0 in grado di "interagire" grazie a alle query formulate dagli stessi utenti della rete ed avere così una diffusione elevatissima rispetto ad una pubblicazione a stampa cartacea²⁴².

| Anno | Numero complessivo di abitanti | Malta | Gozo |
|------|--------------------------------|--------|-------|
| 1535 | 28.500 | 22.000 | 6.500 |
| 1590 | 27.000 | | |
| 1614 | 41084 | | |
| 1632 | 55451 | | |
| 1780 | 79/80.000 | | |
| 1892 | 174.547 | 155583 | 18964 |

TAB.2. ABITANTI DI MALTA, ESTRATTO DA G. SCAGLIONE (IMMAGINI DELL'INSEDIAMENTO)

²⁴² Si veda a titolo esemplificativo questo WebGIS dedicato alle manifatture della Provincia di Pisa alla data del 1835: http://cartografia.humnet.unipi.it/pmapper/map_default.phtml [Accesso: novembre 2016]



**FIG. 8. MULINO A VENTO EDIFICATO NEL 1724
DALLA FONDAZIONE MANOEL A BIRKERCARA OGGI
RIFUNZIONIZZATO AD USO MUSEO**

Bibliografia

- Andersen, Hans C. 1985. *A visit to Germany, Italy and Malta, 1840-41*, London, P. Owen; Chester Springs, PA: United States distributor, Dufour Editions, p. 171-173
- Attard Tabone, Joseph M. 1996. *From Wheat to bread through the Gozo windmills*, in J. Farrugia and L. Briguglio editors, *A focus on Gozo*, Malta, p. 164
- Bailey, T. J. y Schick, J.B. M. 2009. "Historical GIS: Enabling the Collision of History and Geography", *Social Science Computer Review*. 27, no. 3.
- Fuentes J. M., García A.I., Ayuga E., y Ayuga F. 2011. "The development of the flour-milling industry in Spain: analysis of its historical evolution and architectural legacy", *Journal of Historical Geography* 37, no. 2 (4): 232-241.
- Galea J. 1963. "The Old Flour Mills of Malta and Gozo", *Maltase Folklore Review*, vol 1, No 2.
- Gregory Ian. 2003. *A place in history: A guide to using GIS in historical research*, Oxford: Oxbow Books.
- Gregory, Ian e Healey Richard G. 2007. "Historical GIS: structuring, mapping and analyzing geographies of the past", *Progress in Human Geography*. 31, no. 5.
- Le Lourd Philippe A. 1982. "The Vanishing Windmills of the Maltese Islands", TIMS Fifth Symposium.
- Lucchesi, Fabio. 2002. "Nuove tecnologie per la descrizione e la rappresentazione del territorio", in Cusmano G. (a cura di), *Città e insediamenti*. Milano: Franco Angeli.
- Mifsud, R. 1998. Il-Mithna ta' Zeppi ta' Kola, in I-Orizzont, 16.
- Pearson, Alastair W, e Collier Peter. 1998. "The integration and analysis of historical and environmental data using a Geographical Information System: Landownership and agricultural productivity in Pembrokeshire c. 1850", **Agricultural History Review** 46.

- Pearson, Alastair W, e Collier Peter. 2002. "Agricultural history with GIS", in Knowles A.K., (a cura di) **Past Time, Past Place: GIS for history**. Redlands, CA: ESRI Press.
- Pearson, Alastair W. 2006. "Digitizing and analyzing historical maps to provide new perspectives on the development of the agricultural landscape of England and Wales". *e-Perimetron*. Vol.1, No. 3, Summer, (http://www.e-perimetron.org/Vol_1_3/Pearson.pdf).
- Panzieri, Matteo. 2009. "Storiografia digitale e metafonti per la storia del territorio tra specificità disciplinari, standard web e dinamiche della rete", in *Fonti, metafonti e GIS per l'indagine della struttura storica del territorio*. Torino: Celid.
- Rumsey David e Williams Meredith. 2002. "Historical Maps in GIS", in *Past Time, Past Place: GIS for History*. Redlands CA: ESRI Press.
- Sammut, George. 2003. *Il-Mithna tar-Rih*. Kunsill Lokai Zurrieq.
- Scaglione, Giannantonio. 2008. "Immagini dell'insediamento a Malta in età Moderna", in E. Iachello e P. Militello (a cura di), **L'insediamento nella Sicilia d'età moderna e contemporanea. Atti del convegno internazionale (Catania, 20 settembre 2007)**, Edi-Puglia, Bari pp. 113-132.
- Scaglione, Giannantonio. 2011. "**The city of Valletta in an eighteenth century map realized by Sebastiano Ittar**", *Journal of Maltese History*, n°2, vol. 2, pp. 16-34.
- Vella, Clifford. 2011. *L-Imtiehen tat-Thin tal-Qamh fil-Gzejjer Maltin*, Printit Ltd, Malta.
- Vella, Clifford. 2010. *Ta' Kola Windmill: The Best Preserved Windmill in Gozo*, Printit Ltd, Malta.
- Vitali, Stefano. 2004. *Passato digitale: le fonti dello storico nell'era del computer*. Milano: Mondadori.

Explicações de localização de vias e percursos: dos caminhos às ferrovias

Sobre o estudo de caminhos e estradas setecentistas na pesquisa geohistórica brasileira

Vinicius Sodré Maluly

Abordar o tema de caminhos e estradas setecentistas vem em consonância com uma temática maior que envolve o estudo da formação territorial brasileira, enfatizando-se o período colonial neste processo. Os trabalhos em Brasil colônia têm sido realizados tradicionalmente pela historiografia brasileira com bastante riqueza e pujança, em uma variedade de periodizações, fontes documentais e recortes espaciais, mas, aqui, buscaremos nos enveredar por uma abordagem menos clássica que vise um debate de *reconstrução*²⁴³ do território colonial brasileiro. Não pode haver, enfaticamente, uma recusa a abordagens ou métodos correntemente consolidados, mas, sim, um diálogo que seja proposto a partir de narrativas mais tradicionais para, então, poder assumir uma renovação em alguns tópicos que se considerem adequados à discussão. Portanto, a proposta de inquerimento que será apresentada tem como pilar a interdisciplinaridade para promover uma *crítica* a respeito do entendimento da espacialização empreendida nos anos 1700 do Brasil. Tal estudo não deixará de vincular-se diretamente a estudos e metodologias geográficos e filosóficos, pois é neste intercâmbio epistemológico que podem ser delineadas reflexões construtivas ao tema proposto.

Foi escolhido tratar da formação do território colonial brasileiro ao longo do século XVIII em virtude da sua relevância para a história brasileira. Se havia uma ocupação "filiforme e talassocrática" nos primeiros dois séculos de colonização²⁴⁴, tal quadro será alterado drasticamente com o *rush* do ouro

²⁴³BRAUDEL, F, **La historia y las ciencias sociales.**, Madrid: Alianza Editorial, 1970, p. 23–25.

²⁴⁴COSTA, E.; SCARLATO, F., As fases de (re)produção do patrimônio cultural brasileiro: interpretação e valoração da paisagem urbana da gênese colonial à mercantilização das cidades históricas no Brasil., v. 9, n. Olam: Ciência & Tecnologia (Rio Claro, Online), p. 7–47, 2009.

que, por sua vez, constituirá um panorama geopolítico diferenciado quanto às possessões portuguesas a oeste.²⁴⁵ Se a defesa ao território consistia, antes, na ocupação do litoral com vistas às frequentes ameaças estrangeiras, a partir da interiorização, tratar-se-á de uma efetiva ocupação da *hinterlândia* colonial para, posteriormente, defrontar-se com as ocupações hispânicas para além do Tratado de Tordesilhas (1494).

Esta alteração de perspectiva de colonização fomentou diversos entendimentos historiográficos com respeito à distribuição das *datas* auríferas, à instalação de povoados ao longo dos corpos d'água de extração, ao uso de mão de obra escrava, à formação de uma urbanização incipiente colonial, à distribuição dos caminhos – fluviais ou terrestres – e estradas – reais ou não –, à instalação de um aparato fiscalizador, ao abastecimento interno, à circulação de mercadorias, aos descaminhos do ouro, entre muitos outros. Desta miríade de facetas do século do ouro, as estradas e caminhos surgem como emblemas da espacialização ocorrida à época²⁴⁶.

Se concebermos um processo finito (e didático) de colonização, com algumas etapas de sucessão, teremos: i) penetração territorial, ii) descobrimento de lavras, iii) instalação inicial, iv) atividade extrativista, v) circulação do ouro obtido, vi) fiscalização real, ..., n) exportação final. Neste encadeamento, notaremos que os caminhos condicionam e são condicionados por esse fluxo implantado, possibilitando, por exemplo, a cobrança do quinto real e o descaminho aurífero; o abastecimento interno e a exportação; a ocupação do território e a sua dispersão; a extração aurífera e o esgotamento das lavras; etc. Pode-se supor uma lógica simultânea, não-linear e dialética atribuída às rotas auríferas, atuando em diversas frentes na consolidação dessa área antônima, no início das descobertas, ao litoral habitado e guarnecido.

Buscar um entendimento *crítico* da espacialização dos setecentos pode advir de diversos objetos de estudo e panoramas de entendimento, mas, neste trabalho, buscar-se-á tratar, principalmente, dos caminhos e estradas e da articulação territorial por eles promovida, com um resultado na

²⁴⁵ DAVIDSON, D., **Rivers and Empire: the Madeira route and the incorporation of the brazilian far west, 1737-1808.**, Doutorado em Filosofia, Faculty of the Graduate School, Yale University, Connecticut, 1970.

²⁴⁶ CAMPOS, H, Estradas reais e estradas de ferro: cotidiano e imaginário nos caminhos de Minas., In: **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, p. 2–5, 2007.

especialização atribuída ao final do período colonial. Certamente, junto aos caminhos do ouro, há todo um aparato consolidado que tem, como ponto de contato, outros variados temas de pesquisa (como, por exemplo, as relações de trabalho específicas da mineração²⁴⁷) e não há porquê tratar de forma "pura" o tema proposto. Ao contrário, deve-se ter consciência da interligação entre as diversas áreas de pesquisa e seus objetos na contextualização histórica sugerida, contra uma "setorização" e um "utilitarismo" das ciências humanas, em favor de uma ambição holística, permeando as diversas escalas geográficas de análise.²⁴⁸

Para dar corpo à metodologia que será apresentada, com base nas considerações realizadas acima, serão apresentados dois casos relevantes para a especialização aurífera no XVIII, sendo estes distintos entre si e complementares de certa forma.

Um dos casos versa sobre o caminho que interligava São Paulo às minas da Capitania de Goyaz, com base em uma fonte cartográfica produzida à época²⁴⁹, um relato apresentado no trabalho de Sanches (2013)²⁵⁰ e a comparação entre ambas as interpretações do caminho. Assim, buscaremos visualizar, com o uso das técnicas em Sistemas de Informação Geográfica – SIG –, a diferença do relato de viagem entre São Paulo e Goyaz e a visualização cartográfica produzida à época.

O segundo caso trata de uma rota fortemente discutida por Davidson (1970)²⁵¹ entre Vila Bela da Santíssima Trindade, na capitania de Matogrosso, e a Cidade de Belém do Pará, que trouxe intensos debates geopolíticos internos e externos à Coroa portuguesa. Há uma diferença substancial com relação ao primeiro caso por este ser fluvial, não estar representado

²⁴⁷Ver: CARDOSO, C. F., O trabalho na Colônia, in: **História Geral do Brasil**, 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 95–110.

²⁴⁸SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**., 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

²⁴⁹Mappa dos Sertões que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará.

²⁵⁰SANCHES, T, **Circuitos mercantis do porto de Santos às Minas de Goiás entre meados do século XVIII e início do XIX (1765-1808)**., Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.

²⁵¹DAVIDSON, D. Ibid, p. 12-13.

evidentemente na cartografia setecentista enquanto caminho de interligação de pontos estratégicos da colônia (apesar de tê-lo sido em termos práticos) e não ter uma variação interpretativa de território percorrido graças ao seu estabelecimento na distribuição fluvial Guaporé-Mamoré-Madeira-Amazonas. Tomaremos como rota a interligação dos rios até alcançar o Amazonas, dada a sua distribuição atual.²⁵²

As técnicas de SIG e as interpretações da obra cartográfica setecentista (que já se tratavam de uma interpretação dos próprios caminhos do ouro distribuídos ao longo do território em si²⁵³) são fundamentais nesse esboço reflexivo a seguir. Ambas as abordagens técnicas materializam o escopo metodológico discutido em casos exemplificativos da distribuição do ouro – tão fortemente debatida pela historiografia. Para além de uma mera visualização iconográfica, busca-se *reconstruir* um entendimento de caminhos e estradas para além do historicamente proposto e, nessa empreitada, assimilar, ao menos de maneira incipiente, a espacialização promovida por eles. São ínfimos estudos de caso para tratarmos de um século inteiro, de capitânicas inteiras, de fluxos socioeconômicos infinitos. Trata-se apenas de um exercício de *crítica* à concepção de *circulação territorial aurífera interna*.

❖ Subsídio teórico-metodológico

Geografia Histórica

A sugestão teórico-metodológica que será apresentada a seguir consiste em uma busca de diálogo entre as discussões historiográficas e as reflexões

²⁵²Deve-se destacar que a forma dos rios e o percurso por eles realizado é alterado ao longo dos anos, especialmente os mais caudalosos, como os aqui tratados. Apesar disso, não foi realizada uma tentativa de *reconstrução* da forma fluvial precisa de 300 anos atrás, pois não há fonte primária suficiente para tamanha exatidão. Cremos que as alterações não são drásticas e não seria de maior utilidade para a hipótese aqui levantada.

²⁵³BARBO, L. C.; SCHLEE, A. R., As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás, In: **I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA**, v. 1, n. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty: UFMG, p. 2–20, 2011.

críticas geográficas, além do uso de técnicas iminentemente geográficas, tais como a cartografia e o SIG. É sobre a Geografia Histórica que repousa esta discussão.

Moraes (p. 15, 2000)²⁵⁴ define a Geografia Humana como "ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história". Apesar de não atribuir este específico enunciado à Geografia Histórica, será possível distinguir, ao longo de sua vasta pesquisa acadêmica²⁵⁵²⁵⁶, que cabe ao diálogo entre a Geografia e a História o poder de discutir a formação territorial brasileira por meio da *valorização do espaço* (p. 17, 2000).

Nesta abordagem inicial, vislumbra-se a necessidade de tratar, conjuntamente, o homem, o espaço e a história²⁵⁷ para refletirmos a respeito da ação do homem sobre o espaço colonial brasileiro.²⁵⁸ Também deve-se desejar uma complementaridade entre duas maneiras de se trabalhar a Geografia Histórica: uma de origem epistemológica e outra ontológica. Se todo o embasamento teórico nos proporciona uma discussão a respeito das formas complexas de análise do quadro histórico, é nas fontes documentais

²⁵⁴MORAES, A. C. R., **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI.**, São Paulo: Hucitec, 2000.

²⁵⁵COSTA, E., Metodologia para a Geografia Histórica Urbana: depoimentos orais [ou testemunhos] como documentos., **In: XIV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. PERSPECTIVAS E ABORDAGENS DA GEOGRAFIA URBANA NO SÉCULO XXI**, p. 35, 2015.

²⁵⁶MACHADO, M. S.; GOMES, A. N. D., Exemplos brasileiros de Geografia Histórica: considerações sobre as obras de Maurício Abreu e Antonio Carlos Robert Moraes, **In: Geo UERJ**, v. 1, n. 24, p. 18–36, 2013.

²⁵⁷HAUKE, G. F., Las relaciones entre geografía e historia, *in*: FIGUEROA ALCOCER, E. (Org.), **Antología de geografía histórica moderna y contemporánea**, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1974, p. 641.

²⁵⁸A tríade "espaço – tempo – ser social" é considerada fundamental, por Soja (1993), para se elaborar uma *Teoriacrítica social do espaço* que aproxime, complementarmente, a Geografia e a História num âmbito epistemológico que supere o solapamento do espaço nas discussões que resultarão no historicismo, característica da modernidade científica até fins do século XIX. Ver: SOJA, E., *História: Geografia: Modernidade*, *in*: **Geografias Pós-Modernas**, Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 17–20.

que poderemos encontrar as manifestações empíricas dos fenômenos pesquisados.²⁵⁹ Um entendimento apurado das evidências encontradas nos roteiros de viagem, relatos e mapas, por exemplo, advém de teoria e metodologia prévias, surgindo uma reflexão com maiores possibilidades de argumentação científica.

Portanto, o mesmo se aplica ao estudo de caminhos e estradas setecentistas na pesquisa brasileira – nosso foco de discussão. Um subsídio teórico-metodológico dá forças a questionamentos e hipóteses relevados a partir de uma busca documental específica, havendo uma reciprocidade entre os desígnios epistemológicos e ontológicos. Esta conexão entre a informação encontrada no documento e o que se pode extrair dele está presente em vários debates que indagam a respeito da influência do pesquisador sobre o que é almejado encontrar nas fontes documentais e o que é, de fato, encontrado por ele, denotando-se um caráter fortemente subjetivo nessa relação. O mesmo vai ocorrer com maior intensidade na pesquisa em história regional, já que são colocados em menor evidência os grandes quadros explicativos que trataram de delinear civilizações inteiras em algumas considerações gerais.²⁶⁰

Caminhos e estradas do ouro e suas relações objetais

Apesar de aqui estarem expostas apenas algumas considerações sobre o estudo de caminhos e estradas, deve-se dar foco a uma perspectiva de análise que surge nesse âmbito de pesquisa. Não se trata de uma reflexão teórica que vá fomentar uma pesquisa que busque enumerar a quantidade de caminhos que eram percorridas pela sociedade colonial ao longo dos anos 1700. Tampouco se dará direcionamento para estudos que visem tratar da circulação de pessoas e mercadorias pela colônia sem se ater às implicações espaciais deste movimento. Será considerado, neste esforço, o *movimento* gerado pela extração mineralógica, sem uma completa sobreposição do **sujeito explorador** – como serão denominados os agentes peculiares à época analisada, tais como: indígenas que penetravam o território; escravos conduzidos às minas em função de sua força laboral; escravos fugidos das

²⁵⁹ COSTA, E. Ibid, p. 14.

²⁶⁰ GOUBERT, P, Local history, *Dædalus*, v. 100, n. 1, p. 113–127, 1971.

áreas auríferas que formariam, posteriormente, os quilombos; bandeirantes que comandaram as *empresasauríferas* da Coroa; roteiros de viagem estabelecidos por designados reais de baixa e alta hierarquia; catequizadores da Igreja que agiam sobre os povos indígenas do sertão; etc – ao território colonial. Nestas indagações, os caminhos não podem ser tidos como reflexões impensadas e resultantes da ação vertical da Metrópole, com seu desejo de extirpação. Ao contrário, enseja-se uma questão que forneça, aos caminhos, um papel que não seja de ordem meramente objetual, atribuindo-se a eles um poder de espacialização promovida pelos movimentos interiorizadores dos setecentos. Se há entendimento de que os **caminhos reais do ouro** constituíram um "projeto metropolitano" de apropriação das riquezas coloniais e estabelecimento de um controle fiscal e normativo do Erário Real²⁶¹, também é possível construir uma reflexão geohistórica a respeito dos caminhos que não formavam, necessariamente, esse plano estruturado pela Coroa. Assim, é desejável averiguar, também, os caminhos que percorriam as capitanias de uma perspectiva mais interna, menos voltada, necessariamente, para o escoamento da produção e controle judicial promovido pelas Casas de Fundação e Registros, por exemplo. Haveria, aí, uma maior totalização do estudo da espacialização provocada pela *circulação territorial*, estando ou não atribuída a uma macroestrutura político-organizacional, complementando a análise dos caminhos reais com os caminhos mais "espontâneos", como destacaremos nos estudos de caso.

Neste ínterim, deve-se questionar a relação opositora entre sujeito e objeto, entre particular e geral, entre situação e contexto.

Se se é atribuída, aos caminhos, uma **atividade** frente à disposição territorial da colônia, resultando-se, nesse processo, na espacialização dos setecentos²⁶², não cabe tratar deles enquanto objetos **passivos** diante das intencionalidades dos agentes coloniais.²⁶³ Queiroz (p. 63, 2011) debaterá

²⁶¹STRAFORINI, R., **Tramas que brilham: sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII.**, Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

²⁶²CAMPOS, H. *Ibid*, p. 4-5.

²⁶³Habermas (1968), ao refletir a respeito dos trabalhos filosóficos de Hegel em Jena, proporá uma substituição do próprio termo de *objeto* pelo de *confrontante* ou *oponente* para viabilizar, filosoficamente, esse entendimento mais dialético de interação entre dois fenômenos relacionados. Ver: HABERMAS, J., Trabalho e

este aspecto nos estudos a respeito das vias e meios de transporte, descaracterizando-os de um atributo meramente "técnico" e atribuindo-lhes um papel de condutores de necessidades *sociais*. Com isso, o autor revelará que a **atividade** das vias e meios de transporte pode modificar e, até mesmo, criar novas circunstâncias em seu âmbito.²⁶⁴

Já as oposições particular/geral e situação/contexto estão pleiteadas nos estudos de Levi (1992) em que os seus trabalhos de micro-história responderão a uma crise historiográfica gerada a partir dos anos 70 devido à inconclusão e a desacertos dos paradigmas desenvolvidos até aquele momento, onde, então, se buscará proporcionar reflexões voltadas a escalas particulares sem prescindir das análises teóricas que permitam um entendimento da "estrutura geral da sociedade humana".²⁶⁵ Dessa forma, o geral e o contexto não serão descartados de suas pesquisas, mas não terão caráter funcionalista.

Estas proposições são caras a todo o embasamento teórico-metodológico aqui proposto, já que se deseja abrir os horizontes de pesquisa para além da *circulação territorial* empreendida de forma vertical pelos interesses reais. Num âmbito mais horizontal, a distribuição de caminhos e estradas **menos interessantes** à "história oficial" reside em características mais particulares e mais situacionais, ao contrário do disposto tradicionalmente.

Abordagem das capitâneas estratégicas ao estudo

Os questionamentos levantados anteriormente servem para pesquisas, em qualquer região da colônia, referentes às questões de transporte colonial. Nosso esforço se voltará, mais especificamente, às Capitania de Goyaz e Matogrosso, com suas articulações territoriais com a Capitania de São Paulo. Esta escolha não foi realizada sem maiores prospecções e, antes de

interação: comentários sobre a Filosofia do espírito de Hegel em Jena., *in*: **Técnica e ciência como "ideologia"**, São Paulo: Unesp, 2011.

²⁶⁴QUEIROZ, P. R. C., "Caminhos e fronteiras": vias de transporte no extremo oeste do Brasil., **Seminários do Núcleo de Pesquisa Hermes & Clio**, p. 63.

²⁶⁵LEVI, G., Sobre a microhistória., *in*: **A escrita da história: novas perspectivas.**, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133–155.

adentrarmos aos dois estudos de caso, faz-se necessário expor um entendimento a respeito desta topicidade concernente às capitânicas.

A Capitania de Matogrosso é entendida como *capitania-fronteira-mineira*²⁶⁶ graças à sua localização frente às possessões espanholas que se encontravam para além do rio Guaporé e às suas riquezas mineralógicas que promoveram um intenso deslocamento demográfico para uma região que, até 1718, não representava uma integração do território colonial a oeste e nem era alvo de intensas disputas com a Coroa espanhola (que estava com seu foco voltado para Buenos Aires).²⁶⁷ A sua disposição organizacional revolverá em torno de duas vilas (centrais para qualquer pesquisa que busque compreender a dinâmica lá estabelecida durante a mineração), sendo elas a Vila de Cuyabá e a Vila Bela da Santíssima Trindade. Estas, por sua vez, se integrarão ao restante do território colonial por meio da Estrada de Goyaz – até Meya Ponte –, pelos rios Mamoré -Guaporé-Madeira-Amazonas – que alcançam a Cidade do Pará – e pela via monçoeira – até Porto Feliz. Estes são três dos principais caminhos que interligavam Matogrosso a polos estratégicos da Coroa portuguesa na colônia, mas não os únicos muito menos exaurem o debate. A desconstrução de entendimento reside no fato de que havia uma pluralidade de possibilidades de *circulação*, utilizados pela população local nos descaminhos auríferos que preocupavam intensamente a Coroa, já que o quinto real não era devidamente recolhido.²⁶⁸

Abaixo temos uma representação cartográfica que identifica a amplitude dos domínios matogrossenses à época posterior ao Tratado de Santo Ildefonso (1777)²⁶⁹. Toda a parte identificada em vermelho representa as posses

²⁶⁶NAUK, M. J., A Capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes., **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 93–113, 2012, p. 94.

²⁶⁷QUEIROZ, Ibid, p. 67–68.

²⁶⁸Bertran (2011) estima que 65% do ouro extraído em terras goianas era desviado para a Bahia, enquanto que apenas 35% seguiam seu curso até o Rio de Janeiro. Isto simboliza a movimentação diversificada que ocorria nos setecentos, contrariamente aos desejos da Metrópole. Ver: BERTRAN, P., **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal.**, Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p. 170–180.

²⁶⁹SERRA, R. F. de A., Parte do Brasil que compreende a navegação que se faz pelos três Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, athe Villa Bella, Capital do Governo do Matto Grosso, com Estabelecimentos

obtidas pela Coroa portuguesa que foram reconhecidas a partir de 1777 e concerne parte fundamental a esta pesquisa em caminhos e estradas setecentistas, indo desde Vila Bela, passando por Cuyabá e alcançando a Vila de Serpa, em direção à Cidade do Pará. Esta conectividade alcançaria, ainda, o arraial de Meya Ponte, Vila Boa e, ultimamente, a Cidade de São Paulo, promovendo uma articulação territorial não antes vista nos dois primeiros séculos de colonização, mas ainda mantida sob a governança concentrada de Recife, Salvador e Rio de Janeiro.²⁷⁰ O mapa não destaca com ênfase os caminhos a serem percorridos, havendo apenas alguma indicação do "caminho velho" entre Vila Bela e Cuyabá, pois a função dele consistia em ilustrar a definição dos novos tratados e demarcar a fronteira com as terras espanholas, fronteira esta que, neste mapa, compreende as marcações limítrofes oficiais.

Portuguezes, e Espanholes, aelles adjacentes. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart543212.jpg>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

²⁷⁰FROTA NETO, A., **Urbanização no Brasil: (e alguns dos seus limites)**., Brasília: Senado Federal, 1978, p. 25–26.

Porém, pode-se entender, para além dessas delimitações, um estabelecimento de fronteira enquanto região construída no entendimento da época²⁷¹, segundo as vivências dos **sujeitos exploradores** do século XVIII estabelecidas em suas horizontalidades e verticalidades. Isto proporciona um melhor entendimento de que os caminhos tratados poderiam compor a espinha dorsal da sociedade em questão, formando-se uma região limítrofe baseada na socioespacialidade aurífera (*movimento* que caracterizará, particularmente, esta área colonial, tantos aos olhos da Coroa quanto aos olhos de seus habitantes).

Novamente, surge o debate entre o fato de se tratar de uma particularidade em detrimento do contexto geral. No caso das capitanias auríferas que darão fôlego ao oeste brasileiro, entende-se que esta situação é derivada, concomitantemente, da extração em massa das riquezas mineralógicas e do sentido *exomorfo* destas atividades, já que toda produção gerada era distribuída, circulada e exportada segundo a lógica mercantil da Metrópole portuguesa. Formava-se, portanto, uma rede urbana que desembocaria, por último, no sistema portuário colonial a 2.000 quilômetros de distância.²⁷² Além dessa disposição voltada à atividade exportadora, provocava-se, internamente, uma lógica comercial própria, com mercados internos não subordinados aos mecanismo dos grandes comerciantes.²⁷³

Goyaz estaria no centro dessa interconexão viabilizada pela produção aurífera e por toda a estrutura socioespacial formada ao seu redor, contendo a passagem dos principais caminhos terrestres e fluviais, além das Estradas Reais do Ouro. Esta crescente relevância político-administrativa levaria à fundação de Vila Boa de Goiás, em 1739, e à criação da Capitania de Goyaz em 1748, consolidando a presença oficial real nas terras interioranas da

²⁷¹GIL, Tiago, **Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 33.

²⁷²MORAES, A. C. R. Ibid, p. 274-275.

²⁷³Straforini (2007) define dois tempos de circulação atinentes ao desenvolvimento dos setecentos: um tempo próprio da Metrópole e outro da colônia. Enquanto que o primeiro caracterizava-se pelas forças reguladoras da política e economia internacionais, o segundo dependia das condições naturais encontradas e da velocidade do transporte disponível, como os mares. Ambas as temporalidades estariam constantemente em conflito, impondo-se limitações mútuas. Ver: STRAFORINI, Ibid, p. 200-202.

colônia.²⁷⁴ Assim, desmembraram-se estas terras das de São Paulo, mas mantiveram-se, continuamente, as relações bandeirantes que, desde os séculos XVI e XVII, marcaram o povoamento da chamada região centro-sul do Brasil colônia.²⁷⁵ Ao mesmo tempo, parte dos rendimentos goianos eram destinados para a Capitania de Matogrosso visando a defesa ao território português ao poente.²⁷⁶

Uso de SIG

Para tratar do assunto proposto, o SIG pode fornecer variadas vantagens em matéria geohistórica. Gil e Barleta (p. 429, 2015)²⁷⁷ pontuam que o uso de textos escritos foi essencial para a formação da história, mas que há outras possibilidades numa tentativa de renovação da literatura histórica. Uma dessas é o uso do SIG que vá além da mera ilustração, oferecendo novos entendimentos e novas interpretações de fatos passados. O mapa tradicional, assim como o produzido por técnicas da informática, se colocaria para além de uma representação reflexiva de uma realidade concreta. A cartografia histórica significa, pois, uma interpretação elaborada a partir de uma dada realidade contextual em conluio com a perspectiva subjetiva, oferecendo uma gama de entendimentos que formam uma semiótica dessa prática de identificação e *representação* do real.²⁷⁸

²⁷⁴LEMES, F. L., Goiás na arquitetura geopolítica da América Portuguesa., **Revista Tempo**, v. 19, n. 35, p. 186–209, 2013, p. 190–191.

²⁷⁵HOLANDA, S.B. de, Movimentos da população em São Paulo no século XVIII., **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 1, p. 55–111, 1966.

²⁷⁶Bertran (p. 303, 2011) explica que a contribuição de Goyaz para Matogrosso consistia em envio de tropas para batalhar contra indígenas ou espanhóis, além de uma média anual de dez quilos de ouro instituídos pela Coroa. Ver: BERTRAN, *Ibid*, p. 303.

²⁷⁷GIL, T. L.; BARLETA, L., Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa., **Revista História**, n. 173, p. 427–455, 2015, p. 429.

²⁷⁸OLIVEIRA, T. K., Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial., **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 68, 2014, p. 154–158.

Deve-se dar atenção às formas geométricas utilizadas no trabalho cartográfico. Pontos e linhas serão utilizados nos estudos de caso que serão apresentados em seguida, sem excluir a possibilidade dos uso de polígonos e demais possibilidades. Uma reta que conecte dois pontos não irá conformar-se numa pretensão de exatidão, pois, tratando de caminhos coloniais, sabe-se das circunstâncias adversas que eram impostas ao **sujeito explorador**, tanto pela via fluvial quanto a terrestre, e que os caminhos eram sinuosos. Mas a simplificação da reta, dos pontos, do uso de conceitos, na elaboração de periodizações, etc, faz parte do trabalho em história²⁷⁹ e do trabalho científico em geral, nos sendo úteis para a nossa composição argumentativa.

Neste aspecto, serão demonstradas algumas produções cartográficas em SIG desenvolvidas para ter entendimentos diversos e complementares aos tradicionalmente oferecidos. Permitem-se possibilidades alternativas de visualização de regiões coloniais efervescentes durante o século XVIII, interconectadas em certo sentido e nucleares para a formação territorial brasileira que perdura até o século XXI. Em suma, não se tratade *projetar* um espaço geográfico imóvel e que simplesmente *reflita* os acontecimentos histórico-culturais²⁸⁰, mas de *reconstruir* uma multiplicidade espacial fluida e complexa que adquira contornos diferentes a depender da abordagem teórico-metodológica, de quem provoca o ato e da escolha das técnicas empregadas.

❖ Estudos de caso

Caminho que interligava S. Paulo a Goyaz

O primeiro estudo de caso apresentado corresponde a um exercício de geoprocessamento realizado a partir de fontes históricas que explicitam um dos trajetos mais exemplificativos para o estudo da *circulação territorial* no século XVIII: o caminho entre S. Paulo e Goyaz.

²⁷⁹GIL, T. L., **Como se faz um banco de dados (em história)**., Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015, p. 21.

²⁸⁰MORETTI, Franco, **Atlas of the European Novel 1800-1900**, New York: Verso, 1988, p. 3.

Este trajeto, denominado de *Caminho dos Goiases ou do Anhanguera*, consistia na principal forma de acesso às terras auríferas que, futuramente, formariam a Capitania de Goyaz. Há registros de sua existência desde o século XVII e a sua oficialização, por desígnio real, deu-se em 1735²⁸¹, representando uma notória via de acesso às minas pela qual era estabelecido um fluxo demográfico constante do **sujeito explorador** em busca das riquezas anunciadas. O aparato urbano-burocrático minerador passava a se instalar em prol da extração mineralógica e era implantada uma lógica mercantil específica que vinha em consonância com a busca de riqueza do Erário Real, assim como o foi nos séculos XVI e XVII.²⁸²

Além dessa busca de enriquecimento explícita pela Coroa, Sanches (2013, p. 63-66) promove um vínculo conceitual entre o estímulo real à atividade mercantil e o desenvolvimento de uma burocracia estratégica que visava movimentar uma região da colônia que ainda era nebulosa. A *hinterlândia* consistia em vastos territórios pouco explorados e, com os descobrimentos auríferos em fins do século XVII, deveria haver uma forma de se exercer um controle político e econômico nessa zona de confluência demográfica que estava se estabelecendo. Assim, a constituição do Caminho do Anhanguera, enquanto via oficial de acesso às minas dos *goiases*, também oferecia um panorama político à extração setecentista.

A primeira descrição georreferenciada desse caminho foi realizada a partir da seguinte definição, com base em leitura bibliográfica²⁸³, oferecida por Sanches (2013, p. 27-28):

"(...) Saindo de São Paulo em direção norte, passando por Jundiá, em seguida por Moji Mirim, Mojiguauá e Casa Branca seguindo em direção noroeste atingindo os atuais município de Cajurú, Batatais, Franca e Ituverava até o Rio Grande que era atravessado entre Igarapava e Miguelópolis nas zonas de leito mais raso, o Caminho passava pelo território do atual triângulo mineiro e aos poucos se tornava a principal via de acesso dos homens de São Paulo em busca de enriquecimento

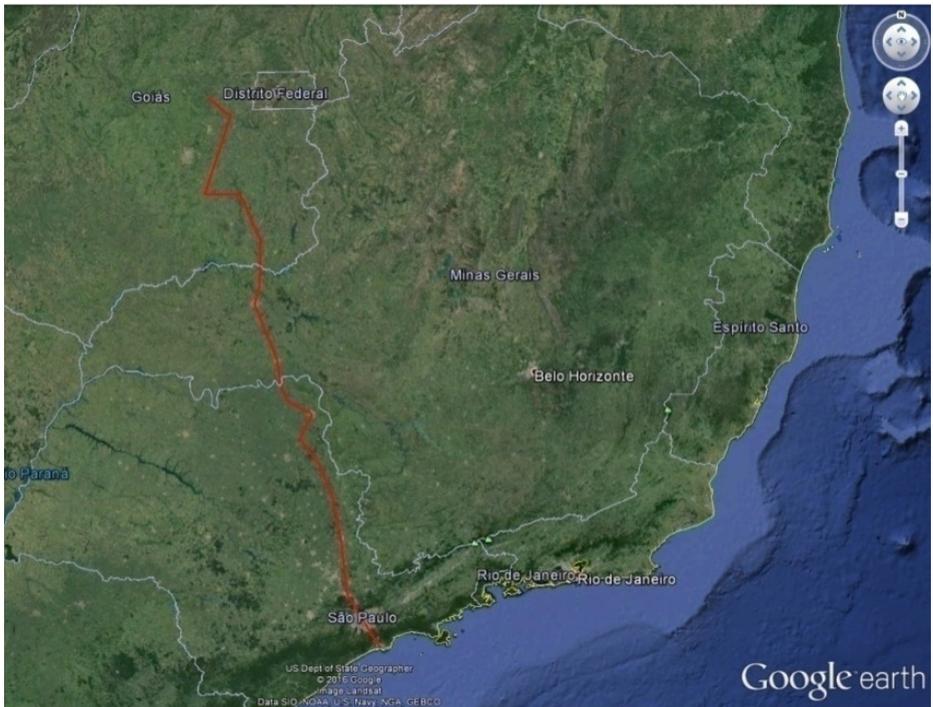
²⁸¹SANCHES, T. Ibid, p. 27-29.

²⁸²STRAFORINI, Ibid, p. 186-190: "Para a Coroa portuguesa, a circulação tinha um objetivo econômico muito claro e bem definido: aumentar o Erário Real."

²⁸³BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R., 1959. **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história Paulista.**, 1. ed.: 1999.

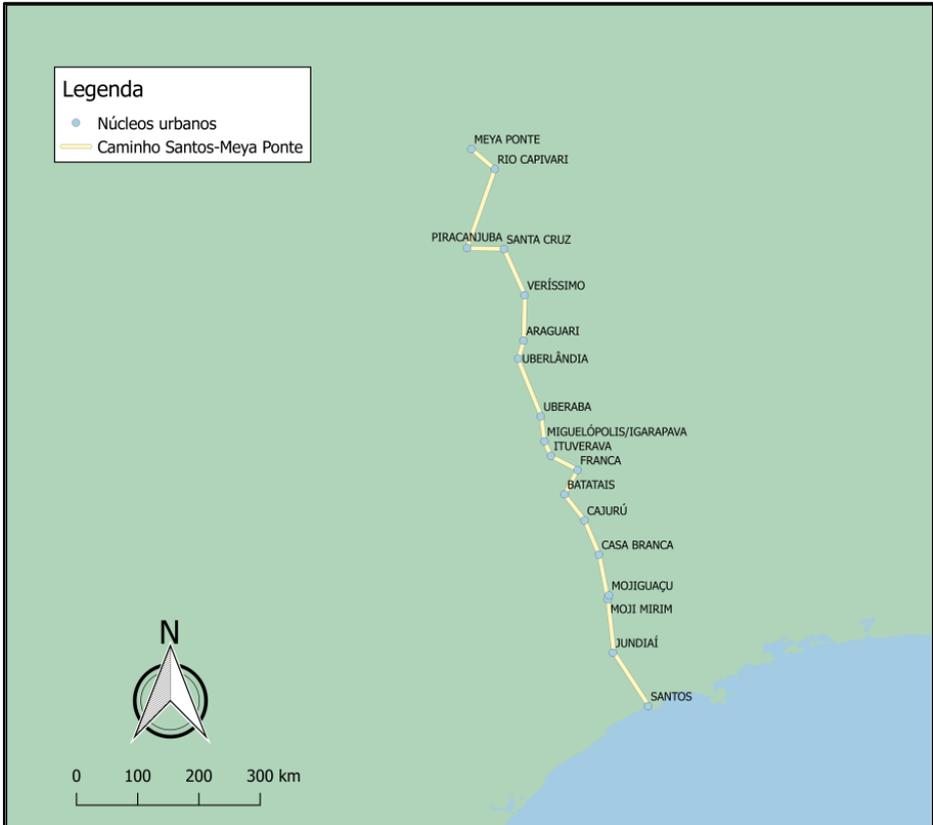
através da mineração nas Minas de Goiás até pouco depois de meados do século XVIII."

O nosso exercício em SIG, com base nesse roteiro indicado acima, resultou no seguinte mapa²⁸⁴:



MAPA 2 - CAMINHO DOS GUAIASES SEGUNDO DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA, REALIZADO NO SOFTWARE GOOGLE EARTH (AUTORIA PRÓPRIA, 2016).

²⁸⁴ O geoprocessamento foi realizado com o *software* gratuito *Google Earth* e com o *software* livre *QuantumGis*.



MAPA 3 - CAMINHO DOS *GUAIASES* SEGUNDO DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA, REALIZADO NO SOFTWARE *QUANTUM GIS* (AUTORIA PRÓPRIA, 2016).

As retas que interligam os núcleos urbanos indicados na literatura foram traçadas utilizando-se o *Google Earth* e inseridas no *shape*²⁸⁵ georreferenciado no *QuantumGis*. O caminho deixou de ser especificado a partir da travessia do Rio Grande entre Miguelópolis e Igarapava. Sabe-se que o trajeto prosseguia pelas minas e povoações de

²⁸⁵ Definição de *shapefile* segundo tópico do site *ArcGis Online*: "O *shapefile* é um formato de armazenagem de dados vetoriais da Esri para armazenar a posição, formato e atributos de feições geográficas." Ver: ARCGIS ONLINE, *Shapefiles*. Disponível em: <<http://doc.arcgis.com/pt-br/arcgis-online/reference/shapefiles.htm>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

Goyaz²⁸⁶ e buscamos estendê-lo até o arraial de Meya Ponte que servia como polo de cruzamento entre os principais caminhos e estradas que por lá eram percorridos.²⁸⁷ A conectividade com Meya Ponte será demonstrada a seguir com o segundo exercício de geoprocessamento.

O Mappa dos Sertões que se compreendem de Mar a Mar entre as Capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará, confeccionado no século XVIII e de autoria desconhecida, traz consigo os seguintes caminhos percorridos:

"Quanto aos caminhos pontilhados, a representação nos três documentos cartográficos também é semelhante: as rotas, tanto terrestres quanto fluviais, ligavam a Vila de Santos, em São Paulo, a Cuiabá e à cidade do Mato Grosso, às margens do Rio Madeira; a rota terrestre, subindo ao norte, chegava ao Descoberto do Carmo; e a rota fluvial seguia até a confluência do rio Sumidouro com o rio dos Arinos. Da mesma forma, o itinerário que assinalavam, nas proximidades do atual DF, cruzava apenas o Arraial de Meia Ponte, não passando sequer por Santa Luzia." (BARBO, L. C.; SCHLEE, A. R., 2011, p. 9-10)

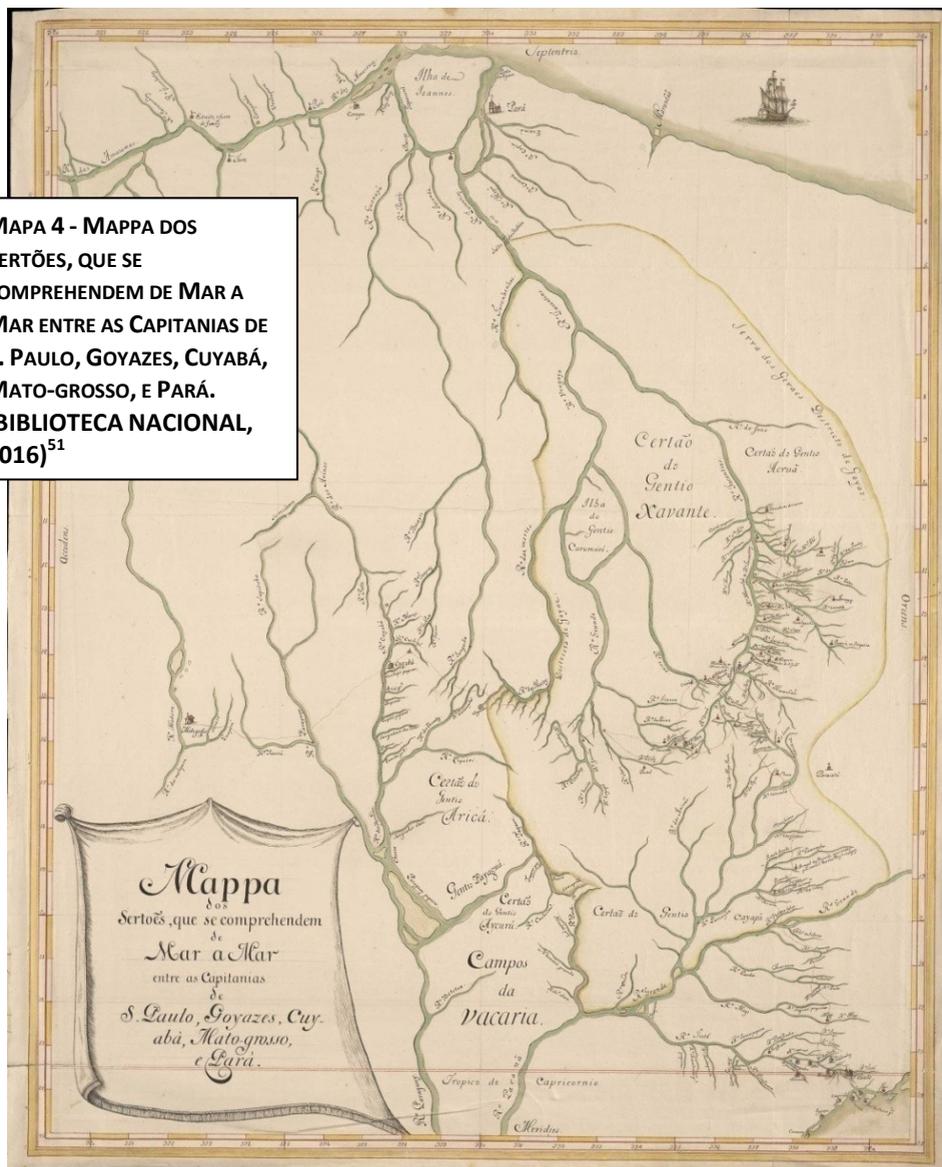
Para ter melhor visualização do conteúdo apresentado e maiores facilidades no uso da fonte cartográfica, a carta foi toda vetorizada²⁸⁸, mantendo-se os aspectos descritivos apresentados, como as referências aos núcleos populacionais, às feições fluviais, aos povos indígenas, aos objetos geográficos (como fortes, pontes, etc.), além do próprio desenho contornante. A seguir são apresentadas a carta original e a sua versão geoprocessada:

²⁸⁶Bertran (2011, p. 262) destaca que a própria fundação de Meya Ponte foi dada a partir da expedição de Maneul Rodrigues Tomar pelo "Caminho dos Goiazes", guiado por Urbano do Couto Menezes, por volta de 1730. Ver: BERTRAN, *Ibid*, p. 262.

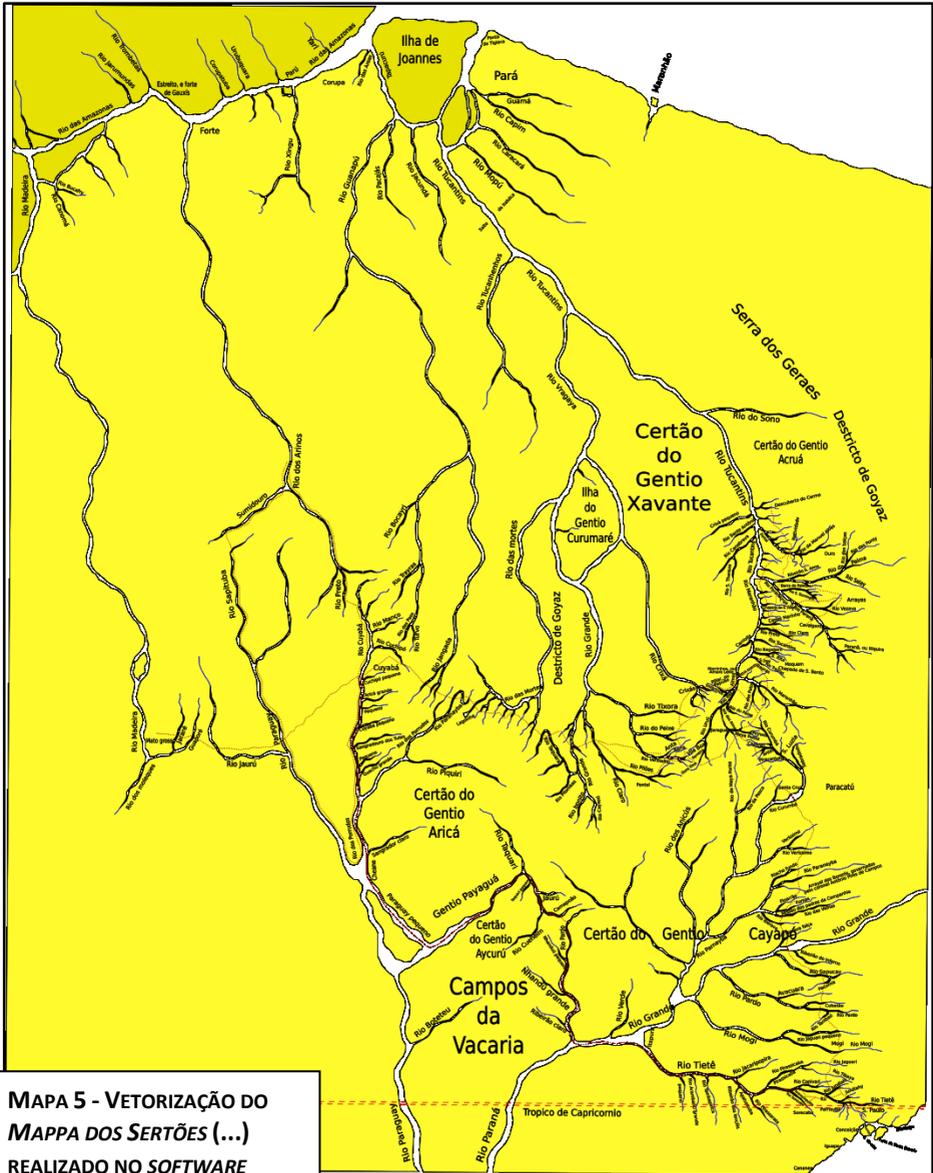
²⁸⁷Lemes (2014, p. 189) ressalta que a relevância de Meya Ponte para o contexto aurífero goiano era tamanha que, quando se ponderou a respeito da fundação da primeira Vila daquelas terras, houve um debate se se era mais adequado erguer a vila o arraial de Sant'Anna (futura Vila Boa) ou o arraial de Meya Ponte. Ver: LEMES, *Ibid*, p. 189.

²⁸⁸Vetorização realizada utilizando-se o *software* livre *Inkscape*.

MAPA 4 - MAPPA DOS SERTÕES, QUE SE COMPRENDEM DE MAR A MAR ENTRE AS CAPITANIAS DE S. PAULO, GOYAZES, CUYABÁ, MATO-GROSSO, E PARÁ. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2016)⁵¹



²⁸⁹ BIBLIOTECA NACIONAL, Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato grosso, e Pará. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/mss1033414/mss1033414.jpg>. Acesso em: 04 de abril de 2016.



**MAPA 5 - VETORIZAÇÃO DO
MAPPA DOS SERTÕES (...)
REALIZADO NO SOFTWARE
INKSCAPE (AUTORIA PRÓPRIA,
2016).**

O primeiro contraste observado está nas distorções evidentes quando é realizado o encaixe do *Mappa* no *shapecontinental* apresentado no *QuantumGis*. Apesar de não haver uma superposição perfeita, deve-se ater ao fato de que essa carta foi realizada no século XVIII com os instrumentos e técnicas disponíveis à época. A aproximação com as referências latitudinais e longitudinais das tecnologias de hoje em dia é assombrosa, demonstrando a confiabilidade cartográfica dessa fonte.

A segunda observação está nas diferenças de quilometragem observadas entre ambas as representações do caminho. Foi detectada uma distância de 108km, aproximadamente, entre o que seria Meya Ponte segundo a bibliografia e a fonte cartográfica. Também pode-se observar que a travessia do Rio Grande deu-se de maneira inversa e constatou-se uma distância de, aproximadamente, 56km entre os dois traçados. Finalmente, a diferença detectada do que seria o início do caminho – o porto de Santos – foi de 85km, aproximadamente. Diferenças de medição que, ao nosso ver, não são extrapolantes e demonstram um requinte no traçado do *Mappa*, assim como uma efetividade na descrição bibliográfica.

A sobreposição de ambos os traçados nos indicam que, ao mesmo tempo em que o desenho cartográfico está bem próximo à realidade do que seria o Caminho dos *Guaiases*, o exercício de interpolação estabelecido entre os núcleos urbanos presentes na leitura também não se diferencia exorbitantemente, apesar da linearidade não-adequada ao que seria o real caminho percorrido pelos **sujeitos exploradores** entre o porto de Santos e o arraial de Meya Ponte. Ambas as representações não têm a pretensão de ser exatas, mas nos oferecem uma perspectiva possível de como seria o caminho estudado, da sua extensão e forma aproximadas, proporcionando um material para o nosso objetivo de *reconstrução* da circulação territorial dos setecentos, superando a visualização iconográfica e observando as implicações territoriais engendradas.

Caminho que interligava Vila Bela da Santíssima Trindade a Belém

O segundo estudo de caso consiste em um caminho que foi fundamental para a efetiva ocupação do território a oeste da linha demarcatória estabelecida no Tratado de Tordesilhas (1494): o de interligação entre Vila Bela da Santíssima Trindade e a Cidade de Belém do Pará. Esta rota, ao

contrário da tratada anteriormente, é de caráter majoritariamente fluvial e contornou as possessões portuguesas frente às espanholas, mantendo-se até os dias de hoje enquanto demarcadora de boa parte da dita "fronteira molhada" brasileira.

Holanda (1976, p. 15-18), ao tratar dos caminhos de penetração monçoeiros do continente, destaca que os obstáculos geográficos fluviais de grande porte ofereceram muitas dificuldades às populações paulistas que buscavam explorar o território colonial em busca de meios mais estáveis para a sua constituição demográfica. O conhecimento indígena anterior à chegada dos europeus seria essencial para o sucesso dessas explorações e haveria, na relação específica entre indígenas e paulistas, uma frequente adaptação aos costumes e conhecimentos autóctones. Isto ofereceria uma maior mobilidade aos grupos populacionais não-nativos que lá passaram a se formar por meio do processo de colonização e o uso de rotas híbridas – terrestres/fluviais – estariam no cerne da superação de certos empecilhos naturais.²⁹⁰ Neste sentido, os "caminhos que andam" também tiveram papel importante na interligação entre núcleos populacionais de destaque na colônia, além de um decisivo balizamento geopolítico real.

A divisão territorial brasileira, até meados do século XVIII, formava-se pelo Estado do Brasil e pelo Estado do Maranhão e Grão-Pará e não havia uma ampla articulação entre ambos, isolando-se o sistema amazônico da circulação de riquezas extraídas das Minas Geraes e da estrutura política instalada no litoral. Tais redes permaneceriam distantes até a produção aurífera das capitânicas de Goyaz e Matogrosso e o caminho Guaporé-Mamoré-Madeira-Amazonas, ou rota do Madeira, foi nuclear nessa redistribuição política colonial que passou a integrar territórios ao poente na estrutura colonial portuguesa.²⁹¹

Davidson (1970, p. 49-65) destaca que a descoberta oficial dessa rota data de 1743, mas que, em razão das proibições reais à abertura de estradas e caminhos que tivessem como destino ou origem as regiões mineradoras, apenas em 1752 seria utilizada de maneira irrestrita, coincidindo-se a data com a de fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade. Nauk (2012) ressalta que esta vila foi criada para ser sede do governo da Capitania do Matogrosso

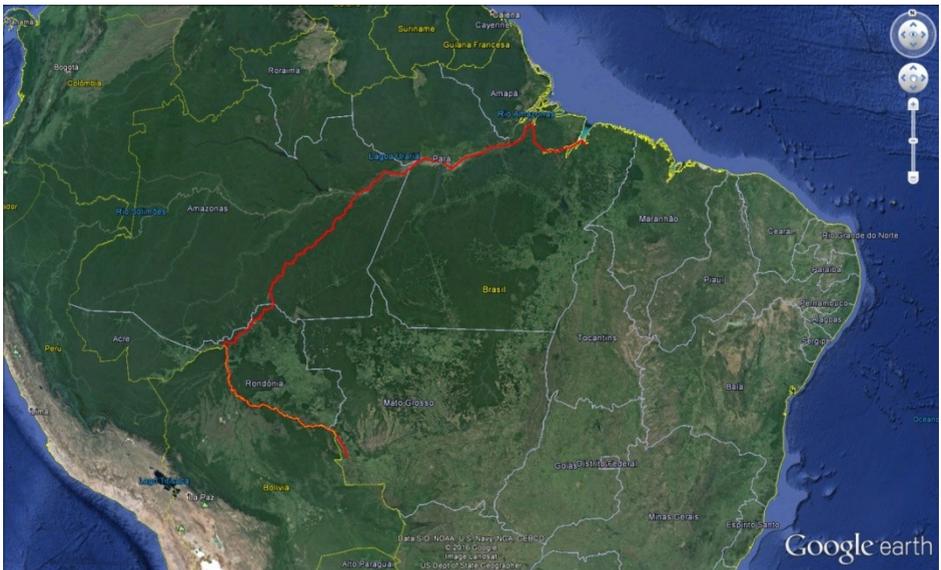
²⁹⁰Ver: HOLANDA, S. B., **Monções**, 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

²⁹¹DAVIDSON, D. Ibid, p. xvii - xxi.

e estabelecia comunicação continuada com o Grão-Pará, em contraste com a Vila Real do Cuiabá que, por sua vez, comunicava-se com o Rio de Janeiro e São Paulo.²⁹²

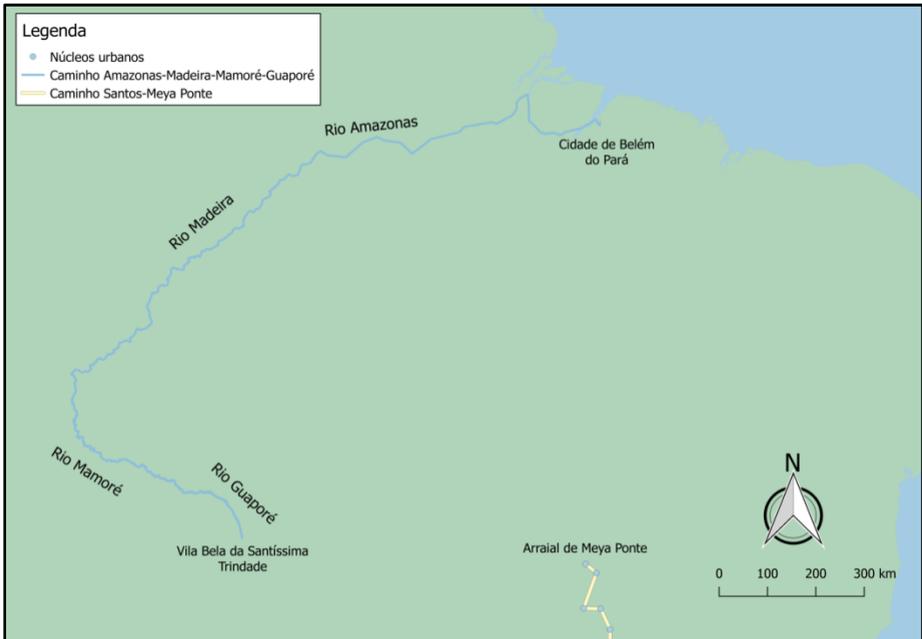
Tem-se um exemplo de caminho que não detinha uma passividade diante do quadro administrativo colonial e que exercia um papel ativo frente à dilatação das possessões portuguesas. Foi a partir da rota do Madeira que se estabeleceu, paulatinamente, a conectividade necessária entre sistemas territoriais distintos e que adensaram a composição da colônia combinada com as políticas centralizadoras de Pombal. Pode-se questionar se as demarcações brasileiras do século XXI seriam as mesmas sem a atuação da rota do Madeira nessa porção da *hinterlândia* colonial que se caracterizava por ser das mais isoladas e distantes.

A seguir, é apresentada a rota do Madeira georreferenciada e a sua distribuição territorial:



MAPA 8 - ROTA DO MADEIRA SEGUNDO DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA, VISUALIZADO NO SOFTWARE GOOGLE EARTH (AUTORIA PRÓPRIA, 2016).

²⁹²NAUK, Ibid, p. 105.



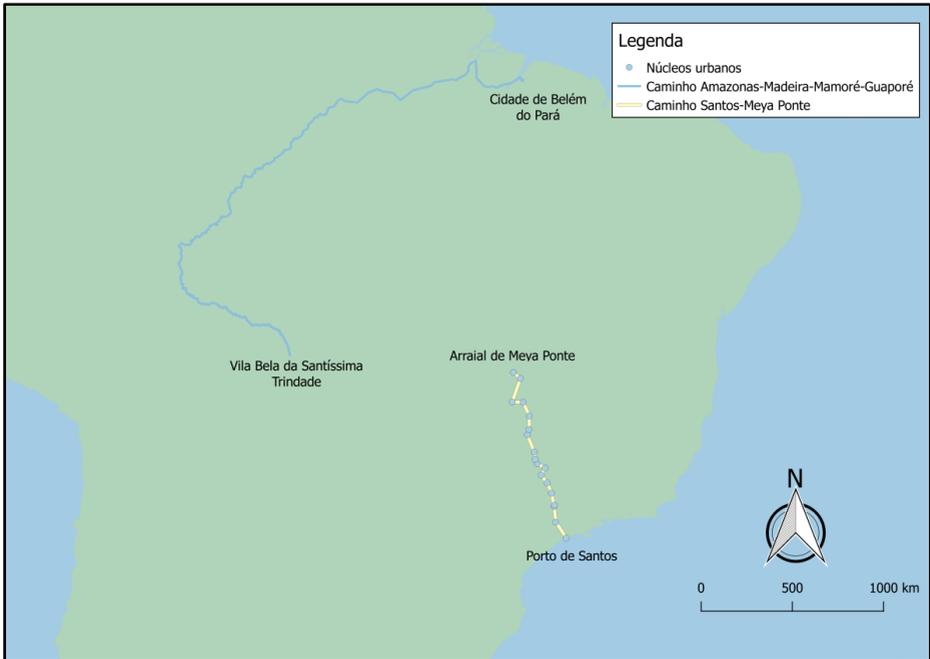
MAPA 9 - ROTA DO MADEIRA SEGUNDO DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA, VISUALIZADO NO SOFTWARE *QUANTUMGIS* (AUTORIA PRÓPRIA, 2016).

Verifica-se o grau continental de extensão dessa rota, formando um verdadeiro arco integrador de regiões das mais distantes da colônia. Aqui, torna-se possível *reconstruir* com mais propriedade a espacialização promovida pela circulação territorial dos setecentos, denotando os profundos avanços territoriais em comparação com os dois primeiros séculos de colonização.

Para realizar esse geogerreferenciamento, foi utilizado o *software Google Earth* para traçar as linhas componentes do caminho e, posteriormente, passou-se a informação para o *QuantumGis* em que será possível contrastá-lo com o Caminho dos *Guaiases*, compondo a totalidade na análise deste trabalho. Preferiu-se por não marcar as divisões entre os rios e os núcleos urbanos formados ao longo do trajeto, além dos objetos geográficos construídos em função da rota (como fortificações, por exemplo), valorizando-se o aspecto fluído próprio ao *movimento* empreendido e, simbolicamente, adverso ao caminho terrestre evidenciado em

georreferenciamentos anteriores. Mas não se deve cair no engano de que o caminho era totalmente navegável e contínuo. A sua composição era híbrida, havendo trechos terrestres entre os fluviais, e o seu transcorrer não era regular, havendo inúmeras barreiras que dificultaram a sua completa exploração.

O surgimento da rota também advoga em razão de sua característica de horizontalidade, pois não era de interesse da Coroa, depois da proibição de 1733, que se reconhecessem caminhos alternativos às minas do ouro, principalmente distante às Minas Geraes que eram amplamente exploradas pelo poder régio e estavam sob a tributação do quinto. Segundo Davidson (1970, p. 49-51), após 4 meses de viagem, a expedição do português Manoel Felix de Lima logrou alcançar a Cidade do Pará em 1743 e, apesar de o feito ter sido reconhecido pelo Capitão-Geral do Pará, os sobreviventes da jornada foram encarcerados. Outras expedições também alcançaram o Pará desde a recém criada Capitania do Matogrosso e a rota, mesmo sem autorização real, passou a ser utilizada continuamente até a sua legalização em 1752. Destaca-se, nesse contexto, que a verticalidade das decisões da metrópole foi posterior ao efetivo *uso do território*, admitindo-se uma horizontalidade preponderante e que servisse aos interesses da Coroa para controlar as suas possessões nessas regiões de alta disputa. Foi por meio da práxis que se transformaram os caminhos e, neste sentido, torna-se produtivo fazer uma reflexão da *circulaçãoterritorial aurífera* dos setecentos para além dos caminhos reais, buscando problematizar a socioespacialidade espontânea gerada.



MAPA 10 - VISUALIZAÇÃO DO CAMINHO DOS *GUAIASES* E DA ROTA DO *MADEIRA* REALIZADO NO SOFTWARE *QUANTUMGIS* (AUTORIA PRÓPRIA, 2016).

❖ Considerações finais

Atotalidade observada no mapa 10 nos dá a possibilidade de sintetizar a discussão até aqui empreendida, tanto em aspectos epistemológicos quanto ontológicos. Não foi necessário unir ambos os caminhos apresentados, pois a sua concepção não era de um circuito único de movimentação territorial. Estes surgiram em momentos e contextos variados da história, mas simbolizam, de forma unida, a formação territorial brasileira resultante dos setecentos e personificadas nos caminhos terrestres e fluviais. Busca-se uma compreensão do *uso do território* enquanto elemento constitutivo e constituído de uma *formação socio-espacial* que se apresenta, ultimamente,

enquanto *totalidade* que desembocará numa concepção final de espaço geográfico.²⁹³

Os caminhos abarcam uma porção numerosa da colônia e não devem ser entendidos apenas em sua singularidade e linearidade. Apesar do Caminho dos *Guaiases* e da Rota do Madeira partirem de um ponto A e terminarem em outro B (cartograficamente), eles envolvem toda uma pluralidade de localidades, caminhos menores, objetos geográficos, projetos políticos e vivências cotidianas. Deve-se partir da simbolização em SIG para alcançar entendimentos outros que não o visualizado. Novamente, destacamos a subjetividade desta análise, mas não poderia ser feita de outra forma. Se dedicarmos aos caminhos um caráter estanque e vertical, não poderemos compreender a sua atividade socioespacial e muito menos processual. Além do que, o investigador também irá influenciar completamente no trabalho efetuado, nas escolhas de análise, nos métodos e isto se reproduz até mesmo na visualização cartográfica.

Para a nossa discussão, procurou-se destacar dois caminhos simbólicos ao nosso argumento central a respeito da **atividade** dos caminhos, em oposição a uma concepção tecnicista e utilitária na qual a circulação estaria somente a serviço de interesses e projetos. Apesar do grau de abstração deste raciocínio, é proposta uma análise de **sujeito** dos caminhos frente ao espaço geográfico por eles produzidos, sem deixar de reconhecer a produção dos caminhos pelo espaço, pois há uma reciprocidade inegável entre ambos.

O SIG, em suas facetas variadas, vem ao encontro das necessidades de visualização e reconstrução dos caminhos, seja a partir de relatos, fontes cartográficas, distribuições fluviais, etc, fornecendo um aspecto técnico que revela, a partir de um método favorável, novas possibilidades de interpretação. Neste trabalho, foram utilizados programas variados com fins diversos, mas todos revolvem em torno da compreensão última de que a distribuição da *circulação territorial aurífera* não era utilitária e compunha um importante aspecto no estudo espacial do século XVIII.

Casos inúmeros podem ser trabalhados ao longo de periodizações diversas e o método geohistórico permite contribuições múltiplas, tanto nos estudos

²⁹³STEINBERGER, M., Território, ambiente e políticas públicas espaciais., *in*: **Território, ambiente e políticas públicas espaciais.**, Brasília: Paralelo 15/LGE Editora, 2006, p. 61–62.

geográficos quanto históricos, possibilitando uma *reconstrução* de nosso passado colonial com o uso de linguagens diversas, menos tradicionais e alternativas.

Por fim, foram detalhados alguns passos metodológicos referentes ao âmbito geral do trabalho, com uma aplicação prática em estudos de caso que demonstram a aplicabilidade dos conceitos trabalhados e os usos diversos das técnicas em SIG. Certamente, o estudo não se encerra aqui, mas pode fornecer algum direcionamento futuro, tanto em teoria e método quanto em uma abordagem técnica aos casos observados. A totalidade dos nossos casos (Caminhos dos *Guaiases* e a Rota do Madeira), como nos ensina Santos (2006, p. 74), é maior do que a soma de suas partes. Ambos os caminhos, quando compreendidos simultaneamente, podem nos revelar uma situação geohistórica que vá além de suas próprias singularidades, expandindo nossas conclusões e oferecendo uma versão alternativa da nossa *formação sócio-espacial* dos setecentos entre as capitânicas de Goyaz e Matogrosso.

❖ Referências bibliográficas

Obras bibliográficas consultadas

- BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história Paulista**. 1. ed. [s.l.: s.n.], 1999.
- BARBO, L. C.; SCHLEE, A. R. As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás. In: **I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA**, v. 1, n. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty: UFMG, p. 2–20, 2011.
- BERTRAN, P. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.
- BRAUDEL, F. **La historia y las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1970.

- CAMPOS, H. Estradas reais e estradas de ferro: cotidiano e imaginário nos caminhos de Minas. In: **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, p. 2–5, 2007.
- CARDOSO, C. F. O trabalho na Colônia. In: **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 95–110.
- COSTA, E. Metodologia para a Geografia Histórica Urbana: depoimentos orais [ou testemunhos] como documentos. In: **XIV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. PERSPECTIVAS E ABORDAGENS DA GEOGRAFIA URBANA NO SÉCULO XXI**, p. 35, 2015.
- COSTA, E.; SCARLATO, F. As fases de (re)produção do patrimônio cultural brasileiro: interpretação e valoração da paisagem urbana da gênese colonial à mercantilização das cidades históricas no Brasil. v. 9, n. Olam: Ciência & Tecnologia (Rio Claro, Online), p. 7–47, 2009.
- DAVIDSON, D. **Rivers and Empire: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west, 1737-1808**. Doutorado em Filosofia, Faculty of the Graduate School, Yale University, Connecticut, 1970.
- FROTA NETO, A. **Urbanização no Brasil: (e alguns dos seus limites)**. Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Machado de Assis).
- GIL, T. L. **Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- _____. **Como se faz um banco de dados (em história)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.
- GIL, T. L.; BARLETA, L. Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa. **Revista História**, n. 173, p. 427–455, 2015.
- GOUBERT, P. Local history. **Dædalus**, v. 100, n. 1, p. 113–127, 1971.
- HABERMAS, J. Trabalho e interação: comentários sobre a Filosofia do espírito de Hegel em Jena. In: **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo: Unesp, 2011.
- HAUKE, G. F. Las relaciones entre geografía e historia. In: FIGUEROA ALCOCER, E. (Org.). **Antología de geografía histórica moderna y**

- contemporânea**. México: Universidade Nacional Autônoma de México, 1974, p. 641.
- HOLANDA, S.B. de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 1, p. 55–111, 1966.
- _____. **Monções**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- LEMES, F. L. Goiás na arquitetura geopolítica da América Portuguesa. **Revista Tempo**, v. 19, n. 35, p. 186–209, 2013.
- LEVI, G. Sobre a microhistória. In: **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133–163.
- MACHADO, M. S.; GOMES, A. N. D. Exemplos brasileiros de Geografia Histórica: considerações sobre as obras de Maurício Abreu e Antonio Carlos Robert Moraes. In: **Geo UERJ**, v. 1, n. 24, p. 18–36, 2013.
- MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORETTI, F. **Atlas of the European Novel 1800-1900**. New York: Verso, 1988.
- NAUK, M. J. A Capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 93–113, 2012.
- OLIVEIRA, T. K. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 68, 2014.
- QUEIROZ, P. R. C. “Caminhos e fronteiras”: vias de transporte no extremo oeste do Brasil. **Seminários do Núcleo de Pesquisa Hermes & Clio**,
- SANCHES, T. **Circuitos mercantis do porto de Santos às Minas de Goiás entre meados do século XVIII e início do XIX (1765-1808)**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SOJA, E. História: Geografia: Modernidade. In: **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 17–20.

STEINBERGER, M. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. *In: Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15/LGE Editora, 2006, p. 408.

STRAFORINI, R. **Tramas que brilham**: sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Obras cartográficas consultadas

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parte do Brazil que comprehende a navegação que se faz pelos três Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, athe Villa Bella, Capital do Governo do Matto Grosso, com Estabelecimentos Portuguezes, e Espanholes, aelles adjacentes.

Mappa dos Sertões que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará.

Sites consultados

ARCGIS ONLINE. Shapefiles. Disponível em: <<http://doc.arcgis.com/pt-br/arcgis-online/reference/shapefiles.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

BIBLIOTECA NACIONAL. Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará. (Coleção Morgado de Mateus).

Vantagens Competitivas Naturais entre os Caminhos Velho e Novo

Rafael Laguardia

Este capítulo tratará de contextualizar no espaço os Caminhos Novo e Velho²⁹⁴. Por contextualizar, entende-se identificar as principais características físicas de cada caminho, possibilitando uma análise espacial e comparativa capaz de responder qual ou quais caminhos impuseram maior ou menor resistência aos viajantes que partiam do litoral do Rio de Janeiro, atravessando o sertão,²⁹⁵ em direção às minas de Cataguases.

²⁹⁴ O Caminho Velho no sentido sertão-litoral: Em Minas Gerais: Ouro Preto, Cachoeira do Campo, Congonhas, Miguel Burnier, São Brás do Suaçui, Entre Rios de Minas, Casa Grande, Lagoa Dourada, Coronel Xavier Chaves, Prados, São João Del Rei, São Sebastião da Vitória, Caquende, Carrancas, Fazenda de Traituba, Cruzília, Baependi, Caxambu, Soledade de Minas, São Lourenço, Pouso Alto, Itanhandu, Itamonte e Passa Quatro; Em São Paulo: Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Lorena, Vila do Embaú, Guaratinguetá e Cunha; No Rio de Janeiro: Paraty.

Caminho Novo no sentido sertão-litoral: Em Minas Gerais: Ouro Preto, Lavras Novas, Itatiaia, Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete, Queluzito, Cristiano Otoni, Carandaí, Ressaquinha, Alfredo Vasconcelos, Barbacena, Antônio Carlos, Santos Dumont, Ewbank da Câmara, Juiz de Fora, Matias Barbosa, MontSerrat e Simão Pereira; No Rio de Janeiro: Paraíba do Sul, Comendador Levy Gasparian, Secretário, Petrópolis e Magé, Rio de Janeiro.

Assim, o Caminho Velho percorre o que, atualmente, corresponde a limites de três estados e 31 municípios e localidades, enquanto que o Caminho Novo percorre o que corresponde, atualmente, a dois estados e 24 municípios e localidades.

Os dados de informações geográficas e históricas apresentados são resultado de levantamento de informações fornecidas por algumas instituições: O IBGE, o Instituto Estrada Real (traçado dos Caminhos Velho e Novo), o INPE (através das cartas 23S465, 23S45, 23S435, 22S465, 22S435, 22S45, 21S465, 21S435, 21S45, 20S465, 20S435 e 20S45), ESRI, Biblioteca Nacional, Arquivos, entre outros.

²⁹⁵ Sertão - Para este conceito, muitos autores já definiram formas variadas de definição, mas para nossa proposta cabe a definição sintética feita por Saint-Hilaire ([1816]1938, v.2, p. 248), em sua obra “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”, na qual caracteriza sertão “pela escassez de população”. José Vieira Couto, em Memórias sobre a Capitania de Minas Gerais, também apresenta uma

Esses caminhos podem ser vistos como concorrentes, visto que representantes da Coroa buscaram proibir a passagem por um e definir outro como oficial. Mostraremos ademais que a tomada de decisão nesta definição apresenta indícios de um profundo conhecimento do espaço e foi definida de forma estratégica visando a maior eficiência do duplo objetivo da função caminho, o percurso facilitado (melhores condições de executar a viagem com abastecimento) e o controle do fluxo das pessoas. Para isso, identificaremos de forma comparativa: distâncias, altitudes, rios, chuvas, registros e sesmarias. Isto é, se os Caminhos como infraestrutura de conquista do sertão foram efetivados pelo condicionamento dos aspectos físicos naturais, bem como a possibilidade de outros elementos da administração colonial, como os registros, também refletirem essa preocupação.

❖ **Caminhos por Distâncias**

O principal argumento para a constituição do Caminho Novo e, portanto, para a mudança do espaço de acesso à área mineradora foi o risco dos descaminhos do ouro diante o longo percurso do Caminho Velho. Segundo a Revista do IHGB, em seu capítulo 6 sobre o Caminho Novo, foi através da carta de 24 de maio de 1698 de Arthur Sá e Menezes signatário de Garcia Rodrigues Paes a solicitação ao Rei para a formação do Caminho Novo, objetivando maior segurança e rapidez no percurso dos viajantes contra ameaças de descaminhos. Com tal solicitação atendida, Garcia Rodrigues Paes foi nomeado Guarda-mor das Minas em 1702.

Em 6 de março de 1703, o governador do Rio de Janeiro insistia que ainda havia pessoas que passavam pelas Minas sem licença e solicitava uma trincheira na vila de Parati para obstar essa passagem e, assim, os descaminhos do ouro. Por conseguinte, Arthur Sá e Menezes solicitou ao rei a abertura do Caminho Novo, indicando o nome de Garcia Rodrigues e o bloqueio do Caminho Velho.

A menor distância da costa foi um argumento da carta de Arthur de Sá Menezes à Coroa para a construção do Caminho Novo. Na carta do governador ao rei: “porque por este donde agora vão aos Cataguases se porá

definição nessa direção: “Chamam-se sertões nesta capitania as terras que ficam pelo seu interior, desviadas das populações das minas e onde não existe mineração”.

do Rio não menos de três meses e de São Paulo, 50 dias, e pelo caminho que se intenta abrir... pouco mais de 15 dias...”.

Sobre a distância, são perceptíveis algumas relações com medidas atuais: o Caminho Velho tinha o percurso de aproximadamente 710 quilômetros ou 107 léguas, enquanto que o Caminho Novo possuía aproximadamente 515 km ou 78 léguas²⁹⁶. A diferença em termos espaciais, apontada pela razão da quilometragem percorrida por dia, mostra que o Caminho Novo apresentou-se como um percurso mais rápido em ganho de quilômetros por dia frente ao Caminho Velho. Segundo estes dados, o Caminho Velho tinha 14,2 quilômetros superados por dia, enquanto que o Caminho Novo, 34,3 quilômetros por dia. A diferença apresentada responde à dificuldade maior em percorrer o Caminho Velho, menor rapidez. Assim, a distância se apresenta como um indício de vantagem competitiva natural para o Caminho Novo em relação ao Caminho Velho. Conforme representado na figura a seguir.

²⁹⁶ As conversões de medidas tem por referência o estudo de COSTA, Iraci del Nero da. "Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações". Boletim de História Demográfica (1). Núcleo de Estudos em História Demográfica (NEHD); Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Universidade de São Paulo (USP). Neste, uma légua equivale a 6.600 metros.

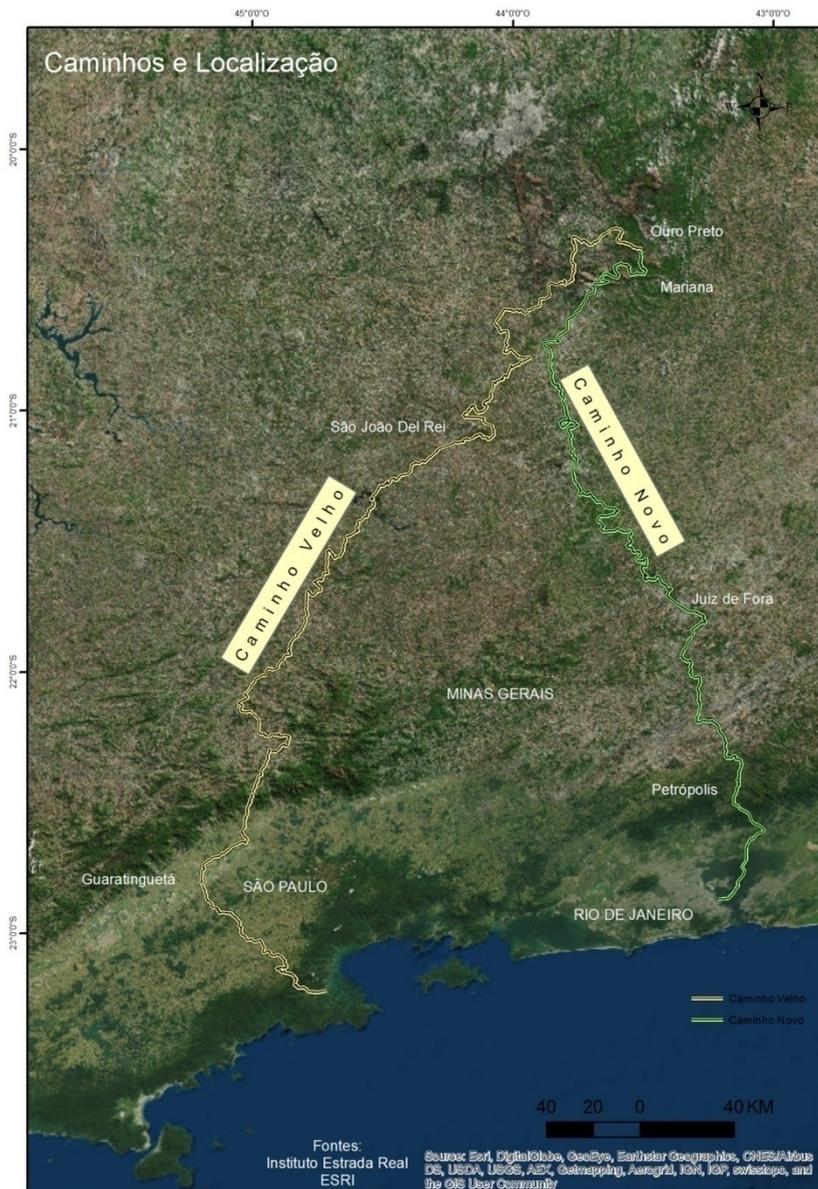


FIGURA 1: CAMINHOS E LOCALIZAÇÃO

Nesta perspectiva de análise sobre qual percurso apresenta maior ou menor dificuldade de superação do percurso pelos viajantes, avançamos para contextualizar os caminhos conforme as altitudes.

❖ Caminhos por Relevo e Altimetria

Buscamos identificar o traçado dos Caminhos e as características de seu relevo para termos elementos comparativos e definir as vantagens ou a ausências dessas para os viajantes. Os dois caminhos se deparam com três áreas de altitudes significativas definidas no sentido sertão-litoral: Serra do Espinhaço (ou último contraforte da Serra da Mantiqueira), Serra da Mantiqueira e Serra do Mar²⁹⁷. Apesar das vantagens das áreas de maior altitude como a orientação, “as bandeiras romperam os matos gerais,

²⁹⁷ Breve caracterização do relevo: Localiza-se no domínio morfoestrutural, o qual entende-se por Cinturões Móveis Neoproterozóicos, estes, compreendem extensas áreas representadas por planaltos, alinhamentos serranos e depressões interplanálticas elaborados em terrenos dobrados e falhados, incluindo principalmente metamórficos e granitóides associados. Apresenta, ainda, um segundo nível de classificação do relevo em regiões geomorfológicas. Estas constituem o segundo nível hierárquico da classificação do relevo, são compartimentos dos conjuntos litomorfoestruturais que, sob a ação dos fatores climáticos pretéritos e atuais, lhes conferem características genéticas comuns, agrupando feições semelhantes, associadas às formações superficiais e às fitofisionomias. In: Manual técnico de geomorfologia / IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. – 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009. 182 p. – (Manuais técnicos em geociências, ISSN 0103-9598 ; n. 5).

Dos exemplos da caracterização do relevo mostrado acima são as áreas em que nossos estudo se localiza a Serra do Espinhaço e a Serra da Mantiqueira. A Serra da Mantiqueira, cadeia de montanhas que em algumas áreas ultrapassam 2.000m de altitude, localiza-se na região Sudeste do Brasil, entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, considera-se ainda o Espírito Santo devido a Serra do Caparaó, se considerada essa como ramificação da Mantiqueira.

A Serra do Mar é um conjunto de escarpas de planalto com cerca de 1.000 km de extensão entre o Rio de Janeiro e Santa Catarina, também ultrapassa os 2.000m de altitude. Localiza-se na área do Rio de Janeiro apresenta-se como montanhas constituídas por blocos de falhas inclinado em direção ao rio Paraíba do Sul, com vertentes abruptas voltadas para a Baixada Fluminense, a sul. In: ALMEIDA, Fernando Flávio Marques. CARNEIRO, Celso Dal Ré. Origem e Evolução da Serra do Mar. Revista Brasileira de Geociências. SBG-USP. Volume 28 (2): p.135-150, junho de 1998.

servindo-lhes de norte o pico de algumas serras, que eram os faróis na penetração dos densíssimos matos e vieram esses conquistadores a sair finalmente sobre Itaberaba serra de Vila Rica...”²⁹⁸, abrigo e isolamento, os Tamoios, no século XVI, atacavam (após a união dos que habitam as costas e os rios, formando a confederação dos Tamoios) sem cessar e não “bastavam serras e montanhas mui ásperas, nem tormentas mui graves, para lhes impedir...” . Após a derrota dos Tamoios, aliados aos franceses, em São Sebastião do Rio de Janeiro, sua saída contra a escravidão foi a fuga para o abrigo das serras. Há as dificuldades de transpô-las sendo uma desvantagem a travessia das serras pelos caminhos, nas anotações de Antonil: “até o pé da serra afamada de A Mantiqueira, pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiros muros que o ouro tem no caminho para que não cheguem lá os mineiros”.

²⁹⁸ Revista do IHGB. Descrição Geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania das Minas Gerais. TOMO LXXI. Parte I. 1838. P. 120.

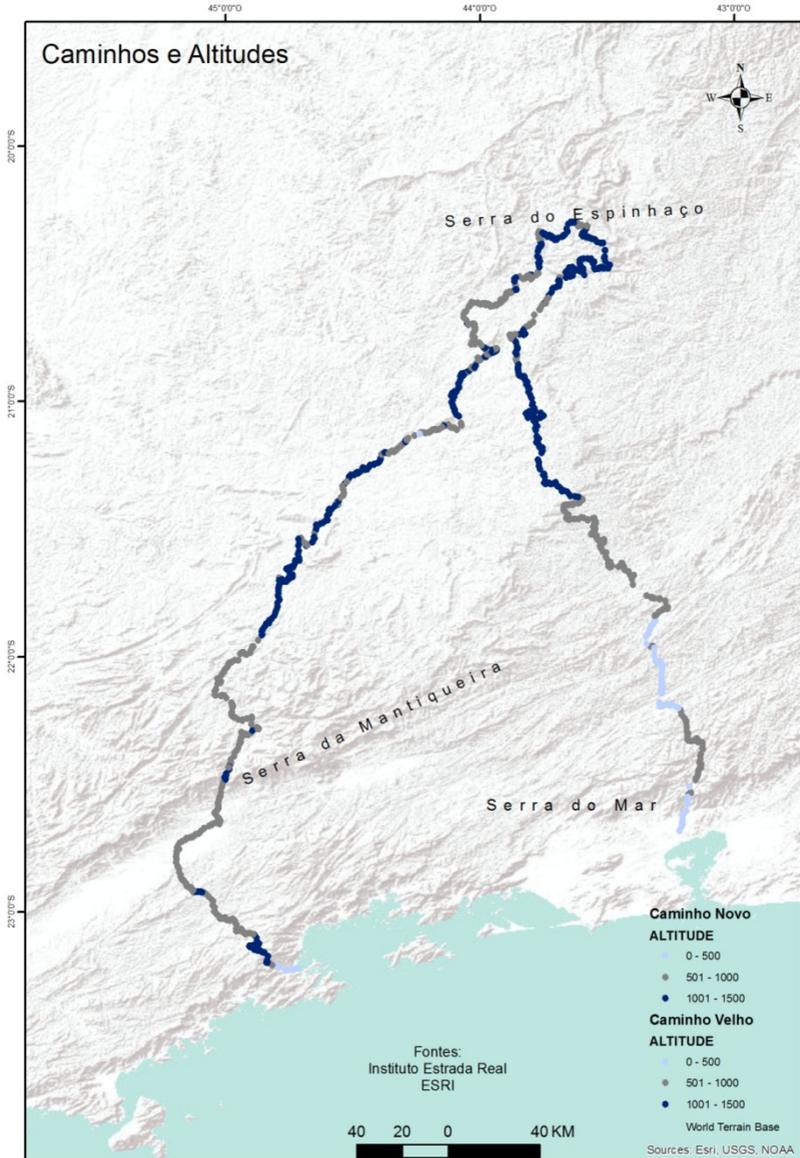


FIGURA 2: CAMINHOS E ALTITUDES

Comparando a altimetria do percurso dos viajantes temos as seguintes características²⁹⁹:

Analisando a figura 2 e os respectivos perfis de relevo³⁰⁰, através dos gráficos, notam-se iguais espaços de máximas altitudes para ambos os Caminhos, sendo estes, a serra do Espinhaço, ou o último contraforte da cadeia de montanhas da serra da Mantiqueira, a própria serra da Mantiqueira e a serra do Mar.

Sobre a serra do Mar, o viajante de Tavares de Brito a denomina, a partir de Paraty, de inacessível; na parte do Caminho Novo diz que “sobe-se a serra com bastante trabalho”.

²⁹⁹ Segundo análise do Instituto Estrada Real, informando aos atuais turistas sobre esses percursos: Para o Caminho Velho é informado: “Para quem vai percorrer no sentido Ouro Preto a Paraty terá a altimetria a seu favor, pois ela sai de 1.200 metros para o nível do mar. Mesmo assim o percurso todo oscila com subidas curtas e longas, num total de 320 km, sendo as mais marcantes entre Capela do Saco a Carrancas e Guaratinguetá a Cunha. Boa parte dos percursos existe poucas opções com áreas sombreadas, principalmente entre São João Del Rei a Cruzília. Para quem vai percorrer no sentido Paraty a Ouro Preto terá a altimetria como inimigo, pois ela sai do nível do mar para 1.200 em Ouro Preto. Mesmo assim o percurso todo oscila com subidas curtas e longas, num total de 319 km, sendo as mais marcantes entre Paraty a Cunha, Vila do Embau a Passa Quatro e São Bartolomeu a Ouro Preto.” No mesmo sentido a análise do Caminho Novo é assim apresentada: “Para quem vai percorrer no sentido Ouro Preto a Porto Estrela terá a altimetria a seu favor, pois ela sai de 1.200 metros para o nível do mar. Mesmo assim o percurso todo oscila com subidas curtas e longas, num total de 223 km, sendo as mais marcantes entre Secretário a Petrópolis. Boa parte dos percursos tem opções com áreas sombreadas. Para quem vai percorrer no sentido Porto Estrela a Ouro Preto terá a altimetria como inimigo, pois ela sai do nível do mar para 1.200 em Ouro Preto. Mesmo assim o percurso todo oscila com subidas curtas e longas, num total de 238 km.”

³⁰⁰ Usou-se a ferramenta Google Earth e os caminhos definidos espacialmente no ArcGIS convertidos em arquivos “.kml”. Os dados altimétricos do Google Earth são provenientes da missão SRTM (Nasa), usados para áreas. O referencial altimétrico é o WGS84. A altitude é mais próxima da Elipsoidal (ou Altitude Geométrica) do que da Altitude Ortométrica. Os dados SRTM tem resolução 90 x 90m, isso possibilita uma ideia da altimetria, mas não substituem levantamentos mais detalhados. O Google Earthcom dados de 2007.

Sobre a serra da Mantiqueira, essa é no Caminho Velho adjetivada de “notável serra” e no Caminho Novo de “a grande cordilheira”.

Também é possível perceber iguais espaços de mínima de altitude na área do vale do rio Paraíba do Sul³⁰¹ – No Caminho Novo na área da atual cidade de Três Rios, enquanto que no Caminho Velho na área da atual cidade de Guaratinguetá.

Outra característica que se pode perceber é que a rota do Caminho Velho apresenta em seu percurso uma característica de acidentes mais abruptos, enquanto que, comparativamente, no Caminho Novo, os desníveis são menos abruptos com uma linha de declínio, no sentido sertão-litoral, ou ascendente no sentido contrário. As variações de altitudes estão presentes em ambos os caminhos e a diferença surge pela altitude absoluta a ser superada, a qual podemos compará-la no sentido litoral-sertão³⁰²:

No Caminho Novo a travessia de nível (ganho de elevação) para as serras são assim identificadas: na serra do Mar: 0 a ~976m; na serra da Mantiqueira: ~915m a ~1214m; na serra do Espinhaço: ~987m a ~1445m.

No Caminho Velho a travessia de nível (ganho de elevação) para as serras são assim identificadas: na serra do Mar: 0 a ~1523m; na serra da Mantiqueira: ~560m a ~1184m; na serra do Espinhaço: ~900m a ~1467m.

A inclinação máxima, isto é, o valor máximo da divisão da discrepância de altitude pelo comprimento de rampa (projeção horizontal) em todo o percurso definido - do Caminho Velho é de 12,6% e do Caminho Novo é de 11,9%. Quanto ao Ganho de elevação -, isto é, a diferença de altitude considerando o traçado, tendo como ponto de partida o sertão, é de 6023m no Caminho Novo e 9827m no Caminho Velho. Enquanto que a perda de elevação é de -11017 para o Caminho Velho e -7220 para o Caminho Novo. Isto significa maiores altitudes e subidas no o Caminho Velho em comparação ao Caminho Novo.

³⁰¹ O Rio Paraíba do Sul, na confluência dos rios Paraíba e Paraitinga a montante na Serra da Bocaina segue a jusante até no sentido sudoeste e depois modificando-se para o nordeste atravessando todo o território convencionado por Vale do Paraíba atravessando os estados de São Paulo e Rio de Janeiro onde até o oceano Atlântico.

³⁰² Valores métricos aproximados.

Coincidem as Escarpas e reversos da serra do Mar e da Mantiqueira, a Depressão do rio Paraíba do Sul, as Planícies Marinhas, o Planalto Centro Sul-Mineiro e a depressão de Belo Horizonte. No entanto, boa parte do Caminho Velho percorre o Planalto do Alto Rio Grande, diferentemente do Caminho Novo. Assim, em se tratando de altimetria, o Caminho Novo apresenta mais um indício de vantagem competitiva natural em relação ao relevo, apresentando como mais um indício de que o Caminho Novo é um percurso, comparativamente, que impunha menor resistência, ou menores dificuldades aos seus usuários. Detalhadamente, as informações fornecidas pelo Instituto Estrada Real corroboram com sua descrição em nossos indícios e apresentam as inclinações dos pontos de subida e travessia dos maiores desníveis nesses Caminhos³⁰³.

Sobre a serra do Mar, trata-se do percurso mais abruço e escarpado em ambos os caminhos, com o maior ganho de elevação para os viajantes, apresentando como consequência a queda da temperatura mais abrupta, pois quanto maior a altitude em relação ao nível do mar menor a temperatura. Segundo essas informações, ambos os percursos apresentam subidas classificadas como 'Difícil', com a maior distância em subida pelo Caminho Novo e também maior inclinação média, considerando todo o percurso entre as localidades. No entanto, considerando a maior subida do percurso, aquela que corresponde à chegada ao nível da serra, o Caminho Velho apresenta uma inclinação de 7,61% e o Caminho Novo 6,97%³⁰⁴. Assim

³⁰³ Atribuída a Legenda:

Leve: Até 2Km com inclinação de 5% e / ou até 5Km com inclinação menor que 3%.

Fácil: Até 2Km com inclinação forte até 10% e ou até 6Km com inclinação menor que 5%.

Médio: Entre 2Km e 5Km com inclinação de 7% a 9% e ou até 15Km com inclinação de 4%.

Coloca um título. Ex: Classificação do nível de dificuldade de sei lá o q

Difícil: Entre 5Km e 8Km com inclinação entre 6% e 10% e ou até 20Km inclinação de 5%.

Muito Difícil: São montanhas longas e inclinadas, acima de 8 Km com inclinação de 7,5% e ou até 25 Km com 4% e 6% de inclinação.

Cálculo do percentual de subida: Distância/altimetria x 100 = Percentual de subida

Fonte: Instituto Estrada Real.

³⁰⁴ $\tan \theta = \frac{\text{Cat oposto}}{\text{Cat adj}}$ em percentuais. Cálculo das inclinações.

a maior inclinação na parte do percurso classificada como ‘Difícil’ está no trajeto do Caminho Velho, devido ao ganho maior de elevação.

*Nessa subida, em que haverá uma légua, gastei perto de duas horas, por ser o caminho mais escabroso que tenho até aqui visto... e tão elevado que bastando subir a um cavalo com sela me admirei sumamente de que o pudesse subir algum carregado, mas por isso gastam muito tempo e caem, e ficam muitas vezes debaixo das cargas. Por toda essa serra acima é o caminho quase todo copado e denso de infinidade de árvores...*³⁰⁵

Sobre a serra da Mantiqueira, as travessias ocorrem na Garganta do Embaú no Caminho Velho e na Garganta de João Ayres ou do Registrone Novo. Segundo essas informações, ambos os percursos são de subida classificada como Médio, com a maior distância em subida e Inclinação média para o trajeto do Caminho Novo, considerando todo o percurso entre as localidades. Considerando apenas as subidas nos trechos considerados “médio”, tem-se uma inclinação de 3,90% para o Caminho Velho e 3,73% para o Caminho Novo. Em outro relato³⁰⁶: “em distância de meia légua boa, de subida, além do mais que para ela se vem subindo ao longe – é de barro, ou tijuco, que assim se chama por cá, é de não dificultosa subida...”

Sobre a serra do Espinhaço ou último contraforte da Serra da Mantiqueira: Segundo essas informações, o percurso de subida do Caminho Velho é classificado como “Difícil”, enquanto que o percurso do Caminho Novo é classificado como “Fácil”. Com maiores distâncias em subida e Inclinação média para o Caminho Velho, considerando todo o percurso entre as localidades. Sobre os trajetos marcados, a inclinação percentual fica em 8,11% para o Caminho Velho e 4,58% para o Caminho Novo.

Desta forma, diante das três passagens pelas serras, o Caminho Velho se apresenta como um percurso que impõe maior resistência de transposição diante das inclinações e subidas mais íngremes. Através dessas informações, identificamos mais um indício de vantagem natural competitiva para o Caminho Novo.

³⁰⁵ COSTA MATOSO. Coleção Mineiriana Livro Códice Costa Matoso. Belo Horizonte. 1993 [1749] P. 485.

³⁰⁶ Idem.

❖ Caminhos por Rios e Chuvas

Os rios têm sido comparados ao longo da história com ‘estradas’ e ‘pontos de referência’ naturais que orientam os percursos e caminhos, não sendo diferente no período da colonização do Brasil, desde as primeiras entradas dos bandeirantes guiados e orientados por estas ‘estradas naturais’ até seu uso para agricultura.

O rio Paraíba do Sul, na parte do Caminho Novo, passa pela propriedade de Garcia Rodrigues - o qual ‘tomou’ o nome do rio para dar ao seu sítio – “e após fertilizar os campos que percorria, seguia para o mar...”³⁰⁷ A percepção do cronista sobre a função do rio, frente à propriedade, é nítida quanto sua capacidade de fertilizar as terras. É significativo pensar que Garcia Rodrigues, experiente conhecedor dos sertões e suas características, nomeou sua propriedade com o nome do rio possivelmente por um referencial de localização, mas também por sua importância e uso estratégico. Ainda nas terras que foram de Garcia Rodrigues, ao cruzar o rio [Paraibuna, no Caminho Novo] paga-se o emolumento e apresenta a licença ou não passa e retorna³⁰⁸. Uma vantagem conhecida é a de que “os rios tinham a função de um eficiente sistema de viação”³⁰⁹. Hélio Viana destaca essa importância ao dizer: ‘Aos rios ficamos devendo nada menos do que a atual configuração geográfica do país’, definida segundo sua análise pelo controle dos recursos naturais, “porque próximos das embocaduras, e não perto das cabeceiras, é que se encontram os recursos para sua exploração e fixação de núcleos povoadores...”³¹⁰. Outra importância referente à ocupação de uma área pela presença de um rio é informada por Antonil, no cotidiano de um engenheiro:

Tomam para mover a moenda do rio acima, aonde faz a sua queda natural... por um rego capaz e forte nas margens, para que a água vá unida e melhor se

³⁰⁷ TAVARES DE BRITO, Francisco. ItinerarioGeografico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoaçoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro / composto por Francisco Tavares de Brito. - Sevilha : na Officina de Antonio da Sylva, 1732. - 26 p. ; 8^o (14 cm)

³⁰⁸ COSTA MATOSO . Op. Cit. P. 489

³⁰⁹ HOLANDA. SÉRGIO BUARQUE. Caminhos e Fronteiras. Rio de Janeiro. [1957] 1994. P. 19

³¹⁰ ANTONIL, André J. Cultura e opulência do Brasil. 3. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da USP, 1982. p. 204

*conserve, cobrando na declinação cada vez maior ímpeto e força, com seu sangrador para a divertir, se for necessário, quando por razão das chuvas ou cheias viesse mais do que se pretende com outra abertura para duas bicas, uma que leva água para casa das caldeiras, e outra que vai refrescar o aguilhão...*³¹¹

Além das vantagens proporcionadas pelos rios, têm-se também as dificuldades e o condicionamento que eles impunham. Os jesuítas, por exemplo, no século XVI, estabeleceram uma aldeia de evangelizaçãona busca pelos indígenas nas proximidades do Rio Paraíba do Sul, mas tiveram de modificar sua localização para um plano elevado a 10 quilômetros de distância devido aos alagamentos provocados pelo rio, conforme LEITE (1954). Os viajantes do século XVII corroboram esses pontos, o alferes viajante José de Peixoto informa (IHGB, p. 217),

... passamos o rio em um vão com água no peito e fomos pousar no meio do campo distância de três para quatro léguas, é todo bom caminho, bons pastos e muita caça, e tem alguns córregos com bastante peixe. Deste ponto fomos dormir distância de quatro léguas junto a um córrego que entra como os mais no Rio Grande. Daqui passamos no outro dia a fazer pouso nas margens de um riacho que passamos na manhã seguinte, encostados a uns paus e amarrados a cipós para vencermos a muita violência e grande força da água, com que corria... pousando sempre a beira de córregos e rios.

Portanto, busca-se verificar, tal como na análise da altimetria, qual percurso apresenta vantagens pelo trajeto em relação aos rios, comparativamente. No percurso relatado por Antonil, verificam-se as referências geográficas sobre os rios, o que demonstra uma preocupação dos viajantes, destacando comparativamente o Rio Paraibuna, que orienta parte de viagem, ou o Rio Paraíba do Sul em termos de volume e no modo como é feita a travessia.

Além disso, destaca o rio das Mortes, no Caminho Novo, também como destino e não só parte do percurso; para o Caminho Velho, o rio das Velhas é ponto de destino. Isto porque alguns rios como o rio das Velhas, rio Doce, rio Grande e o rio das Mortes foram áreas de exploração de ouro de aluvião, este último como afirma Tavares de Brito, “cujo fundo se sabe é em pedra de ouro e dele se tirava antigamente o que podia trazer um negro”. Por esta

³¹¹ Idem. P.44

importância, destacam-se os rios que os caminhos atravessavam e sempre um valor aproximado da distância de travessia em metros³¹².

³¹² O Caminho Velho, no sentido sertão-litoral, ao margear o rio das Velhas, segue margeando o rio Itabira, continua e cruza (aproximadamente 30 m de travessia em cada). Contínua, margeia e cruza os rios Maranhão e Paraopeba e Camapuã por aproximadamente três vezes (aproximadamente 10 m de travessia), segue e cruza (aproximadamente 30 m) o rio das Mortes, mais 10 m no ribeirão Barba do Lobo. Este ainda margeia os rios Grande (o maior com cerca de 300 m de travessia do rio), o Capivari e o rio Ingaíe passa pelo rio do Peixe, somando 40 m de travessia nesses três, cruza o rio Baependi (30 m), margeia e cruza o rio Verde duas vezes, somando 35m de largura. Sobre essas repetições de travessias, Tavares de Brito (1732) chega a nomear os rios de “passa vinte” e “passa trinta” por ter de atravessá-los por 20 e 30 vezes. Parece-nos um exagero essa nomeação, no entanto esse fato é muito representativo. Com 70m atravessa o rio Paraíba do Sul, o Caminho Velho segue e cruza o rio Paratinga (10 m), passa pela nascente do Paraibuna (de São Paulo) e chega ao litoral de Parati.

Diante do percurso do Caminho Velho, cruzava-se menos de 1 % do percurso total dentro ou por rios, considerando que alguns, como o rio Grande, exigiam a travessias de barcas. De fato, esse elemento físico natural podia ser considerado marco entre propriedades:

em provisão de 11.03.1759, a respeito da forma como deveriam ser passadas as cartas de sesmarias após reclamações dos viajantes sobre os plenos domínios dos sesmeiros, foram estipuladas que as terras de estrada pública que atravesse Rio caudaloso, que necessite de Barca para sua passagem, não só deve ficar de ambas as bandas do Rio e a terra que baste, para o uso público e comodidade dos passageiros; mas deve ficar de uma das bandas meia légua de terra em quadra, junta da mesma passagem.³¹³

José de Peixoto, “Do último pouso fomos ao rio Grande, passamo-lo em canoas feita de paus de sumaúma, depois de dormimos, falhamos nele dois dias...”. Cabe aqui destacar que as travessias, em sua maioria, eram feitas a pé, dentro dos rios e córregos. Uma média possível é que a cada 44 km de terra firme era necessária a travessia nas águas dos rios. Isto mostra a preferência pelos trajetos mais a montante do que a jusante dos caminhos, este último não temos nem um único exemplo, e isto fica mais nítido no trajeto do Caminho Novo³¹⁴.

No traçado do Caminho Novo, cruzou-se menos do percurso dentro dos rios do que no Caminho Velho, considerando que o percurso estava próximo às nascentes dos rios. O rio Paraíba do Sul foi uma exceção ao apresentar uma travessia mais resistente em 60 metros, aproximadamente. Tratava-se de um registro para passagem de cargas e animais, feita em barcas, após aluguel das

³¹³ Apud. POLLIG (2012. P. 43).

³¹⁴ O Caminho Novo, no sentido sertão-litoral, cruza os rios Gualaxo do Sul, Maranhão, Paraopeba, rio das Mortes (cada um com aproximadamente 10 m de travessia, próximos as suas nascentes), passa pela nascendo do rio do Pinho, margeia o rio Paraibuna (de Minas Gerais) e o cruza, e segue até cruzar o rio Paraíba do Sul (aproximadamente 60 m), Costa Matoso (1749, p. 487) quando atravessou esse rio destacou, “...se vai embocar no mar da capitania do Paraíba, é o mesmo rio mau, de que toma o nome... sendo profundíssimo e bastante largo, e sendo aqui apertado tem a largura de dois tiros de mosquete...” Por fim, chega ao litoral do Rio de Janeiro.

embarcações de Garcia Rodrigues³¹⁵. O arrematante da passagem dos rios Paraíba do Sul e do rio Paraibuna era Garcia Rodrigues que em 1728 solicitou a Fazenda Real as canoas para o serviço de passagem. No ano seguinte, foram feitas reclamações pelos usuários sobre os direitos de entradas do rio Paraíba do Sul e Paraibuna, cobrados indevidamente. A média entre terra firme e águas dos rios nesse percurso nos parece insignificante.

O Caminho Novo atravessa seis rios, basicamente em suas nascentes, ou seja, em áreas 'rasas' e curtas dos rios, e usa a maior parte dos 170 km do rio Paraibuna de relevo menos ondulado e plano, como orientação espacial, sempre margeando-o.

O Caminho Velho cruza mais do que o dobro de rios e margeia, aproximadamente, 70 km de partes de diferentes rios, sem que nenhum desses siga o sentido litoral-área de mineração, o que indica que esse percurso do Caminho Velho deve-se mais à busca de melhores áreas de travessia do que o sentido de orientação dos rios. A hidrografia se torna, comparativamente, mais um indício da vantagem competitiva natural do Caminho Novo sobre o Caminho Velho.

Outro elemento natural que impunha maior resistência ao percorrer o Caminho Velho e o Novo eram as chuvas. Para essa conclusão, usamos a média de chuvas estabelecida para estas regiões. Vejamos o comportamento trimestral das precipitações do período mais chuvoso. A importância dessas médias é a previsibilidade de alagamentos dos caminhos, o que poderia dificultar o transporte, a exploração e o comércio no período de chuvas, além do acesso à água em propriedades rurais que suportaram os viajantes desses caminhos. Áreas com maiores níveis de precipitações aumentam a resistência do percurso, dificultando sua finalidade.

A importância das precipitações é verificada mesmo nos dias atuais como uma constante luta do homem contra a natureza, pois assim como sua falta provoca escassez e encarecimento de preços de produtos agropecuários, seu excesso se converte em erosões, enchentes e deslizamentos. Não obstante, "...como alguns dos morros sobre os quais se construiu têm

³¹⁵, conforme Basílio de Magalhães (1918, p. 138)

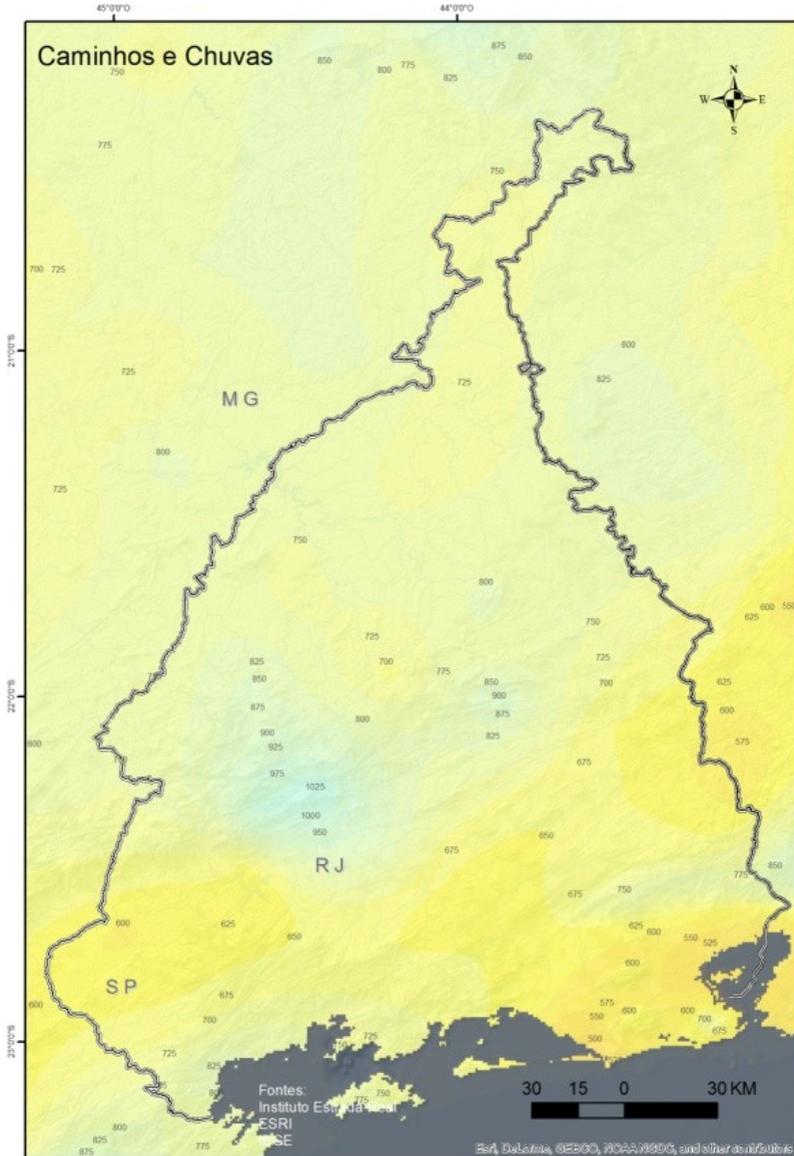
inclinação muito íngreme, sucede às vezes que as longas chuvas de janeiro e fevereiro deslocam a terra e fazem aluir as casas.”³¹⁶

Diante da quantidade de rios, as cheias e os percursos barrentos podiam mostrar-se mais um desafio aos viajantes que se dispunham a adentrar no sertão mineiro e a retornar às áreas de abastecimento provindos do litoral. Como verificamos nos relatos de fontes históricas, esse desafio não era imposto somente aos viajantes, mas também aos produtores dos engenhos de cana:

*conduzir a cana por terra em tempo de chuvas e lamas é querer matar muitos bois, particularmente se vierem de outra parte magros e fracos, estranhando o pasto novo e o trabalho... Por isso, os bois, que vêm do sertão cansados e maltratados no caminho, para bem não se hão de pôr no carro, senão depois de estarem pelo menos ano e meio no pasto novo, e de se acostumarem pouco a pouco ao trabalho mais leve, começando pelo tempo do verão, e não no do inverno; de outra sorte, sucederá ver o que se viu em um destes anos passados, em que morreram, só em um engenho, duzentos e onze bois, parte nas lamas, parte na moenda e parte no pasto.*³¹⁷

³¹⁶ Saint-Hilaire ([1836]1938, v.1, p. 139) já trazia essa informação em sua viagem às minas,

³¹⁷ ANTONIL, André J. Op. Cit. P. 44

**FIGURA 4: CAMINHOS E CHUVAS**

A fim de melhor visualização dessa possibilidade, buscaremos uma breve descrição dos dados das isoietas³¹⁸. O clima na região dos Caminhos em estudo é definido, segundo dados do IBGE, como Tropical Brasil Central, em uma perspectiva macro³¹⁹. Esta é uma classificação muito abrangente e, ao considerar uma forma um pouco menos abrangente, tem-se um clima a barlavento da serra do Mar, outro a sotavento da serra do mar e a barlavento da Mantiqueira e outro a sotavento da Mantiqueira.

Boa parte dos Caminhos atravessa uma área considerada de intensas precipitações, trata-se do vale do Paraíba do Sul: área de confluência de relevantes sistemas atmosféricos e exposta a influências de duas barreiras naturais aos ventos, as Serras do Mar e da Mantiqueira, o que resulta no aumento das precipitações dessas áreas³²⁰.

³¹⁸ Segundo informações da CRPM: É através do projeto Atlas pluviométrico um programa de Levantamentos da Geodiversidade que tem por objetivo reunir, consolidar e organizar as informações sobre chuvas obtidas na operação da rede hidrometeorológica nacional o qual o SIG permitirá o conhecimento em grande parte do território nacional do comportamento das precipitações, nesse caso médias trimestrais da Precipitação. Os dados fornecidos e utilizados nessa tese são as Isoietas Médias Mensais de 1977 a 2006. Diante do longo período de dados estudados consideramos que a média é aplicável ao período de estudo. Neste estudo foi definido o mapa de isoietas para a região dos Caminhos em análise compreendendo a série histórica do período de 1976 a 2006, com dados de diversas estações pluviométricas nesse espaço, estes dados foram disponibilizados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM.

³¹⁹ Esta é uma informação oriunda do IBGE através de organização de dados climáticos do Brasil considerando as temperaturas e os índices de chuvas, medidos pelas estações meteorológicas. Mais detalhadamente caracterizado pelo verão quente e chuvoso e inverno ameno e seco, a região Sudeste apresenta diversificação dos climas em função de outros fatores que interferem nesse processo como, por exemplo o relevo, além de aspectos da própria atmosfera como a Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) e as frentes frias, o Anticiclone Subtropical do Atlântico Sul e o Vórtice Ciclônico de Ar Superior que, dependendo das suas posições, ocasionam grandes períodos de estiagens. In: MINUZZI, Rosandro Boligon; SEDIYAMA, Gilberto Chohaku; BARBOSA, Elton da Motta e MELO JÚNIOR, Júlio César Ferreira. CLIMATOLOGIA DO COMPORTAMENTO DO PERÍODO CHUVOSO DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL. Revista Brasileira de Meteorologia, v.22, n.3, 338-344, 2007.

³²⁰ em Nimer (1991).

Observando os dados espacializados da figura, consideramos o trimestre Dezembro-Janeiro-Fevereiro como aquele que apresenta os níveis mais intensos de chuvas, variação entre 500 mm e 1025 mm, considerando todo o período das chuvas, como relata José Peixoto:

*Aqui quisemos falhar mais alguns dias por entrarem já as águas, e temermos não só os rios e córregos, mas a falta de matos e com ela o necessário para o sustento... Passados alguns dias de marcha e neles alguns rios e córregos com assaz trabalho e perigo, por serem águas muitas e maior a fome...*³²¹

O Caminho Velho ao iniciar em Paraty, através da subida da serra do Mar, se sujeita, no período mais chuvoso, à precipitações de 775 mm. Todo o restante do percurso seguirá entre a mínima de 600 mm e máxima de 800 mm, desviando-se, propositalmente ou não, dos maiores níveis de precipitação, definidos em até 1025 mm.

O Caminho Novo apresenta em seu percurso precipitações entre 500mm e 800mm, igualmente desviando-se, do que pode-se identificar na figura 4 em azul claro, de áreas de mais intensas precipitações, que podem chegar até 900 mm. Saint-Hilaire também relata a dificuldade de se viajar no período das chuvas, “depois de chuvas um pouco abundantes, encontram-se, nos lugares baixos, buracos profundos em que as bestas de carga se atolam até os joelhos em uma lama pegajosa, de que só se livram com grande esforço.”³²² Não temos como dizer se isto foi definido estrategicamente ou apenas à *fortuna*, mas o padrão é perceptível. Costa Matoso, ao enfrentar chuvas de Janeiro pelo Caminho Novo, diz,

aqui fiquei não só porque este era o sítio destinado a ficar e dormir... [mas] porque o muito calor dos dias arma sempre de tarde grandes trovoadas com estampido e clareios grandes... No dia seguinte... me hospedou o mesmo feitor da Paraíba que tinha comigo vindo a hospedar-me em casas que reside junto ao rio [Paraibuna] ... Aqui fiquei pela mesma razão das trovoadas, que neste dia e tarde houve uma grande... e chuva, e pelo caminho caiu com mais aperto e muita água que desacomodou aos arrieiros que me traziam as cargas...Logo depois que aqui cheguei [Juiz de Fora] se armou uma trovoada e entrou a chover raio, e pelo

³²¹ REVISTA DO IHGB. Em Notícias que dá ao Padre Mestre Diogo Soares o Alferes José de Peixoto da Silva Braga do que passou da primeira bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas de Guayazes até sair da cidade de Belém do Grão Pará. P. 217. TOMO LXIX. Parte I. 1838.P. 218.

³²² SAINT-HILAIRE, A. A segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo. São Paulo. São Paulo: Edusp; Itatiaia, [1836]1938, v.1, P. 139.

decurso da tarde foi apertando ainda mais, com bastante chuva e excessivos trovões... com chuvas [os caminhos] são mais que impraticáveis... e armarem trovoadas insofríveis, pelo horror que metem por entre esses matos... e pela quantidade de chuvas que lançam... E contam os experientes que neste tempo eram todos os dias indefectivelmente certas as trovoadas... a este tempo lhe chamam o das águas.³²³

Esses dados sugerem que os Caminhos desviaram-se das áreas de maiores precipitações e aproximaram-se de áreas com maior homogeneidade nesses volumes pluviométricos. Assim, os Caminhos mantiveram-se nas maiores partes de seus percursos nas áreas consideradas, aproximadamente, como uma média das precipitações do período.

Na sequência da representação dos dados através do tempo, analisa-se o período mais seco e de menores níveis de precipitações. O período do trimestre mais seco Junho-Julho-Agosto apresenta os menores níveis de chuvas, variando entre 50 mm e 250 mm, como o alferes viajante José de Peixoto informa³²⁴ “... depois de quatro dias de marcha passamos do caminho por alguns córregos, que nos permitiram o vadeá-los por ser tempo de seca”.

O Caminho Velho, através da subida da serra do Mar, mantém o maior nível de chuvas de seu percurso no período mais seco, com precipitações de 225 mm. Tornando-se, gradativamente, mais seco ao percorrer todo seu trajeto até a região mineradora, aos 50 mm, coincidindo seu percurso com a mínima e máxima da região no período de seca e mantendo a maior parte de seu percurso em áreas com precipitações de 75 mm. O Caminho Novo também apresenta esse valor na maior parte de seu trajeto. Os números de extremos variam entre 125 mm e 50 mm. As regiões são mais amplas diante dos números nesse período, com uma variabilidade menor de padrões de isoietas em comparação ao período mais chuvoso. Os dois Caminhos apresentam semelhanças nesse período de seca. Cunha Matos ao percorrer no mês de Abril o Caminho Novo, relata, quando não chovia: “Os caminhos são um

³²³ COSTA MATOSO. Op. Cit. 1749. P. 488.

³²⁴ REVISTA DO IHGB. Em Notícias que dá ao Padre Mestre Diogo Soares o Alferes José de Peixoto da Silva Braga do que passou da primeira bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas de Guayazes até sair da cidade de Belém do Grão Pará. P. 217. TOMO LXIX. Parte I. 1838.P. 218.

tanto ásperos, de argila vermelha e greda branca e amarela”, quando chovia: “puseram a estrada intransitável: as bestas escorregavam a cada passo quando desciam.³²⁵”

Estes dados dos períodos mais secos sugerem menores amplitudes de variação das precipitações para o Caminho Novo. Esta regularidade pode significar uma vantagem em termos de acesso à água e plantio de roças que abastecem os viajantes, além de significar uma preocupação em se desviar das áreas com maiores quantidades de chuvas.

Mantendo a perspectiva de comparação nas quatro representações, as mínimas de precipitações no período da seca se mantêm iguais e as máximas apresentam 100 mm de chuvas a mais para o Caminho Velho. Na representação do período mais chuvoso, o Caminho Novo apresenta os menores níveis de precipitações. Comparativamente, a maior parte do Caminho Velho percorre, em média, 800 mm de chuvas e o Caminho Novo, abaixo disso. Assim, o Caminho Velho se mantêm como o percurso mais chuvoso, apresentando maiores níveis de precipitações no período mais chuvoso em relação ao Caminho Novo. Se as chuvas são um problema para as viagens, deixando o caminho com barros e aumentando a resistência do percurso e, conseqüentemente, o tempo de sua transposição, o Caminho Novo apresenta mais um indício de uma vantagem natural.

❖ Caminhos por Registros

Verificado o grau de resistência dos caminhos frente às suas características naturais, identificou-se o uso dessas características para o controle do fluxo das pessoas, através do posicionamento espacial dos registros - uma forma de verificar o uso consciente dos aspectos físicos e geográficos para a administração e a busca da eficiência, através da mudança da entrada para as Minas pelo do Caminho Novo. Até a primeira metade do século XVIII, os registros posicionam-se em áreas de ligação entre a área de mineração e o porto de saída para a metrópole portuguesa, posicionando-se segundo os Caminhos. Verifica-se, dessa forma, um movimento de interiorização da

³²⁵ CUNHA MATOS. Raimundo José da. Corografia histórica da Provincia de Minas Gerais [1837]. Belo horizonte: Imprensa Oficial, 1979/1981, 2.v.

administração colonial. A atenção administrativa, como se pode verificar no posicionamento dos registros, foi maior sobre o Caminho Novo.

O posicionamento espacial dos registros nessas áreas corrobora com a influência determinante dos aspectos físicos nessa decisão. Por exemplo: O Registro Velho localizava-se na primeira propriedade após a subida da serra da Mantiqueira, na propriedade Domingos Rodrigues. Isto é, a serra é usada como barreira natural para convergir os possíveis descaminhos, evitando as picadas, para a passagem estabelecida pelo Caminho Novo. Com isso, não afirmamos que a localização espacial dos registros nas proximidades de serras ou travessias de rios evitou que existissem os descaminhos, mas sim que existiu um cuidado estratégico contra isto e que esse cuidado fora definido, entre possíveis outros elementos, por considerar os aspectos espaciais e físicos, como a passagem da serra da Mantiqueira. Outro registro é o da Rocinha da Negra, na propriedade de Garcia Rodrigues Pais, parente de Domingos Rodrigues, que fica situado em travessia de Rio. Em geral, a localização dos registros se deu em áreas serranas ou na proximidade de áreas de travessia de rios.

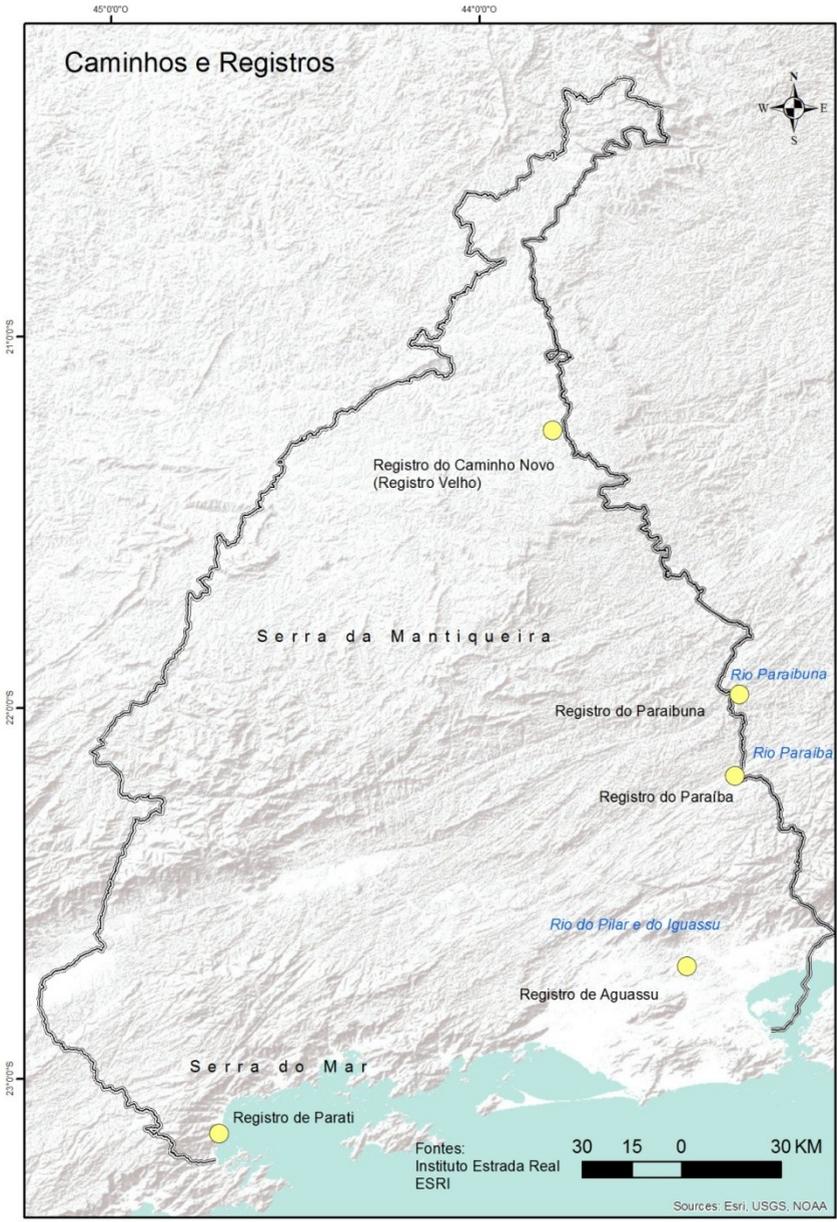


FIGURA 5: CAMINHOS E REGISTROS

Na Carta Regia de 29 de outubro de 1698, desde os primórdios das descobertas, já estava previsto que a pena para quem desencaminhasse o ouro seria a perda do que possuía e o pagamento do referido valor desviado em três vezes mais para quem denunciasse. Tratou-se de uma forma de incentivar outros sesmeiros a denunciar essa ‘concorrência’ com esses “descaminhos”. Assim, a lei, desde o início do projeto de colonização do sertão, já implicava que os futuros proprietários de terras desses Caminhos seriam responsáveis pelo trajeto. O ganho do denunciante parece ser importante economicamente, tanto em termos de recompensa como em termos da manutenção da funcionalidade do Caminho, o qual depende da demanda de seu fluxo para prosperar.

O Caminho Novo foi definido, portanto, por ser mais eficiente do que o Caminho Velho, visto que havia a necessidade de criação de áreas que oferecessem suporte aos viajantes e que as mesmas se efetivavam à medida que supriam a demanda dos viajantes, ou seja, oferecendo serviços como alimentação e hospedagem para as tropas e demais viajantes³²⁶.

❖ Caminhos por Sesmarias

Além de descritos pelos viajantes em diferentes épocas, os também caminhos foram cartografados e as diferentes representações demonstram o planejamento estratégico de Garcia Rodrigues Paes e do governador Arthur de Sá. Em 02 de maio 1703, o Rei decide por conceder sesmarias e nomear guardas substitutos, possivelmente para melhor administrar e controlar o grande espaço de terra existente e pouco explorado e povoado: “Eu El Rei... por reconhecer a impossibilidade de poderes assistir [como guarda-mor das Minas de São Paulo] e acudir as partes tão distantes... resolvi [que] possais nomear guardas substitutos vossos, e seus escrivães... para partes distantes”.³²⁷ Trata-se de um processo de colonização rápido e que faz uso de uma já tradicional estratégia de colonização nas possessões lusitanas. Sobre esse sistema, “A Coroa Portuguesa precisou estabelecer um sistema jurídico capaz de assegurar a própria colonização. Assim, o sistema de sesmarias em

³²⁶ ESTEVES (2008 [1915])

³²⁷ A carta, também esta em conformidade com o regimento mineral de 19 de abril de 1702.

terras brasileiras teria se estabelecido (...) para regularizar a própria colonização.³²⁸ Desta maneira, foi através do sistema de sesmarias que o Caminho Novo foi colonizado e consolidado.

Na Cartografia Histórica, a representação que possibilita uma comparação entre o Caminho Novo e o Caminho Velho corrobora com a estreita relação sesmarias e caminhos. A Figura destaca o Caminho Velho, em parte do trajeto nas terras da capitania de Minas.



FIGURA 6: DETALHE DO CAMINHO VELHO

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/Divisão de Cartografia/ Região das Minas Gerais com uma parte do caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para Minas e dos afluentes terminais do São Francisco; original manuscrito; 56 cm x 66 cm; localização: <http://www.wdl.org/pt/item/954/view/1/1/>

³²⁸ Márcia Motta (1998, p. 121) argumenta sobre esse sistema:

No recorte da porção mineira do Caminho Velhosão assinaladas as localidades de Pinheirinho, Rio Verde, Pouso Alto, Boa Vista, Baependi, Carrancas e São João Del Rey. Com informações sobre os aspectos físicos, a preocupação do cartógrafo foi destacar os rios, elementos de referência espacial. Um detalhe importante que mostra a ocupação desse caminho como mais antigo é a presença da marcação de capelas (um círculo com uma cruz em cima), diferentemente do Caminho Novo, no qual isso não é identificado. No Caminho Novo destacam-se, entre outras, as localidades de Simão Pereira, Matias Barbosa, Medeiros, José de Souza, Juiz de Fora, Alcaide-mor, Moreira da Cruz, Gueiros, Azevedo, Engenho, Luiz Ferreira, Domingos Garcia Rodrigues, Pinho e Registro do Mato. Com relação às informações geográficas, o cartógrafo destaca o relevo com muitos morros e a hidrografia com o traçado que parece representar o rio Paraíba.

Uma diferença notável entre as figuras, analisando as informações da cartografia histórica, é que enquanto o Caminho Velho é representado ao lado das referências rios e capelas (consequentemente por vilas), o Caminho Novo apresenta um ordenamento sequencial de sesmarias, os morros e rios. Isto se apresenta como um indício de uma estratégia diferente de ocupação desses caminhos em função do acesso e da exploração mineral. Enquanto o Caminho Velho se estabelece sem maiores ordenamentos dos agentes da Coroa, o Caminho Novo apresenta essa preocupação, correspondendo ao que identificamos no posicionamento dos registros.



FIGURA 7: DETALHE DO CAMINHO NOVO

Figura 22: Região das Minas Gerais com uma parte do caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para Minas e dos afluentes terminais do São Francisco (detalhe do Caminho Novo);

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/Divisão de Cartografia/ Região das Minas Gerais com uma parte do caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para Minas e dos afluentes terminais do São Francisco; original manuscrito; 56 cm x 66 cm; localização: <http://www.wdl.org/pt/item/954/view/1/1/>

Na figura 8, os nomes das sesmarias estão apresentados em uma configuração espacial em linha. A referência desse alinhamento de sesmarias³²⁹ é estar entre rios e seguir contínua através dos morros de

³²⁹ Para o objetivo desta pesquisa, a definição de sesmaria apresentada por LIMA (1988, P.19) é suficiente: “Sesmaria deriva, para alguns, de sesma, medida de divisão das terras do alfoz; como, para outros, de sesma ou sesmo, que significa a sexta

Minas, superando a serra da Mantiqueira, também representada na figura 7, encerrando-se na área de mineração aurífera.



FIGURA 8: CAMINHO NOVO

Figura 19: Caminho Novo. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/Divisão de Cartografia/Mapa da comarca da Bahia de Todos os Santos seguindo a continuação dela para o poente; original manuscrito; 42,5 cm x 53,5 cm; localização: <http://www.wdl.org/pt/item/950/view/1/1/>

Foi no Caminho Novo identificado na cartografia histórica, não pelo traçado de uma rota, mas pela presença da sequência de sesmeiros³³⁰, que o fluxo da

parte de qualquer cousa; ou ainda, para outros, do baixo latim caesina, que quer dizer incisão, corte. [Ou] (...) procedente de sesmeiro..."

³³⁰ Sequência de sesmeiros e localidade sem nossa área de recorte (Do Rio Paraíba do Sul até a Serra da Mantiqueira), definidas em forma de linha, no sentido sul-norte, pela cartografia histórica: Rocinha, não identifiquei, Simão Pereira, Coronel [Matias Barbosa], não identifiquei, José de Souza, Juiz de Fora, Alcaide-mor, Queiroz, Azevedo, Engenho, Luiz Ferreira, não identifiquei, não identifiquei, coronel [Domingos Rodrigues], Registro.

riqueza, mineral, agrícola e dos ditos “seres moventes” escoaram-se, incentivando o fluxo de pessoas no eixo Minas Gerais - Rio de Janeiro e promovendo a colonização dessa região.

As vendas instaladas nos caminhos eram fundamentais para o abastecimento³³¹..

*a outra causa que tem influído na pouca atividade da nossa agricultura é a longiquidade e aspereza dos caminhos. É impraticável conduzir outros gêneros que não as fazendas da Europa e ouro, por muito mais de 100 léguas por bravos caminhos para um porto de mar... Por outra parte já uma nova estrada, que nos guie ao mar por um caminho curto...*³³²

Portanto, encontra-se cada vez mais nítido o uso estratégico dos aspectos naturais ou físicos como parte do projeto de colonização e exploração das Minas e o transporte das riquezas, justificado para além do longo percurso que se fazia a partir de Parati.

A colonização desta região foi possibilitada pelo abastecimento dos viajantes pelo Caminho Novo, através das sesmarias ali instaladas. Quando o Caminho Novo passa a ser a rota oficial, somente concluído entre 1724 e 1725, o Caminho Velho e o porto de Santos entram em declínio econômico. O porto do Rio de Janeiro passava a dinamizar a praça de comercialização em contraste com Santos. As tropas do Sul que passavam por São Paulo e dinamizavam o Vale do Paraíba reduziam, em função de novas áreas de abastecimento, provocando a estagnação das vilas do vale do Paraíba³³³.

Assim, um elemento apresentado para justificar o uso de um novo caminho - além das dificuldades físicas internas, como travessias da serra do Mar e

³³¹ ZEMELLA, Mafalda P. O Abastecimento na Capitania das Minas Gerais. 2. ed., São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990 [1. ed. de 1951], LIBBY (1988)

³³² COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania de Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas – 1749. Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM), Belo Horizonte. v. 10. 1904 [1779]. P.77. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=3973>
Acessado: Setembro 2014.

³³³ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). Annals of Museu Paulista. v. 17. n.2. July - Dec. 2009. P. 251-294.

Mantiqueira, e externas, como a pirataria em Paraty, pelo Caminho Velho, trouxe o intuito de facilitar o abastecimento dos viajantes. É 'cara' para a historiografia a discussão sobre o abastecimento interno. Não é nosso objetivo tratar dessa questão. O que se pode dizer, superficialmente, é que até a década de 70, do século XX, foi desenvolvida uma historiografia que considerava, de forma geral, Minas Gerais especializada na extração de ouro, enquanto que São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e o Reino forneceriam os bens materiais necessários ao consumo e manutenção dessa empresa. Quando essa empresa entra em decadência, a alternativa seria o desenvolvimento do setor agropecuário. Assim, Minas aparece como dependente do abastecimento externo³³⁴. Francisco Carlos e Maria Yedda apresentam uma outra perspectiva em que a atividade agropecuária nas Minas Gerais foi desenvolvida paralelamente a empresa mineradora, como áreas subsidiárias das áreas de extração, possibilitando o acesso à terra e verificando uma grande flutuação em seu mercado de terras, visto a circulação monetária mais intensa³³⁵:

[Há] Duas classes de gente nesta capitania, que ...subministra a sustentação e manutenção dos povos, os materiais para as artes e para o comércio. Outra penetrando muito mais abaixo desta mesma superfície, desaparecendo dentre o número de seus habitantes e soterrando-se pelas entranhas dos montes, arranca destes outro gênero de riqueza [o ouro], outro objeto também para as artes e alma do comércio.³³⁶

Ao considerar o milho como a principal produção, tem-se a seguinte qualificação das terras sobre a aptidão agrícola para a produção de milho.

³³⁴ O começo dessa discussão pode ser visto em ZEMELLA (1951), Mafalda P. O Abastecimento na Capitania das Minas Gerais. 2. ed., São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990 [1. ed. de 1951].

³³⁵ Mais informações em CARRARA, Ângelo Alves. Minas e Currais – Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora, EDJUF, 2007.

³³⁶ O viajante José Couto. Op. Cit. P. 77. também apresenta um ponto de vista sobre o abastecimento

Fica claro que as terras do Caminho Novo são mais aptas para esta cultura, enquanto as do Caminho Velho apresentam restrições. Isto não significa dizer que não seja possível o plantio, mas que existe uma vantagem natural para o Caminho Novo.

❖ Considerações Finais

Uma antiga preocupação em relação aum projeto econômico foi destacada com a necessidade de conhecimento dos aspectos físico e geográficos, aconselhava-se sobre a importância e condicionamento do meio-ambiente sobre o processo de tomada dedecisão para uso e ocupação das terras:

Como se há de haver o senhor de engenho na compra e conservação das terras e nos arrendamentos delas. SE O SENHOR DO ENGENHO não conhecer a qualidade das terras, comprará salões por massapés e apicus por salões. Por isso, valha-se das informações dos lavradores mais entendidos, e atente não somente à barateza do preço, mas também de todas as conveniências que se hão de buscar para ter fazenda com canaviais, pastos, águas, roças e matos; e, em falta destes, comodidade para ter a lenha mais perto que puder ser, e para escusar outros inconvenientes que os velhos lhe poderão apontar, que são os mestres a quem ensinou o tempo e a experiência, o que os moços ignoram. Muitos vendem as terras que têm, por cansadas, ou faltas de lenha.³³⁷

Neste trecho, Antonil destaca a importância que está além do preço das terras, ou seja, salienta que a flutuação das terras deve levar em consideração a vantagem competitiva natural. Identifica-se a existência dos recursos naturais para que o empreendimento do Senhor de Engenho possa prosperar. Caso contrário, a perda e a decadência da fazenda ocorrerão. Valeressaltar, assim, que a venda pode ser atribuída por conta do esgotamento dos recursos disponíveis, isto é, pelo aumentoda flutuação da propriedade ou pelainstabilidade econômica da fazenda.

Ao vislumbrar em nossa análise distância, altitudes, rios,chuvas, registros e sesmarias, conclui-se que o Caminho Novo apresentou uma vantagem competitiva natural frente ao Caminho Velho, como um percurso que oferece menor resistência a ser percorrido pelos viajantes e melhor possibilidade de

³³⁷ ANTONIL, André J. Op. Cit. P. 44 et. Seq.

suporte e controle aos viajantes. Essa constatação sugere que o Caminho Novo foi estrategicamente definido para ser o percurso oficial por influência dos fatores físicos e geográficos que estão além da menor distância. Assim, os fatores físicos e geográficos incentivaram e possibilitaram a mudança das entradas, do litoral às minas de ouro, do Caminho Velho para o Caminho Novo, viabilizando a conquista do leste do sertão das gerais.

As vantagens apresentadas pelo Caminho Novo vão além da facilidade de percorrer o percurso e se mostram promissoras para o controle do fluxo dos viajantes, visto que oportunamente quem propõe o novo caminho assume como propriedades os principais pontos de paragem do caminho, um indício de que a escolha das sesmarias do Caminho Novo se deu de forma planejada e não aleatória. Pode-se questionar se haveria todo um arcabouço de informações geográficas para esse período, para isso é importante considerar que esta uma sociedade rural acostumada a enfrentar cotidianamente a natureza, herdeira de uma longa tradição e modo de vida rural.

Os sertanistas, como Amado Bueno da Silva, já conheciam o que seria o Caminho Novo e competiam com Garcia Rodrigues Paes junto ao governante Arthur de Sá a permissão da empreitada de construí-lo. A existência da vantagem competitiva natural para o Caminho Novo possibilitou a efetivação da empreitada de criação de uma nova rota para os sertões, tornando a tomada de decisão uma ação embasada e condicionada pelas vantagens físicas naturais.

O historiador Diogo de Vasconcelos reforça essa percepção, na obra História Antiga de Minas Gerais, ao citar carta do governador Arthur Menezes de Sá ao Rei de Portugal, em 24 de Maio de 1698:

...como as [minas] dos Cataguases são tão ricas conforme dizem, pareceu-me preciso facilitar aquele caminho de sorte que convidasse a facilidade dele aos moradores de todas as vilas, e aos do Rio de Janeiro a irem minerar...

Em consequência direta da mudança do Caminho, identifica-se uma melhor área para o estabelecimento de sesmarias que subsidiaram o abastecimento os viajantes. A preocupação não é somente com uma nova rota, mas com a colonização de um espaço, conforme nos apresenta Arthur de Sá Menezes “...e poderem ser os mineiros mais providos de mantimentos...”.

O setor agrícola, mesmo nos dias atuais, depende dos aspectos físicos geográficos que podem proporcionar maior ou menor produtividade agrícola, implicando em variadas consequências. Assim, contextualizar no espaço os elementos históricos pode revelar aqueles que possuíam vantagens competitivas naturais desde um ponto inicial da análise histórica, bem como quem apresentava melhores estruturas e condições para alcançar maior eficiência ou melhores resultados ao final do processo.

❖ Referências

ALMEIDA, Fernando Flávio Marques. CARNEIRO, Celso Dal Ré. Origem e Evolução da Serra do Mar. Revista Brasileira de Geociências. SBG-USP. Volume 28 (2): p.135-150, junho de 1998.

ANTONIL, André J. Cultura e opulência do Brasil. 3. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da USP, 1982.

BRASIL. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/Divisão de Cartografia/ Região das Minas Gerais com uma parte do caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para Minas e dos afluentes terminais do São Francisco; original manuscrito; 56 cm x 66 cm; localização: <http://www.wdl.org/pt/item/954/view/1/1/>

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. EMBRAPA. Arroz e Feijão. Embrapa Milho e Sorgo. Sistema de Produção, 1. ISSN 1679-012X Versão Eletrônica - 6ª edição. Set./2010 Disponível em: http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho_6_ed/man_ejomilho.htm. Acessado: Janeiro 2015

BRASIL. Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Revista do IHGB. Em Notícias que dá ao Padre Mestre Diogo Soares, o Alferes José de Peixoto da Silva Braga relata que passou da primeira bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas de Guayazes até sair da cidade de Belém do Grão Pará. P. 217. TOMO LXIX. Parte I. 1838. P. 217. Acessado: outubro 2013

- BRASIL. Manual técnico de geomorfologia / IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. – 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009. 182 p. – (Manuais técnicos em geociências, ISSN 0103-9598 ; n. 5).
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Annalsof Museu Paulista*. v. 17. n.2. July - Dec. 2009.
- CARRARA, Ângelo Alves. Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora, EDJUF, 2007.
- COSTA, Iraci del Nero da. "Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações". *Boletim de História Demográfica. Núcleo de Estudos em História Demográfica (NEHD); Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Universidade de São Paulo (USP)*.
- COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania de Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas – 1749. *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*, Belo Horizonte. v. 10. 1904 [1779]. P.77. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=3973> Acessado: Setembro 2014.
- ESTEVES, Albino. Álbum do Município de Juiz de Fora. 3 ed. Juiz de Fora: Funalfa. 2008.
- FUNDAÇÃO João Pinheiro. Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999.
- LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos T. da. História da Agricultura Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MATOS, Cunha. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais. São Paulo: Edusp; Itatiaia. 1981.
- MINUZZI, Rosandro Boligon; SEDIYAMA, Gilberto Chohaku; BARBOSA, Elton da Motta e MELO JÚNIOR, Júlio César Ferreira. Climatologia do Comportamento do Período Chuvoso da Região Sudeste do Brasil. *Revista Brasileira de Meteorologia*, v.22, n.3, 338-344, 2007.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: APERJ/Vício de Leitura, 1998.

Projeto Resgate Arquivo Ultramarino. AHU-ACL-N- Rio de Janeiro. Garcia Rodrigues Paes. In: <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html> Acessado em 12/12/2014.

REVISTA DO IHGB. Em Notícias que dá ao Padre Mestre Diogo Soares o Alferes José de Peixoto da Silva Braga do que passou da primeira bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas de Guayazes até sair da cidade de Belém do Grão Pará. P. 217. TOMO LXIX. Parte I. 1838.P. 218.

SAINT-HILAIRE, A. A segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo. São Paulo. São Paulo: Edusp; Itatiaia, 1975.

TAVARES DE BRITO, Francisco. Itinerario Geografico com a verdadeira descripção dos caminhos, estradas, rrossas, citios, povoaçoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro / composto por Francisco Tavares de Brito. - Sevilha : na Officina de Antonio da Sylva, 1732. - 26 p. ; 8º (14 cm)

Revista do IHGB. Descrição Geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania das Minas Gerais. TOMO LXXI. Parte I. 1838. P. 120.

ZEMELLA, Mafalda P. O Abastecimento na Capitania das Minas Gerais. 2. ed., São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990 [1. ed. de 1951].

As companhias ferroviárias paulistas e a disputa por territórios, 1868-1892

Marcelo Werner da Silva

❖ Introdução

Esse artigo trata da análise das disputas territoriais na antiga província depois estado de São Paulo no final do século XIX, a partir de estudo que tratou da implantação ferroviária na região então conhecida como Oeste Paulista, no atual estado de São Paulo, entre os anos de 1868 e 1892. Este estudo trata do prolongamento, a partir da cidade de Jundiaí, da ferrovia, já existente, entre essa cidade e o porto de Santos³³⁸. Para a visualização destas disputas foi fundamental o recurso às técnicas de geoprocessamento, através da confecção de mapas diacrônicos da implantação ferroviária em São Paulo no período. Para focar as disputadas territoriais entre as companhias, foi fundamental o recurso ao conceito de território e como este se articula com as redes de circulação, no caso as ferrovias e as hidrovias.

No período analisado, a construção das ferrovias foi acompanhada pela expansão da cultura cafeeira e pelo crescimento populacional da região. Na província de São Paulo no século XIX, o café propiciava boa rentabilidade às companhias ferroviárias, o que ocasionava disputas pela exclusividade nas áreas de expansão da cultura do café, entre as companhias Paulista, Mogiana, Ituana e Rio Claro, as principais do estado de São Paulo no período, a se dedicaram ao transporte de café.

Na análise procuramos identificar as práticas territoriais destas ferrovias para manter e ampliar seu sistema de transporte e assim consolidar seu território ferroviário, entendido como a área de atuação privilegiada, em que mediavam as principais interações espaciais, particularmente de mercadorias, passageiros e mensagens telegráficas. Os conflitos entre essas ferrovias, pela defesa das zonas privilegiadas e pela primazia em novas concessões, foram configurando o território de cada uma e a rede ferroviária

³³⁸ Este trabalho fez parte, originalmente, da tese de doutorado intitulada “A formação de territórios ferroviários no Oeste Paulista, 1868-1892”. Ver SILVA (2008).

da região. Esses conflitos foram analisados pela ótica particular de uma das ferrovias, a Companhia Paulista.

A discussão do território nos leva a refletir sobre a atuação espacial de empresas capitalistas. Essas empresas do setor de transporte por definição atuam no deslocamento (espacial) de mercadorias para outros empreendimentos, como foi o caso da cultura cafeeira. A atuação territorial se traduz, no plano espacial, “...na gestão do território, entendida como o conjunto de práticas econômicas e políticas visando ao controle da organização espacial, aí incluindo-se a gênese e a dinâmica da mesma. Visam estas práticas a garantir a reprodução ampliada do capital personificado na corporação...” (CORRÊA, 2001, p. 218). Tais práticas são centrais nas empresas capitalistas, que se caracterizam pela busca por “monopolização” (ARRIGHI e SILVER, 2001, p. 107), ou seja, a busca por uma posição privilegiada em sua área de operação.

O caso ferroviário de São Paulo é paradigmático para a consideração da disputa territorial das estradas de ferro. Desde o começo, as companhias ferroviárias aí instaladas, competiram pelos mesmos espaços e com mecanismos de “monopolização”. Dentre esses mecanismos destaca-se a zona privilegiada de trinta e um quilômetros de cada lado da ferrovia, que ilustram muito bem essa disputa. Essa monopolização, privilégio das ferrovias que se instalavam antes, deixava às demais o fato consumado de adequarem-se ao privilégio concedido às suas rivais.

No período de 1868 a 1892, podemos identificar claramente três subperíodos distintos. No primeiro deles, de 1868 até cerca de 1880, aconteceu a implantação inicial das principais empresas ferroviárias de São Paulo: A Ituana chegou a Piracicaba em 1877, a Mogiana chegou a Casa Branca em 1878 e a Paulista completa o seu ramal do Mogi-Guaçu em 1880, quando chegou a Porto Ferreira. A situação da rede ferroviária paulista, em 1880, pode ser visualizada na figura 5³³⁹. Mesmo sendo um subperíodo sem grandes disputas, não esteve isento delas, com a afirmação do direito de “zona privilegiada”. Este é o caso que confrontou a Paulista, que detinha uma

³³⁹ As figuras 5, 6, 7 e 8 destacam alguns momentos da evolução diacrônica da formação da rede ferroviária paulista entre os anos de 1880 e 1892. Foram representadas todas as ferrovias, mesmo aquelas que não participaram das disputas territoriais no então Oeste Paulista.

zona de privilégio de trinta e um quilômetros de cada lado de sua linha férrea e a Ituana que para chegar a Itu e Piracicaba necessitava passar e instalar estações na zona da Paulista.

O segundo subperíodo vai de 1880 a 1888, marcado pelo acirramento das disputas territoriais, principalmente em relação ao prolongamento além de Rio Claro e a ocupação do vale do rio Mogi-Guaçu. A implantação inicial de cada uma das principais ferrovias paulistas (Paulista, Ituana, Mogiana e Sorocabana) se completara e havia que decidir qual delas ia ter a prevalência em expandir-se para as áreas ainda não exploradas da província e para onde o café já se expandia. Nesses dois casos, a Companhia Paulista saiu derrotada. O primeiro, foi concluído com o surgimento de uma nova empresa, a Companhia Rio Claro, que fundada em 1880, começou a operar em 1884. No segundo caso, a preferência foi da Companhia Mogiana, que assim ocupou o vale do rio Mogi-Guaçu, conforme pode-se constar da comparação entre as figuras 5 e 6, esta última representando a rede ferroviária paulista em 1886, já com a implantação do prolongamento da Mogiana pelo vale do Rio Mogi-Guaçu, chegando até Minas Gerais.

O final do período, entre os anos de 1888 a 1892, foi marcado por um contexto de crise, com a abolição da escravatura, o fim do Império e a crise do encilhamento. Esse período foi marcado por tentativas de fusão e compra entre as diversas companhias. Tentava-se resistir à crise através do crescimento e conjunção de interesses entre as companhias ferroviárias. Dentre as várias tentativas realizadas, o período engloba as principais operações que condicionarão o subsequente desenvolvimento da rede ferroviária paulista: a compra da Companhia Rio Claro pela Paulista e a incorporação da Ituana pela Sorocabana, com a formação da Companhia União Sorocabana e Ytuana (CUSY). Tais operações podem ser visualizadas na comparação entre as figuras 7 (momento anterior) e a figura 8, em que tais operações já se concretizaram.

A partir de agora, destacaremos alguns dos conflitos territoriais mais representativos ocorridos entre as empresas ferroviárias no período. Acreditamos que caracterizam o processo conflituoso da implantação ferroviária em São Paulo no final do século XIX.

❖ O prolongamento além de Rio Claro

A disputa pelo prolongamento a partir de Rio Claro se insere na discussão da construção de um caminho de ferro ligando as regiões litorâneas do país com as províncias de Mato Grosso e Goiás. Tal necessidade se fez notar após a guerra do Paraguai (1864-1870), que mostrou ao Império a necessidade estratégica e logística de comunicar essas províncias com os centros de poder.

Desde a concessão da linha entre Jundiaí e Campinas e posteriormente de Campinas a Rio Claro, a Companhia Paulista detinha a preferência em realizar o prolongamento da linha para além da cidade de Rio Claro, conforme o Art. 16º do contrato assinado com o governo provincial:

Quando se julgar conveniente construir outras linhas de estradas de ferro, que seja, ou o prolongamento além do Rio-Claro, ou ramificações e dependências da estrada deste contrato, ou tenham de ser de bitola larga ou estreita, será a Companhia Paulista preferida para tais empresas em igualdade de condições, devendo declarar dentro de sessenta dias, a contar da data da consulta do Governo, se quer se encarregar da mesma (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE 1874, p. 93).

Devido a essa preferência e ao interesse do Governo Imperial em realizar dito prolongamento até a província do Mato Grosso, a Companhia Paulista foi consultada através de ofício do governo provincial de 17.01.1879, relativo ao aviso de 4.01.1879, pelo qual o Governo Imperial mandava ouvir a Companhia Paulista se tinha interesse em utilizar-se da preferência para a construção de uma estrada de ferro de Rio Claro à Araraquara, passando por S. Carlos do Pinhal, cuja concessão estava sendo solicitada por outros interessados.

A Companhia Paulista respondeu que iria consultar a assembléia de acionistas, mas aproveitou a ocasião para discutir a pertinência da direção determinada pelo estudo de Pimenta Bueno, de ligar Rio Claro a Araraquara, quando a própria Companhia Paulista já detinha uma linha em posição mais adequada para o prolongamento até o Mato Grosso, que era o seu ramal até o vale do rio Mogi-Guaçu:

Sempre, e muito principalmente quando se trata de uma estrada, que afeta a comunicação com a longínqua Província de Matto-Grosso, tais concessões devem visar a máxima conveniência do país e os supremos interesses da viação pública, para que a rede das estradas de ferro não venha a ser somente um conjunto de partes desconformes, criadas à vontade de cada um e segundo as lembranças dispersas, sem unidade de plano, sem um sistema assentado.

Já temos alguns funestos exemplos de concessões mal pensadas, cujo resultado é o de empresas, que se prejudicam reciprocamente, partilhando o minguado movimento comercial que seria suficiente para a prosperidade de uma, mas que, mesquinho pela divisão, acarreta o pauperismo de duas ou mais concorrentes” (REFCP³⁴⁰ 28.02.1879, p. 11).

A principal objeção ao traçado por Araraquara era que a estrada de ferro do Mogy-Guassú da Companhia Paulista, que nesse momento estava sendo construída até às localidades de Porto Ferreira e Descalvado, ficaria “entalada” entre a de Casa Branca da Companhia Mogiana e esta ferrovia a ser projetada de Rio Claro a Araraquara. Na carta ao presidente da província, a Diretoria da Companhia Paulista acrescenta mais algumas informações relevantes sobre os motivos da companhia discordar do traçado escolhido, que afetariam a própria rentabilidade da empresa e que, portanto, também seria prejudicial aos usuários do transporte:

...todo o dano que de tal sorte se causar a esta Companhia – a primeira e maior Empresa de estradas de ferro constituída por capitais nacionais – reverte diretamente sobre o publico, a Província e o Estado: porque a perda do trafego, importando diminuição de vendas, terá por efeito necessário retardar e restringir constantemente o abaixamento de tarifas à que a Companhia tem de chegar pelo crescimento natural de seu tráfego” (REFCP 28.02.1879, p. 53).

A Companhia Paulista também apresentou outros argumentos que ajudam a entender sua posterior desistência em realizar o prolongamento. Esses argumentos estão ligados à questão das ferrovias já existentes e os municípios e regiões já atendidos e por atender:

³⁴⁰ REFPC – Relatório da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

É bem sabido que o traçado de Rio-Claro por Araraquara, considerado até esta Vila, tende a servir quase unicamente os municípios de S. Carlos e Araraquara, pois deixa muito à esquerda a Freguesia de Itaquery e os municípios de Brotas, (...) Dous Corregos e Jahú; e tem à direita, muito perto, a estrada da Companhia Paulista – em tráfego até Pirassununga e em via de execução até Belem do Descalvado – cuja estação tomará necessariamente uma parte considerável da produção dos próprios municípios de S. Carlos e Araraquara.

A pequena parte do município do Rio-Claro (...) atravessada pelo referido traçado nada ganharia com ele por não poder abrir-se estação dentro da zona privilegiada e em prejuízo da estrada de Pirassununga.

Os municípios de Brotas, Dous Corregos e Jahú quase nada lucrariam, e por pequena diferença de distância continuariam a procurar a estação do Rio-Claro, eximindo-se do grande percurso à que os obrigaria a estação de S. Carlos, percurso ainda mais oneroso quando se trata de uma Empresa sem auxílio do Governo, e para a qual será elemento de vida a exageração das tarifas, por falta de tráfego suficiente em sua linha.

Os interesses desses municípios não ficariam, pois, satisfeitos, e mais tarde ser-lhes-ia necessário uma estrada distinta, partindo do Rio-Claro, e de que não deveriam ficar privados desde que se concedesse a de Rio-Claro à Araraquara.

Assim teríamos, em uma limitada região, a linha de Casa-Branca [da Mogiana], a do Mogy-guassú [da Paulista], a de S. Carlos à Araraquara, e a de Brotas e Jahú, todas se prejudicando reciprocamente.

Isto significa desperdício de grandes capitais com dispersão do minguado movimento comercial, quando é o inverso que deve procurar-se para se não reproduzirem os funestos exemplos, que já temos, e que tanto afetam às respectivas Empresas, como ao Público e ao Tesouro Provincial, principalmente pela garantia de juros a que é obrigado.

Se, pelo contrário, a região à oeste de Rio-Claro for servida por uma só linha, que menos se embarace na zona de outras, obter-se-á economia de estabelecimento e de custeio, com maior utilização dos capitais, e a concentração do movimento comercial no tráfego dessa estrada será condição tão necessária à prosperidade da Empresa, e abaixamento de tarifas para os gêneros de transporte, quanto a sua dispersão ou rarefação deve considerar-se causa certa de decadência da Empresa e elevação das tarifas: assim também ficariam atendidos os interesses de todos os municípios da aludida região (REFCP 28.02.1879, p. 53-55).

Após esse arrazoado dos motivos para não ser adotado o trajeto proposto, passaram a descrever as inúmeras vantagens da proposta alternativa que a companhia Paulista defendia, realizada pelo seu engenheiro chefe, o Dr.

Francisco Lobo Pereira e apresentada à Assembléia Provincial em seção de 1878:

Parte, esse traçado, do Rio-Claro e vai ter às margens do Jacaré Grande, passando entre Brotas e S. Carlos do Pinhal entre Jahú e Araraquara.

Suas vantagens são as seguintes: serve igualmente os municípios de S. Carlos e Araraquara, como os de Rio-Claro (Itaquery, Dous Corregos e Jahú, e aparta-se da estrada da Companhia Paulista no Mogy-guassú, oferecendo por conseguinte a melhor diretriz para o prolongamento a partir do Rio-Claro, e bem assim a maior soma de interesses a Empresa que o realizar.

A Diretoria da Companhia Paulista entende que, a partir de Rio-Claro, é este traçado o que pode conciliar todas as conveniências, e aos Governos compete denegar concessão àqueles que não se fundarem na máxima conveniência do país, para que a rede de estradas de ferro não venha a ser somente um conjunto de partes desconformes, criadas à vontade de cada um, e sem atenção aos interesses gerais.

Esta ação do Governo torna-se ainda mais necessária quando se trata de uma questão que afeta a comunicação com a longínqua Província de Matto-Grosso.

É a estrada da Companhia Paulista a que mais vantagens oferece para ser prolongada a Matto-Grosso e Goyaz (REFCP 28.02.1879, p. 55-56).

Ao insistir em levar o prolongamento a partir de Rio Claro para a esquerda, a Companhia Paulista atenderia a uma região agrícola ainda não atendida por ferrovias, caso de Brotas e Jaú e por outro lado buscava preservar o movimento de sua estrada do Mogi-Guaçu, ameaçada pela proximidade da linha ligando diretamente Rio Claro a Araraquara.

Mesmo assim, o contrato para a construção do prolongamento foi assinado com o governo provincial em 07 de junho de 1879. Transcrevemos aqui a cláusula 1ª do referido contrato, pois será o pomo da discórdia que levou à desistência da Companhia Paulista:

*O Governo da Província contrata com a Companhia Paulista a construção, custeio, e gozo de uma estrada de ferro, que partindo do ponto terminal da estrada de ferro de São João do Rio Claro vá terminar na Vila de Araraquara, passando pelo lugar denominado – Morro Pellado – e pela Vila de São Carlos do Pinhal, **afastando-se na***

Seção de São João do Rio Claro à São Carlos do Pinhal o menos possível do traçado – Pimenta Bueno (REFCP 31.08.1879, p.32, grifo nosso).

A companhia obtém 90 anos de concessão e zona privilegiada de trinta e um quilômetros de cada lado e na mesma direção da estrada. A bitola deveria ser a mesma da linha de que era prolongamento (1,60 m). O artigo 12^a também é importante, porque rezava que “...o governo decidirá, dentro de 30 dias, se admite ou não este projeto definitivo de São João do Rio Claro à São Carlos do Pinhal. Se o governo não apresentasse objeções em 30 dias o projeto estará aprovado. Se alguma objeção fosse feita no sentido de insuficiência no projeto, a questão seria remetida a Juízo arbitral...” (REFCP 31.08.1879, p. 35). Assinado o contrato e para cumprir o prazo de dez meses para entregar o projeto definitivo, foram iniciados os trabalhos de determinação do traçado.

Porém objeções foram feitas. O Visconde do Rio Claro e o Barão do Pinhal representam contra o traçado adotado pela “dita companhia” que em sua opinião prejudicavam os interesses da lavoura da região atingida, ao encarecer fretes e outras alegações. O argumento utilizado foi, naturalmente, que a concessão deveria se afastar “...o menos que fosse possível do que fora levantado pelo engenheiro Pimenta Bueno” (REFCP 29.02.1880, p. 32). Solicitaram então, que o traçado da Paulista fosse examinado por engenheiro de confiança da província e que também fosse estudada a proposta que faziam para a estrada.

A Companhia Paulista acusa o recebimento do ofício de 19 de novembro de 1879 sobre a representação do Visconde do Rio Claro e Barão do Pinhal contra o traçado na parte entre o morro Pellado e S. Carlos, prestando várias explicações, das quais destacamos a seguinte:

Há entretanto uma circunstância. Do lado do traçado Pimenta Bueno existe o bairro do Cuscuseiro, cuja lavoura poderia ficar um pouco mais favorecida, se o traçado do Morro Pellado a S. Carlos se inclinasse desse lado.

Mas então tratar-se-ia do interesse local, interesse de uma família, que por mais importante que seja, não pode nem deve sujeitar o interesse geral (REFCP 29.02.1880, p. 40).

E continuaram com a alegação de que era um interesse local o que movia os que representavam contra o traçado pretendido pela Companhia Paulista:

Eis aqui o motivo de toda esta hulha!...

É justamente para servir um pouco melhor os interesses do Coscuseiro que se levanta esta questão.

Porém o interesse do Coscuseiro não é o interesse geral, e neste caso está até em oposição à ele (REFCP 29.02.1880, p. 46).

Apesar dessas colocações, a Companhia Paulista informava que não eram contrários ao estudo das propostas; gostariam apenas de iniciar os trabalhos entre Rio Claro e Morro Pellado, onde estão os maiores trabalhos, ficando a definição do traçado do Morro Pellado até São Carlos para depois, o que estaria de acordo com o contrato assinado. Porém, o governo provincial não aprovou as plantas devido à representação do barão e do visconde:

É certo que a parte do traçado que respeita ao percurso entre Rio Claro e Morro Pellado pode não oferecer dúvidas, mas tratando-se de um prolongamento que deve ter por diretriz geral o traçado Pimenta Bueno, pode a aprovação da planta e perfil daquela parte importar embaraços que cumpre desde logo evitar, e foi por isso que nas cláusulas 11 e 12 do contrato se estipulou que o Governo teria de decidir em relação a planta e perfil da seção entre Rio Claro e S. Carlos, e mesmo quando esta seção pudesse ser subdivida o seria em seções de 15 quilômetros e não de 24 como a de Rio Claro ao Morro Pellado (REFCP 29.02.1880, p. 54-55).

Em ofício datado de 20 de janeiro de 1880, respondia a Paulista que o que está sendo determinado pelo governo não estava de acordo com o contrato: “Não pode a seção ter *menos* de 15 quilômetros, poderá porém ter *mais*, como aquela que vai de S. João do Rio Claro ao Morro Pellado” (REFCP 29.02.1880, p. 60).

No relatório da Companhia Paulista de 29 de agosto de 1880, foi descrito que outros levantamentos foram feitos, mas que estes nem foram levados ao conhecimento do governo, “porque era visível a tendência deste a tomar direção e deliberações contrárias ao interesse da Companhia e do público, devendo isso motivar o retraimento à que se viu forçada a Companhia”

(REFCP 29.08.1880, p. xiv). Comunicava então, a companhia que se desonerava da obrigação de realizar a estrada de Rio Claro a Araraquara passando por S. Carlos do Pinhal.

No relatório do presidente da província se apresentou a versão do governo da província para a polêmica:

O prolongamento da estrada de ferro do Rio-Claro somente ao Morro-Pellado conviria muito à Companhia, e talvez estivesse isso na mente de sua Engenharia ao fazer estudos meramente especulativos entre o Morro-Pellado e S. Carlos do Pinhal.

A estação do Morro-Pellado viria a ter a produção de Brotas, Dous-Corregos e Jahú.

A do Rio-Claro continuaria a receber os produtos da importante lavoura do Corumbatehy – S. Carlos do Pinhal – parte do Belem do Descalvado e Araraquara. A estação do Porto Ferreira daria escoamento aos produtos de parte do Belem do Descalvado, do Ribeirão-Preto e Santa Rita.

Assim ficaria a Companhia com o monopólio de quase toda a região do Oeste. Nenhuma outra empresa se aventuraria a construir estradas de ferro em prolongamento de qualquer das direções mencionadas, porque não encontraria renda para seus capitais.

Ora, o prolongamento de que trato não é questão de simples interesse local. A zona desse prolongamento é uma das indicadas para a linha que deve ligar o litoral do Império à Província de Matto-Grosso, e por isso o Governo não podia deixar de intervir muito direta e cuidadosamente na escolha do traçado que mais conviesse ao seu plano geral.

Não adotado o traçado da Companhia, rescindido de fato o contrato celebrado com a Presidência da Província, o Governo Imperial deliberou chamar concorrentes à construção da estrada, e, escolhida a proposta, que pareceu-lhe mais vantajosa, concedeu, por Decreto n. 7.838 de 4 de Outubro último, privilégio por 50 anos ao Major Benedito Antonio da Silva e Engenheiros Adolpho Augusto Pinto e Luiz Augusto Pinto para a construção, uso e gozo da dita estrada, com a condição expressa de ser a linha principal construída de conformidade com o traçado mencionado nos estudos realizados por sua ordem pelo Engenheiro Francisco Antonio Pimenta Bueno (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE 1881, p. 134).

Na visão da Companhia Paulista, a aprovação da lei que autorizava a contratação de uma estrada de Rio Claro a Araraquara, mal tendo ocorrido a desistência da Paulista, foi uma vitória dos “adversários da Companhia Paulista” e que

O presidente desta Província opõe-se ao traçado da Companhia Paulista porque é preciso dar eficaz auxílio à Companhia Ituana, salvando-a das condições em que se acha.

Qual o recurso por ele descoberto? ...

É o de garantir-lhe o prolongamento natural de sua estrada de ferro de Brotas e Jahú – contrariando assim as pecaminosas vistas de Companhia Paulista, que são as de estender seus domínios por todo o oeste da Província, pouco lhe importando o futuro de outras empresas congêneres e de presente precário. Não lhe aprovou então o traçado, porque se avizinha de Brotas e Jahú.

Pois bem! .. (REFCP 29.08.1880, p. xvii, grifos presentes no relatório).

Apesar do prolongamento da Companhia Ituana não ter sido realizado justamente pela inauguração da Companhia Rio Claro, esta era uma possibilidade real em 1880, conforme pode ser verificado na figura 5, em que se nota que a região de Brotas estaria a seu alcance. A criação da Companhia Rio Claro obrigou a Companhia Ituana a implantar uma hidrovía através dos rios Piracicaba e Tietê para não ser ainda mais prejudicada (ver figura 6).

Após esses acontecimentos, a diretoria da Companhia Paulista resolveu representar ao governo imperial contra a direção do prolongamento. Entretanto, a formação da Companhia Rio Claro já era fato consumado e a Companhia Paulista perdeu a preferência do prolongamento a partir de Rio Claro. Na visão do presidente da província

Assim terminou a questão.

*Deixo ao juízo da própria Companhia o decidir se ganhou ou perdeu em abrir mão do prolongamento, que lhe dava a chave do Oeste, e lhe abria horizontes até às regiões da Província de Matto-Grosso – **somente por querer manter a sua curva para Brotas** (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE 1881, p. 135, grifo nosso).*

O motivo da discórdia parece ter sido a disputa política paulista entre conservadores e liberais. É sabida a ligação da Companhia Paulista com o Partido Conservador e que o Visconde de Rio Claro e o Barão do Pinhal eram

próceres do Partido Liberal em São Paulo, assim como o presidente da província, Laurindo Abelardo de Brito.

Os interesses locais também participaram da disputa, consubstanciada na acusação da Paulista de que os detratores de seu traçado queriam a ferrovia mais próxima de suas propriedades. Ao fazerem isto, buscam sempre “reduzir o custo de transporte para os produtos agrícolas de exportação (em especial o café)” (SAES, 1981, p. 54).

Para Saes (1981, p. 63-64), que também analisou essa questão, três conflitos emergem da disputa: entre empresas e suas áreas de influência, entre interesses individuais e locais procurando orientar a linha para o mais próximo possível de suas propriedades, e o conflito entre as impensas conservadora e liberal, refletindo o conflito partidário.

Na figura abaixo apresentamos um mapa conjectural das duas propostas. Aparece representada a linha efetivamente construída pela Companhia Rio Claro e a ligação posteriormente realizada pela Companhia Paulista e que se baseava nos estudos realizados por ocasião da polêmica. Percebe-se a aproximação da linha da Companhia Rio Claro da localidade de Analândia, onde estavam as terras do Barão do Pinhal.

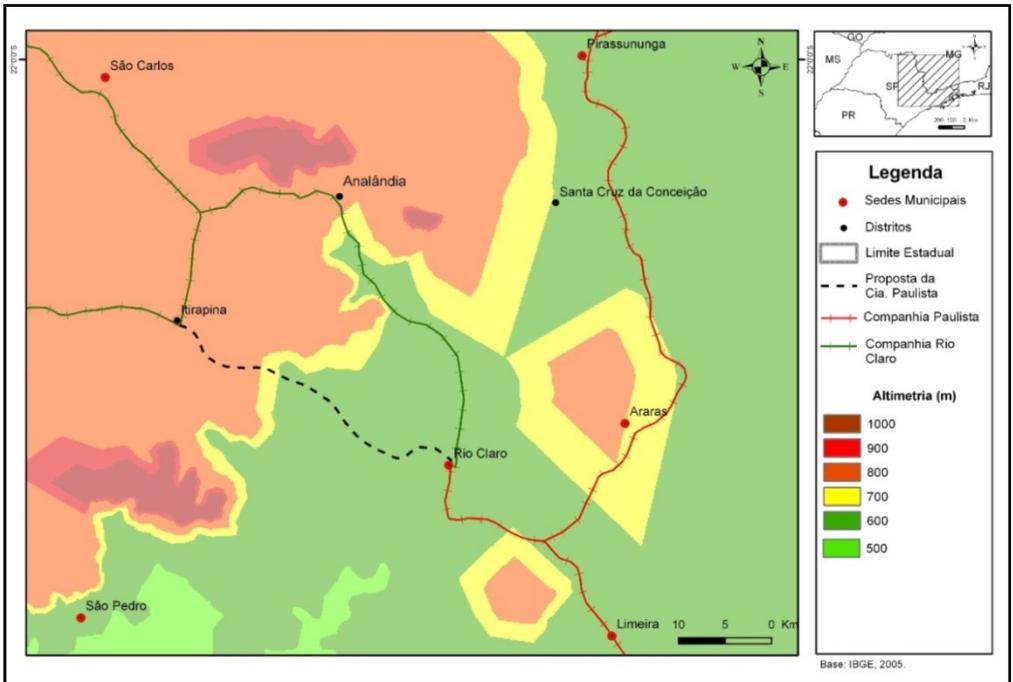


FIGURA 1 – A POLÊMICA DO PROLONGAMENTO ENTRE RIO CLARO E SÃO CARLOS
FONTE: SILVA, 2008, p. 199.

A disputa pelo vale do rio Mogi-Guaçu: Paulista x Mogiana

O ano de 1880 não foi bom para a Companhia Paulista. Neste ano, perdeu a possibilidade de se expandir a partir de Rio Claro e também perdeu a possibilidade de se expandir pela margem direita do rio Mogi-Guaçu. Nesse último sentido, havia feito ao governo da província uma proposta de prolongamento do ramal do Mogi-Guaçu, que se encontrava em Porto Ferreira até São Simão e Ribeirão Preto. Porém, a Mogiana, nas palavras da diretoria da Companhia Paulista, “também estava em campo” (REFCP 29.08.1880, p. xxi) e conquistou a concessão a partir de Casa Branca.

Logo após, se iniciou a chamada “questão da zona privilegiada” com a Companhia Mogiana. Essa companhia iniciou a construção da concessão ganha para ir até Ribeirão Preto, e segundo a Paulista, o traçado que ia do km 14 ao 52 entrava em sua zona privilegiada. Na figura abaixo, aparece representado o trecho em que, segundo a Paulista, a linha da Mogiana para São Simão invadia sua zona privilegiada.

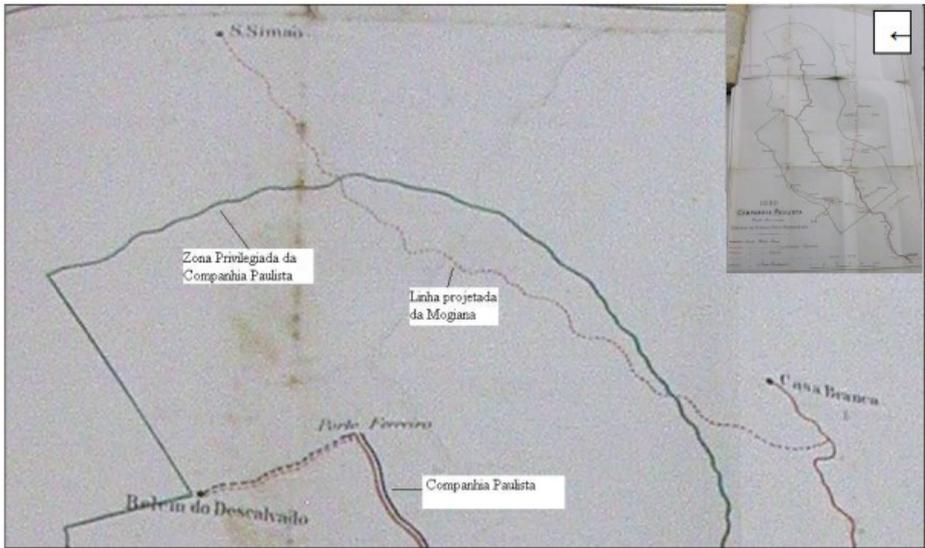


FIGURA 2 - TRECHO EM QUE A PAULISTA ALEGAVA INVASÃO DE SUA ZONA PRIVILEGIADA POR PARTE DA MOGIANA

FONTE: DETALHE DO MAPA DA COMPANHIA PAULISTA DE 1880, DENOMINADO “REDE DAS SUAS ESTRADAS DE FERRO E ZONA PRIVILEGEADA” (REFCP, 29.08.1881).

em vermelho. Em preto a zona privilegiada da Companhia Paulista de acordo com os critérios desta companhia.

A Companhia Paulista solicitou providências à província quando chegou a informação que a Mogiana estava cobrando frete na estação de Lage, sem esperar a resolução da polêmica. A resposta do governo veio na forma da estipulação de como deveria ser feita a medição. O governo provincial

...resolve que o modo de determinar a zona privilegiada das estradas de ferro está estabelecida no Decreto nº 7959 de 19 de dezembro de 1880 combinado com os de nº. 5561 de 28 de fevereiro de 1874 e 6995 de 17 de agosto de 1878, e que por eles deve essa Companhia regular-se na determinação de sua zona (REFCP 27.08.1882, anexo 6).

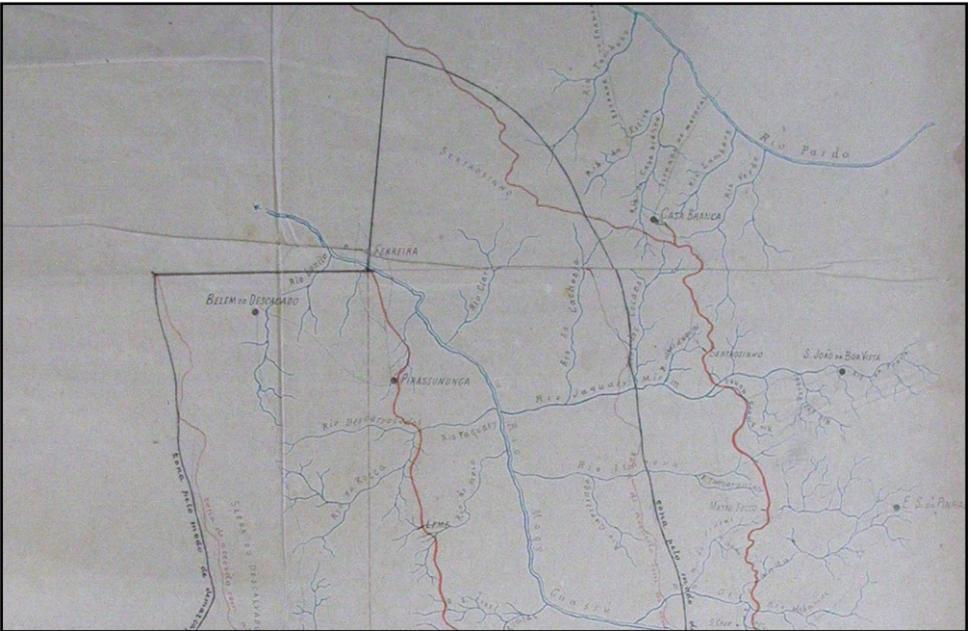


FIGURA 4 – ZONA PRIVILEGIADA DA COMPANHIA PAULISTA

FONTE: DETALHE DO “MAPPA [Nº 1] DA REDE DE ESTRADAS DE FERRO EM TRAFEGO NA PROVª. DE S. PAULO ORGANIZADO NO ESCRITORIO DA COMPANHIA MOGIANA EM VISTA DAS PLANTAS PARCIAES DA DIFFERENTES COMPANHIAS E OFFERECIDO AO INSTITUTO POLYTECHNICO DE S. PAULO PELO ENGENHEIRO JOAQUIM M. R. LISBOA - SETEMBRO DE 1877” (MAPOTECA APESP Nº 02.01.04).

A diretoria da Companhia Paulista, convicta de que sua forma de calcular a zona privilegiada era a correta, resolveu convidar a Mogiana para entrarem em acordo amigável sobre a questão e, em caso que a mesma se recusasse a reconhecer esse direito, então lançaria mão do juízo arbitral e, em último caso recorreria a meios judiciais (REFCP 27.08.1882, p. 21).

Sobre esta reclamação da Paulista a diretoria da Mogiana escreveu em seu relatório:

A vossa Diretoria pediu informação, ainda uma vez, ao Engenheiro em chefe da Companhia, visto se tratar de matéria que se refere à parte técnica, e então enviará sua resposta. Desde já, porém, ela pode vos assegurar que saberá defender os interesses da Companhia; pois que sempre esteve, como ainda está agora, na firme convicção de que não houve semelhante invasão (RCMEF³⁴¹ 03.09.1882).

No relatório seguinte a Mogiana, após consulta a seus engenheiros, consignou o que já tinha como certo: “...continua assim a Diretoria a conservar a sua inabalável convicção de não ter se dado a pretendida invasão” (RCMEF 26.03.1883, p. 11).

A questão vai se arrastando, com convicções firmes de parte a parte. A Paulista que houve invasão, a Mogiana que não. No relatório de setembro de 1884 a diretoria da Companhia Paulista comentava o caso:

A questão da zona acha-se no mesmo pé em que estava por ocasião de nosso último relatório. Como vos dissemos, a Diretoria tinha resolvido, antes de intentar o pleito judicial, ouvir a opinião de provectoros jurisconsultos sobre esta melindrosa questão. Em consequência fez diversas consultas, que dependem ainda de solução, motivo pelo qual até o presente não foi iniciado este pleito, ao qual a Diretoria será levada pela recusa de acordo por parte da Companhia Mogiana, como já em outra oportunidade vos foi relatado (REFCP 28.09.1884, p. 10).

Quatro anos após, no relatório de 30 de setembro de 1888, a diretoria da Companhia Paulista afirmava que, desesperando de chegar a acordo com a Mogiana, “...trata a vossa Diretoria de recorrer aos meios coercivos para

³⁴¹ RCMEF – Relatório da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

obrigar a Mogiana ao respeito da lei e dos contratos” (REFCP 30.09.1888, p. 15). Neste intuito, e como preliminar necessária da ação judicial requereram ao Governo Provincial que encarregasse à Comissão Geologica e Geographica da Província estudos para a organização da carta topográfica da região.

Estimulado então pela solicitação da Companhia Paulista, o governo provincial em ato de 13 de março de 1889, resolveu que o conflito deve ser resolvido judicialmente, como já havia sido realizado no caso de outro conflito entre companhias ferroviárias, caso das companhias União Valenciana e Comercio e Rio das Flores (REFCP 31.03.1889, p. 28).

Com o início da construção do ramal de Santa Veridiana da Companhia Paulista, foi a vez da Companhia Mogiana contra-atacar. Tendo publicado em vários jornais protesto contra a construção do ramal de Santa Veridiana, assinado pelo barão de Ataliba, presidente da Mogiana, alegando que dita obra iria contra o privilégio de zona da Mogiana, o presidente da Paulista prontamente participou da discussão via imprensa mostrando, com argumentos a inanidade do protesto. Com surpresa receberam comunicação do governo determinado a não construção até que o caso da reclamação fosse julgado. Representou então, a diretoria da Companhia Paulista, contra tal despacho. E que diante do ocorrido “nada mais lhe cabe fazer do que deixar de cobrar frete e passagens no ramal de Santa Veridiana, enquanto não se liquidar, em juízo competente, a legitimidade da posse da Companhia Paulista na zona em litígio...” (REFCP 27.10.1889, p. 19). A Companhia Paulista aproveita para relembrar o caso Lage, em que não foi tomada medida semelhante. A resposta do governo foi declarar a revelia o árbitro proposto pela Mogiana.

Após recorrerem ao Conselho de Estado do despacho do presidente da província, determinando a paralisação das obras do ramal de Santa Veridiana, o referido conselho foi extinto pela queda do Império (“sobrevindo os acontecimentos políticos que determinaram a mudança das instituições...”). Como também o presidente da província havia sido trocado, solicitaram reconsideração ao governo do Estado, que assim procedeu, tornando sem efeito o despacho anterior e determinando que as companhias resolvam a pendência no âmbito privado (REFCP 13.04.1890, p. 14).

Foi então levantado o embargo às obras do ramal de Santa Veridiana no termo de Casa Branca, mediante prestação da caução arbitrada, prosseguindo então as obras (REFCP 26.04.1891, p. 11).

Em julgamento do Supremo Tribunal Federal em data de 9 de maio de 1891 do processo cível da Mogiana contra a Paulista sobre o embargo às obras do ramal de Santa Veridiana, "...resolveu o Tribunal não tomar conhecimento da pretendida revista" (REFCP 30.04.1892, p. 9). Para a Paulista agora

*...é a própria palavra do governo definindo e explicando a maneira de se contar a zona privilegiada das estradas de ferro, a qual está inteiramente de acordo com o processo por nós sustentado e em virtude do qual sempre entendemos que a estação de Lage da linha Mogiana, **objetivo do nosso ramal de Sta. Veridiana**, achava-se dentro de nossa zona privilegiada, ao contrário do que pretende essa Companhia (REFCP 30.04.1892, p. 9, grifo nosso).*

Portanto, no final do período analisado, continuava em aberto a pendência entre as duas companhias, agora agravada pela construção do ramal de Santa Veridiana, localizado a apenas 1 km da estação de Lage, conforme relatado na citação acima.

Segundo Giesbrecht (2005) a estação de Lage

foi o pivô de uma crise entre a Mogiana e a Cia. Paulista, que começou com a sua construção e perdurou por quase trinta anos, acabando somente com os acordos entre as duas ferrovias, que resultaram na construção da estação de Baldeação, comum às duas, em 1913. O problema surgiu por causa da acusação da Paulista contra a Mogiana, de que esta teria invadido sua zona privilegiada na região de Santa Cruz das Palmeiras e, pior ainda, construído nesse trecho uma estação. A Mogiana contra-atacou quando, alguns anos depois, a Paulista começou a construir o ramal de Santa Veridiana, que chegou finalmente, mesmo com as ameaças e embargos tentados pela concorrente, a Santa Veridiana, uma estação distante menos de um quilômetro de Lage.

Esse conflito foi um bom exemplo de que nem tudo eram flores na relação entre as companhias ferroviárias do Oeste Paulista durante o século XIX. Na

figura 8 pode-se visualizar a proximidade das linhas das duas companhias na localidade de Santa Cruz das Palmeiras, ramal construído pela Companhia Paulista que saindo de Porto Ferreira se dirigia à linha da Mogiana

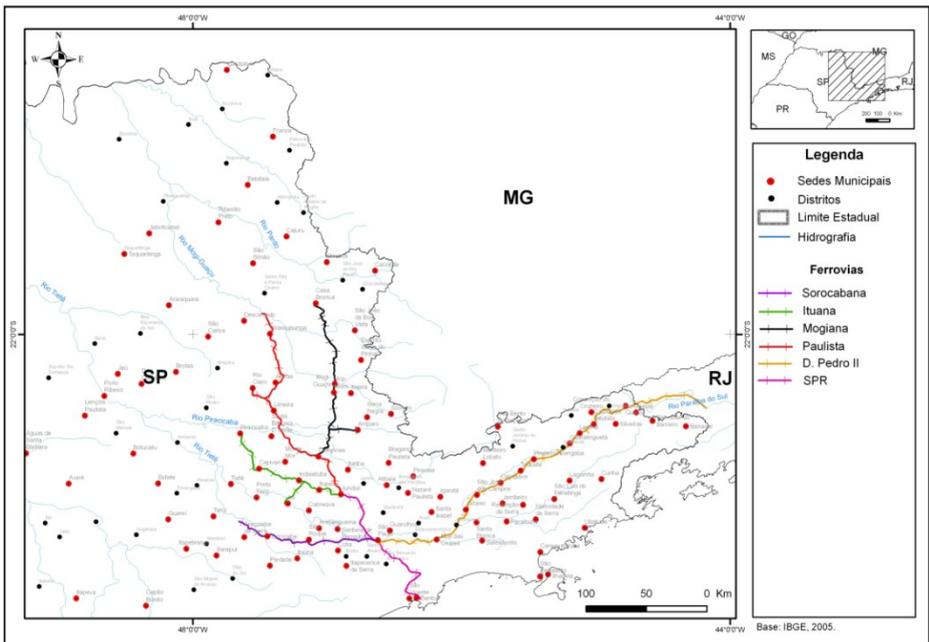


FIGURA 5 – REDE FERROVIÁRIA PAULISTA EM 1880 COM A INDICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DISTRITOS EXISTENTES

FONTE: SILVA, 2008, P. 176.

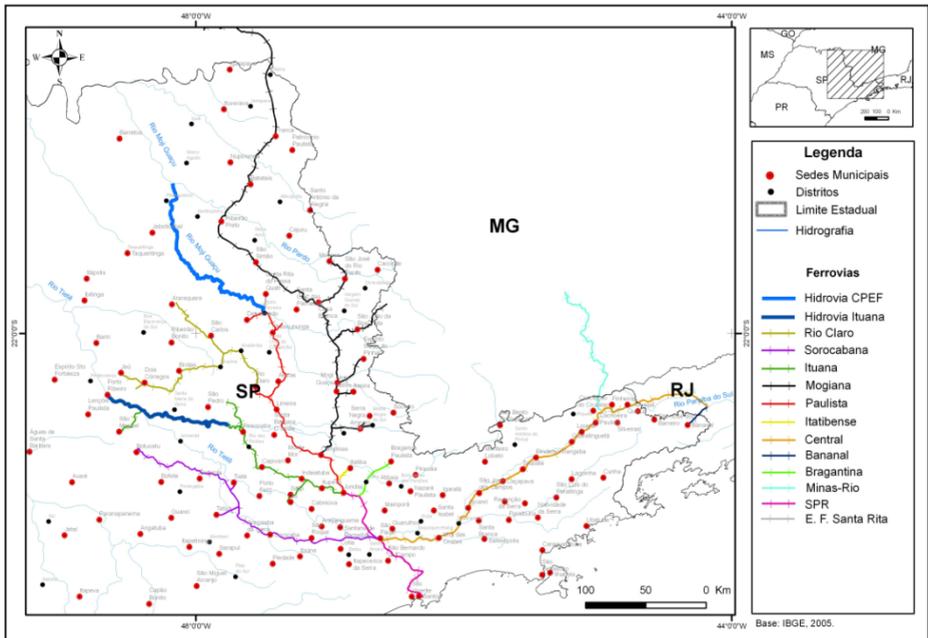


FIGURA 6 – REDE FERROVIÁRIA PAULISTA EM 1886 COM A INDICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DISTRITOS EXISTENTES

FONTE: SILVA, 2008, P. 179.

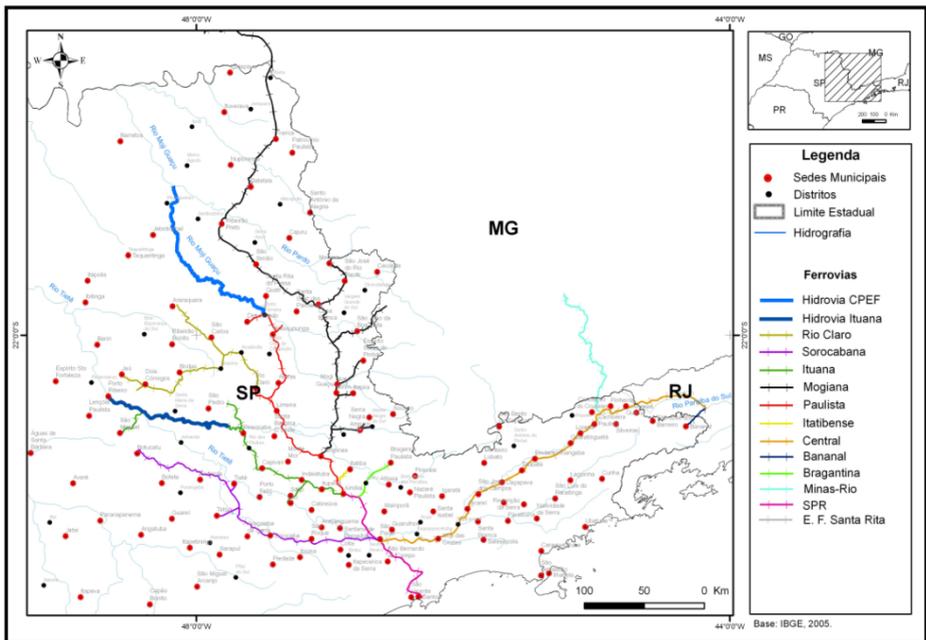


FIGURA 7 – REDE FERROVIÁRIA PAULISTA EM 1890 COM A INDICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DISTRITOS EXISTENTES

FONTE: SILVA, 2008, p. 181.

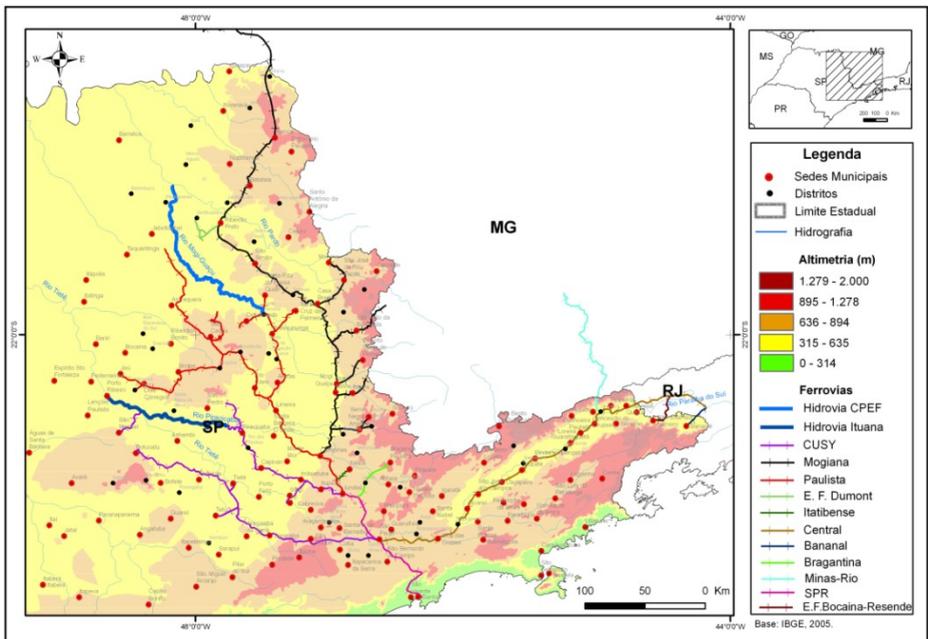


FIGURA 8 – REDE FERROVIÁRIA PAULISTA EM 1892 COM A INDICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DISTRITOS EXISTENTES E A ALTIMETRIA DA REGIÃO
FONTE: SILVA, 2008, P. 183.

A navegação fluvial da Paulista no Mogi-Guaçu

Após a perda, já relatada, de suas possibilidades de expansão, a Companhia Paulista resolveu promover a navegação fluvial no rio Mogi-Guaçu como compensação. Ao não poder se expandir no vale do Mogi-Guaçu resolveu construir uma hidrovia no referido rio.

No relatório de 25 de fevereiro de 1883, escreve a diretoria sobre a navegação dos rios Mogi-Guaçu e Pardo:

Reconhecendo a Diretoria as vantagens para a Companhia Paulista de realizar a navegação dos rios Mogi-Guassú e Pardo; achando-se ao mesmo tempo informada de embarços à ela postos por diversas corredeiras existentes no leito daqueles rio, para formar um juízo à respeito do assunto, deliberou mandar seus engenheiros procederem à exploração dos mesmos (REFCP 25.02.1883, p. ix).

Após os estudos mostrarem a viabilidade da navegação com algumas adaptações no leito e em algumas corredeiras, a Companhia Paulista solicita, em 17 de janeiro de 1883, o privilégio de 30 anos para navegação de Porto Ferreira pelos rios Mogi-Guaçu e Pardo até a barra no Rio Grande, sem ônus para os cofres provinciais.

Porém, o pedido não foi aprovado pelo governo provincial, que argumentou que a referida navegação, por interessar a outras províncias (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás) deveria ser objeto de deliberação do governo Imperial. Tendo em vista, haverem competidores para a referida navegação resolve a Companhia Paulista:

Em vista desta denegação de sanção, e por constar que ao Governo Geral se havia, por parte da estrada de ferro de S. João do Rio-Claro à S. Carlos do Pinhal, requerido idêntico privilégio, deliberaram os membros da Diretoria representar ao mesmo Governo contra tal pedido, e requerer o privilégio pelo prazo de 30 anos, e sem ônus algum para o Estado.

Fundamentamos nosso pedido na prioridade da ideia da navegação daqueles rios, desde muito estudada e intentada pela Companhia Paulista; e na existência de uma linha férrea de bitola larga sem ônus algum para os Governos Geral e Provincial, na barranca do Mogy-Guassú, cujo vale foi sempre considerado como prolongamento natural da linha Paulista... (REFCP 26.08.1883, p. 7).

Como forma de dirimir o conflito, a presidência da província convocou os contendores para que alegassem seus direitos. Após várias conferências, resolveu o Governo o seguinte:

[As] Companhias de estradas de ferro Paulista e S. Carlos do Pinhal, pedindo privilégio para a navegação à vapor dos rios Mogy-guassú, e Paranyhyba: - Considerando que os grandes interesses das duas companhias, suplicantes exigem a navegação destes rios, e, sendo que tal navegação, na parte necessária às conveniências atuais, não oferece dificuldades insuperáveis aos esforços do capital particular, nenhuma razão há na intervenção do Estado, devendo a questão regular-se pelos princípios gerais da liberdade da indústria com obtenção dos poderes gerais e provinciais no intuito de limitar o direito da navegação dos referidos rios pela concessão do privilégio;

Nestes termos indefiro o requerimento dos suplicantes. Em 1º de Maio de 1883, assinado Henrique d'Avila (REFCP 26.08.1883, p. 7-8).

Como ficou estabelecido a prevalência de quem primeiro estabelecesse o serviço fluvial, a diretoria da Companhia Paulista mandou proceder novos estudos, realizado pelo Eng. Dr. Rebouças, que concluíram que os rios ofereciam condições de navegabilidade para vapores de calado até 0,40 m, porque na estiagem só se pode contar nas corredeiras e partes rasas com 0,60 de profundidade. Fora destes pontos especiais, há sempre mais de 1 metro de altura de água. Consignaram que a navegação serviria aos municípios do Descalvado, S. Carlos do Pinhal, Araraquara, Jaboticabal, S. Simão e Ribeirão Preto; sul de Minas e Goiás e às regiões marginais do Rio-Grande (Paraná depois de sua junção com o Paranyhyba) da Província de Mato-Grosso. Desses municípios se poderia contar com gêneros de importação e exportação. “Para os demais pontos haverá importação, em grande escala, de sal, gênero de primeira necessidade para o sertão, em que a indústria é a criação de gado” (REFCP 26.08.1883, p. 8). Os estudos também asseguraram que o tráfego pela via fluvial nunca seria menor de 450.000 arrobas.

A primeira experiência de navegação foi realizada em 2 de dezembro de 1884, com uma média horária de 16 km/h rio abaixo e 7 ½ rio acima, porém o tráfego só foi aberto a 25 de março de 1885. Comentou a diretoria da Companhia Paulista que, ao final das obras, “...teremos então 548 quilômetros de transporte a vapor pertencente a nossa Companhia, sendo

que 305 quilômetros é de via fluvial e 243 da via férrea” (REFCP 27.09.1885, p. 17).

Em março de 1886, a via fluvial recebeu a visita do engenheiro Benjamim Franklin de Albuquerque Lima, do governo imperial para conhecer os trabalhos da Companhia Paulista para aplicação em outras partes do império (REFCP 10.10.1886, p. 62).

Finalmente, pelo decreto 9.753, de 6 de maio de 1887, o governo imperial concedeu à Paulista privilégio por 10 anos para navegação a vapor nos rios Mogy-Guassú, Pardo e Grande. Também foi proposto um projeto para aumentar a concessão para 30 anos, não só à Paulista, como também para a Mogiana, que tinha autorização para navegar o Rio Grande, da foz do Sapucahu-Mirim, até a ponte do Jaguará.

Consignou então, a diretoria da Paulista uma frase que foi quase um desabafo: **“A Companhia Paulista merecia uma compensação aos sacrifícios feitos com as obras daquele rio”** (036 REFCP 25.09.1887, p. 14, grifo nosso).

Após os fracassos relatados quanto ao prolongamento a partir de Rio Claro e da perda da concessão da margem direita do Mogi-Guaçu, esta foi a saída encontrada pela Paulista para não ser “sufocada” pelas companhias Mogiana e Rio Claro. Na figura 6 pode-se visualizar a hidrovia da Companhia Paulista e como ela foi fundamental nessa estratégia. Porém seus resultados não foram compensadores, conforme pode ser constatado na tabela 1. Com a compra da Companhia Rio Claro e a concorrência da Companhia Mogiana, a hidrovia acabou definitivamente desativada em 1903, sendo substituída pelo transporte ferroviário.

| TABELA 1 – MOVIMENTO DA VIA FLUVIAL, 1886-1890 | | |
|---|-------------|-----------------|
| Ano | Passageiros | Mercadorias (T) |
| 1886 | 139 | 2.820 |
| 1887 | 315 | 5.423 |
| 1888 | 333 | 6.375 |
| 1889 | 690 | 9.558 |
| 1890 | 706 | 9.975 |

Fonte: REFCP, 26.04.1891, p. 5.

A Companhia Paulista frente aos conflitos territoriais

Em algumas passagens dos relatórios da Companhia Paulista, percebemos sua inconformidade com as derrotas sofridas nos conflitos territoriais. No relatório de 5 de abril de 1885, em resposta às reclamações das câmaras municipais de Rio Claro e São Carlos, passou a diretoria a responder ao Engenheiro Fiscal sobre reclamações sobre tarifas e às referências injustas feitas à Companhia Paulista, passando a historiar os acontecimentos passados:

Quando se tratou da construção da estrada de ferro para o Ribeirão Preto, e que a Mogyana e Paulista disputavam-se à preferência para o prolongamento de suas linhas até aquele ponto, V. S. se recordará que, a despeito de ser a natural direção do prolongamento da Paulista, e de oferecer esta a grande vantagem da unidade de bitola e menor percurso ao ponto de embarque, sem ônus algum para a província, foi a Mogyana concedido o privilégio para, por meio de um grande arco cortar a frente da Paulista, com grave prejuízo da lavoura, que, em vão, pela imprensa, clamou contra a iniquidade da decisão do governo de então.

Mais tarde, quando pretendeu prolongar sua linha do Rio Claro para S. Carlos, a intervenção de um particular interessado, foi bastante para que se exigisse da Companhia, que o traçado que apresentou fosse modificado no sentido da indicação daquele particular, com prejuízo tanto do público como da Companhia. Não convindo na exigida modificação, foi dada a concessão a outrem que construiu o prolongamento de bitola estreita e pela zona de sua conveniência.

Peada, assim em seu desenvolvimento por um e outro lado, procurou a Companhia Paulista salvaguardar, seu futuro, pedindo privilégio para a navegação do Rio Mogy-Guassú, e propondo-se a fazer no leito do rio os melhoramentos necessários a torná-lo apto para a navegação a vapor (REFCP 05.04.1885, p. 2 do anexo 6).

Destacam também, ao falar da navegação no rio Mogi-Guaçu, um quadro que apresenta com perfeição a situação da Paulista após as derrotas de 1880, situação que pode ser percebida na figura 5, complementada pela figura 6, em que já podemos visualizar a opção pela hidrovia:

Pelo mapa [via da paulista e de outras ferrovias e conexões fluviais] verá V. S. que a Companhia em sua estrada de ferro, é quase sufocada pelas outras estradas, as quais tem cortado pela frente, e antes de ter começado a navegação, o tráfego de importação demonstra melhor do que palavras, o modo pelo qual a Companhia salvará o seu tráfego, de importação pela navegação do rio Mogy-Guassú, e outros

rios, dos quais este forma parte de uma grande rede de comunicações fluviais, com o vasto interior (REFCP 25.03.1887, p. 50).

Nas situações de conflito descritas, privilegiamos a ótica da Companhia Paulista, mas confrontando, sempre que possível, com as posições dos demais atores envolvidos. Percebe-se uma defesa sem quartel das zonas privilegiadas, o que de certa forma engessou a estrutura criada, inviabilizando a construção de linhas de interligação regional. Também se percebe, através da comparação das figuras 5, 6, 7 e 8, a enorme disputa territorial e os desafios (políticos) colocados pelas diversas elites regionais do estado para garantirem a continuidade de seus negócios através do investimento em ferrovias ainda rentáveis devido ao plantio do café.

Nos conflitos descritos, a Companhia Paulista foi a grande derrotada. Porém acreditamos que tais derrotas fortaleceram a posição da companhia, que se preparou para o período de crise que se inicia com o final do Império. Conforme pode ser verificado na figura 8, a Companhia Paulista compra a Cia. Rio Claro em 1892, aumentando em muito seu poder de fogo para os períodos posteriores.

Com a crise do Encilhamento e a desvalorização da moeda nacional surgem divergências crescentes entre os interesses das companhias (todos seus insumos eram importados) e dos clientes (com a moeda desvalorizada seus lucros em moeda nacional eram maiores). Para esse cenário a Companhia estava melhor preparada. Sua posição muitas vezes conservadora, de não realizar aventuras ao que considerava afronta às razões técnicas, levou ao fortalecimento de sua atuação interna, preparando-a para a grande expansão posterior.

Considerações finais

Os conflitos relatados reforçam os argumentos iniciais de que havia, no Oeste Paulista da época, uma disputa por territórios pelas companhias ferroviárias concorrentes, sobretudo entre as companhias Paulista e Mogiana. Para visualizar tais disputas, os mapas 5, 6, 7 e 8, mostram a evolução temporal da implantação ferroviária nos anos de 1880, 1886, 1890 e 1892, sendo possível perceber a motivação de muitas das disputas e conflitos relatados. Os mapas

foram apresentados juntos para facilitar a consulta e propiciar que a diferença entre os momentos fosse mais facilmente notada.

Nesse sentido acreditamos muito válido o recurso ao geoprocessamento em estudos históricos, como forma de demonstrar muitos dos processos que ocorrem no território, neste caso uma área em expansão da cultura do café e de avanço da colonização, que era então disputado por algumas companhias ferroviárias. Percebe-se também a interferência de critérios políticos na instalação e posterior manutenção de certas ferrovias. Ao se instalar, ferrovias como a Ituana já entraram em conflito com a Paulista, pois representava uma continuidade da mesma. Isso atendia a interesses específicos de elites locais, que depois não poderiam se abandonados, sob pena de falência da ferrovia em questão.

Destaca-se também o caso paulista como um dos únicos no país a ter disputa territorial entre ferrovias concorrentes. O mais comum nos demais estados brasileiros foi a implantação de uma única ferrovia monopolista, ou, como no caso de regiões dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, uma ferrovia, caso da Companhia Leopoldina, ir adquirindo as ferrovias menores, até tornar-se a única existente em vastas regiões destes estados.

❖ Referências

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação e espaço – uma nota. In: _____. **Trajatórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 2. ed. p. 213-233.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Estações ferroviárias do estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br>> Acesso em 11 mar. 2005.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1981.

SILVA, Marcelo Werner da. **A formação de territórios ferroviários no Oeste Paulista, 1868-1892**. 2008. 311 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Fontes Primárias Citadas

REFCM. Relatórios da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Período 1869-1893.

REFCP. Relatórios da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Período 1869-1893.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO DE 1874. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da provincia, o exm. sr. dr. João Theodoro Xavier em 5 de fevereiro de 1874**. S. Paulo, Typ. Americana, 1874. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/sao.htm>>. Acesso em 08 nov. 2006.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE 1881. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da provincia, Laurindo Abelardo de Brito, no dia 13 de janeiro de 1881**. Santos, Typ. a Vapor do Diario de Santos, 1881. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/sao.htm>>. Acesso em 08 nov. 2006.

**Georreferenciamento dos indivíduos
nas cidades da América Latina da
Colônia à República**

Un análisis demográfico-espacial de la Jurisdicción de Montevideo entre 1769 y 1778.

Raquel Pollero

Graciana Sagaseta

❖ Introducción

El trabajo se inscribe en una amplia línea de investigación que pretende estudiar el crecimiento de la población rioplatense y su dinámica demográfica, en relación con los espacios económicos y el conflicto por los recursos entre mediados del siglo XVIII y mediados del XIX.

Esta investigación se propone avanzar en la comprensión de la ocupación del paisaje agrario montevideano y su vinculación con los procesos económicos y sociales del período. Para ello se aplicaron los desarrollos de la cartografía a través de los sistemas de información geográfica a datos provenientes del análisis demográfico histórico.³⁴² Así, se mapearon distintos indicadores demográficos que construimos a partir de información recogida en padrones de población de la Jurisdicción de Montevideo de la segunda mitad del siglo XVIII.³⁴³

Para plantearnos la asignación espacial de los posibles indicadores demográficos debimos recorrer un proceso de sucesivas etapas. En primer lugar, debimos generar una representación gráfica de la Jurisdicción de Montevideo.

El punto de partida consistió en la delimitación señalada por el Capitán Pedro Millán por orden del Gobernador Bruno Mauricio de Zabala en 1726.³⁴⁴

³⁴²En este trabajo se utiliza el software Quantum GIS (Open SourceGeographicInformationSystem), versión 2.8.2 Wien.

³⁴³ Algunas secciones de este capítulo han sido utilizadas en la elaboración de artículo: POLLERO, Raquel y SAGASETA, Graciana. 2016. "Un aporte al proceso de ocupación de la Jurisdicción de Montevideo a partir del análisis espacial" en *Revista Uruguaya de Historia Económica*. Año VI. Nº 10. Montevideo, Uruguay.

³⁴⁴ En varias ocasiones el gobernador y capitán general de las Provincias del Río de la Plata Bruno Mauricio de Zabala recibió instrucciones de la Corona española para poblar los parajes de Montevideo y Maldonado, y así bloquear las tentativas de

Millán utilizó principalmente los accidentes geográficos como elementos para definir la jurisdicción. La literatura historiográfica cuenta con varias interpretaciones gráficas de dicha jurisdicción, todas ellas anteriores a la utilización de los sistemas de información georreferenciados.

La ubicación de la información necesitó de capas georreferenciadas de serranías, cerros, cursos de aguas, curvas de nivel, cuencas, poblados y caminos. Dichas capas fueron la base para el comienzo de la correspondencia entre el texto que define la jurisdicción y su representación gráfica. Así, la jurisdicción se delimitó por una línea georreferenciada, diseñada de acuerdo a las instrucciones de 1726 y la información de las capas geográficas para su ubicación.

Una segunda etapa de la investigación consistió en la georreferenciación de los pagos de la Jurisdicción de Montevideo. Las fuentes demográficas utilizadas son los padrones de población de la Jurisdicción de Montevideo de 1769, 1772-1773 y 1778. Para realizar un análisis comparativo de los tres padrones fue necesario analizar la cobertura geográfica de los mismos y homologar las distintas formas en que se señalaban las áreas y pagos identificados.

Finalmente, la tercera etapa consiste en la representación en el mapa de algunos indicadores demográficos básicos. Sin embargo, nos encontramos con una dificultad que nos obligó a readaptar las áreas geográficas que habíamos identificado previamente. Dado que el número de habitantes en algunos de los pagos es muy reducido, a los efectos de poder construir indicadores demográficos, y que estos tuvieran sentido, fue necesario combinar los pagos más próximos y formar ocho áreas de estudio.

A continuación se presenta, en primer lugar, una breve descripción del poblamiento del paisaje montevidеоano y de las fuentes utilizadas. Luego, el proceso de georreferenciación de la Jurisdicción de Montevideo. Finalmente, el análisis demográfico histórico de las fuentes, con la elaboración de los mapas a partir de los indicadores demográficos.

ocupación portuguesa. En 1726 Zabala le ordenó al capitán de Caballos Corazas Pedro Millán señalar la delimitación de la ciudad de Montevideo y su jurisdicción.

❖ **Breve descripción del proceso de poblamiento del paisaje agrario montevideano**

El proceso de ocupación del territorio al este del río Uruguay por la sociedad colonial se llevó a cabo desde tres ejes de penetración: el guaraní-misionero en el noroeste –desde los llamados “30 pueblos” misioneros- ya a fines del siglo XVII y principios del XVIII, el frente portugués desde el este y noreste y el hispano-criollo desde el sur y suroeste, principalmente desde Buenos Aires. El espacio que pretendían controlar también era recorrido y temporalmente ocupado por diversas poblaciones nómades de origen amerindio, lo que generó una continua y complicada interacción entre las sociedades colonial e indígenas.

Desde el punto de vista económico, en dicho territorio se han identificado dos grandes espacios de carácter sub-regional que estilizadamente se pueden ubicar al norte y al sur del Río Negro. El primero y más antiguo se articulaba en torno a las misiones jesuíticas; el segundo, el paisaje agrario montevideano, lo haría en torno a Buenos Aires y Montevideo (Moraes 2008; Moraes 2012).

A mediados de la década de 1720, reaccionando a un intento de ocupación territorial lusitana, casi cuarenta y cinco años después de la instalación efectiva portuguesa en la margen norte del Río de la Plata, se emprendió el proceso fundacional de la ciudad de Montevideo.

A partir de su demarcación en 1726, la Jurisdicción de Montevideo se constituyó en la unidad administrativa colonial sobre la cual tutelaban las autoridades políticas y militares de la ciudad. Desde entonces, y prácticamente hasta el final del período colonial, en la banda norte del Río de la Plata coexistieron tres jurisdicciones administrativas: al sur, la región correspondiente a la jurisdicción de Montevideo, al norte una región bajo jurisdicciones jesuitas; y el resto del territorio bajo dependencia de la Gobernación de Buenos Aires.

El primer núcleo urbano, contiguo al puerto, fue consolidándose dentro de un recinto amurallado. De acuerdo a las Leyes de Indias, a los primeros pobladores se les adjudicaron solares para vivienda en la ciudad y tierras productivas en chacras y estancias.

Los repartos de chacras se realizaron en la zona rural más adyacente a Montevideo, en las márgenes del arroyo Miguelete y los arroyos de Las Piedras y Colorado. La superficie de estas chacras variaba entre 200 y 400 varas de frente por una legua de fondo (entre 84 y 168 hectáreas), y debían empezar a labrarse en el plazo de tres meses. A su vez, los primeros repartos de estancias comenzaron en las proximidades los arroyos Pando y Carrasco, continuando, paulatinamente, al resto de la Jurisdicción (Barrios Pintos, 1971). Inicialmente cada suerte tenía una extensión de 3.000 varas de frente por 1,5 leguas de fondo (equivalente a 1992,3 hectáreas).

Por consiguiente, desde sus inicios en la Jurisdicción se fue constituyendo un área de la campaña cercana a Montevideo, principalmente chacarera, de pequeña y mediana propiedad, dedicada principalmente a la agricultura y ganadería de pequeño portedestinada al autoconsumo y el abastecimiento de los habitantes de la ciudad. Mientras que el territorio restante estaría conformado por estancias que se dedicarían, mayormente, a la explotación del cuero vacuno orientado a los mercados atlánticos. No obstante, también se va desarrollando un esquema menos estilizado y más complementario, donde más allá de la adjudicación jurídica de la tierra, se encuentra la existencia de pequeñas unidades campesinas de producción en torno o mismo al interior de algunas de estas grandes propiedades (Gelman, 1998; Moraes y Pollero, 2010). Esta coexistencia ya se observa en los padrones de la segunda mitad del siglo XVIII analizados en nuestra investigación.

A partir de los repartos de tierras, entonces, comenzó el lento proceso de la ocupación colonial del espacio, dificultado por los continuos enfrentamientos con los indígenas. Si bien inicialmente la población residía en la ciudad y se trasladaba temporalmente a sus propiedades rurales, hacia la segunda mitad del siglo XVIII comenzó a expandirse y asentarse por la campaña montevideana en un proceso que el historiador Apolant denominó como "ruralización" (Apolant 1966). Desde entonces, los montevidianos reclamaron sin éxito a las autoridades de Buenos Aires y a la Corona que se ampliara la jurisdicción. Hacia la década de 1790, los hacendados montevidianos en su ambición por controlar más territorios y ganados, traspasaron sus límites.

Hasta fines de la década de 1770, período que ocupa a este trabajo, la Jurisdicción de Montevideo contaba con un núcleo de población urbana, y más allá de él, población dispersa distribuida en las distintas unidades

productivas, puesto que la formación de las localidades en el área -que muchas veces se inició por una concentración en torno a una capilla-, es algo posterior.

❖ **Proceso de georreferenciación de la Jurisdicción de Montevideo.**

La elaboración del mapa de la Jurisdicción de Montevideo es un resultado muy significativo para nuestra investigación. No obstante, sabemos que en un proceso de ocupación del espacio como el que estamos estudiando los límites administrativos no constituían una frontera infranqueable, y lejos de ello, siempre fueron permeables a la población.

Sin embargo, para la demografía la delimitación de las áreas geográficas sobre las que se está trabajando es sustantiva. De hecho, esta define a su objeto de estudio como un conjunto de individuos que residen en un espacio determinado. El espacio de referencia es relevante para definir a quienes se incluyen o no en el cálculo de los indicadores, y generalmente está definido por límites administrativos. En este sentido, es posible que para la historia económica la definición del espacio económico como unidad de análisis sea más laxa, no necesariamente tan precisa, y este sea un matiz que diferencie a las dos disciplinas.

Como señalamos anteriormente, la representación gráfica georreferenciada de la Jurisdicción de Montevideo constituyó una primera etapa en la elaboración de nuestros mapas demográficos. Sus límites fueron señalados el 24 de diciembre de 1726 por el capitán de Caballos Corazas y vecino de Buenos Aires Pedro Millán, de acuerdo al concepto de las leyes de Indias:

“Primeramente que desde la boca que llaman del arroyo de Jofré, siguiendo la Costa del Río de la Plata hasta el Puerto de Montevideo, y desde él siguiendo la Costa de la Mar hasta Topar con las Sierras de Maldonado a detener de Frente este Territorio, y por mojón de ella el Cerro que llaman Pan de Azúcar, y de fondo hasta las Cavezadas de los Ríos San José, y Santa Lucía que van a rematar a un Albardón que sirbe de Camino a los faeneros de Corambres, y atraviesa la Tierra desde la misma Sierra y parage que llaman de Cebollatí, y viene a rematar este dicho albardón, a los Cerros que llaman Guejonmí y divide las Vertientes de los dichos ríos San José y Santa Lucía, a esta parte del Sur, y las que corren acia la parte del Norte y componen el Río Yy, y corren a los Campos del Río Negro y con esta Señal del dicho albardón que divide las bertientes a Norte y Sur, y ha de servir de mojón

por la parte del fondo queda deslindado el Término y Jurisdicción que señalo a esta Ciudad por su frente y fondo como va referido fecho ut supra - Pedro Millán.”³⁴⁵

Como puede observarse, la delimitación de Millán utiliza principalmente accidentes geográficos como elementos para definir la Jurisdicción, pero consiste en una descripción bastante vaga que amerita una importante dosis de interpretación.

Una segunda descripción de los límites, más resumida que la anterior, pero aclaratoria de algunos aspectos, se conserva en el acta del Cabildo del 15 de noviembre de 1787. En ella consta la respuesta de los cabildantes a una serie de pedidos de información que el Gobernador de Montevideo Joaquín del Pino les había trasladado, en nombre del Virrey del Río de la Plata.

“Que los límites de esta ciudad de Montevideo, situada en la Banda Occidental del río de la Plata a 40 leguas de la capital Buenos Aires, que le concedió a nombre del Rey el Capitán General Dn. Bruno Mauricio de Zabala el año de 172(6) y aprobó S. M. en 172(8) son a saber: por el Sur el mismo Río de la Plata, por el Oeste, el arroyo Cufre, por el norte la cuchilla que llaman grande y por el leste, el Cerro de Pan de Azúcar. La susodicha cuchilla es el albardón que tiene su origen en la sierra de Maldonado, 5 ó 6 leguas al Norte del cerro de Pan de Azúcar, desde donde tira al oriente como 4 leguas dividiendo aguas acialos Maldonados; por la parte del Sur y por la (parte) del Norte hacia las minas, e inclinándose después al Norte, y por último al Occidente, sigue dividiendo aguas a los ríos Cebollatí y Yí, y del lado de allá y del de acá a Santa Lucía, San José.”³⁴⁶

El historiador Barrios Pintos ha contribuido en la interpretación de las variantes actuales para la denominación de algunos de los accidentes geográficos señalados por Millán (Barrios Pintos 1971: 363). Señala que el *arroyo Jofré* es el actual arroyo Cufre, y que los cerros *Guejonmí* son los actuales cerros Ojosmín (en realidad Barrios Pintos les llama Ojolmí), que se encuentran en el departamento de Flores. Además, que las *Sierras de Maldonado* incluyen a las sierras de Ánimas y de Minas. Y finalmente, que el *Albardón* que servía de camino a los faeneros de corambres sería una parte de la Cuchilla Grande Inferior y las Sierras de Mal Abrigo y, según Barrios Pintos, parte de ellas actualmente aparecen como Cuchilla Guaycurú y Cufre.

³⁴⁵ Revista del Archivo General Administrativo, 1885, vol. 1: 100-101, Montevideo.

³⁴⁶ Archivo General de la Nacional. Archivo General Administrativo (AGN-AGA). Actas del Cabildo de Montevideo. 22 de enero de 1781 a 30 de diciembre de 1789. Vol 8. s/p. Acta del 15 de noviembre de 1787.

Por otra parte, la literatura historiográfica cuenta con varias interpretaciones gráficas de dicha jurisdicción, anteriores a la utilización de los sistemas de información georreferenciados.³⁴⁷ El mapa siguiente es un ejemplo de la representación de la Jurisdicción de Montevideo.



MAPA 1. JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO DISEÑADO POR ÁLVAREZ LENZI
FUENTE: ÁLVAREZ LENZI 1992: FIGURA 8, s/p

Como veremos a continuación, en esta investigación la jurisdicción se delimitó por una línea georreferenciada, diseñada de acuerdo a las instrucciones descriptas en 1726, y como herramientas para su ubicación se utilizó la información de capas georreferenciadas de serranías, cerros, cursos de aguas, curvas de nivel, cuencas, poblados y caminos.³⁴⁸ Dichas capas

³⁴⁷ Algunas de estas representaciones han sido realizadas por: - Álvarez Lenzi 1992: Figura 8, s/p; - J. Rial - J Klaczko: 1981, p. 23; - Esteban F. Campal en Apolant, J. A: 1975; - Aurora Capilla de Castellanos 1971: p.4.

³⁴⁸ Se utilizó la recopilación georreferenciada proporcionada por Ing. Agrim. Hebenor Bermúdez, del Instituto de Agrimensura de la Facultad de Ingeniería.

nacientes de los ríos San José y Santa Lucía, la Cuchilla Grande, Sierra de Guaycurú, Sierra de Cufre y arroyo Cufre.³⁴⁹

Si bien en la descripción de Millán algunos límites no representan ninguna dificultad y no generan dudas, otros son menos definidos, y requirieron cierta interpretación. A continuación, iremos analizándola por partes.

“Primeramente que desde la boca del arroyo que llaman Jofré, siguiendo la Costa del Río de la Plata hasta el Puerto de Montevideo, y desde él siguiendo la Costa de la Mar hasta Topar con las Sierras de Maldonado a detener de Frente este Territorio, y por mojón de ella el Cerro que llaman Pan de Azúcar (...)”

Al sur, la jurisdicción limita con el Río de la Plata, desde la desembocadura del arroyo Cufre (actual límite natural entre los departamentos de Colonia y San José), siguiendo la costa hasta el puerto de Montevideo, y continuando la misma hasta las sierras que Millán denomina *de Maldonado*. Las *sierras de Maldonado* estaban conformadas por un conjunto de serranías que actualmente se identifican como la unidad geológica denominada “Formación Sierra de Ánimas” y comprende las sierras de Minas, Caracoles, de la Ballena, de las Animas y de las Palmas. Dicha formación se extiende de norte a sur por más de 50 km. (desde el Abra de la Coronilla en el departamento de Lavalleja hasta Piriápolis, en Maldonado) y corresponde a un ramal del complejo de la Cuchilla Grande (Moresco s/f).

Entre sus distintos cerros, Millán indica como "mojón" el Cerro Pan de Azúcar, hoy del mismo nombre.³⁵⁰ Sin embargo este cerro, si bien está próximo, no se encuentra en la costa del Río de la Plata. Por consiguiente, como primera dificultad, debemos intentar comprender por donde iría el límite sureste. ¿Por qué Millán lo señaló especialmente? Una hipótesis sería porque entre los cerros cercanos al mar, el Pan de Azúcar es el de mayor altura. La descripción de la jurisdicción expresa que sigue la costa del mar “(...) hasta Topar con las Sierras de Maldonado a detener de Frente este Territorio, (...)”. Por consiguiente, tomamos el cerro Pan de Azúcar como un punto, pero en nuestra interpretación del límite sureste utilizamos los cerros cercanos al Pan de Azúcar más próximos a la costa. Nuestra propuesta en este trabajo es, a su vez, utilizar el criterio de *altas altitudes*, es decir,

³⁴⁹ De acuerdo a los límites departamentales actuales, además del departamento de Montevideo se incluyen los departamentos de San José, Canelones y parte de los de Flores, Florida, Lavalleja y Maldonado.

³⁵⁰ El Río Pan de Azúcar queda por fuera de la Jurisdicción.

seleccionar las alturas más altas de estos cerros como demarcatorias. En base a este criterio, para establecer un límite sureste se eligieron el cerro San Antonio, los cerros del Indio, del Tambo y del Toro, y la Sierra de las Palmas, parte de las llamadas por Millán como "sierras de Maldonado". A su vez, las *sierras de Maldonado* constituirían el límite oriental.

Por su parte, la descripción del límite norte también requiere cierta interpretación.³⁵¹ Primero Millán señala los puntos noroeste (nacientes del río San José) y noreste (nacientes del Río Santa Lucía), y luego el accidente geográfico entre estos dos puntos, el *albardón que sirve de camino a los faeneros de corambre*. El término *albardón* se define como una elevación entre terrenos bajos y anegadizos, condición que lo haría apropiado para una ruta de transporte.³⁵² Explica, además, donde se inicia y termina este albardón: "(...) y atraviesa la Tierra desde la misma Sierra y paraje que llaman de Cebollatí, y viene a rematar este dicho albardón, a los Cerros que llaman Guejonmí (...)". No obstante, esto no implica que toda su extensión sirva de límite, ya que se señala que el límite se halla enmarcado por las nacientes de los ríos San José y Santa Lucía. También se refiere al albardón –la Cuchilla Grande inferior- cuando hace referencia a la división de aguas.³⁵³

Las anteriores representaciones gráficas de la jurisdicción tomaron a los Cerros Ojosmín como el punto límite noroeste. Sin embargo, como puede verse en el mapa, la lectura del documento y nuestro trabajo con las capas georreferenciadas nos llevó a una interpretación diferente, dejando los Cerros Ojosmín fuera de la Jurisdicción. Como dijimos anteriormente,

³⁵¹"(...) y de fondo hasta las Cabezadas de los Ríos San José, y Santa Lucía que van a rematar a una Albardón que sirve de Camino a los faeneros de Corambres, y atraviesa la Tierra desde la misma Sierra y paraje que llaman de Cebollatí, y viene a rematar este dicho albardón, a los Cerros que llaman Guejonmí (...)” (Barrios Pintos 1971: 363).

³⁵² La definición del Diccionario Enciclopédico Hispano-americano (1907) es: “espacio de tierra firme que hay entre los tembladerales”.

³⁵³ “(...) divide las Vertientes de los dichos ríos San José y Santa Lucía, a esta parte del Sur, y las que corren acia la parte del Norte y componen el Rio Yy, y corren a los Campos del Río Negro y con esta Señal del dicho albardón que divide las bertientes a Norte y Sur, y ha de servir de mojón por la parte del fondo queda deslindado el Término y Jurisdicción que señalo a esta Ciudad por su frente y fondo como va referido (...)”. Revista del Archivo General Administrativo, 1885, vol. 1: 100-101, Montevideo.

consideramos que Millán señala como límite norte a la Cuchilla Grande inferior, y explica que nace en el este, en el paraje Cebollatí, - paraje que no se encuentra en esta jurisdicción - y que, según Millán, finalizaría en los Cerros Ojosmín. Estos cerros quedarían por fuera de la Jurisdicción, ya que se encuentran aproximadamente a 20 km. de las nacientes del río San José.

El límite oeste, por su parte, comienza desde las nacientes del Río San José y Cuchilla Grande Inferior. Pero, una vez más, no es claro su recorrido entre las nacientes del río San José y el arroyo Cufre. Nuestra propuesta vuelve a tomar el criterio de altitudes, considerando como límite la Cuchilla Cufre y la Cuchilla Guaycurú. Dentro de la Jurisdicción quedaría incluida la cuenca del arroyo Cufre. El límite jurisdiccional finaliza en la desembocadura del Arroyo Cufre en el Río de la Plata.

Por otra parte, una observación interesante a considerar es la discordancia entre las medidas reales de la superficie del área de la Jurisdicción, con la superficie mencionada por los cabildantes en 1787, en el pedido de informes que el Gobernador de Montevideo hace en nombre del Virrey del Río de la Plata. De acuerdo a estos: *“El terreno comprendido dentro de estos límites será como de 30 leguas norte-sur y 40 de oriente a poniente poco más o menos, que compone 1200 leguas cuadradas”*.³⁵⁴ Ello equivale aproximadamente a 32.000 km²; sin embargo, el área de la Jurisdicción es de 18.817 km². La diferencia es prácticamente el doble del tamaño, lo que sugiere una cierta intencionalidad en los miembros del Cabildo. Una posible hipótesis se relacionaría con los continuos intentos por parte de los vecinos de Montevideo de extender los límites de la Jurisdicción y apropiarse de territorios que en ese momento pertenecían a la jurisdicción de Buenos Aires.

❖ Descripción de las fuentes demográficas

Las fuentes demográficas que se utilizaron en este trabajo corresponden a los padrones de población de la Jurisdicción de Montevideo de 1769, 1772-1773 y 1778.

El *Padrón de Montevideo y jurisdicción* de 1769 consiste en un conjunto de seis padrones de la ciudad y padrones de campaña, cuya cobertura es incompleta, y fue publicado por el historiador Juan A. Apolant en dos

³⁵⁴ AGN-AGA. Actas del Cabildo de Montevideo, 22 de enero de 1781 a 30 de diciembre de 1789, vol. 8. s/p. Acta del 23 de octubre de 1787.

oportunidades (Apolant 1967; Apolant 1975).³⁵⁵,³⁵⁶ Se relevó a iniciativa del Cabildo considerando realizar un recuento“(...) del número de vivientes con que se halla al presente este gobierno, de todas calidades, estados y sexos, con inclusión de sus sirvientes, tanto libres como esclavos”(Apolant 1975: 1773).

El padrón presenta problemas de cobertura y en él se señala que quedaron sin relevar varios pagos de la jurisdicción, así como los extramuros, ejido y propios de la ciudad hasta el arroyo de los Migueletes.³⁵⁷

El total de la población empadronada asciende a 2.517 individuos, de los cuales 1381 habitantes corresponden a Montevideo intramuros.³⁵⁸ Sin embargo, dado que la cobertura geográfica del padrón presenta omisiones, no se utilizará aquella cifra como total de población en nuestros cálculos.

El relevamiento del *Padrón de la Jurisdicción de Montevideo* de 1772-1773, también llamado *Padrón Aldecoa*, fue realizado por el teniente Antonio de Aldecoa de acuerdo a las tres compañías de milicias de Montevideo y su jurisdicción.³⁵⁹

³⁵⁵ AGN-AGA, Libro 246 y AGN, Caja 18, carpeta 12 “Tierras”.

³⁵⁶ Para una descripción y crítica de las tres fuentes utilizadas en esta ponencia véase (Pollero 2013).

³⁵⁷ En nota al final del padrón: “Faltan en este empadronamiento todas las estancias de esta banda de Solís Chico, parte de las del Arroyo de Pando, y de este último hasta el Arroyo de Toledo, todas las chacras que hay en dicho Arroyo de Toledo hasta llegar al elegido, todo por la costa del sur hasta llegar a los arrabales. Faltan los arrabales, hospital del Rey casas de particulares que están ocupadas para el servicio de S.M. Faltan todas las fuentes nuevas y cercos que se les han hecho. Falta anotar el estado en que se halla la Guardia del Santa Lucía y su población.” (Apolant 1967: 97).

³⁵⁸ El padrón registra los nombres de los habitantes de cada unidad censal, sin elaborar totales para cada casa ni cuadro resumen. La cifra total resulta de la suma de todos los habitantes.

³⁵⁹ “Padrón general de los vecinos y residentes en esta jurisdicción, hecho por mi, Dn. Antonio de Aldecoa, teniente veterano del regimiento provincial de caballería de Buenos Aires; con expresión de los pagos a que corresponden, dispuestos por el orden de las tres compañías de vecinos; fincas y arbitrios de que cada uno vive, todo arreglado a las órdenes e instrucciones que a este fin se me han dado por esta capitanía general.” AGN Argentina: División Colonia; Sección Gobierno; Montevideo,

Se lo considera el primer padrón completo o prácticamente completo de Montevideo y su jurisdicción, en lo que respecta a su cobertura geográfica (Apolant 1966a). Sin embargo, dado que fue levantado con fines milicianos, la información de quienes no eran potenciales milicianos presenta carencias: no se incluye información individualizada sobre mujeres ni varones menores, y se omite a los esclavos, salvo aquellos que estaban al cuidado de un establecimiento. Tampoco se incluye a los militares en servicio activo que eran a su vez vecinos, o casados con hijas de vecinos, puesto que tampoco formarían parte de las milicias (Apolant 1975).

Por lo tanto, queda claro que la población en esa época era de mayor tamaño que el que surge del padrón Aldecoa, lo que nos ha llevado a descartar el padrón como fuente de análisis demográfico. No obstante, como se verá oportunamente, nos ha resultado de gran utilidad para observar la evolución del número de unidades productivas/censales con respecto a 1769 en los distintos pagos, y para identificar la ubicación geográfica de muchas de estas unidades que ya existían en 1769.

Finalmente, también hemos utilizado el *Resumen de población* de 1778 que forma parte del llamado “censo de Carlos III” que pretendió relevar todo el Imperio español.³⁶⁰

Solamente se conservan los resúmenes de población de Montevideo y su jurisdicción (la ciudad y los 14 pagos) levantados por los comisionados del Cabildo. Es decir, contamos con totales de población y no con listas nominativas como sucede en 1769 y 1772-1773. Según este resumen, el total de población de la jurisdicción asciende a 9.414 individuos.

❖ **La georreferenciación de los pagos en los padrones de la Jurisdicción de Montevideo de 1769, 1772-1773 y 1778.**

Los padrones que hemos analizado presentan distintas formas de nombrar las subdivisiones geográficas en que están agrupadas las unidades censales. Puede identificarse un lugar por su nombre (“el Pueblo”, “el Buceo”), una aproximación a un área (“de la otra banda del Río Santa Lucía”, Arroyo del

Leg. 76; 1730-1804; Sala IX, 3-1-8. Hemos utilizado la versión publicada en Apolant (1975: 1837-1924).

³⁶⁰“Relación de las familias y personas que existen en esta ciudad según la noticia tomada por los comisionados de este Cabildo” (AGN-AGA Libro 246).

Miguelete), o señalando un “pago” determinado (“Pago de Jesús María”, “Pago de Canelones”). El término “pago” también significa un lugar o región, y es la denominación más utilizada en los padrones.³⁶¹

Para realizar un análisis comparativo de estos padrones fue necesario analizar la cobertura geográfica de los mismos y homologar las distintas formas en que se señalaban las áreas y pagos identificados.

Como se mencionó anteriormente, el padrón de Aldecoa cuenta con una omisión sistemática de los hombres no habilitados a ser milicianos, lo que nos lleva a no considerarlo para el mapeo de indicadores demográficos. Sin embargo, como se trata de un padrón nominativo y su cobertura geográfica es bastante completa, lo utilizamos para mapear sus unidades censales/productivas y como complementopara identificar a las distintas áreas geográficas señaladas en los otros dos padrones. A su vez, nos fue sumamente útil un plano del padrón elaborado por Esteban Campalque Apolant adjunta a la publicación de aquel, en el cual se ubican muchas de las chacras o estancias censadas (Apolant 1975, 1831bis).

Entonces, dado que tanto en el padrón de 1769 como en el de 1772-1773 estaban los nombres de los residentes en las chacras y estancias, nos fue posible identificar un número importante de unos y otros y realizar la correspondencia entre las áreasde ambos padrones.

El padrón de 1778 plantea una situación diferente porque se trata solamente de un resumen con los nombres de los pagos, y no el listado nominativo de sus habitantes. Por consiguiente, la homologación se realizó a partir de los criterios geográficos.

Las correspondencias entre los 3 padrones se observan en el cuadro 1. Como puede observarse, el número de pagos nombrados por cada padrón es diferente, su descripción es sumamente imprecisa, y nos traslada la dificultad de delimitarlos a efectos de poder identificarlos en el plano. A su vez, intentamos identificar en cada padrón las áreas que no fueron relevadas. Se debe también señalar que no nos fue posible determinar dónde se

³⁶¹Este término también se encuentra en el oficio del Gobernador José Joaquín de Viana de creación de los Jueces Comisionados en 1771; designa 8 jueces para distintos pagos. Véase Revista del Archivo General Administrativo, 1764-1795, vol. 4, Montevideo, 201-202.

encontraba uno de los pagos indicados en el padrón de 1778. Se trata del pago denominado “del Arroyo Santa Lucía Grande (que pertenece a la jurisdicción de Montevideo)”, habitado por 184 individuos. La longitud del río Santa Lucía y la falta de cualquier otra información nos llevó a excluirlo de nuestro ejercicio.

Por otra parte, dado que el número de habitantes en algunos de los pagos era muy reducido, para construir los indicadores demográficos -y que estos tuvieran cierto sentido-,³⁶² fue necesario agregar la información de varios pagos, formando un total de 8 áreas de estudio. Para ello se tuvo en cuenta la contigüidad geográfica y el tipo de unidades agrarias predominante, básicamente si se trataba de un área de chacras o de estancias.

Para establecer los límites de cada una de estas áreas, que representan la suma de varios pagos, se utilizaron los límites que consideramos podrían corresponder a los distintos pagos que el área integraba, y para ello se tuvieron en cuenta la red hidrográfica y las curvas de nivel.³⁶³ Los cuadros con los totales de población correspondientes a cada área se adjuntan en el Anexo.

| | 1769 | 1772-1773 | 1778 |
|---|---|----------------------|----------------------------------|
| 1 | Ciudad de Intramuros | El Pueblo | Ciudad de Montevideo |
| | Falta Buceo | Buceo | Falta Buceo |
| | Falta El ejido | El ejido | Falta El ejido |
| | Falta Extramuros | Extramuros | Falta Extramuros |
| | Falta Montevideo chiquito | Montevideo chiquito | Falta Montevideo chiquito |
| 2 | Pagos de Jesús y María (entre los arroyos Miguelete y Pantanoso) y de Miguelete | Arroyo del Miguelete | Pago del Miguelete y Pantanoso |

³⁶² Se consideró la cifra de 100 individuos como umbral mínimo para cada área, y esta condición debía contemplarse en los dos padrones.

³⁶³ Línea que en un mapa une a los puntos de igual altitud para mostrar el relieve de un terreno.

| | | | |
|---|--|--|--|
| | | Pago de Jesús María | |
| 3 | Vecinos de Arroyo de Las Piedras | Arroyo Colorado | Pago de Las Piedras y Colorado |
| | Arroyo Colorado | Arroyo de Las Piedras | |
| 4 | Falta Pago del Arroyo de la Sierra y Meireles | Arroyo de Sierra | Pago del Arroyo de la Sierra y Meireles |
| | - | Arroyo de Meireles | - |
| | - | Arroyo de Toledo | - |
| 5 | Estancias de Canelones | Pago de Canelones | Pago de los Canelones Grande y Chico y Cerrillos |
| | Falta Pago de los Cerrillos | Pago de los Cerrillos | Pago del Arroyo de las Brujas |
| | Arroyo del Tala y arroyo Pando; | Arroyo de Pando | Pago del Tala |
| | Falta parte de Pando | Arroyo de Tala | Pago del Sauce y Pando |
| | | Arroyo del Sauce | |
| 6 | Falta Solís Chico | Arroyo de Solís Chico | Pago de Solís Grande y Chico |
| | Falta Solís Grande | Arroyo de Solís grande | |
| 7 | Arroyo de Maciel cuyas vertientes caen al Yí | Pagos del Arroyo de la Cruz | Pago de Sta. Lucía chico, Pintado y La Cruz |
| | Falta pago de Las Temporalidades | Pagos de las Temporalidades (alias Calera) | Falta pago de Las Temporalidades |
| | | Pagos del arroyo de Pintado | |
| | de la otra banda del | Pago del otro lado | |

| | | | |
|---|--|------------------------------------|---|
| | Río Santa Lucía; | del Santa Lucía | |
| | del otro lado del Río Santa Lucía; | | |
| | del Río Santa Lucía Chico del otro lado; | | |
| | del Arroyo de la Virgen de este lado; | Pagos del Arroyo de la Virgen | Pago del Arroyo de la Virgen |
| | del otro lado del Arroyo de la Virgen; | | |
| | Pagos contiguos del sur y norte a lados del Río Santa Lucía; | Pagos de Santa Lucía de esta banda | |
| | Falta Pago del Arroyo Santa Lucía Grande | | Pago del Arroyo Santa Lucía Grande |
| 8 | de este lado San José; | pagos del Arroyo de San José | Pago de San José y Cagancha en las dos bandas |
| | de la costa de oeste del Río San José; | | |
| | del Río San José de la otra banda; | | |
| | del Río San José del lado del este; | | |
| | del Arroyo Cagancha de la otra banda; | | |
| | del arroyo de Carreta Quemada de este lado; | Arroyo de Carreta Quemada | Pago de Chamizo |
| | de la costa del Arroyo de Carreta Quemada; | Arroyo de Chamizo | Pago de Carreta Quemada |
| | de este lado del Arroyo de Carreta Quemada; | | |

| | | |
|--|-----------------|------------------------------|
| de la otra banda del Arroyo de Carreta Quemada; | | |
| del Arroyo de Chamizo de la otra banda; | | |
| entre las puntas de los Arroyos San José y San Gregorio; | | |
| de la costa del Arroyo de Pavón de este lado; | Arroyo de Pavón | <i>Falta Arroyo de Pavón</i> |
| de la costa del Arroyo del Pavón; | | |
| de la otra banda del Arroyo del Pavón; | | |

CUADRO 1. TABLA DE CORRESPONDENCIA DE LA DENOMINACIÓN DE LOS PAGOS EN LOS PADRONES DE 1769, 1772-1773 Y 1778 DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO.

FUENTE: ELABORACIÓN PROPIA EN BASE A PADRONES DE POBLACIÓN. PADRÓN 1769: AGN- EX AGA LIBRO 246; PADRÓN 1772-1773: APOLANT, 1975; PADRÓN 1778: AGN- EX AGA LIBRO 246.

En el cuadro 2 se señalan los pagos que corresponden a las áreas para nuestro estudio, identificando los límites geográficos y los tipos predominantes de unidades productivas. Las distintas áreas se observan en el mapa 3.

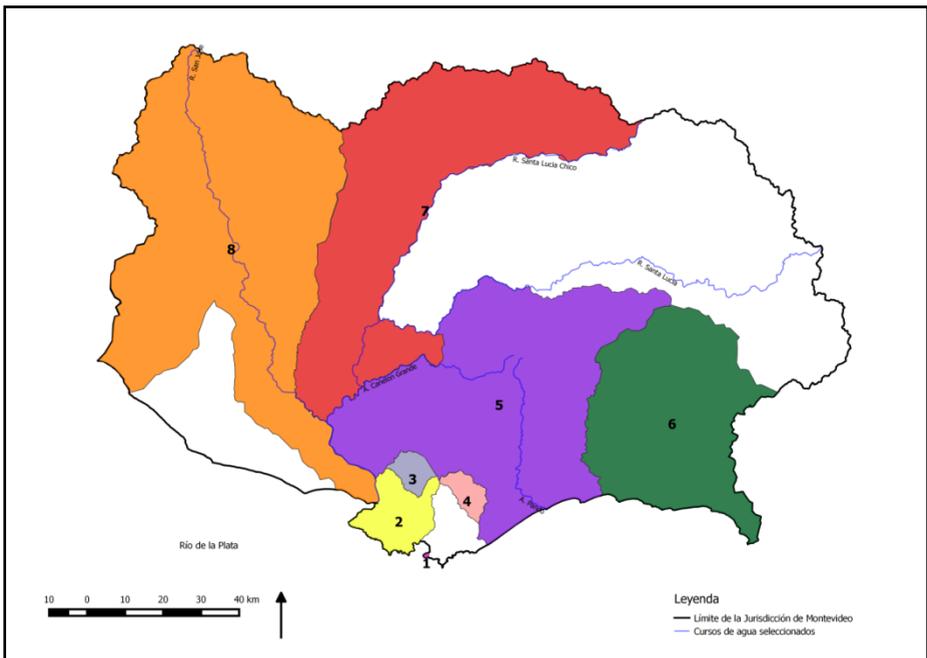
| Código | Nombre del Área | Definición de límites | Unidades productivas |
|---------------|--|------------------------------|-----------------------------|
| 1 | Ciudad Intramuros - Ciudad de Montevideo | Espacio fortificado | |

| | | | |
|---|---|---|-----------|
| 2 | Miguelete-Pantanosos y Jesús María | Límite de la Jurisdicción (Río de la Plata), Arroyo Miguelete, Arroyo Las Piedras, Arroyo Colorado, Río Santa Lucía | Chacras |
| 3 | Arroyo de Las Piedras y Colorado | Arroyo de las Piedras, Nacientes del Arroyo Colorado, Curvas de nivel, Arroyo Colorado Chico | Chacras |
| 4 | Arroyo de la Sierra y Mereles | Arroyo Carrasco, Arroyo Toledo, Arroyo Mereles (Meireles), Chuchilla de Rocha, Cuchilla Grande, Nacientes del Arroyo Toledo, Cuchilla Grande, Arroyo Sierra (Manga) | Chacras |
| 5 | Arroyo Tala, Sauce, Pando, Canelones, Cerrillos, Brujas | Límite de la Jurisdicción (Río de la Plata), Arroyo Solís Chico, Cuchilla Grande, Arroyo Vejigas, Arroyo Vejigas Viejo, Río Santa Lucía, Arroyo Tala, Cañada Machín, Arroyo Pereira, Arroyo Canelón Grande, Río Santa Lucía, Arroyo Colorado, Cuchilla Grande, Arroyo Mereles (Meireles), Arroyo Toledo, Arroyo Carrasco. | Estancias |
| 6 | Solís Grande y Chico | Límite de la Jurisdicción (Río de la Plata), Límite de la Jurisdicción (Sierras de las Ánimas), nacientes del Arroyo Solís Grande, ramal Cuchilla Grande, Arroyo Solís Chico. | Estancias |
| 7 | Santa Lucía Chico, Pintado, La Cruz y Virgen | Río San José, Río Santa Lucía, Arroyo Canelón Grande, Arroyo Pereira, Cañada Machín, Río Santa Lucía, Río Santa Lucía Chico, Límite de la Jurisdicción (Cuchilla Grande Inferior), Cuchilla del Pintado, Curvas de nivel, Nacientes del Arroyo de la Virgen, CURVAS DE NIVEL, Arroyo Cagancha, Río San José. | Estancias |

| | | | |
|---|--|---|-----------|
| 8 | Río San José, Arroyo Cagancha, Carreta Quemada, Chamizo, San Gregorio, Pavón | Límite de la Jurisdicción (Río de la Plata), Río Santa Lucía, Río San José, Arroyo Cagancha, Curvas de nivel, Cuchilla del Pintado, Nacientes del Arroyo Chamizo, Límite de la Jurisdicción (Cuchilla Grande Inferior y Cuchilla Gaycurú, Arroyo Cufre, Río de la Plata), Cuchilla Pereyra, Cuchilla San José, Cuchilla Mangrullo, Curvas de Nivel. | Estancias |
|---|--|---|-----------|

CUADRO 2. DELIMITACIÓN GEOGRÁFICA Y TIPOS PREDOMINANTES DE UNIDADES PRODUCTIVAS DE LAS ÁREAS SELECCIONADAS.

FUENTE: ELABORACIÓN PROPIA EN BASE A PADRONES DE POBLACIÓN. PADRÓN 1769: AGN- EX AGA LIBRO 246; PADRÓN 1772-1773: APOLANT, 1975; PADRÓN 1778: AGN- EX AGA LIBRO 246.



MAPA 3. DELIMITACIÓN GEOGRÁFICA DE LAS ÁREAS DE ESTUDIO DENTRO DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO

FUENTE: ELABORACIÓN EN BASE AL CUADRO 1.

❖ **Visualización espacial de los indicadores demográficos a partir de los padrones de población**

Como señaláramos anteriormente, para las décadas de 1760 y 1770 la Jurisdicción de Montevideo estaba formada por una población de tamaño muy reducido, inmersa en un proceso de ocupación del espacio. De manera estilizada, encontramos un núcleo urbano y un área rural más o menos subdividida en una zona con predominio de chacras más cercana a la ciudad y otra de mayor tamaño, donde predominan las estancias de vocación ganadera.

Ya hemos comentado que una de nuestras mayores preocupaciones consistió en el problema de la pequeñez de la población en estudio, especialmente al desagregarla en pagos. Para ello aglutinamos los distintos pagos en los que aparecían subdivididos los padrones en ocho áreas de estudio. No obstante, dado que esto es una interpretación y puede hacernos perder de vista la pequeñez de la población y su dispersión en los distintos pagos, incluimos mapas del tamaño de la población y del número de las unidades productivas por pago.

Es relevante señalar que, como se viera en el cuadro 1, los dos padrones tienen problemas de omisión de cobertura en algunas partes de las áreas de estudio. Para no descartar la información, pero advertir al lector del problema, en los mapas que se presentarán a continuación hemos estimado las zonas omitidas señalándolas con una trama rayada sobre el área coloreada correspondiente. Así, en el padrón de 1769 hay dos zonas rayadas dentro del área 5 que corresponden a Cerrillos y parte de Pando, y una zona en el área 8 del padrón de 1778, que pertenece al pago de Pavón. A continuación, se presentan los mapas de los distintos indicadores elaborados.

Un resumen del tipo de información y los indicadores demográficos elaborados a partir de los datos de los tres padrones se presenta en el cuadro 3.

| Padrón | Índice de Masculinidad | Densidad de la población | Tamaño de población | Información nominativa y locativa | Unidades productivas | Cobertura geográfica completa |
|-----------|------------------------|--------------------------|---------------------|-----------------------------------|----------------------|-------------------------------|
| 1769 | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | |
| 1772-1773 | | | | ✓ | ✓ | ✓ |
| 1778 | ✓ | ✓ | ✓ | | | |

CUADRO 3. RESUMEN DEL TIPO DE INFORMACIÓN E INDICADORES ELABORADOS EN BASE A LOS PADRONES DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO (1769, 1772-1773 Y 1778).

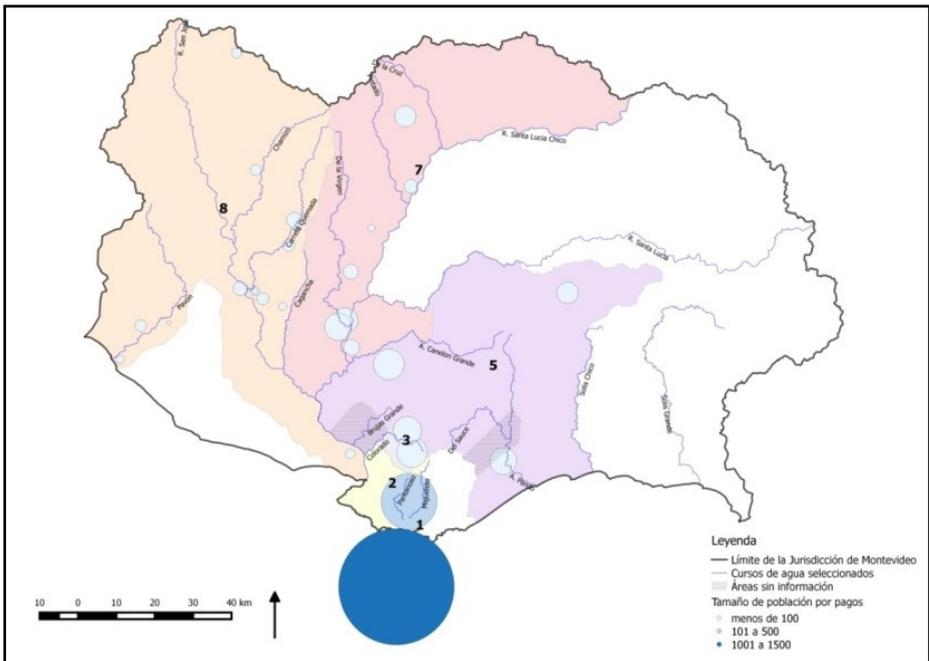
FUENTE: ELABORACIÓN PROPIA EN BASE A PADRONES DE POBLACIÓN. **PADRÓN 1769:** AGN- EX AGA LIBRO 246; **PADRÓN 1772-1773:** APOLANT, 1975; **PADRÓN 1778:** AGN- EX AGA LIBRO 246.

❖ **Tamaño de la población y unidades productivas por pagos de la Jurisdicción de Montevideo**

Estos primeros mapas (4 a 7 y cuadros 1-3 del Anexo) dan cuenta de la dinámica del proceso de poblamiento y de ocupación del espacio en esta etapa del siglo XVIII. Los mapas del tamaño de la población fueron elaborados en base al padrón de 1769 y el resumen de 1778. Los correspondientes a las unidades productivas se realizaron con los padrones de 1769 y 1772-1773, dado que para 1778 no contamos con esta información. Como puede observarse, en los mapas de tamaño de la población como de unidades productivas el recurso gráfico utilizado es el globo. Al respecto nos interesa precisar que en ambos casos los globos no significan una concentración en un punto, ni de unidades productivas ni de individuos. La población del área rural tiene una distribución dispersa en las distintas unidades productivas de la zona, puesto que todavía no estaban formadas las localidades en estos pagos.

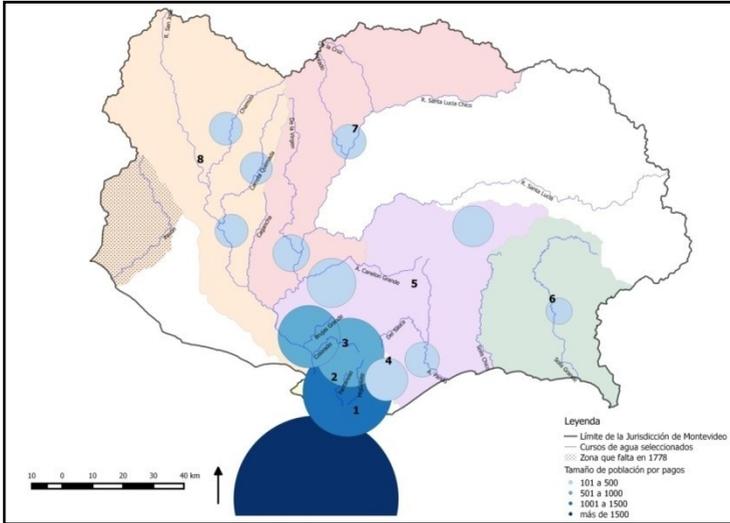
Los mapas 4 y 5 dan cuenta del tamaño de la población en los pagos que incluyen las áreas que hemos construido (las que aparecen coloreadas y numeradas). Asimismo, el tipo y la cantidad de unidades productivas están

directamente relacionados con este proceso de poblamiento (mapas 6 y 7). Como puede fácilmente observarse, la ciudad de Montevideo es el núcleo poblado por excelencia. En 1769, en el área rural, la zona de chacras más cercana a la ciudad y de reparto más antiguo es la única que supera los 100 habitantes y más de 20 unidades productivas; en el resto de los pagos de la jurisdicción la población es de uno o dos dígitos. Casi 10 años después se mantiene la misma relación. La ciudad creció sustantivamente, y en la región rural, la zona de chacras es la más poblada, aumentando su número en el área más cercana a la ciudad. En el resto de la jurisdicción, si bien las cifras se mantienen en valores muy bajos, la población ha ido aumentando y ya no hay pagos con menos de 100 habitantes. También fue creciendo el número de los predios identificados, más allá de la zona de chacras, fundamentalmente en el área de Canelones y Pando, aunque aparece todavía lenta la ocupación del espacio más hacia el norte y oeste de la Jurisdicción.



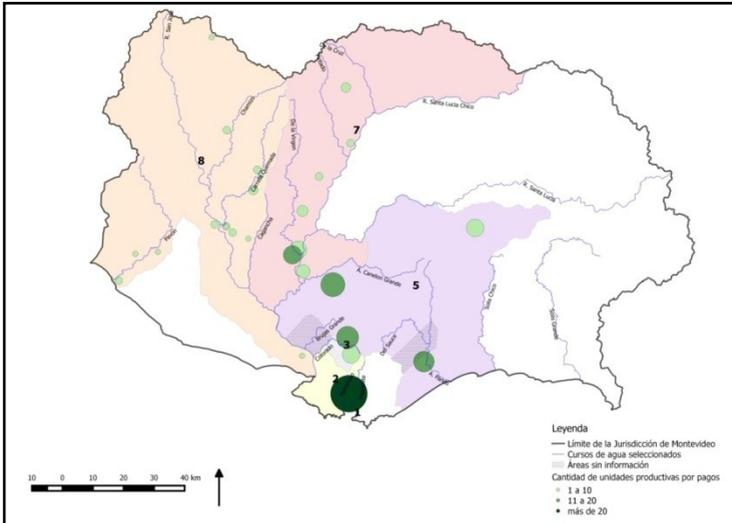
MAPA 4. TAMAÑO DE LA POBLACIÓN POR PAGOS DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO EN 1769 SEGÚN ÁREAS SELECCIONADAS

FUENTE: ELABORACIÓN PROPIA EN BASE A PADRÓN DE 1769 (AGN-AGA LIBRO 246).



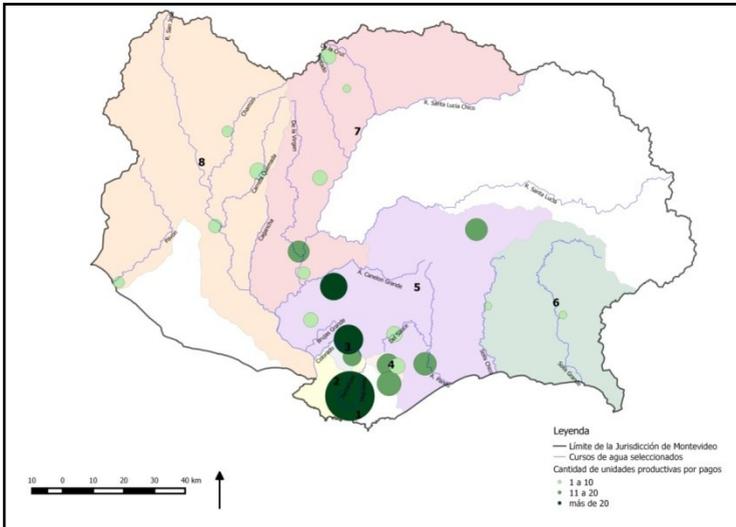
MAPA 5. TAMAÑO DE LA POBLACIÓN POR PAGOS DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO EN 1778 SEGÚN ÁREAS SELECCIONADAS

FUENTE: ELABORACIÓN PROPIA EN BASE A PADRÓN DE 1778 (AGN-AGA LIBRO 246).



MAPA 6. CANTIDAD DE UNIDADES PRODUCTIVAS POR PAGOS DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO EN 1769.

FUENTE: ELABORACIÓN PROPIA EN BASE A PADRÓN DE 1769 (AGN-AGA LIBRO 246).



MAPA 7. CANTIDAD DE UNIDADES PRODUCTIVAS POR PAGOS DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO EN 1772-1773.

FUENTE: ELABORACIÓN PROPIA EN BASE A PADRÓN DE 1772-1773 (APOLANT, 1975).

❖ Densidad de población

La densidad de habitantes por kilómetro cuadrado es el indicador demográfico básico para estudiar la distribución de población de una región o país. Dado que se trata de un promedio de habitantes, no refleja la realidad, puesto que la distribución al interior del espacio considerado puede ser muy desigual. Es por esta razón que, complementando esta información de población relativa, incluimos previamente los mapas de la población absoluta, así como también los de las unidades productivas. No obstante, y tomando en cuenta las previsiones del caso, también presentamos esta información, elaborada en función de los padrones de población y del cálculo de cada área que el programa SIG nos permitió realizar. Como era de esperar, los resultados concuerdan con los vistos en los mapas anteriores.

Para 1778, la densidad de población del total de la Jurisdicción, era de 0,5 habitantes por km², lo que nos da una clara idea de lo despoblado de nuestra campaña. No tenemos datos totales para 1769 como para que nos permitan ver el crecimiento entre ambos. No obstante, las comparaciones son posibles a nivel de nuestras áreas de estudio.

Como primera observación, señalamos la enorme diferencia en la concentración de población en el área urbana, la Ciudad de Intramuros (1769) o Ciudad de Montevideo (1778), respecto al resto de la Jurisdicción (mapas 8 y 9). Para evidenciar esta diferencia, el área aparece coloreada de color amarillo y con el valor del indicador (habitante por km²). Este es un resultado esperable ya que en la ciudad se centralizan las actividades administrativas, de comercio y servicios, y a ella llega la mayor recepción de inmigrantes.

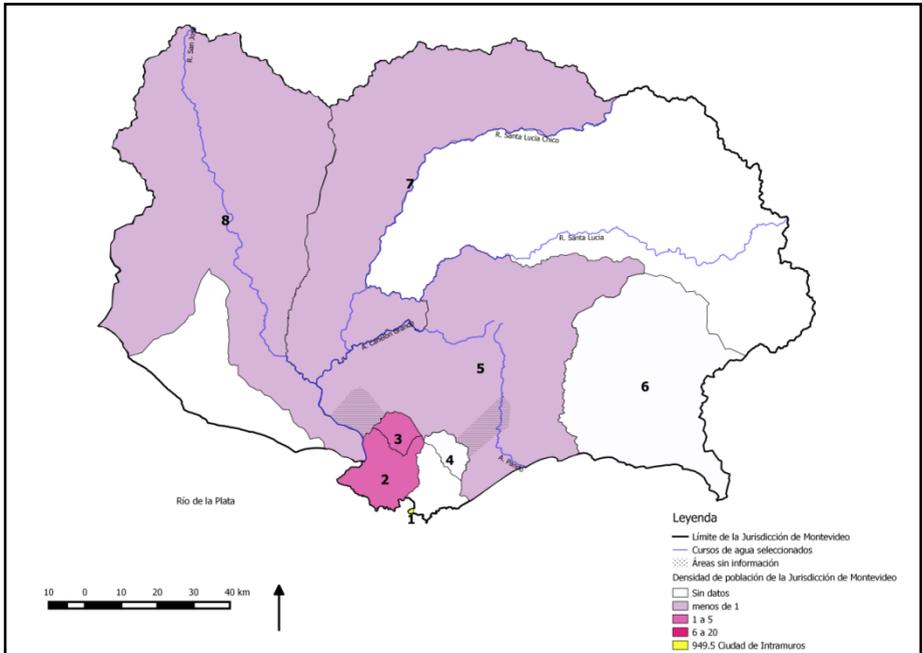
El resto de la Jurisdicción muestra una bajísima densidad de población por km². Sin embargo, el indicador nos permite ver diferencias sustantivas, que se relacionan con el tipo de unidades productivas y especialización económica predominante.

Para 1769, el cordón chacarero muestra una densidad de entre 1 y 2 habitantes por km², que aumenta en más del 300% para el padrón siguiente. Los pagos más densamente poblados para 1778 son los de Piedras y Colorado (incremento de 350%), con 9 hab./km². Este incremento se condice con el aumento en el número de las unidades productivas. En las distintas áreas destinadas a estancias la densidad es de 0,1 hab. por km² o menor, y prácticamente no hay variaciones en los indicadores en los dos padrones.³⁶⁴,
365

Estos resultados contribuyen a visualizar las diferencias en el ritmo de los procesos de ocupación del espacio (más allá de la propiedad jurídica) para estas décadas de la segunda mitad del siglo XVIII.

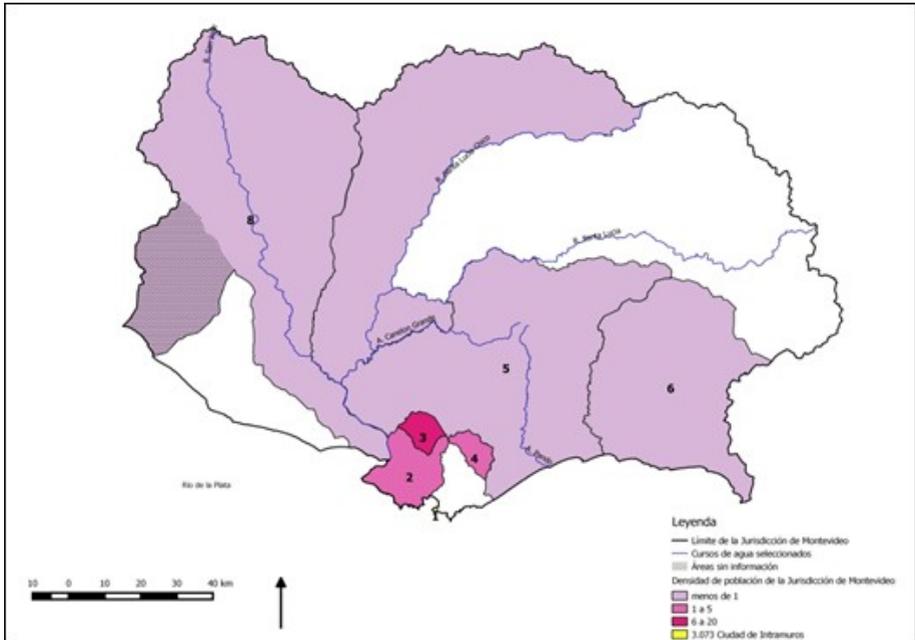
³⁶⁴ La única diferencia se da en el área de San José (área 8), que pasa de 0,04 a 0,1 hab./km². Como se señaló, la superficie de esta área es diferente en los padrones, porque la información del padrón de 1778 tiene problemas de omisión. Por lo tanto no son completamente comparativas, y esto estaría sesgando al indicador.

³⁶⁵ El área 5 muestra un incremento en el número de unidades productivas, pero como se señaló, hay problemas de omisión en 1769.



MAPA 8. DENSIDAD DE POBLACIÓN DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO EN 1769 (HABITANTES POR KM²). ÁREAS SELECCIONADAS.

FUENTE: ELABORACIÓN PROPIA EN BASE A PADRÓN DE 1769 (AGN-AGA LIBRO 246)



MAPA 9. DENSIDAD DE POBLACIÓN DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO EN 1778 (HABITANTES POR km^2). ÁREAS SELECCIONADAS.

FUENTE: ELABORACIÓN PROPIA EN BASE A PADRÓN DE 1778 (AGN-AGA LIBRO 246).

❖ Índice de Masculinidad

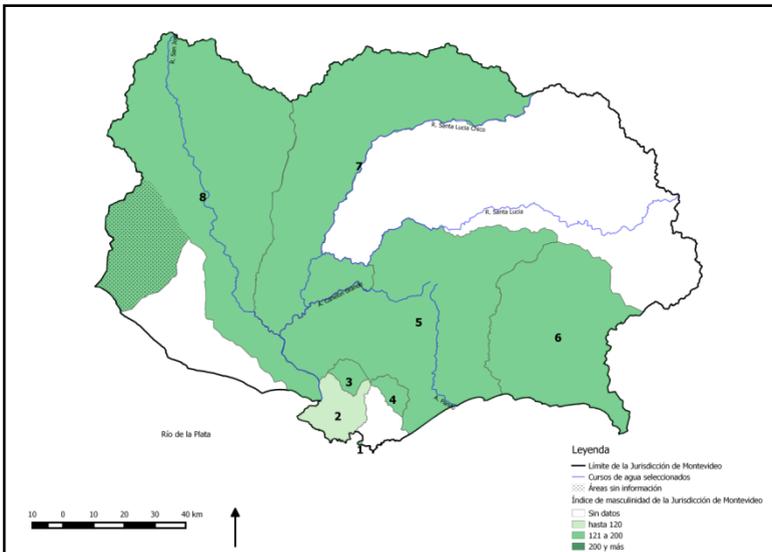
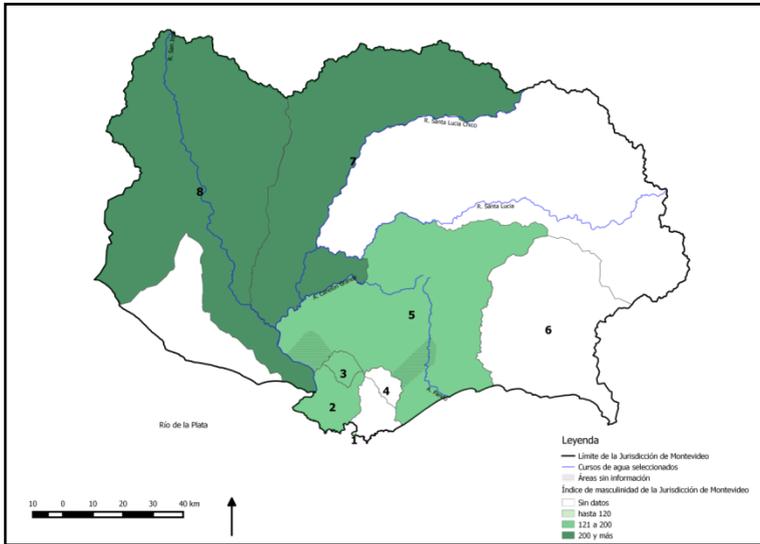
El índice de masculinidad es el indicador más frecuente para analizar la relación entre los sexos en una población. El balance o desbalance entre los sexos tiene consecuencias en diversos aspectos sociodemográficos, como la formación de las parejas y la reproductividad de la población. Generalmente, en los distintos países del mundo a nivel nacional el índice de masculinidad es cercano a 100 (aunque con variaciones interesantes) (Caselli, Vallin y Wunsch 2006). Sin embargo, a priori nuestra área y período de estudio ya nos permitía sospechar la existencia de probables desequilibrios.

Como comentario general, es posible observar un efecto de la ocupación selectiva por sexo, con un neto predominio masculino en todas las regiones (mapas 8 y 9, cuadro 5 del Anexo). Para 1769, como era de esperar, el

indicador revela una mayor presencia femenina en el área urbana – vinculada a la mayor densidad de población-. El rango intermedio corresponde a la zona de ocupación más antigua, donde se hicieron los primeros repartos de chacras y estancias. Por último, la preponderancia masculina se encuentra muy marcada en las zonas de las estancias.

Los datos de 1778 muestran diferencias con respecto al padrón de 1769. La primera observación es que el mapa se *aclará*, es decir, que los valores del indicador, si bien muy elevados, son inferiores a los de la década anterior. Este resultado nos permite visualizar cómo el proceso de ocupación, no solamente aumentó el volumen de la población en las distintas áreas, sino que incorporó a un número más importante de mujeres. Esto se observa tanto en la zona estanciera del oeste de la Jurisdicción como en la chacarera de más antigua ocupación y más próxima al núcleo urbano de los Migueletes, Pantanoso y Jesús María.

Por otra parte, el desbalance de los sexos aumentó en la ciudad intramuros con respecto al padrón anterior. Este predominio masculino no deja de ser un resultado interesante, puesto que muchas veces se ha encontrado una preponderancia femenina en el mundo urbano, dada la importancia de la participación de las mujeres como agentes activos de la vida económica y social de las ciudades. Sin embargo, parecería que el desarrollo comercial creciente de la ciudad-puerto a partir de la segunda mitad de la década de 1770, se refleja en una migración diferencial por sexo, con el consecuente incremento del indicador.



❖ Conclusiones

Este trabajo es el primer ejercicio de aplicación de las herramientas del SIG en nuestro estudio sobre el proceso de ocupación del paisaje agrario montevideano y el crecimiento demográfico, en relación con los procesos económicos y sociales del período. Nos enfrentamos, por ello, a problemas de distinto tipo.

Las fuentes demográficas utilizadas en esta investigación son padrones de población de la Jurisdicción de Montevideo. Por consiguiente, en primer lugar, debimos elaborar una cartografía básica de la jurisdicción, utilizando e interpretando las descripciones originales de las fuentes cualitativas. Hubo, además, que adoptar criterios para llenar los vacíos que la propia descripción dejaba.

A su vez, el estudio del proceso de ocupación requiere un análisis comparativo de los padrones. Así, debimos identificar, homologar y georreferenciar las zonas señaladas en los tres padrones utilizados. Una primera observación del reducido número de habitantes en muchos de los pagos nos llevó a combinarlos en ocho áreas para la elaboración de algunos de los indicadores demográficos que presentamos.

A nivel de la Jurisdicción, los padrones revelan una población colonial muy magra y masculinizada, concentrada en el área urbana y salpicada en el paisaje montevideano. Nuestros resultados y el mapeo de los datos reflejan las diferencias de la ocupación espacial inicial. Un área urbana más densamente poblada, un cordón de chacras más cercanas a la ciudad con reducida población dispersa y un área de estancias con población muy escasa y aún más dispersa.

Los padrones nos permiten ver dos fotografías con prácticamente diez años de diferencia. Entre estos dos momentos la población de la ciudad creció sustantivamente (224%) y también aumentaron los repartos y la población de las zonas de chacras, aunque probablemente haya que relativizar estos incrementos porque se está considerando un volumen pequeño de individuos. En el resto de la jurisdicción, el impacto en el espacio debe de haber sido mínimo. Probablemente los cambios más relevantes correspondan a la relación entre los sexos. Por un lado, se evidencia un aumento del magro número de mujeres en el área rural, y principalmente en la zona estanciera del oeste de la Jurisdicción como en la chacarera de más

antigua ocupación. A su vez, la ciudad de Montevideo dejó de ser el espacio de menor desequilibrio entre los sexos y los resultados sugieren el aumento de una migración masculina. Habría que profundizar el análisis para verificar si la explicación podría encontrarse en un desarrollo comercial creciente de la ciudad-puerto.

En suma, el trabajo resultó un ejercicio que nos ha llevado a relacionar la crítica documental propia del historiador, la problematización de procesos demográficos históricos, y conocer nuevas herramientas informáticas e integrarlas a las técnicas de investigación. Algunos de los indicadores ya eran conocidos por nosotros. Lo novedoso es la visualización a través de los mapas. Por consiguiente, consideramos que se trata de una modesta contribución al estudio del proceso de poblamiento y ocupación del espacio montevideano, al que se deben ir sumando las fotografías de otros padrones de población.

❖ Fuentes

Archivo General de la Nación, Uruguay. Fondo Ex Archivo General Administrativo, Libro 246. Padrón de población de 1769. Montevideo y pueblos de la jurisdicción.

Archivo General de la Nación, Argentina. División Colonia; Sección Gobierno; Montevideo, Leg. 76; 1730-1804; Sala IX, 3-1-8. Padrón de la Jurisdicción de Montevideo, 1772-1773. En: Apolant: 1975.

Archivo General de la Nación, Uruguay. Fondo Ex Archivo General Administrativo, Libro 246. Padrón de Montevideo y su Jurisdicción Año 1778 aproximadamente. "Censo de Carlos III" de 1778.

Archivo General de la Nación, Uruguay. Fondo Ex Archivo General Administrativo. Actas del Cabildo de Montevideo, 22 de enero de 1781 a 30 de diciembre de 1789, vol. 8.

Revista del Archivo General Administrativo, 1885, vol. 1: 100-101, Montevideo.

❖ **Bibliografía**

- Apolant, J. A. 1966. *Génesis de la familia uruguaya*. Montevideo, Imprenta Vinaak.
- Apolant, J. 1967. "Padrones olvidados de Montevideo del siglo XVIII". Boletín Histórico del Estado Mayor General del Ejército (112-115): 41-113.
- Araujo, Orestes. 1912 "Apuntes sobre Geografía histórica del Uruguay de Orestes Araujo". Revista Histórica de la Universidad, V, 1: 501-527.
- Barrios Pintos, Aníbal. 1971. *Historia de los pueblos orientales*. Montevideo: Ed. Banda Oriental.
- Caselli, G., Vallin, J. y Wunsch, G. 2006. *Demography. Analysis and synthesis*. Tomo 1. San Diego, Elsevier.
- Gelman, J. 1998. *Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires, Ed. Los libros del rey.
- Moraes, M. I. 2008. *La pradera perdida*. Montevideo, Linardi y Risso.
- Moraes, M. I. 2012. "El paisaje agrario montevideano en la segunda mitad del siglo XVIII: una caracterización de sus sistemas agrícolas y ganaderos". Ponencia presentada en III Congreso Latinoamericano de Historia Económica, Bariloche, Argentina.
- Moraes, M.I. y Pollero, R. 2010. "Categorías ocupacionales y status en una economía de orientación pastoril: Uruguay en la primera mitad del siglo XIX". En: Botelho, T. y Leeuwen, M.H.D. van (comp.). *Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas*: 103-148, Veredas e Cenários, Belo Horizonte. ISBN 978-85-61508-16-6.
- Moresco, Luis. 2009. "El Cerro Tupambaé. En la Sierra de las Ánimas (Depto. Maldonado)", <http://www.guayubira.org.uy/monte/CerroTupambaee-Moresco.pdf>
- Pollero, R. 2013. "Historia demográfica de Montevideo y su campaña, 1757-1860". Tesis de Doctorado en Ciencias Sociales, Facultad de Ciencias Sociales, UdelaR.

Anexo**CUADRO 1. TOTAL DE POBLACIÓN POR ÁREA DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO EN 1769 Y 1778.**

| | Nombre del área | 1769 | 1778 |
|--------------|--|-------------|-------------|
| 1 | Ciudad de Intramuros - Ciudad de Montevideo | 1381 | 4470 |
| 2 | Jesús María, Miguelete y Pantanoso | 323 | 1316 |
| 3 | Las Piedras y Colorado | 177 | 778 |
| 4 | Sierra y Meireles | - | 301 |
| 5 | Tala, Pando y Canelones - Canelones Grande y Chico, Cerrillos y Brujas | 219 | 1496 |
| 6 | Solís Grande y Chico | - | 113 |
| 7 | Santa Lucía Chico, Pintado, La Cruz y Virgen | 261 | 413 |
| 8 | San José, Cagancha, Carreta Quemada, Chamizo, San Gregorio y Pavón | 156 | 527 |
| TOTAL | Jurisdicción de Montevideo | - | 9414 |

Fuente: Elaboración propia en base a Padrón de 1769 (AGN-AGA Libro 246), Padrón de 1778 (AGN-AGA Libro 246).

Debido a las omisiones geográficas se excluye el total de población de 1769.

CUADRO 2. CANTIDAD DE UNIDADES PRODUCTIVAS POR PAGOS DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO EN 1769 Y 1772-1773.

| Área | Pagos | 1769 | 1772-1773 |
|------|---|------|-----------|
| 2 | Pagos de Jesús y María (entre los arroyos Miguelete y Pantanoso) y de Miguelete | 44 | 79 |
| 3 | Vecinos de Arroyo de Las Piedras | 10 | 11 |
| | Arroyo Colorado | 16 | 28 |
| 4 | Pago del Arroyo de la Sierra | - | 19 |
| | Arroyo Meireles | - | 8 |
| | Arroyo Toledo | - | 16 |
| 5 | Estancias del Canelón | 19 | 24 |
| | Pago de los cerrillos | - | 7 |
| | Arroyo del Tala | 10 | 16 |
| | Arroyo Pando | 14 | 17 |
| | Arroyo Sauce | - | 8 |
| 6 | Pago de Solís Grande y Chico | - | 4 |
| 7 | Arroyo de Maciel cuyas vertientes caen al Yi – Cruz | 3 | 2 |
| | Pagos del arroyo Pintado | - | 8 |
| | De la otra banda del río Santa Lucía; | 2 | - |
| | Del otro lado del río Santa Lucía; | 2 | 7 |
| | Del río Santa Lucía Chico del otro lado; | 4 | - |
| | Del arroyo de la Virgen de este lado; | 10 | 15 |

| | | | |
|---|--|----|---|
| | Del otro lado del arroyo de la Virgen; | 11 | - |
| | Pagos contiguos del sur y norte a lados del río Santa Lucia; | 6 | 5 |
| 8 | De este lado San José; | 2 | - |
| | De la costa de oeste del río San José; | 1 | 6 |
| | Del río San José de la otra banda; | 2 | - |
| | Del río San José del lado del este; | 2 | - |
| | Del arroyo Cagancha de la otra banda; | 1 | - |
| | Del arroyo de Carreta Quemada de este lado; | 1 | - |
| | De la costa del arroyo de Carreta Quemada; | 1 | 9 |
| | De este lado del arroyo de Carreta Quemada; | 3 | - |
| | De la otra banda del arroyo de Carreta Quemada; | 2 | - |
| | Del arroyo de Chamizo de la otra banda; | 2 | 4 |
| | Entre las puntas de los arroyos San José y San Gregorio; | 1 | - |
| | De la costa del arroyo de Pavón de este lado; | 1 | - |
| | De la costa del arroyo del Pavón; | 2 | 4 |
| | De la otra banda del arroyo del Pavón; | 1 | - |

Fuente: Elaboración propia en base a padrones de población. Padrón 1769: AGN- AGA Libro 246; Padrón 1772-1773: Apolant, 1975.

CUADRO 3. CANTIDAD DE UNIDADES PRODUCTIVAS POR ÁREAS SELECCIONADAS DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO EN 1769 Y 1772-1773.

| | Nombre del área | 1769 | 1772-1773 |
|---|--|-------------|------------------|
| 1 | Ciudad de Intramuros - Ciudad de Montevideo | - | - |
| 2 | Jesús María, Miguelete y Pantanoso | 44 | 79 |
| 3 | Las Piedras y Colorado | 26 | 39 |
| 4 | Sierra y Meireles | - | 43 |
| 5 | Tala, Pando y Canelones - Canelones Grande y Chico, Cerrillos y Brujas | 43 | 72 |
| 6 | Solís Grande y Chico | - | 4 |
| 7 | Santa Lucía Chico, Pintado, La Cruz y Virgen | 38 | 37 |
| 8 | San José, Cagancha, Carreta Quemada, Chamizo, San Gregorio y Pavón | 22 | 23 |

Fuente: Elaboración propia en base a padrones de población. Padrón 1769: AGN- Ex AGA Libro 246; Padrón 1772-1773: Apolant, 1975.

CUADRO 4. DENSIDAD DE POBLACIÓN DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO EN 1769 Y 1778 (HABITANTES POR KM2).

| | Nombre del área | 1769 | | | 1778 | | |
|---|---|------------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|
| | | Población | Área km2 | Densidad | Población | Área km2 | Densidad |
| 1 | Ciudad de Intramuros - Ciudad de Montevideo | 1381 | 1,5 | 949,5 | 4470 | 1,5 | 3073,4 |
| 2 | Jesús María, Miguelete y | 323 | 293,0 | 1,1 | 1316 | 293,0 | 4,5 |

| | | | | | | | |
|-------|--|-----|---------------|------|------|---------------|------|
| | Pantanoso | | | | | | |
| 3 | Las Piedras y Colorado | 177 | 87,0 | 2,0 | 778 | 87,0 | 9,0 |
| 4 | Sierra y Meireles | - | - | - | 301 | 86,3 | 3.49 |
| 5 | Tala, Pando y Canelones - Canelones Grande y Chico, Cerrillos y Brujas | 219 | (*) 3008,2 | 0,1 | 1496 | 3118,8 | 0.48 |
| 6 | Solís Grande y Chico | - | - | - | 113 | 1934,1 | 0,1 |
| 7 | Santa Lucía Chico, Pintado, La Cruz y Virgen | 261 | 3137,2 | 0,1 | 413 | 3137,2 | 0,1 |
| 8 | San José, Cagancha, Carreta Quemada, Chamizo, San Gregorio y Pavón | 156 | 4406,2 | 0,04 | 527 | (*) 3627,2 | 0,1 |
| TOTAL | Jurisdicción de Montevideo | - | 18817,4 | - | 9414 | 18817,4 | 0,5 |

Fuente: Elaboración propia en base a Padrón de 1769 (AGN-AGA Libro 246), Padrón de 1778 (AGN-AGA Libro 246).

(*) Se advierte que la superficie estimada es menor porque falta la información correspondiente en el padrón. Por lo tanto, las áreas de los dos padrones no son comparables.

CUADRO 5. ÍNDICE DE MASCULINIDAD DE LA JURISDICCIÓN DE MONTEVIDEO EN 1769 Y 1772-1773

| | Nombre del área | 1769 | | 1778 | |
|--------------|--|-----------------|-----|-----------------|-------|
| | | Total Población | IM | Total Población | IM |
| 1 | Ciudad de Intramuros - Ciudad de Montevideo | 1381 | 116 | 4470 | 147 |
| 2 | Jesús María, Miguelete y Pantanoso | 323 | 193 | 1316 | 119 |
| 3 | Las Piedras y Colorado | 177 | 136 | 778 | 122 |
| 4 | Sierra y Meireles | - | - | 301 | 176 |
| 5 | Tala, Pando y Canelones - Canelones Grande y Chico, Cerrillos y Brujas | 219 | 188 | 1496 | 133 |
| 6 | Solís Grande y Chico | - | - | 113 | 175 |
| 7 | Santa Lucía Chico, Pintado, La Cruz y Virgen | 261 | 314 | 413 | 153 |
| 8 | San José, Cagancha, Carreta Quemada, Chamizo, San Gregorio y Pavón | 156 | 578 | 527 | 147 |
| TOTAL | Jurisdicción de Montevideo | - | - | 9414 | 139,5 |

Fuente: Elaboración propia en base a Padrón de 1769 (AGN-AGA Libro 246), Padrón de 1778 (AGN-AGA Libro 246).

Lotes, ruas e chefes: como se localizar um morador a partir da Décima Urbana e plantas cadastrais

Allan Kato

Este texto é uma versão revisada (e reduzida) do segundo capítulo da dissertação de mestrado.³⁶⁶ Este foi o maior capítulo em número de páginas, e o mais trabalhoso, no qual relatei o processo de espacialização dos moradores arrolados nas Décimas Urbanas analisadas.³⁶⁷ Nesse trabalho objetivou-se analisar sobre quais as bases socioeconômicas se assentavam a lógica de distribuição das casas dos moradores. Como o objetivo era compreender a distribuição dos habitantes na trama dos núcleos citadinos estudados, foi necessário, primeiro, localizá-los em planta.³⁶⁸

❖ Optando por uma planta-base

A primeira etapa do processo foi a escolha das plantas que serviriam de suporte para a espacialização dos dados arrolados nas Décimas. Quatro pesquisadores realizaram procedimento semelhante, e enfrentaram a mesma dificuldade: não encontraram plantas cadastrais das localidades em estudo para períodos próximos as fontes analisadas. Por este motivo, o geógrafo português M. Bandeira georeferenciou os chefes arrolados no *Mapa das*

³⁶⁶ KATO, A. T. T. **Retrato urbano**: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

³⁶⁷ Em 1808, a Coroa portuguesa determinou a cobrança de um tributo sobre todas as edificações citadinas no ultramar. Um imposto de 10% sobre o valor de aluguel (real ou estimado) dos imóveis a ser pago pelos inquilinos moradores das cidades litorâneas no Brasil e nos outros domínios lusos. Para ver informações específicas sobre este imposto: KATO, A. T. T. op. cit., p. 15-19.

³⁶⁸ Uma versão desse processo (à época bastante reduzida) de reconstituição, em planta, do loteamento e arruamento urbanos foi publicado em KATO, A. T. T. O espaço urbano colonial reconstituído: notas de uma metodologia. In: SEBRIAN, R.N.N (et. al) (orgs.). **Perspectivas historiográficas**. Campinas: Pontes Editores, 2010, p. 167-179.

Ruas de Braga, de 1750, em planta de 1868.³⁶⁹ A historiadora da arquitetura Beatriz Bueno distribuiu os chefes inventariados na Décima paulista, de 1809, em planta cadastral de 1847.³⁷⁰ Já S. Gomes e eu mesmo espacializamos os chefes registrados, respectivamente, nas Décimas de Antonina e Paranaguá, nas atuais plantas cadastrais.³⁷¹

A possibilidade de usar plantas atuais foi confirmada tendo em vista algumas constatações. Se observarmos as plantas cadastrais modernas de Paranaguá, Antonina e Curitiba, em suas regiões centrais, podem se perceber uma dada configuração espacial que podemos supor, com relativa segurança, que preservam as mesmas características básicas que o traçado dessas, então vilas, tinham no início do século XIX.

Isto porque o lote urbano é um documento inscrito no solo. Seu formato denuncia o modelo (europeu) de ocupação territorial utilizado, e suas características foram, em grande medida, preservadas ao longo dos séculos. Assim, excetuando reformas nas ruas – aberturas e alargamentos – essas cidades mantiveram seus setores históricos relativamente preservados quanto à constituição dos lotes, pelo menos, até o início do século XX – em geral, durante toda última centúria.

Devido às dificuldades de reurbanização, os quarteirões mais antigos mantiveram suas características desde que foram construídas as casas e

³⁶⁹ BANDEIRA, M. S. M. **O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII: a reconstituição da cidade a partir do Mappa das Ruas de Braga e dos Índices dos Prazos das Casas do Cabido**. Porto: Ed. Afrontamento, 2000, p. 48.

³⁷⁰ BUENO, B. P. S. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo colonial: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de São Paulo em 1809. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 60, 2005. Sem a preocupação de localizar os moradores, a historiadora Raquel Glezer indicou a área sobre a qual incidia o primeiro imposto predial da cidade em duas plantas, 1855 e 1868. GLEZER, R. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007, p. 110.

³⁷¹ GOMES, S. V. **Organização espacial numa vila colonial luso-brasileira, Antonina – 1808**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004, p. 50. KATO, A. T. T. **Outra Paranaguá Urbana: Implicações sócio-econômicas na configuração espacial de uma vila colonial (1808)**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004, p. 7.

definidos os tamanhos dos lotes em cada lado da rua.³⁷² É esta permanência que permite a utilização das atuais plantas cadastrais como bases para as plantas hipotéticas.³⁷³ De fato, as nossas fontes são o loteamento e o arruamento em si, na sua existência material. As plantas cadastrais são apenas representações modernas disto.

Na seqüência, procurou-se confrontar os dados das plantas cadastrais com informações trazidas de documentos de época, tais como plantas, iconografia e descrições. O objetivo era comparar os diferentes discursos sobre o urbano procurando utilizá-los, da melhor forma possível, na reconstituição espacial das vilas, com especial atenção ao loteamento e arruamento urbanos.

Dentre essas fontes, algumas mereceram atenção especial porque indicavam à posição dos lotes ou os nomes dos logradouros. A planta de Paranaguá, de 1815, um período muito próximo ao ano de nosso interesse, é bastante esclarecedora. Esse desenho nos traz, de modo global, a localização dos quarteirões e áreas ocupadas até então, mas não o loteamento e arruamento propriamente dito. Trata-se de excelente indicativo de onde estariam localizadas as casas em anos anteriores e reforça a nossa suspeita quanto à permanência do traçado e do loteamento de Paranaguá.³⁷⁴

³⁷² O geógrafo Bandeira também concebeu situação similar para Braga. Apesar de reconhecer as mudanças no aspecto físico das edificações, a área de afetação permanecia mais ou menos a mesma durante os últimos dois séculos e meio. BANDEIRA, M. S. M. op. cit., p.29.

³⁷³ Agradecemos a historiadora Dra. Ana Luisa Fayet Sallas por ter intermediado junto a Prefeitura de Paranaguá a disponibilização da planta cadastral da cidade, ao historiador Sandro Gomes por ter cedido uma cópia da planta cadastral de Antonina, e ao Setor de Plantas e Loteamentos da Secretaria de Urbanismo de Curitiba pelo mesmo motivo, e principalmente pelo acesso a documentação do início do século XX.

³⁷⁴ É necessário atentarmos as simplificações da planta. Diante de algumas dificuldades técnicas, o engenheiro que produziu essa representação tornou a cidade mais “regular” do que era realmente. Os quarteirões apesar de tenderem a certa regularidade, não eram – provavelmente – tão retangulares quanto nos é apresentado.

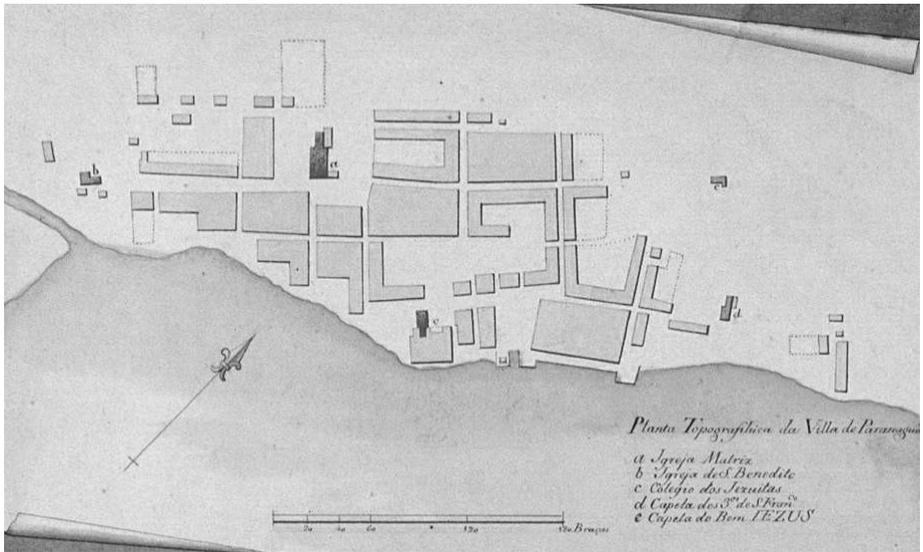


FIGURA 1: VILA DE PARANAGUÁ, 1815. REIS FILHO, N. G. IMAGENS DE VILAS E CIDADES COLONIAIS NO BRASIL. SÃO PAULO: EDUSP/ IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2001, P. 222.

As plantas de meados do século XIX ilustram melhor o arruamento de Curitiba. Nelas, é possível conhecer a área urbana ocupada, assim como os topônimos de então. O engenheiro francês Pierre Taulois assina a planta de 1857.³⁷⁵ No entanto, seu ano de produção vem sendo objeto de discussão.³⁷⁶ Apesar disso, parece indicar o setor mais ou menos ocupado em meados daquela centúria. Já a planta representativa das décadas de 1830-1850 foi,

³⁷⁵ Reproduzida em DUDEQUE, I. J. T. **Cidade sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos.** Curitiba: Champagnat, 1985, p. 121.

³⁷⁶ A historiadora da literatura Cassiana Carollo afirmou que a planta é posterior em pelo menos cinco anos (de 1862 ou posterior). A inexistência do cemitério representado àquele ano é prova do erro de datação. CAROLLO, C. L. Cemitério municipal São Francisco de Paula: monumento e documento. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 22, n. 104, p. 64, 1995. Já Edilberto Trevisan tem idéia semelhante, porém difere na data. Segundo ele, a planta era de 1861. Seria uma proposta de alteração futura desenhada pelo engenheiro Taulois. TREVISAN, E. **Curitiba na província: ruas, moradores antigos, explosão de cidadania.** Curitiba: Vicentina, 2000, p. 30.

Ainda para Curitiba, plantas do século XX também ajudam a pensar a ocupação urbana assim como o arruamento do período. Comparando-se as plantas do início do mesmo século (1894, 1900, 1904, 1917, 1926) percebemos que, se ocorreram alterações no arruamento e no formato dos quarteirões, elas foram mínimas. Isto devido à dificuldade de se impor novo traçado na área da ocupação inicial. Os moradores eram propensos a dificultar as mudanças. Não queriam perder seu espaço, e as dificuldades econômicas da Câmara contribuía para a manutenção daquele estado.³⁷⁸ Sabendo que o primeiro projeto urbanístico da cidade é posterior (Plano Agache, 1941-1943), comprova-se que o loteamento do início do século XIX pouco deve ter se alterado no núcleo central até o início do vinte.

Mesmo que algumas alterações na estrutura viária tenham ocorrido, o formato dos lotes na área central pouco se alterou. Isso pode ser confirmado no levantamento das plantas e croquis dos quarteirões curitibanos, entre as décadas de 1920-1950. Essa é uma documentação pouco explorada, porém de grande utilidade para os estudos do desenho da cidade. Através dessas representações, os trechos apagados pelas reformas urbanísticas nos quarteirões mais centrais puderam, em grande medida, ser reconstituídos.

A situação de Antonina é mais complicada. Não foram localizadas plantas da cidade do século XIX, ou início do XX. O pintor inglês William Llyod foi o único, em 1872, a representá-la naquele século. Porém a perspectiva não favorece a visualização do loteamento da cidade. Por essa insuficiência, e pela comprovação da permanência do loteamento e arruamento urbanos nas outras cidades, acreditamos que Antonina deve ter conservado boa parte do seu loteamento central.

Dificuldades financeiras devem ter bloqueado maiores reformas. Na realidade, as grandes mudanças que ocorreram em Antonina são resultado do loteamento posterior de parte do grande campo central da vila. Isto não significou, possivelmente, contudo, a alteração da trama viária e do loteamento previamente existente.

³⁷⁸ GLEZER, R. op. cit., p. 170-171.

❖ **Localização dos acidentes topográficos urbanos**

A etapa seguinte foi localizar nessas plantas base, as igrejas e outras edificações civis existentes no início do século 19 – que, juntamente com o traçado viário. Outro exercício bastante complexo, porque devido a reformas na estrutura física das cidades, algumas daquelas construções foram demolidas. Essa tarefa foi importante porque, alguns imóveis foram referenciados na documentação a partir dessas edificações notáveis. Então, conhecendo o sítio das igrejas, por exemplo, poder-se-ia localizar com maior precisão as casas.

Igrejas e capelas

De acordo com a planta de 1815, existiam no setor urbano de Paranaguá, quatro igrejas ou capelas (Matriz, São Benedito, São Francisco e Bom Jesus), mais o edifício do Colégio Jesuíta, o que foi confirmado por Vieira dos Santos.³⁷⁹ Foi um historiador-memorialista portuense que viveu na cidade no início do século XIX.

Três igrejas (das quatro) e o colégio permanecem, aparentemente, em seus sítios originais. O único edifício destruído é a Capela do Bom Jesus, que foi localizada a partir da planta de 1815. Sua construção é de 1712, obra financiada pelo alferes João da Veiga sobre o qual não temos mais informações. Sua demolição ocorreu depois de 1850, quando já pertencia a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.³⁸⁰

³⁷⁹ VIEIRA DOS SANTOS, A. **Memória Histórica de Paranaguá (1850)**. Curitiba: Vicentina, v. 2, 2001, p. 43 (Matriz), p. 129 (São Francisco), p. 143 (Bom Jesus), p. 173 (São Benedito). Igrejas que foram edificadas até o início do século XVIII e que se mantinham funcionando pelo menos até o início do século XIX – segundo notícias desse historiador.

³⁸⁰ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 143. Segundo relato deste autor, a Capela do Bom Jesus estava em pé em meados do XIX. Sua demolição deve ter ocorrido, portanto, depois, mas ainda no século XIX.

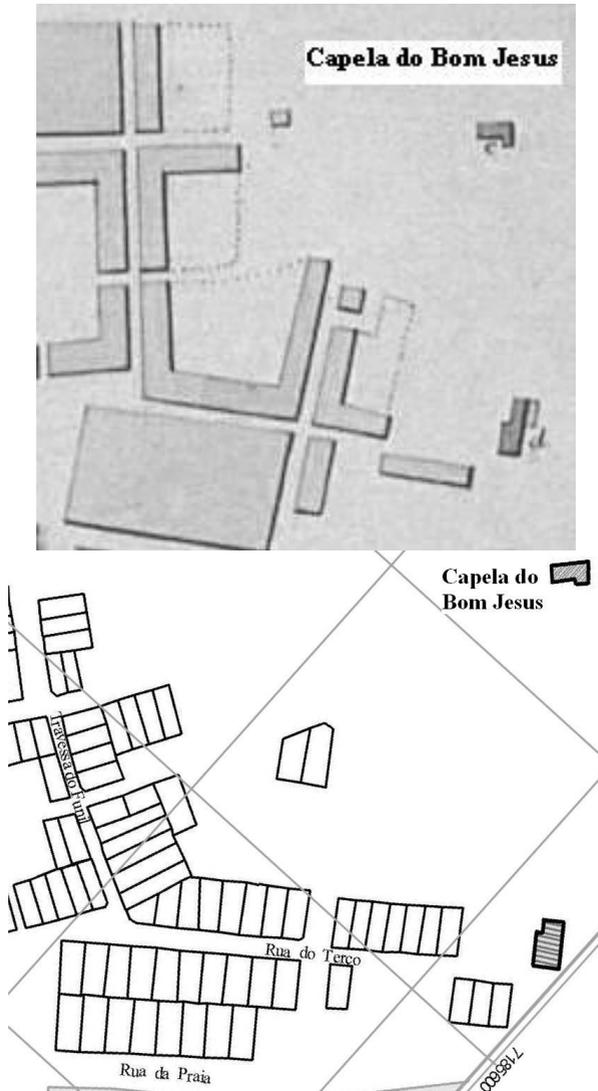


FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO HIPOTÉTICA DA CAPELA DO BOM JESUS, DE PARANAGUÁ, EM 1808. NA ILUSTRAÇÃO SUPERIOR, LOCALIZAÇÃO DA CAPELA NA PLANTA DE 1815. LOGO ABAIXO, HIPÓTESE PARA 1808 REDUZIDA PARA 35%.

A distância entre a capela e o bloco dos lotes é maior na nossa hipótese do que na planta de 1815, que comporta diversas distorções quando

confrontadas com os elementos ainda presentes no solo. Comparando-a com uma planta atual verificamos que os quarteirões não tinham exatamente o formato com que foram representados.

Em 1810, na vila de Curitiba existiam, provavelmente, quatro igrejas no setor urbano – Matriz, São Francisco, Rosário e Terço (hoje, da Ordem). Em 1820, segundo Saint-Hilaire, estas continuavam a existir.³⁸¹ As três últimas que existiam desde o século XVIII parecem que continuam em seus sítios originais até hoje.³⁸² Nas plantas de 1857 e 1900 tais igrejas foram registradas.

Já a Igreja Matriz teve destino diferente. Edificada no século XVII, passou por diversas reconstruções e localizações.³⁸³ O penúltimo edifício foi demolido na década de 1870. O prédio mais recente da igreja – a atual Catedral – foi construído em local um pouco diferente.³⁸⁴ Como não existe planta que indique sua localização anterior, sua posição foi estimada tendo como horizonte as duas representações do XIX, o estudo do arquiteto José Kozan³⁸⁵ – que se dedicou a localizar e reconstruir virtualmente o prédio –, mas principalmente através de uma escritura de compra indicou de modo mais exato a região da antiga Matriz. Por essa escritura pudemos saber o provável motivo da denominação de um dos logradouros da região: Rua Fechada. Uma

³⁸¹ SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 106.

³⁸² A Igreja do Terço foi citada pela destruição que os animais faziam a edificação e casas em torno. CURITIBA. **Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba**, Curitiba, v. 18, p. 60, 1925.

³⁸³ Não existe um consenso entre os historiadores e memorialistas quanto a localização exata da primeira igreja (único ponto certo é que estava em algum lugar do Pátio da Matriz) assim como não se sabe quando ocorreu a mudança para o local anterior ao atual. As fontes disponíveis não esclarecem tais dúvidas. Somente novas escavações arqueológicas, ou fontes desconhecidas hoje, podem modificar este panorama.

³⁸⁴ TREVISAN, E. **O centro histórico de Curitiba: sua formação – tentativa de localização de seus moradores (1668-1853)**. Curitiba: Edição do autor, 1996, p. 124.

³⁸⁵ KOZAN, J. M. **Virtual heritage reconstruction: the old main church of Curitiba**, Brazil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – University of Cincinnati, 2004, p. 61-63.

de suas extremidades estava quase bloqueada pelos fundos da Igreja Matriz, porém mantendo espaço para a circulação de pessoas e animais.³⁸⁶

Em Antonina, a única igreja existente no início do século XIX era a própria Matriz. Construída em um morro, sua localização deve ter permanecido a mesma desde então, apesar das prováveis reformas no prédio. A ausência de fontes não permitiu maiores esclarecimentos (ou dúvidas).

Pelourinhos

O pelourinho era o símbolo da presença do Estado Português em todos os seus territórios no ultramar. Não era apenas uma baliza física, mas também um marco psicológico. Representava a civilização contra a barbárie. Então o porquê do cuidado com a sua manutenção na época inicial da ocupação na América.³⁸⁷ Porém, os séculos passaram e os homens que vieram depois não tiveram a mesma dedicação. Talvez, por isso, o pelourinho de Antonina não existe hoje em dia. A prefeitura também não indicou nenhum local para este acidente topográfico urbano. Nenhuma fonte do período colonial relata sua localização. Não sobraram muitos documentos. Infelizmente, deste modo, não pode ser situado.

Já a localização do pelourinho de Curitiba é controversa. Em 1968, a prefeitura inaugurou um bloco de pedra indicando o local do antigo pelourinho.³⁸⁸ Está localizado na atual Praça José Borges de Macedo anexa a Praça Tiradentes (endereço da antiga Igreja Matriz). Apesar de vários pesquisadores reproduzirem essa “verdade”, não existe documento que sustente tal localização. Devido à ausência de fontes esclarecedoras, preferimos não adotar como correta nenhuma localização.

O pelourinho de Paranaguá deve ser o único em seu local original. Está dentro do lote pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico da cidade, onde foi instalada sua sede, na Rua XV de novembro, 621. Como não

³⁸⁶ Casa localizada no Pátio da Matriz ao pé da Igreja (7/9/1812). CURITIBA. Livro de Notas nº 32, fls. 82 verso a 83 frente.

³⁸⁷ SILVA, J. T. **São Paulo 1554-1880**. São Paulo: Moderna, 1984, p. 21-32.

³⁸⁸ WACHOWICZ, R. C. Curitiba: ruas, praças e becos. **Revista da Academia Paranaense de Letras**, Curitiba, v. 38, nº 62, p. 150, 1998.

possuímos fontes (nem informações divergentes) que indiquem seu antigo posicionamento, optamos por adotar a situação atual.

Casas de Câmara e Cadeia

No Brasil colonial, o costume era alugar – segundo o arquiteto Murillo Marx – uma casa para as reuniões camarárias.³⁸⁹ Isto porque a maioria das vilas não dispunha de recursos para financiar a construção do prédio da Câmara – também chamada de “Concelho”. Pelo menos até a década de 1720, essa era a situação das vilas analisadas. Condição que teria se modificado com as ordens do ouvidor Rafael Pires Pardiniho, que visitou Paranaguá e Curitiba, para que se construíssem edifícios próprios para as atividades camarárias.

Para a vila de Paranaguá, essa ordem foi dada em 1721.³⁹⁰ Inclusive, Pardiniho deixou um projeto arquitetônico de como deveria ser a fachada e a divisão das salas.³⁹¹ De acordo com Vieira dos Santos, a construção (em local não registrado) até 1789 não havia terminado.³⁹² Em meados do século XIX, segundo o mesmo cronista, a Câmara funcionava na Rua da Alfândega (corresponde a uma parcela da atual Rua XV de novembro).³⁹³ Não sabemos, pois não indica, se trata do mesmo edifício ou de um imóvel alugado.

Em Curitiba, Pardiniho esteve em 1720.³⁹⁴ No ano seguinte, a Câmara pôs em pregão a construção do prédio.³⁹⁵ Segundo Ermelino de Leão, essa obra teria sido finalizada em 1726.³⁹⁶ Esse edifício foi demolido em data desconhecida, e a ausência de fontes mais precisas quanto a sua localização, não permitiu fixar este acidente na topografia urbana. O documento mais claro sobre o

³⁸⁹ MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: EDUSP/ Melhoramentos, 1980, p. 75-76

³⁹⁰ Para ler essa ordem, provimento 80 do ouvidor. SANTOS, A. C. A (org.). **Provimentos da Vila de Paranaguá (1721)**. **Monumenta**, Curitiba, v. 3, n. 10, p. 115-116, 2000.

³⁹¹ Para ver as fachadas: SANTOS, A. C. A (org.). op. cit., p. 175-176. Para ver a divisão interna do prédio VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 198.

³⁹² VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 177-180.

³⁹³ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 14.

³⁹⁴ SANTOS, A. C. A (org.). op. cit., p. 44 (provimento 43).

³⁹⁵ CURITIBA. Livros de Notas nº 3, fls. 30 frente e 35 verso.

³⁹⁶ LEÃO, E. A. **Contribuições históricas e geográficas para o Dicionário do Paraná**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1926, v. 1, p. 244.

local escolhido para a Casa da Câmara, não chega a ser conclusivo, pois desconhecemos a localização das casas de antigos moradores.³⁹⁷

De acordo com esses interlocutores (Vieira e Leão) no início do século XIX, as Casas de Câmara de Curitiba e Paranaguá já funcionavam em edifícios próprios, afinal foram construídos no século XVIII. Porém, essa não era a realidade encontrada. Em Curitiba eram alugados, segundo o livro de imposto predial (1810), dois imóveis para a Câmara – um na Rua Fechada, outro no Pátio e Largo da Matriz.³⁹⁸ Já o Concelho paranguara funcionava na Rua da Praia, em uma casa pertencente ao Tenente Coronel Ricardo Carneiro dos Santos. É razoável pensarmos que os edifícios próprios não estivessem em condições de uso. Se até a Igreja Matriz tinha necessidade de reformas urgentes, por que as paredes estavam por cair (ou caindo), porque não a casa do Concelho?³⁹⁹

Já para Antonina, não se sabe se houve ordens para a construção de uma casa específica para tais atividades no início do século XIX. Em 1720-1721, o ouvidor Pardinho não visitou a então freguesia de Paranaguá. Em 1808, funcionava em casa alugada, na Rua Direita, pertencente aos órfãos de Leão Alves Rodrigues.⁴⁰⁰

³⁹⁷ “(...) demarcado defronte do pelourinho que fica para a parte do poente e para a parte do sul fica defronte as casas de Maria Paes mediando entre elas a rua Direita e para a parte do nascente ficam defronte das casas de Gaspar Carrasco dos Reis mediando entre elas uma rua que dará serventia para a paragem da Roseiras para a parte do norte fica o terreno que se continua da praça do pelourinho e adro da Matriz (...)” CURITIBA. Livros de Notas nº 3, fl. 30 frente. O arqueólogo Chmyz escreveu que esse prédio situava-se na atual Praça Jose Borges de Macedo. Porém como não apresenta fontes em que baseia tal afirmação, descartamos essa consideração. CHMYZ, I (coord.). **Relatório final do Projeto para a constatação e resgate do patrimônio arqueológico na área das obras de revitalização da Praça Tiradentes, em Curitiba, Paraná.** CURITIBA: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, UFPR, 2010, p. 9.

³⁹⁸ É provável que um imóvel servisse de Cadeia e o outro de Câmara já que ambos eram térreos.

³⁹⁹ CURITIBA. op. cit., v.13, p. 75-76, 1925. Ata da Câmara de 7/3/1737.

⁴⁰⁰ Décima urbana de Antonina, fl. 86 verso, casa nº 7.

Fontes de água

Na maior parte das cidades luso-brasileiras, as fontes de água eram denominadas “cariocas”. Quando esteve em Curitiba, Saint-Hilaire registrou que havia duas bicas de água, sem, contudo, localizá-las.⁴⁰¹ Estavam, provavelmente, próximas a dois logradouros que remetiam a existência delas: as Ruas da Carioca de baixo e a de cima. A localização da fonte na carioca de baixo foi feita a partir das representações do XIX, plantas e maquete, já que não existe atualmente. A outra carioca estava (e está) no largo da Igreja do Terço.

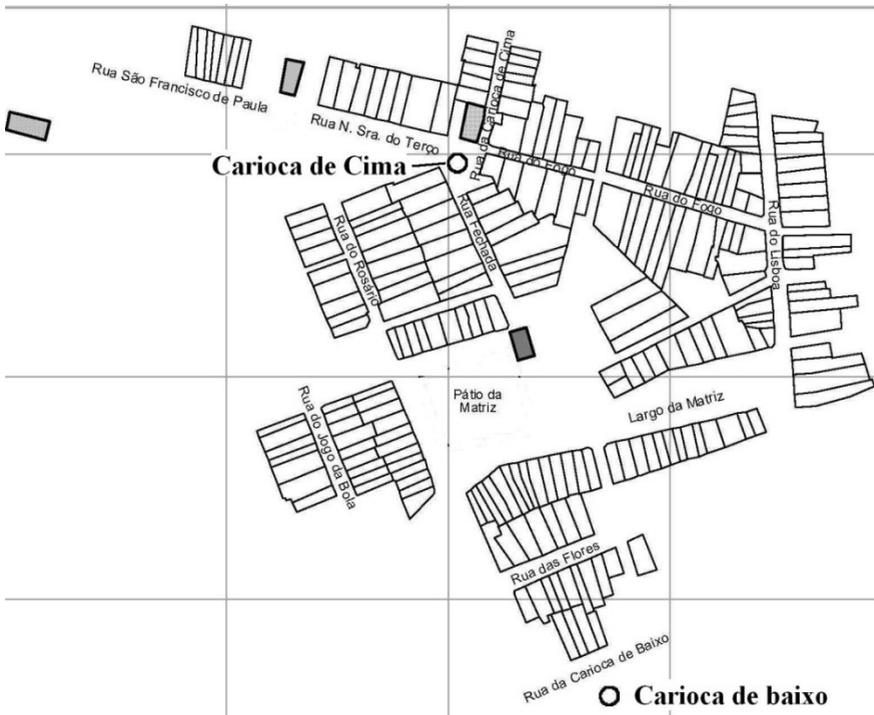


FIGURA 4: LOCALIZAÇÃO HIPOTÉTICA DAS CARIOCAS DE CURITIBA, EM 1810.*

* PLANTA REDUZIDA PARA 30% DA NOSSA PLANTA HIPOTÉTICA

Em Paranaguá, o mesmo naturalista não se deteve no modo como se

⁴⁰¹ SAINT-HILAIRE, A. op. cit, p. 106.

abastecia a população. Pela ausência de fontes camarárias, não foi possível identificar a denominação utilizada para a carioca. Nenhum topônimo arrolado na Décima remetia àquele acidente da topografia. Contudo, pelo menos uma fonte abastecia a população local, provavelmente desde os primeiros anos da vila. Localizava-se no final da Rua da Gamboa (atual Rua Cons. Sinimbu).⁴⁰² Já em Antonina, um logradouro remetia a existência de tal equipamento urbano – a Rua da Fonte – localizada hipoteticamente na atual Rua Marques do Herval. Em um período posterior (1867) uma nova carioca foi inaugurada, dando nome a uma região da vila: a Carioca.

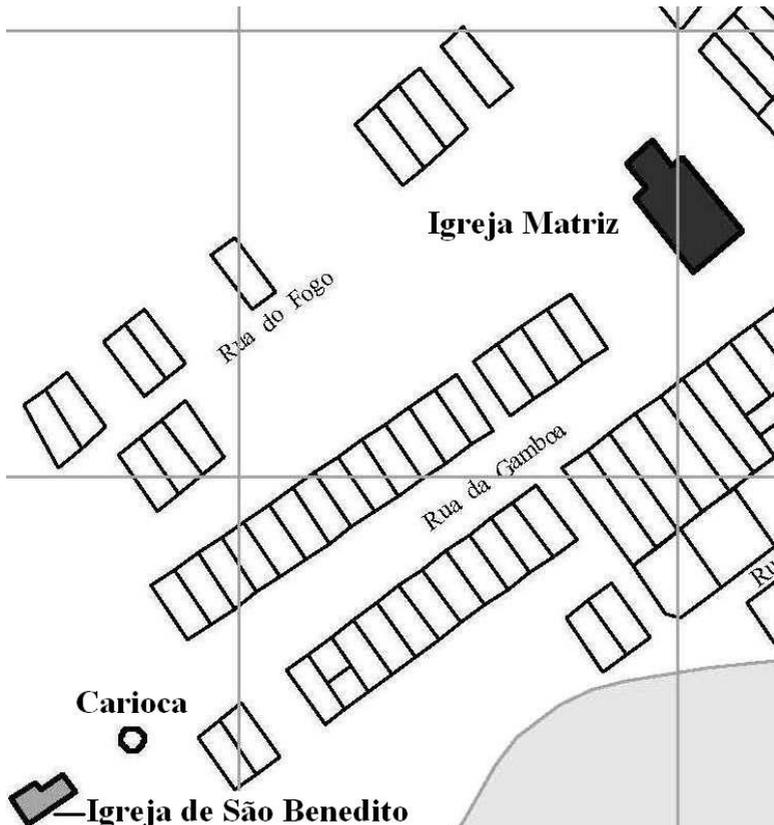


FIGURA 5: LOCALIZAÇÃO HIPOTÉTICA DA CARIOCA DE PARANAGUÁ, EM 1808.*

* Planta reduzida para 50% da nossa planta hipotética

⁴⁰² VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 17.

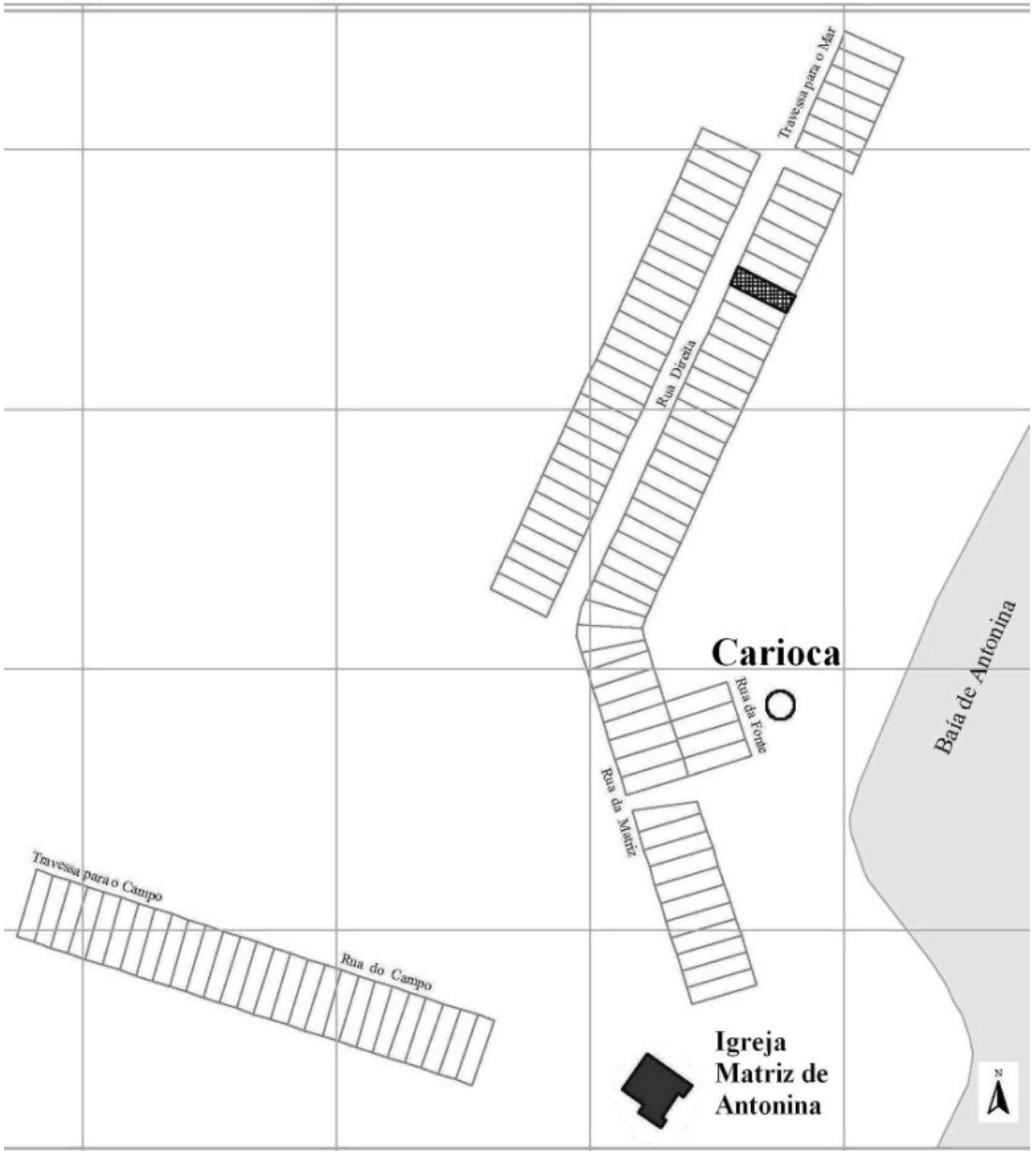


FIGURA 6: LOCALIZAÇÃO HIPOTÉTICA DA CARIOCA DE ANTONINA, EM 1808.*

* Planta reduzida para 20% da nossa planta hipotética

Com certo sucesso, pudemos localizar os principais acidentes da topografia urbana (igrejas, pelourinhos, Concelhos, cariocas) das três vilas analisadas. Para isso, diversas fontes foram utilizadas: plantas, gravuras, e outras representações proporcionaram subsídios para situarmos cada igreja, pelourinho, etc. O passo seguinte foi localizar no atual arruamento, os antigos topônimos arrolados nas Décimas na planta base.

❖ **Localização dos logradouros**

O exercício subsequente foi identificar os antigos topônimos arrolados nas Décimas no atual arruamento das cidades examinadas. Esse problema surgiu quando confrontamos as denominações dessas duas épocas. Em regra, percebeu-se a mudança dos topônimos durante os séculos. Procuramos, em diversas fontes, subsídios para preencher essas lacunas, que, em grande medida, foram solucionadas.

Paranaguá

Com o auxílio das Listas Nominativas de 1767 e de 1772, e das Memórias de Vieira dos Santos, de 1850, nas quais foram registrados os nomes dos logradouros, conseguimos relacionar tais topônimos com os arrolados na Décima, de 1808 (onze). As “Listas” não ofereceram argumentos para a localização dos logradouros, mas indicam que alguns deles já existiam no terceiro quartel do século XVIII. Vieira foi minucioso nas informações sobre as ruas de meados do XIX, apontando proprietários, toponímia das ruas – naquele momento – e eventuais nomes de ruas e de proprietários em tempos anteriores.⁴⁰³ A historiadora Cecília Westphalen especializou os topônimos de Vieira.

⁴⁰³ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit, v. 2, p. 13-21.

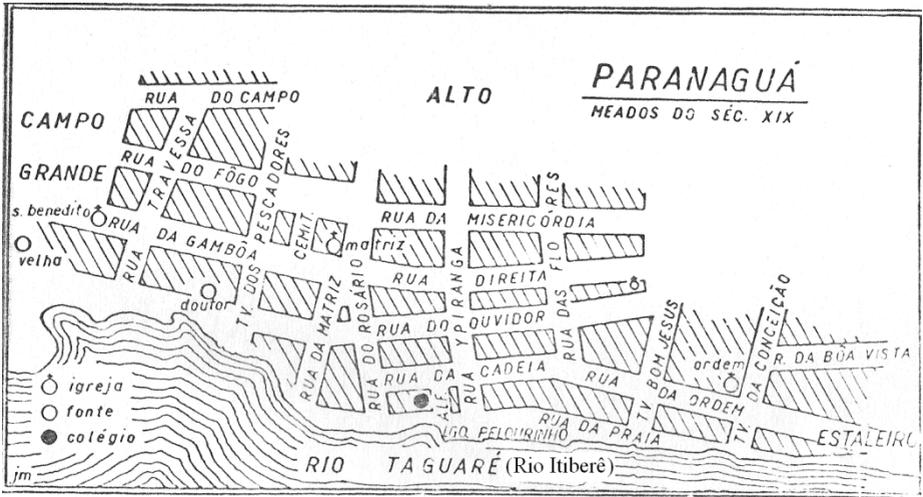


FIGURA 7: ARRUAMENTO PARNANGUARA EM MEADOS DO SÉCULO XIX, SEGUNDO C. WESTPHALEN.

WESTPHALEN, C. Uma cidade portuária nos meados do século XIX. In: PAULA, E. S. de. Anais do Simpósio nacional dos professores universitários de História (A Cidade e a História), 4., 1974, São Paulo. *Anais...* São Paulo: SBPH, v. 2 1974, entre as páginas 528-529.

Essa planta nos auxiliou a pensar o arruamento de Paranaguá em 1850, e para décadas anteriores. Em alguns casos, logradouros com mesmo topônimo foram relacionados também na Décima. Outros parecem que não resistiram no tempo. A comparação entre os documentos possibilitou arrolar, ainda que com certo grau de dúvida, antigos topônimos dos atuais logradouros. O resultado é o que segue.

| 1767 ou 1772 | 1808 | 1850 | 1999 |
|---|------------------------|--------------------------|-----------------------|
| Rua do Terço | Rua do Terço | Rua da Cadeia e da Ordem | Rua 15 de Novembro |
| Rua da Praia | Rua da Praia | Rua da Praia | Rua Gen.Carneiro |
| [?] | Rua do Cargo | [Rua do Ouvidor] | Rua Pêcego Jr. |
| [Rua da Matriz para a do Terço] | Rua do Porto da Matriz | [Travessa do Rosário] | Rua Prof. Cleto |
| [Rua da Matriz para a Gamboa] | Rua da Gamboa | Rua da Gamboa | Rua Cons. Sinimbu |
| Rua do Fogo | Rua do Fogo | Rua do Fogo | Rua Vieira dos Santos |
| Rua do Campo | Rua do Campo | Rua da Misericórdia | Rua Dr. Leocádio |
| Rua da Baixa | Rua da Baixa | Rua do Ouvidor | Rua Faria Sobrinho |
| Rua Direita do Bom Jesus para as mercês | Rua Direita | Rua Direita | Rua Mal. Deodoro |
| Rua do Funil | Travessa do Funil | [Travessa das Flores] | Rua Des. Hugo Simas |
| Travessa da Matriz | Travessa da Matriz | Rua da Matriz | Rua João Regis |

TABELA 1: COMPARAÇÃO DAS NOMENCLATURAS DAS RUAS, DE PARANAGUÁ, EM DIVERSAS ÉPOCAS.*

Fontes: Listas Nominativas de Paranaguá de 1767 e 1772, Décima Urbana de Paranaguá (1808), Vieira dos Santos [1850], 2001 e Planta Cadastral de Paranaguá (1999). *Entre colchetes o possível nome (anterior ou posterior) do logradouro arrolado na Décima de 1808.

A Rua da Praia foi, provavelmente, um dos primeiros logradouros a se constituir. Corresponde a uma parcela da atual Rua General Carneiro. Essa relação foi estabelecida em consonância com a planta hipotética de Westphalen. Apesar da antiguidade, o registro mais remoto encontrado é de

1767, na primeira Lista Nominativa da vila.⁴⁰⁴ Na Décima de 1808 foram arroladas doze casas – 75% eram residências que provavelmente agregavam comércio e o percentual restante, edifícios exclusivamente comerciais.

Em 1850, a Rua da Praia era densamente ocupado por armazéns e algumas residências invertendo, portanto, a situação encontrada no início do mesmo século. Com base nas referências aos antigos proprietários, confirmamos que se tratava do mesmo logradouro arrolado na Décima.⁴⁰⁵ Em 1856, parece que a denominação permanecia.⁴⁰⁶ De acordo com W. Freitas, a Rua da Praia passou a ser denominada Rua Rodrigo Silva no século XIX, e depois, em 1894, recebeu sua mais recente denominação.⁴⁰⁷ Não obstante essas alterações oficiais do final do dezenove, em 1928, os moradores continuavam a utilizar o mais antigo topônimo.⁴⁰⁸

A Rua 15 de novembro é o atual topônimo da antiga Rua do Terço. Era o logradouro que partia da via que ligava o Porto à Matriz para a Igreja da Ordem Terceira. Nessa rua se localizava o Colégio Jesuíta, um imponente edifício de três andares, que serviu posteriormente de alfândega e, hoje, museu. Foi inventariada na Lista Nominativa de 1772, com o nome de “Rua do Terço até a da Barranceira inclusa a Rua do Funil”.⁴⁰⁹ Em 1808 era o segundo logradouro com maior número de casas arroladas na Décima, 55 casas.

⁴⁰⁴ PARANAGUÁ. Lista Nominativa de habitantes de Paranaguá (1767). 4º Companhia de ordenanças. Projeto Resgate, São Paulo, códice 2105. Transcrição da historiadora Julia Maria Ribeiro.

⁴⁰⁵ Como o tenente-coronel Ricardo Carneiro dos Santos (já falecido em 1850) e do alferes Manoel Antonio Pereira (depois capitão-mor da vila). VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 13.

⁴⁰⁶ **Dezenove de dezembro.** Curitiba, 6 de fevereiro de 1856, ano II, nº 45, p. 4. Anúncio de um atacadista aos comerciantes de Curitiba.

⁴⁰⁷ O memorialista Waldomiro Freitas fez essas associações. FREITAS, W. F. **História de Paranaguá: das origens à atualidade.** Paranaguá: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1999, p. 449.

⁴⁰⁸ ALVAREZ, A. Os novos aspectos de Paranaguá. A rua termometro. Maus tempos. Volta ao progresso. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 25 de fevereiro de 1928, nº 2779, ano 10, p. 1.

⁴⁰⁹ PARANAGUÁ. Lista nominativa de habitantes de Paranaguá (1772), fl. 8 [paginação 186, do arquivo digital]. Resgate, São Paulo, códice 2105.

Em 1850, “do Terço” mudou de nome: era a Rua da Cadeia e da Ordem.⁴¹⁰ Essa associação pode ser feita a partir dos nomes dos antigos proprietários arrolados por Vieira dos Santos, e presentes no livro de imposto predial.⁴¹¹ Ela foi confirmada pela venda um imóvel, em 1856, na Rua da Ordem em frente à alfândega.⁴¹² Segundo W. Freitas, ainda no século XIX, um trecho da Rua do Terço passou a ser denominado: Rua do Hospício, e depois da Alfândega, do Paissandu, do Imperador, e desde 1890, Rua 15 de novembro.⁴¹³

A Rua da Baixa atravessava o meio da vila, correspondendo à atual Rua Faria Sobrinho. Sua existência remonta, pelo menos, a 1720. À época, foi citada pelo Ouvidor R. Pardinho pela necessidade de aterramento devido ao alagamento de parte do logradouro que tinha uma inclinação para baixo, e provavelmente, por isso essa denominação.⁴¹⁴ Em 1772 foi registrada na Lista Nominativa.⁴¹⁵ Em algum momento entre 1808 (quando tinha 24 casas) e 1850 teve seu nome alterado para Rua do Ouvidor, talvez em 1844.⁴¹⁶ Em 1855, num artigo de jornal, confirmou-se o uso dessa última denominação.⁴¹⁷ Segundo W. Freitas, esta designação perdurou até 1879, quando a Câmara nomeou-a Rua Pêcego Junior.⁴¹⁸

Em consonância com Westphalen, a Rua Direita é a atual Rua Marechal Deodoro. Sua existência remonta, pelo menos, a 1772, em uma Lista Nominativa com a denominação de “Rua Direita do (capela) Bom Jesus para as mercês”.⁴¹⁹ Talvez, cinco anos antes, em documento análogo, tenha sido referenciada como a “Rua do Bom Jesus”, porque era o caminho para aquela

⁴¹⁰ O memorialista Leônidas Boutin associou a antiga Rua da Ordem à atual Rua 15 de novembro. BOUTIN, L. **Histórias Paranaenses**. Curitiba: Edição do autor, 2003, p. 83.

⁴¹¹ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 14.

⁴¹² **Dezenove de dezembro**, Curitiba, 4 de abril de 1856, ano III, nº 3, p. 4.

⁴¹³ FREITAS, W. F. op. cit. p. 449.

⁴¹⁴ SANTOS, A. C. A. op. cit., p. 118 (provimento 85).

⁴¹⁵ PARANAGUÁ. Lista Nominativa (1772), op. cit., fl. 11 [187].

⁴¹⁶ Vieira dos Santos relatou a mudança de nomenclatura do topônimo, mas a indicação do ano foi de Freitas. FREITAS, W. F. de. op. cit. p. 459. VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 15.

⁴¹⁷ **Dezenove de dezembro**, Curitiba, 13 de junho de 1855, ano II, nº 11, p. 4. Venda de um armazém.

⁴¹⁸ FREITAS, W. F. op. cit. p. 459.

⁴¹⁹ PARANAGUÁ. Lista Nominativa (1772), op. cit., fl. 1 [182].

igreja.⁴²⁰ Era o logradouro com maior número de casas (61) arroladas na Décima. Em 1850, era bastante larga, e com alguma curva.⁴²¹ Não confundir “direta” (ou reta) com “direita”.⁴²² Em 1855 mantinha, possivelmente, a mais antiga denominação.⁴²³ Essa situação teria perdurado até as últimas décadas do século XIX quando passou a denominar Rua da Imperatriz (após 1880), e desde 1890 seu mais recente nome.⁴²⁴

A Rua Dr. Leocádio é o atual topônimo da antiga Rua do Campo. Foi registrada na Lista Nominativa de 1767, com a mesma remota denominação. Era um dos logradouros mais antigos da vila sendo bastante reta e extensa.⁴²⁵ Em 1808, tinha 34 imóveis. Em algum momento entre a primeira Décima e 1850 teve seu nome alterado para Rua da Misericórdia, talvez em 1841.⁴²⁶ A existência da Santa Casa sugeriu, provavelmente, o novo nome à antiga ligação com a zona do campo. De acordo com W. Freitas, a Rua do Campo recebeu, em 1887, sua mais recente denominação.⁴²⁷

A Rua da Gamboa é uma parcela da atual Rua Conselheiro Sinimbu.⁴²⁸ Teve sua existência anotada na Lista Nominativa de 1767, mas, provavelmente, com outro topônimo “Rua da Matriz para a Gamboa”. Era o caminho entre o Pátio da Matriz e a árvore frutífera. Pode ter sido denominada Rua da Fonte

⁴²⁰ PARANAGUÁ. Lista Nominativa (1767).

⁴²¹ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit. v. 2, p. 16.

⁴²² Nas cidades e vilas coloniais de fundação portuguesa é comum a denominação “Direita” que significava somente o ponto caminho que ligava dois pontos importantes nos núcleos citadinos. Em Paranaguá era logradouro que dava acesso do Pátio da Matriz a Capela do Bom Jesus.

⁴²³ **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 26 de setembro de 1855, ano II, nº 26, p. 4. Venda de uma casa em Paranaguá pertencente a Manoel Leocádio de Oliveira.

⁴²⁴ FREITAS, W. F. op. cit., p. 453.

⁴²⁵ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit. v. 2, p. 19.

⁴²⁶ O memorialista Vieira dos Santos relatou a mudança de nomenclatura do topônimo, mas a indicação do ano foi de Freitas. FREITAS, W. F. de. op. cit. p. 453. VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit. v. 2, p. 19-20. A mudança deve ter ocorrido pela criação de uma nova rua de mesmo topônimo em outro local. A antiga Rua do Campo não fazia mais jus a sua localização (estava no meio da vila), e um novo local foi escolhido para a localização de uma nova Rua do Campo.

⁴²⁷ FREITAS, W. F. de. op. cit. p. 453.

⁴²⁸ Boutin associou a antiga Rua da Gamboa à atual Av. Conselheiro Sinimbu. BOUTIN, L. op. cit., p. 52.

por ser o principal acesso ao chafariz que ficava à frente da Igreja de São Benedito.⁴²⁹ Com 39 casas, era o terceiro logradouro com maior número de imóveis arrolados. Em 1850, o logradouro era bastante reto e largo.⁴³⁰ Paralela a este logradouro estava a Rua do Fogo que corresponde à atual Rua Vieira dos Santos. Já aparece na primeira Lista Nominativa da vila, de 1767. Em 1850 era o principal local do comércio, e mantinha o mesmo nome. Segundo, W. Freitas a Rua da Gamboa passou a se denominar, no século XIX, Rua Senador Dantas, e em 1906 recebeu a atual denominação.⁴³¹

A Travessa do Funil teve sua existência registrada na Lista Nominativa de 1767, mas como rua. Na Lista de 1772 estava incluída no arrolamento das casas da “Rua do Terço até a da barranceira inclusa a Rua do Funil”.⁴³² Na Décima, já como travessa, tinha 15 casas. Talvez fosse a Travessa das Flores, de 1850.⁴³³ Cinco anos depois, a Rua das Flores aparece como transversal da Rua do Ouvidor (Rua da Baixa, em 1808).⁴³⁴ Na nossa hipótese era a fronteira leste do setor urbano – quando da execução da Décima –, e a sua localização com sendo à atual Rua Des. Hugo Simas em consonância com a referida planta de 1815. A hipótese de ser ela a atual Travessa Correia de Freitas, paralela à anterior (e mais exterior), e que também aparece na mencionada planta (de 1815) foi descartada. Primeiro porque existem três quarteirões entre a Igreja Matriz e essa Travessa hoje – na planta de 1815 existem apenas duas – e, segundo porque em 1815 este logradouro não tinha dois lados, apenas um, as casas do outro lado estavam em processo de constituição. A Travessa do Funil arrolada na Décima têm dois lados (direito e esquerdo), portanto confirma nossa hipótese. Além disso, o número de casas foi decisivo para essa localização, uma vez que não teria espaço em outro local. De acordo com W. Freitas, essa travessa passou a se denominar Rua Silva Lemos, em 1879.⁴³⁵

⁴²⁹ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 17. A carioca seria de 1656. FREITAS, W. F. op. cit. p. 454.

⁴³⁰ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 16.

⁴³¹ FREITAS, W. F. op. cit. p. 448.

⁴³² PARANAGUÁ. Lista nominativa de habitantes (1772), fl. 8 [186].

⁴³³ VIEIRA DOS SANTOS. op. cit., v. 2, p. 21.

⁴³⁴ **Dezenove de dezembro**, Curitiba, 2 de janeiro de 1856, ano II, nº 40, p. 4.

⁴³⁵ Freitas, escreveu que até 1836 existia uma Rua do Funil e que ela hoje seria a Rua Desembargador Hugo Simas. FREITAS, W. F. op. cit. p. 455.

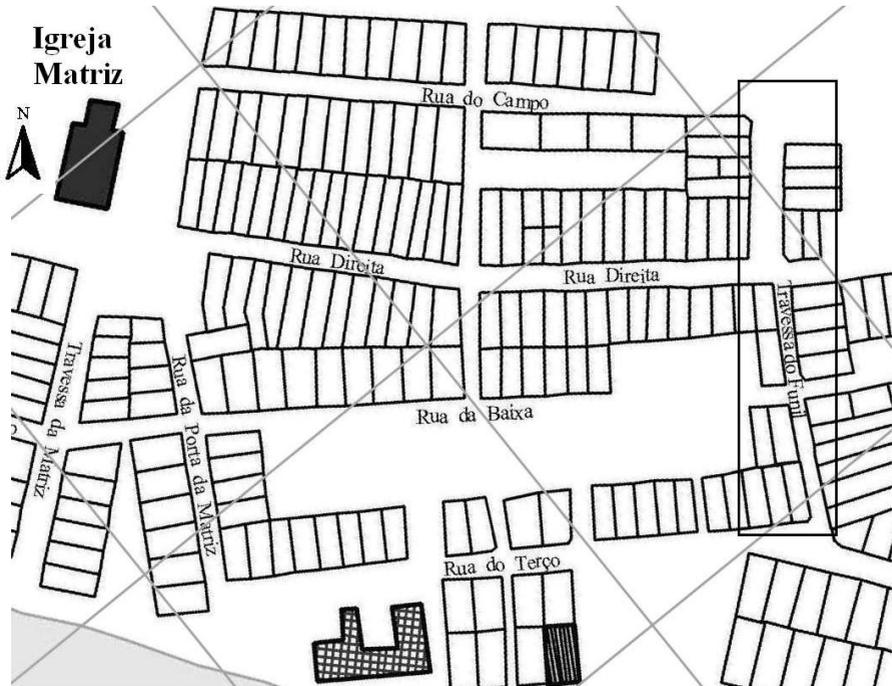


FIGURA 8: LOCALIZAÇÃO HIPOTÉTICA DA TRAVESSA DO FUNIL, DE PARANAGUÁ, EM 1808.

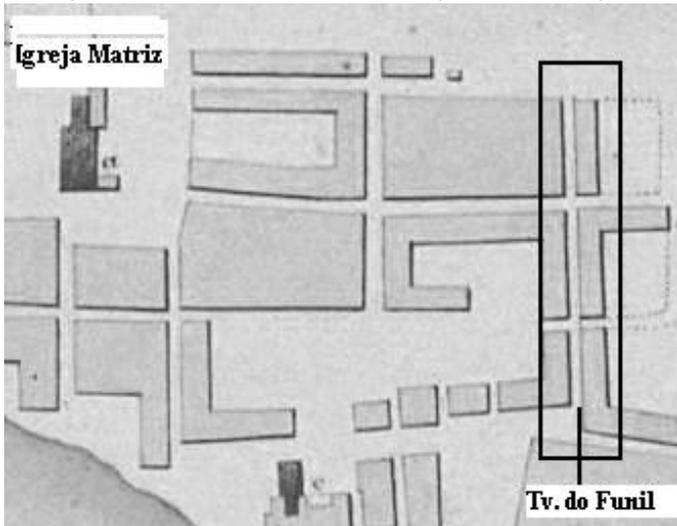


FIGURA 9: LOCALIZAÇÃO HIPOTÉTICA DA TRAVESSA DO FUNIL, SEGUNDO NOSSAS CONSTATAÇÕES, NA PLANTA DE 1815.

A localização da Rua do Chargo foi mais complexa. Não foi mencionada por Vieira dos Santos, apesar de ter sido registrada sua existência em Lista Nominativa da vila, de 1801 (onde não havia qualquer argumento que auxiliasse a sua localização). Supomos que corresponda à atual Rua Pêcego Junior, em consonância com a planta de 1815.⁴³⁶ Na Décima era o menor logradouro em número de imóveis: nove.

Havia ainda dois logradouros que tinham seus extremos na praia e no Pátio da Igreja Matriz, a Rua do Porto da Matriz e a Travessa da Matriz. Esses dois logradouros podem ter sido referenciados, em 1850, por Vieira dos Santos com novas denominações, Travessa do Rosário e Rua da Matriz, respectivamente.⁴³⁷ Optamos por localizá-los na atual Rua Prof. Cleto, a Rua do Porto da Matriz (15 casas), enquanto na Rua João Regis, a Travessa da Matriz (18 casas). O número de casas de cada lado da rua determinou esse posicionamento.

Como tínhamos por base a atual planta cadastral, e tendo em vista as poucas alterações no loteamento que supomos, uma inversão não era possível dado a ausência de espaço para as casas arroladas. Vieira dos Santos confirmou indiretamente uma dessas localizações. Em 1850, na Rua da Matriz havia uma casa de sobrado pertencente aos herdeiros do Capitão Jose Rodrigues Branco.⁴³⁸ Em 1808, o capitão residia em uma casa de sobrado na Travessa da Matriz. Imaginamos que se tratava do mesmo valorizado imóvel. Assim sendo, o outro logradouro por exclusão, ao lado, seria a Rua do Porto da Matriz.

Antonina

A localização dos logradouros arrolados na Décima de Antonina no atual arruamento antoninense foi exercício menos complexo, porém mais

⁴³⁶ Existe outra possibilidade apontada por W. Freitas que a localiza na atual Rua Mal. Alberto de Abreu. Por não fundamentar sua opção, descartamo-la. Posicionamento plausível com relação ao número de lotes, e em concordância com a planta de 1815. Porém sem comprovação em fontes. FREITAS, W. F. op. cit. p. 454.

⁴³⁷ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 20.

⁴³⁸ VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 18-19.

frustrante. Faltam documentos, plantas e ilustrações da época. Por isso, utilizamos basicamente o trabalho de Sandro Gomes para indicarmos a localização hipotética daqueles logradouros.

Nessa comparação pode-se chegar à mesma conclusão referente às outras vilas analisadas com relação à descontinuidade dos topônimos. Nenhum sobreviveu desde o início do século XIX até hoje. Diante da ausência de fontes, a solução foi buscar os esparsos referenciais que dispomos aliando a nossa percepção da lógica de loteamento urbano luso-brasileiro quanto ao formato dos lotes sobre os quais estariam as casas urbanas arroladas em 1808. O destaque na planta mostra o tipo de lote citadino (longo e estreito) reproduzido pelos portugueses em suas possessões ultramarinas.



FIGURA 10: DESTAQUE NO ATUAL LOTEAMENTO URBANO DE ANTONINA.

Ermelino de Leão (1834-1901) foi o único a relacionar um antigo topônimo, do início do século XIX, com outro da época em que escreveu, o começo do XX. Contudo, sua única referência foi associar a Rua Direita com a atual Rua 15 de novembro.⁴³⁹ Talvez, antes dessa última denominação, segundo Berg Clauss, um memorialista local – tivesse recebido o nome de Rua do Imperador.⁴⁴⁰ Como em Paranaguá, a Direita significava a ligação entre dois pontos importantes, no caso de Antonina entre a Igreja Matriz e o porto.

As demais correspondências de logradouros foram feitas através de hipóteses e de acordo com nossa experiência no trato das cidades coloniais e da observação em loco. A Travessa para o mar foi hipoteticamente localizada como continuação da atual Rua 15 de novembro, antiga Rua Direita. Este logradouro foi entendido como caminho que levava da Igreja Matriz para o porto da vila que era no final desse prolongamento.

Do outro lado do conjunto de ruas acima exposto estava a Rua da Matriz, que dava acesso à única Igreja da vila, à época. Por isso, o nome. O formato dos lotes da atual Rua R. Vale Porto e início da 15 de Novembro foi determinante para tal localização. Não há atualmente lotes no entorno dessa Igreja que tenham semelhantes características, estreito e alongado, onde a testada é menor do que o comprimento – típico do loteamento colonial português. A Rua da Fonte foi localizada onde existia – ainda no início do século XX – uma fonte, em uma ladeira que levava a população para a bica de água. Não se sabe quando passou a denominar-se Rua Marquês do Herval.

O conjunto de logradouros do campo (Rua do Campo e Travessa para o Campo) foi localizado seguindo o raciocínio da Rua da Matriz. No caminho que, provavelmente, levava a população para as fazendas e sítios da região, existe grande número de lotes com as características já relacionadas. Por isso escolhemos a Rua Conselheiro Alves de Araujo como local hipotético da antiga Rua do Campo, e o seu prolongamento para a Travessa homônima.

⁴³⁹ LEÃO, E. A. **Antonina: factos e homens** – da idade archeolithica à elevação a cidade (1918). Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999 (1926), p. 110.

⁴⁴⁰ BERG, C. L. **Antonina, a vovó do Paraná**. Curitiba: Edição do autor, 2003, p. 47. Segundo este autor em 1890, a Rua do Imperador passou a se denominar Rua 15 de novembro. Como de costume, os memorialistas como Berg não apresentam fontes que comprovem essa alteração.

O logradouro Ponta da Pedra não pode ser localizado. Não encontramos elementos documentais que pudessem indicar sua posição. Ademais, a presença de uma morada inabitável tornou desnecessária sua localização. A casa estava em ruínas, e não tinha chefe. O resultado hipotético da associação entre os topônimos relacionados na Décima antoninense e os atuais é o que segue.

| 1808 | 2010 |
|-----------------------|---|
| Rua da Matriz | Rua Vale Porto e início da 15 de Novembro |
| Rua Direita | Rua 15 de Novembro |
| Travessa para o mar | Rua 15 de Novembro (final) |
| Rua da Fonte | Rua Marques do Herval |
| Rua do Campo | Rua Cons. Alves de Araújo |
| Travessa para o campo | Rua Cons. Alves de Araújo (final) |
| Ponta da Pedra | [não localizada] |

TABELA 2: COMPARAÇÃO DAS NOMENCLATURAS DAS RUAS, DE ANTONINA, EM DUAS ÉPOCAS.

Fontes: Décima Urbana de Antonina (1808); Planta Cadastral de Antonina (2010)

Infelizmente, pela falta de documentos, não foi possível acompanhar a mudança dos topônimos (como fizemos para Curitiba e Paranaguá) ao longo dos séculos, desde a fundação da vila – em 1797 – até hoje. Essa é uma frustração que dificilmente será minimizada. Os homens e as traças não deixaram muitas opções de documentos.

Curitiba

De acordo com os dados tabulados da Décima de Curitiba, seu núcleo citadino era composto de 244 casas em doze logradouros. No maior deles, o Pátio e Largo da Matriz foram registrados 68 imóveis. Na Rua do Fogo foram arrolados 38 casas enquanto na Rua do Lisboa, 29. Eram os logradouros mais extensos quanto ao número de quarteirões e de imóveis. Os menores não ultrapassavam, na nossa hipótese mais do que um quarteirão, como a Rua da Carioca de baixo com quatro casas.

Na produção da planta hipotética de Curitiba, comparamos os topônimos relacionados na Décima, de 1810, com os atuais. Todos os logradouros tiveram mudança de nome, a exceção da Rua do Rosário. Utilizamos como fontes para identificarmos antigos topônimos as plantas de 1857 e de 1900 e os croquis dos quarteirões produzidos, principalmente, entre as décadas de 1920-1950. Auxiliaram-nos nessa tarefa a planta de 1830-1850, a maquete de 1876, e os levantamentos de estudiosos da cidade, já no século XX. O quadro a seguir resume a mudança de nomenclatura dos topônimos.

| 1810 | 1857 | 1876 | 1900 | 2010 |
|----------------------------|-------------------|------------------------------------|-------------------------------|---|
| Rua Fechada | Rua Fechada | Rua Fechada | Rua José Bonifácio | Rua José Bonifácio |
| Rua Nossa Senhora do Terço | [não relaciona] | [não relaciona] | Rua São Francisco [seção] | Rua São Francisco [seção] |
| Rua do Fogo | Rua do Fogo | Rua do Fogo | Rua São Francisco [seção] | Rua São Francisco [seção] |
| Rua Nova da Entrada | Rua da Entrada | Rua da Entrada | Rua Aquidaban | Rua Emiliano Pernetta |
| Rua do Lisboa | Rua da Carioca | Rua da Carioca | Rua do Riachuelo | Rua Riachuelo |
| Rua da Carioca de cima | [não relaciona] | [não relaciona] | Travessa da Ordem | Rua Mateus Leme |
| Rua São Francisco de Paula | [não relaciona] | [não relaciona] | [não relaciona] | Av. Jaime Reis |
| Rua do Rosário | Rua do Rosário | Rua do Rosário | Rua Rosário | Rua do Rosário |
| Pátio e Largo da Matriz | [não relaciona] | Largo da Matriz/ Pç. Do Mercado | Pçs. Tiradentes/ Municipal | Pçs. Tiradentes/ Generoso Marques/ J.B. de Macedo |
| Rua Nova das Flores | Rua das Flores | Rua das Flores | Rua XV de Novembro | Rua XV de Novembro |
| Rua da Carioca de baixo | Rua do Comércio | Rua do Comércio | Rua Mal. Deodoro | Rua Mal. Deodoro |
| Rua do Jogo da Bola | Rua da Assembléia | Rua Nova | Rua da Assembléia | Al. Dr. Muricy |

TABELA 3: COMPARAÇÃO DAS NOMENCLATURAS DAS RUAS DE CURITIBA, EM DIVERSAS ÉPOCAS.

Fontes: Décima Urbana de Curitiba (1810); Planta de Curitiba (1857); Maquete de Curitiba (1876); Planta de Curitiba (1900); e Planta cadastral de Curitiba (2007).

Como se pode perceber algumas mantiveram seus topônimos até 1857 como as Ruas Fechada e do Fogo. Para outras, as alterações foram diversas como a Rua do Jogo da Bola que passou a ser a Rua Nova, depois, da Assembléia e, finalmente, Alameda Dr. Muricy. Não descartamos a possibilidade de que muitos desses topônimos tenham coexistido.

A Rua Nova da Entrada corresponde a uma parcela da atual Emiliano Pernetá. Era o início do caminho que ligava Curitiba às outras vilas do planalto curitibano (Castro e Lapa) e com o sertão de Guarapuava. Na Décima de 1810, era um logradouro com 12 casas, provavelmente apartadas do núcleo citadino pelo que sugerem representações posteriores.

Com a abertura de uma nova entrada (Rua Barão do Cerro Azul) para a ligação com a estrada da Graciosa (que levava ao litoral), o logradouro que era caminho para o interior deixa de receber a terminologia “nova” e passa a ser, Rua da Entrada. Assim aparece na planta de 1857. Desde 1871, segundo R. Martins, era denominada Rua Aquidaban.⁴⁴¹ Entretanto, na maquete de 1876 permanece como “da Entrada”. Na planta de 1900 a denominação Aquidaban foi anotada. Em 1935, de acordo com E. Trevisan, o logradouro teve seu topônimo modificado para o atual.⁴⁴²

A Alameda Dr. Muricy foi o local atribuído como correspondente à Rua do Jogo da Bola. Para isso, considerou-se a planta de 1830-1850. Oito anos antes da Décima parece que tinha outro nome, passou a denominar-se Beco de São Francisco de Paula (não confundir com a rua homônima arrolada na Décima).⁴⁴³ Era o caminho para a capela de mesmo nome. Um termo de compra de uma casa no Pátio da Matriz aponta para a localização deste logradouro, “uma morada no Pátio da Matriz fundo fazendo frente para a

⁴⁴¹ Segundo Martins, a Rua da Entrada tornou-se Rua Aquidaban. Contudo, como de costume entre os historiadores sem formação universitária, não apresenta fontes que comprove essa modificação. MARTINS, R. **Curitiba de outr’ora e de hoje**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1922, p. 179.

⁴⁴² Segundo Trevisan, a Rua Aquidaban mudou para Rua Emiliano Pernetá. Também, não apresenta fontes que comprove essa alteração. TREVISAN, E. Curitiba..., p. 55. O arqueólogo Chmyz associou a Rua da Entrada a atual Emiliano Pernetá. CHMYZ, I (coord.). op. cit., p. 13.

⁴⁴³ Três proprietários vizinhos registrados nesse beco, em 1802, foram localizados na Décima de 1810 na Rua do Jogo da Bola também como vizinhos. CURITIBA. Livro de Notas nº 27, fl. 48 frente e verso.

Rua Jogo da Bola”.⁴⁴⁴ Conhecendo a localização dos outros logradouros arrolados em torno do referido Pátio restou uma única posição para o “Jogo da Bola”.

Em 1810, a Rua do Jogo da Bola tinha 16 casas. Segundo Edilberto Trevisan, esse logradouro denominou-se posteriormente – em período não indicado – de Rua da Ladeira, e depois dos Quartéis. Nas plantas de 1857 e 1900 era a Rua da Assembléia.⁴⁴⁵ Em um anúncio de jornal de 1855, a “da Assembléia” era denominação corrente.⁴⁴⁶ Na maquete de 1876 tinha outra denominação Rua Nova. Em ano desconhecido tornou-se a Al. Dr. Muricy.

A Rua do Rosário têm sua antiguidade ligada à igreja homônima que existe, pelo menos, desde 1737. É o único logradouro que, aparentemente, preservou seu nome quase intacto ao longo dos últimos séculos. Nas atas da Câmara de 1771 era a Rua Nova de Nossa Senhora do Rosário.⁴⁴⁷ Na Décima de 1810 foi arrolada, já sem o qualificativo “nova”, comportando 18 casas. Na planta de 1857, na maquete de 1876 e na outra planta de 1900 já se podia observar a mesma extensão de hoje, apenas dois quarteirões, e a continuidade da denominação que perdura até hoje.

Paralela à anterior, a Rua Fechada pode ter sido a primeira rua onde os moradores construíram suas casas, provavelmente, já no final do século XVII⁴⁴⁸ – talvez com outras denominações. No século seguinte, pode ter recebido outras designações: “Rua que vai da Matriz da Igreja” (1740), “Rua detrás da Igreja” e “Rua Direita fronteira a Matriz” (ambas em 1761).⁴⁴⁹ A

⁴⁴⁴ CURITIBA. Livro de Notas nº 33, fls. 87 verso à 88 verso. Termo de compra e venda 15 de maio de 1818.

⁴⁴⁵ Trevisan anotou essas outras nomenclaturas para a Rua do Jogo da Bola. TREVISAN, E. Curitiba..., p. 71. Quanto ao nome Rua dos Quartéis, uma escritura de compra de casa nesse logradouro foi feita em 1801, entretanto não foi possível associar os proprietários desse logradouro com a Rua do Jogo da Bola em 1810. CURITIBA. Livro de Notas nº 27, fls. 26 verso e 27 frente. Rua da Assembléia por aqui lá se localizou a Assembléia Legislativa do Paraná já na segunda metade do XIX.

⁴⁴⁶ **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 1º de agosto de 1855, ano II, nº 18, p. 4. Venda de uma escrava.

⁴⁴⁷ CURITIBA. op. cit., v. 27, p. 71.

⁴⁴⁸ CHMYZ, I (coord.). op. cit., p. 11.

⁴⁴⁹ A Rua Fechada era limitada pelos fundos da Igreja Matriz e pelo Largo da Igreja do Terço. Em 1740, Rua que vai da Matriz da Igreja em PEREIRA, M. R. M; NICOLAZZI

partir de 1786, a denominação Rua Fechada passou a ser registrada em atas da Câmara.⁴⁵⁰ Essa antiga localização pode ser comprovada indiretamente por uma escritura de venda de uma casa na Rua Fechada, que “fazia frente os fundos para a Rua do Rosário” em 1811.⁴⁵¹ Como conhecemos o lugar do Rosário, situamos o outro logradouro. Eram ruas paralelas. Por ocasião de um anúncio de emprego em 1856, percebeu-se a continuidade da denominação “Fechada”.⁴⁵² Esse nome aparece consagrado na planta de 1857 e na maquete. No final do XIX, depois da demolição da Igreja Matriz (e, portanto do motivo do nome), recebeu – segundo o historiador Wachowicz – a denominação de Rua do Chafariz.⁴⁵³ Aparece na planta de 1900, como Rua José Bonifácio seu atual topônimo. Outros pesquisadores apontaram a mesma localização.⁴⁵⁴

A Rua do Fogo era uma das mais antigas da vila de Curitiba. Seu topônimo parece ter sido pouco alterado no decorrer dos séculos. O porquê desse nome não se sabe, entretanto era muito comum essa denominação em ruas luso-brasileiras. Na Décima de 1810, comportava 38 casas, dentre as quais um terço estava em ruínas o que indica a falta de cuidado dos seus proprietários. Corresponde à atual Rua São Francisco pela sua posição na planta de 1857, e já com dois quarteirões que ainda se conservam. Dois anos antes, era o local de uma nova Casa de pasto (um restaurante) e de um hotel

Junior, N. F. (orgs.). **Audiências e correições dos almotacés** (Curitiba, 1737 a 1828). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 112 [nesse livro foi publicado a transcrição dos livros de almotaçaria]. Em 1761, Rua detrás da Igreja Matriz. CURITIBA. op. cit., v. 26, p. 87. Em 1761, Rua Direita fronteiro a Igreja Matriz (não confundir com a Rua Direita que se localizaria posteriormente na atual Rua 13 de maio e que na Décima, de 1810, não tinha sido relacionada. CURITIBA. op. cit., v. 26, p. 98.

⁴⁵⁰ CURITIBA. op. cit., v. 33, p. 50. Menção a Rua Fechada em 11 de agosto de 1786.

⁴⁵¹ CURITIBA. Livro de Notas nº 32, fls. 14 e 15. Termo de compra e venda de 5 de julho de 1811.

⁴⁵² **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 27 de fevereiro de 1856, ano II, nº 48, p. 4.

⁴⁵³ WACHOWICZ, R. C. op. cit., p. 156.

⁴⁵⁴ Martins também anotou essa relação, Rua Fechada atual Jose Bonifácio. MARTINS, R. op. cit., p. 172. O historiador Wachowicz relacionou outro nome para a Rua Fechada, Rua do Chafariz que indica ser a atual Rua Jose Bonifácio. WACHOWICZ, R. C. **As moradas da Senhora da Luz**. Curitiba: Vicentina, 1993, p. 27.

que servia refeições.⁴⁵⁵ Na maquete de 1876 continuou com mesmo antigo topônimo. Outros pesquisadores posicionaram-na no mesmo local.⁴⁵⁶ Posteriormente, foi denominada – segundo Trevisan – de Rua do Hospício – nome alusivo a hospedaria construída ali.⁴⁵⁷

Além da Décima, a Rua do Lisboa foi registrada em uma ata da Câmara, de 1796. Contudo, o escrivão não anotou, naquele momento, qualquer outro acidente da topografia urbana que nos auxiliasse na sua localização.⁴⁵⁸ Por sorte, outra ata de 1835, indicou a localização deste logradouro – Rua do Lisboa “em beco em frente à Rua do Fogo”.⁴⁵⁹ Conhecendo a localização da segunda rua, pudemos inferir a posição da primeira.

No livro de imposto predial de 1810, a Rua do Lisboa era o terceiro com maior número de casas, 29. O porquê dessa denominação não pode ser apurado, talvez fosse o sobrenome de algum homem-bom que ali residiu.⁴⁶⁰ Em 1857, aparece como Rua da Carioca porque era caminho para uma fonte que, provavelmente, não existia no início do século XIX. Segundo Trevisan, teve o nome de Rua dos Veados e da Carioca do Campo em período não indicado pelo pesquisador.⁴⁶¹ De acordo com esse mesmo autor, recebeu a

⁴⁵⁵ Abertura do restaurante no nº 15. Dezenove de Dezembro, 11/7/1855, ano II, nº 15, p. 6. Inauguração do hotel no nº 42. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 17 de outubro de 1855, ano II, nº 29, p. 4.

⁴⁵⁶ CURITIBA. op. cit., v. 33, p.17. Ver nota de rodapé de Francisco Negrão a respeito da associação Rua do Fogo com a atual Rua São Francisco. Os memorialistas Martins e Trevisan localizaram a Rua do Fogo na atual São Francisco. MARTINS, R. op. cit, p. 172. TREVISAN, E. O centro..., p. 105.

⁴⁵⁷ TREVISAN, E. O centro..., p. 107.

⁴⁵⁸ PEREIRA, M. R. M; NICOLAZZI Junior, N. F. (orgs.) op. cit., p.240. Em 13 de setembro de 1796 por ocasião da condenação de alguns moradores por não terem feito o aterrado na Rua do Lisboa.

⁴⁵⁹ CURITIBA. op. cit., v. 47, p. 90-91.

⁴⁶⁰ Na Décima de Curitiba (1810), foram registrados dois moradores na Rua do Lisboa com sobrenome Lisboa (Sebastião dos Santos Lisboa e José Martins Lisboa). Eram chefes de domicílio com pouca ou nenhuma relevância social. Não ocupavam patentes milicianas relevantes (com as de capitão), não exerceram cargos na Câmara e exerciam uma atividade pouco lucrativa, a agricultura de subsistência. Não deve ser por causa deles a denominação “Lisboa”. Nem seria uma homenagem a capital do Império. Não se fazia isso à época.

⁴⁶¹ TREVISAN, E. Curitiba..., p. 139.

atual denominação – Rua Riachuelo – em 1871.⁴⁶² Contudo, na maquete a denominação “da Carioca” continua prevalecendo. A historiadora Roseli Boschilia elaborou uma hipótese de localização das casas de comércio deste logradouro, em fins do século XIX e início do XX. Utilizamo-nos desta espacialização para pensarmos o loteamento urbano na passagem do século.⁴⁶³

Outro documento reconfirma a localização da Rua do Lisboa. Em uma ata da Câmara de Curitiba, já no distante ano de 1841: “leu-se um ofício do alferes Jose Borges de Macedo pedindo carta de data de oitenta palmos de chãos para casa na Rua das Flores diante das casas que está fazendo Jose Joaquim da Costa onde deve ser canto, e face com a Rua do Lisboa”.⁴⁶⁴ Com relativa certeza da posição da Rua das Flores, e observando a planta de 1857, o único local possível era a atual “Riachuelo”. Em algum momento entre a elaboração da Décima e aquele ano, esses logradouros devem ter se cruzado para permitir essa associação.

⁴⁶² Rua da Assembléia de acordo com Martins. MARTINS, R. op. cit., p. 179. Rua Carioca do campo foi anotada na planta de 1830-1857. Somente nesta época é que outra carioca foi construída na atual Pç. 19 de dezembro. Trevisan anotou que atual nomenclatura (Rua Riachuelo) foi dada no final do século XIX. TREVISAN, E. Curitiba..., p. 137.

⁴⁶³ BOSCHILIA, R. Cores da cidade: Riachuelo e Generoso Marques. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 110, p. 79, 1996.

⁴⁶⁴ CURITIBA. op. cit., v. 52, p. 99.

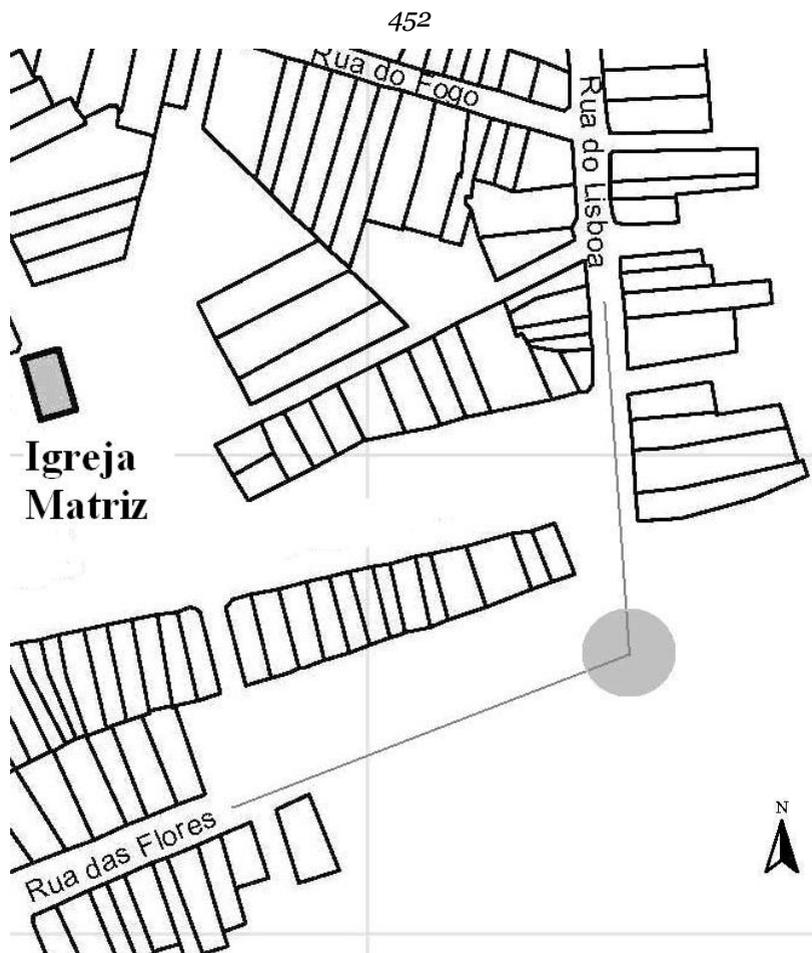


FIGURA 11: PROVÁVEL REGIÃO DA LOCALIZAÇÃO DO LOTE REQUERIDO EM CURITIBA, 1841.

***PLANTA REDUZIDA PARA 50%.**

A Rua 15 de novembro é o atual topônimo da antiga Rua Nova das Flores. Em 1810, no livro de imposto predial foram registradas 17 casas. Em 1855 já aparece sem o qualificativo “nova”.⁴⁶⁵ Essa situação foi confirmada na planta de 1857, depois na maquete do final do dezenove. Posteriormente foi

⁴⁶⁵ **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 27 de junho de 1855, ano II, nº 13, p. 4. Dissolução de uma sociedade.

denominada Rua da Imperatriz.⁴⁶⁶ Na planta de 1900 já é registrada com o nome atual. Uma nota do tabelião, de 1808, indica essa localização. Anotou-se a negociação de um imóvel que tinha como um dos lados, “uma travessa que ia para a carioca”.⁴⁶⁷ Portanto, o que poderia ser uma esquina entre duas ruas. Atualmente, coexistem os topônimos “das Flores” e “XV de novembro” para o mesmo logradouro.

A historiadora R. Boschilia reconstruiu, em planta, o logradouro para o período entre o final do século XIX e início do XX, o que foi útil para confirmarmos – apesar da autora não explicitar – a permanência do loteamento.⁴⁶⁸



FIGURA 12: LOTEAMENTO DA RUA XV DE NOVEMBRO EM FINS DO SÉCULO XIX, SEGUNDO ROSELI BOSCHILIA. BOSCHILIA, R. A RUA 15 E O COMÉRCIO DO INÍCIO DO SÉCULO. BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, CURITIBA, V. 23, N. 113, P. 101-102, 1996.

A Rua da Carioca de baixo corresponde a uma parcela da atual Marechal Deodoro. Recebeu essa designação, provavelmente, por se localizar próximo a uma das fontes de água da cidade. Em 1810 era o logradouro com menor

⁴⁶⁶ Outro pesquisador também anotou a localização da Rua da Imperatriz com sendo a atual Rua 15 de novembro. TREVISAN, E. Curitiba..., p. 109. O pesquisador Martins anotou que a Rua das Flores (em 1857) era a atual Rua 15 de Novembro. MARTINS, R. op. cit., p. 173. Atualmente, não se descartou a mais antiga denominação tanto Rua das Flores quanto XV são utilizadas.

⁴⁶⁷ CURITIBA. Livro de Notas nº 30, fls. 74 verso e 75. Termo de compra e venda de 5 de abril de 1808.

⁴⁶⁸ BOSCHILIA, R. A Rua 15 e o comércio do início do século. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 113, p. 101-105, 1996.

número de casas, quatro. Este aparece com esse mesmo nome na planta de 1830-1850. Pode ter sido mencionada desde 1855 como a Rua do Comércio, e assim continuou, pelo menos, até 1876, quando foi registrada na maquete.⁴⁶⁹ Pode ter recebido o topônimo de Rua do Imperador no final do século XIX.⁴⁷⁰ Na planta de 1900 já aparece com a atual denominação. Vários estudiosos apontaram a mesma localização.⁴⁷¹

Já para os demais logradouros que aparecem na Décima (Ruas da Carioca de Cima, de Nossa Senhora do Terço, e de São Francisco de Paula) não localizei registros em representações ou documentos camarários.

Decidi considerar que a Rua da Carioca de cima corresponde à atual Rua Mateus Leme que em seu início está a mais antiga fonte de água da cidade. Os historiadores Benatti e Sutil sugeriram, sem comprovação, localização diferente por sugerirem outra carioca, a do campo que, provavelmente, não existia em 1810.⁴⁷² Concebi que as ruas das cariocas deviam estar próximas a essas fontes de água. Observando a planta de 1857 e a maquete de 1876 entendemos que seria mais coerente a ocupação das áreas centrais primeiro do que regiões mais afastadas na periferia do setor urbano. Por isso, a identificação desta rua à atual Mateus Leme. Na planta de 1900 era a Travessa da Ordem, possivelmente por ser ligação com a Igreja homônima.

A Igreja de Nossa Senhora do Terço teve sua existência confirmada em atas da Câmara (em 1746), já a rua homônima não.⁴⁷³ Diante do número de lotes arrolados na Décima, e seguindo o raciocínio utilizado na associação da Rua do Rosário com a igreja de mesmo nome, arbitrou-se que a Rua do Terço deveria ser o caminho para esta igreja. Corresponde, possivelmente, por isso,

⁴⁶⁹ **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 23 de maio de 1855, ano II, nº 8, p.4. Anúncio oferecendo gratificação a quem devolver o cavalo desaparecido.

⁴⁷⁰ TREVISAN, E. Curitiba..., p. 102-103.

⁴⁷¹ Os historiadores Benatti e Sutil associaram a antiga Carioca de baixo à atual Rua Marechal Deodoro, seu mais recente topônimo. BENATTI, A. P.; SUTIL, M. S. Rui Barbosa: a praça na trilha do tempo. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 119, p. 7, 1996. R. Martins faz referência a Rua do Comércio como sendo a atual Rua Marechal Deodoro. MARTINS, R. op. cit., p. 171. E. Trevisan anotou que a Rua do Imperador é a atual Rua Marechal Deodoro. TREVISAN, E. Curitiba..., p. 89.

⁴⁷² BENATTI, A. P.; SUTIL, M. S. op. cit., p. 7.

⁴⁷³ CURITIBA. op. cit., v. 18, p. 60.

à atual Rua Claudino dos Santos, como prolongamento da Rua do Fogo. Como se pode observar na planta, a região já era ocupada em 1857. A antiga localização da Rua de São Francisco de Paula segue pensamento semelhante que liga igreja e rua homônimas, por hipótese corresponde a uma parcela da atual Av. Jaime Reis. Esse logradouro foi, apesar de não registrado na planta de 1857, localizado tendo em vista a área ocupada naquela planta.

Faltava ainda a situar o “Pátio e largo da Matriz”. Sua localização não era o maior problema. Como o próprio nome indica era, provavelmente, a região de entorno da Igreja Matriz. Mas a distinção de duas regiões – o pátio e o largo – na Décima me levou a conceber a existência de dois setores. Caso fosse uma só área, o escrivão (econômico nas palavras que foi) não teria se dado ao trabalho de arrolar dois nomes para o mesmo lugar, ou teria incluído a palavra ou. Essa hipótese confirmou-se no exame das escrituras de compra e venda entre 1780-1820. Nesse período localizamos 14 casas sendo negociadas no Pátio da Matriz, e duas no largo homônimo. Diferentes tabeliães registraram tanto pátio quanto largo. Na nossa hipótese, os lotes desses imóveis que pudemos identificar a localização estavam nas mesmas áreas indicadas nas escrituras. Tudo indica que os moradores percebiam essas duas áreas como diferentes e lhes atribuíam nomes diversos.

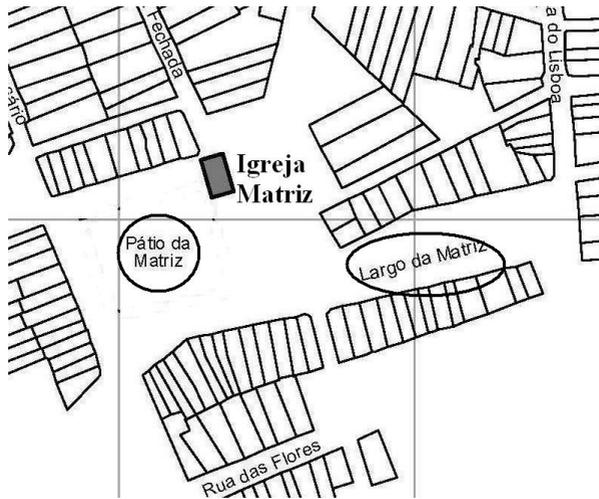


FIGURA 13: LOCALIZAÇÃO HIPOTÉTICA DO PÁTIO E DO LARGO DA MATRIZ, DE CURITIBA, EM 1810. PLANTA REDUZIDA PARA 50% DO ORIGINAL.



O passo seguinte foi tentar determinar a direção e os lados (esquerdo e direito) dos logradouros em que foram contabilizadas as casas nos livros de registro da Décima Urbana. Para a maioria das ruas e travessas das três vilas analisadas, não houve cuidado dos escrivãos no registro dessas informações. Por isso, foi imprescindível definir qual a lógica que eles utilizaram no arrolamento das casas urbanas. Para isso, foram utilizadas outras fontes, que davam elementos para entendermos os referenciais que vigoravam naqueles tempos.

❖ Sentido e os lados dos logradouros

Nas Décimas examinadas, não houve o cuidado de registrar a direção em que foram contabilizadas as casas, em mais de 70% dos logradouros não foi feito qualquer indicação nesse sentido. Para tentar resolver tal problema, foi utilizado o sentido centro-periferia, isto é, considerou-se que as casas haviam sido inventariadas a partir das que estavam próximo à Igreja Matriz. Isto porque, as praças e largos das igrejas matrizes costumavam ser tomados como centros simbólicos dos núcleos urbanos.⁴⁷⁴ Outra fonte indica que as casas eram arroladas desta forma, do centro para fora. São as Listas Nominativas de Habitantes de Paranaguá do início do século XIX, nas quais os habitantes foram arrolados de semelhante modo, com a diferença de que os escrivãos não nos fornecem o lado em que estão situadas as edificações. Em suas Memórias, Vieira dos Santos, no arrolamento dos logradouros quase sempre utilizou o sentido centro-periferia. Assim como reitera posição central da Igreja Matriz no ordenamento da vila.⁴⁷⁵

Em relação a Paranaguá, tal raciocínio serviu para definir o sentido das Ruas da Praia, do Cargo, da Gamboa, do Fogo, do Campo, da Baixa e Direita. As demais tiveram registrado a direção da contagem, uma delas a Rua do Terço

⁴⁷⁴ MARX, M. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: Editora da USP, 2003, p. 31. Situação semelhante parecia ocorrer em Guimarães medieval, Portugal. A Igreja e a praça em seu entorno tornaram-se o coração da cidade. FERREIRA, M. C. F. Elementos para um estudo sociotopográfico de Guimarães na baixa Idade Média: um espaço residencial de elite. **Cadernos do Noroeste**, Minho, v. II/2-3, 1989, p. 98-99.

⁴⁷⁵ Era o caso dos logradouros que tinha um dos seus extremos na Igreja Matriz. As Ruas do Ouvidor, em 1850 (Rua da Baixa, em 1808), Direita (igual topônimo em ambos os anos), e da Gamboa (igual topônimo) foram assim apresentados nessa situação por VIEIRA DOS SANTOS, A. op. cit., v. 2, p. 13-21.

indo para o [igreja] São Francisco. Outros três logradouros não foram arrolados seguindo essa lógica centro-exterior. Por indicação do próprio escrivão, a Travessa da Matriz principiando na praia e a Rua do Porto da Matriz vindo do mar, e por nossa escolha a Travessa do Funil – o único logradouro que não tinha um de seus extremos no Pátio da Matriz. Optou-se por colocá-la o início da rua próxima ao fim da Rua do Campo caminhando em direção a Rua do Terço. Essa decisão foi tomada tendo em vista a referida planta de 1815 e o número de casas de cada lado da rua arroladas na Décima. Naquele posicionamento não seria possível inverter o sentido do arrolamento das casas da rua. Isto devido ao número de lotes de cada lado do logradouro, comparando-se com o espaço ocupado na planta de 1815.

Na seqüência, definimos os lados (direito e esquerdo) das ruas e travessas parnanguaras. Com isso identifiquei hipoteticamente que, para a maioria dos logradouros (82%), o lado esquerdo foi arrolado por primeiro.⁴⁷⁶ Como também ocorreu na Décima de São Paulo.⁴⁷⁷ Mas, há também ruas que não tiveram indicação de lado ou tem lado único. Por motivos óbvios, a Rua da Praia tem lado único – como foi descrito pelo escrivão –, o outro é o mar. Já a Rua do Fogo não teve anotada a indicação de lado, por isso a mesma ordem centro-exterior foi utilizada, com a diferença de que do lado esquerdo ficaram as casas inabitáveis de Bernarda Pinto (n° 8), de Francisca Correia (n° 9) e Joana Francisca (n° 10) e, do lado direito, as demais nove casas, de modo que a casa mais próxima era contada em seqüência na Décima, mesmo que ficasse do outro lado da Rua. Essa é a seqüência mais lógica que foi possível imaginar. Caso tivesse sido feito do mesmo modo que nas outras ruas, o escrivão teria novamente escrito lado esquerdo e lado direito, como era habitual.

⁴⁷⁶ Ruas parnanguaras em que o escrivão anotou primeiro o lado esquerdo – da Praia, do Terço, da Baixa, do Cargo, da Gamboa, do Porto da Matriz e as Travessas do Funil e da Matriz. Iniciavam pelo outro lado as Rua do Campo e Direita.

⁴⁷⁷ Segundo R. Glezer na Décima paulista, de 1809, sempre teve o lado esquerdo dos logradouros arrolado primeiro, depois o direito. GLEZER, R. op. cit., p. 105.

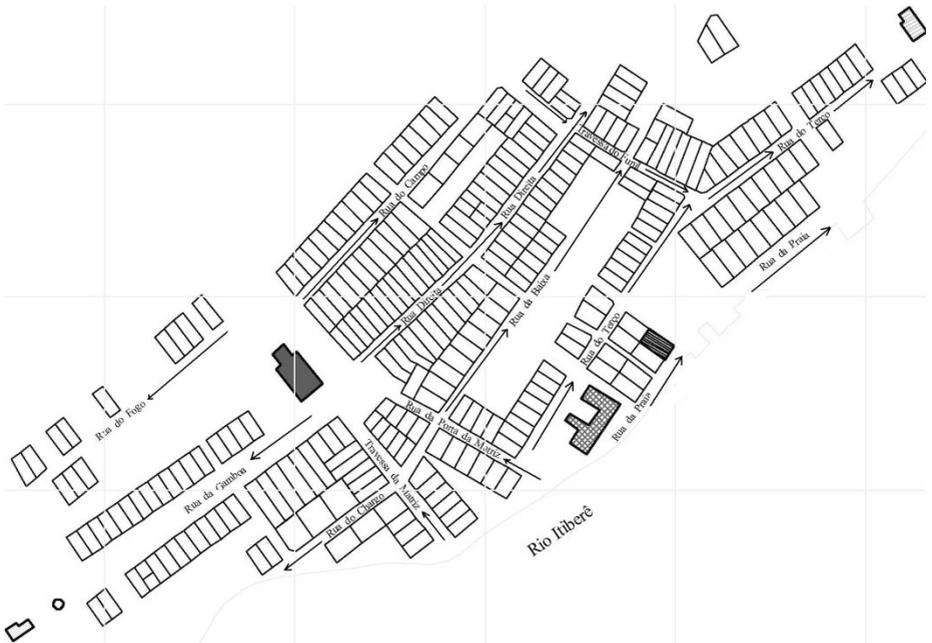


FIGURA 14: HIPOTÉTICA DE PARANAGUÁ (1808) INDICANDO OS SENTIDOS DOS TOPÔNIMOS. PLANTA REDUZIDA PARA 30% DA NOSSA PLANTA HIPOTÉTICA.

O escrivão da Décima antoninense (o mesmo de Paranaguá) não foi tão minucioso na indicação do lado da rua em que casas foram arroladas por primeiro. Somente para a Rua Direita foram registrados os dois lados (esquerdo e direito). Os demais logradouros tiveram registrado o lado único, apenas um ou sem lado. Para a Rua do Campo foi assinalado lado esquerdo único. Para a Travessa para o mar e Rua da Matriz foi anotado somente do lado esquerdo. Para as demais (Rua da Fonte e Travessa para o Campo) não foram anotados os lados, o que nos forçou a colocar todas as casas arroladas nestes logradouros em um mesmo lado da rua ou travessa.

Assim notou-se que para as Travessas para o mar e para o campo havia uma direção consignada. O sentido desses dois logradouros corrobora para aquela idéia de que tendia-se a arrolar os imóveis da Igreja Matriz para as bordas. Para as demais não houve essa preocupação. Por isso, a mesma medida adotada para Paranaguá foi utilizada em Antonina: o arrolamento das casas deve ter sido feito no sentido centro-periferia em alguns logradouros. No caso desta última vila, a importância da Igreja Matriz era, provavelmente,

ainda maior. Era a única igreja urbana e, por isso, o principal motivo de reunião no núcleo citadino (além da Câmara).

Deste modo, pode-se perceber que a Rua da Matriz não teve, provavelmente, registrada as casas no sentido que utilizamos até agora (e que foi horizonte para todo o trabalho) – o escrivão deve ter catalogado as moradas em sentido periferia-centro, isto é em direção a Igreja Matriz. Essa situação foi imaginada supondo que o lado esquerdo a que se refere o escrivão indica esse sentido já que atualmente existem lotes somente em um lado da rua.

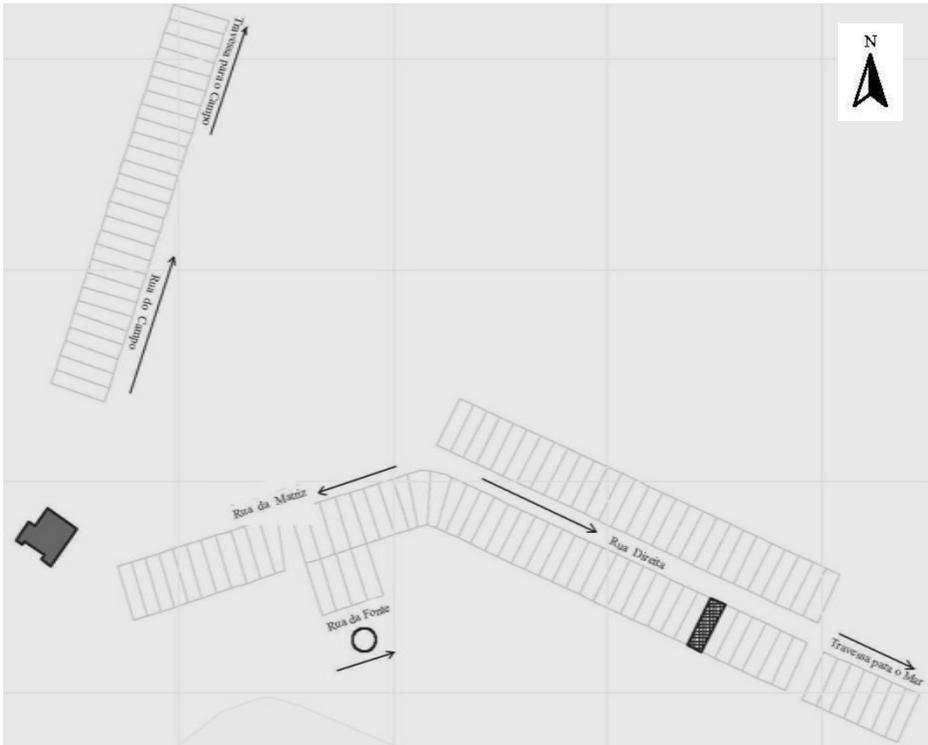


FIGURA 15: HIPOTÉTICA DE ANTONINA (1808) INDICANDO O SENTIDO DOS LOGRADOUROS.*

***PLANTA REDUZIDA PARA 30% DA NOSSA PLANTA HIPOTÉTICA.**

O escrivão da Décima de Curitiba não teve o cuidado de anotar a direção, tampouco os lados em que estavam as casas arroladas. Por isso, tive duplo trabalho – definir hipóteses para ambos os casos. Quanto ao sentido adotou-se a mesma noção de centralidade conferida à Igreja Matriz como referência

para a listagem das casas. Essa lógica foi seguida nas ruas que tinham início no Pátio e Largo da Igreja Matriz: Fechada, do Rosário e do Lisboa. Para os logradouros que não tinham essa conexão, mas que tinham um dos seus extremos ligado as outras igrejas do Rosário e do Terço, atribuí igual lógica (centro-exterior) com a diferença de que o arrolamento das casas foi feito a partir delas: Ruas São Francisco de Paula, Nossa Senhora do Terço, Carioca de Cima e do Fogo.

Para os demais logradouros que não tinham igrejas próximas, optei por uma direção provável de registro tomando por referência o número de casas arroladas na Décima. A Rua Nova da Entrada deve ter tido início na ponte sobre o rio Ivo em direção ao planalto. O conjunto citadino (urbano propriamente dito) devia servir de referencial para esse afastado logradouro.⁴⁷⁸ Já a direção das Ruas nova das Flores e a da Carioca de baixo foi arbitrada levando em conta o caminho que levava ao litoral. Uma inversão de sentido no último logradouro não distorceria nossas conclusões porque era pequeno o número de casas (quatro). Por fim, o sentido de anotação dos edifícios da Rua do Jogo da bola foi suposto imaginando que o logradouro era o início do caminho para São Paulo.

⁴⁷⁸ Edilberto Trevisan afirmou que a Rua da Entrada tinha início no Largo da ponte sobre o Rio Ivo. Como de costume da maioria dos memorialistas, sem comprovação em fontes. TREVISAN, E. Curitiba..., p. 55-56.

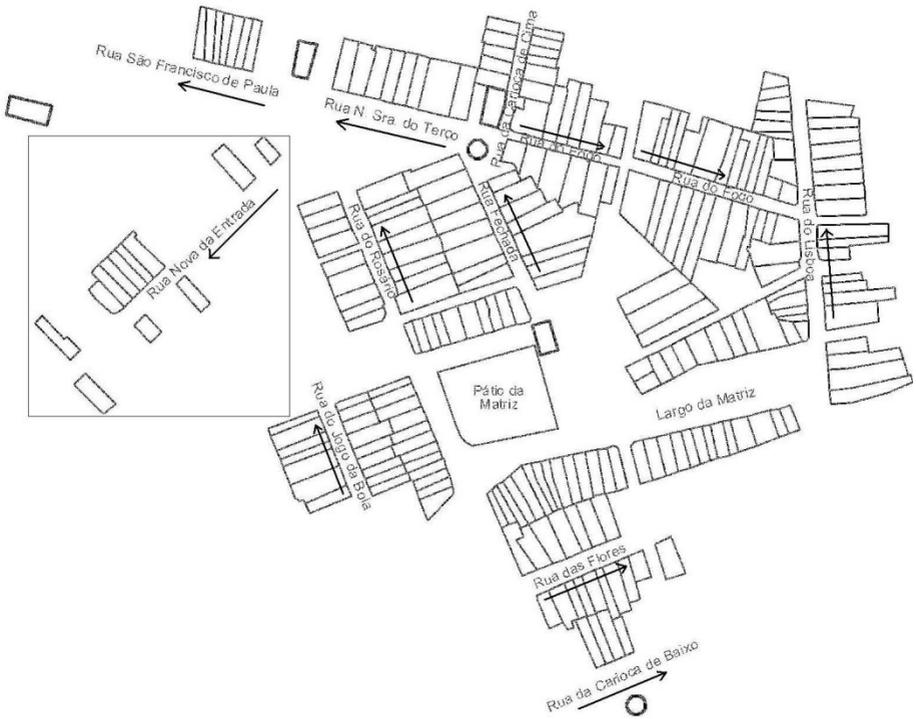


FIGURA 16: HIPOTÉTICA DE CURITIBA (1810) INDICANDO O SENTIDO DOS LOGRADOUROS.*

***PLANTA REDUZIDA PARA 35% DA NOSSA PLANTA HIPOTÉTICA**

Faltava definir o sentido em que foram registradas as casas no Pátio e Largo da Matriz, o que não foi indicado pelo escrivão da Décima. Perguntei-me qual foi a ordem – se existente – do arrolamento das casas. Por compreendermos a Igreja Matriz como referencial simbólico, supomos inicialmente que o escrivão deve ter começado a partir desse edifício, e seguindo o arrolamento pelos vizinhos de lote. Mas qual teria sido o passo seguinte, qual a direção em que se arrolaram as moradas em sentido horário ou anti-horário?

Um termo de compra de uma casa no Pátio da Matriz nos sugeriu o sentido anti-horário. Os proprietários venderam, em 1808, ao alferes José da Costa Pinto uma casa no Pátio da Matriz que de um lado estava o próprio comprador, e do outro era “canto para a estrada que vai para os campos

logradouros. Questionei, portanto, qual a lógica do arrolamento das casas pelo escrivão. Três possibilidades foram imaginadas:

- 1) Teria optado em anotar as casas de modo que o seguinte sempre fosse o morador mais próximo da casa anterior, mesmo que este estivesse do outro lado da rua (como pensamos para a Rua do Fogo, de Paranaguá);
- 2) A seqüência do levantamento era aleatória dentro dos logradouros. Portanto, sem uma lógica aparente;
- 3) Teriam se inventariado as casas um lado depois as do outro, contudo sem o cuidado de anotar o momento da mudança de lado.

Pelos vestígios documentais recolhidos, acreditamos que a última hipótese é a mais provável. Comparando as escrituras de compra com a Décima, tivemos ciência que as casas arroladas seqüencialmente na segunda fonte histórica, eram de fato vizinhas. Em 1802, eram proprietários no Beco de São Francisco de Paula, Gertrudes Ribas, o guarda-mor Joaquim Mariano Ribeiro Ribas e Antonio de Souza Leal.⁴⁸¹ Oito anos depois, na Décima, os mesmos vizinhos foram seqüencialmente arrolados na Rua do Jogo da Bola (novo nome do beco), casas 11, 12 e 13.⁴⁸² Em outros casos, com dois vizinhos, localizamos semelhantes seqüências nas Ruas nova das Flores e do Rosário.⁴⁸³

⁴⁸¹ CURITIBA. Livro de Notas nº 27, fls. 48 frente e verso.

⁴⁸² A exceção do guarda-mór que no seu lugar era chefe Maria Ribas que em 1802 teria vendido a casa ao irmão Joaquim. Negociação que parece não ter sido concluída. Casas numeradas na Décima de Curitiba 10, 11 e 12. CURITIBA. Décima Urbana de Curitiba, fls. 169 frente e verso.

⁴⁸³ Outros exemplos podem ser apresentados, estes com a permanência de dois vizinhos em diferentes anos, como no caso dos proprietários na Rua Nova das Flores, o capitão Rodrigo Francisco Xavier Felix de Meira e Castro e Manoel Luis – vizinhos em 1808. CURITIBA. Livro de Notas nº 30, fls. 74 verso e 75 frente. Mantendo-se essa situação na Décima de 1810, foram localizados nas casas 2 e 3 do mesmo topônimo. CURITIBA. Décima Urbana de Curitiba, fl. 165 verso. E, na Rua do Rosário, em 1799, eram proprietários vizinhos João Pereira e o tenente Manoel Jose Taborda Ribas – que comprou de Antonio Ribeiro Batista e esposa. CURITIBA. Livro de Notas nº 26, fl. 118. Situação mantida em 1810, na Décima, onde foram encontrados nas casas 6 e 7 na mesma rua. CURITIBA. Décima Urbana de Curitiba, fl. 156 verso

Demonstrando assim que, apesar do descuido do escrivão, pelo menos no Pátio e Largo da Matriz, provavelmente, as casas foram arroladas pelos vizinhos de fachada, um depois do outro. A confirmação parcial dessa hipótese, levou à sua generalização para todos os logradouros.

A etapa seguinte foi conhecer por qual lado (esquerdo e direito) teria iniciado o arrolamento dos imóveis. Isso ajuda a compreender a lógica do escrivão no registro das casas. De acordo com a planta de 1857, as Ruas do Fogo e Fechada eram ocupadas em ambos os lados. Hipoteticamente indiquei que iniciavam pelo lado esquerdo. Tal escolha se baseia em uma escritura de compra. Em 1811, Francisco Teixeira Alves (proprietário de um imóvel presente na Décima) vendeu sua casa na Rua Fechada fundos para a Rua do Rosário. Supomos que o arrolamento no imposto deve ter iniciado pelo lado esquerdo. Isto para que esse imóvel, de número cinco na Décima, pudesse ter fundos para a Rua do Rosário.⁴⁸⁴

O escrivão da Décima de Curitiba arrolou, provavelmente, primeiro as casas do lado direito dos seguintes logradouros: Ruas do Jogo da Bola, Nova da Entrada, e da Carioca de Cima, do Lisboa, do Rosário, e Nova das Flores. Em 1809, o capitão Inácio de Sá Sottomaior vendia sua casa na Rua do Rosário canto para o beco que sai para o campo.⁴⁸⁵ Na Décima era a casa 16. A contagem deve ter se iniciado, portanto, do lado direito para que o campo ficasse do lado esquerdo (nos fundos do lado direito estava a Rua Fechada).

Em 1808 o capitão Rodrigo Francisco Xavier Felix de Meira e Castro comprou uma casa na Rua Nova das Flores indo para a carioca, e em 1810 – na Décima – era a casa número 2 com os mesmos proprietários vizinhos.⁴⁸⁶ Para que fosse “canto” para a carioca, a casa provavelmente estava localizada no lado direito da rua, mais próximo da fonte de água. No sentido oposto era a travessa para o Pátio da Matriz.

A seqüência do arrolamento das casas da Rua Nova da Entrada deve ter iniciado também pelo lado direito, para que haja consonância com a planta de 1857 e a maquete de 1876, que indicam haver casas mais próximas da ponte (provável o início da rua) do que do lado esquerdo.

⁴⁸⁴ CURITIBA. Livro de Notas nº 32, fls. 14 a 15.

⁴⁸⁵ CURITIBA. Livro de Notas nº 31, fls. 22 frente a 23 verso.

⁴⁸⁶ CURITIBA. Livro de Notas nº 30, fls. 74 verso a 75 frente.

| 1810 | Lado hipotético |
|----------------------------|------------------------|
| Rua Fechada | Esquerdo/ Direito |
| Rua N. Sra. do Terço | Direito e único |
| Rua do Fogo | [Esquerdo/ Direito] |
| Rua Nova da Entrada | [Direito/ Esquerdo] |
| Rua do Lisboa | [Direito/ Esquerdo] |
| Rua da Carioca de cima | [Direito/ Esquerdo] |
| Rua São Francisco de Paula | Direito e único |
| Rua do Rosário | Direito/ Esquerdo |
| Pátio e largo da Matriz | Direito e único |
| Rua Nova das Flores | Direito/ Esquerdo |
| Rua da Carioca de baixo | Esquerdo e único |
| Rua do Jogo da bola | [Direito/ Esquerdo] |

TABELA 4: LADO HIPOTÉTICO EM QUE SE INICIOU O ARROLAMENTO DAS CASAS DE CURITIBA, EM 1810.

Fonte: Décima urbana de Curitiba (1810) e Livros de Notas do tabelião de Curitiba (1790-1820)

Para alguns logradouros não foi possível identificar lados. As Ruas de São Francisco de Paula, de Nossa Senhora do Terço, o Pátio e largo da Matriz e a Rua da Carioca de Baixo foram arbitradas como logradouros de único lado. Para os três primeiros foi definido o lado direito e para a última, o lado esquerdo observando as plantas do século XIX. Essa escolha não prejudicou nossa análise. Devido ao baixo número de imóveis habitados naqueles logradouros, um eventual erro não distorce nossas conclusões. Faz pouca diferença (ou nenhuma) se dois imóveis estavam em lado da rua, e outros três do outro, ou se os cinco estavam do mesmo lado.

❖ Fontes

ANTONINA. **Livro de Lançamento de dízimo de Paranaguá** (1808-1857). Acervo do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba.

CURITIBA. **Livro de Lançamento de dízimo de Curitiba** (1808-1857). Acervo do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba.

- _____. **Livros de Notas do Tabelião**. Acervo do 1º Tabelionato de Notas de Curitiba.
- _____. **Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba**, Curitiba, 1925-19XX.
- PARANAGUÁ. **Livro de Lançamento de dízimo de Paranaguá (1808-1857)**. Acervo do Arquivo da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba.
- PEREIRA, M. R. M; NICOLAZZI Junior, N. F. (orgs.). **Audiências e correições dos almotacés (Curitiba, 1737 a 1828)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- SANTOS, A. C. A (org.). Provimientos da Vila de Paranaguá (1721). **Monumenta**, Curitiba, v. 3, n. 10, p. 115-116, 2000.
- VIEIRA DOS SANTOS, A. **Memória Histórica de Paranaguá (1850)**. Curitiba: Vicentina, 2001, 2 vols.

❖ Referências bibliográficas

- ALVAREZ, A. Os novos aspectos de Paranaguá. A rua thermometer. Maus tempos. Volta ao progresso. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25 de fevereiro de 1928, nº 2779, ano 10, p. 1.
- BANDEIRA, M. S. M. **O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII: a reconstituição da cidade a partir do Mappa das Ruas de Braga e dos Índices dos Prazos das Casas do Cabido**. Porto: Ed. Afrontamento, 2000.
- BENATTI, A. P; SUTIL, M. S. Rui Barbosa: a praça na trilha do tempo. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 119, p. 7, 1996.
- BERG, C. L. **Antonina, a vovó do Paraná**. Curitiba: Edição do autor, 2003.
- BOSCHILIA, R. Cores da cidade: Riachuelo e Generoso Marques. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 110, p. 79, 1996.
- BOSCHILIA, R. A Rua 15 e o comércio do início do século. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 23, n. 113, p. 101-105, 1996.
- BOUTIN, L. **Histórias Paranaenses**. Curitiba: Edição do autor, 2003.

- BUENO, B. P. S. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo colonial: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de São Paulo em 1809. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 60, 2005.
- CAROLLO, C. L. Cemitério municipal São Francisco de Paula: monumento e documento. **Boletim informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 22, n. 104, p. 64, 1995.
- CHMYZ, I (coord.). **Relatório final do Projeto para a constatação e resgate do patrimônio arqueológico na área das obras de revitalização da Praça Tiradentes, em Curitiba, Paraná**. CURITIBA: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, UFPR, 2010.
- DUDEQUE, I. J. T. **Cidade sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos**. Curitiba: Champagnat, 1985.
- FERREIRA, M. C. F. Elementos para um estudo sociotopográfico de Guimarães na baixa Idade Média: um espaço residencial de elite. **Cadernos do Noroeste**, Minho, v. II/2-3, 1989, p. 98-99.
- FREITAS, W. F. **História de Paranaguá: das origens à atualidade**. Paranaguá: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1999.
- GLEZER, R. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007.
- GOMES, S. V. **Organização espacial numa vila colonial luso-brasileira, Antonina – 1808**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- KATO, A. T. T. **Outra Paranaguá Urbana: Implicações sócio-econômicas na configuração espacial de uma vila colonial (1808)**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- KATO, A. T. T. O espaço urbano colonial reconstituído: notas de uma metodologia. In: SEBRIAN, R.N.N (et. al) (orgs.). **Perspectivas historiográficas**. Campinas: Pontes Editores, 2010, p. 167-179.
- KATO, A. T. T. **Retrato urbano: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- KOZAN, J. M. **Virtual heritage reconstruction: the old main church of Curitiba, Brazil**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – University of Cincinnati, 2004.

- LEÃO, E. A. **Contribuições históricas e geográficas para o Dicionário do Paraná**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1926, 2 vols.
- LEÃO, E. A. **Antonina: factos e homens** – da idade archeolithica à elevação a cidade (1918). Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999 (1926).
- MARTINS, R. **Curityba de outr’ora e de hoje**. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1922.
- MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: EDUSP/ Melhoramentos, 1980.
- MARX, M. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Editora da USP, 2003.
- PARANÁ. **Boletim do Arquivo do Paraná**, Curitiba, ano 6, n° 9, p. 19, 1981
- SILVA, J. T. **São Paulo 1554-1880**. São Paulo: Moderna, 1984.
- TREVISAN, E. **O centro histórico de Curitiba: sua formação – tentativa de localização de seus moradores (1668-1853)**. Curitiba: Edição do autor, 1996.
- TREVISAN, E. **Curitiba na província: ruas, moradores antigos, explosão de cidadania**. Curitiba: Vicentina, 2000.
- WACHOWICZ, R. C. **As moradas da Senhora da Luz**. Curitiba: Vicentina, 1993.
- WACHOWICZ, R. C. Curitiba: ruas, praças e becos. **Revista da Academia Paranaense de Letras**, Curitiba, v. 38, n° 62, p. 150, 1998

Trabalhadores diante da Polícia: a espacialidade dos conflitos em Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)⁴⁸⁷

Cristiane Regina Miyasaka

No âmbito da história social, o estudo a respeito dos conflitos envolvendo a Polícia, os trabalhadores e os pobres em geral já foi empreendido por diversos autores.⁴⁸⁸ Apesar das contribuições que tais pesquisas oferecem, ainda existem questões a serem exploradas. Uma delas diz respeito à investigação da dimensão espacial que marcava as relações entre tais sujeitos. Ou seja, de que maneira a compreensão das brigas, dos conflitos e das contendas envolvendo trabalhadores e membros das forças policiais pode ser ampliada e sofisticada ao atentarmos para o local onde elas ocorreram e para as relações de vizinhança ou de proximidade que as caracterizavam? Quais áreas eram vigiadas com mais frequência? A atuação da Polícia era espacialmente diferente levando em consideração infrações

⁴⁸⁷ As reflexões aqui apresentadas fazem parte do Capítulo 4 da minha tese de doutorado. Cf. MIYASAKA, Cristiane Regina. *Os trabalhadores e a cidade: a experiência dos suburbanos cariocas (1890-1920)*. Tese de Doutorado em História, Unicamp, 2016. Essa pesquisa contou com o financiamento parcial da FAPESP (Processo nº 2012/20580-9) e da CAPES (Processo nº BEX 1893/13-0).

⁴⁸⁸ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001; ABREU, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; MATTOS, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 1991; PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937)*. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1996; GARZONI, Lericé de Castro. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 2007.

distintas do Código Penal? Como isso poderia interferir no modo como trabalhadores e pobres em geral se relacionavam o espaço urbano e com a área por onde circulavam ou onde viviam? O presente artigo tem como intuito responder a questões como essas, referentes aos trabalhadores suburbanos do Rio de Janeiro, entre 1890 e 1910. Para tal, os dois tipos de processos de maior incidência no período, a saber os de ofensas físicas e os de contravenção, instaurados no distrito de Inhaúma, serão analisados.

O exercício aqui empreendido é um desdobramento de questões abordadas em pesquisa anterior com o mesmo conjunto de fontes.⁴⁸⁹ Naquela ocasião, a análise dos conflitos e dos comportamentos que deram origem a tais processos foi enfatizada, porém a dimensão espacial que permeava as relações entre os envolvidos ficou subvalorizada, sobretudo em razão do desconhecimento do debate proposto por Mike Savage,⁴⁹⁰ como também das potencialidades analíticas oferecidas a partir do uso do georreferenciamento histórico.⁴⁹¹ Ainda que a preocupação com a espacialidade da história dos trabalhadores suburbanos estivesse presente naquele momento, ela não foi detidamente explorada ao abordar as relações entre tais sujeitos históricos e os policiais. Portanto, a intenção aqui é revisitar esses processos de ofensas físicas e de contravenção, dando prioridade para a reflexão a respeito desse recorte específico.

Em geral, os processos de ofensas físicas eram motivados por uma denúncia feita por um indivíduo que foi vítima de violência ou por alguém em nome

⁴⁸⁹ Cf. MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011. pp.125-170. (Cap. 3).

⁴⁹⁰ Savage defende uma abordagem mais atenta à espacialidade da história dos trabalhadores. Cf. SAVAGE, Mike. "Classe e história do trabalho". BATALHA, Claudio, SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004, pp. 25-48.

⁴⁹¹ GREGORY, Ian e HEALEY, Richard. "Historical GIS: structuring, mapping and analyzing geographies of the past". *Progress in Human Geography*. V. 31 (5), 2007, pp. 638-653 (DOI: 10.1177/0309132507081495); KNOWLES, Anne. *Placing History: How Maps, Spatial Data, and GIS Are Changing Historical Scholarship*. ESRI Press, Redlands, California, 2008.

dele. O Código Penal de 1890 tipificou as lesões corporais em quatro artigos, agrupados no Capítulo V: os de nº 303, 304, 305 e 306.⁴⁹² O primeiro deles, que aparece nos processos como ofensas físicas leves, determinava que “ofender fisicamente alguém, produzindo-lhe dor ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue” implicava em prisão pelo período de três meses a um ano. O artigo seguinte estabelecia que “se da lesão corporal resultar mutilação ou amputação, deformidade ou privação permanente do uso de um órgão ou membro, ou qualquer enfermidade incurável e que prive para sempre o ofendido de poder exercer o seu trabalho”, a pena era de dois a seis anos. O artigo nº 305 definia que “servir-se de alguém, contra outrem, de instrumento aviltante no intuito de causar-lhe dor física e injuriá-lo” tinha como punição a prisão de um a três anos. Por fim, o artigo nº 306 tinha por finalidade punir “aquele que por imprudência, negligência ou por inobservância de alguma disposição regulamentar, cometer ou for causa involuntária, direta ou indiretamente, de alguma lesão corporal”. Nesse caso, a pena era de quinze dias a seis meses.

A maior parte dos processos de ofensas físicas se enquadrava na infração do artigo nº 303. Eles tinham origem em desavenças e contendas que ocorriam em espaços públicos e de lazer, como botequins, mas também se passavam no ambiente doméstico e nos locais de trabalho. Dependendo do sexo dos envolvidos, a reação das pessoas que presenciavam os conflitos ganhava características peculiares. Geralmente, no caso das brigas que se davam entre homens, a investigação anteriormente realizada permitiu verificar que elas resultavam de um desentendimento prévio entre os envolvidos, cujo ato violento era a maneira por meio da qual eles procuravam resolver a questão. O reconhecimento de que esse desfecho era legítimo tanto para aqueles que se agrediam, como para os que testemunhavam a briga transparecia através dos depoimentos, pois a princípio, os circundantes evitavam interferir. Ao cabo da contenda, o ofendido costumava ser socorrido e a depender da gravidade da agressão, ou mesmo de sua injustiça, o agressor poderia ser perseguido por aqueles que presenciavam a cena. Logo em seguida ou dias depois, era comum que o ofendido procurasse a Polícia para fazer a denúncia. Importa frisar que o ajuste de contas por meio da violência envolvendo indivíduos do sexo masculino era permeado pela preocupação com a imagem deles perante seus pares, fosse a briga motivada por uma

⁴⁹² Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

“questão” mal resolvida ou por uma provocação em público, diante da qual não poderiam recuar. Aquele que saía fragilizado do episódio costumava recorrer à Polícia para que ela tomasse as devidas providências, já que ele não tinha conseguido dar uma resposta à altura da agressão sofrida.⁴⁹³

Com relação aos processos de ofensas físicas, cujas vítimas eram mulheres, o comportamento das pessoas que tomavam conhecimento do fato era distinto. Ao ouvirem o espancamento ou os gritos da agredida, os circundantes geralmente corriam em seu auxílio. Em geral, nos casos em que a violência partia de um homem contra uma mulher estava subjacente a percepção de que aqueles que brigavam não o faziam em igualdade de condições. Por isso, as testemunhas costumavam tomar partido das ofendidas.⁴⁹⁴

As contravenções, por sua vez, foram tipificadas no Livro III do Código Penal de 1890, abrangendo os artigos de nº 364 a 404. Versavam sobre diversas práticas condenáveis do ponto de vista jurídico, que iam desde a profanação de túmulos, do uso de nome suposto, do fabrico de armas, do estabelecimento de casa de empréstimo sobre penhores sem a devida autorização, da negligência ao cuidar de animais bravios, que poderiam atacar os transeuntes, até a proibição dos jogos de azar, da mendicância, da embriaguez, da prática da capoeira e da vadiagem. A vigilância com relação às cinco últimas contravenções ganhou atenção especial por parte da Polícia no início do regime republicano, sobretudo no que diz respeito à vadiagem. Tal fato impulsionou pesquisas específicas no âmbito da história social e alguns exemplos delas foram há pouco mencionados.

De acordo com Marcelo Badaró Mattos, a repressão aos contraventores nesse período se conformou em razão do fim da escravidão e da necessidade de criar mecanismos de controle para que os negros egressos do cativeiro se

⁴⁹³ Em *Viver nos subúrbios*, analiso com mais vagar tais processos de ofensas físicas envolvendo homens. A análise encontra-se no Capítulo 3, com o subtítulo “Valentões, mas nem tanto...”. Cf. MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios...*, pp. 131-142.

⁴⁹⁴ A investigação detalhada de processos com tais características pode ser conferida em “Mulheres ofendidas”, que faz parte do Capítulo 3 mencionado na nota anterior. Cf. *Ibidem*, pp. 142-150.

integrassem ao “mercado formal de trabalho assalariado”.⁴⁹⁵ Ao cabo da década de 1890, a legislação em torno das contravenções foi aperfeiçoada, sobretudo com a promulgação da Lei Alfredo Pinto, em 28 de outubro de 1899, que concedeu ao chefe de Polícia e aos delegados a responsabilidade de processar *ex-officio* a maior parte das contravenções, bem como determinou medidas para que os ritos processuais ganhassem agilidade.⁴⁹⁶ Para o autor, as atividades de repressão se tornaram prioridade na atuação da Polícia na primeira década do século XX.⁴⁹⁷

Como veremos a seguir, no interior de um mesmo distrito, a atuação da Polícia, bem como as relações entre os envolvidos tinham características espaciais distintas, dependendo do tipo de violação ao Código Penal. A partir do mapeamento das informações espaciais encontradas nos processos criminais por ofensas físicas e por contravenções, foi possível identificar as áreas de maior controle e fiscalização policial nos subúrbios. Estavam entre os dados utilizados para a realização de tal análise os endereços dos envolvidos, bem como os locais onde foram efetuadas as prisões ou por onde circulavam acusados, testemunhas e vítimas, encontrados nos interrogatórios e depoimentos.

⁴⁹⁵ MATTOS, Marcelo. *Op. cit.*, p. 120.

⁴⁹⁶ Lei n° 628, de 28 de outubro de 1899. Ver, sobretudo, art. 6°.

⁴⁹⁷ MATTOS, Marcelo. *Op. cit.*, p. 120.

❖ **Mapeando os conflitos: locais de prisão e endereços dos envolvidos**⁴⁹⁸

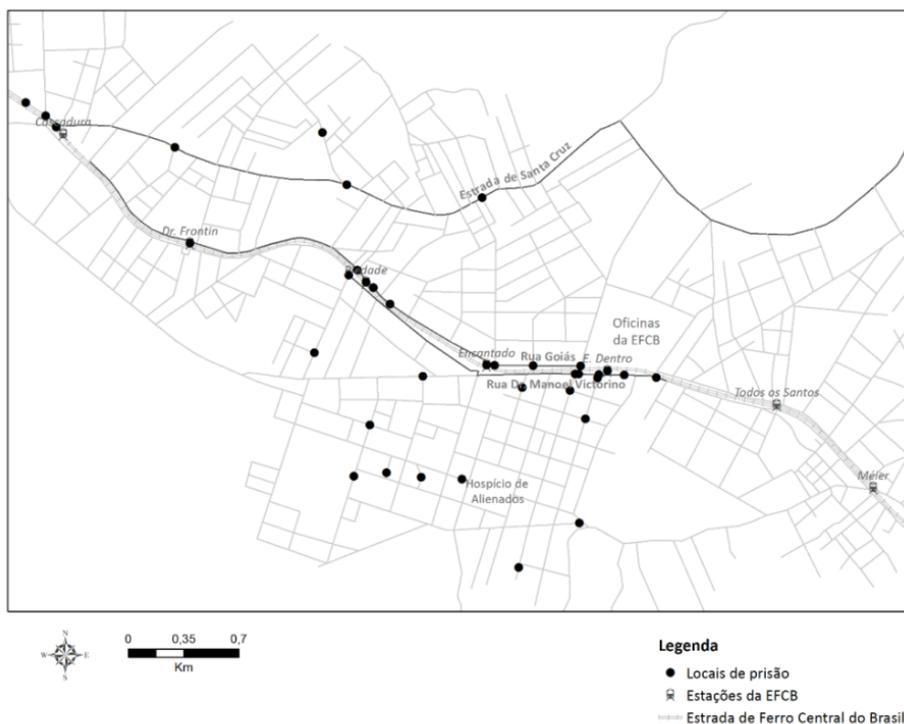
A análise privilegiou o distrito de Inhaúma, sobretudo a área próxima ao eixo da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), que por ser a mais densamente povoada dentro do distrito, concentrou a maior parte dos processos instaurados. Mas trechos dos distritos de Irajá, Méier e Engenho Novo também foram considerados, em razão dos endereços dos envolvidos nos processos. A área contava com várias estações da linha férrea, a saber: Méier, Todos os Santos, Engenho de Dentro, Encantado, Piedade, Dr. Frontin e Cascadura. Em frente à estação do Engenho de Dentro localizavam-se as Oficinas da EFCB. A proximidade com a linha férrea contribuía para que estabelecimentos comerciais surgissem no entorno das estações. Na virada do século XIX, as ruas Goiás e Dr. Manoel Victorino eram o endereço de diversos negociantes, sobretudo na área contígua às estações do Encantado e do Engenho de Dentro. Também nos quarteirões próximos a elas estavam as

⁴⁹⁸Todos os mapas apresentados ao longo do artigo foram feitos a partir de uma base cartográfica que tomou como referência a planta de 1913, cujos dados estão adiante. Ela foi gentilmente cedida por Zephyr Frank, durante o período em que realizei o estágio de doutorado sanduíche na Stanford University. Cf. BRASIL. Diretoria Geral de Obras e Viação. *Planta da cidade do Rio de Janeiro organizada na administração do Prefeito General Bento Ribeiro*. 1913.

A elaboração de bases cartográficas para o uso em investigações históricas requer uma série de cuidados. Um exemplo detalhado de como se dá esse processo para áreas urbanas pode ser encontrado no capítulo de Allan Kato. Para áreas agrárias, vale a pena conferir o capítulo de Raquel Pollero e Graciana Sagasetta. Os dois trabalhos estão disponíveis na presente coletânea. Cf. KATO, Allan. “Lotes, ruas e chefes: como se localizar um morador a partir da Décima Urbana e plantas cadastrais”; POLLERO, Raquel e SAGASETA, Graciana. “Un análisis demográfico-espacial de la Jurisdicción de Montevideo entre 1769 y 1778.”

No caso da produção da base cartográfica da zona suburbana do Rio de Janeiro aqui utilizada, recorri a métodos semelhantes aos adotados por Kato, como a definição de uma planta a ser tomada como referência (no caso, a de 1913, supramencionada), a “localização de acidentes topográficos urbanos”, a identificação de logradouros que tiveram topônimos modificados, bem como a investigação do sentido dos logradouros. Optei por não detalhar o lado dos logradouros e em qual deles teve início a numeração dos imóveis, pois as fontes disponíveis para a zona suburbana analisada não forneciam esse tipo de informação e porque a pesquisa desenvolvida não exigia tal grau de detalhamento.

sedes de associações como a Progresso do Engenho de Dentro, a Sociedade Pingas Carnavalescos e a União Operária do Engenho de Dentro. Entre 1892 e 1908, o endereço da Pretoria de Inhaúma ficou na Rua Goiás, perto da estação da Piedade. Entre 1909 e 1911, passou a se localizar na Rua Dr. Manoel Victorino. A delegacia de Polícia, por sua vez, ficou sediada na Rua Goiás, nº 268, de 1899 a 1906, próxima à estação do Encantado. Feita essa caracterização da área privilegiada para análise, acompanhemos a seguir o mapeamento dos locais onde as prisões foram efetuadas, bem como dos endereços das pessoas envolvidas nos processos em análise.

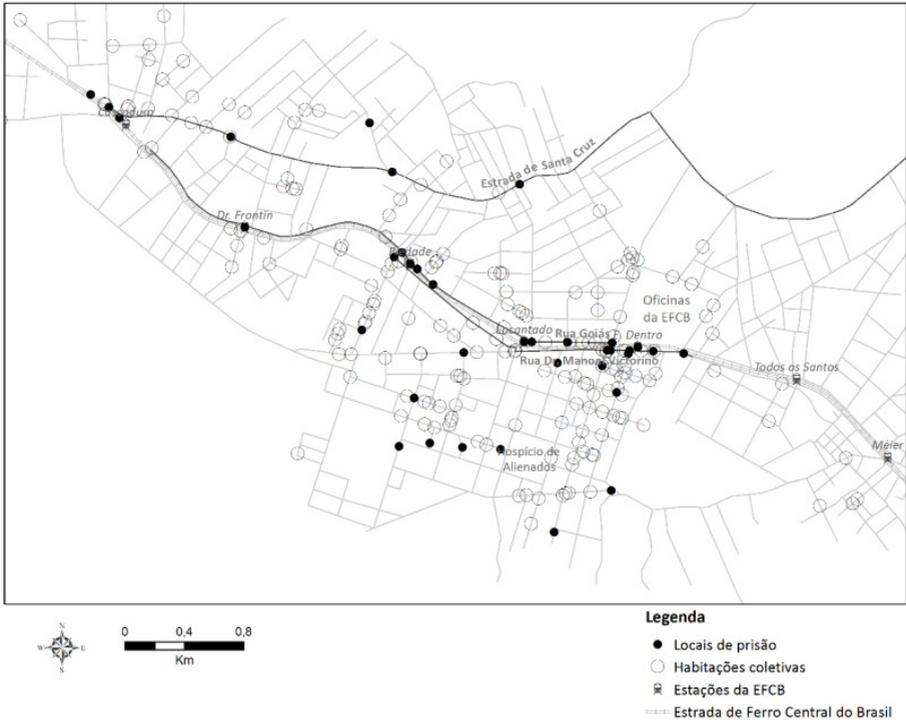


MAPA 1 – LOCAIS DE PRISÃO NOS PROCESSOS POR OFENSAS FÍSICAS E POR CONTRAVENÇÕES EM INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890-1910)

Os pontos pretos indicam os locais onde o crime ou a contravenção foram cometidos. É possível notar que a área compreendida entre o Engenho de Dentro e a Piedade concentrou a maior parte das prisões. Elas ocorreram nas estações e nas suas imediações, evidenciando a atuação mais incisiva da

Polícia nessa área. Os demais locais identificados também tinham vínculo com outras estações da EFCB, a saber Cascadura e Dr. Frontin, além das prisões que foram efetuadas na Estrada de Santa Cruz, outra via de acesso importante aos subúrbios.

Vale a pena cotejarmos os locais de prisão com os endereços das habitações coletivas existentes em Inhaúma em 1905.⁴⁹⁹

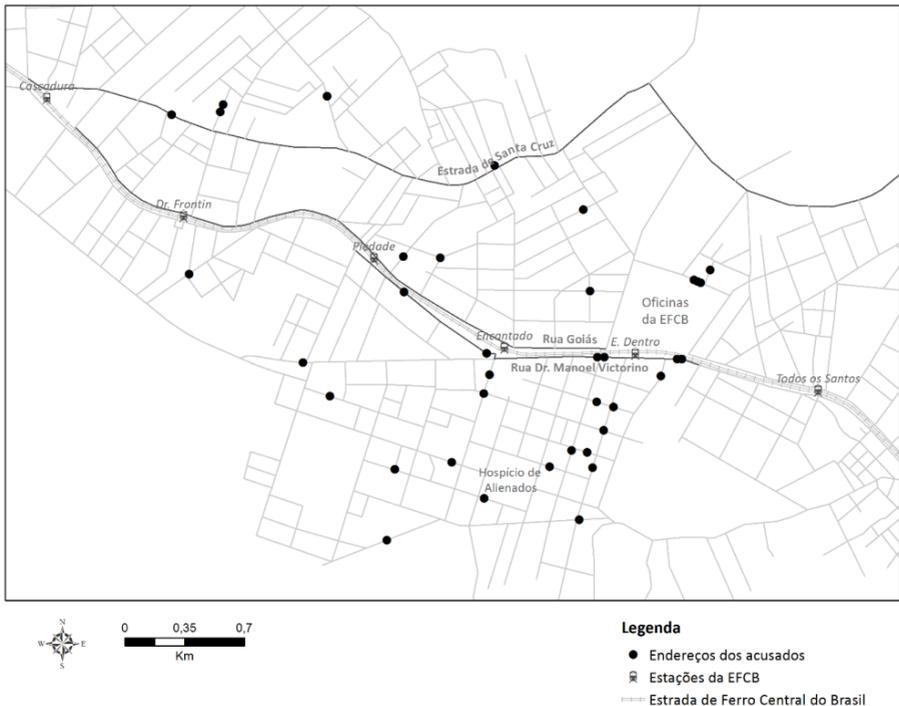


MAPA 2 – ENDEREÇOS DAS HABITAÇÕES COLETIVAS E LOCAIS DE PRISÃO NOS PROCESSOS POR OFENSAS FÍSICAS E POR CONTRAVENÇÕES EM INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890-1910)

⁴⁹⁹ O endereço de tais habitações coletivas foi obtido em: BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra em Março de 1906*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 2. pp. A-F 85-90.

Nesse mapa, os pontos pretos continuam a representar os locais de prisão e os círculos expressam as habitações coletivas existentes. Elas poderiam ser estalagens, que ofereciam quartos para aluguel, ou avenidas, que eram formadas por “casinhas”, ou ainda estabelecimentos mistos, que disponibilizavam quartos e “casinhas”. Como é possível perceber, elas também estavam concentradas entre as estações do Engenho de Dentro e da Piedade, sobretudo no caso da primeira. Várias ainda ficavam em torno das Oficinas da EFCB. Levando em consideração a preocupação existente na época com relação a esse tipo de habitação – que em geral abrigava trabalhadores e pessoas pobres, oferecia o risco de proliferação de epidemias, como também perigo para a manutenção da ordem pública –, não parece casual que a vigilância policial tenha sido mais incisiva nessa área.

Vejamos a seguir os endereços dos indivíduos acusados como agressores ou contraventores nos processos analisados:



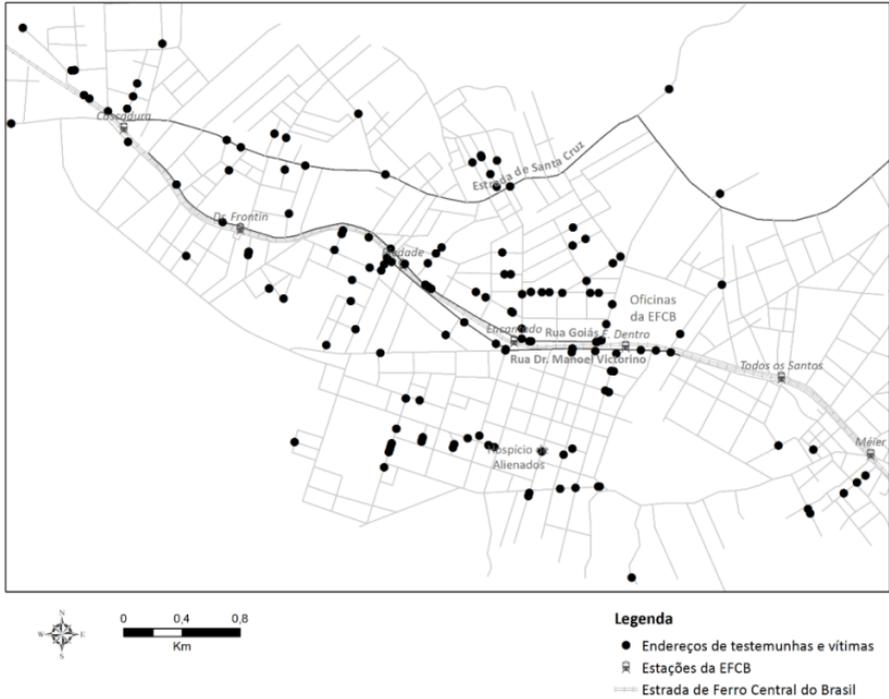
MAPA 3 – ENDEREÇOS DOS ACUSADOS NOS PROCESSOS POR OFENSAS FÍSICAS E POR CONTRAVENÇÕES EM INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890-1910)

Esse mapa revela que os acusados nos processos residiam, em sua maioria, nas proximidades das estações do Engenho de Dentro, do Encantado e da Piedade, sobretudo nos logradouros localizados na área inferior do mapa. Ou seja, na área onde se concentravam as habitações coletivas, conforme apresentado no Mapa 2. Vale ressaltar, todavia, que no caso das contravenções esse número está subestimado, pois diversos acusados como vadios não declaravam local de residência em seus depoimentos. Como alguns estudiosos já apontaram, em razão de distorções e fraudes que eram comuns na elaboração dos processos na esfera policial, essa informação não costumava aparecer no auto de prisão, pois a falta de domicílio fixo era um dos motivos para a reclusão por vadiagem.⁵⁰⁰

O mapa a seguir foi elaborado a partir dos endereços das testemunhas e das vítimas que depuseram nos processos, tanto na delegacia, como diante dos pretores.⁵⁰¹ Vale lembrar que a condição de vítima só aparecia nos processos por ofensas físicas.

⁵⁰⁰ Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*; GARZONI, Leriche de Castro. *Op. cit.*

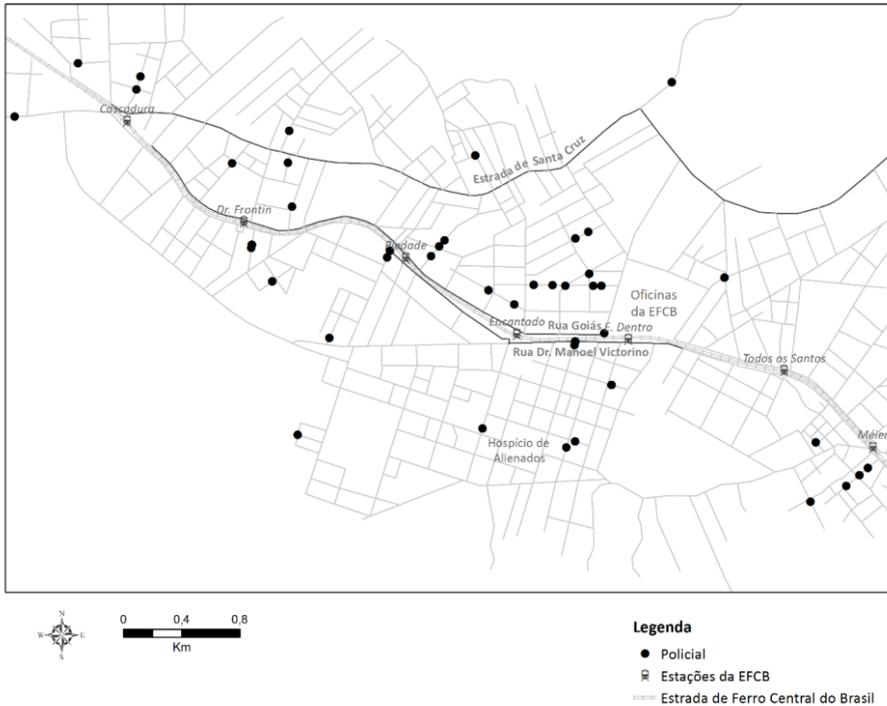
⁵⁰¹ Nos casos em que a mesma pessoa declarou endereços diferentes em tais ocasiões, considerei o endereço fornecido na delegacia, pois deveria indicar a sua residência à época em que o crime ou a contravenção tinha ocorrido.



MAPA 4 – ENDEREÇOS DE TESTEMUNHAS E VÍTIMAS ENVOLVIDAS NOS PROCESSOS POR OFENSAS FÍSICAS E POR CONTRAÇÕES EM INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890-1910)

Nesse mapa, os pontos pretos representam os endereços de testemunhas e vítimas identificados. O número significativo de envolvidos e a distribuição deles no território considerado evidenciam que no período entre 1890 e 1910 muitos habitantes da região estiveram diante da Polícia e do Poder Judiciário para tratar de transgressões ao Código Penal. Tal fato revela, por exemplo, que cair nas amarras da Polícia não era raro. Embora tais indivíduos estivessem dispersos pela área em análise, os locais de prisão estavam mais concentrados nas imediações das estações da EFCB e na Estrada de Santa Cruz, evidenciando por onde as pessoas costumavam circular. Além da existência de vários estabelecimentos comerciais em tais vias, a própria oferta de transporte motivava o fluxo dos habitantes.

Todavia, vale matizar essa primeira impressão, uma vez que parcela considerável das testemunhas era composta por membros das forças policiais.



MAPA 5 – ENDEREÇOS DE POLICIAIS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS POR OFENSAS FÍSICAS E POR CONTRAVENÇÕES EM INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890-1910)

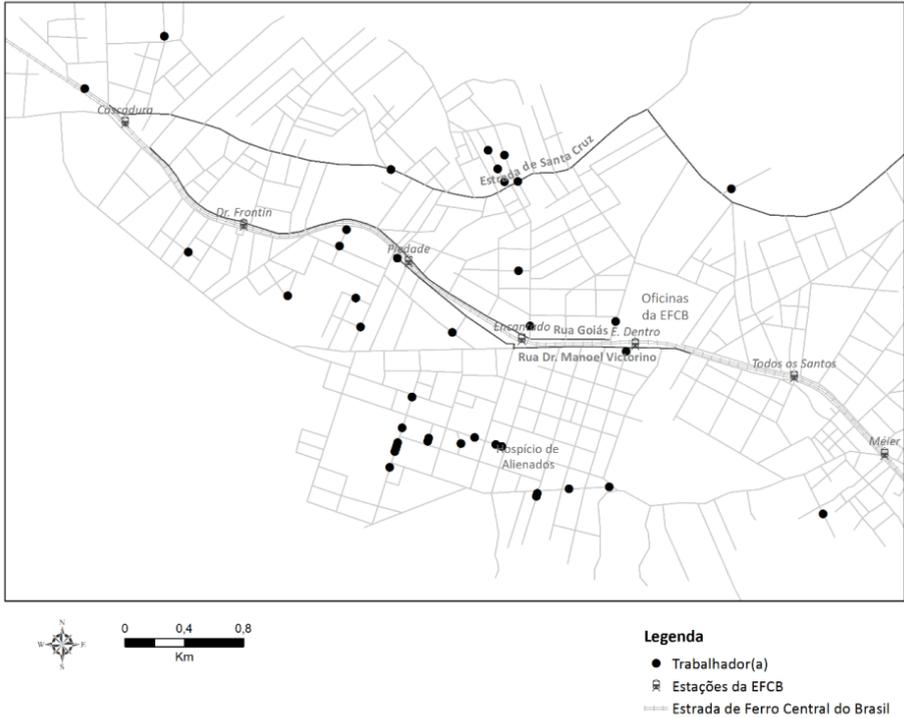
Os pontos pretos representam os endereços dos policiais que apareceram nos processos analisados, fossem como testemunhas ou como condutores, ou seja, quando efetuavam a prisão e encaminhavam o acusado à delegacia. A maioria residia nos quarteirões próximos às estações, não necessariamente as do Engenho de Dentro e Encantado. Inclusive, boa parte dos endereços

ficou situada na área entre a linha férrea e a Estrada de Santa Cruz. Vale lembrar que entre 1899 e 1906, a delegacia de Polícia da 1ª Circunscrição Suburbana ficou sediada na Rua Goiás, nº 268, no Encantado. Ou seja, vários desses indivíduos residiam a poucas quadras do seu local de trabalho. A distribuição dos policiais na região demonstra que lidar com tais autoridades era uma tarefa cotidiana para os habitantes de Inhaúma. Muitos suburbanos tomavam o trem diariamente para trabalhar na zona portuária e nos distritos centrais do Rio de Janeiro. Portanto, circulavam com frequência nas proximidades dos locais de moradia de tais sujeitos.

Se por um lado, a experiência de compartilhar o espaço com aqueles policiais era constante e inevitável, por outro, tê-los como vizinhos poderia ser útil. Em 20 de março de 1895, Generosa Maria da Conceição e Honoria Maria da Conceição começaram a discutir, tomando parte na contenda o filho de Generosa, de nome Carlos Moreira Dias, de 11 anos de idade, e o trabalhador braçal Miguel José Francisco da Roza, resultando na agressão do menor, por parte de Miguel.⁵⁰² De acordo com o depoimento de Carlos, ele foi agredido com uma vara de tocar bois, ficando “logo ensanguentado, pelo que sua mãe correu logo e foi ter com o Inspetor que mora perto e este acudiu e logo prendeu ao seu ofensor”. O inspetor Manoel Pereira da Rocha confirmou que foi procurado por Generosa, mas antes dela, o acusado também tinha ido a sua casa, “não sabendo o condutor para que fim”. Ou seja, tanto o agressor como a vítima e sua mãe foram em busca da autoridade policial que residia próximo de suas casas para obter ajuda. Ainda que raro, esse processo dá pistas de que buscar um vizinho policial poderia ser um recurso para aqueles se envolviam em brigas.

Consideremos os endereços dos trabalhadores que foram testemunhas ou vítimas nos processos analisados:

⁵⁰² Para a análise em detalhe desse processo, ver: MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos Subúrbios...*, pp. 148-150.



MAPA 6 – ENDEREÇOS DE TRABALHADORES ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS POR OFENSAS FÍSICAS E POR CONTRAVENÇÕES EM INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890-1910)

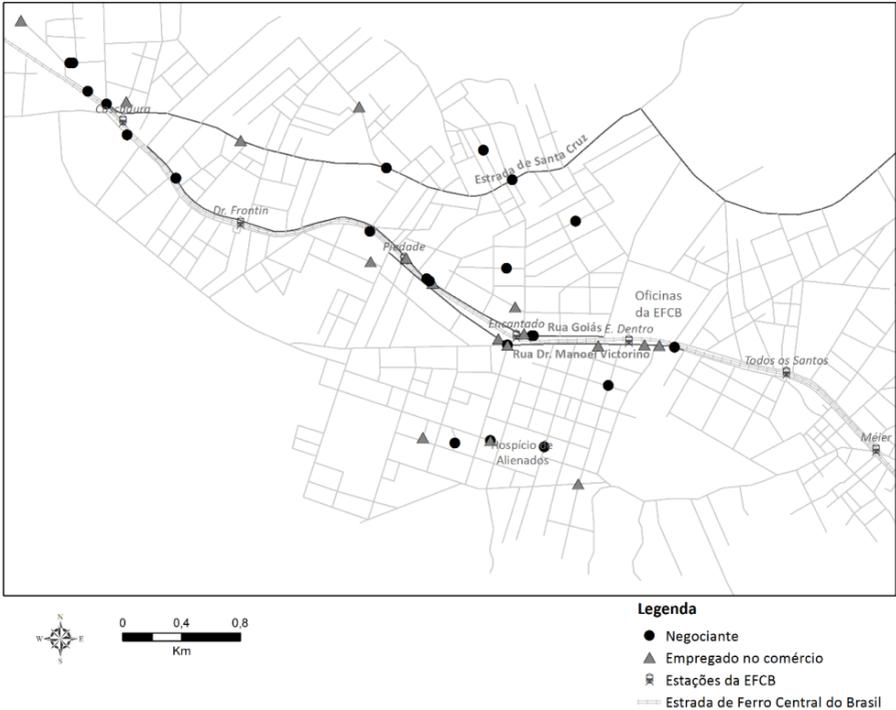
Nesse mapa, os pontos pretos expressam os locais de moradia de trabalhadores, de ambos os sexos, que se envolveram nos processos investigados, na condição de testemunhas ou de vítimas. Estão entre eles carpinteiros, pedreiros, sapateiros, pintores, cigarreiros, cocheiros, ferroviários, operários, lavadeiras e empregadas domésticas. No universo analisado, encontrei 73 trabalhadores, mas os endereços de apenas 46 puderam ser georreferenciados, porque alguns foram fornecidos de maneira incompleta, informando apenas a rua ou o bairro e outros não moravam na área representada. Vale observar que desses indivíduos localizados, apenas

três testemunharam em processos por contravenções. Os demais se envolveram em casos de ofensas físicas.

Algumas hipóteses poderiam ser aventadas para tal fenômeno, como por exemplo o receio de se envolver com a Polícia para denunciar contraventores, que eram sumariamente julgados e em poucos dias poderiam ser colocados em liberdade, sobretudo no caso dos vadios, que eram soltos após a assinatura do termo de tomar ocupação. Mas a principal explicação para que tão poucos trabalhadores testemunhassem em processos por contravenção parece ser a fraude recorrente nesses processos, por meio de policiais que apareciam como funcionários públicos ao prestarem seus depoimentos. Em geral, nos casos dos processos por ofensas físicas, os trabalhadores tomavam parte no conflito por três razões: para defender quem estava sendo agredido, porque eram vizinhos ao local onde a briga aconteceu ou porque estavam passando pelo local.

No que diz respeito à localização de seus endereços, é possível notar que a maioria residia na área inferior à linha férrea, geralmente a alguns quarteirões dela. Provavelmente, quanto mais próximo das estações, mais caro o custo do aluguel. Vale observar ainda que poucos residiam na área entre a EFCB e a Estrada de Santa Cruz, cuja presença de policiais foi constatada em maior concentração no Mapa 5.

Consideremos a seguir, os endereços de negociantes e empregados no comércio:



Mapa 7 – Endereços de negociantes e empregados no comércio envolvidos nos processos por ofensas físicas e por contravenções em Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)

Nesse mapa, os pontos pretos se referem ao endereço dos negociantes e os triângulos cinzas, aos dos empregados no comércio. A localização da maioria dos negociantes nos logradouros contíguos à linha férrea e na Estrada de Santa Cruz evidencia como eles privilegiavam as vias de maior circulação para montar seus estabelecimentos. Além disso, era comum o empregado em tais casas de negócio residir no próprio local de trabalho.

Os mapas apresentados até aqui permitiram identificar, de maneira geral, as áreas dentro do distrito de Inhaúma onde ocorreram as prisões, evidenciando que em determinados locais as brigas e as contravenções se davam com maior frequência, ou, pelo menos, recebiam mais atenção por

parte da Polícia. Tal exercício foi marcado pelo esforço em entender como a configuração espacial da área em análise é relevante para a investigação a respeito dos conflitos que deram origem aos processos.

Além disso, o mapeamento dos endereços dos envolvidos aponta que a escolha do local de residência era influenciada por fatores econômicos e sociais. Nas ruas próximas às estações da EFCB e à Estrada de Santa Cruz, a presença de trabalhadores era menor, provavelmente em razão de aluguéis e terrenos mais caros, ao passo que a de outros grupos sociais, como policiais, comerciantes e até mesmo funcionários públicos era mais frequente. Nesse sentido, pesava na escolha do local de moradia a motivação financeira, mas também o fato de que determinados grupos sociais tinham presença mais significativa em áreas específicas, contribuindo para que tais indivíduos ficassem mais próximos de certos grupos e mais afastados de outros.

A seguir, a dimensão espacial em torno dos conflitos por ofensas físicas será explorada mais detidamente.

❖ *Espacialidade dos processos por ofensas físicas*

Em 4 de novembro de 1892, José Ferreira da Silva, guarda-freio da EFCB, brasileiro, morador na Rua Engenho de Dentro, nº 6A, “estava em serviço em um trem de subúrbio e vinha em viagem da cidade para o interior”. Durante o percurso, começou a ser perseguido por Joaquim da Silva, também guarda-freio da mesma linha férrea, que lhe cobrava uma “pequena quantia”. Para evitar uma desgraça, já que Joaquim ameaçou “atirá-lo debaixo do trem”, José desceu na estação do Engenho de Dentro e se dirigiu a um quiosque para comer alguma coisa. Lá permaneceu “tranquilamente”, pois vira que Joaquim não tinha desembarcado. Porém, inesperadamente foi agredido com uma bengalada, proferida pelo outro guarda-freio. Em seu depoimento, a vítima afirmou que desconfiava que Joaquim descera na estação do Encantado, “que é muito próxima da do Engenho de Dentro” e foi ao seu encalço. Segundo o carpinteiro Ladislau da Costa Santos, uma das testemunhas, após a agressão, Joaquim fugiu, entrando na casa de uma família, localizada “junto às oficinas da Estrada de Ferro”, mas ao sair pelos

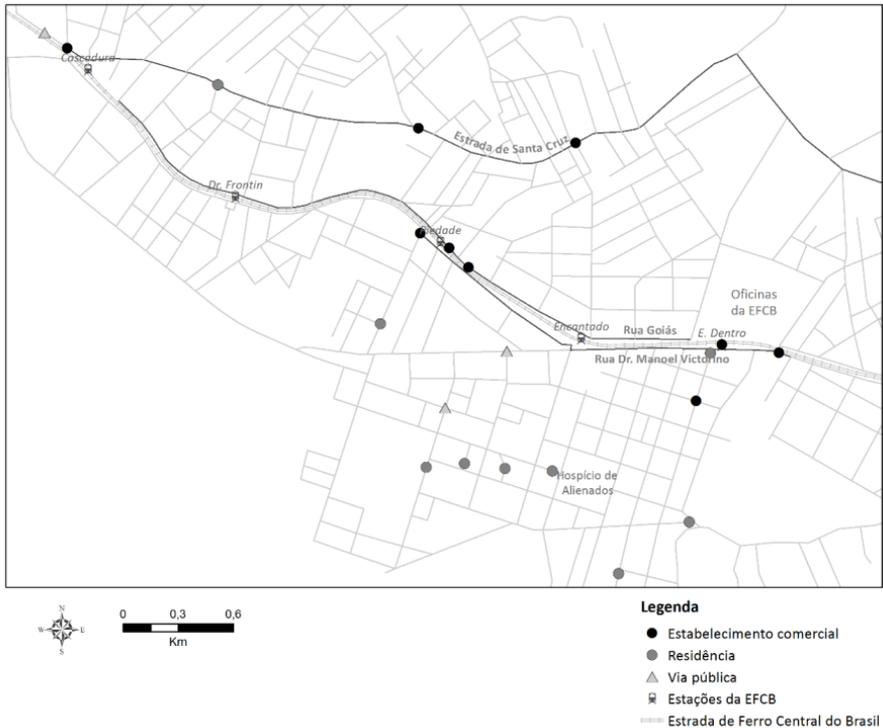
fundos, foi preso e conduzido à delegacia. Em razão da agressão, foi processado por ofensas físicas leves.⁵⁰³

No fim da tarde de 12 de outubro de 1903, a doméstica Antonia de Freitas, que residia na Rua Paraná, nº 55, foi retirar água do poço “dos fundos da casa de seu senhorio”, que se chamava João Antonio da Silva e morava no nº 65 da mesma rua. De acordo com seu depoimento, seu marido chegou logo em seguida, para pedir ao proprietário que esperasse mais dois dias para o pagamento do aluguel. Mas a mulher do senhorio, de nome Francisca, começou a injuriá-la com palavras obscenas, o que acabou provocando uma briga entre elas. Em razão disso, o filho de Francisca partiu contra Antonia, espancando-a e atirando-a ao chão. Tanto seu marido, como vizinhos foram acudi-la e defendê-la, pois ela estava grávida de quatro meses. Em virtude dos ferimentos que sofreu, que foram constatados por meio de exame de corpo de delito, Francisca e seu filho Antenor Ignacio Bittencourt foram processados por violação do artigo 303 do Código Penal.⁵⁰⁴

Histórias como essas motivavam os processos por ofensas físicas. Ao levarmos em consideração o local onde tais crimes ocorreram, podemos perceber aspectos relevantes a respeito de sua distribuição na área em análise. Observemos o mapa que segue:

⁵⁰³ Cf. Arquivo Nacional (AN), Série Processo Criminal da 14ª Pretoria, MV26 (novembro, 1892).

⁵⁰⁴ Cf. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW585 (outubro, 1903).



MAPA 8 – ENDEREÇOS DOS CRIMES POR OFENSAS FÍSICAS INSTAURADOS NA PRETORIA DE INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890 – 1910)

Esse mapa foi elaborado a partir dos endereços onde ocorreram os crimes de ofensas físicas analisados. Os pontos foram classificados de acordo com o tipo de local onde o conflito ocorreu, a saber: estabelecimentos comerciais, residências e via pública. Algumas inferências podem ser feitas a partir dele. A primeira delas é que a maior parte dos processos investigados estava concentrada na área compreendida pelas estações da Piedade e do Engenho de Dentro, na porção abaixo da linha férrea. Vale lembrar que na porção superior a essas mesmas estações, residiam vários policiais, conforme foi apontado pelo Mapa 5. Tal constatação sugere que o fato de membros das forças policiais viverem naquelas quadras deveria contribuir para que a quantidade de crimes por ofensas físicas fosse menor.

Os processos que não estão inclusos nessa área, ou se localizaram na Estrada de Santa Cruz, ou nas imediações da estação de Cascadura. É possível notar

também que quanto mais próximo das estações ou de uma via importante, como a Estrada de Santa Cruz, mais frequentes eram os processos que tinham início por um conflito em um estabelecimento comercial, que poderia ser uma venda, um quiosque ou um botequim, ou mesmo na via pública. Em geral, eles refletem o compartilhamento de espaços frequentados por indivíduos que viviam nas imediações, mas que não gozavam, necessariamente, de relações de vizinhança.

No caso dos processos que tinham origem em uma residência, o local onde se desenrolava o conflito costumava ser mais distante das estações e por se tratarem de desavenças no ambiente doméstico, o envolvimento dos vizinhos era mais frequente, principalmente quando a vítima era uma mulher.

Retomemos o caso envolvendo Antonia de Freitas, há pouco mencionado.⁵⁰⁵ De acordo com o depoimento da vítima, uma briga entre ela e a mulher do senhorio teve início em 12 de outubro de 1903, quando seu marido foi dar satisfação ao proprietário João Antonio da Silva a respeito do atraso no aluguel. A versão apresentada por Antonia foi reiterada por seu companheiro, o artista José Marques de Freitas, que ao tentar separar a briga, foi ameaçado por Antenor Ignacio Bittencourt com um revólver, ficando com “medo de ser alvejado”. A lavadeira Paula Maria Luiza da Conceição, que morava no nº 65 da Rua Paraná, o mesmo endereço fornecido pelo senhorio, era vizinha e deu depoimento semelhante ao de Antonia, afirmando, inclusive, que os insultos partiram de Francisca, mulher do proprietário. Tibúrcia Maria da Conceição Araujo, outra lavadeira que também morava ao lado do local onde se deu a contenda, disse que as injúrias foram inicialmente proferidas por Francisca, resultando na luta com Antonia. Afirmou ainda que quando o marido da ofendida foi tentar apartar a briga, o senhorio o impediu, “alegando serem duas mulheres que estavam lutando”. Ou seja, subentendia que estavam em pé de igualdade para resolver a questão sem interferência. Três outros vizinhos se dirigiram ao local, ao ouvirem os gritos: o sapateiro Bernardino Villela, o calceteiro Gaudencio João da Silva e o trabalhador Lindolpho Joaquim Barbosa. Os dois últimos afirmaram ter desarmado Antenor. Na versão do senhorio, as injúrias partiram de Antonia, que começou a ofender à sua esposa que vivia na

⁵⁰⁵ Cf. *Ibidem*.

Europa e, ao ouvir a conversa, a amásia Francisca pensou que estivessem falando a respeito dela, motivando a briga entre as duas. Curiosamente, além de reiterar que o filho da amásia agrediu Antonia, afirmou que Francisca é “de um gênio mau e só dá maus conselhos a seu filho Antenor [...] dizendo que pode fazer o que quiser até matar porque tem proteção para o livrar de qualquer crime”.

Quando o processo foi encaminhado à pretoria para julgamento, além dos esclarecimentos prestados pelos acusados, apenas o marido da ofendida José Marques de Freitas e o senhorio prestaram depoimento. Ambos afirmaram que Antenor era desordeiro e acobertado pela mãe. Diante da Junta Correccional, a portuguesa Francisca, que era viúva, apresentou uma carta pedindo que Miguel dos Anjos Peres Jr., que era advogado criminal, defendesse o seu filho “duma infâmia que lhe levantaram”. De acordo com o documento, seu filho era “inocente” e seu “único arrimo, pois sou uma pobre viúva, sem auxílio, a não ser de Deus”. A estratégia adotada pelo advogado foi solicitar que ela explicasse aos membros da Junta qual a relação que possuía com João Antonio da Silva, o senhorio. Sua resposta foi a seguinte:

“[...] cabe-me informar-lhe que com efeito abriguei em minha casa o Sr. João Antonio da Silva, vendo-me na dura necessidade de abandoná-lo, devido pelo espaço de tempo em que ele esteve em minha companhia, só procurava explorar-me, e agora declara perseguir não só a minha pessoa, como a de meu único filho, e devido a este fato já tenho advogado constituído para chamá-lo perante os tribunais.”⁵⁰⁶

Notamos, portanto, o esforço de Francisca e seu advogado em deslegitimar o depoimento do amásio. Provavelmente, essa postura estava relacionada ao fato de que no interrogatório da delegacia ele dera declarações comprometedoras a respeito dos acusados, sobretudo de que a portuguesa incentivava as arbitrariedades do filho e lhe dava respaldo. Ainda diante da Junta Correccional, Francisca apresentou dois abaixo-assinados, cujos conteúdos seguem:

1º

⁵⁰⁶ *Ibidem.*

“Nós abaixo-assinados, proprietários, negociantes e proletários, residentes à rua Paraná, e suas imediações (Estação do Encantado), atestamos e juramos, se preciso for que conhecemos o Sr. Antenor [...], menor de 19 anos de idade filho único de D. Francisca [...], viúva, como sendo o mesmo rapaz sério, honesto, trabalhador e pacato; sendo incapaz de ofender a quem quer que seja, em firmeza do que mandamos passar o presente que assinamos.”⁵⁰⁷

2º

“Nós abaixo-assinados, proprietários, negociantes e proletários residentes à rua Paraná, atestamos e juramos, se preciso for que conhecemos José Marques Freitas e D. Antonia de Tal Freitas, ambos residentes em dita rua n. 53 (fundos) como não tendo bom procedimento e usarem dum vocabulário indecente e ultimamente procura e jurou perseguir o menor Antenor [...] em firmeza do que mandamos passar o presente que assinamos.”⁵⁰⁸

O primeiro deles contava com 32 assinaturas, inclusive com a de Lindolpho Joaquim Barbosa, uma das testemunhas que afirmou ter ajudado a desarmar Antenor. O seguinte possuía 7 assinaturas. Verificamos por meio do primeiro abaixo-assinado a tentativa de construir uma imagem positiva de Antenor, em contraposição às afirmações do marido da ofendida e do senhorio, de que ele era “desordeiro”. O segundo documento, por sua vez, visava desqualificar Antonia e José Marques de Freitas, afirmando que não possuíam bom comportamento. A estratégia de defesa surtiu efeito: embora a Junta Correccional tenha admitido por unanimidade que o crime estava provado, Antenor não foi condenado por “ter [...] cometido o crime em defesa de outrem, que no caso era sua própria mãe”.

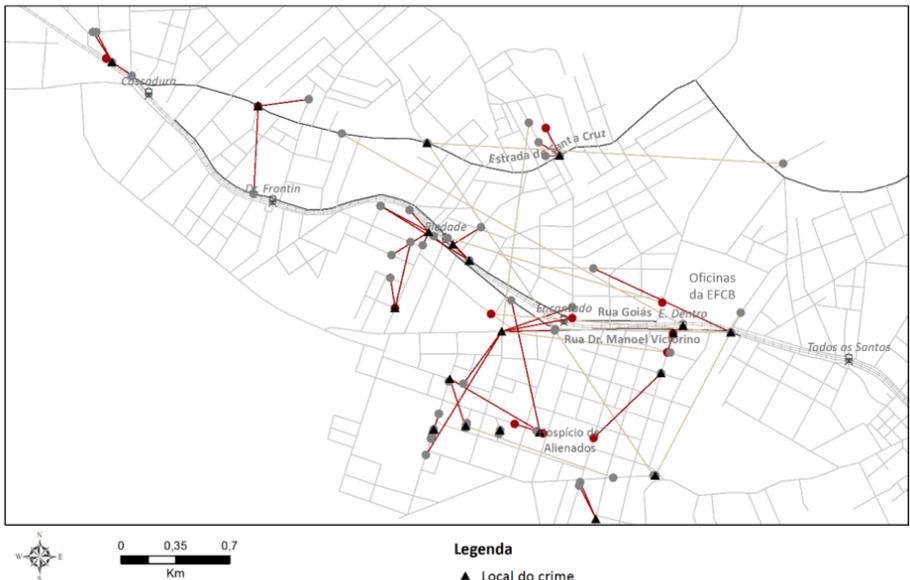
A respeito desse caso vale a pena fazer algumas considerações. Como foi possível acompanhar, todos os envolvidos moravam na mesma rua e, portanto, gozavam de relações de vizinhança. Tanto é que perceberam que um conflito se desenrolava porque ouviram os gritos de Antonia e Francisca. Nesse caso, a identificação da proximidade em que viviam foi facilmente detectável, pois os endereços fornecidos nos depoimentos eram de casas localizadas no mesmo logradouro e com números adjacentes. Mas a relação de vizinhança não se resumiu aos indivíduos que depuseram no processo. Em seu depoimento, Antenor declarou residir naquele endereço há seis anos e certamente tal fato contou para que sua mãe conseguisse mobilizar os vizinhos a assinar os documentos apresentados diante da Junta Correccional.

⁵⁰⁷ *Ibidem.*

⁵⁰⁸ *Ibidem.*

Ao conseguir que seu filho fosse absolvido, Francisca corroborou com as afirmações de José Marques de Freitas e de João Antonio da Silva de que ela acobertava as atitudes de Antenor. Cabe ressaltar ainda a solidariedade das lavadeiras que tomaram partido da doméstica agredida, em contraposição a Francisca. A última, por sua vez, se valeu da rede de contatos que possuía por residir há anos naquele endereço para conseguir o apoio de proprietários, negociantes e proletários que moravam nas proximidades para legitimar a sua versão da história, o que provavelmente pesou no julgamento.

Quando observamos a distância entre o endereço de vítimas e testemunhas e o local onde se deu o conflito, podemos perceber que a proximidade era uma característica comum. Analisemos o mapa a seguir:



MAPA 9 – DISTÂNCIA ENTRE OS ENDEREÇOS DE VÍTIMAS/TESTEMUNHAS E OS LOCAIS DOS CRIMES POR OFENSAS FÍSICAS INSTAURADOS NA PRETORIA DE INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890 – 1910)

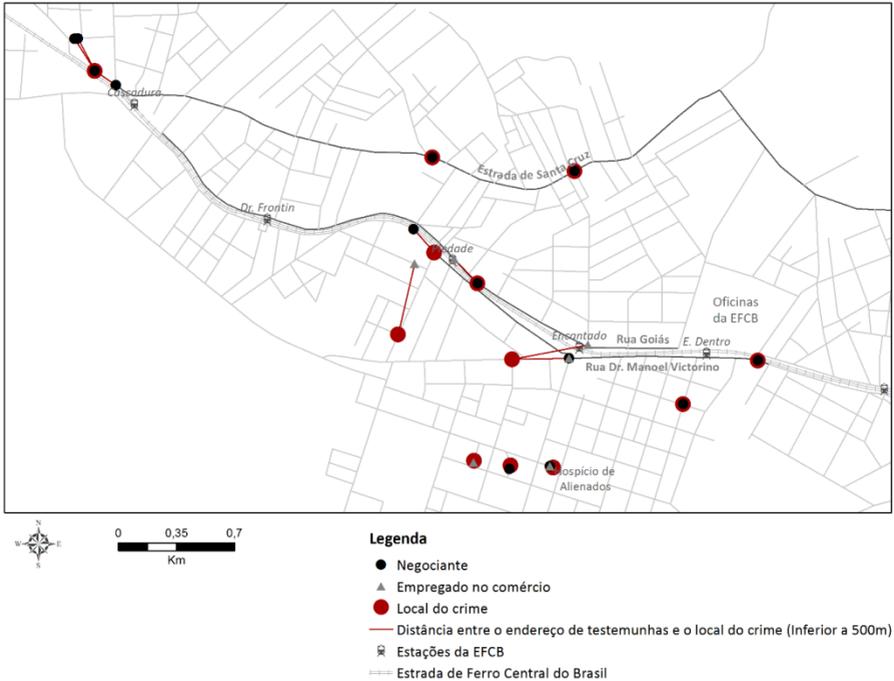
Nesse mapa, os pontos cinzas representam as testemunhas e os vermelhos, as vítimas. Os triângulos pretos se referem ao local onde o crime ocorreu. As linhas expressam a distância entre o endereço das vítimas e testemunhas em relação ao local do crime. Se elas forem vermelhas, significam que essa distância era inferior a 1 km, se forem bejes, tal distância era superior a 1 km. A respeito das testemunhas, optei por não incluir os policiais que figuraram nos processos, pois em geral eles não presenciavam o conflito. Eram chamados a intervir quando a agressão já tinha ocorrido ou mesmo estavam na delegacia quando a denúncia era feita, não atuando para efetuar a prisão. Com isso, procurei evitar distorcer a visualização dessas relações, uma vez que os policiais poderiam morar longe do endereço onde se deu a contenda.

Sendo assim, nos crimes analisados, 66% das testemunhas residiam em até 250 metros de distância do delito.⁵⁰⁹ Essa informação indica que parte considerável das brigas que deram origem a esses processos envolviam relações de vizinhança, nem sempre identificáveis através dos depoimentos. No que diz respeito às vítimas, 65% moravam em até 200 metros do local do crime.⁵¹⁰

Ainda com relação aos envolvidos nesses processos, vale a pena atentar para os casos em que as testemunhas eram comerciantes ou empregados no comércio.

⁵⁰⁹ Esse cálculo levou em consideração o universo de 65 testemunhas que foram localizadas, das quais 43 moravam em até 250 metros do local do crime.

⁵¹⁰ Nesses casos estão inclusas 11 vítimas de um total de 17 que tiveram o endereço localizado.



MAPA 10 – DISTÂNCIA ENTRE OS LOCAIS DOS CRIMES POR OFENSAS FÍSICAS E OS ENDEREÇOS DE NEGOCIANTES E EMPREGADOS NO COMÉRCIO QUE FIGURARAM COMO TESTEMUNHAS NOS PROCESSOS INSTAURADOS NA PRETORIA DE INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890 – 1910)

Nesse mapa, os endereços dos negociantes foram representados com pontos pretos, os dos empregados no comércio, com triângulos cinzas e os locais dos crimes com pontos vermelhos. Como é possível perceber, existem vários pontos vermelhos que foram sobrepostos por pontos pretos e/ou triângulos cinzas, o que indica que tais testemunhas residiam no local onde se deu a contenda ou muito próximo a ela. Nos casos que não se enquadram nessa situação, linhas vermelhas ligam a testemunha ao local do crime. Em nenhum deles a distância superou 500 metros, sendo que 78% morava em até 250

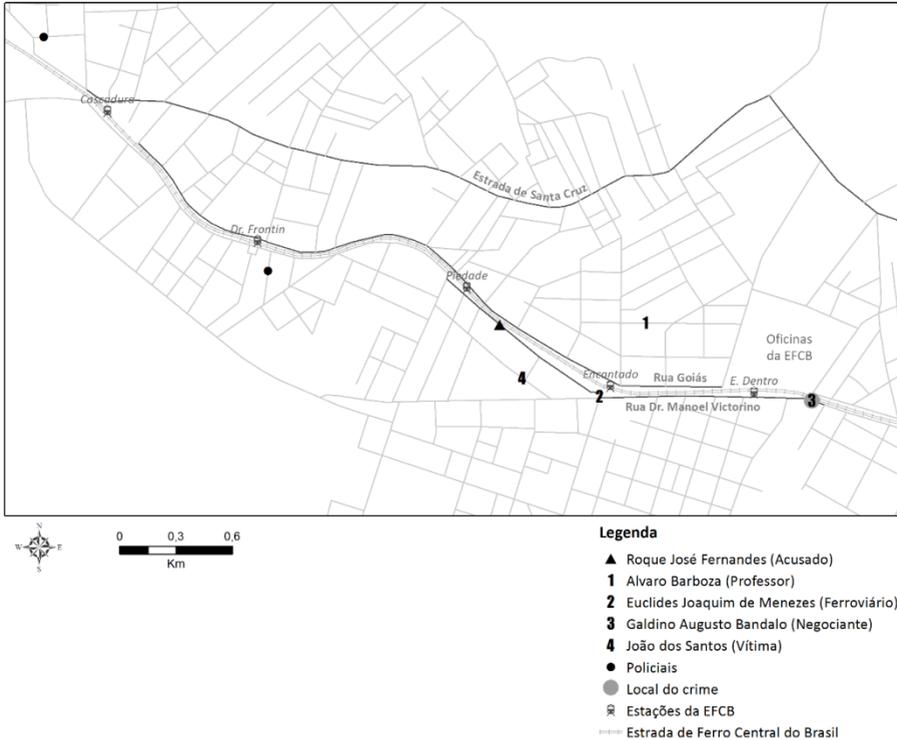
metros do local.⁵¹¹ Esse mapa revela, portanto, que negociantes e empregados no comércio se envolviam como testemunhas nesses processos porque as brigas ocorriam dentro, na frente ou a poucos metros dos estabelecimentos onde trabalhavam.

Por volta das 21h de 1º de novembro de 1903, Roque José Fernandes se dirigiu ao botequim de propriedade do português Galdino Augusto Bandalo, localizado na Rua Dr. Manoel Victorino, nº 6D, acompanhado do empregado da EFCB Euclides Joaquim de Menezes, com o fim de tomar café. Após terem feito a despesa, Roque se recusou a pagar, surpreendendo Euclides e fazendo com que o dono do estabelecimento reclamasse de tal postura. De acordo com Galdino, “já não era a primeira vez” que ele se portava daquela maneira e que “Roque já por duas vezes promoveu desordens no seu botequim uma dando bofetadas em um indivíduo que não conhece e outra espancando o [ilegível] da rua”. Diante da atitude de Roque, João dos Santos, um freguês que estava no estabelecimento também o admoestou. Em razão disso, o acusado o agrediu, motivando a prisão em flagrante. O negociante, que presenciou toda a cena, foi uma das testemunhas que prestou depoimento na delegacia. Além dele, para lá se dirigiram o ferroviário que estava com Roque, um professor que estava no local, o ofendido, que era foguista e o policial Joaquim Alves Pereira, que efetuou a prisão.⁵¹²

Observemos os endereços dos envolvidos nesse processo:

⁵¹¹ Para esse cálculo, foram considerados 14 indivíduos de um total de 18 negociantes ou empregados no comércio.

⁵¹² Cf. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW729 (novembro, 1903).



MAPA 11 – PROCESSO MW729 – ENDEREÇOS DOS ENVOLVIDOS

O endereço do acusado foi representado por um triângulo preto, as testemunhas foram indicadas por meio de números, os policiais que depuseram no processo, por meio de pontos pretos e o local onde se deu o conflito, por um ponto cinza. Como é possível perceber, o endereço do negociante Galdino coincide com o local onde ocorreu a agressão.

O mapa revela que os envolvidos no processo moravam próximos e possuíam hábitos semelhantes, pois estavam em um botequim perto de suas casas em um domingo à noite. A localização do estabelecimento ficava diante das Oficinas da EFCB e da estação do Engenho de Dentro. A área era um local de movimento, tanto em razão da linha férrea, como porque em suas imediações estavam as sedes de associações existentes no Engenho de Dentro, como a Progresso do Engenho de Dentro.

Quando o processo foi remetido à pretoria, Euclides, que acompanhou o acusado ao botequim, declarou que após o negociante reclamar da falta de pagamento da despesa, Roque se retirou, voltando mais tarde para pagá-la. Provavelmente, deve ter ido à sua casa, que ficava em torno de oito quarteirões do botequim. Ou seja, andar por uma distância como aquela deveria ser comum no dia-a-dia daquelas pessoas.

Como era corriqueiro em processos instaurados nesse período, durante o seu andamento as demais testemunhas não foram encontradas para prestar esclarecimento. Mesmo no caso de Euclides, ele não compareceu na primeira intimação. Diante de tal situação, dois policiais foram instados a depor: Cornélio Soares de Azevedo, cujo endereço não pôde ser identificado, e José Carlos de Azevedo, residente na Rua 21 de Abril, próximo à estação de Dr. Frontin. Seguem as declarações de ambos, respectivamente:

*“que nada sabe com referência ao fato alegado na denúncia de folhas duas, pois que nessa ocasião estava servindo como Oficial de Diligências perante o Doutor Delegado da Décima Quinta Urbana. [...]”*⁵¹³

*“que, no dia e hora a que se refere a denúncia, viu ser apresentado na Delegacia o acusado presente, preso em flagrante, por ter espancado um individuo com um cacete; que não assistiu aos fatos alegados na mesma denúncia e sabe por ter ouvido dizer por uma das praças que efetuou a prisão do referido acusado presente, Roque José Fernandes. [...]”*⁵¹⁴

Portanto, nos dois depoimentos os policiais afirmaram que não presenciaram a agressão. Ao cabo dos interrogatórios, a Junta Correccional decidiu absolver Roque José Fernandes, respondendo por unanimidade que o crime não tinha sido provado.

Em processos por ofensas físicas, era comum que policiais intimados a depor na pretoria se manifestassem como Cornélio e José Carlos. No processo movido contra o estivador Ernesto Antonio Barbosa, por ter agredido sua mulher, a doméstica Julia Maria Barbosa, o escrevente Umberto Oliveira Correia afirmou “que não tem conhecimento do fato relatado na denúncia”.⁵¹⁵ No caso da agressão cometida por Francisco Agostinho contra sua amásia Maria Cândida dos Anjos, o inspetor seccional Luiz Clapp disse que “sobre os fatos descritos na denúncia nada sabe nem de ciência própria e

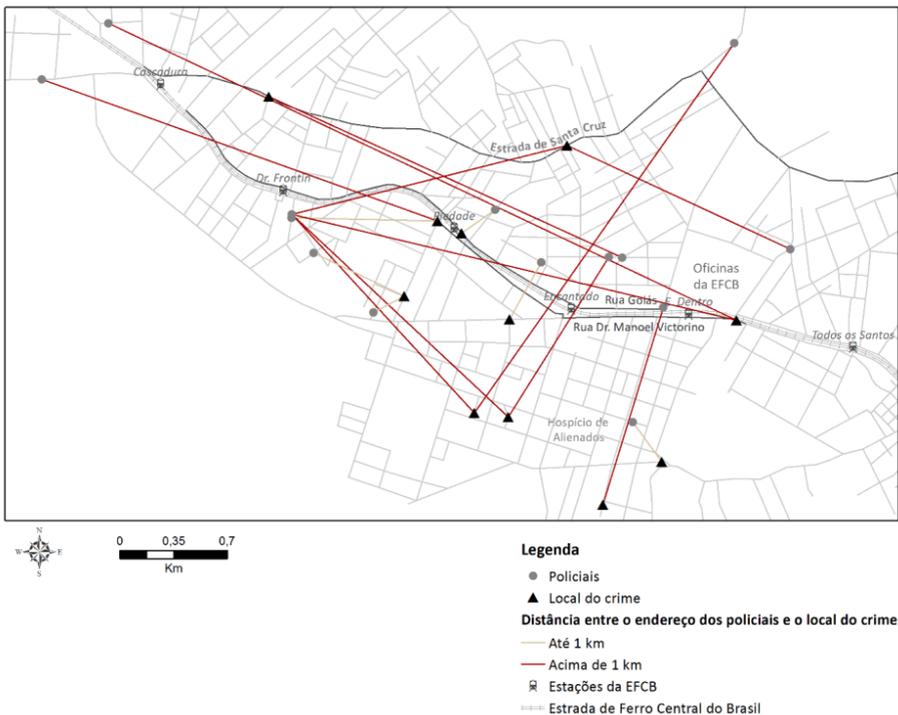
⁵¹³ *Ibidem.*

⁵¹⁴ *Ibidem.*

⁵¹⁵ AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW330 (setembro, 1899).

nem por ouvir dizer; que não conhece o réu por isso nada pode dizer sobre os seus precedentes”.⁵¹⁶ Com relação à denúncia contra o operário Valeriano Ferreira da Cunha, que esfaqueou o cocheiro Justino José da Silva, em junho de 1905, na casa de negócio de Manoel Carvalho, localizada na Estrada de Santa Cruz, o inspetor seccional Antonio de Souza Figueiredo disse “que nada sabe com relação ao fato de que trata a denúncia, ignorando mesmo porque motivo foi arrolado como testemunha neste processo”.⁵¹⁷

Consideremos o mapa a seguir, elaborado a partir dos endereços dos policiais envolvidos nos processos de ofensas físicas e dos locais dos crimes:



MAPA 12 – DISTÂNCIA ENTRE OS LOCAIS DOS CRIMES POR OFENSAS FÍSICAS E OS ENDEREÇOS DE POLICIAIS QUE FIGURARAM COMO TESTEMUNHAS OU CONDUTORES NOS PROCESSOS INSTAURADOS NA PRETORIA DE INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890 – 1910)

⁵¹⁶ Cf. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW366 (janeiro, 1901).

⁵¹⁷ Cf. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW1101 (junho, 1905).

Nesse mapa, os endereços dos policiais foram representados por pontos cinzas e os locais dos crimes, por triângulos pretos. A distância entre eles foi expressa por linhas que ligam os pontos aos triângulos: as de cor bege indicam uma distância inferior a 1 km e as de cor vermelha, uma distância superior a 1 km. Como é possível notar, a maior parte dos policiais residia longe dos locais onde os crimes ocorreram. Em termos percentuais, 65% deles morava a mais de 1 km do endereço da contenda.⁵¹⁸ Vale ressaltar ainda que de um total de 17 endereços localizados, apenas um se refere a um policial que vivia a menos de 250 metros do lugar onde se deu o conflito. Ou seja, o envolvimento dos policiais com os processos por ofensas físicas era diferente do das demais testemunhas já analisadas. Tal constatação ajuda a entender porque com certa frequência eles declaravam em seus depoimentos que desconheciam os antecedentes dos acusados ou os fatos que motivaram os processos. Em geral, eles ficavam sabendo do ocorrido quando eram procurados pelas vítimas ou por alguma testemunha e não porque gozavam de relações de vizinhança com os demais envolvidos nos processos.

A dimensão espacial dos processos por contravenções possui características consideravelmente distintas das apresentadas até aqui. Acompanhemos.

❖ *Espacialidade dos processos por contravenções*

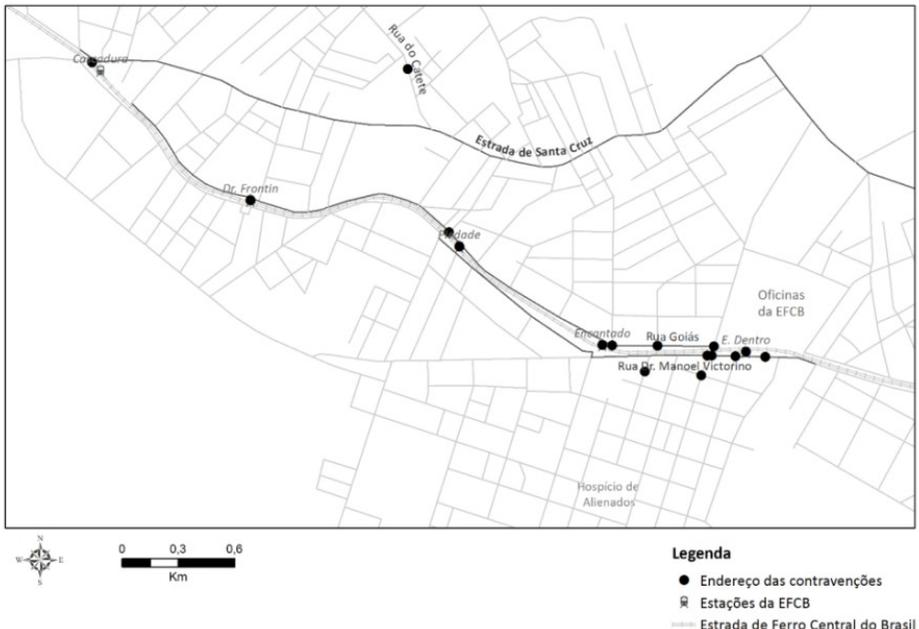
Em 20 de dezembro de 1904, o fluminense José dos Santos, de 50 anos de idade, foi preso no largo de Cascadura, por volta das 15h 30min pelo inspetor seccional Zoroastro de Paula Barros.⁵¹⁹ Ao levá-lo para a delegacia, o policial afirmou que efetuou a prisão porque João estava embriagado, proferindo palavras obscenas e “por ser vagabundo conhecido”. Tal versão foi reiterada por Luciano José de Freitas, guarda civil, que estava passando pelo local durante a prisão e “que conhece há muito o acusado como ébrio habitual e como vagabundo pois não tem domicílio certo nem ocupação”. Elias Antonio da Silva, outro guarda civil que também foi à delegacia testemunhar o ocorrido deu declaração idêntica. O acusado, por sua vez, declarou que “[...] que a contestar nada tinha; porquanto sabia que nenhum valor teria o que dissesse, mas que não era ébrio nem vagabundo, porque bebia alguma coisa

⁵¹⁸ 17 endereços foram localizados, dos quais 11 se referem à distância mencionada.

⁵¹⁹ Cf. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW925 (dezembro, 1904).

e se não tinha domicílio era porque estava desempregado”. Diante dos depoimentos, o delegado deu início a um processo de contravenção por vadiagem e embriaguez contra João, que foi recolhido à Casa de Detenção no mesmo dia em que a prisão foi efetuada. Em três dias os autos foram remetidos à 13ª Pretoria. Ainda que tivesse sido oferecido prazo para defesa, João não a apresentou. Em 3 de janeiro de 1905, o juiz condenou-o a 15 dias de prisão e à assinatura do termo para tomar ocupação. Como a sentença foi proferida após 15 dias de sua prisão, no dia 4 de janeiro, João assinou o referido termo e foi posto em liberdade.

Como foi anteriormente mencionado, os processos por contravenções tornaram-se frequentes na Capital Federal a partir da primeira década do século XX, após a aprovação da Lei Alfredo Pinto, de 1899, que regulamentou os procedimentos para a condução da maioria dos processos dessa natureza. Casos como o de João eram comuns entre os processos da 13ª Pretoria, representando a maioria dos processos instaurados. Vejamos, portanto, onde as prisões dos contraventores costumavam ocorrer:



MAPA 13 – ENDEREÇOS DAS PRISÕES POR CONTRAVENÇÕES, COM BASE NOS PROCESSOS INSTAURADOS NA PRETORIA DE INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890 – 1910)

Nesse mapa, os locais das prisões por contravenções foram expressos por pontos pretos. Embora seja uma amostragem, é interessante observar como, em sua maioria, as prisões por contravenções ocorreram no entorno das estações da EFCB, sobretudo a do Engenho de Dentro e a do Encantado. Estavam, portanto, espacialmente mais concentradas do que as prisões por ofensas físicas. É importante lembrar que as características dos processos em questão influenciavam tal configuração espacial. Nos casos das ofensas físicas, os policiais eram chamados a intervir em uma briga ou agressão que poderia acontecer na via pública, em um estabelecimento comercial ou no ambiente doméstico. Em razão disso, acompanhamos no item precedente que os locais das prisões estavam mais espalhados pela área em análise. Já no caso das contravenções, os acusados eram detidos em razão da patrulha realizada pelos policiais para reprimir atitudes e comportamentos considerados inadequados. Nesse sentido, o mapa evidencia que em Inhaúma a atuação da Polícia se dava, majoritariamente, em locais específicos, a saber nas proximidades das estações da linha férrea. Pontos de grande circulação de pessoas, tanto em razão da oferta de transporte, como por conta da atividade comercial, esses espaços eram alvos preferenciais para a perseguição aos contraventores.

Eliza Belfort foi processada três vezes em 1904 por vadiagem. A primeira delas foi em 5 de maio de 1904.⁵²⁰ De acordo com Ramiro Dominguez, oficial de diligências que efetuou a prisão, ao sair da 20ª Delegacia Policial, por volta das 23h, passou pela estação do Engenho de Dentro e ali “encontrou caída a incorrigível ébria e vagabunda Eliza Belfort, pelo que prendeu-a em flagrante”. Em 24 de julho, Manoel Bastos Cerqueira, outro oficial de diligências da mesma delegacia, disse que “cerca das onze e meia horas da noite, estando em serviço externo encontrou a acusada presente, que ora sabe chamar-se Eliza Belfort, que em estado de embriaguez vagava pela rua Doutor Manoel Victorino; que à vista disto conduziu-a à esta Delegacia”.⁵²¹ Por fim, em 13 de agosto de 1904, o inspetor seccional José Carlos de Azevedo, “por volta de oito horas da noite, prendeu nas proximidades da Estação da Piedade a acusada presente que sabe chamar-se Eliza Belfort”.⁵²² Como é possível perceber, nas três ocasiões Eliza foi presa nas imediações da

⁵²⁰ Cf. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW987 (maio, 1904).

⁵²¹ AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW909 (julho, 1904).

⁵²² AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW934 (agosto, 1904).

linha férrea. Em 15 de junho de 1905, o nacional Nilo Alves de Amorim também foi detido como vadio.⁵²³ Segundo o depoimento do inspetor seccional Antonio de Souza Figueiredo, por volta das 23h, ele estava “na gare da Estação do Engenho de Dentro, em companhia de seus colegas Braga e Gouveia e aí viu o de nome Gouveia prender o acusado presente Nilo Alves de Amorim que por ali vagava”. Provavelmente, os três policiais estavam fazendo a ronda na estação. Às 11h do dia 28 de fevereiro de 1907, o inspetor José do Nascimento efetuou a prisão em flagrante de Maria da Gloria, “que em completo estado de embriaguez, cometia os maiores desfrutes na rua do Doutor Bulhões próximo de (...) Doutor Niemeyer”⁵²⁴ Esse local ficava a um quarteirão da EFCB.

Prisões de contraventores em ruas que não ficavam próximas à linha férrea também ocorriam, mas eram menos frequentes.⁵²⁵ O próprio Nilo Alves de Amorim já tinha sido preso em 1902, por praticar capoeira na Rua Dionísio Fernandes, que ficava a mais de 1 km do eixo da EFCB, nas imediações do Hospício de Alienados. Em 7 de maio de 1904, Antonia de Oliveira foi presa pelo inspetor Armando Cerrone, “que passando pela Estrada Real de Santa Cruz, em serviço desta Delegacia prendeu a acusada presente que em companhia de diversos indivíduos, e em estado de embriaguez, faziam algazarra e desordem”.⁵²⁶

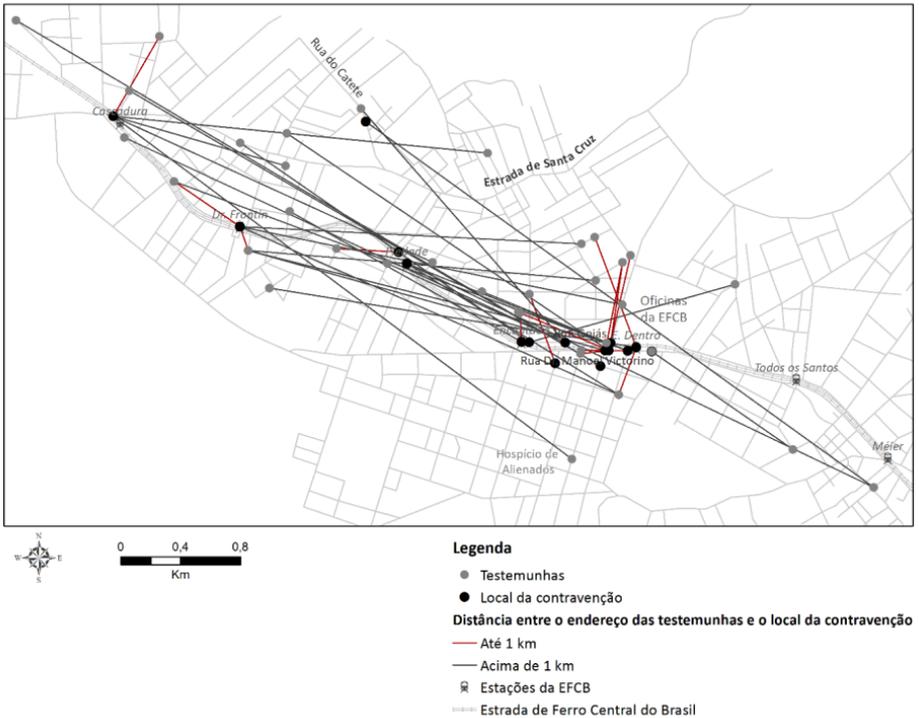
Vejamos a seguir o mapa elaborado com base nos endereços das testemunhas e no local onde as contravenções foram cometidas:

⁵²³ Cf. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW1143 (junho, 1905).

⁵²⁴ AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW1722 (fevereiro, 1907).

⁵²⁵ Os dois exemplos que seguem não foram georreferenciados, pois os endereços fornecidos não estavam completos.

⁵²⁶ AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW763 (maio, 1904).



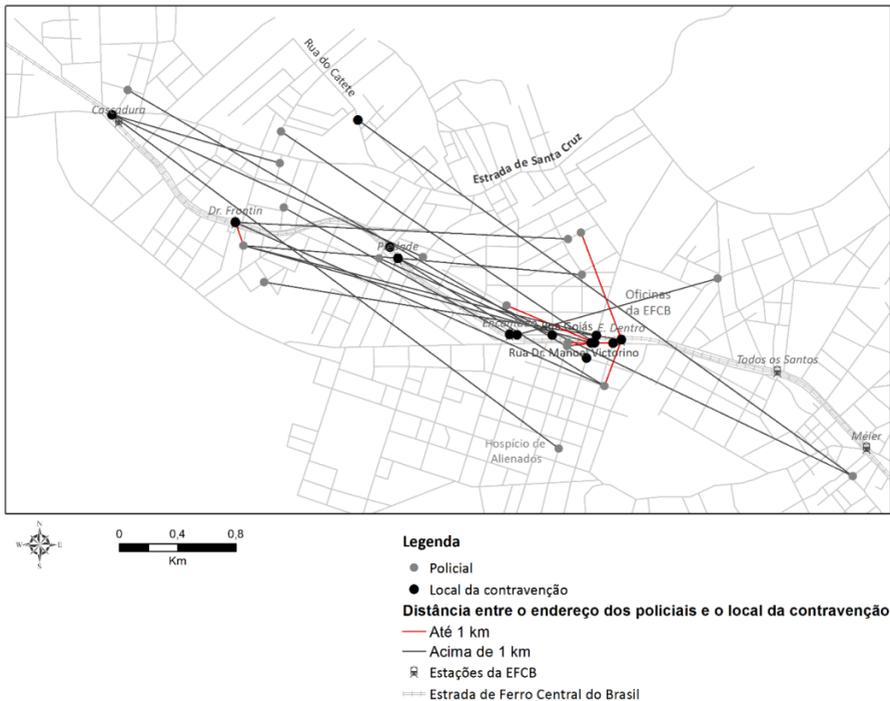
MAPA 14 – DISTÂNCIA ENTRE OS LOCAIS DAS CONTRAVENÇÕES E OS ENDEREÇOS DAS TESTEMUNHAS ENVOLVIDAS NOS PROCESSOS INSTAURADOS NA PRETORIA DE INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890 – 1910)

Os endereços das testemunhas foram representados por pontos cinzas e os locais das contravenções por pontos pretos. As linhas que ligam as testemunhas ao endereço das contravenções expressam a distância entre eles. Se forem vermelhas, tal distância era inferior a 1 km e se forem pretas, ultrapassavam 1 km. A análise do mapa revela que nas contravenções predominavam as distâncias superiores a 1 km entre o endereço das testemunhas e o local de prisão do contraventor. Em termos percentuais, apenas 13% das testemunhas residiam em até 250 metros de onde tinha ocorrido a contravenção.⁵²⁷ Aliás, é interessante destacar que 63% delas

⁵²⁷ Nesse caso, o endereço dos policiais foi considerado, pois a maior parte das testemunhas era formada por esse grupo de pessoas. Para esse cálculo, 46

habitavam a mais de 1 km de distância do endereço onde o contraventor foi detido. Portanto, nesses processos, boa parte dos envolvidos não partilhava de relações de vizinhança.

Os policiais correspondiam a 59% das testemunhas que depuseram nos processos por contravenção analisados.⁵²⁸ Desse total, 41% deles eram condutores, ou seja, efetuaram a prisão em flagrante e conduziram o acusado à delegacia. Os demais prestaram depoimentos como testemunhas. Consideremos especificamente o endereço deles em relação ao local da prisão:



MAPA 15 – DISTÂNCIA ENTRE OS LOCAIS DAS CONTRAVENÇÕES E OS ENDEREÇOS DOS POLICIAIS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS INSTAURADOS NA PRETORIA DE INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890 – 1910)

endereços foram localizados, dos quais apenas 6 se referiam à distância de até 250 metros da contravenção.

⁵²⁸ Para esse cálculo, foram considerados 46 endereços de testemunhas, dos quais 27 se referiam a policiais.

Os locais das contravenções foram representados por pontos pretos e os endereços dos policiais, por pontos cinzas. A distância entre esses pontos foi expressa em vermelho, se inferior a 1 km, e em preto, se superior a 1 km. Como tais prisões foram realizadas sobretudo nas estações da EFCB e no seu entorno, é plausível supor que a vigilância cotidiana desses espaços oferecesse subsídios para que os policiais classificassem aqueles que perambulavam por esses locais como contraventores. Nesse sentido, o fato de 70% dos policiais residirem a mais de 1 km do local de prisão dos contraventores não impedia a identificação dos “vagabundos conhecidos”.

Em seus depoimentos, eles reiteravam o uso de expressões frequentemente associadas aos contraventores para justificar a prisão, tais como “desordeiro (a)”, “ébrio habitual”, “sem domicílio certo”, além de “vagabundo (a) conhecido (a)”. Por ocasião da prisão em flagrante de Maria Feliciano da Conceição e Antonia de Oliveira, em 1 de março de 1904, o inspetor seccional Anthero Ignacio Reis, que residia aproximadamente a 3,5 km do local da prisão, efetuada na estação da Piedade, afirmou que conhecia “as Rés presentes, Maria Feliciano da Conceição e Antonia de Oliveira, por mulheres sem moralidade alguma, depravadas prostitutas, sem domicílio certo sem profissão alguma”.⁵²⁹ Em 15 de fevereiro de 1908, o comissário de Polícia Julio Pio Teixeira Bastos efetuou a prisão de Nilo Alves de Amorim na estação do Encantado, por vadiagem. Ele morava a cerca de 1,775 km do lugar onde se deu a prisão. Em seu depoimento, declarou que passava pelo local por volta das 4h 30min “e aí viu perambulando sem destino, e como conhece como vagabundo incorrigível o acusado presente, que sabe chamar-se Nilo Alves de Amorim prendeu-o em flagrante e conduziu-o para esta Delegacia, acompanhado de testemunhas”.⁵³⁰ No caso da prisão em flagrante de Deolinda Maria da Conceição, realizada em 10 de agosto de 1904, Antonio de Souza Figueiredo, que morava a mais de 2,5 km da estação de Dr. Frontin, onde a acusada foi detida, testemunhou:

“Que como Inspetor que é desta Delegacia tem conhecimento de ciência própria que a acusada presente, que ora diz chamar-se Deolinda Maria da Conceição, ora Deolinda Maria do Espírito Santo, mas que é mais conhecida pelo vulgo de

⁵²⁹ AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW762 (março, 1904).

⁵³⁰ AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW2158 (fevereiro, 1908).

*Madrugada, tem tido diversas entradas no xadrez desta Delegacia como ébria habitual e vagabunda conhecida, pelo que tem sido processada por diversas vezes, e cumprida a pena que lhe tem sido imposta cai logo na reincidência, como agora acontece e, portanto o seu depoimento neste processo é de consciência.*⁵³¹

Antonio usou a sua condição como inspetor da delegacia para onde Deolinda foi levada para dar legitimidade ao seu depoimento, já que não presenciou a prisão. Ou seja, partiu do pressuposto de que ela era contraventora naquela ocasião, por ter sido presa em outros momentos pelo mesmo motivo. Carregava, portanto, a pecha de “ébria habitual e vagabunda conhecida”. O fato de o policial constatar tal condição, mesmo sem presenciar a prisão, poderia ser suficiente para a condenação da acusada, o que acabou se concretizando nesse processo.⁵³²

É razoável crer que, no caso dos policiais, o fato de não residirem próximo de onde ocorreu a prisão dos contraventores não impedia que tivessem conhecimento dos detidos, sobretudo porque as prisões eram feitas em locais específicos, como foi mostrado no Mapa 13. Ou seja, a vigilância das estações da EFCB e das ruas contíguas a elas facilitava a identificação de vários contraventores. Mas a padronização dos depoimentos das testemunhas envolvidas em um mesmo processo, bem como detalhes que às vezes eram registrados nas falas desses policiais levam a crer que nem sempre o depoimento era dado com base em um conhecimento prévio dos acusados.

Em 1 de junho de 1904, por exemplo, o praça José Mariano dos Passos, que disse residir em um quartel, prendeu Maria da Conceição e Maria da Gloria

⁵³¹ AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW933 (agosto, 1904).

⁵³² Todavia, a presença de policiais como testemunhas poderia ser contestada pelo pretor. José Augusto de Oliveira, por exemplo, pretor da 13ª Pretoria (Inhaúma), absolveu vários contraventores e anulou processos, por entender que policiais que auxiliavam o delegado que dava início ao processo não poderiam figurar como testemunhas. Em uma das prisões de Eliza Belfort, em julho de 1904, a sentença foi a seguinte: “Julgo improcedente o auto de fl. 2, porque, sendo o Dr. Delegado neste processo Juiz de instrução, os seus subalternos, os inspetores, não podem ser testemunhas. Por este motivo absolve a acusada”. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW909 (julho, 1904).

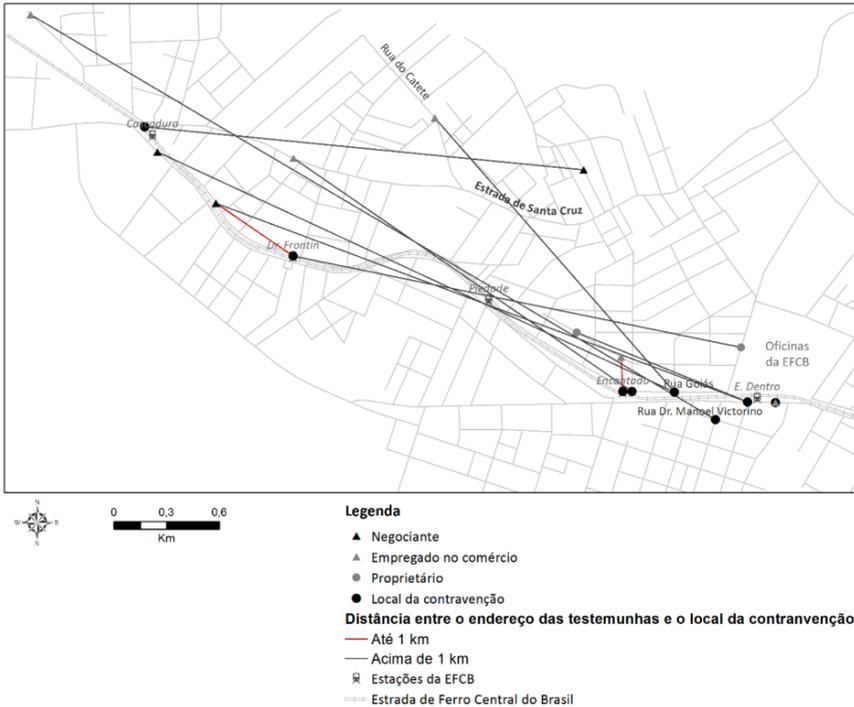
enquanto fazia a ronda na estação de Dr. Frontin.⁵³³ Em seu depoimento, afirmou: “sabe serem [elas] vagabundas, por andarem as mesmas perambulando pelas ruas daquela estação, *lhe parecendo que as mesmas não têm domicílio certo*” (grifo meu). A falta de moradia era um dos motivos para caracterizar um indivíduo como vadio. Nesse caso, José deduziu que elas não possuíam onde morar, porque andavam a esmo nas proximidades da estação. Logo, eram vagabundas. Luiz Clapp, por sua vez, inspetor seccional, testemunhou no processo de contravenção por embriaguez movido contra José dos Santos.⁵³⁴ Ele residia na Estrada de Santa Cruz e o acusado foi preso na Rua Gomes Serpa, paralela à estação do Encantado. De acordo com o depoimento de Luiz, por volta das 14h do dia 25 de abril de 1907, ele “viu o comissário Velloso prender em flagrante o acusado presente que agora sabe chamar-se José dos Santos, por embriaguez; *que não conhece o acusado, mas sabe por ouvir dizer que ele dá-se ao vício de embriaguez.*” (grifo meu). Como é possível perceber, ele não sabia o nome do acusado, não o conhecia, mas tinha “ouvido dizer” que ele costumava se embriagar. Quando o processo foi a julgamento, o pretor absolveu o acusado, afirmando que não havia prova do flagrante.

Negociantes, empregados no comércio e proprietários formam o segundo maior grupo entre as testemunhas dos processos de contravenção, correspondendo a 24% dos endereços localizados.⁵³⁵ À primeira vista, a proeminência desse grupo poderia ser interpretada como uma estratégia dos negociantes e dos seus funcionários para afastar os possíveis contraventores das proximidades dos seus estabelecimentos. Porém, a distância entre a residência desses indivíduos e o local de prisão sugere outra relação espacial, que pode ser visualizada no mapa a seguir:

⁵³³ Cf. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW759 (junho, 1904).

⁵³⁴ Cf. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW1517 (abril, 1904).

⁵³⁵ Dos 46 endereços de testemunhas considerados, 5 eram de empregados no comércio, 4 eram de negociantes e 2 eram de proprietários, que juntos perfaziam a referida porcentagem. Ainda que empregados no comércio não gozassem das mesmas condições socioeconômicas de seus patrões, optei por considerá-los como parte desse grupo de testemunhas, pois três deles moravam a mais de 2 km do local de prisão, apresentando, portanto, atitude semelhante a dos negociantes que também testemunharam nos processos dessa natureza.



MAPA 16 – DISTÂNCIA ENTRE OS LOCAIS DAS CONTRAVENÇÕES E OS ENDEREÇOS DE NEGOCIANTES, EMPREGADOS NO COMÉRCIO E PROPRIETÁRIOS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS INSTAURADOS NA PRETORIA DE INHAÚMA (RIO DE JANEIRO, 1890 – 1910)

Os negociantes foram representados por triângulos pretos, os empregados no comércio, por triângulos cinzas e os proprietários por pontos cinzas. O local de prisão dos contraventores, por sua vez, foi indicado por pontos pretos. Se a distância entre as testemunhas selecionadas e o endereço da contravenção fosse inferior a 1 km, a linha que a expressa foi feita em vermelho. Nos casos em que a distância foi superior a 1 km, a linha aparece em preto. Como é possível verificar através do mapa, a maioria dessas testemunhas não residia perto do local de prisão do contraventor. Da amostra considerada, 73% moravam a mais de 1 km do local de prisão.⁵³⁶ Ou

⁵³⁶ Dos 11 endereços referentes a esse grupo de testemunhas, 8 ficavam a mais de 1 km do local de prisão do contraventor.

seja, essas informações revelam que as relações entre esses indivíduos e os contraventores não eram marcadas por problemas diretamente causados pelos acusados aos negociantes e proprietários. Em comparação com o Mapa 10, que trata desse mesmo grupo de testemunhas, mas que se envolveu em processos de ofensas físicas, observamos que a relação com o local onde foi efetuada a prisão possuía características muito distintas, já que nenhum dos indivíduos residia a mais de 500 metros dele.

Levemos em consideração o depoimento de algumas dessas testemunhas. Quando Maximiano José da Silva foi preso em 30 de novembro de 1903, na Rua Goiás, próximo à esquina da Rua Guineza, como vadio reincidente, o negociante José Fernandes Carvalhal foi depor.⁵³⁷ Ele residia na Rua Nova de Dom Pedro, nº 37, em Cascadura. Em seu depoimento, afirmou

“que conhece o acusado presente Maximiano José da Silva como desordeiro e vagabundo conhecido já tendo sido preso diversas vezes como tal e por ser gatuno também conhecido; Que o mesmo não tem ocupação alguma, vivendo sempre em vagabundagem; Que viu quando o acusado fora preso na rua Goiás próximo a rua Guineza pelo Inspetor da Guarda Noturna.”⁵³⁸

Como é possível perceber, o seu depoimento foi prestado por afirmar ter presenciado a prisão, que ocorreu às 5h da manhã a mais de 3 km do seu local de residência e não porque Maximiano tivesse causado algum tumulto em seu estabelecimento. Vale ressaltar que o acusado apresentou três endereços distintos ao longo do processo. A menor distância entre o endereço de José e tais possíveis endereços de Maximiano era de 1,5 km. Ou seja, eles não gozavam de relações de vizinhança. Como o acusado já tinha sido processado várias vezes, conforme a ficha do Gabinete de Identificação e Estatística anexada aos autos, é plausível que sua fama de vadio tivesse chegado ao referido negociante, dando embasamento para as declarações prestadas.

⁵³⁷ Cf. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW999 (novembro, 1903).

⁵³⁸ *Ibidem*.

Em 28 de fevereiro de 1907, Maria da Gloria foi presa por vadiagem na Rua Dr. Bulhões, esquina com a Rua Dr. Niemeyer.⁵³⁹ O empregado no comércio Pedro de Alencastro Siqueira, residente na Estrada Marechal Rangel, nº 76, foi uma das testemunhas envolvidas no processo. Seu endereço ficava a cerca de 4,5 km do local onde a prisão foi efetuada. De acordo com seu depoimento,

“[...] viu quando foi hoje presa em flagrante a acusada presente na acusada (sic) em que cometia escândalo achando em completo estado de embriaguez, na rua Doutor Bulhões, às onze horas do dia mais ou menos; que de ciência própria afirma que além de ser a acusada presente uma ébria habitual cometendo os maiores desfrutes em público é também vagabunda, pois não exercita profissão nenhuma em que ganhe a vida honestamente e nem lugar certo tem onde habite; que a acusada perambula pelas ruas dia e noite muitas vezes dormindo ao relento.”⁵⁴⁰

A acusada afirmou residir na Rua Dona Silvana e contestou o depoimento de Pedro e das demais testemunhas, afirmando “que não é ébria e nem vagabunda, porquanto quando bebe, o faz com regra e não é vagabunda porque procura sempre trabalhar e tem casa onde reside”. O endereço por ela informado ficava a mais de 3 km da moradia de Pedro. Ainda que ele pudesse afirmar de “ciência própria” que a acusada tinha o costume de se embriagar e vagar pelas ruas por onde ele circulava, o fato de residir tão longe do suposto endereço de Maria, levanta suspeitas se de fato ele tinha condições de afirmar com tamanha convicção que ela não possuía ocupação, tampouco endereço fixo.

A partir da análise dos depoimentos mencionados, que levou em consideração a distância entre o endereço das testemunhas e o local da prisão – e, quando possível, o endereço dos acusados –, foi possível problematizar o conteúdo das declarações prestadas. Quanto mais longe viviam as testemunhas, menos plausíveis pareciam as afirmações de que sabiam de “ciência própria” detalhes a respeito da vida dos acusados. A prisão por vadiagem de Nilo Alves de Amorim, em 15 de fevereiro de 1908, realizada na estação do Encantado, reforça esse argumento.⁵⁴¹ Adolpho Mario Vasconcellos, empregado no comércio que morava a menos de 200

⁵³⁹ Cf. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW1722 (fevereiro, 1907).

⁵⁴⁰ *Ibidem*.

⁵⁴¹ Cf. AN, Série Processo Criminal da 13ª Pretoria, MW2158 (fevereiro, 1908).

metros do local da prisão, foi uma das testemunhas. Em seu depoimento, ele afirmou que:

*"[...] viu o comissário de polícia que está presente prender em flagrante hoje às quatro horas da manhã na Estação do Encantado o acusado presente por andar aquela hora perambulando sem destino, sendo, como é, vagabundo conhecido, o que ele declarante afirma por conhecê-lo, sabendo ainda que o acusado presente não tem profissão lícita de onde tire os meios de subsistência, bem como não tem residência própria, tendo por costume dormir ao relento ou nas casas abandonadas; que ele declarante tendo assistido a prisão do acusado presente foi convidado para vir depor nesta Delegacia, o que de bom grado fez, e aqui soube que o acusado presente chama-se Nilo Alves de Amorim."*⁵⁴²

Ou seja, se mesmo residindo a poucos metros do local onde se deu a prisão e declarando conhecer o acusado, Adolpho só foi descobrir o nome de Nilo na delegacia, é razoável imaginar que quanto mais distante viviam essas testemunhas, menor a probabilidade de conhecerem minuciosamente a vida dos acusados.

Nesse sentido, o fato de negociantes, empregados no comércio e proprietários se disporem a depor em processos dessa natureza, morando em geral longe do local de prisão e não raro conhecendo os acusados de vista, dá pistas da rejeição desse grupo de pessoas aos contraventores. Em outras palavras, demonstra uma disposição por parte deles em corroborar o discurso corrente na época de perseguição aos vadios e demais contraventores. Ainda que uma evidente padronização dos depoimentos se desse no âmbito da delegacia, haja vista a repetição de determinados argumentos e expressões, como por exemplo, o uso do termo "vagabundo conhecido", o fato de especificamente esses indivíduos aparecerem como o segundo maior grupo entre as testemunhas permite vislumbrar características importantes do conflito social em torno dos contraventores.

Arrisco dizer que tais constatações são sintomáticas da dificuldade de convivência entre os envolvidos, em grande medida resultado das diferenças sociais existentes entre eles: policiais, negociantes, empregados no comércio e proprietários correspondiam a 83% das testemunhas nos processos de contravenção analisados. Se somarmos os funcionários públicos, temos

⁵⁴² *Ibidem.*

91%.⁵⁴³ Ou seja, a perseguição aos contraventores era realizada pelos representantes da força pública e reiterada por indivíduos que, em sua maioria, ocupavam uma posição social superior à dos acusados.

❖ *Considerações Finais*

A análise empreendida ao longo do artigo buscou refletir sobre como a dimensão espacial pode oferecer contribuições para ampliar a compreensão a respeito da relação entre a Polícia e os trabalhadores no Rio de Janeiro, durante as duas primeiras décadas republicanas. Especial atenção foi dada para os conflitos que envolveram trabalhadores suburbanos e pobres em geral residentes em Inhaúma.

Com base em processos por ofensas físicas e por contravenções e recorrendo às ferramentas oferecidas pelo georreferenciamento histórico, foi possível mapear as áreas onde as brigas e agressões ocorriam com maior frequência no referido distrito, assim como os espaços onde a vigilância policial foi mais intensa, sobretudo no que diz respeito à perseguição aos contraventores.

A análise realizada permitiu constatar que os vínculos entre as pessoas envolvidas nos processos possuíam características espaciais distintas, dependendo do tipo de processo instaurado. No caso das ofensas físicas, a proximidade dos endereços dos envolvidos era comum, evidenciando como as relações de vizinhança eram permeadas por arranjos e conflitos entre tais sujeitos. Com relação às contravenções, a investigação revelou que a maioria das testemunhas morava distante dos locais onde os contraventores eram presos. Tal aspecto ganhou significados particulares dependendo da ocupação das testemunhas. O modo como os depoimentos foram construídos, aliado à dimensão espacial que marcava a relação entre os envolvidos, permitiu vislumbrar como a perseguição aos contraventores ultrapassava a atuação dos policiais e era corroborada por negociantes, empregados no comércio e proprietários.

⁵⁴³ Essa porcentagem corresponde a 42 testemunhas de um total de 46 que foram consideradas.

- ABREU, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- GARZONI, Lerice de Castro. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 2007.
- GREGORY, Ian e HEALEY, Richard. "Historical GIS: structuring, mapping and analyzing geographies of the past". *Progress in Human Geography*. V. 31 (5), 2007, pp. 638-653 (DOI: 10.1177/0309132507081495).
- KATO, Allan. "Lotes, ruas e chefes: como se localizar um morador a partir da Décima Urbana e plantas cadastrais". GIL, Tiago Luís e VALENCIA, Carlos. *O retorno dos mapas: Sistemas de informação geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.
- KNOWLES, Anne. *Placing History: How Maps, Spatial Data, and GIS Are Changing Historical Scholarship*. ESRI Press, Redlands, California, 2008.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 1991.
- MIYASAKA, Cristiane Regina. *Os trabalhadores e a cidade: a experiência dos suburbanos cariocas (1890-1920)*. Tese de Doutorado em História, Unicamp, 2016.
- _____. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.
- PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937)*. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1996.
- POLLERO, Raquel e SAGASETA, Graciana. "Un análisis demográfico-espacial de la Jurisdicción de Montevideo entre 1769 y 1778". GIL, Tiago Luís e VALENCIA, Carlos. *O retorno dos mapas: Sistemas de informação geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

SAVAGE, Mike. "Classe e história do trabalho". BATALHA, Claudio, SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004, pp. 25-48.

Sobre os autores

Allan Kato

Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. Doutorando em Arquitetura pela Universidade de São Paulo, onde desenvolve pesquisas sobre a Cidade de São Paulo no início do século XIX.

Carlos Antonio Pereira de Carvalho

Graduado em História pela Universidade de Brasília, onde desenvolve pesquisa de mestrado sobre geoprocessamento e escravidão.

Carlos Valencia Villa

Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (Campus Campos), onde pesquisa escravidão, geoprocessamento e economia do século XIX.

Cristiane Miyasaka

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, com pesquisa em história social do trabalho, entre o final do século XIX e o início do século XX.

Durval de Souza Filho

Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorando pela Universidade de Brasília, com pesquisas sobre trabalho e posse de terras na Amazônia colonial.

Elenize Trindade

Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde desenvolve pesquisas sobre a formação territorial da capitania do Rio Grande no período colonial como estudante de mestrado.

Graciana Sagaseta

Estudante na Universidad de La República, Uruguay, onde pesquisa história econômica, demografia histórica e geoprocessamento.

Jéssika Cabral Corrêa

Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense, com pesquisas sobre Inquisição e espaço no mundo Atlântico da época moderna.

João Pedro Galvão Ramalho

Graduando em História pela Universidade de Brasília, onde pesquisa economia colonial.

Lana Sato de Moraes

Graduada em História pela Universidade de Brasília. Atualmente desenvolve mestrado sobre gênero e economia colonial.

Leonardo Barleta

Graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é doutorando na Stanford University, US, onde desenvolve pesquisas sobre conexões espaciais no Brasil colonial.

Manoel Rendeiro Neto

Graduando em História pela Universidade de Brasília, onde pesquisa grupos nativos no período colonial.

Marcelo Werner da Silva

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (Campus Campos), onde realiza pesquisas de Geografia Histórica.

Massimiliano Grava

Doutor em História pela Universidade de Bologna e pela Universidade de Girona, com pesquisas sobre geoprocessamento em história.

Rafael Laguardia

Professor na Universidade Estadual de Minas Gerais onde desenvolve pesquisas sobre caminhos no período colonial.

Raquel Pollero

Doutora em estudos da população e professora do Programa de Población da Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Uruguay, onde pesquisa sobre demografia histórica nos séculos XVIII, XIX e XX.

Tiago Gil

Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília, onde pesquisa economia colonial e geoprocessamento.

Vinícius Maluly

Graduado em Geografia pela Universidade de Brasília, onde atualmente desenvolve pesquisa de mestrado sobre caminhos coloniais.